



ATAS

**I CONGRESSO DE
HISTÓRIA
CONTEMPORANEA**

COORDENAÇÃO

MARIA FERNANDA ROLLO (IHC)

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO (CEIS20)

ANA PAULA PIRES (IHC)

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES (CEIS20)

ORGANIZAÇÃO

Rede de História
Contemporânea

Instituto de História Contemporânea
da Universidade Nova de Lisboa –
IHC

Centro de
Estudos Interdisciplinares
do Século XX da Universidade
de Coimbra - CEIS20

COORDENAÇÃO GERAL DA OBRA

Maria Fernanda Rollo

Ficha técnica

Revisão e Design:

Cristina Luisa Sizifredo

ISBN: 978-989-98388-0-2

Comissão científica

António Matos Ferreira, CEHR, Universidade Católica Portuguesa

António Pedro Pita, CEIS20, Universidade de Coimbra

António Pedro Vicente, IHC e FCSH da Universidade Nova de Lisboa

António Ventura, FL da Universidade de Lisboa

Carlos Cordeiro, Universidade dos Açores

Fátima Nunes, CEHFCi e Universidade de Évora

Fernando Catroga, FL da Universidade de Coimbra

Fernando Rosas, IHC e FCSH da Universidade Nova de Lisboa

Gaspar Martins Pereira, FL da Universidade do Porto

Helder Adegar Fonseca, Universidade de Évora

Joaquim Romero Magalhães, FE da Universidade de Coimbra

Jorge Alves, FL da Universidade do Porto

José Viriato Capela, Universidade do Minho

Luís Reis Torgal, CEIS20, Universidade de Coimbra

Magda Pinheiro, CEHCP do Instituto Universitário de Lisboa

Maria Fernanda Rollo, IHC e FCSH da Universidade Nova de Lisboa

Maria Manuela Tavares Ribeiro, CEIS20 e FL da Universidade de Coimbra

Miriam Halpern Pereira, Instituto Universitário de Lisboa

Norberto Cunha, Universidade do Minho

Nuno Valério, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa

Índice

Introdução.....11

FAZER HISTÓRIA

Historiografia e nacionalismo no Portugal Contemporâneo

Sérgio Campos Matos.....14

Pesquisando a história contemporânea no Brasil: a experiência do CPDOC

Celso Castro.....23

Defesa, recuperação e valorização do património artístico e cultural como processo de “construção” e afirmação identitárias: o exemplo dos Açores

Carmen Ponte.....31

Fazer História do Desporto

Francisco Pinheiro.....46

SOCIEDADE E TRABALHO

As políticas sociais em Portugal (1910-1926)

David Pereira.....59

O “entusiasmo” pela organização científica do trabalho do pós II Guerra aos anos 70

Ana Carina Azevedo.....67

ECONOMIA: AGENTES E ACTIVIDADES

Expositions in the contemporary age: the case of Galicia

Margarita Barral Martinez.....77

José Frederico Laranjo: economista, filósofo social, político, historiador

João Carlos Graça.....91

<i>O poder em estado de ignorância: rochas e ostras no século XIX, recursos a descobrir</i>	
<i>Cristina Joanaz de Melo</i>	101
<i>Os empresários da sub-região da ria de Aveiro, 1864-1931</i>	
<i>Manuel Ferreira Rodrigues</i>	121
<i>Palmela: chão que dá uvas (1945-1958)</i>	
<i>Cristina Prata</i>	132
<i>O património industrial da moagem portuguesa do século XX</i>	
<i>Rui Maneira Cunha</i>	141

CIÊNCIA E HISTÓRIA DA MEDICINA

<i>Poliomielitis y movimiento antivacunacionista en España (1955-1963)</i>	
<i>Juan Antonio Rodríguez Sánchez</i>	154
<i>História oral e fotografia: construindo a História da Poliomielite em Portugal</i>	
<i>Inês Guerra Santos</i>	169
<i>O processo de afirmação da psiquiatria em Portugal na transição do século XIX para o século XX</i>	
<i>Ana Maria Pina</i>	180
<i>Júlio Augusto Henriques (1838-1928): introdutor de Darwin na ciência portuguesa e cultor do evolucionismo em Portugal</i>	
<i>Pedro Ricardo Fonseca</i>	
<i>Ana Leonor Pereira</i>	
<i>João Rui Pita</i>	190
<i>Procurando uma Ciência Nova ?</i>	
<i>A atividade científica nos laboratórios universitários portugueses no pós I Guerra Mundial</i>	
<i>Ângela Salgueiro</i>	203
<i>As reformas impossíveis do marcelismo: o caso Veiga Simão</i>	
<i>Ana Paula Rias</i>	213

HISTÓRIA & TERRITÓRIO

Fatores estruturantes da rede ferroviária portuguesa (1845-1892)

Hugo Silveira Pereira.....224

Novas paisagens urbanas em Portugal e as políticas urbanas oitocentistas

Margarida Relvão.....234

LIBERALISMO

O liberalismo do século XIX tem ainda atualidade ? O caso de José Luciano de Castro (1834-1914)

Manuel M. Cardoso Leal.....247

Liberalismo y Democracia en la España del siglo XIX: una relación conflictiva

Francisco Coma Vives.....256

O Botequim do Vago-Mestre – Um clube liberal na Guimarães do século XIX (1816-1836)

Francisco Brito.....265

A população do Porto na instauração do liberalismo em Portugal – episódios e comportamentos (1820-1826)

José António Oliveira.....277

A contenda entre o poder central e a sociedade: a reforma administrativa de 1867 no desabrochar do movimento da “Janeirinha”

Jorge Manuel Fernandes.....288

REPÚBLICA E REPUBLICANISMO

O PRP em Braga na 1.ª República: sucesso eleitoral num ambiente adverso

Amadeu José Campos d Sousa.....300

A Ação e influência de Antão de Carvalho no republicanismo duriense

Carla Sequeira.....309

Cunha Leal e o regime republicano nos primórdios da década de 30 (1930-1933)

Júlio Rodrigues da Silva.....317

O Partido Republicano Nacionalista e o Clientelismo (1923-1935)

Manuel Baiôa.....326

GUERRA

L'incongruité de la coexistence des activités musicales avec la violence des combats au front durant la Grande Guerre

Éric Sauda.....340

Portugal, durante a II Guerra Mundial, e o Holocausto

Irene Pimentel.....348

DIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A ideia de hispanismo

Paulo Rodrigues Ferreira.....355

O Estado Novo de além e aquém-mar: as relações luso-brasileiras e a participação do Brasil nas comemorações cívicas da Fundação e Restauração de Portugal em 1940

Sarah Luna de Oliveira.....364

Os valores europeus de Calvet de Magalhães – breve esboço

Isabel Maria Freitas Valente.....373

RELIGIÃO

A emancipação dos judeus portugueses: de Pombal à República

Jorge Martins.....382

A política de desdobramento da imprensa católica: o caso do Diário do Minho, na década de 1920

Paulo Bruno Alves.....392

Anticlericalismo e laicismo na formulação da política religiosa de Salazar

<i>Duncan A. H. Simpson</i>	403
<i>De fascista a “eminente pensador cristão”: Plínio Salgado no jornal Novidades (1943-1946)</i>	
<i>Gilberto Calil</i>	411

REGIMES, PODER E PROPAGANDA

<i>Periódicos militares, políticos de propaganda e agitação: apontamentos para o estudo do seu contributo na implantação da República</i>	
<i>José Luís Assis</i>	421
<i>Lorsque le marechal Pétain se fantasmait en “Salazar à la française”</i>	
<i>Cécile Gonçalves</i>	433
<i>Atrás da máquina de filmar</i>	
<i>A propaganda política da DC e do Pci na Itália dos anos Cinquenta</i>	
<i>Elisabetta Giroto</i>	443
<i>O poder local do Estado Novo à Democracia: presidentes das câmaras e governadores civis, 1936-2012</i>	
<i>Maria Antónia Pires de Almeida</i>	457

RESISTÊNCIA E OPOSIÇÃO

<i>Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime</i>	
<i>Pedro Ferreira</i>	468
<i>Os intelectuais do Porto. Resistência cultural e oposição ao regime (1958-1974)</i>	
<i>Cátia Pereira</i>	479

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

<i>Socialismo democrático e social-democracia: entre o discurso e a prática de Mário Soares – 1964/1979</i>	
<i>David Castaño</i>	489

Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no “Verão Quente” de 1975

Pedro Marques Gomes.....499

“Vocês ocupam e a lei há-de vir”. Poder militar na revolução portuguesa (1974-1975)

Maria Inácia Rezola.....509

VIOLÊNCIA POLÍTICA

O discurso ideológico: inconformismo, violência e conflitualidade na sociedade italiana (1968-1978)

Marco Gomes.....525

A problemática sobre o recurso à luta armada e o aparecimento FAP

Ana Sofia Ferreira.....536

CULTURA

Progresso, velocidade, indústria

Nuno Pinheiro.....548

Vinho, café, chá...e cinema !

Cláudia Pinto Ribeiro555

Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrette a António Ferro

Carla Ribeiro.....564

Para uma história da edição no Portugal contemporânea: estudo de caso das Edições Romano Torres

Daniel Melo.....574

ARTE, CULTURA E POLÍTICA CULTURAL

Relações sul-americanas na arte moderna no Brasil: a trajetória do abstracionismo geométrico através do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

Elizabeth Catoia Varela.....586

COLÓNIAS E COLONIALISMO

Macau no seu contexto diplomático: a visão dos deputados (1885-1910)

Célia Reis.....597

“Lusitaníssimas no seu todo”. Histórias do luso-tropicalismo na cultura de massas

Marcos Cardão.....606

Uma abordagem do problema colonial pela oposição antisalazarista: a “questão indiana” e os exilados no Brasil

Heloísa Paulo.....615

DESCOLONIZAÇÃO E PÓS-COLONIALISMO

Marcello, Spínola e Cabral: as missões do fim - 1968-74

Márcio Barbosa.....624

The “Atlantic Factor”: the United States and the Portuguese surrender to decolonization, 1973-1975

António Peciccia.....627

Introdução

the analysis of contemporary events requires “depth” no less-perhaps, indeed, a good deal more-than any other kind of history; our only hope of discerning the forces actually operative in the world around us is to range them firmly against the past.

(Geoffrey Barraclough, *An Introduction to Contemporary History*, New York, Basic Books, 1964, p.8.)

Quando falamos de História é sempre à memória colectiva de um Estado, de uma Nação, de um Império que nos estamos a referir. É a história que nos dá um sentido de pertença, a um País, um local ou uma família. A reflexão de Geoffrey Barraclough que serve de ponto de partida a esta breve introdução mostra a importância da história contemporânea e serve de elo de ligação para o seu papel na construção e afirmação da identidade nacional. Essa dimensão “local” permite-nos encontrar elos comuns – económicos, políticos ou culturais – e identificar interdependências num quadro mais geral de mundialização do conhecimento. A História, e o seu estudo, surgem assim como um património singular que importa preservar e divulgar, não só interna mas também externamente.

O **I Congresso Anual de História Contemporânea** realizado nos dias 18 e 19 de Maio de 2012 na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa foi a primeira iniciativa pública da **Rede de História Contemporânea**. No ano anterior as unidades de investigação portuguesas, tendo como principal área de trabalho a história contemporânea, entenderam associar-se no sentido de constituírem uma plataforma de partilha, colaboração e diálogo permanente, tendo em vista o aprofundamento de estudos e o desenvolvimento de iniciativas, conjuntas, em contexto nacional e internacional.

O I Congresso Anual de História Contemporânea organizado pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pelo CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - da Universidade de Coimbra reuniu intervenções proferidas por conferencistas convidados e comunicações submetidas através de *call for papers*. A organização do encontro esteve a cargo de Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), Maria Manuela Tavares Ribeiro (CEIS20, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Ana Paula Pires, (Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e João Paulo Avelãs Nunes (CEIS20, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

O encontro reuniu mais de uma centena de conferencistas, de formações académicas diversas que, ao longo de dois dias de trabalho intenso apresentaram e debateram trabalhos sobre temáticas variadas, tendo apenas como principal dominador comum e elo agregador o estudo, a compreensão e a reflexão da contemporaneidade. As comunicações foram divididas em 18 sessões temáticas, cuja organização se reflecte nas actas que agora se publicam:

1. Fazer História;
2. Sociedade e Trabalho;
3. Economia: Agentes e Actividades;
4. Ciência e História da Medicina;
5. História & Território;

6. Liberalismo;
7. República e Republicanismo;
8. Guerra;
9. Diplomacia e Relações Internacionais;
10. Religião;
11. Regimes, Poder e Propaganda;
12. Resistência e Oposição;
13. Revolução e Democracia;
14. Violência Política;
15. Cultura;
16. Arte, Cultura e Política Cultural;
17. Colónias e Colonialismo;
18. Descolonização e pós-colonialismo.

Os textos, e as apresentações que estiveram na sua base, contribuem para o balanço do caminho percorrido e a percepção do rumo actual da historiografia contemporânea, assumindo, em alguns casos, um papel activo na crítica e análise do tempo presente, onde as incertezas relativamente ao futuro se tornam cada vez mais prementes. Na verdade, se a capacidade humana para inovar e aperfeiçoar é infinita, esta terá que assentar, sempre, como sabemos, na compreensão da história e do seu progresso. A história surge assim como um instrumento de identidade e, muitas vezes, legitimador de poder¹.

A organização do primeiro **I Encontro Anual de História Contemporânea** não teria sido possível sem o envolvimento da Universidade Nova de Lisboa. Uma palavra de sentido agradecimento ao Magnífico Reitor da UNL, Professor Doutor António Rendas, que acolheu esta iniciativa no espaço da Reitoria. Agradecemos o apoio e a ajuda que nos concederam a Dr.^a Joana Táboas do Gabinete de Comunicação da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, a Dr.^a Maria Inês Queiroz do Instituto de História Contemporânea e a Mafalda Jardim, do Centro República da FCSH.

O e-book que agora se edita deve muito ainda à colaboração empenhada da Dr.^a Cristina Sizifredo do Instituto de História Contemporânea.

A todos o nosso agradecimento sentido.

Muitos foram os autores que responderam ao nosso desafio e acederam enviar os seus textos para publicação, a todos o nosso manifesto reconhecimento pela qualidade e pelo prestígio que as suas reflexões concedem a esta obra.

Lisboa, Maio de 2013
Maria Fernanda Rollo
Pela Comissão Organizadora

¹Lúis Reis Torgal (Coord.), *Estudos do Século XX n.º11. Fazer História Contemporânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Dezembro de 2011.

FAZER HISTÓRIA

Historiografia e nacionalismo no Portugal Contemporâneo

Sérgio Campos Matos

Faculdade de Letras de Lisboa

Aprendemos há muito que há diferenças fundamentais entre ciência e ideologia. Enquanto a primeira se constitui num discurso analítico e reflexivo, a segunda exprime-se, não raro, em discursos doutrinários de carácter maniqueísta, que incitam à acção. É certo que ao longo dos dois últimos séculos, a par de dinâmicas relacionadas mas não coincidentes de laicização e de profissionalização dos historiadores, se foi afirmando uma tendência no sentido da autonomização da história em relação aos poderes instituídos e às ideologias. Todavia, sempre houve usos políticos do passado. Pretende-se traçar uma breve perspectiva crítica sobre as complexas relações entre a escrita da história e os nacionalismos num tempo longo, marcado por processos de nacionalização com características diversas (das revoluções liberais ao final do Estado Novo), procurando responder a duas perguntas: que posições críticas contribuíram decisivamente no sentido da autonomização do campo da história em relação aos ideários nacionalistas e ao campo do poder? Qual o lugar da historiografia como possível instrumento de nacionalização? Importa considerar diversos momentos na afirmação da centralidade do conceito de nação no discurso historiográfico e na relação deste último com os nacionalismos.

Na fundação da Academia Real das Ciências, no final do século XVIII, delineia-se um programa pragmático de cultivo da história. Aposta-se nas ciências da natureza mas também na economia e nas ciências do homem. O Abade Correia da Serra, um dos seus fundadores, homem cosmopolita e viajado, exprime a intenção de aprofundar o conhecimento da nação, com um propósito utilitário: “O conhecimento do que uma nação é, e do que pode ser, pelo que tem sido, é dos mais úteis para a sua felicidade, e só pode esperar-se dos esforços unidos de um corpo tal, como a Academia” (Serra, 2006 [1789], p.214).

Longe de pretender romper com a tradição histórica, no primeiro liberalismo português - que se difunde na imprensa periódica de Londres ainda antes da revolução de 1820 - pode notar-se um modo de conciliação entre presente e passado, entre nação e monarquia, entre nação e religião católica. O nacionalismo liberal, que nasce no confronto com o expansionismo napoleónico e depois com a tutela britânica sobre Portugal, legitima-se enraizando-se numa teoria de constitucionalismo histórico que invoca instituições originárias na Idade Média (daí a relevância de conceitos como *cortes*, *leis fundamentais*, *constituição*, entre outras), em autores como Hipólito José da Costa, Rocha Loureiro ou José Liberato Freire de Carvalho - todos eles jornalistas exilados em Londres. Neste último encontra-se aliás uma posição muito crítica em relação à dependência de Portugal para com a Inglaterra.

O interesse pragmático pela história prossegue nos anos 30 e 40 quando se desenvolve a polémica internacional acerca da prioridade dos descobrimentos na costa ocidental africana. Nela tem papel destacado o Visconde de Santarém (mas não se esqueça o Cardeal Saraiva) na argumentação histórica contra a tese francesa. Estavam em causa interesses coloniais portugueses em África. Na obra de Santarém é muito evidente a relação entre história e diplomacia (a primeira ao serviço da segunda) para demonstrar os direitos históricos do estado português a pontos da costa africana como Molembo, Cabinda e Ambriz. Uma revista como os *Anais Marítimos e Coloniais* difunde a posição portuguesa (1840-46). Santarém era adepto do antigo regime político, o que não comprometeu de modo algum o seu envolvimento na defesa dos interesses do Estado liberal na sua política externa (Protásio, 2009).

Alexandre Herculano não terá estabelecido uma ruptura com a história que se praticava antes dele na Academia das Ciências (Macedo, 1980, pp.14-16). Mas tendo começado pelo jornalismo e pelo romance histórico no início do decénio de 1840, marcou de um modo muito claro a distanciação crítica em relação ao que designava de história fabulosa – isto é uma história que aceitava tradições míticas como a que identificava Portugueses com Lusitanos, o milagre de Ourique nas origens da independência de Portugal, ou as supostas Cortes de Lamego – para não aludir à velha tradição de uma linhagem de reis mitológicos iniciada com Túbal. Para Herculano, o valor da verdade em história – basilar na construção científica - sobrepunha-se ao culto de qualquer alegada tradição gloriosa, não fundamentada historicamente em evidência documental. O historiador acentuava decisivamente a distinção história-mito. Reconhecendo o sentimento de lealdade patriótica como uma virtude, não deixava contudo de se precaver contra os seus efeitos nocivos na escrita da história:

“O patriotismo pode inspirar poesia; pode aviventar o estilo; mas é péssimo conselheiro do historiador. Quantas vezes, levado de tão mau guia, ele vê os factos através do prisma das preocupações nacionais, e nem sequer suspeita que o mundo se rirá, não só dele, o que pouco importará, mas também da credulidade e ignorância do seu país, o qual desonrou, querendo exaltá-lo!” (Herculano, 1846, I, p.16)

Note-se, no entanto, que Herculano sempre valorizou o sentimento de lealdade patriótica e defendeu a independência nacional em termos inequívocos, chegando até a posicionar-se em termos adversos em relação ao progresso material. Alguns exemplos: quando em 1838 não põe em causa o valor instrumental da tradição da Padeira de Aljubarrota, subalternizando o problema da sua autenticidade; quando, em 1853, em polémica acerca da centralização, advertia dos riscos que poderia ter a construção do caminho de ferro do leste, que ligaria Lisboa a Madrid; ou já em 1861, ao subscrever um manifesto nacionalista da Comissão 1º de Dezembro (Matos, 1998).

A Regeneração corresponde a um tempo de transformação do Estado e de introdução em Portugal de inovações tecnológicas. De reacção nacionalista à difusão de projectos iberistas, unitários ou federalistas. Vulgarizaram-se então centenas de artigos de imprensa periódica,

manifestos, panfletos, livros de história, romances e dramas históricos contra a ameaça iberista (Catroga, 1984, Pereira, 1996). Em muitos destes textos afirma-se uma intencionalidade de enraizamento histórico em que domina uma teoria teleológica de progresso e de sucesso da nação que viria a ser parodiada por Eça de Queiroz.

Oliveira Martins herda a atitude crítica de Herculano em relação às tradições míticas mas vai mais longe, tornando-se o mais fundamentado crítico do comemorativismo histórico que então se pratica. Num tempo europeu marcado pela unificação política da Itália, a emergência do II Império alemão e a derrota militar da França, Martins constrói a contra-narrativa mais convincente de denúncia da “decadência” a que chegara a nação, nos antípodas do paradigma dominante da narrativa de sucessos, triunfalista, comandada por uma noção linear de progresso. Não surpreende pois que essa sua narrativa trágica da deriva nacional tenha sido apropriada como arma política pelos republicanos contra a monarquia constitucional.

O autor do *Portugal Contemporâneo* é o mais eloquente crítico do modelo de desenvolvimento fontista e, por outro lado, o crítico mais mordaz do comemorativismo histórico que o regime constitucional não consegue capitalizar a seu favor:

“Não se vive de glórias passadas, existe-se por via de forças actuais. Arremeter com foguetes no 1º de Dezembro de cada ano, parece caricato quando em toda a gente há a consciência da nossa fraqueza militar. *Solenizar em navios de papelão dourado as esquadras passadas, de uma nação que deixou de ter marinha. Não será burlesco? Não levará a reduzir o patriotismo a um sentimento de teatro, e avida nacional a uma ópera?*” (Martins, s.d., I, [1880], 225).

Martins punha em causa um patriotismo retrospectivo e retórico que encontrava os seus modelos no passado, como se este fosse uma Idade de Ouro sempre superior ao presente – um antigo regime de historicidade, para empregarmos o conceito de F.Hartog (Hartog, 2003). Cerca de sessenta anos depois, nos primórdios da II Guerra Mundial, Fernando Piteira Santos retomaria esta atitude anti-historicista e anti-passadista de culto de glórias “irremediavelmente passadas”, apelando à luta quotidiana “por um presente melhor” (cit. em Neves, 2007, 305).

Voltando a 1880: na polémica entre Eça de Queiroz, e Pinheiro Chagas nota-se um duplo equívoco (Eça baseava-se na visão crítica de Oliveira Martins acerca do império português oriental e não lera a *História de Portugal* de Pinheiro Chagas). Mas a intervenção de Eça nesta polémica é extremamente significativa pois nela distingue dois tipos de patriotismo: o patriotismo retórico “patriotaça” e o patriotismo construtivo, voltado para a acção no presente. Evidentemente, patriotismo não é sinónimo de nacionalismo, pois este, além de sentimento e consciência nacional, envolve movimento e doutrina política. Mas o que importa sublinhar é que no quadro do nacionalismo liberal se estabeleciam relações muito diversas com o tempo: de passadismo e continuidade ou, ao invés, uma atitude prospectiva e futurante.

No contexto de uma teoria positivista e étnica da nação em que valoriza o papel do povo, Teófilo Braga dissocia nação e monarquia (dinastia de Bragança), vendo esta como um “corpo estranho”. E acentua a oposição entre o pensamento federal – que via como ideia força da história nacional – e a unificação num grande estado que se afirmou na história moderna (Braga, 1894, X e 153). Aliás, os republicanos, com os seus centros e clubes de bairro, formas de contacto directo com as camadas populares e a relevância que concederam a todo um argumentário historicista contribuíram indiscutivelmente para a nacionalização dos portugueses, especialmente nos centros urbanos (Catroga, 1991).

Os eruditos de finais do século XIX e princípios do séc. XX, adoptam um registo de história positiva, aparentemente distanciada em relação às questões doutrinárias (A. Braamcamp Freire, Gama Barros, Cristovão Aires, entre outros). Todavia, o conceito étnico de nação teorizado por Teófilo Braga faz o seu caminho simultaneamente entre historiadores republicanos e entre tradicionalistas, defensores de uma monarquia orgânica. Entre estes ganha destaque o grupo do Integralismo Luistano, que revê o percurso histórico nacional à luz do conceito de raça, substituindo a narrativa liberal e republicana de decadência (projectando-a agora sobretudo no século XIX e responsabilizando a revolução liberal, a maçonaria e o judaísmo por esse declínio). Em oposição à I República constrói um conceito tradicionalista e orgânico de nação. Por outro lado, os historiadores republicanos, herdeiros da narrativa liberal valorizavam conceitos como povo, revolução, progresso, decadência e burguesia. Mas também raça. E é a I República que institui, entre outros dias feriados, o 1º de Dezembro – aliás considerado festa da bandeira. A primeira experiência republicana é em Portugal marcada por intensos debates políticos. E a experiência histórica não deixa de ser assiduamente convocada.

A este nacionalismo étnico e conservador opõe-se um universalismo humanista – o da *Seara Nova* - que não enjeita um patriotismo prospectivo e um nacionalismo ecuménico, entendido como “legítimo nacionalismo”, isto é, “estudo e elaboração das realidades nacionais e na perspectiva universalista” (Sérgio, 1980 [1920], 64). Posição universalista que, no caso de António Sérgio, se fundamenta numa teoria europeísta da independência de Portugal. Por seu lado, Jaime Cortesão desenvolve uma tese que, colocando em evidência o condicionalismo geográfico, valoriza o factor democrático – a participação popular em momentos decisivos do percurso histórico nacional como a revolução de 1383.

Tal posição crítica vai enfrentar o nacionalismo exclusivista do Estado Novo que no plano da história ensinada adopta, em Abril de 1932 (Gustavo Cordeiro Ramos), um rígido programa estatal de instrumentalização da memória da nação: identificavam-se os princípios que deviam ser glorificados (família, fé, autoridade, firmeza do governo, respeito da hierarquia) e os que deviam ser censurados (enfraquecimento da confiança no futuro, ausência de culto dos heróis). Era todo um programa de doutrinação nacionalista que se alargará em termos sistemáticos a partir de 1936, com Carneiro Pacheco no Ministério da Educação. Mas esse

programa não foi totalmente unânime, entre os apoiantes do regime houve divergências significativas (Matos, 1990, 129-131), como de resto sucedeu em Espanha (Saz, 2006, 152-164). Este nacionalismo retrospectivo e historicista valorizava como tópicos-chave a missão evangélica da nação e do seu império, a civilização lusíada, o mito da cruzada na resistência ao Islão, tradições míticas como a da identificação entre Portugueses e Lusitanos (e até, em certos casos ainda o milagre de Ourique) e heróis-tipo como Nuno Álvares e o Infante D. Henrique. Tais tópicos cristalizam ainda no V centenário da morte do Infante D. Henrique, em 1960 (Matos, 2008). Mas por essa época que já era de crise do regime (campanha presidencial de 1958, tentativas de golpes militares em 1959 e 1961, início da guerra colonial, 1961, crise académica de 1962) notava-se já a erosão desta cultura histórica nacionalista e imperial. No Estado Novo domina um nacionalismo defensivo (embora no plano da linguagem possa por vezes parecer o contrário), um nacionalismo que não caminhava no sentido do alargamento do espaço público de cidadania antes na mobilização ideológica e sectária no sentido da ideologia dominante. A par da desvalorização da política como exercício de direitos cívicos, incentivava-se a desmobilização e o refluxo no espaço privado (lembrem-se os quadros afixados nas escolas com as mensagens de Salazar, “A lição de Salazar”). Historiadores universitários e eruditos que deram relevantes contributos para a historiografia portuguesa – caso de Paulo Merêa em 1940 ou de Torcato de Sousa Soares em 1962 – consideravam que o patriotismo não era incompatível com a objectividade em história (Oliveira, 2011, 46). Dentro de certas condições: aquando do Congresso do Mundo Português (1940), afirmava Paulo Merêa: “A verdade histórica e o sentimento patriótico não colidem, desde que este não seja uma contemplação saudosista das glórias passadas, nem uma exacerbação megalómana do orgulho colectivo, mas sim ma consciência serena e legitimamente entusiástica do nosso valor, do nosso papel e do nosso ideal”. Valorizava a história como instrumento de consciência de si de um povo, sob a condição indispensável de “não a deformar”. E retomando Oliveira Martins (sem o citar), considerava que as comemorações do duplo centenário de 1940, então a decorrer, deveriam ter a “a profundidade e a gravidade dum exame de consciência” (Merea, 1941, p.338).

Desde os anos 40 difundiam-se as contra-culturas neo-realista e por outro lado a surrealista. Afirmava-se, na Universidade e à margem dela – em associações culturais como o Ateneu Comercial de Lisboa ou em passeios informais como os realizados a Vila-Franca de Xira - um pensamento crítico que herdara a narrativa republicana e laica do percurso histórico nacional. A nova geração que se afirma nesses anos no campos da história e do ensaio - V. Magalhães Godinho, A. José Saraiva, Óscar Lopes, Joel Serrão, Fernando Piteira Santos, Barradas de Carvalho, Jorge Borges de Macedo, Armando Castro para só citarmos historiadores - animada pela derrota dos regimes totalitários de direita, procede à crítica do ambiente cultural que então se vive (caso do comemorativismo histórico do Estado Novo como expressão de um nacionalismo estéril) (Godinho, 1947). Vitorino Magalhães Godinho identifica os factores de

crise da historiografia e inicia uma renovação de perspectivas e problemas. Esta geração viveu um exílio cultural – e territorial pois alguns tiveram que se expatriar – e foi construindo uma contra-narrativa, claramente divergente em relação à narrativa tradicionalista, étnica e conservadora do Estado Novo. Entre os intelectuais que então se afirmaram ganhou destaque, no domínio da história, o conceito de classe. Refiram-se, entre outros, os historiadores ligados ao Partido Comunista Português: Costa Dias, Flausino Torres, Victor de Sá, Fernando Piteira Santos, Joaquim Barradas de Carvalho, Armando de Castro, António Borges Coelho, José Tengarrinha (Neves, 2010 e Madeira 2007), todos eles herdeiros do pensamento histórico liberal-radical, republicano e socialista.

Entre os problemas que então se discutiam na historiografia portuguesa dos anos 60, já muito marcada pela corrente dos *Annales* e pelo marxismo (só mais tarde pelo estruturalismo), encontravam-se o conceito de revolução, o carácter social das revoluções liberais, o alegado fracasso da revolução industrial e da construção de uma sociedade burguesa, as limitações das reformas sociais e económicas empreendidas pelas elites, as relações com o Brasil colonial e pós-colonial, a dependência em relação à Inglaterra e, naturalmente, problema dos problemas, o atraso económico – visto sobretudo em comparação com a Inglaterra, considerada caso padrão (mas já também com a França e a Espanha). Note-se que o alegado fracasso da revolução industrial e da persistência de estruturas sociais e económicas do Antigo Regime são teses também muito em voga na historiografia espanhola da época (caso de Jose Maria Jover ou de Tuñon de Lara).

Afirmava-se o interesse pelo século XIX (só depois pela I República), esquecido nas universidades porquanto confundido com jornalismo, política e sociologia e assim sendo, a evitar pelo poder. Já em plena década de 1960, Silva Dias e Jorge Borges de Macedo eram excepções na orientação de teses de licenciatura de temas oitocentistas.

Como lidaram os historiadores marxistas com os conceitos de classe e nação? Poder-se-ia pensar que em nome do internacionalismo comunista rejeitariam um ponto de vista nacionalista. Nada mais equívoco. Na verdade, como mostrou José Neves, a historiografia marxista valorizou o ponto de vista nacional. E não raro identificou os inimigos da nação – por exemplo, em 1383 e em 1580 fracções dos grupos sociais possidentes - com os interesses castelhanos. Por exemplo, Álvaro Cunhal foi um dos autores que difundiu a tese segundo a qual as classes possidentes sempre preferiram o domínio estrangeiro à tomada do poder pelas forças progressistas e revolucionárias. E considerou que foi a “revolução burguesa” dos finais do século XIV que levou Portugal a realizar os “a epopeia dos descobrimentos” (Cunhal, 1975, pp. 66 e 97). E Victor de Sá valorizou o protecçãoismo económico que o liberalismo radical setembrista defendeu – ou seja um nacionalismo económico, associando-o ao empenho nas actividades produtivas (indústria, agricultura).

Do lado da narrativa conservadora, católica e estadonovista poder-se-iam convocar numerosos casos reveladores de intromissão de um nacionalismo exclusivista e de preconceitos políticos na escrita da história. Refira-se, a título de exemplo, a tese segundo a qual a expansão ultramarina era um serviço de Deus, comandado pelo espírito de cruzada. Ou, nos livros escolares, a explicação segundo a qual a não entrada de Portugal na II Guerra Mundial ter-se-ia ficado a dever a Salazar, que assim salvou a nação.

Poder-se-á contudo considerar que houve em Portugal, nos séculos XIX e XX, um programa sistemático de nacionalização dos portugueses – ou seja de formação de cidadãos imbuídos de uma consciência nacional – através da historiografia? Empregamos aqui o conceito de nacionalização num sentido amplo “de qualquer tipo de proceso cuyo resultado fuera la identificación de la mayor parte de la población de un ‘Estado territorial’ con un Estado nacional’ y en definitiva, con una determinada idea de nación” (Torres, P. R. 2012, p.16) É um problema que, ao invés do que sucede em Espanha nas últimas décadas (Archiles, 2011), carece de uma investigação aprofundada.

Ao longo do século XIX, a acreditar nos testemunhos de muitos intelectuais, de Garrett e Herculano a Basílio Teles, passando por Oliveira Martins e Ramalho Ortigão, a sociedade portuguesa, predominantemente rural e dominada pelo analfabetismo, foi marcada pela ausência de espírito de cidadania e pela indiferença em relação à política. Mas implicaria este alheamento em relação à *res publica* que tão bem documentado foi por Rafael Bordalo Pinheiro ausência de consciência nacional? À primeira vista, seríamos levados a crer que o processo de nacionalização se acentuou no período inicial do Estado Novo, sobretudo a partir de 1936, com recurso à “política do espírito”. Mas uma vez que o regime de Salazar promoveu a desmobilização dos cidadãos do espaço público – e exclusão de grande parte dos portugueses, os que não se reviam no Estado Novo e na sua propaganda - é discutível, em rigor falar-se de *nacionalização* para este período. Por outro lado, no campo da memória nacional, até mesmo na vigência da ditadura coexistiram múltiplas narrativas do passado, não coincidentes nas suas intencionalidades e interpretações: podemos distinguir uma narrativa laica e liberal do passado (que se prolonga com novos desenvolvimentos entre os historiadores republicanos já no século XX), muito centrada no conceito de nação, de uma narrativa tradicionalista e católica difundida pelo Estado Novo. Se esta última foi largamente difundida pelo Estado e pelas instituições dele dependentes durante mais de quarenta anos, também é verdade que desde os anos sessenta ela sofreu acentuada erosão, com a larga difusão que foi adquirindo a narrativa republicana. Toda uma contra-cultura crítica em relação aos excessos de um nacionalismo retórico e passadista foi alastrando entre as elites e a juventude dos anos 50 a 70. No seio de cada uma destas grandes narrativas encontramos aliás estratégias bem diversas. Um exemplo apenas: historiadores como Herculano, Oliveira Martins, Teófilo Braga e Jaime Cortesão constroem teorias da nação portuguesa muito diferentes - embora neles se possam naturalmente encontrar pontos de

contacto – ora sublinhando a componente da vontade política das elites ora valorizando um determinismo étnico.

Note-se ainda que no seio da narrativa laica da história nacional delinea-se um atitude crítica em relação às intromissões do patriotismo na operação historiográfica, de Herculano a Vitorino Magalhães Godinho (de 1846 a 2011). No interior desta genealogia historiográfica, afirma-se também uma posição crítica em relação às ritualizações da história que dominaram de cerca de 1861 até aos últimos anos e que se estrutura de Oliveira Martins a Godinho para, mais recentemente, se esbater. Sempre estabelecendo uma conexão íntima entre um conceito de história-crítica e o imperativo de cidadania. Não se pode pois dizer que este conceito de história envolvesse um programa unitário e indiferenciado de nacionalização dos portugueses.

Mas muitos outros historiadores e divulgadores da história, de Pinheiro Chagas a José Hermano Saraiva passando por João Ameal e tantos outros, foram comandados, nas suas obras, por ideários nacionalistas de diversos matizes. Indiscutível é que até finais do século XX a afirmação da história como disciplina autónoma em relação aos poderes instituídos se processou num movimento de distanciação crítica em relação às intromissões destes nacionalismos.

Por último, não pode esquecer-se que a historiografia teve um eco limitado a uma elite. Outras géneros ou suportes de expressão como o romance histórico, o teatro, a poesia, a oratória e até as artes plásticas terão porventura alcançado maior eficácia na socialização política dos portugueses. Todavia, é inegável que os historiadores tiveram uma acção directa no processo de nacionalização no século XIX, mais nesta centúria do que no século XX, acção que importa conhecer melhor, sobretudo no que respeita ao século passado. Muitos deles exerceram cargos públicos e mantiveram estreito contacto com os seus leitores através dos meios de comunicação social. Mas hoje em dia, no tempo em que se multiplicam as solicitações tecnológicas e a sociedade da informação e do espectáculo domina – com raras excepções- o lugar dos historiadores tende a restringir-se a uma margem.

Bibliografia

- ARCHILÉS, Ferran. (2011) “Melancólico Bucle. Narrativas de la nación fracasada e historiografía española contemporánea”, *Estudios sobre nacionalismo y nación en la España Contemporánea* (SAZ. I e ARCHILÉS eds.), Zaragoza, PUZ, 245-330
- BRAGA, Teófilo. (1894) *A pátria portuguesa. O território e a raça*, Porto, Lello e Irmão.
- CATROGA, Fernando. (1991) *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras.
- CUNHAL, Álvaro. (1975) *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa
- GODINHO, V. M. Magalhães Godinho. (1947), *Comemorações e história*, Lisboa, Seara Nova

- HERCULANO, Alexandre.(1980 [1846]), *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III* (pref. e notas críticas de José Mattoso), vol I., Venda-Nova/Amadora, Bertrand.
- MACEDO, Jorge Borges.(1980)*Alexandre Herculano, polémica e mensagem*, Lisboa, Livraria Bertrand
- MADEIRA, João.(2007) “Os novos remexedores da história”, in *Batalha pelo conteúdo: movimento neo-realista português. Exposição documental*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Museu do Neo-Realismo, pp. 304-331
- MARTINS, J.P. Oliveira.(s.d. [1880])“A HP e os seus críticos”, *História de Portugal*. Edição crítica (introd. de Isabel de Faria e Albuquerque e pref. de Martim de Albuquerque), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATOS, S.Campos. (1990), *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, L. Horizonte
- MATOS, S.Campos. (1998) *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Ed. Colibri
- [MERA, Paulo]. (1941) “Os Congressos do mundo português”, *Revista Portuguesa de História*, v.I, Coimbra, p.336-339.
- NEVES, José.(2010)*Comunismo e nacionalismo em Portugal*, José NEVES, *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*, Lisboa, Tinta-da-China.
- OLIVEIRA, António de.(2011) “Seis décadas de história na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970). Um esboço de tendências”, *Revista Portuguesa de História*, t. XLII, pp.11-60
- REIS, Jaime.(1993)*O atraso económico português em perspectiva histórica. Estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX, 1850-1930*, Lisboa, I.Nacional/ Casa da Moeda.
- SAZ, Ismael(2006) “La España del franquismo. Ascenso y declive del discurso de nación”, *Discursos de España en el siglo XX* (Forcadell. C et alia), s.l., Publicaciones de la Universitat de Valencia, 2009, pp.147-164.
- SÉRGIO, António.(1980 [1920])*Ensaio I*, 3ªed., Lisboa, Sá da Costa
- SERRA, José Correia da.(2006 [1789])*Discurso preliminar*, in CARDOSO, José Luís (ed.)*Portugal como problema*, vols. V, Lisboa, FLAD/Público, pp.212-215.
- SOARES, Torquato Sousa. (1962)*Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, Coimbra, FLUC
- TORRES, P. R. (2012) “Política social y nacionalización a finales del siglo XIX y en las primeras décadas del XX”, *La nación de los Españoles* (SAZ. I e ARCHILÉS eds.), s.l., Publicaciones de la Universitat de Valencia , 15-38.

Pesquisando a história contemporânea no Brasil: a experiência do CPDOC

Celso Castro

CPDOC-Fundação Getúlio Vargas

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas foi criado em 1973 com o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas em sua área de atuação. Mais recentemente (a partir de 2003) incorporou a atividade de ensino, passando também a oferecer cursos de graduação (em Ciências Sociais e em História) e de pós-graduação (mestrados profissional e acadêmico e doutorado, reunidos no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais).

Ao longo de sua existência, o CPDOC constituiu o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por aproximadamente 200 fundos documentais, totalizando cerca de 1,3 milhão de documentos, criou um Programa de História Oral que possui cerca de 1.000 entrevistas e 6.000 horas de entrevistas e lançou o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, única obra de referência de seu tipo no país.²

Desde o início, a instituição tornou-se a “unidade de Ciências Sociais e História” da FGV, como seu regimento afirma desde então. Unia-se também pesquisa e documentação no próprio nome da instituição. Nesse espírito, formou-se uma equipe multidisciplinar que reunia pessoas formadas ou pós-graduadas numa das Ciências Sociais³ ou em História, além de pessoal técnico com experiência na área de documentação. Essa equipe atuou, ao longo desses 40 anos, numa perspectiva interdisciplinar.

Uma história do tempo recente

“História contemporânea do Brasil” referia-se originalmente ao período iniciado com a Revolução de 1930.⁴ Além disso, havia uma ênfase no estudo da história política e, em particular, das elites políticas. Não foi simples a tarefa de criar e afirmar uma instituição com essas características, no Brasil dos anos 1970 e 1980. É interessante observar que, se o estudo da história política era então marginalizado nos estudos históricos, a história especificamente

² Para mais informações sobre a instituição, ver o Portal CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc>.

³ No Brasil, tradicionalmente entende-se por Ciências Sociais as áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, geralmente reunidas num único curso de licenciatura ou bacharelado e, mais recentemente, Relações Internacionais.

⁴ Na prática do CPDOC, no entanto, muitas vezes esse marco tem sido ampliado para todo o período republicano, iniciado no Brasil em 1889.

das elites ou grupos sociais “dominantes” era, por sua vez, duplamente marginalizada em relação ao estudo da ação política de grupos socialmente “dominados”.

A História Oral, método no qual o CPDOC foi pioneiro no Brasil era à época uma novidade em termos de pesquisa, mas terminou por contribuir muito para a renovação dos estudos históricos. A História Oral foi implantada no CPDOC com um projeto amplo intitulado “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras de 1930 até os dias de hoje”. Os “dias de hoje” eram a segunda metade dos anos 1970. Entendia-se “elites políticas” ou “classe política” num sentido lato, como “o conjunto de indivíduos que ocupa posições de mando na sociedade, e que exerce influência direta sobre as decisões centrais que afetam a comunidade em seu conjunto.” Desse conjunto faziam parte não apenas pessoas que ocuparam cargos formais no Estado, mas também aqueles que, “situando-se fora dele, cooperam com ele ou o hostilizam, constituindo, eventualmente, uma ‘contra-elite’ ou classe política potencial, passível de converter-se — em momentos históricos de ruptura — em futura classe política.”⁵

Por “trajetória e desempenho” dessa elite política entendia-se: “sua inserção social, influências intelectuais e políticas, os subgrupos que os compõem, suas respectivas funções, desempenho, conflitos e clivagens, visão de mundo, projetos específicos, visão retrospectiva de sua atuação e reavaliação do período etc.”⁶ Alguns eventos históricos brasileiros serviam como marcos referenciais: 1922, 1930, 1946 e 1964.

Para compreendermos o que significava criar uma instituição voltada para a história contemporânea nesse período, em particular em sua dimensão política, é importante observar o contexto da disciplina histórica da época, tanto no Brasil quanto no exterior. Havia, em geral, no Brasil, pouco interesse pela história mais recente em detrimento de períodos anteriores (no Brasil o maior interesse era pelo séc. XIX, inclusive devido à existência de acervos documentais sobre esse período abertos à consulta). No plano internacional, para além da historiografia mais factual e tradicional, a história social inglesa e a dos *Annales* também não se interessavam muito, nesse momento, pela história política. No plano teórico e metodológico, o desafio era fazer uma história política que não fosse a história tradicional, factual; uma história política que fosse além do fato e capturasse a estrutura da conjuntura política e a lógica dos atores que construíram um determinado processo político. Como fazer isso?

No final dos anos 1980 e principalmente ao longo da década de 1990 vivemos o processo que René Remond chamou de “renascimento da história política”.⁷ É importante destacar que o “retorno” da história política ao centro dos interesses da disciplina histórica não se fez nos moldes da história política criticada pela “Nova História”. Ou seja, não era a história

⁵ ALBERTI, Verena. (1998) *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV, p. 2.

⁶ *Idem*.

⁷ Em *Pour une histoire politique* (Paris, Seuil, 1988).

política do culto dos grandes homens e da descrição dos acontecimentos restrita ao episódico, ao individual, ao factual. Tratava-se de uma história política por sua vez também “nova”, posterior ao desenvolvimento da história social e da história das mentalidades e profundamente influenciada por outras disciplinas, como a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política, apenas para mencionar algumas. Essas influências de outras áreas possibilitaram o surgimento de problemáticas inovadoras e a utilização de novas técnicas pela história política. Isso, por sua vez, colocou algumas questões também novas para a discussão sobre as fontes para a pesquisa de história política.

A chamada “nova história política” passou a dar grande importância à dimensão social e cultural dos eventos e da ação dos atores políticos. O papel do ator político pode então ser colocado em bases muito diferentes daquelas em que se situava não só a história política “antiga”, como também um tipo de “nova história” que valorizava apenas o estudo das “estruturas” de mais longa duração temporal, desprezando a ação individual. Os indivíduos puderam passar a ser vistos, por exemplo, como possuindo uma relativa autonomia para formular projetos de ação que estão sempre referidos - dialogam e eventualmente conflitam - com outros projetos. Daí a valorização da noção de subjetividade. Como todo projeto tem uma dimensão consciente e pública, e portanto estabelece relações de poder com outros projetos, fica aberta a possibilidade da existência de projetos coletivos, comuns a um determinado círculo social. Sendo assim, todo projeto tem um caráter eminentemente político. Existe, entretanto, um campo de possibilidades para a formulação de projetos e para a ação que é limitado historicamente e culturalmente. Daí a importância de se estudar as formas de socialização intelectual e profissional, as redes de relações pessoais e a cultura política na qual esses membros da elite viveram.⁸

Mudanças de perspectiva como esta alteraram o uso que os pesquisadores de história política faziam das fontes documentais. Como consequência, algumas fontes documentais passaram a receber uma atenção toda especial e a possuir um estatuto diferente do que tinham antes. Dentre elas, a meu ver, três se destacam no estudo das elites políticas: os arquivos privados pessoais, os depoimentos orais e as biografias de grupos de indivíduos.

No caso dos arquivos privados pessoais, além da óbvia importância da existência de informações secretas e confidenciais, cria-se a possibilidade de estudar, através deles, mentalidades políticas⁹, especialmente através de documentos preciosos como séries de correspondência privada, não-oficial. Além disso, só os arquivos privados possuem documentos

⁸Para as noções de *projeto* e *campo de possibilidades*, ver VELHO, Gilberto. (1981) “Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas”, em: *Individualismo e Cultura*, Rio de Janeiro, Zahar, p. 13-37.

⁹Esse ponto foi destacado por FERREIRA, Marieta de Moraes. (1987) *Mentalidades políticas, discurso oligárquico e arquivos privados*. (Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, Documento de trabalho, 20 p.)

como diários, versões preliminares de documentos posteriormente tornados públicos e outros tipos de documentos que registram momentos essenciais da trajetória pessoal de determinado indivíduo.

A história oral tem a especificidade de ser um método de pesquisa que gera documentos, as entrevistas. Utilizamos extensamente, na história oral feita no CPDOC, a história de vida. No caso do estudo de elites, o objetivo principal da história de vida não é, como muitas vezes ocorre nos estudos com camadas populares, obter dados sobre datas e acontecimentos, e sim compreender o significado da ação. Ou seja, explorar uma vivência específica, a subjetividade de um ator, construída a partir de sua trajetória específica através de diferentes círculos sociais. Além disso, muitas vezes, apenas fontes desse tipo nos permitem compreender o “clima” de épocas, instituições e eventos, entender uma determinada cultura política a partir do ponto de vista de seus participantes e ter uma visão global de períodos e processos históricos longos¹⁰.

Finalmente, temos uma terceira fonte, embora não primária, mas que passa a receber um estatuto especial com o advento da “nova” história política: os estudos biográficos de séries de indivíduos. É neles que se baseiam perspectivas como a da prosopografia - abordagem que teve como campo de aplicação privilegiado o estudo das elites romanas e que posteriormente foi aplicada a outros contextos¹¹. A prosopografia consiste basicamente em estabelecer notas biográficas de um conjunto de indivíduos que compartilham algo em comum (p. ex., o pertencimento a determinado grupo de elite) e, a partir daí, através do exame comparativo e relacional dessa série biográfica, construir uma espécie de gramática das relações sociais. No caso do CPDOC, a experiência do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, foi a base informacional, até então inédita em relação à história contemporânea do Brasil, que permitiu esse esforço.

Não poderei deter-me aqui, por razões de espaço, na renovação temática que marcou a pesquisa no CPDOC na última década. O estudo da história política, em particular das elites, embora continue sendo um tema central, abriu espaço para o estudo de outros temas e atores. Ganham espaço temas ligados à cultura, à sociedade e às relações internacionais, e um amplo espectro de atores que não pertenceram à elite passaram a frequentar assiduamente nossas pesquisas, publicações, exposições. A centralidade do estudo da história, da sociedade e da

¹⁰Ver, a respeito, ALBERTI, Verena. (1990) *História Oral: a experiência do CPDOC*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas e CAMARGO, Aspásia. (1984) “Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas.” *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 27, n° 1, p. 5 a 28.

¹¹Sobre a prosopografia, ver, entre outros, NICOLET, Claude. (1970) “Prosopographie et histoire sociale: Rome et l'Italie”. *Annales E.S.C.*, 25, n°5, set.-out., p. 1209-28; e ROUSSEAU, Isabelle. (1990) “La prosopografia: ¿un método idóneo para el estudio del Estado?”, *Revista Mexicana de Sociología* n° 3/90, jul.-set, p. 237-47.

cultura brasileiras passaram também a ser crescentemente vistas numa perspectiva mais mundializada – o Brasil no mundo. Apesar disso, ou talvez justamente por causa desse alargamento temático e dessa ampliação de horizontes, as características fundamentais da instituição puderam ser preservadas: o valor da interdisciplinaridade, a preocupação com métodos de pesquisa e o cuidado com as fontes.

Destacarei a seguir mais dois dos principais problemas enfrentados pelo CPDOC ao longo de sua história, com atenção especial aos atuais desafios que se apresentam para a instituição: a preservação do caráter interdisciplinar que é uma de suas marcas características e a manutenção de seu acervo documental-informativo.

Uma instituição interdisciplinar

Sem entrar em longas discussões conceituais, por interdisciplinaridade temos entendido a prática de pesquisa que privilegia a utilização do instrumental teórico e metodológico de várias disciplinas, sempre que forem relevantes para a melhor compreensão de um determinado assunto, não se restringindo aos quadros de uma única disciplina. Neste sentido, o mais importante é buscar estimular aquilo que o sociólogo americano C. Wright Mills chamou de "imaginação sociológica", que:

“[...] consiste em parte considerável na capacidade de passar de uma perspectiva para outra, e, nesse processo, consolidar uma visão adequada de uma sociedade total e de seus componentes. É essa imaginação, é claro, que distingue o cientista social do mero técnico. Técnicos adequados podem ser instruídos em poucos anos. A imaginação sociológica também pode ser cultivada; por certo ela raramente ocorre sem muito de trabalho, muitas vezes rotineiro. Há no entanto uma qualidade inesperada em relação a ela, talvez porque sua essência seja a combinação de ideias que ninguém supunha que fossem combináveis – digamos, uma mistura de ideias da filosofia alemã e da economia britânica. Há um estado de espírito lúdico por trás desse tipo de combinação, bem como um esforço verdadeiramente intenso para compreender o mundo, que em geral falta ao técnico como tal.”¹²

¹²MILLS, C. Wright. (2009) *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Seleção e introdução de Celso Castro. Rio de Janeiro, Zahar, p. 41.

É óbvio que existem diferentes disciplinas acadêmicas, do ponto de vista institucional: há placas que demarcam qual é o nome do departamento, diferentes cátedras, revistas que assumem o nome de uma determinada disciplina etc. Se isso é explicado historicamente pelo processo de crescente divisão do trabalho e institucionalização e especialização das ciências em geral, o fato é que vivemos um certo paradoxo intelectual: somos formados lendo grandes clássicos – como Marx, Weber, Simmel etc. – que não se encaixam com facilidade em fronteiras disciplinares, mas somos treinados a enquadrar cotidianamente nossas práticas em rótulos específicos. Por outro lado, exalta-se sempre a importância da interdisciplinaridade, sem que isso esteja acompanhado, muitas vezes, de reflexão sobre suas possibilidades e condições.

No caso do CPDOC, em que contexto institucional específico essa discussão se coloca? Creio ser fundamental ressaltar que, durante os 30 primeiros anos de sua existência, o CPDOC não desenvolveu atividades de ensino. Por um lado, o terreno da pesquisa e da produção do conhecimento é o que mais possibilita a prática da interdisciplinaridade. Por outro, isso permitiu evitar a criação de departamentos disciplinarizados, movimento comum na quase totalidade das faculdades.

Nesse campo, um grande desafio, a partir do início das atividades de ensino, foi manter a inexistência de “departamentos” ou de rígidas fronteiras disciplinares, e concentrar nossos investimentos em inovações curriculares e de prática didática. No caso do ensino de graduação, em que pesem exigências legais da separação dos cursos (devido ao diploma que conferirão), mantivemos um ciclo básico comum nos dois primeiros anos, e instituímos a prática de discussões coletivas, antes do início de cada semestre letivo, com todos os professores, de modo a que pudessem socializar seus objetivos didáticos e conteúdos disciplinares. No caso da pós-graduação, criamos um Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais que, como o próprio título deixa claro, abarca todo o espectro multidisciplinar da formação acadêmica dos professores do CPDOC. O projeto foi originalmente enviado para o comitê disciplinar da agência governamental responsável pela regulação da pós-graduação no Brasil, porém veio a ser por ela enquadrada no comitê de História para efeitos de avaliação. Apesar disso, ao longo de uma década de existência da pós-graduação, conseguimos preservar nossa identidade institucional interdisciplinar, evitando sujeitá-la a eventuais orientações disciplinarizantes externas. Outra experiência interessante tem sido o desenvolvimento de cursos de pós-graduação lato sensu, que fazem com que professores do CPDOC interajam com profissionais de outras áreas, como cineastas documentaristas, jornalistas, gestores e produtores culturais.

Unindo pesquisa e documentação no mundo atual

Ao longo de quatro décadas a rotina cotidiana das atividades de pesquisa e documentação foi marcada por uma convivência íntima. Como vimos, o CPDOC foi criado em 1973 com o duplo objetivo de formar um acervo de fontes relacionadas com o período posterior à Revolução de 1930 e realizar trabalhos de pesquisa acadêmica nessa área. A íntima vinculação entre documentação e pesquisa está inscrita, vale mais uma vez ressaltar, no próprio nome da instituição. Isso era na época uma novidade, pois o usual, não só no Brasil como na Europa e na América do Norte, era a separação, por diferentes instituições ou departamentos, das funções de documentação e pesquisa acadêmica. Essa característica levou à constituição de uma equipe formada basicamente por cientistas sociais e historiadores, ao invés de arquivistas e bibliotecários. Em parte, isso ocorreu pelo fato de que a organização de arquivos pessoais era algo marginal na Arquivologia, centrada principalmente nos arquivos públicos. Isso levou a que fosse necessário um investimento dos próprios pesquisadores, juntamente com o pessoal técnico, na definição de procedimentos técnicos e metodológicos adequados à organização do acervo documental.

Na experiência do CPDOC, como já apontamos, foi essencial a complementaridade entre fontes orais, arquivísticas e biográficas. É essencial perceber que essas fontes não são capazes, sozinhas, de satisfazer todas as demandas dos pesquisadores. Cada fonte documental possui não só uma especificidade como também uma parcialidade próprias. Daí a importância, do ponto de vista do pesquisador, da complementaridade das fontes históricas: a aposta mais produtiva é basear-se num conjunto de documentos de diferentes fontes. Além disso, a montagem e organização dessas fontes documentais esteve inserida em projetos de pesquisa, num ambiente intelectual que estimulava a interdisciplinaridade.

Nos últimos anos, porém, configurou-se um cenário que coloca novos – e enormes – desafios ao que foi feito até agora na área de documentação. Destacarei em particular três grandes desafios, interligados entre si, que continuarão a ser enfrentados nos próximos anos: a digitalização das informações, a universalização da Internet e a expansão geométrica de mídias visuais.

O mundo das informações tornou-se rapidamente digital, e a Internet é inquestionavelmente o grande meio de transmissão dessas informações, que crescentemente têm incorporado e valorizado documentos audiovisuais. São fenômenos ? suporte digital, Internet e explosão de mídias visuais ? profundamente interligados, e que nos obrigam a ter uma visão estratégica holista de como enfrentá-los, nas áreas em que atuamos.

É verdade que nos últimos anos demos alguns passos significativos. Criamos um portal na Internet que é um importante meio de divulgação das atividades do CPDOC. Desenvolvemos

o sistema Accessus que permite a consulta às bases de dados e começamos a disponibilizar online parte significativa do acervo do CPDOC que se encontra digitalizada. Fizemos também uma nova versão do Dicionário exclusivamente online.

Mas é preciso avançar muito, e rapidamente, nossa presença e expertise nessas áreas. Como integrar informações geradas em diferentes suportes ? texto, foto, áudio e vídeo ? que agora devem tornar-se digitais e disponibilizadas, o máximo possível, pela Internet? O que fazer para continuarmos sendo uma instituição pioneira e de referência nas metodologias de organização de arquivos e na produção, arquivamento e disponibilização de fontes históricas? Como manter constantemente atualizado o Dicionário? Como sermos inovadores também na área de ensino, produção de material didático e divulgação científica?

Esses são os maiores desafios do CPDOC para os próximos anos, aos quais devemos dedicar nossa máxima atenção. Temos condições para superá-los, em função do reconhecimento que temos e, principalmente, da qualidade e da disposição do corpo de funcionários do CPDOC em enfrentar e superar coletivamente esses desafios. Apesar disso, não temos a ilusão de que será possível resolver todas essas questões apenas internamente, ou seja, com nossa própria equipe. É fundamental a cooperação com especialistas em tecnologia e em ciência da informação, de alta capacitação, e não prendermo-nos à ilusão de uma solução “técnica” facilmente disponível. Acima de tudo, será preciso fazer interagir nossos funcionários com esses especialistas externos, fazendo com que compreendam linguagens diferentes e cheguem a soluções comuns.

Defesa, recuperação e valorização do património artístico e cultural como processo de “construção” e afirmação identitárias: o exemplo dos Açores

Carmen Ponte

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Universidade de Coimbra

Resumo:

Os Açores são uma região que, pela sua geografia e história (“a Geografia vale outro tanto como a História” – Vitorino Nemésio), guarda inúmeros símbolos, referências, práticas, lugares portadores de memória e identidade. Os símbolos heráldicos, o feriado regional, as festas e tradições, tais como a festa do Espírito Santo, as cavalhadas de São Pedro ou ainda os Romeiros de São Miguel fazem parte integrante deste repertório identitário e cultural açoriano. Nesse sentido, a defesa, recuperação e valorização deste património artístico e cultural adquiriu uma grande importância sobretudo a partir do período de afirmação regionalista (anos 20 e 30 do século passado) e do processo de construção identitária açoriana. É dentro deste contexto que a presente comunicação pretende reflectir – em âmbitos descritivo e analítico – sobre algumas questões significativas relacionadas com a área de memória colectiva, identidade e património açoriano, e por conseguinte ao processo de recuperação e valorização, tomando-se como base os discursos dos regionalistas dos anos 20 do Século XX, a documentação oriunda dos programas do governo regional dos Açores e, através da leitura dos *Diários das Sessões*, os debates que sobre o assunto decorreram na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores desde 1976 até aos nossos dias. Este estudo permitir-nos-á ter uma ideia mais abrangente sobre as discussões e acções adoptadas no que diz respeito à questão de afirmação, recuperação e valorização do património e identidade açorianas, ligando-as aos respectivos contextos político-administrativos.

Palavras-chave: Açores, património, identidade, regionalismo, programas do governo regional

Introdução

Os Açores são uma região que, pela sua geografia e história (“a Geografia vale outro tanto como a História” – Vitorino Nemésio), guarda inúmeros símbolos, referências, práticas, lugares portadores de memória e identidade. Os símbolos heráldicos, o feriado regional, as festas e tradições, tais como a festa do Espírito Santo, as cavalcadas de São Pedro ou ainda os Romeiros de São Miguel fazem parte integrante deste repertório identitário e cultural açoriano. Nesse sentido, a defesa, recuperação e valorização deste património artístico e cultural adquiriu uma grande importância sobretudo a partir do período de afirmação regionalista (anos 20 e 30 do século passado) e do processo de construção identitária açoriana. De facto, é sobretudo a partir da segunda geração autonomista que a vertente cultural desempenha um papel fundamental na formação da consciência regional e na consolidação da identidade açoriana. É através deste ambiente de exaltação do ideal regionalista ao nível cultural que pretendemos conhecer o modo como os regionalistas integraram o património artístico e cultural no seu discurso, o divulgaram e o valorizaram, não só para a difusão do movimento autonomista, mas também para a divulgação, valorização da identidade e património açorianos.

Por outro lado, com o presente artigo pretende-se perceber – em âmbitos descritivo e analítico – a importância da defesa, recuperação e valorização do património cultural açoriano no período pós-autonomia democrática, tomando-se como base os programas do governo regional dos Açores e os *Diários das Sessões da Assembleia Legislativa* desde 1976 até aos nossos dias. Para este trabalho, limitamo-nos à leitura das mais significativas que recaem sobre o assunto.

A defesa e valorização do património artístico e cultural nos discursos dos regionalistas

Numa época de afirmação regionalista e autonomista, a defesa e valorização do património artístico e cultural açoriano passaram a adquirir uma grande importância no discurso dos regionalistas. Se as reivindicações autonomistas açorianas tiveram início nos finais do século XIX, a segunda geração autonomista (que integra lideranças da primeira), que emerge no pós-Grande Guerra, acentua a vertente cultural enquanto elemento essencial na formação da consciência regional e na consolidação da identidade açoriana.

O regionalismo entendido como « elemento essencial de vitalidade da nação »¹³ e a busca de definição e afirmação da identidade açoriana serão as temáticas essenciais da vida política e cultural açoriana dos anos 20. É a partir desta década que o debate se centra sobre as questões de identidade cultural e afirmação da identidade açoriana. O regionalismo inscreve-se em conformidade com esta construção identitária açoriana¹⁴, pois é no campo, no povo rural, e não nas grandes capitais, que se supõe sempre viva esta cultura original. O povo é, neste contexto, e como salienta Anne-Marie Thiesse, concebido como um museu vivo da Nação, depositário, pelas suas tradições, dos valores e da herança transmitida ao longo dos séculos.¹⁵ O processo de criação identitária, fixado na expressão *açorianidade*, decorreu especialmente nos anos vinte e trinta do século passado, sendo os Açores o modelo em que se encontravam os elementos de representação identitária habitualmente associados a nação: discurso etnogenealógico e caracterológico, defesa do folclore, apelo à criação de uma cultura própria e valorização das especificidades geográficas. O campesinato, considerado anteriormente como um mundo inculto, rude, ignorante e retrógrado, será revalorizado, adquirindo um estatuto positivo e importante para a nação.

Há um apelo, por parte de investigadores, intelectuais, escritores, para a preservação e valorização da cultura popular considerada como um tesouro nacional. Nesta exaltação do retorno à voz dos antepassados, à terra fecunda, ao ruralismo, é de destacar, no caso açoriano, os artigos e trabalhos de feição regionalista publicados pelo Padre Ernesto Ferreira como *A Alma do Povo micalense*¹⁶ e *Ao Espelho da Tradição*¹⁷ em que visualizamos as tradições, o quotidiano dos homens que trabalham no mar ou na terra, a religiosidade do povo, a história e a paisagem. A Revista Ilustrada *Os Açores*, onde se encontra um número considerável de artigos de Ernesto Ferreira e de outros intelectuais regionalistas, «(...) está naturalmente destinada para essa missão educadora da sensibilidade açoreana, pela acção dos seus artistas, que jamais deverão esquecer a

¹³CORDEIRO, Carlos. (1999), *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores Durante a I República*, Lisboa, Edições Salamandra, p. 220.

¹⁴ Neste âmbito, o arquipélago oferecia assim um impressionante caso de regionalismo, como mostrou Carlos Cordeiro na sua obra *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores Durante a I República*. CORDEIRO, Carlos. (1999) *Nacionalismo...*, nomeadamente p. 223-270. Ver também LEAL, João. (2000), *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 227-244.

¹⁵ THIESSE, Anne-Marie. (1999), *La création des identités nationales. Europe XVIII^e – XIX^e siècle*, Paris, Éditions du Seuil, p. 161-162.

¹⁶ FERREIRA, Pe. Ernesto. (1993), *A alma do povo micalense*, Vila Franca do Campo, Editorial Ilha Nova.

¹⁷ FERREIRA, Pe. Ernesto. (1943), *Ao espelho da tradição*, Ponta Delgada, Gráfica Regional.

fórmula de Barrès : a província é uma *sensibilité particulière*. Que esta « revista » o seja ! »¹⁸ A partir da década de 20, o grande movimento empreendido de recolha e valorização das tradições, cantos e costumes populares começa a ter um grande valor e importância no caso açoriano. Os intelectuais e artistas açorianos invocam constantemente a necessidade de recolher e preservar o património cultural e artístico que se encontrava a desaparecer de modo iminente. Havia pois que afirmar e dar visibilidade aos traços caracterizadores da identidade açoriana. Produções de autenticidade conferida pela referência à tradição e ao artesanato despertam, a partir de então, um forte interesse. O fortalecimento do regionalismo, as invocações usuais à necessidade de preservar a cultura popular tradicional desempenharam um papel fundamental na afirmação da identidade açoriana, sendo considerado o regional como receptáculo da autêntica cultura, constituindo o lugar por excelência da representação do Povo. Manifestações de religiosidade popular, como as Festas do Espírito Santo, as Romarias Quaresmais de São Miguel ou a Festa do Senhor Santo Cristo, o cancionero, a música popular ou as danças tradicionais, passam a ser vistas como objectos emblemáticos do “ser açoriano”, de demonstração da identidade açoriana. Neste sentido, conceitos e ideias sobre o povo, as suas raízes e cultura ocupam um lugar predominante e fornecem o argumento decisivo para afirmar a unidade e a diferença dos Açores.¹⁹

Se os discursos dos regionalistas e intelectuais açorianos contribuíram para a recolha e preservação do património e afirmação da identidade, torna-se interessante ver como esta componente é integrada e apresentada nos programas dos governos regionais e nas sessões legislativas da Região Autónoma dos Açores.

O património açoriano nos programas do Governo Regional dos Açores e nos Diários das Sessões Legislativas da Região Autónoma dos Açores: de 1976 a 2012

A partir da análise dos 10 programas²⁰ do governo regional dos Açores, é de constatar que no primeiro programa eleitoral do partido social-democrata de 1976 se estabelece como prioritária a construção da unidade açoriana. A temática do património

¹⁸ CASIMIRO, Agnello. (1992), “Regionalismo Açoreano”. *Os Açores. Revista Ilustrada*. 2, p. 7-8.

¹⁹ Cf. LEAL, João. (1997), “Açorianidade : literatura, política, etnografia. (1880-1940)”. *Etnográfica*. 1, p. 191-211.

²⁰ Desde a autonomia constitucional até hoje, o arquipélago dos Açores foi dirigido por 3 presidentes : de 1976 a 1995 pelo presidente João Bosco Soares da Mota Amaral (PSD) ; de 1995 a 1996 por Alberto Romão Madruga da Costa; de 1996 até ao presente pelo presidente Carlos Manuel Martins do Vale César.

cultural é apresentada apenas quando se fala de turismo, sendo esta vista como uma componente para o desenvolvimento do turismo nos Açores.²¹ O projecto político de construção de uma identidade e unidade regionais aparece explícito nos I e II programas do Governo (1976-1980; 1980-1984), visto que os objectivos principais a alcançar dizem respeito à consolidação da autonomia regional, à unidade do arquipélago, à recuperação do atraso económico das ilhas e à afirmação da açorianidade. Este objectivo de consolidação da autonomia e de afirmação da identidade cultural regional fica bem expresso em 1980 com a instauração dos símbolos heráldicos - a bandeira²², o hino²³, o selo e o brasão - e do feriado regional. O feriado regional para celebrar a Autonomia coincide com a segunda-feira do Espírito Santo. Sobre a instituição dos símbolos heráldicos e sobretudo do feriado regional, a leitura dos *Diários das Sessões* da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores permitiu-nos ter uma ideia mais abrangente das discussões e controvérsias na escolha e adopção dos mesmos. É sobretudo a partir de 1979 que os debates sobre o projecto da criação dos símbolos heráldicos adquirem uma importância significativa. Na sessão parlamentar de 22 de Março de 1979²⁴ a bandeira e o hino dos Açores são os dois pontos principais a serem discutidos. A proposta de Decreto-Regional sobre os símbolos heráldicos – bandeira, hino, selo e brasão - apresentada na assembleia do dia seguinte (23 de Março de 1979)²⁵ foi aprovada pela maioria, sendo que o grupo parlamentar do CDS votou contra os artigos 2 e 5 que correspondem à bandeira (descrição e simbologia) e ao hino (foi adoptado o hino da Autonomia dos Açores e não o hino do Espírito Santo). Os símbolos heráldicos foram aprovados pelo Decreto Regional n.º 4/79/A, de 10 de Abril.²⁶ Relativamente ao debate sobre a instauração do Dia da Região Autónoma dos Açores,

²¹ Programa do I Governo Regional dos Açores (1976-1980), p. 74, Disponível em http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/01007C52-2666-4CF6-B070-B0E07487EDDF/0/19761980_ProgramaIGovernoRegional.pdf, [consultado em 12/04/2012].

²² A primeira bandeira surgiu em 1893 durante o chamado Primeiro Movimento Autonomista Açoriano. Com pequenas alterações, foi aprovada pelo Decreto Regional n.º 4/79/A de 10 de Abril.

²³ O hino foi composto em 1890 durante o mesmo período. Com letra de Natália Correia foi oficialmente adoptado em 1980 pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 49/80/A de 21 de Outubro.

²⁴ Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Diário da Sessão, I Legislatura Número 83, III Sessão Legislativa, Horta, 22/03/1979. Disponível em <http://base.alra.pt:82/Diario/I83.pdf>, [consultado em 11/04/2012].

²⁵ Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Diário da Sessão, I Legislatura Número 84, III Sessão Legislativa, Horta, 23/03/1979. Disponível em <http://base.alra.pt:82/Diario/I84.pdf>, [consultado em 11/04/2012].

²⁶ A bandeira e o hino foram regulamentados pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 13/79/A, de 18 de Maio. Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1979/05/11400/09810982.PDF>, [consultado em 13/04/2012].

este teve lugar na sessão legislativa do dia 26 de Junho de 1980²⁷. A escolha da instauração deste feriado trouxe alguma polémica entre os grupos parlamentares dos partidos Socialista e Social-Democrata. O Partido Socialista apresentou a data de 02 de Março como o “Dia da Autonomia dos Açores”, enquanto que o Grupo Parlamentar do PSD escolheu a Segunda-Feira do Espírito Santo como o “Dia da Região Autónoma dos Açores”. Com argumentos diferentes entre os dois partidos, o PS defende a instituição desta data - 2 de Março - pela importância do seu carácter histórico e autonomista (decreto da Autonomia de 2 de março de 1895).²⁸ O grupo parlamentar do PSD rejeita esta proposta, argumentando que : (...) a autonomia dos Açores é a emanação da democracia, e a data de 2 de Março de 1895, assinala a publicação do decreto da autonomia dos Açores imposto pela ditadura de João Franco.²⁹

E propõe a segunda-feira do Espírito Santo como feriado regional, data que congrega o povo açoriano, de Santa Maria ao Corvo, e que desde os primeiros anos do povoamento têm para todos um significado especial. Para além disso, trata-se de um culto que se arreigou profundamente na alma dos Açorianos e com um cunho vincadamente popular. Apesar de o grupo parlamentar do Partido Socialista discordar dos argumentos apresentados pela oposição, alegando que as festividades do Espírito Santo têm muito menos a ver com a Região que a própria autonomia, tratando-se ao mesmo tempo de um feriado flutuante, de um feriado que depende de uma crença religiosa e não de um processo político autonómico, a data instituída como Dia da Região Autónoma dos Açores ficaria definida para a segunda-feira do Espírito Santo.³⁰

A recuperação, preservação e a valorização do património cultural e histórico da Região começa a adquirir um valor significativo a partir do II programa governamental (1980)³¹ e receberia consagração constitucional na revisão de 1982, ao acrescentar-se ao art.º 227.º as “características culturais” como fundamentação da autonomia que a redacção de 1976 não integrava. O apoio à criatividade literária e artística e à acção

²⁷ Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Diário da Sessão, I Legislatura Número 103, IV Sessão Legislativa, Horta, 26/06/1980. Disponível em <http://base.alra.pt:82/Diario/I103.pdf>, [consultado em 13/04/2012].

²⁸ *Ibid.*, p. 3708.

²⁹ *Ibid.*, p. 3709.

³⁰ Cf. a Proposta de Substituição para a instituição do feriado regional proposta pelo PSD: Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Diário da Sessão, I Legislatura Número 103, IV Sessão Legislativa, Horta, 26/06/1980, p. 3717. Disponível em <http://base.alra.pt:82/Diario/I103.pdf>, [consultado em 13/04/2012].

³¹ Cf. Programa do II Governo Regional dos Açores (1980-1984). Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Diário da Sessão, II Legislatura Número 2, I Sessão Legislativa, Horta, 10/11/1980, p. 37-58. Disponível em <http://base.alra.pt:82/Diario/II2.pdf>, [consultado em 12/04/2012].

sócio-cultural e recreativa dos grupos e das instituições (filarmónicas, sociedades recreativas e grupos folclóricos) é um dos objectivos principais no tocante à cultura e património com o intuito de “preservar todas as legítimas expressões da cultura popular como fonte da mais lídima identidade do povo açoriano”. Esta defesa e valorização do património é visível a partir das propostas de decreto regional apresentadas e aprovadas por unanimidade nas várias sessões legislativas debatidas entre 1980 e 1988³²: saliente-se o centro histórico da cidade de Angra do Heroísmo que em 1983 é classificado como património mundial da UNESCO.

O IV programa (1988-1992) foca a importância do património regional, natural e construído para a sociedade açoreana e para a sua afirmação cultural, sendo essencial a sua recuperação, conservação, valorização e dinamização.³³ Nesta perspectiva, é criado, em 1991, o Centro de Estudo, Conservação e Restauro dos Açores (CECRA) com as Oficinas de Artes Decorativas e Ornamentais, de Marcenaria e Carpintaria Especializada e de Pintura e Escultura Polícroma, e um Laboratório de Fotografia e Radiografia. Para além disso, o governo pretende classificar e proteger os centros urbanos ou conjuntos de interesse urbanístico com homogeneidade e valor cultural; apoiar a projecção – nacional e internacional – dos valores e do património cultural da Região, especialmente junto das comunidades de raiz cultural açoriana; apoiar a nível subsidiário e de formação as Filarmónicas, Sociedades recreativas e Grupos Folclóricos e de Teatro, de modo a incentivar o associativismo cultural como forma ímpar de recriar a cultura popular; apoiar as Casas de Etnografia, as Casas de Cultura e as Casas de Espectáculo (meios e funcionamento).³⁴ Os dois programas seguintes (V programa: 1992-1995 e VI programa: 1995-1996) defendem os mesmos objectivos que o anterior. A leitura dos diários das sessões legislativas relativos ao período de 1988 a 1996³⁵,

³² Cf. por exemplo os diários das sessões legislativas de 27/01/1982, 21/06/1982, 30/06/1982, 25/01/1983, 06/12/1983, 31/01/1984, 13/06/1984, 15/03/1985, 10/10/1986, 21/05/1985. Disponível em http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_recebe_pesquisa_diario?w_legis=T&w_d_diario=&w_d_diario_fim=&w_numero_diario=&w_sumario_diario=&wformvalida3.x=29&wformvalida3.y=29, [consultado em 12/04/2012].

³³ Programa do IV Governo Regional dos Açores (1988-1992), p. 14. Disponível em http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/2C5B3FED-17C1-44AD-82ED-DD835339518D/0/19881992_ProgramaIVGovernoRegional.pdf, [consultado em 15/04/2012].

³⁴ Cf. Programa do IV Governo Regional dos Açores (1988-1992), p. 89-93. Disponível em http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/2C5B3FED-17C1-44AD-82ED-DD835339518D/0/19881992_ProgramaIVGovernoRegional.pdf, [consultado em 15/04/2012].

³⁵ Cf. por exemplo os diários das sessões legislativas de 22/01/1988, 26/01/1988, 11/05/1989, 26/03/1992, 28/05/1992, 07/09/1995, 11/04/1996. Disponível em http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_recebe_pesquisa_diario?w_legis=T&w_d_diario=&w_d_diario_fim

permite constatar o entusiasmo e empenhamento pela valorização do património natural dos Açores destacando-se o decreto legislativo regional N°11/96 que procede à classificação da paisagem protegida de interesse regional da cultura da vinha da ilha do Pico. Em 2004, a paisagem da cultura da vinha da ilha do Pico é um sítio classificado pela UNESCO, como património mundial, compreendendo uma área de 987 hectares na ilha do Pico.

Em matéria de património cultural, o VII programa eleitoral do partido socialista de 1996³⁶ dá uma atenção primordial ao sector da cultura, à inventariação, classificação, protecção, preservação e valorização do património móvel e imóvel, público ou privado, e também ao património cultural subaquático³⁷ que, dadas as condições geográficas e históricas dos Açores, atinge um valor especial e destaca-se nos Decretos legislativos propostos nas sessões legislativas da Assembleia ocorridas entre 1996 e 2000.³⁸

É sobretudo a partir do ano 2000, que a cultura popular e o património imaterial começam a fazer parte integrante dos programas dos governos regionais submetidos à Assembleia Legislativa, o que não significa que, na prática, os anteriores governos tivessem descurado a intervenção neste âmbito.

Nos dois últimos programas (IX programa : 2004-2008 e X programa : 2008 ao presente)³⁹, a preocupação com o património estendeu-se a todas as suas vertentes, e de um modo especial aos arquivos, bibliotecas e museus, à arquitectura, ao património subaquático, ao património móvel. A lista das propostas de decretos legislativos regionais debatidas e aprovadas pela Assembleia legislativa dos Açores mostra que durante os últimos doze anos houve um esforço e preocupação consideráveis por parte

=&w_numero_diario=&w_sumario_diario=&wformvalida3.x=29&wformvalida3.y=29, [consultado em 16/04/2012].

³⁶ Cf. Programa do VII Governo Regional dos Açores (1996-2000), p. 73-76. Disponível em http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/8531605A-0A2E-4F9A-A497-D95CE81E0B65/0/19962000_ProgramaVIIGovernoRegional.pdf, [consultado em 18/04/2012].

³⁷ Em 2001, a UNESCO cria a Convenção sobre a protecção do património cultural subaquático.

³⁸ Cf. por exemplo os diários das sessões legislativas de 19/06/1997, 12/09/1997, 19/02/1998, 18/06/1998, 12/04/2000, 10/05/2000, 12/09/2000. Disponível em http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_recebe_pesquisa_diario?w_legis=T&w_d_diario=&w_d_diario_fim=&w_numero_diario=&w_sumario_diario=&wformvalida3.x=29&wformvalida3.y=29, [consultado em 19/04/2012].

³⁹ Cf. Programa do IX Governo Regional dos Açores (2004-2008), p. 140-146. Disponível em http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/0BE5BE17-0E39-435B-A843-20A0EBE0A09F/0/20042008_ProgramaIXGovernoRegional.pdf, [consultado em 28/04/2012]; Programa do X Governo Regional dos Açores (2008-presente), p. 138-142. Disponível em http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/287C8B79-1086-45C4-80AE-300BFDE315B1/0/20082012_ProgramaXGovernoRegional.pdf, [consultado em 28/04/2012]

do governo em matéria de defesa e valorização do património natural, cultural do arquipélago.⁴⁰

Nesta perspectiva e com a criação, em 2003, da *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*⁴¹ pela UNESCO, o património imaterial assume especial atenção e importância nos Açores. Nos últimos anos, tanto nesta região como um pouco por todo o lado, assiste-se efectivamente a um entusiasmo, sem precedentes, pela conservação, salvaguarda do património cultural imaterial, a uma patrimonialização⁴² de objectos, práticas, saberes tradicionais que devem ser absolutamente salvaguardados, pois segundo Guy Di Méo : “Aujourd’hui, tout est potentiellement patrimonial.”⁴³ Para o autor, este fenómeno de interesse patrimonial actual está ligado à crise contemporânea dos sistemas sociais e produtivos.⁴⁴ Por outro lado, Pierre Nora resume muito bem este entusiasmo pelas heranças culturais, sublinhando que « brutalement, par pans entiers, sont entrés dans le domaine patrimonial des catégories d’objets, des champs esthétiques ou culturels obsolètes que la transformation industrielle et l’aménagement de l’espace menaçaient de disparition. »⁴⁵ Neste contexto, a conservação e transmissão das heranças materiais e imateriais é uma aposta memorial e identitária cada vez mais consolidada. O património torna-se, assim, num suporte de construção de memórias colectivas, num vector que permite inscrever e fixar os símbolos e referências identitárias no espaço e no tempo que se transformarão em lugares de referência, de memória, de identidade.⁴⁶

No contexto açoriano, são inúmeros os símbolos, referências, saberes, práticas, lugares portadores de memória e identidade e por conseguinte identificados como

⁴⁰ Cf. por exemplo os diários das sessões legislativas de 12/09/2000, 10/05/2001, 21/06/2001, 27/09/2001, 21/03/2002, 20/02/2003, 20/01/2004, 12/02/2004, 16/06/2004, 17/03/2005, 18/10/2005, 29/06/2006, 25/10/2006, 18/04/2007, 02/07/2008, 10/09/2008, 12/05/2009, 22/04/2010, 22/02/2011, 22/03/2011, 27/09/2011, 13/12/2011, 25/01/2012. Disponível em http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_recebe_pesquisa_diario?w_legis=T&w_d_diario=&w_d_diario_fim=&w_numero_diario=&w_sumario_diario=&wformvalida3.x=29&wformvalida3.y=29, [consultado em 23/04/2012].

⁴¹ Cf. *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, [consultado em 06/07/2011].

⁴² Sobre a noção e processo de patrimonialização cf. DI MÉO Guy. (2007). “Processus de patrimonialisation et construction des territoires”, *Regards sur le patrimoine industriel - Actes du colloque Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes : connaître pour valoriser*. Disponível em <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/28/19/34/PDF/PatrimonialisationterritoiresPoitiers.pdf>, [consultado em 07/05/ 2012].

⁴³ *Ibid.*, p. 3.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 6.

⁴⁵ NORA Pierre. (1992), « L’ère de la commémoration », *Les lieux de mémoire*, p. 4708.

⁴⁶ Cf. DURAND Georges. (1992), « La Vigne et le Vin - Une mémoire culturelle », *Les lieux de mémoire – Les France 2. Traditions*, p. 785- 821

património material, natural e imaterial da região, alguns deles reconhecidos a nível mundial, nacional e regional.

As festas do Espírito Santo, as Cavalhadas de São Pedro, os Romeiros de São Miguel, os cantadores ao desafio, os foliões, são muitas das tradições que fazem parte deste património cultural imaterial que tem sido recolhido, valorizado e até mesmo recriado. Estas tradições, realizadas e dirigidas pelo povo, eram geralmente vistas como simplistas, pertencentes e realizadas pela classe popular considerada de cultura pobre. Actualmente, é-lhes acordada uma nova dignidade através do fenómeno de patrimonialização, de salvaguarda e valorização do património colectivo.⁴⁷

Conclusão

Nesta breve reflexão, verificou-se que a partir dos anos 20, o movimento regionalista açoriano alarga o seu debate, às questões culturais, enquanto elementos fundamentais de definição da identidade açoriana. Nesta linha surgem obras como as de Gervásio Lima, de Armando Narciso, Ernesto Ferreira, Domingos Rebelo, Luís Bernardo Athayde, Armando Côrtes-Rodrigues, Luís da Silva Ribeiro, Vitorino Nemésio, exaltando os valores açorianos, representados pelo costumes ancestrais do povo açoriano. Nesta perspectiva, ele é considerado como o museu vivo da Nação e apontado como o mais puro e autêntico representante da “raça”. É neste contexto de exaltação das qualidades particulares do povo açoriano e da defesa do estudo e preservação dos traços fundamentais da cultura popular, dos usos e costumes açorianos, que o património imaterial açoriano vai adquirir um grande interesse e importância. A

⁴⁷É o caso, por exemplo, da prática *Romeiros de São Miguel*, tradição portadora de memória colectiva, de identidade. Nos últimos anos, ela tornou-se num tema de grande interesse por parte das autoridades locais e eclesíásticas, considerando-a como um fenómeno ímpar que faz parte do património cultural e religioso da região. Tratando-se de uma romaria feita à volta da ilha, os caminhos tradicionais percorridos pelos romeiros são hoje objecto de estudo para a criação de um percurso turístico. Em 2011, o Observatório do Turismo dos Açores propõe a criação do « caminho dos Romeiros » destinado não só aos romeiros, mas também aos habitantes e aos turistas. O objectivo é criar um produto turístico diferenciado na ilha de São Miguel. Trata-se, então, de criar um itinerário (com cerca de 250 quilómetros de extensão) que rodeie a ilha – com base no percurso dos Romeiros – e que permite a segurança dos romeiros, a religiosidade e o lazer da população local e dos turistas que visitem São Miguel. Este projecto de turismo religioso foi aprovado, sendo realizado pelo concelho da Ribeira Grande que já possui um Caminho dos Romeiros. Deste modo e neste concelho, o caminho que os romeiros percorrem durante a Quaresma encontra-se aberto aos habitantes e aos turistas. Tem uma extensão de cerca de 40 quilómetros, sendo o seu percurso feito no sentido dos ponteiros do relógio, com o mar sempre pela esquerda, isto de forma a cumprir a tradição dos ranchos. Este processo de criação do Caminho dos Romeiros na Ribeira Grande deverá pois ser reaplicado nas restantes autarquias micalenses.

imprensa local, os intelectuais e artistas açorianos contribuíram não só para a difusão do movimento autonomista, mas também para a divulgação, valorização, fixação e permanência das tradições e costumes açorianos. Assim, a argumentação regionalista na fundamentação destas propostas, de cariz cultural e artístico, mostra que as tradições, usos e costumes açorianos serviram de base, de sustentáculo, para a afirmação da alma açoriana e institucionalização identitária, tratando-se de um discurso regionalista que procurou, a nível interno, inculcar nas populações insulares um sentido de pertença a um todo mais vasto e solidário que ultrapassasse a ilha ou o distrito para se alargar ao conjunto do arquipélago, e, a nível geral, a afirmação e divulgação da identidade açoriana tendo como fundamento, não só a realidade política, económica e social da época, mas a partir das suas especificidades culturais, razão pela qual João Mota Amaral referia que « ... um dos fundamentos mais importantes da Autonomia Açoriana é pois a cultura do nosso Povo ... ». ⁴⁸ É de salientar que a própria Constituição Portuguesa, a partir da revisão constitucional de 1982, reconhece a autonomia dos Açores, entre outras razões, pelas suas características culturais. De facto, segundo o texto constitucional, o regime autonómico “fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares.” ⁴⁹

A apresentação e breve análise dos programas regionais e diários das sessões legislativas permitiram revelar esta preocupação e objectivo em salvaguardar e valorizar a cultura do povo açoriano. As convenções elaboradas pela UNESCO sobre a protecção do património material e imaterial contribuíram, sem dúvida, para a crescente consciencialização da importância da defesa deste património material e imaterial. Nesta perspectiva, considera-se o património cultural imaterial como o símbolo da identidade colectiva, a própria essência da identidade das comunidades, vistas como guardiãs e portadoras deste património. Ele não constitui apenas um motor de identidade, mas também uma potência económica, tornando-se num objecto de consumo turístico e de desenvolvimento económico perene. Nos Açores, muitas das tradições, saberes, técnicas, festas e outras práticas, que haviam desaparecido ou caído em desuso, são actualmente objecto de renovado interesse por parte das autarquias, do

⁴⁸ AMARAL, João Bosco Mota. (1995), *Autonomia e Desenvolvimento, um projecto para os Açores*, p. 255.

⁴⁹ Cf. Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional (2005), Título VII – Regiões Autónomas, artigo 225º - Poderes das regiões autónomas. Disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art227>, [consultado em 26/10/2010].

poder político, das populações, das associações locais e dos turistas-consumidores. Elas são reconhecidas pelas populações e expostas pelas elites locais como representantes de uma identidade local, tornando-se num factor atractivo para o desenvolvimento turístico, transformando-as assim em recurso identitário, económico ou turístico, pois como afirma Anne-Marie Thiesse «le tourisme est grand consommateur de tradition».⁵⁰

Bibliografia

AMARAL, João Bosco Mota. (1995) *Autonomia e Desenvolvimento, um projecto para os Açores*. Ponta Delgada : Jornal da Cultura.

ATHAYDE, Luís Bernardo Leite de. (Abril de 1919) « Novos Subsídios para a Etnografia e para a História da Arte Portuguesa ». *Revista Michaelense. São Miguel*. Nº 2.

ATHAIDE, Luís Bernardo Leite de. (1995) « A Voz da Terra ». *A Nossa Gente*. Ponta Delgada : Tipografia Diário dos Açores, p. 185-191.

CASIMIRO, Agnello. (Agosto de 1922) « Regionalismo Açoreano ». *Os Açores. Revista Ilustrada*. Ponta Delgada, Ano I : Nº2.

CHASTEL André. (1986) « Le Patrimoine », *Les lieux de mémoire : II – La Nation*. Tome II. Paris : Gallimard, p. 405-450.

CORDEIRO, Carlos (Org.) (1995) *Na senda da identidade açoriana : antologia de textos do Correio dos Açores*. Ponta Delgada : Gráfica Açoreana, 248 p.

CORDEIRO, Carlos. (1995) *Regionalismo e Identidade açoriana : o debate nos anos 20*. (separata - Congresso do I centenário da Autonomia dos Açores). Ponta Delgada: Jornal da Cultura, p. 277-287.

CORDEIRO, Carlos. (1999) *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores Durante a I República*. Lisboa : Edições Salamandra, 489 p.

CORDEIRO, Carlos. (Nov. 1999) «Regionalismo e Identidade açoriana durante a I República». *Patrimonia. Identidade, ciências sociais e fruição cultural*. Carnaxide. Nº 5, p. 45-52.

DURAND, Georges. (1992) « La Vigne et le Vin - Une mémoire culturelle ». *Les lieux de mémoire : Les France 2. Traditions*. Tome III. Paris : Gallimard, p. 785- 821.

FERREIRA, Pe. Ernesto. (1928) *Regresso à terra*. Vila Franca do campo : Empresa tipográfica limitada, 28 p.

⁵⁰ THIESSE, Anne-Marie. (1999), *La création des identités nationales. Europe XVIII^e – XIX^e siècle*, p. 257.

FERREIRA, Pe. Ernesto. (1943) *Ao espelho da tradição*. Ponta Delgada: Gráfica Regional, 257 p.

Idem (1993), *A alma do povo micalense*. 2ª ed. Vila Franca do Campo: Editorial Ilha Nova, 232 p.

HOBBSAWM, Eric ; RANGER, Terence. (2006) *L'invention de la tradition*. Paris : Editions Amsterdam, 370 p.

LEAL, João. (1997) « Açorianidade : literatura, política, etnografia. (1880-1940) ». *Etnográfica*. Lisboa : Celta. Vol. I/ nº1, p. 191-211.

Idem. (2000) *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 274 p.

NORA, Pierre. (1986) *Les lieux de mémoire : tome II La Nation 2*. Paris : Gallimard, 662 p.

Idem, (1992) « L'ère de la commémoration », dans, Pierre Nora (dir.), *Les lieux de mémoire* (tome 3), Paris : Gallimard, p. 4687-4719.

RIBEIRO, Luís Silva. (1964) *Subsídios para um ensaio sobre a Açorianidade*. Angra do Heroísmo : Instituto Açoriano de Cultura, 182 p. Coll. Insula.

THIESSE, Anne-Marie. (1992) « L'invention du régionalisme à la Belle Époque ». *Le Mouvement social*. Paris : Les éditions ouvrières. N° 160 (1992), p. 11-32.

Idem (1997) *Ils apprenaient la France. L'exaltation des régions dans le discours patriotique*. Paris : Éditions de la Maison des Sciences de l'homme, 130 p.

Idem. (1999) *La création des identités nationales. Europe XVIII^e – XIX^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 311 p.

Webgrafia

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Endereço URL: <http://www.alra.pt/>

As sete maravilhas naturais de Portugal. Endereço URL: <http://www.7maravilhas.sapo.pt/o-que-ja-fizemos/7-maravilhas-naturais-de-portugal/>.

Associação dos Cantadores ao Desafiodas ilhas de São Miguel e Santa Maria. Endereço URL: <http://cantadores.com.sapo.pt/index.htm>.

Cavalladas de são Pedro. Endereço URL: <http://cm-ribeiragrande.azoresdigital.pt/Default.aspx?Module=Artigo&ID=98>.

Centro de Conhecimento dos Açores. Endereço URL: <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/>.
Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional (2005), Título VII – Regiões Autónomas, artigo 225º - Poderes das regiões autónomas. Endereço URL:

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art227>.

Convenção sobre a protecção do património cultural subaquático. Endereço URL: http://www.unesco.org/culture/por/heritage/laws/conv_patsubaqu_portu.pdf.

Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural. Endereço URL: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.

Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. Endereço URL: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.

Diário da República, 1.ª série — N.º 126 — 4 de Julho de 2011. « Regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial da região autónoma dos Açores : decreto legislativo regional n.º 21/2011/A », pp. 3906-3910. Endereço URL: <http://dre.pt/pdf1sdip/2011/07/12600/0390603910.pdf>.

Diários das Sessões da Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores. Endereço URL: http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_diario.

DI MÉO, Guy - « Processus de patrimonialisation et construction des territoires », *Regards sur le patrimoine industriel*, Actes du colloque Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes : connaître pour valoriser (12-14 septembre 2007), Poitiers-Châtelleraut : France. Endereço URL: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/28/19/34/PDF/PatrimonialisationterritoiresPoitiers.pdf>.

Inventário do Património Imóvel dos Açores. Endereço URL: <http://www.inventario.iacultura.pt/sobre-projecto.html>.

Observatório do Turismo dos Açores. Endereço URL: <http://www.observatorioturismoacores.com/noticia.php?id=769>.

Programa do I Governo Regional dos Açores (1976-1980). Endereço URL: http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/01007C52-2666-4CF6-B070-B0E07487EDDF/0/19761980_ProgramaIGovernoRegional.pdf.

Programa do II Governo Regional dos Açores (1980-1984). Endereço URL: <http://base.alra.pt:82/Diario/II2.pdf>.

Programa do III Governo Regional dos Açores (1984-1988). Endereço URL: http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/50347482-55DC-4226-BF49-5A45C67CD9C4/0/19841988_ProgramaIIIGovernoRegional.pdf.

Programa do IV Governo Regional dos Açores (1988-1992). Endereço URL: http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/2C5B3FED-17C1-44AD-82ED-DD835339518D/0/19881992_ProgramaIVGovernoRegional.pdf.

Programa do V Governo Regional dos Açores (1992-1995). Endereço URL: http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/19E22A71-B3AB-45B4-885A-8DB4AC350D94/0/19921995_ProgramaVGovernoRegional.pdf.

*Programa do VI Governo Regional dos Açores (1995-1996).*Endereço URL:
http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/519530E2-2B4B-4D43-8256-6D8FDEF40C31/0/19951996_ProgramaVIGovernoRegional.pdf.

*Programa do VII Governo Regional dos Açores (1996-2000).*Endereço URL:
http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/8531605A-0A2E-4F9A-A497-D95CE81E0B65/0/19962000_ProgramaVIIIGovernoRegional.pdf.

*Programa do VIII Governo Regional dos Açores (2000-2004).*Endereço URL:
http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/0CAFC708-C902-499E-A1F3-339A6E3B0BB4/0/20002004_ProgramaVIIIIGovernoRegional.pdf.

*Programa do IX Governo Regional dos Açores (2004-2008).*Endereço URL:
http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/0BE5BE17-0E39-435B-A843-20A0EBE0A09F/0/20042008_ProgramaIXGovernoRegional.pdf.

*Programa do X Governo Regional dos Açores (2008-presente).*Endereço URL:
http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/287C8B79-1086-45C4-80AE-300BFDE315B1/0/20082012_ProgramaXGovernoRegional.pdf.

Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Endereço URL:
http://cvc.instituto-camoes.pt/cpc2007/patrimonio/bloco2/recomendacao_%20sobre_a_salvaguarda_da_cultura_tradicional.pdf.

Fazer História do Desporto

Francisco Pinheiro

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – Universidade de Coimbra

Antes de analisar o percurso evolutivo da história do desporto em Portugal e a nível internacional, do ponto de vista da produção científica e como matéria de investigação, importa começar por definir o que entendemos por desporto. Mas esta definição não é simples. Como esclareceu o polaco Wojciech Liponski (2005: 12), em *L'Encyclopédie des Sports*, onde apresentou mais de três mil modalidades desportivas, «construir a definição exata de desporto e separá-la do que não o é, está longe de ser fácil.» Liponski (2005:12) e os mais de cem investigadores envolvidos na elaboração de *L'Encyclopédie des Sports* definiram desporto como «uma forma de atividade humana (algumas vezes aliada ao esforço de animais ou ao emprego de veículos ou aparelhos diversos), cujo resultado é mais determinado pelo esforço físico que pelo intelectual.»

A definição de Liponski seguiu os parâmetros conceptuais definidos pelo Conselho Internacional para a Educação Física e Desporto, organismo integrado na UNESCO. Esses mesmos parâmetros de interpretação tinham sido utilizados por Jean Dauven e os mais de cinquenta investigadores que colaboraram em 1961 na *Encyclopédie des Sports*, publicada em França pela Librairie Larousse. Nesta obra de referência da historiografia desportiva europeia, a história do xadrez ficou ausente, enquanto uma outra modalidade geradora de conflitualidade conceptual, como é a tauromaquia, mereceu 26 páginas de análise. Curiosamente, em Espanha, um dos berços da tauromaquia, as duas visões conceptuais sobre desporto convivem lado a lado. Na *Gran Enciclopedia de los Deportes*, publicada em Madrid, em 1988, a arte do toureio não mereceu qualquer referência, ao contrário do xadrez com 25 páginas, num total de 1.256 páginas de análise sobre a história das modalidades desportivas. No entanto, Moral e Ramírez (1999: 281), ao debruçaram-se sobre as modalidades desportivas com cobertura noticiosa na imprensa espanhola, incluíram em 11.º lugar os «Toros» (touros).

Em Portugal, as definições de desporto têm variado em função da área de investigação de quem o pretende definir. O pedagogo Olímpio Bento (1987: 15-27), na obra *Desporto – 'Matéria' de ensino*, apresentou um vasto conjunto de modelos sobre

como interpretar o conceito de desporto, incidindo numa visão pedagógica. O jornalista Homero Serpa (2007: 13) apostou numa visão «popular» de desporto na sua *História do Desporto em Portugal – do Século XIX à Primeira Guerra Mundial*, simplificando o termo «sem divisões, nem subdivisões, nem objetivos diferenciados». A investigadora Manuela Hasse (1999: 306), ligada à antropologia e história do corpo, optou por uma definição dinâmica de desporto em *O Divertimento do Corpo*, próxima da visão do historiador, em que o conceito está em mutação, assumindo diversos significados consoante o período histórico. O filósofo Manuel Sérgio, juntamente com Noronha Feio (1979: 7-8), na obra *Homo Ludicus*, definiram o conceito de «desporto como fenómeno que realiza cultura, quer refletindo-a, quer produzindo-a». Em 2004, ano profícuo na publicação de obras sobre desporto (sobretudo futebol), devido à organização do Campeonato da Europa de Futebol, foram várias as tentativas de definir desporto e contribuir para a sua consolidação enquanto matéria de estudo. Um dos melhores exemplos foi a exposição bibliográfica, dedicada ao desporto, organizada pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), entre 3 de junho e 4 de setembro, em Lisboa.

Para a exposição, a BNP publicou o catálogo *Desportos & Letras*, com 1.246 entradas relacionadas com o desporto português, distribuídas entre Manuscritos, Impressos (Monografias e Publicações Periódicas), Partitura e Iconografia. A exaustiva recolha bibliográfica incluiu o xadrez, mas excluiu a tauromaquia, considerando-a «um espetáculo» (Biblioteca Nacional, 2004: 30) e não um desporto.

Estas breves ideias, ilustrativas de algumas correntes de pensamento à volta do conceito de desporto, refletem a dificuldade em defini-lo. No entanto, entre as múltiplas tentativas de definir desporto, também é possível encontrar definições consensuais e agregadoras, como a do francês Hebert (1946: 7), segundo a qual «desporto é todo o género de exercício ou atividade física que tenha como meta a realização de uma marca e cuja execução se baseie essencialmente na ideia de luta contra um elemento definido: uma distância, um animal, um adversário e por extensão, nós próprios». Esta definição permite incluir tauromaquia e xadrez como desportos, conciliando as duas correntes conceptuais.

Processo de institucionalização

A transcendência do desporto e a abertura da investigação académica a novos campos fez com que ao longo da segunda metade do século XX diversas escolas historiográficas se tivessem dedicado à análise do fenómeno desportivo. A primeira

organização a agregar historiadores do desporto foi criada em Praga em 1967, com a designação de International Committee for the History of Physical Education and Sport (ICOSH). Era formado, na sua maioria, por investigadores da Europa de Leste e embora tivesse membros de todos os continentes, a organização contava apenas com cerca de 90 investigadores na década de 1980. Anos depois da criação do ICOSH, uma parte dos seus membros opôs-se à forma como o organismo era dirigido (em 22 anos de atividade só teve dois presidentes), criando em 1973, em Zurique, a International Association for the History of Physical Education and Sport (HISPA). Desde o início que a ideia desta organização era criar uma forte ligação entre os historiadores de desporto e as maiores instituições de ciência do desporto, incluindo o International Council for Health, Physical Education and Recreation, a International Federation for Sports Medicine, a International Federation for Physical Education, o International Council of Sport Science and Physical Education e a UNESCO. A HISPA conseguiu atrair gradualmente centenas de historiadores do desporto para os seus congressos e seminários, passando de 117 membros em 1973 para os 400 em 1986. No seu congresso de 1989 estariam presentes investigadores de 27 países e dos cinco continentes. A nível científico, o HISPA conseguiu também uma notável influência, ao ponto de Pierre Bourdieu fazer o discurso de abertura do congresso de 1978, onde explorou o campo do desporto pela primeira vez na sua carreira académica (Terret, 2008: 306). O HISPA fundiu-se em 1989 com o ICOSH, fruto das condições criadas com o fim da Guerra Fria, dando origem à International Society for the History of Physical Education and Sport (ISHPES). Esta nova organização pretendia assumir-se como a principal organização internacional de historiadores de desporto, promovendo o desenvolvimento da história do desporto a nível internacional, objetivo que viria a perseguir até à atualidade.

No início da década de 1990, uma parte dos principais historiadores de desporto europeus iria reunir-se regularmente no âmbito dos fóruns da European Network of Sport Science Institutes of Higher Education, levando-os a criar em 1995 o European Committee for Sport History⁵¹ (CESH), sendo também criado nesta altura o European College of Sport Science (ECSS), que embora mais generalista também contaria no seu seio com historiadores do desporto. O CESH tinha como objetivo contribuir para o intercâmbio de ideias entre universidades europeias, promovendo elevados níveis de ensino da história do desporto.

51 Durante a Assembleia Geral de Sevilha, em 2005, mudaria o nome para European Committee for Sports History. Disponível em: <<http://www.cesh-site.eu>>

A nível europeu, mas num nível mais local, para além da já citada British Society of Sports History, foram também criadas, ao longo das décadas de 1980 e 1990, diversas associações de história do desporto, como foram os casos da Finnish Society of Sports History (Finlândia), Dutch Sport History Society (Holanda), Norwegian Society for Sport History (Noruega) e a Société Française d'Histoire du Sport (França). Esta última organização seria a que daria maiores contributos para este campo de investigação. A pesquisa histórica sobre desporto em França acentuou-se na segunda metade da década de 1980, graças a impulsionadores da craveira do historiador Pierre Arnaud⁵², que em 1988 publicou a obra *Les Athlètes de la République – Gymnastique, sport et idéologie républicaine, 1870/1914*, onde 14 autores franceses deram o seu contributo sobre o desporto na Terceira República Francesa. Na introdução, Arnaud afirmava que o objetivo do livro era contribuir para a investigação sobre história do desporto em França e inserir as práticas das atividades físicas no contexto social e cultural da sociedade francesa. O livro tornou-se num clássico da historiografia desportiva europeia, motivando esse grupo de historiadores para a organização bianual, a partir de 1991, de *Les Carrefours d'Histoire du Sport*, encontros destinados a «provocar uma aceleração das pesquisas num determinado domínio da história do desporto e permitir a jovens investigadores e estudantes apresentar os seus trabalhos perante os seus pares» (Carrefours, 2008), contando no seu comité científico com nomes consagrados como Pierre Arnaud, Alfred Wahl e Thierry Terret.

Fora do contexto europeu, a mais antiga organização dedicada à história do desporto surgiu em 1972 nos Estados Unidos da América, com a designação de North American Society for Sport History (NASSH), cujo objetivo era agregar investigadores da América do Norte (norte-americanos, canadianos e mexicanos), tendo como pioneiro o historiador Allen Guttmann (cf. Guttmann, 1978 & 1994) – no âmbito dos trabalhos desta organização surgiram as publicações *Journal of Sport History* e *Canadian Journal of Sport History*. Além desta organização, apareceram também outras associações a nível mundial que tinham como função promover a história do desporto nos seus países: na Austrália (Australian Society of Sports History), no Brasil (com a *Recorde: Revista de História do Esporte*, do Laboratório de História do Esporte e do Lazer da Universidade Federal do Rio de Janeiro) ou no Japão (The Historical Research Section of Japanese Society of Physical Education).

52 Da sua extensa bibliografia destacam-se as obras: *Sport and International Politics: The impact of fascism and communism on sport* (Spon Press, 1998); *Sport et relations internationales, 1900-1941* (L'Harmattan, 2000); *Les origins du sport ouvrier en Europe* (L'Harmattan, 2000).

Reflexões sobre o caso português

Uma das primeiras tentativas de legitimar a importância do desporto na sociedade portuguesa foi feita em 1934 pelo médico e jornalista José Pontes, na obra *Quasi um Século de Desporto*, escrita em onze dias, de 11 a 22 de maio de 1934, durante a preparação da Primeira Exposição Triunfal do Desporto (Pontes, 1934: XLI). Com uma narrativa autobiográfica, Pontes (1934: XLI) traçou «um panorama rápido» do muito que se fez pelo desporto em Portugal desde meados do século XIX até à década de 1920.

Quatro anos depois, em dezembro de 1938, seria a vez de Júlio Araújo apresentar a primeira grande obra de referência sobre o futebol português, *Meio Século de Futebol, 1888-1938*⁵³. Ao longo de 365 páginas, Araújo (1938) recordou os primeiros 50 anos de história do futebol português, entregando a obra ao cuidado da Associação de Futebol de Lisboa para a sua posterior publicação, o que nunca viria a suceder. Nesta obra, Júlio Araújo citaria recorrentemente três nomes que, nas décadas de 1940 e 1950, publicariam uma outra obra de referência, *História dos Desportos em Portugal*⁵⁴. Em 583 páginas, os jornalistas desportivos Tavares da Silva, Ricardo Ornelas e Ribeiro dos Reis (1953) analisaram em profundidade a evolução do desporto português, sobretudo o futebol. Com esta modalidade como tema de fundo publicou-se em 1942 uma outra obra de relevância, *Bodas de Prata da Associação de Futebol do Funchal, 1916-1941* (Abreu, 1942), que contribuiu para a compreensão da evolução desta modalidade na Madeira.

Durante a segunda metade do século XX publicaram-se várias obras em diferentes áreas da história do desporto. No campo da história desportiva regional, Garrido (1956) deu algumas achegas sobre o desporto alentejano na obra *História do Desporto no Distrito de Beja*. Trinta anos depois, Gil do Monte (1986) daria mais alguns contributos em *Subsídios para a História do Futebol em Évora*. Sobre o desporto madeirense seria a vez de Santos (1989) dar diversas pistas de investigação na *História Lúdico-Desportiva da Madeira*.

No campo da história das modalidades, Gil Moreira, antigo corredor e jornalista, publicou em 1980 a *História do Ciclismo Português*, utilizando os jornais desportivos como principais fontes da investigação. Foi nesta mesma ótica que Romeu Correia

53 Esta obra não se chegou a publicar, apesar do seu indiscutível valor histórico. O único volume existente encontra-se na Associação de Futebol de Lisboa (AFL).

54 Foi publicada em fascículos pela Editorial Inquérito, de Lisboa, a partir da década de 1940 até inícios de 1953.

(1988) escreveu *Portugueses na V Olimpíada (Jogos Olímpicos de 1912): Subsídios para a História do Desporto Português*. A mesma dialética de processos foi repetida por Vilarinho (1993) na escrita de *Espadas e Floretes: Contribuição para a História do Desporto em Portugal*, onde traçou a história da esgrima portuguesa. O mesmo sucederia em 2003 com a *História do Desporto Equestre Português, 1927-2002*, da autoria de Maria João da Câmara, lançada por ocasião dos 75 anos da Federação Equestre Portuguesa.

Seria na área da história dos clubes onde surgiriam maiores contributos. Uma equipa de doze pesquisadores, coordenados por Rui Guedes⁵⁵, fez um levantamento exaustivo da história dos três principais clubes (SL Benfica, FC Porto e Sporting CP) desde 1890 até meados dos anos 1980. Um trabalho meritório que teve como resultado cerca de 45 mil dados (mais de dois milhões de caracteres) sobre os três clubes. Desta pesquisa publicaram-se três fotobiografias dos três clubes (Guedes, 1987a, 1987b, 1988), entre 1987 e 1988, sendo incluída em cada uma delas a listagem das 444 publicações periódicas em que assentou a pesquisa (e.g. Guedes, 1988: 291-298).

Em 1989, precisamente numa altura em que se comemorava o centenário do futebol em Portugal, esta modalidade e o desporto em geral tiveram honras de integrar, pela primeira vez, uma obra de fundo sobre a história de Portugal, *Portugal Contemporâneo*, dirigida por António Reis, que na introdução deixava claro que «a novidade deste fenómeno (desportivo) no panorama sociocultural da civilização contemporânea, bem como a sua expressão na vivência do quotidiano, não podem ser menosprezadas pelo historiador» (Reis, 1989: 11). No entanto, o capítulo sobre desporto não foi entregue a um historiador, mas sim a um jornalista desportivo, Henrique Parreirão (1989b: 381-388), que o intitulou de *A Era de Ouro do Futebol Português*, centrando a análise precisamente nessa modalidade. Em 1989, Henrique Parreirão coordenaria também o livro *Os Anos de Diamante, 1914-1989*, evocativos dos 75 anos da Federação Portuguesa de Futebol.

Para o gradual reconhecimento da importância do desporto por parte da intelectualidade portuguesa muito contribuíram os dois volumes da obra *Homo Ludicus, Antologia de Textos Desportivos da Cultura Portuguesa*, de Manuel Sérgio e Noronha Feio (1979 e 1980), publicados no final da década de 1970. Oliveira Marques, Oliveira Martins, Fortunato de Almeida e Albano Estrela foram alguns dos historiadores que viram os seus textos publicados nessas antologias (Sérgio & Feio, 1980: 73-137).

⁵⁵ Popularizou-se como apresentador e pianista num programa televisivo infantil da RTP em 1979, no qual contracenava com o rato Topo Gigio.

Inclusivamente o poeta Fernando Pessoa viu o seu *Exórdio em Prol da Educação Física*⁵⁶ (Sérgio & Feio, 1980: 57-63) ser recuperado do baú do esquecimento literário, tal como Almeida Garrett um texto sobre pedagogia, sublinhando ambos a importância da educação física para a formação dos jovens (Sérgio & Feio, 1980: 139-140). Um dos autores, Noronha Feio, daria outro contributo em 1985 com a obra *Portugal: Desporto e Sociedade*, em que fez uma abordagem geral da história do desporto português.

Na década de 1990, as comemorações do cinquentenário dos jornais desportivos *A Bola* (em 1995) e *Record* (em 1999) deram azo à publicação de obras comemorativas. *A Bola* publicou duas obras de fôlego: *História de 50 Anos do Desporto Português* (Simões [et al.], 1994) e *Glória e Vida de Três Gigantes* (Simões [et al.], 1995). Por seu turno, em 1999, o jornal *Record* publicou também duas obras de referência, seguindo o exemplo de *A Bola*, uma dedicada ao desporto em geral, *Livro do Cinquentenário: Modalidades* (Record, 1999a), e outra ao futebol, *Livro do Cinquentenário: Futebol* (Record, 1999b).

Cariz histórico⁵⁷ assumiu também a obra *O Divertimento do Corpo*⁵⁸, da professora Manuela Hasse (1999: 1), que centrou o seu olhar nos conceitos de «Corpo, Lazer e Desporto, na Transição do Século XIX para o Século XX, em Portugal», dando também uma contribuição bibliográfica extraordinária para o estudo do desporto nesse período. No ano seguinte, em 2000, publicou-se *História do Futebol em Lisboa*, da historiadora Marina Tavares Dias, que utilizou mais de 30 periódicos para construir a sua investigação sobre o futebol lisboeta – esta investigadora participaria também no número da revista *História* de Julho-Agosto de 2001 dedicado ao futebol.

A história do futebol seria claramente um dos temas em voga na década de 2000, fruto em grande medida da organização em Portugal do Euro-2004. A primeira grande história do futebol português surgiria em 2002, numa parceria entre o sociólogo João Nuno Coelho e o historiador Francisco Pinheiro, que publicaram *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*, obra que compilava, num único volume de 712 páginas, a história do futebol português entre 1888 e 2002. Dois anos depois, ambos autores estariam na origem de um livro sobre a história da seleção nacional de futebol,

56 Com o título original de *Exórdio em prol da Filantropia & da Educação Física*, a primeira edição foi publicada no Porto, pela Editorial Cultura, nos anos 1930.

57 Na vertente da evolução do desporto, em termos legislativos e institucionais, destaca-se a obra *O Desporto em Portugal*, publicado em 1996 por Alberto Trovão do Rosário, sendo o resultado da sua dissertação de doutoramento na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

58 Esta obra foi resultado da investigação de doutoramento, com o mesmo título, na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

com o título *A Nossa Seleção em 50 Jogos, 1921-2004*. Dedicado a tratar este mesmo tema surgiram em 2004 os livros *Cinco Escudos Azuis*, de Afonso de Melo, e *Almanaque da Seleção*, de Rui Tovar. Do campo da sociologia, mas com profundos contributos para a história do futebol, seria também publicado nesse ano o estudo *A Época do Futebol: O Jogo Visto pelas Ciências Sociais*, coordenado pelos sociólogos José Neves e Nuno Domingos. Ainda em 2004, quem decidiu visitar os seus arquivos à procura do tema futebol foi o Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa, que viria a realizar a exposição «Uma Cidade de Futebol», publicando um catálogo com o mesmo título (Teixeira [et al.], 2004) que englobava fotografias de alguns dos nomes mais importantes do fotojornalismo desportivo português do século XX, casos de Joshua Benoliel⁵⁹, Ferreira da Cunha e Amadeu Ferrari, entre outros. No final da década de 2000 surgiram mais algumas obras importantes sobre a história do futebol, como foram *Académica – História do Futebol* de João Santana e João Mesquita (2007); os cinco volumes de *Crónica de Ouro do Futebol Português*, dirigidos por Joaquim Vieira (2008); e os dois volumes da *História do Futebol Português* de Ricardo Serrado e Pedro Serra (2010).

Bibliografia

- ABREU, M. G. (1942) *Bodas de Prata da AFF, 1916-1941*, Funchal, Associação de Futebol do Funchal.
- ARAÚJO, Júlio. (1938) *Meio Século de Futebol, 1888-1938*, Lisboa, Associação de Futebol de Lisboa (não publicada).
- ARNAUD, Pierre. (1987) *Les Athlètes de la République. Gymnastique, sport et idéologie républicaine, 1870-1914*, Toulouse, Privat.
- BENTO, J. O. (1987) *Desporto, matéria de ensino*, Lisboa, Editorial Caminho.
- BIBLIOTECA NACIONAL. (2004) *Desportos & Letras*, Lisboa, BN.
- BONIFÁCIO, M. F. (1999) *Apologia da história política*, Lisboa, Quetzal Editores.
- BOOTH, Douglas. (2006) Sports Historians – What Do We Do? How Do We Do It?. In PHILLIPS, Murray G., *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*, Albany (USA), State University of New York Press, p. 27-54.

⁵⁹ Sobre a obra e vida deste famoso fotógrafo publicou-se em 2005 o livro *Joshua Benoliel (1873-1932), repórter fotográfico*.

- CASTRO, C. & GÓMEZ CARBONERO, S. (1998) El cambio de los paradigmas científicos: ciências naturales versus ciências sociais?. In DÍAZ BARRADO, M. P., *Historia del Tiempo Presente. Teoria y Metodologia*, Salamanca, Universidad de Extremadura, p. 226-238.
- CÂMARA, M. J. (2003) *História do Desporto Equestre*, Lisboa, Medialivros.
- Carrefour d'Histoire du Sport (2008) *Les carrefours histoire du sports* [Consult. 22 de abril de 2008]. Disponível em http://carrefours2008.ujf-grenoble.fr/carrefours_hist.html
- COELHO, J. N. (2001) *Portugal, A Equipa de Todos Nós – Nacionalismo, Futebol e Media*, Porto, Edições Afrontamento.
- COELHO, J. N. & PINHEIRO, F. (2004) *A Nossa Seleção em 50 Jogos, 1921-2004*, Porto, Edições Afrontamento.
- COELHO, J. N. & PINHEIRO, F. (2002) *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- CORREIA, R. (1988) *Portugueses na V Olimpíada (Jogos Olímpicos de 1912): Subsídios para a História do Desporto Português*, Lisboa, Editorial Notícias.
- COX, R. W. (2003), *International Sport: A Bibliography, 2000*, London, Frank Cass.
- CRONIN, Mike (2003) “Playing Games? The Serious Business of Sports History”. *Journal of Contemporary History*, Vol. 38, n.º 3, p. 495-503.
- Cultura e Desporto** (1976) Lisboa, Direção-Geral dos Desportos, n.º 44.
- Cultura e Desporto** (1974) Lisboa, Direção-Geral dos Desportos, n.º 17.
- Cultural S. A. (2002), *Gran Enciclopedia de los Deportes*, Madrid, Cultural S.A.
- DAUVEN, J. (1961), *Encyclopédie des Sports*, Paris, Librairie Larousse.
- Desporto e Sociedade** (1988) Lisboa, Direção-Geral dos Desportos, n.º 88.
- Desporto e Sociedade** (1989) Lisboa, Direção-Geral dos Desportos, n.º 114.
- DIAS, M. T. (2000) *História do Futebol em Lisboa*, Lisboa, Quimera.
- DIAS, M. T. (2001) Os primeiros 50 anos do futebol português. *História*, 37, p. 15-21.
- DUNNING, Eric. (1971) *The Sociology of Sport*, London, Frank Cass.
- DYRESON, Mark. (2007) “Sport History and the History of Sport in North America”. *Journal of Sport History*, Vol. 34, n.º 3, p. 405-414.
- ESTEVE RAMÍREZ, F. & FERNANDÉZ MORAL, J. (1999) *Áreas de Especialización Periodística*, Madrid, Editorial Fragua.
- ESTRELA, A. (1980) História da Educação Física. In SÉRGIO, M. & FEIO, N., *Homo Ludicus – Antologia de textos desportivos da cultura portuguesa*, Lisboa, Compendium, Vol. 2, p. 73-77.

- FEIO, N. (1985) *Portugal: Desporto e Sociedade*, Lisboa, Direção-Geral da Comunicação Social.
- GARRIDO, M. M. (1956) *História do desporto no distrito de Beja*, Beja, Ed. Autor.
- GUEDES, Rui (1987a) *Sport Lisboa e Benfica: Fotobiografia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- GUEDES, Rui. (1987b) *Futebol Clube do Porto: Fotobiografia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- IDEM (1988) *Sporting Clube de Portugal: Fotobiografia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- GUTTMANN, Alan. (1978) *From Ritual to Record. The Nature of Modern Sports*, New York, Columbia University Press.
- IDEM. (1994) *Games and Empires*, New York, Columbia University Press.
- HASSE, Manuela (1999) *O divertimento do corpo*, Lisboa, Editora Temática.
- HENNESSY, Peter. (2006) *Having it So Good: Britain in the Fifties*, Londres, Penguin.
- HERBERT, G. (1946) *Le Sport Contre L'Éducation Physique*, Paris, Librairie Vuibert.
- HUBSCHER, Ronald. (1988) “Pierre Arnaud, Les athlètes de la République”. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, Vol. 43, n.º 5, p. 1167-1169. Disponível em <http://www.persee.fr>
- JOHNES, Martin. (2008) “British Sports History: The present and the future”. *Journal of Sport History*, Vol. 35, n.º 1, p. 65-71.
- LIPONSKI, W. (2005) *L'Encyclopédie des Sports*, Paris, Éditions Grund.
- MAIA, F. (2000) Portugal nos Jogos Olímpicos. In OLIVEIRA, Francisco, *O espírito olímpico no novo milénio*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 213-223.
- MELO, Afonso de. (2004) *Cinco Escudos Azuis*, Lisboa, Dom Quixote.
- MELO, Victor Andrade. (2008) “Why a Brazilian Journal of Sport History? A few words about this scientific periodical”. *Recorde: Revista de História do Esporte*, n.º 1, p. 1-6.
- MERCE VARELA, A. (1972) *La exigencia periodística y el concepto de olimpismo*, Barcelona, Cátedras Universitarias.
- MONTE, G. (1986) *Subsídios para a história do futebol em Évora*, Évora, Ed. Autor.
- MOREIRA, G. (1980) *A história do ciclismo português*, Alcobaça, Ed. Autor.
- NEVES, José & DOMINGOS, Nuno (2004), *A Época do Futebol: O Jogo Visto pelas Ciências Sociais*, Lisboa, Assírio & Alvim.

- OHL, Fabien (2006), *Sociologie du sport: perspectives internationales et mondialisation*, Paris, Presses Universitaires de France.
- PARREIRÃO, Henrique (1989a) *Os anos de diamante, 1914-1989*, Lisboa, Federação Portuguesa de Futebol.
- IDEM. (1989b) A era de ouro do futebol português. In REIS, António – *Portugal contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa. Vol. 5, p. 381-388.
- PHILLIPS, M. G. (2006), *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*, Albany (USA), State University of New York Press.
- PONTES, José (1934) *Quasi um século de desporto*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.
- Record** (1999a) *Livro do Cinquentenário: Modalidades*, Porto, Edições ASA.
- Record** (1999b) *Livro do Cinquentenário: Futebol*, Porto, Edições ASA.
- REIS, António. (1989, *Portugal contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa.
- RIAÑO GONZÁLEZ, C. (2004) *Historia Cultural del Deporte y la Mujer*, Madrid, Consejo Superior de Deportes.
- ROSÁRIO, A. T. (1996) *O Desporto em Portugal*, Lisboa, Instituto Piaget.
- ROWE, David. (2006) Sports et médias. In OHL, Fabien, *Sociologie du sport: perspectives internationales et mondialisation*, Paris, Presses Universitaires de France.
- SANTANA, João & MESQUITA, João. (2007) *Académica – História do Futebol*, Coimbra, Edições Almedina.
- SANTOS, F. (1989) *História Lúdico-Desportiva da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego.
- SÉRGIO, M. & FEIO, N. (1979) *Homo Ludicus – Antologia de textos desportivos da cultura portuguesa*, Lisboa, Compendium, Vol. 1.
- SÉRGIO, M. & FEIO, N. (1980) *Homo Ludicus – Antologia de textos desportivos da cultura portuguesa*, Lisboa, Compendium. Vol. 2.
- SERPA, Homero. (2007) *História do desporto em Portugal – do século XIX à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Instituto Piaget.
- SERRADO, R. & SERRA, P. (2010) *História do Futebol Português*, Lisboa, Prime Books, Vol. I & II.
- SILVA, Tavares, ORNELAS, Ricardo, & REIS, Ribeiro. (1953) *História dos Desportos em Portugal*, Lisboa, Editorial Inquérito.

- SIMÕES, A.; MÁRCIO, A.; MIRANDA, C.; SERPA, H.; RITA, J. & SERPA, V. (1994) *História de 50 Anos do Desporto Português*, Lisboa, Ed. António Simões/A Bola.
- SIMÕES, A., SERPA, H. & FRANCISCO, J. C. (1995) *Glória e Vida de Três Gigantes*, Lisboa, Ed. António Simões/A Bola.
- TEIXEIRA, J. [et al.] (2004) *Uma Cidade de Futebol*, Lisboa, AFM/Assírio & Alvim.
- TERRET, Thierry. (2008) “The Future of Sport History: ISHPES, Potential and Limits”. *Journal of Sport History*, Vol. 35 n.º 2, p. 303-310.
- TOVAR, Rui. (2004) *Almanaque da Seleção*, Lisboa, Almanaxi Editora.
- VIEIRA, Joaquim. (2008) *Crónica de Ouro do Futebol Português*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- VILARINHO, J. (1993) *Espadas e Floretes: Contribuição para a História do Desporto em Portugal*, Lisboa, Ed. Autor.
- WOODWARD, D. (1974) *El deporte a la luz de la ciencia*, Madrid, Ed. INEF.
- ZEIGLER, Earle. (1988) *History of Physical Education and Sport*, Illinois (USA), Stipes Publishing Company.

SOCIEDADE E TRABALHO

As políticas sociais em Portugal (1910-1926)

David Pereira

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

A definição das políticas sociais do Estado como objeto de estudo historiográfico não encontra ainda em Portugal os seus devidos promotores no plano da investigação científica. Procuraremos contribuir para uma visão global acerca das políticas desenvolvidas pelos poderes públicos em matéria social no período considerado: a legislação laboral; a previdência social; a assistência e beneficência; a hospitalização.

Legislação laboral

As relações dos governos republicanos com os trabalhadores e as suas organizações de classe foram, salvo raros períodos de acalmia, de constante turbulência e conflituosidade que conduziram invariavelmente ao cerceamento das liberdades e direitos dos trabalhadores, ou mesmo, em casos extremos, à sua prisão ou repressão armada. Através da Lei de 14 de Agosto de 1889 (ministério de José Luciano de Castro de 10.2.1886 a 14.1.1890): foram criados os tribunais de árbitrosavindores destinados a resolver disputas acerca de salários e execuções dos contratos de trabalho⁶⁰. Procurando corresponder às reivindicações do proletariado urbano de forma a não permitir um reforço das fileiras do republicanismo, os governos fizeram aprovar ainda em 1891: uma Lei que instituía a jornada das oito horas de trabalho e fixava uma tabela salarial mínima na indústria no dia 23 de Março; um Decreto que regulamentava o trabalho das mulheres e menores na indústria no dia 14 de Abril; um Decreto que reconhecia as associações de classe, apesar de limitar os seus direitos à esfera exclusivamente profissional e proibir a constituição de uniões ou federações dessas associações, para além de exigir a aprovação governamental dos seus dirigentes no dia 9 de Maio. Estas medidas foram obra do ministério liderado por António de Serpa Pimentel (14.1 a 14.10.1890), apesar de virem a merecer algumas precisões com o Decreto de 16 de Março de 1893 (ministério de Ernesto Hintze Ribeiro de 23.2.1893 a 4.2.1897) que

⁶⁰ Cf. LIMA, Campos. (1910), “Legislação Operaria. O que dispõem as leis portuguezas relativamente a protecção aos operarios”. *O Século*. 12 de Outubro, p.6.

fixava a idade legal mínima para o trabalho dos rapazes nos 16 anos e para as raparigas nos 21 anos. Alguns anos depois, em resposta a um surto grevista na indústria, o ministério de João Franco (19.5.1906 a 4.2.1908) fez aprovar um Decreto que instituía o descanso semanal obrigatório, deixando a sua regulamentação a cada município e a escolha do dia de paragem ao patronato e o superior poder dos governos civis para alterarem as disposições camarárias (7 de Agosto de 1907). Com a queda do governo e a oposição tenaz dos patrões, a lei não foi aplicada. Este caso foi seguido pela legislação de 1891 e 1893, que não foi minimamente respeitada.

Cumprida a tomada do poder pelos republicanos, o seu Governo Provisório (presidido por Teófilo Braga de 5.10.1910 a 3.9.1911) fez aprovar o Decreto de 6 de Dezembro de 1910, do seu ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho, que regulamentou a execução da greve e do *lockout*, reconhecendo em pé de igualdade o direito de se coligarem para cessação simultânea do trabalho a operários e patrões⁶¹. Logo após esse período, o Governo Provisório, através do seu ministro do Interior, António José de Almeida, legislou o Decreto de 9 de Janeiro de 1911 que fixou o direito de gozo do descanso semanal obrigatório ao Domingo para todos os assalariados⁶². A 8 de Março de 1911 saiu um Decreto que deixava às câmaras municipais a responsabilidade de especificar localmente as necessidades que a nova legislação impunha. As entidades patronais resistiram muito à aplicação do descanso semanal, sendo abertos vários regimes de exceção que levaram a que só fosse aplicada em alguns casos. Relativamente ao horário de trabalho, só em 22 de Janeiro de 1915, pelas Leis n.º 295 e 296, através do ministro do Interior, Alexandre Braga (ministério de Vítor Hugo Azevedo Coutinho de 12.12.1914 a 25.1.1915), foram estabelecidos os dias de trabalho de sete horas para os empregados de escritório, entre oito a dez horas para os operários de fábricas e oficinas e dez horas para os empregados de lojas, com intervalo de duas horas para almoço. A 12 de Novembro de 1915, foi regulamentado o horário de trabalho nas fábricas e oficinas agrícolas pelo Decreto n.º 2047 (ministério de Afonso Costa de 29.11.1915 a 15.3.1916).

Estas regulamentações foram sucessivamente falhando na sua execução, sobretudo nos meios afastados de Lisboa e Porto, sendo que no imediato pós I Guerra

⁶¹ Cf. (1910), “A Gréve”. *O Século*, 7 de Dezembro, p.1.

⁶² Cf. (1911), “Conselho de Ministros”. *O Mundo*. 10 de Janeiro, p.1; (1911), “Politica e administração”. *A Lucta*. 10 de Janeiro, p.1.

Mundial, através do ministro do Trabalho e Previdência Social, Augusto Dias da Silva⁶³ (ministério de Domingos Pereira de 30.3 a 29.6.1919), seria aprovado o Decreto n.º 5516, de 7 de Maio de 1919, tendo entrado em vigor no dia 1 de Novembro. Previa a jornada de trabalho das oito horas diárias para o operariado e para os empregados do comércio (semana das quarenta e oito horas) e das sete horas diárias para os bancários e empregados de escritório (semana das quarenta e duas horas)⁶⁴. Muito contestado de novo pelo patronato e pelos representantes políticos das direitas no Congresso da República, o diploma não foi minimamente cumprido no território nacional e ilhas adjacentes. Só em 27 de Dezembro de 1924 foi reconhecido o direito à constituição de federações e uniões de associações de classe, para além de lhes conferir capacidade legal de firmar acordos e contratos coletivos de trabalho, com o Decreto n.º 10 415 (ministério de José Domingues dos Santos de 22.11.1924 a 15.2.1925)⁶⁵.

Previdência social

À parte de casos pontuais como os caminhos-de-ferro e a Companhia União Fabril, onde a entidade patronal se comprometia a participar as pensões de sobrevivência, subsídios de funeral e de doença, e da função pública, onde a Caixa de Aposentações recebia 5% do salário dos trabalhadores para as pensões de reforma, não existiam quaisquer formas de seguro social para as restantes profissões até à institucionalização do pacote de reformas sociais de 1919. O governo de Domingos Pereira, através do seu ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva (Jorge Nunes substituiu-o no dia 4 de Maio, assinando os diplomas), implementou uma série de seguros cobrindo situações de doença, invalidez, velhice, sobrevivência, desastres de trabalho e desemprego (bolsas sociais de trabalho) para além de um organismo que deveria superintender todas estas funções, o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (ISSOPG) no dia 10 de Maio de 1919⁶⁶. Tendo sido instituído pelo Decreto n.º 5636, o seguro social obrigatório na doença seria organizado de acordo com os princípios mutualistas e teria uma base concelhia, devendo existir pelo menos uma

⁶³ Cf. (1919), “Últimas notícias – Ministro do Trabalho. Encontra-se demissionário”; “Ministerio do Trabalho. Tomou hontem posse, interinamente, d’esta pasta o sr. Jorge Nunes”. *O Século*. 4 e 7 de Maio, p.2 e 2; (1919), “Ministro do Trabalho. A posse do sr. Jorge Nunes. Um discurso do sr. Augusto Dias da Silva”. *Diário de Notícias*. 7 de Maio, p.1.

⁶⁴ Cf. Decreto n.º 5516, de 7 de Maio de 1919. *Diário do Govêrno*. I série, n.º 95, pp.750-751; (1919), “Horário de trabalho”. *O Século*, 8 de Maio, p.3; (1919), “Horário do trabalho”. *Diário de Notícias*. 8 de Maio, p.1.

⁶⁵ Cf. Decreto n.º 10415, de 27 de Dezembro de 1924. *Diário do Govêrno*. I série, n.º 287, p.1893.

⁶⁶ Cf. (1919), “Últimas Notícias – Conselho de ministros”. *O Século*. 9 de Maio, p.3.

mutualidade em cada concelho⁶⁷. Criado pelo Decreto n.º 5637, o seguro social contra o desastre de trabalho pretendia estender a cobertura prevista na Lei n.º 83, de 24 de Julho de 1913, a todos os riscos profissionais por conta de outro indivíduo ou entidade, satisfazendo as reivindicações das organizações operárias.

Mais uma vez era tornada necessária a obrigatoriedade de constituir em cada concelho uma sociedade mútua patronal ou mista⁶⁸. Instituído pelo Decreto n.º 5638, o seguro social por invalidez, velhice e sobrevivência visava completar a cobertura limitada das 122 associações de socorros mútuos livres que em 1919 tinham 83 394 sócios e encargos com pensões na ordem dos 146 contos anuais⁶⁹. As bolsas sociais de trabalho eram criadas pelo Decreto n.º 5639 e definidas como organismos de regulação do regime de oferta e procura de trabalho, possuindo um carácter regional, devendo ser criadas 100 Bolsas nos concelhos com mais de 10 000 habitantes com a entrada em vigor do Decreto num prazo de seis meses⁷⁰. Enquadrando e promovendo o articulado dos seguros sociais obrigatórios era criado o ISSOPG pelo Decreto n.º 5640. Nele eram integradas as Direcções-Gerais de Previdência Social e de Assistência Pública, sob tutela do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de que o ISSOPG dependia, apesar de gozar de autonomia administrativa. O seu financiamento ficaria dependente do lançamento de um imposto sobre as instituições financeiras, sendo 2% sobre os prémios cobrados pelas seguradoras nacionais, 3,5% sobre seguradoras estrangeiras e de 1,5% sobre o capital das sociedades bancárias, excluindo as que dispunham de caixas de pensões privadas. O Estado suportava a totalidade das despesas com o pessoal interno e externo durante cinco anos e, depois desse período, até 50% do seu montante⁷¹.

⁶⁷ Cf. Decreto n.º 5636, de 10 de Maio de 1919. *Diário do Governo*. I série, n.º 98, 8.º Suplemento, p.1025-1034; Rectificação ao Decreto n.º 5636, de 10 de Maio de 1919. *Ibidem*. n.º 98, 14.º Suplemento, pp.1230-1231; (1919), “Seguros Sociais Obrigatórios na doença, invalidez, velhice e desastres de trabalho”. *Boletim da Previdência Social*. Ano II, n.º 7, p.266-268.

⁶⁸ Cf. Decreto n.º 5637, de 10 de Maio de 1919. *Diário do Governo*. I série, n.º 98, 8.º Suplemento, p.1034-1039; Rectificação ao Decreto n.º 5637, de 10 de Maio de 1919. *Ibidem*. n.º 98, 14.º Suplemento, p.1231; “Seguros Sociais Obrigatórios na doença, invalidez, velhice e desastres de trabalho”. *op. cit.* p.270-271.

⁶⁹ Cf. Decreto n.º 5638, de 10 de Maio de 1919. *Diário do Governo*. I série, n.º 98, 8.º Suplemento, 10 de Maio de 1919, p.1039-1044; “Seguros Sociais Obrigatórios na doença, invalidez, velhice e desastres de trabalho”. *op. cit.* p.268-269.

⁷⁰ Cf. Decreto n.º 5639, de 10 de Maio de 1919. *Diário do Governo*. I série, n.º 98, 8.º Suplemento, p.1044-1047; “Seguros Sociais Obrigatórios na doença, invalidez, velhice e desastres de trabalho”. *op. cit.* p.271-272.

⁷¹ Cf. Decreto n.º 5640, de 10 de Maio de 1919. *Diário do Governo*. I série, n.º 98, 8.º Suplemento, 10 de Maio de 1919, p.1047-1060; Rectificação e nova publicação do Decreto n.º 5640, de 10 de Maio de 1919. *Ibidem*. n.º 98, 14.º Suplemento, 10 de Maio de 1919, p.1230-1244; “Seguros Sociais Obrigatórios na doença, invalidez, velhice e desastres de trabalho”. *op. cit.*, p.272-273.

Assistência e beneficência

No domínio da saúde e higiene pública mencionem-se os Decretos de 4 e 28 de Dezembro de 1899 que, respectivamente, criaram a Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública sob tutela do Ministério do Reino e o Instituto Central de Higiene. Associado a estas instituições foi criado um fundo de beneficência pública no sentido de combater o flagelo social que era a tuberculose e foi criada a Assistência Nacional aos Tuberculosos, financiada pelo Estado⁷². Através deste organismo, o Estado acompanhava a direcção das misericórdias e dos seus hospitais ou dispensários, da Casa Pia de Lisboa e dos recolhimentos.

A I República ocupou-se, desde o início, com a reforma profunda dos serviços de assistência pública. Já a Constituição de 1911 reconhecia o *direito à assistência pública* que, aliás, provinha já da Carta Constitucional vigente na Monarquia Constitucional, embora redigida de forma um tanto mais vaga. A expulsão das ordens religiosas pôs, desde logo, problemas de premente resolução, sobretudo no que respeitava a asilos, recolhimentos, hospitais e cozinhas económicas dependentes de pessoal religioso. Da responsabilidade do ministro do Interior do Governo Provisório, António José de Almeida, saiu o Decreto de 25 de Maio de 1911 que reorganizou a Assistência Pública. Tinha como principais objectivos: a descentralização dos diferentes serviços a prestar no sentido de atingir uma eficácia maior e mais rápida; a centralização da sua direcção no sentido de melhorar a sua fiscalização; a diminuição das suas despesas gerais; a garantia de fornecimentos às instituições em condições preferíveis. Dependendo do Ministério do Interior era criada a Direcção-Geral de Assistência com tarefas de organização e fiscalização de todas as instituições de beneficência públicas e privadas. Possuiria dependências distritais, municipais e paroquiais, através de comissões. Para Lisboa era reservada a actuação da Provedoria Central da Assistência, onde foram integrados todos os estabelecimentos congéneres, incluindo os Hospitais Civis, a Casa Pia e a Misericórdia. Na sua evolução posterior, a assistência pública demorou a assentar as suas bases de forma convincente. A assistência pública e privada foram depois reestruturadas, através do Decreto n.º 5640, de 10 de Maio de 1919 que, como vimos, criava e organizava o ISSOPG no Ministério do Trabalho. Da sua dependência ficava a Direcção dos Serviços da Tutela dos Organismos da Assistência

⁷² Cf. NETO, M.L.A.M.C. (1992), “Assistência Pública”. *Dicionário de História de Portugal*. vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, p.235; ALMEIDA, M.A.M.A. (1997). *A Primeira República Portuguesa e o Estado Providência*, Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, p.69-71.

Pública e Beneficência Privada e a Direcção dos Serviços da Inspecção, Estatística e Cadastro da Assistência. Sob a sua tutela ficava também o Conselho Nacional de Assistência Pública⁷³. Outros aumentos das fontes de receita foram atribuídos nos anos seguintes, o que não alterou muito o quadro deficitário do sector, que não foi marcado por um claro quadro de ruptura para com a situação herdada dos últimos tempos da Monarquia.

Hospitalização

Na saúde e higiene pública foram dados alguns passos prévios na melhoria da sua situação antes da institucionalização do regime republicano: em 1851, o Hospital de S. José foi retirado da tutela da Misericórdia de Lisboa sendo atribuído à tutela pública, à imagem do que já acontecia com os Hospitais da Universidade de Coimbra. O Decreto de 22 de Junho de 1870 centralizou os serviços hospitalares e atribuiu a estes valências sanitárias, de vacinação e de ensino médico. Ao Estado cabia o financiamento dos hospitais, cobrindo as despesas com os indigentes através dos municípios, já que todos os outros cidadãos arcavam com todas as despesas nos hospitais. A situação neste sector em 1910 apresentava 243 unidades hospitalares no país, sendo a grande maioria da responsabilidade da Igreja e das Misericórdias, cabendo ao Estado a administração das instituições mais modernas e apetrechadas. No caso do Hospital Real de São José e Anexos, foi-se confirmando uma estrutura integrada para as suas unidades hospitalares. Assim, pelo Decreto de 6 de Novembro de 1851 a Administração era personalizada num enfermeiro-mor de nomeação régia, coadjuvado por dois adjuntos eleitos pela Irmandade da Misericórdia de Lisboa e dois adjuntos escolhidos pelo Governo. Esse carácter relevou a centralização na pessoa do enfermeiro-mor de muitas das concretizações atingidas durante esses anos pelos Hospitais.

Pelo Decreto n.º 126, de 9 de Setembro de 1913, autonomizam-se nos Hospitais Civis de Lisboa os serviços de Assistência Médica e de Administração e Contabilidade. A Assistência Médica nos Hospitais Civis de Lisboa continuaria regendo-se pelo Regulamento em vigor de 24 de Dezembro de 1901, no que se refere à sua organização e pessoal, exceptuando a sua direcção clínica, higiénica e farmacêutica dos serviços hospitalares, que até aí competira ao enfermeiro-mor. Esta passava a ser exercida por

⁷³ Cf. Decreto n.º 5640, de 10 de Maio de 1919. *Diário do Governo*. I série, 8.º suplemento ao n.º 98, p.1047-1060.

uma Comissão Médica constituída pelos diretores dos vários estabelecimentos hospitalares⁷⁴. Nessa sequência, e culminando um debate parlamentar que atravessou várias legislaturas dos primeiros anos do regime republicano, é aprovado o Decreto n.º 1137, de 27 de Novembro de 1914, organizando a Administração dos Hospitais Cíveis de Lisboa. Estes eram agora entendidos como pessoal moral com capacidade jurídica, abrangendo a administração e superintendência de todos os serviços gerais e especiais desses estabelecimentos que incumbia a uma comissão constituída pelos diretores dos hospitais e um administrador adjunto que seria o secretário da Comissão.

Já com o Governo de Sidónio Pais, foi preparada nova reorganização dos Hospitais Cíveis de Lisboa: pelo Decreto n.º 4563, de 9 de Julho de 1918. A direção e administração autónomas de todos os institutos, tal como a superintendência de todos os seus serviços gerais e especiais incumbiam a uma entidade oficial a partir de então denominada diretor-geral dos Hospitais Cíveis de Lisboa, cabendo a sua nomeação ao Governo, sob proposta do corpo clínico hospitalar, precedida de eleição a ser realizada entre os clínicos dos Hospitais⁷⁵. O Decreto n.º 4855, de 13 de Julho de 1918, integra na Secretaria de Estado do Trabalho os serviços de assistência pública e de saúde, implicando que os Hospitais Cíveis de Lisboa e a respectiva Direção-Geral devessem também integrar a Secretaria de Estado do Trabalho. A partir daí foi de destacar a maior estabilidade mantida relativamente aos Hospitais Cíveis de Lisboa, só afectados organicamente pelo Decreto n.º 11 267, de 25 de Novembro de 1925, que extingue o Ministério do Trabalho, levando a Direção-Geral dos Hospitais Cíveis de Lisboa de novo para o Ministério do Interior.

Conclusões

O período analisado confirma estarmos na ausência de um Estado social durante o período, num contexto de igual ausência de direitos políticos e sociais universais para a população portuguesa e de prevalência de concepções de intervenção direcionada aos mais desfavorecidos que declaradamente não desempenhavam qualquer atividade profissional, assim como o atendimento apenas aos trabalhadores de rendimentos mais baixos. Isto num contexto de indisponibilidade orçamental comum, acompanhada da

⁷⁴ Cf. Decreto n.º 126, de 9 de Setembro de 1913. *Diário do Governo*. I série, n.º 211, 9 de Setembro de 1913, p.3410.

⁷⁵ Cf. Decreto n.º 4563, de 9 de Julho de 1918. *Diário do Governo*. I série, n.º 155, 12 de Julho de 1918, p.1149-1168.

grande instabilidade política e governativa e uma trajetória nas diferentes conjunturas internas do período onde a I Guerra Mundial é uma realidade que marca todos os contextos em que o Estado intervém em Portugal.

O “entusiasmo” pela organização científica do trabalho do pós II Guerra aos anos 70

Ana Carina Azevedo

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

A aplicação de princípios de organização científica do trabalho nos sectores produtivos de um país é um aspecto importante no estudo do seu desenvolvimento económico. As alterações que introduziram no quotidiano das indústrias e as suas repercussões ao nível do operariado sustentam a importância do seu estudo, visto a organização científica do trabalho não apresentar apenas consequências ao nível da produtividade e do desempenho das instalações industriais, mas também a nível social.

No que a Portugal diz respeito, as primeiras experiências de racionalização em solo nacional iniciaram-se na transição do século XIX para o século XX. Porém, os anos iniciais da I República constituem-se como a época na qual a maioria destas iniciativas ganha forma sendo que as primeiras referências concretas à organização científica do trabalho, apesar de apenas teóricas, iniciam-se no pós I Guerra Mundial, estando inseridas, maioritariamente, em publicações de cariz técnico dirigidas a elites bem definidas, entre as quais se contam os médicos, os engenheiros e os industriais.

No entanto, o aprofundamento dos estudos e da aplicação dos métodos de organização científica do trabalho em Portugal tem no pós II Guerra Mundial a sua época de maior desenvolvimento. É, de facto, neste período que se dá início ao que podemos considerar como o «segundo tempo» da organização científica do trabalho, no qual são criados organismos privados e estatais que têm por objectivo difundir os seus princípios que, quase de forma tentacular, passam a ser alvo de estudo em vários domínios, desde a indústria, passando pela agricultura e pela Administração Pública. A aceleração e multiplicação das possibilidades de aplicação da organização científica do trabalho a partir da II Guerra Mundial estiveram relacionadas não apenas com os novos desafios do período e com a tentativa de ultrapassar as debilidades reveladas pelo conflito, mas também com os ensinamentos colhidos com a participação de Portugal no Plano Marshall e com as heranças do Programa de Assistência Técnica e Produtividade que, embora tardias, lentas e limitadas pela conjuntura política, económica e social, pautada pelo receio de que as consequências dos atos presentes tornassem o futuro

incerto, acabaram por ter repercussões positivas em Portugal. Alguns dos organismos que apostaram na difusão e valorização das técnicas de organização científica do trabalho estiveram envolvidos no programa: além do funcionalismo público, as Associações Industriais Portuguesa e Portuense, a Associação Comercial de Lisboa e a Ordem dos Engenheiros. Os contactos destes técnicos com as missões de estudo da OECE e da Agência Europeia de Produtividade, no fundo a sua internacionalização, permitiram que estes se envolvessem num programa multilateral de assistência técnica que permitiu o conhecimento de novos métodos e técnicas de organização e gestão das empresas contendo novas formas de racionalização do trabalho, baseadas num conceito de produtividade que ia sendo progressivamente assimilado.

De facto, as transformações do pós-guerra obrigaram ao repensar da economia e das questões da produtividade. A tomada de consciência dos limites impostos pela fraca produtividade leva à aceitação de um programa de modernização relacionado com as leis 2002 e 2005, de electrificação e fomento e reorganização industrial, respectivamente. Por outro lado, o conflito conduz, principalmente a nível internacional mas com algumas repercussões em Portugal, ao desenvolvimento de novas técnicas de produção, ao treino da mão-de-obra, ao desenvolvimento da mecanização e ao alargamento das fábricas. Fruto de uma maior preocupação com estas questões, o período compreendido entre 1951 e 1973 vê surgir ganhos de produtividade mais positivos. Não é, portanto, de estranhar que este segundo pós-guerra seja em Portugal a época de maior afirmação da organização científica do trabalho e aquela em que se dá um maior alargamento do leque de possibilidades da sua aplicação.

A organização científica do trabalho difundia-se a partir de certos organismos, alguns deles na direta dependência do Estado, sendo os seus princípios estudados desde 1928 pelo Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho; pelos Institutos Industriais e Comerciais, nos quais se destacou, desde a década de 1930, o Prof. Baptista de Oliveira; pelas Escolas Superiores de Engenharia, desde 1955 e pela secção 4 da Direcção-Geral do Trabalho, principalmente no que diz respeito à sua 2.^a repartição encarregue da Higiene e Segurança no Trabalho. No Ministério das Finanças, destaca-se a Comissão de Inquérito e de Estudo sobre a Eficácia dos Serviços Públicos, a Comissão para o Estudo e Instalação dos Serviços Mecanográficos, a Comissão de Estudos para a Uniformização de Impressos, a Comissão de Estudo de Coordenação das

Publicações do Estado e a Comissão da Reforma Fiscal.⁷⁶ Incluem-se, igualmente, nesta enumeração a Repartição de Normalização da Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, desde 1952 e o Instituto Nacional de Investigação Industrial que, desde a sua criação no final da década de 1950, terá um papel bastante importante na realização de cursos e conferências tendentes a difundir no País os conhecimentos e as práticas ligadas à organização científica do trabalho. Também o LNEC, na dependência do Ministério das Obras Públicas, desenvolveu iniciativas tendentes à inculcação das técnicas de organização científica do trabalho entre o seu pessoal. No que diz respeito aos estudos de organização científica do trabalho administrativo, um dos organismos que mais se destacou foi o Gabinete de Estudos António José Malheiro, incluído na Direcção-Geral da Contabilidade Pública no Ministério das Finanças. Este gabinete lançou uma série de publicações tendentes a difundir os estudos realizados e a incluí-los no quotidiano dos serviços administrativos portugueses, tornando-se notória a utilização destes métodos como tentativa de contenção de despesas no sector. Mas no exterior dos serviços ministeriais são, igualmente, criados organismos que perseguiram os mesmos objectivos. Em 1962 é criado o Centro de Estudos de Gestão e de Organização Científica (CEGOC) na Associação Comercial de Lisboa em parceria com a *Commission Générale d'Organisation Scientifique* (CEGOS) e em 1963 entra em funcionamento a Comissão de Produtividade da Associação Industrial Portuguesa (COPRAI) que terá uma acção importante na realização de cursos e conferências vocacionados para a difusão de métodos de incremento da produtividade, entre os quais se contavam os métodos científicos de organização do trabalho.

Estas iniciativas revelam uma certa consciência da necessidade de atuar em prol do desenvolvimento das práticas científicas de organização do trabalho e até uma certa tendência reformadora. O problema está no facto de todas serem iniciativas sectoriais e fragmentárias, «*esforços dispersos e isolados, sem obediência a uma visão uniforme, a uma directriz coerente, a um plano de conjunto*».⁷⁷ A pluralidade de organismos que desenvolveram serviços de organização científica do trabalho acabou mesmo por criar um certo choque de atribuições, sendo possível encontrar um exemplo desta realidade

⁷⁶ FELISMINO, Aureliano (1959), *XIe Congrès International des Sciences Administratives. Le Structure et le Fonctionnement du Ministère des Finances. Réponse du Portugal au questionnaire destiné à l'élaboration du rapport général*. Correspondência sobre a participação portuguesa no Congresso Internacional das Ciências Administrativas, 3 de Fevereiro de 1959, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, AOS/CO/FI – 45, pasta 12, fl.90.

⁷⁷ Decreto-lei n.º 48058, de 23 de Novembro de 1967, Presidência do Conselho – Cria na Presidência do Conselho o Secretariado da Reforma Administrativa, cuja incumbência e atribuições são definidos no presente diploma. Rectificado a 14 de Dezembro de 1967. *Diário do Governo*, I Série, n.º 273, 1967, p.2051.

num documento da década de 1960 que refere que este atrito se tornou patente entre o Instituto Nacional de Investigação Industrial e a Corporação da Indústria.⁷⁸ O artigo 24.º do regulamento do INII referia que era ao Serviço de Produtividade, Organização Científica da Produção e do Trabalho Industrial que competia estudar os problemas relativos à organização científica da produção e do trabalho das atividades industriais no aspecto humano, tecnológico e económico, enquanto a base XI da Lei n.º 2085 – Plano de Fomento Social e Corporativo – referia que era ao Centro de Estudos Sociais e Corporativos que competia o estudo das «questões relativas aos aspectos sociais da vida e organização das empresas».⁷⁹ Paralelamente, também o Ministério das Corporações havia criado um serviço para estudar as condições de trabalho no que se referia à organização científica do trabalho, segundo o artigo 17.º do regulamento do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.⁸⁰ Para tentar resolver este dilema, o referido documento propõe que a ação do INII se limite aos aspectos técnicos da produção e que o seu Conselho Técnico incluía um representante do Ministério das Corporações, cuja missão seria manter o INII informado acerca das soluções encontradas quanto às condições de trabalho e às relações internas da empresa e fazer com que fossem levados em consideração neste organismo os factores humanos do trabalho e o interesse dos trabalhadores.⁸¹

Paralelamente à criação destes serviços, a participação de técnicos portugueses nas missões de estudo da Agência Europeia de Produtividade e de outros organismos ao abrigo do Plano Marshall constituiu, também, uma forma de difusão de conhecimentos relativos às questões da produtividade. Apesar de Portugal não ter aproveitado plenamente a experiência americana, o Plano Marshall pretendeu compelir o País ao melhoramento das técnicas agrícolas e industriais de forma a aumentar a produção e diminuir o seu preço de custo, sendo que algumas das missões de estudo realizadas no âmbito do Programa de Assistência Técnica e Produtividade, cuja participação de técnicos tem grande expressão na área da engenharia, tocavam questões adjacentes. Por seu lado, a Agência Europeia de Produtividade também passa a promover ações tendentes a difundir os princípios de organização científica do trabalho, embora estas acabassem por permanecer mais relacionadas com o papel das Associações Industriais e

⁷⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ao Ministro da Economia - Criação e regulamentação do INII – 196?*, IANTT/AOS/CO/EC – 21, pasta 21.

⁷⁹ *Idem*, fls. 627 e 629.

⁸⁰ Decreto n.º 37268, de 31 de Dezembro de 1948, Presidência do Conselho - Aprova o regulamento do INTP. *Diário do Governo*, I Série, n.º 303, p.1794.

⁸¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ao Ministro da Economia - Criação e regulamentação do INII – 196?*, IANTT/AOS/CO/EC – 21, pasta 21, fl. 630.

dos privados do que com a ação do Estado que, comparativamente, não demonstrava tanto interesse em enviar técnicos aos encontros internacionais.⁸²

Esta realidade colocava um outro problema à difusão de técnicas de organização científica do trabalho no País: a escassez de técnicos especializados capazes de conduzir o processo. Esta falha era, em alguns aspectos, colmatada pela atuação de firmas especializadas que se dedicavam a organizar cientificamente o trabalho das empresas que requisitassem os seus serviços⁸³, sendo que a sua existência se constituiu como um impulso importante para que não só as grandes empresas pudessem organizar cientificamente o trabalho, arriscando despendar parte dos seus lucros na contratação de técnicos especializados.

No início dos anos 60, uma outra iniciativa traz a lume as questões da organização científica do trabalho administrativo. Trata-se da Reforma Administrativa, ensaiada no seio do Ministério das Finanças, tendo como objectivos:

«melhorar e modernizar os métodos de trabalho dos serviços, recorrendo, sempre que possível, à sua mecanização progressiva» e à implementação da organização metódica do trabalho - e a «formação de pessoal especializado em questões de organização e métodos, por meio de uma série de medidas de alcance imediato e de projecção futura».⁸⁴

Logo no início da década, a Presidência do Conselho começa a demonstrar preocupação com a eficiência dos Serviços Públicos e passa a letra de lei algumas disposições tendentes a simplificar os métodos de trabalho neste sector⁸⁵, principalmente no que dizia respeito à capacidade de organizar o trabalho de forma tal que qualquer funcionário pudesse ser substituído em caso de necessidade, sem que a sua função fosse por isso afectada. Esta foi uma tarefa da qual o Governo se ocupou na totalidade, chamando a si a competência de modernizar as orgânicas e os métodos de trabalho nos Serviços Públicos e estimular à modernização e melhoria da produtividade

⁸² ROLLO, Maria Fernanda (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Coleção Biblioteca Diplomática, Série D- 13, p.495.

⁸³ ATHAYDE, José Pereira (1957), *A produtividade e a organização científica do trabalho*, conferência realizada no Ciclo de Estudos da UCIDT, Barcelos, pp. 21-23.

⁸⁴ Ministério das Finanças (1962), *A reforma administrativa. Contribuição para os trabalhos preliminares*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp.14-17.

⁸⁵ Decreto-lei n.º 42800, de 11 de Janeiro de 1960, da Presidência do Conselho de Ministros – Inere disposições destinadas a simplificar os métodos do trabalho burocrático e melhorar a eficiência dos serviços públicos. *Diário do Governo*, I Série, n.º 7, 1960, pp.15-16.

nas empresas privadas. O Secretariado da Reforma Administrativa⁸⁶ tinha como instrumentos principais a criação de núcleos de organização e métodos nos departamentos mais indicados, a formação do pessoal com os cursos de organização do trabalho administrativo do INII e LNEC, a criação de pequenos serviços de Organização e Métodos (O&M), cursos de Extensão Universitária e a formação de especialistas em O&M no estrangeiro em colaboração com a Escola Nacional de Administração Pública de Espanha. Além disso, o Secretariado da Reforma Administrativa preparou, igualmente, um programa de curso básico de formação para funcionários com cargos de chefia que incluía estudos de organização, estudo dos tempos e dos métodos de trabalho, racionalização, produtividade e simplificação do trabalho administrativo, entre outros.

Além do sector administrativo, também a agricultura e a pecuária constituíram terrenos interessantes para os estudos de organização científica do trabalho, desenvolvidos, principalmente a partir de 1961, pelo Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian⁸⁷. Este centro foi responsável pela realização de uma série de projetos tendentes à melhoria da produtividade agrícola através da utilização de métodos de racionalização do trabalho. O objectivo deste Centro prendia-se com a análise e o diagnóstico da situação das explorações existentes e com a planificação de novas explorações, nomeadamente no que dizia respeito à utilização mais racional dos materiais e máquinas agrícolas, à simplificação do trabalho e ao estudo de técnicas de trabalho mais eficientes. O estudo da agricultura portuguesa do ponto de vista da organização do trabalho⁸⁸ chega à conclusão que os maiores problemas se situavam ao nível das instituições jurídicas e dos defeitos de estrutura das explorações, sendo que as parcelas muito pequenas não permitiam que nelas fosse organizado o trabalho e os grandes latifúndios, apostando numa cultura demasiadamente extensiva e possuindo grandes defeitos nos sistemas de produção, não permitiam um emprego intensivo e contínuo da mão-de-obra. Mas, apesar da sua importância, várias dificuldades foram surgindo, entre as quais a inexistência de quintas experimentais nas quais fosse possível fazer variar as condições de execução do trabalho e estudar o impacto de cada variável no tempo de realização das tarefas. Os agricultores também

⁸⁶ Criado pelo Decreto-Lei n.º 48058, de 23 de Novembro de 1967 e a quem competia o «*fomento e coordenação das actividades de organização e métodos nos diversos departamentos administrativos*».

⁸⁷ Também a Junta de Colonização Interna e a Federação Nacional dos Produtores de Trigo realizaram, um pouco mais tarde, estudos semelhantes.

⁸⁸ «*Problèmes de l'Agriculture Portugaise du Point de Vue de l'Organisation du Travail*» in Francisco Caldeira Cary (1966), *Les recherches sur l'organisation du travail au Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, pp.1-3.

nem sempre viam com bons olhos a estrada de investigadores nas suas propriedades, nem a mudança dos métodos de trabalho passados de geração em geração. Sobretudo no Alentejo, o clima de desconfiança surgiu sendo que estes estudos eram, muitas vezes, vistos como mais uma forma de controlo do trabalhador por parte do patronato. Além disso, sabendo-se observados, era habitual os trabalhadores acelerarem o seu ritmo normal de trabalho, dificultando a obtenção de tempos de execução corretos.⁸⁹

Também a nível do ensino é dado, em 1962, um passo importante no processo de desenvolvimento da organização científica do trabalho em Portugal com a criação da Escola Superior de Organização Científica do Trabalho e das Relações Humanas nas Empresas no Instituto Superior de Línguas e Administração - ISLA. Dirigida cientificamente por Mário Soares Madureira e orientada por profissionais do alto comércio e indústria e por outros elementos acreditados para a variante de Psicologia do Trabalho, coordenada pelo Professor Ferreira Marques, esta escola apostava na formação de quadros superiores que, posteriormente, deveriam implementar nas empresas onde se integrassem os conhecimentos adquiridos. Os seus objectivos eram, portanto, bastante claros: a familiarização dos alunos:

«com os métodos de formação e de aperfeiçoamento das relações humanas na empresa, da organização científica do trabalho e da administração racional hoje utilizada nas grandes organizações industriais, comerciais e administrativas dos países econòmicamente evoluídos»⁹⁰

Ou seja, pretendia-se que lhes fossem reveladas as vantagens da melhoria da produtividade levando-os, assim, a colaborar no seu desenvolvimento. Este curso tinha a duração de 3 anos e era composto por 20 disciplinas, dando ainda a possibilidade ao aluno de optar por uma de três vertentes: Organização e Administração, Sociologia Industrial e Relações Humanas e Psicologia Industrial.⁹¹

Nota final

É possível, assim, verificar que as mudanças provocadas pelo segundo pós-guerra conduziram, de facto, a um interesse acrescido pela organização científica do

⁸⁹*Idem, Ibidem*, p.8.

⁹⁰ Escola Superior de Organização e Administração de Empresas (1967), *Escola Superior de Organização Científica do Trabalho*, Lisboa, Instituto Superior de Línguas e Administração, p.6.

⁹¹ *Escola Superior de Organização Científica do Trabalho e das Relações Humanas na Empresa*, Instituto Superior de Línguas e Administração, Coimbra, s.d, pp.1-2.

trabalho e a uma diversificação dos sectores que a ela recorrem. É inegável o reconhecimento de alguns círculos técnicos em relação às suas potencialidades; inegáveis também os contactos internacionais, a abertura de algumas fábricas e serviços aos especialistas em organização e o reconhecimento feito, inclusivamente pelo próprio Estado, de que a organização científica do trabalho poderia ser uma aliada na luta contra o aumento das despesas, situação esta que não pode ser alheia às heranças que o Plano Marshall e a participação de Portugal nos recém-criados organismos europeus deixaram a nível das noções de produtividade do trabalho. No entanto, é, também, notório que a organização científica do trabalho penetra em Portugal com lentidão dados os condicionalismos do País, debatendo-se com atrasos, receios, bloqueios e hesitações característicos do Portugal da época.

Fontes e bibliografia

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ao Ministro da Economia - Criação e regulamentação do INII – 196?*, IANTT/AOS/CO/EC – 21, pasta 21.

ATHAYDE, José Pereira (1957), *A produtividade e a organização científica do trabalho*, conferência realizada no Ciclo de Estudos da UCIDT, Barcelos.

CARY, Francisco Caldeira (1966), *Les recherches sur l'organisation du travail au Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária.

Decreto n.º 37268, de 31 de Dezembro de 1948, Presidência do Conselho - Aprova o regulamento do INTP. *Diário do Governo*, I Série, n.º 303, pp.1793-1800.

Decreto-lei n.º 42800, de 11 de Janeiro de 1960, da Presidência do Conselho de Ministros – Inere disposições destinadas a simplificar os métodos do trabalho burocrático e melhorar a eficiência dos serviços públicos. *Diário do Governo*, I Série, n.º 7, 1960, pp.15-16.

Decreto-lei n.º 48058, de 23 de Novembro de 1967, Presidência do Conselho – Cria na Presidência do Conselho o Secretariado da Reforma Administrativa, cuja incumbência e atribuições são definidos no presente diploma. Rectificado a 14 de Dezembro de 1967. *Diário do Governo*, I Série, n.º 273, 1967, pp.2050-2057.

Escola Superior de Organização e Administração de Empresas. (1967), *Escola Superior de Organização Científica do Trabalho*, Lisboa, Instituto Superior de Línguas e Administração.

FELISMINO, Aureliano. (1959), *XIe Congrès International des Sciences Administratives. Le Structure et le Fonctionnement du Ministère des Finances. Réponse du Portugal au questionnaire destiné à l'élaboration du rapport général.* Correspondência sobre a participação portuguesa no Congresso Internacional das Ciências Administrativas, 3 de Fevereiro de 1959, IANTT/ AOS/CO/FI – 45, pasta 12.

Ministério das Finanças. (1962), *A reforma administrativa. Contribuição para os trabalhos preliminares*, Lisboa, Imprensa Nacional.

ROLLO, Maria Fernanda. (2007), *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra. O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Colecção Biblioteca Diplomática, Série D- 13.

Agradecimentos

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, sem o apoio da qual esta investigação não teria sido possível.

ECONOMIA: AGENTES E ACTIVIDADES

Expositions in the contemporary age: the case of Galicia

Margarita Barral Martinez

Universidade de Santiago de Compostela

Introduction

The years that spanned from the last quarter of the 19th century to 1914 represent one of the critical periods in the history of Europe. In the age of imperialism, Western politics was basking in a superiority complex in relation to the rest of the world, with an untempered desire for control in which the colonies became a sign of power, and expositions, a showcase of development. In this world defined by utopia, contextualising and analysing the case of Galicia in the fashion of expositions is the purpose of this communication, especially with regard to the Galician Regional Exposition of 1909 and the documentation about this event that can be found in the Archive of the Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento (Padre Sarmiento Institute of Galician Studies) – CSIC (Spanish National Research Council), in Santiago de Compostela.

1. The spirit of expositions

The first half of the 19th century saw the expansion of expositions, and with the commencement of the second half of the century there was a perception that expositions needed to grow, go further. And so world and/or universal expositions were born. The first was that of London of 1851, the Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations, from 1 May to 15 October, also called the Crystal Palace Exhibition as Joseph Paxton's structure of iron and crystal was its symbol. Visiting the Exhibition became a mandatory pilgrimage: a total of 13,937 exhibitors received an amount of 6,039,195 visitors – a surprising average of 43,000 people a day on a surface area of 95,000 square metres, in Hyde Park.⁹² The press played a major role by supporting the event, there were lower train fares for visitors, and illustrated guides were given away with train

⁹² AIMONE, L., OLMO, C. (1993), *Les Expositions universelles, 1851-1900*, Belin, Paris, p. 298.

tickets. In other words, a promotion and marketing policy was developed which would be exploited from now on.

The 1851 London World's Fair evidenced the power of the British state and served as laboratory of the urban changes that would later take place in European cities, the Crystal Palace being traversed by avenues in an attempt to rationalise the urban chaos through which the visitor had to go before arriving at the Exposition. In the following year, Baron Haussmann undertook the transformation of the city of Paris, with boulevards and gardens that brought order to the City of Light. Also a consequence of this first world's exposition was the creation of a typology of large department stores, of which the first example was the well-known Bon Marché in Paris (1853).

After a second world's fair held in Dublin in the year 1853, the third one was announced for Paris⁹³ in 1855: the Exposition Universelle des Produits de l'Industrie. Still, the most outstanding of such events in the city of Paris were those of 1878, 1889 and 1900.

While the 19th century was the century of progress par excellence, the aim of exhibition endeavours was, first and foremost, economic. But other objectives, which were no less important in the Europe of the time, should be added to this: apart from promoting one's own production, there was also an intention to show off that was full of political and ideological content, of nationalist self-affirmation.

2. Spain and the exposition tide

It was Ferdinand VII (1813–1823) who first legislated on expositions. These continued to be held in Madrid during the reign of Isabella II (1813–1868). But the scant participation and poor products evidenced Spain's low industrial development. It was later on, in the second half of the 19th century, and after exhibitions were decentralised, that these events began to yield their most positive results.

⁹³ For a study of the Paris universal expositions, see the work of BACHA, M. (dir.) (2005), *Les Expositions Universelles à Paris de 1855 à 1937*, Action artistique de la Ville de Paris – Mairie de Paris, Paris.

The first Spanish international exposition took place in Barcelona in the year 1888,⁹⁴ from 8 April to 9 December, in the Parc de la Ciutadella. Such a late international call for an exhibition was one of the symptoms of Spain's poor integration in European trade. In fact, a comparison of the Barcelona Exposition with those of Paris and London evidences the modesty of the Catalan one, with a rather lower foreign participation and a total of 12,900 exhibitors, of which 8,600 came from the Spanish state itself.⁹⁵ It is also true, however, that looking at exposition's official organ of expression, *La Exposición*, reveals the obvious differences between the (higher) degree of development of the Catalan region and that of the rest of the state,⁹⁶ which might also justify in part the fact that the first international exposition to be called in Spain was held in Barcelona and not in Madrid. But in addition, and since the tensions between Barcelona and Madrid had already exceeded the level of merely economic rivalry, the defensive attitudes of cultures that were different from each other reinforced the nationalist content of the exposition.

3. The case of the region of Galicia

The echoes of international expositions and the exhibition fever that spread around this time reached Galicia as well through a number of means such as the *Revista de Estudios Económicos*, the *Revista de la Sociedad Económica de Amigos del País de Santiago* and the journal *Galicia*, which published articles that were mainly about farming-related exhibitions, in connection with the situation of the Galician countryside, and art exhibitions. The works of authors such as Ramón de la Sagra, F. Domínguez⁹⁷ and even Emilia Pardo Bazán which dealt with their visits to the Paris expositions⁹⁸ were also significant.

⁹⁴ See GUARDIA, M., GARCÍA, A. (1994), "1888 y 1929. Dos exposiciones, una sola ambición", in SÁNCHEZ, A. (dir.), Barcelona, 1888-1929: Modernidad, ambición y conflictos de una ciudad soñada, Alianza, Madrid, pp. 25-43; p. 32.

⁹⁵ AIMONE, L., OLMO, C. (1993): *Les Expositions...*, *op. cit.*, p. 302.

⁹⁶ CARRERA, S., (dir.) (1888), *La Exposición. Órgano oficial de la Exposición de Barcelona en 1888*, with an exclusive pavilion for the editorial staff of this journal within the exposition site, in the Park of Barcelona.

⁹⁷ SAGRA, R. de la, published in Madrid in the year 1853 the *Memoria sobre los objetos estudiados en la Exposición Universal de Londres y fuera de ella*; to DOMÍNGUEZ, F. (1855), we owe the *Informe sobre la Exposición Universal de París*, A Coruña.

⁹⁸ The Countess of Pardo Bazán contributed especially to disseminate the knowledge of the Paris Universal Exposition of 1889 through the 'Cartas sobre la Exposición', published between July and

In this regard, the first experience of a Galician exposition dates back to the year 1846, when the Santiago Economic Society organised an Agricultural Congress-Exposition for the next year. However, there is no reference to the activities carried out in preparation for this event.⁹⁹ A succession of other provincial exhibitions followed from this point, and the first Galician regional exhibition was held in Santiago in 1858.

TABLE: *Galician provincial and regional exhibitions (1850–1909)*

VENUE	YEAR
A Coruña	1851
Santiago de Compostela	1858
Pontevedra	1860
Vigo	1860
Pontevedra	1862
Lugo	1866
Lugo	1867
Santiago de Compostela	1875
Lugo	1877
A Coruña	1878
Pontevedra	1880
A Coruña	1889
Lugo	1896
Santiago de Compostela (international)	1909

Source: Prepared by the author.

3.1 *The Galician Regional Exhibition of 1909*

The monarchic regime restored by the military uprising of general Martínez Campos in Sagunto, Valencia on 29 December 1874 meant the birth of a new political system, ‘turnism’, or conservatives and liberals’ peaceful alternation in office. Santiago

September 1889 in the magazine *La España Moderna*. This author also published the work *Cuarenta días en la Exposición*, which recounts the train ride from Galicia to Paris to visit the 1900 Exposition.

⁹⁹ FERNÁNDEZ CASANOVA, M.^a C. (1986), *La Sociedad Económica de Amigos del País de Santiago en el siglo XIX*, Ediciós do Castro, A Coruña, p. 124.

de Compostela was a city that had developed under the protection of the Church for centuries, which had brought with it a certain sense of oblivion of the urban meaning of the city. While it is true that Santiago followed these basic lines of development during the period of the Bourbon Restoration (1874–1923), this aspect should be considered with certain reservations, as in the last quarter of the 19th century Santiago also experienced an urban transformation that gave the city a modern, period appearance with the construction of public parks, of which the Alameda (a tree-lined avenue) and the Paseo da Ferradura (Horseshoe Walk) were emblematic examples, and which were given a boost following the Regional Exhibition of 1909.

In the Archbishop's Palace of Santiago, and under the chairmanship of cardinal Martín de Herrera, a meeting was held at the initiative of the League of Friends of Santiago and its chairman, Miguel Castro Arizcún. Among the attendants were representatives of the town council's institutions: mayor Lino Torre, rector Cleto Troncoso and the director of the Economic Society of Friends of the Country, Eduardo Vilariño. All of them belonged to the 'Monterist' clientele network, led by Eugenio Montero Ríos and attached to the liberal group. They intended to lay the foundations of a project for a regional exhibition that would take place in 1909, coinciding with the celebration of the Holy Year. Other meetings followed in which a steering committee was formed, chaired by leftist Pedro Pais Lapido, a university professor of laws and a person who worked with great enthusiasm until the culmination of the project. This committee was in charge of the event and was responsible for management and funds administration issues, as well as for the different subcommittees to which the organisation tasks would be allocated. A parliamentary committee was designed in Madrid, arranged by the member of parliament for the city Manuel García Prieto. A communication sent by García Prieto himself states, [*H]e creído conveniente ofrecer la presidencia de la misma a D. Eugenio [meaning his father-in-law and head of the clientelist network that had been strong in the city since 1886, Eugenio Montero Ríos], quien la ha ocupado con el mayor gusto.*¹⁰⁰

The Reglamento de la Exposición Regional Gallega que ha de celebrarse en Santiago en el Año Santo de 1909 ('Regulations of the Galician Regional Exhibition that is to be held in Santiago in the Holy Year of 1909') and the organ of expression of the fair, the

¹⁰⁰ Archivo del Instituto de Estudios Gallegos 'Padre Sarmiento' - CSIC, *Exposición de 1909. Caja 8*. Letter from Manuel García Prieto to Pedro Pais sent from Madrid, dated 6 April 1908.

Boletín de la Exposición Regional de 1909 [‘Bulletin of the 1909 Regional Exhibition’] appeared in 1908. A *Guía de Santiago* [‘Guide to Santiago’] and a *Guía del viajero* [‘Traveller’s Guide’], inviting industrialists to register for the event, were also published.

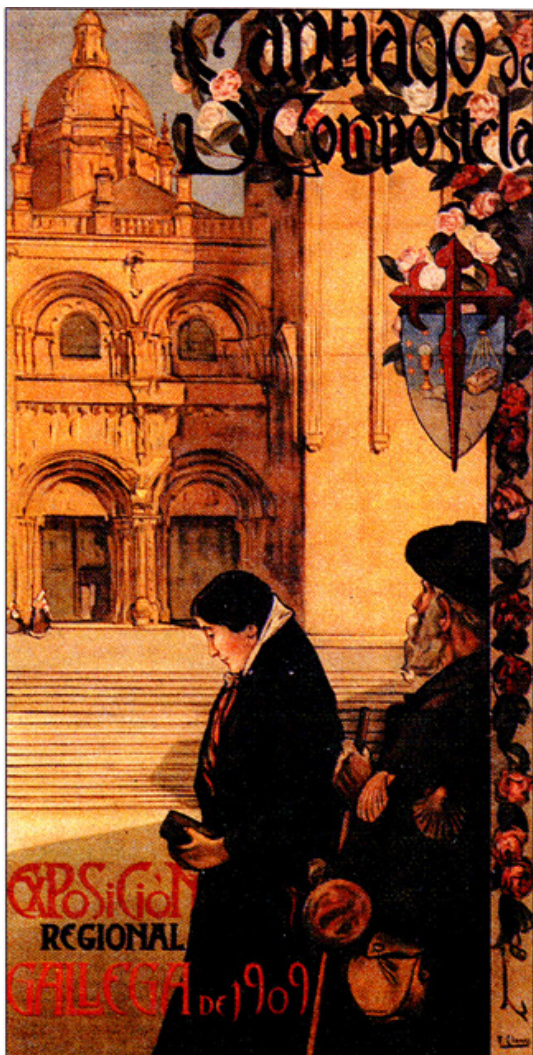


ILLUSTRATION 1. Official poster of the Galician Regional

The importance of the 1909 Exhibition was much greater than that of the preceding expositions, not only in the city but also in the rest of the Galician region. It was also an international event owing to the very fact that it hosted exhibitors from America, the place that had received the majority of Galician emigrants. An exhibition of this magnitude had never taken place in Galicia. Still, it had been strongly stressed that this would happen in 1909, to make the exhibition coincide with the celebration of the Holy Year, which shows that exhibitions were not of enough significance as to be carried out

without considering other circumstances that would serve as support for them.¹⁰¹ But it is also true that the terminology of the times was utilised in this showcase as well, with references to (economic) ‘regeneration’, ‘patriotism’ and ‘race’,¹⁰² overcoming the Disaster of ’98, in sum, and a defence of the Galicianist sentiment within the regionalist and peripheral nationalist movements that developed in Spain around this time.

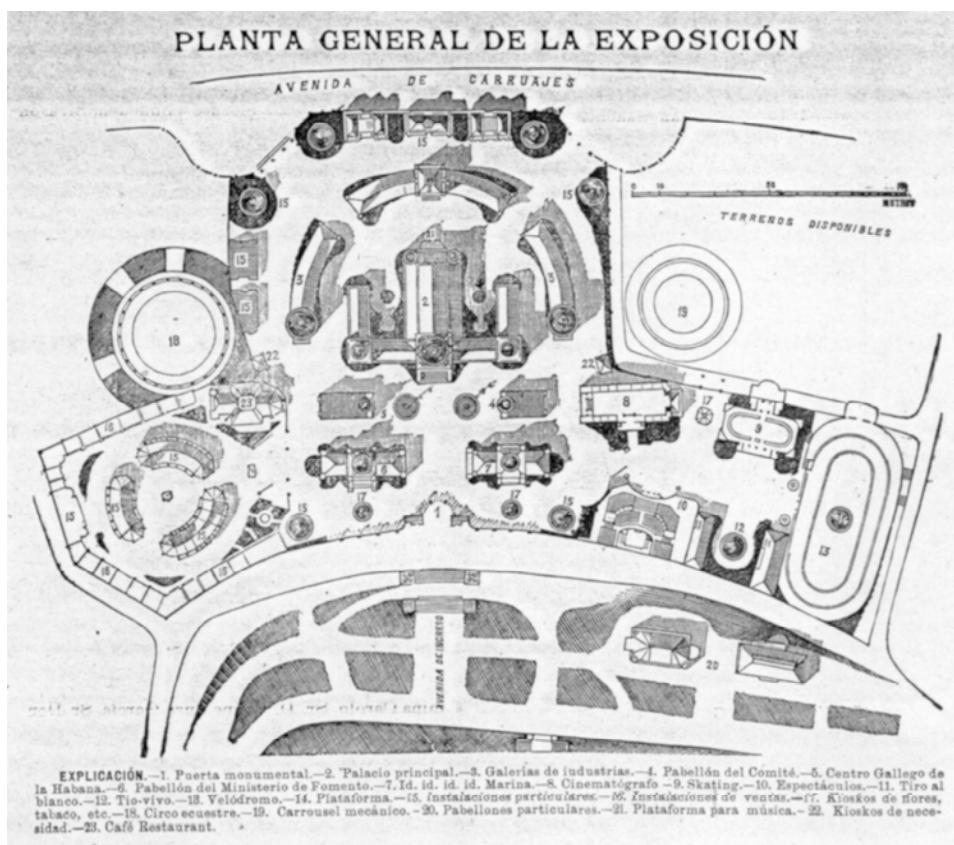


ILLUSTRATION 2. Map of the Galician Regional Exhibition of 1909

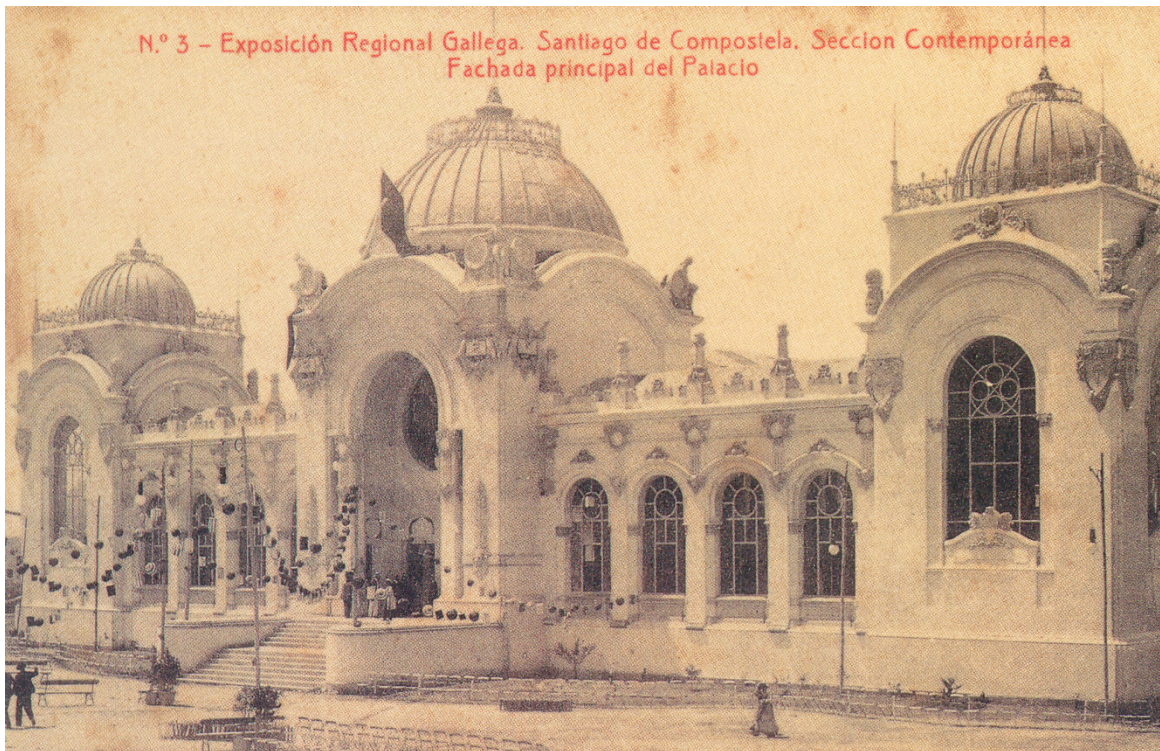
3.2. The Exhibition

For the organisation of the exhibition venue, the committee consulted the documentation of other exhibitions that had taken place in the region, such as those of Santiago in 1858 and 1875 and Lugo in 1896, and international fairs like those of Barcelona (1888), Zaragoza (1908) and Paris (1889 and 1900). The Exhibition was arranged in two sections: the archaeological one, in the San Clemente building, and the

¹⁰¹ VEIGA ALONSO, X. R. (1997–98), “Exposiciones lucenses no século XIX”, *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, Vol. 2, pp. 277–302; p. 297.

¹⁰² *El Correo Gallego*, 31.08.1908.

contemporary one, in newly built premises: the access Staircase, which still exists today; the Central Palace, with an external appearance that reminded of the Petit Palais in Paris (C. Girault, 1900); the Pavilion of Industries, in a modern style; the Pavilion of Development, a Renaissance construction that, being itinerant, had already been used in the International Exposition in Zaragoza (1908); the Pavilion of the Galician Centre of Havana, which reproduced to a smaller scale the building of the Centre itself in the Cuban capital; and the Pavilion of Artistic and Industrial Recreation (A. Palacios), the other construction that has been preserved until today.



ILUSTRATION 3. Central Palace of the Galician Regional Exhibition of 1909



ILUSTRATION 4. Pavilion of Artistic and Industrial Recreation of the Galician Regional Exhibition of 1909

The opening of the Exhibition was initially scheduled for early July,¹⁰³ when students would already have vacated their pensions and other accommodations.¹⁰⁴ Additionally, the fact that it would not coincide with the specific dates of the Apostle St James' celebrations would make it possible to accommodate the large number of people expected, a total of 12,000, 'contingente más que regular para una ciudad tan pequeña.'¹⁰⁵ Eventually the opening took place on 24 July, with great solemnity due to the attendance of King Alfonso XIII and the president of the government, Antonio Maura, the minister of Development, González Besada, and the senator and sponsor of the event Montero Ríos, among other important figures. It was quite a social occasion for the city of Compostela and the Galician community in general. The local journal *El Eco de Santiago* released an extraordinary 36-page issue on 25 July to pay tribute to the

¹⁰³ Boletín de la Exposición Regional de 1909, no. 5, March 1909, p. 2.

¹⁰⁴ Relación de hospedajes en Santiago de Compostela, 21.06.1909. AIPS - CSIC. *Exposición de 1909. Caja 7.*

¹⁰⁵ Boletín..., op. cit., no. 6, April 1909, p. 4.

Exhibition, and the front page of the journal was illustrated with the official poster of the event (F. Llorens).

3.3. Outcome and closing

On the same day of the opening ceremony, the journal *Gaceta de Galicia* mentioned all the difficulties that Pedro Pais Lapido had had to face in order to keep the organisation of the event going.¹⁰⁶ The official closing ceremony of the Exhibition took place at two points in time: four months after its opening, on 30 November, the Contemporary Section was closed, and so was the Archaeological Section on 30 December 1909. This was the longest exhibition to be held in the region until then, and ticket sales totalled 53,765. Still, in view of the number of pilgrims registered at the Archdiocese in late September – a total of 79,188 – we may infer that most visitors of the Exhibition had previously been pilgrims.

But the final outcome of the Exhibition was very positive, as reflected in both Manuel Chicharro's photos and Uxío de la Riva Pol's collection of postcards that immortalised the event. The last issue of the *Boletín*, that which refers to the opening ceremony, mentions also a sense of accomplishment, 'viendo recompensados los afanes pasados con el éxito presente,' which in principle would come to show that 'Galicia siente en el fondo de su vivir nostálgico y neblinoso, ansias de juventud, anhelos de regeneración,'¹⁰⁷ a transformation towards a modern society – in short, a European society.

The Exhibition also served to reflect the differences between Galicia and the most developed regions of the state. Galician lawyer Gerardo Doval published an article in Barcelona's *El Liberal* which was later taken up by the *Boletín*, and which shows this 'technological backwardness' of the Galician land:

En Galicia, aún habiéndose puesto algunas industrias á envidiable altura no se observa el desarrollo armónico de las similares ... En agricultura está empobrecida ... Su ganadería, debiendo estar en condiciones de

¹⁰⁶*Gaceta de Galicia*, 24.07.1909.

¹⁰⁷ *Boletín*..., op. cit., no. 8, August 1909, p. 1.

*exportar á todos los reinos ... poco más hace que llenar las atenciones del consumo regional ...*¹⁰⁸

Final considerations

1. The ‘officialising’ nature of exhibitions was always there. This can be seen in the composition of the organising committees, made up by representatives of the different local, provincial and central government bodies. In the case of Santiago, in 1909 the members of the committees were representatives of the political, cultural and financial elites, the same dignitaries who held power at the municipality and governed the University. Many of them were ‘Monterists’ with whom the representatives of the city’s financial elite, industrialists and traders, had links. And so these celebrations of bourgeois uniformity were also a stage show for a reduced number of members of society.

2. Industrial products gradually gained ground in relation to farming products in Galician exhibitions. However, many of these products came from other regions and even from abroad. In addition, and for the specific case of Galicia in 1909, all the items exhibited were perceived as being of considerable quality – a feature that had been seen from the early times of these exhibitions. Exceptional products that were not representative of the general situation in Galicia were exposed, so it would not be appropriate to take these showcases of the extraordinary as a reflection of the actual Galicia of the times, even though they help catch a glimpse of it.

3. Not everything ended up being a mere showcase in the Galician Regional Exhibition of 1909. The event gave a boost to a number of changes that were reaching Galicia as well:

- a) Marketing and tourist promotion campaigns were carried out to ensure the success of the event, from the publication of a dedicated journal to postcard collections, an official poster and lower train and ship ticket prices – the

¹⁰⁸ Ibid.

precursor of current tourist packages – to the organisation of the Exhibition in coincidence with the celebration of the Holy Year.

- b) On the urban front, the city promoted resolutely its opening towards the south of its modern expansion areas, which are occupied today by the Campus Vida (a campus of international excellence in life sciences) of the Universidade de Santiago, as well as Os Feáns neighbourhood. On the art front, architecture saw the introduction of the eclectic style, which was still a novelty in Galicia.

- c) From a political and ideological perspective, we can detect the promotion of the Galicianist sentiment, in line with the unfolding of peripheral nationalisms in Spain, and which was also, basically, a micro-level reproduction of the nationalist propaganda spread by international expositions.

ARCHIVAL SOURCES

Arquivo Histórico Universitario de Santiago (AHUS):

- *Paseos y Arbolados. 1840-1901*
- *Policía de Imprenta. Dossier 1916.*

Instituto de Estudios Galegos “Padre Sarmiento” (CSIC):

- *Exposición de 1909. Cajas 1-8*
- *Exposición de 1909. Documentación varia*
-

PERIODICAL SOURCES

- *Boletín de la Exposición Regional de 1909, nº 4-6, 8, 1909*
- *El Correo Gallego, 1907*
- *El Eco de Santiago, 1909*
- *Gaceta de Galicia, 1909*
- *La Vanguardia, 1909*
- *La Voz de Galicia, 1909*

BIBLIOGRAPHY

- ÁLVARO ZAMORA, M^a.I. (dir) (2007), *Las Exposiciones Internacionales: Arte y Progreso*, Dpt. de Historia del Arte, Universidad de Zaragoza-Expo Zaragoza, Zaragoza.
- AIMONE, L., OLMO, C. (1993), *Les Expositions universelles, 1851-1900*, Belin, París.
- BACHA, M. (dir.) (2005), *Les Expositions Universelles à Paris de 1855 à 1937*, Action Artistique de la Ville de Paris – Mairie de Paris, París.
- BARREIRO FERNÁNDEZ, X.R. (2003), “Da tutela eclesiástica aos indícios da andaina burguesa (1808-1875)”, en PORTELA SILVA, E. (coord.), *Historia da cidade de Santiago de Compostela*, Concello-Consorcio-Universidade de Santiago, Santiago de Compostela, pp. 423-463.
- BERAMENDI, X. (1983), “Santiago de Compostela. Pabellón de Recreo: Antonio Palácios”, *Obradoiro*, nº 10, A Coruña, pp. 52-57.
- BLANCO GARCÍA, J. (2010), *Historia de las Exposiciones Internacionales, (Londres 1851 – Zaragoza 1908)*, Editorial Delsan, Valencia.
- CAGIAO VILA, P. (1999), “La Biblioteca América: una iniciativa del regeneracionismo hispanoamericanista”, en M^a. Pilar Alén (dir.), *Galicia e América. Música, cultura e sociedade arredor do '98*, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 107-132.
- CANOGAR, D. (1992), *Ciudades efímeras. Exposiciones Universales: Espectáculo y Tecnología*, Julio Ollero Editor, Madrid.
- CARRERA, S., (dir.) (1888), *A Exposición. Órgano oficial de la Exposición de Barcelona*.
- CARRO GARCÍA, J. (1959), “*La Exposición Regional Gallega de 1909*”, en *Cuaderno de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”*, Santiago.
- DI LISCIA, M^aS., LLUCH, A. (eds.) (2009), *Argentina en exposición. Ferias y exhibiciones durante los siglos XIX y XX*, CSIC, Sevilla.
- DOMÍNGUEZ, F. (1855), *Informe sobre la Exposición universal de París*, A Coruña.
- FERNÁNDEZ CASANOVA, M^a.C. (1986), *La Sociedad Económica de Amigos del País de Santiago en el siglo XIX*, Edicións do Castro, A Coruña
- GREENHAUGHL, R. (1988), *Ephemeral Vistas, the Expositions universelles, Great Exhibitions and World's fairs, 1851-1939*, Manchester University Press, Manchester.

GUARDIA, M., GARCÍA ESPUCHE, A. (1994), “1888 y 1929. Dos exposiciones, una sola ambición”, en SÁNCHEZ, A. (dir.), *Barcelona 1888-1929. Modernidad, ambición y conflictos de una ciudad soñada*, Alianza, Madrid, pp. 25-43.

IGLESIAS VEIGA, X.R. (1995): *Antonio Palacios. A pedra, o país, a arte, o urbanismo, a renovada tradición: O oficio de arquitecto*, Col. Galegos na Historia, Ir Indo, Vigo.

La España Moderna, Tomo VI, xullo-1889, p. 167-181.

LONGLOIS, G.-A. (dir.) (1991), *Folies, Tivolis et Attractions. Les premiers parcs de loisirs parisiens*, Délégation a l’action artistique de la Ville de Paris, París.

NEBREDA Y LÓPEZ, C. (1873), *El Colegio Nacional de Sordomudos y Ciegos de Madrid en la Exposición universal de Viena*, Madrid.

PARDO BAZÁN, E. (agosto-1889), “Cartas sobre la Exposición”, *La España Moderna*, Tomo VII.

SAGRA, R. de la (1853), *Memoria sobre los objetos estudiados en la Exposición Universal de Londres y fuera de ella*, Madrid.

SÁNCHEZ GÓMEZ, L.A. (2003), *Un imperio en la vitrina. El colonialismo español en el pacífico y la Exposición de Filipinas de 1887*, CSIC, Madrid.

TEXIER, S. (dir.) (2001), *Les parcs et jardins dans l’urbanisme parisien (XIX-XX siècle)*, Action artistique de la Ville de Paris, París.

VEIGA ALONSO, X.R. (1997-1998), “Exposicións lucenses no século XIX”, *Boletín do Museo provincial de Lugo*, Vol. 2, pp. 277-302.

VILLARES PAZ, R. (2003), “A cidade dos ‘Dous Apóstolos’ (1875-1936)”, en PORTELA SILVA, E. (coord.), *Historia da cidade de Santiago de Compostela*, Concello-Consorcio-Universidade de Santiago, Santiago de Compostela, pp. 465-542.

José Frederico Laranjo: economista, filósofo social, político, historiador

João Carlos Graça

Socius, ISEG-UTL

No escrito de 1871 que o torna conhecido, José Frederico Laranjo toma posição na querela suscitada em Coimbra, entre os lentes Ferrer Neto Paiva e Rodrigues de Brito a propósito do princípio do direito, recusando ambas as posições em disputa. Manifesta inequivocamente a sua simpatia por Brito, mas argumenta que a chamada “mutualidade de serviços” não pode servir de fundamento do direito, residindo aquele na fórmula proposta por Kant, o *neminem laedere*. É possível, mantendo a fórmula kantiana como critério do direito, completá-la com o sistema de Brito ou algo aparentado, constituindo isso o seu conteúdo. Dentro desta linha de pensamento, conduzindo de Kant ao socialismo, refere elogiosamente também Fichte e os chamados socialistas utópicos, Saint-Simon e Fourier, sobretudo este último. Do sistema de Fourier declara taxativamente, na tese latina de 1877, que o acha defensável em tudo, exceto no respeitante às considerações do francês sobre a família.

Esse marco indicador do direito que é o sistema social de Fourier indica também o futuro previsível na evolução da espécie humana, dado que a história desta traduz a aproximação sucessiva do ser ao “dever ser”. A humanidade realiza-se historicamente, cumulativamente, de acordo com uma trajetória que corresponde a um verdadeiro progresso, o qual é a expressão da sua característica definidora: a perfectibilidade. Deste modo, embora Laranjo considere que o traço fundamental da existência humana é o próprio devir histórico, a evolução, *fugindo as nossas aspirações diante das nossas obras*, como escreve também em obra de juventude (1870: 13-14), o facto de aquela ser superiormente orientada para um ideal invariável e universal de bem permitir-lhe-á defender que faz todo o sentido raciocinar-se nos termos clássicos da filosofia do direito. Igualmente importantes são, neste contexto: a noção de que trajetória histórica, partindo de uma unidade indivisa inicial, através duma fase posterior de crescente divisão, complexidade e conflito, conduz a um terceiro momento no qual a complexidade e a diferenciação são compatibilizadas por meio duma nova forma de unidade e de coerência; a ideia de que a história traduz uma tomada de consciência, a transformação de um processo inconsciente num processo autoconsciente, no qual espírito e matéria, sujeito e objeto se confundiriam, e do qual a própria filosofia da

história constituiria a epítome. De acordo com a contabilização de referências explícitas a obras ou autores nos trabalhos de JFL, é forçoso concluir que ele recebeu esses elementos apenas lateralmente da corrente dita “krausista”, mais declaradamente das obras de Saint-Simon e de Hegel ou dos respectivos discípulos. Com essa conjunção de saint-simonismo e hegelianismo, que foi a que produziu o socialismo moderno e a parte “social” do ideário das revoluções de 1848, alinou também o jovem Laranjo.

Ficou também da sua obra um intenso labor no magistério da economia política, matéria quanto à qual procedeu a uma incorporação de elementos recebidos de Friedrich List, do “ricardianismo” e dos “sistemas socialistas”, em particular de Karl Marx, bem como da tradição da chamada “escola histórica”. A discussão da teoria económica na sua obra é inseparável do reconhecimento de uma componente de “dever ser”, de “eticidade” ou moral objetiva, necessariamente associada às práticas económicas. Quanto a isto, a sua obra constitui também uma variedade de “institucionalismo” económico. Todavia, o que deve destacar-se quanto a isso são as inferências a que próprio JFL procedeu, sobretudo em defesa do cooperativismo e de maior intervenção económica estatal.

Segundo Laranjo, dadas as nossas circunstâncias nacionais é necessário que os processos de industrialização sejam apoiados pelos poderes públicos, desde logo através da proteção pautal. Quanto a este aspeto, José Frederico (1878) encontra uma outra corrente de pensamento que virá, para a sua produção como economista, a adquirir uma importância decisiva: a *escola económica social*, o listianismo ou “economia nacional” de List e Carey, combinado no seu caso com um certo número de elementos de inspiração comteana. Da corrente listiana, para além do protecionismo industrialista sustentado pela ideia de multifuncionalidade do organismo nacional, recolheu também a noção de primazia da perspectiva das forças produtivas relativamente à dos simples produtos. Com o listianismo encontrou ainda uma clara afinidade eletiva no que diz respeito à tendência para pensar nos factos económicos em termos de reforço holístico, não em termos de *tradeoff*, como por esta época ficaria consagrado naquela que veio a ser a *mainstream economics* do século XX. Estas ideias entroncam na obra de Laranjo com temas de óbvio pendor filosófico, aliás radicados no sublinhar da eticidade que caracteriza o seu pensamento. A título de exemplo: do simples facto da inexistência de indústrias num país, argumenta, é completamente ilegítimo concluir que não *possa* ou não *deva* havê-las. Não somente deve haver, como na verdade pode e *tende a* haver. Haverá decerto, mais tarde ou mais cedo, precisamente em virtude da atuação

consciente de que os homens são capazes, da aproximação tendencial ao bem que os caracteriza como espécie.

É neste contexto que deve ser situada a relevância atribuída pelo próprio JFL aos seus estudos de história económica portuguesa e à história do pensamento económico português. Os primeiros inserem-se facilmente no pendor “indutivista” usualmente reconhecido à generalidade da “escola histórica”. O trabalho de história bancária incluído na segunda parte dos seus *Princípios de Economia Política* constituiu decerto o seu resultado principal, mas merecem quanto a isso menção explícita também, pelo menos, o escrito intitulado *Formas Históricas da Organização das Indústrias e Transformação das Actuais* (cf. 1883), aliás depois reprocessado como quinto capítulo da primeira parte dos mesmos *Princípios*, as *Sociedades Cooperativas* (1885) e *Liberdade e Associação* (1890). Laranjo trata aí sobretudo de enunciar um certo número de ideias servindo de suporte à sua própria defesa do cooperativismo. Embora esta defesa do cooperativismo perpassasse também por vários outros dos seus trabalhos, é sem dúvida nestes que se encontra vertido o núcleo da sua justificação face à história e face à teoria económica. Segundo declara, qualquer esforço de periodização na história das atividades produtivas permitirá identificar facilmente três épocas distintas, a primeira correspondendo à Antiguidade, sendo que esta se caracteriza acima de tudo pela existência de uma diferença social fundamental, entre homens livres e escravos. A este período segue-se um outro durando aproximadamente até à revolução francesa, caracterizado pelo facto de as indústrias terem “uma organização mais diferenciada; na agricultura a servidão da gleba, os direitos banais, a propriedade amortizada e a vinculada e a imperfeita; na manufactureira a servidão da oficina e as corporações de artes e ofícios; na comercial as corporações, as ligas das cidades marítimas, o comércio pelo Estado e por companhias exclusivas” (Laranjo 1997: 121). Finalmente, desde a revolução francesa está-se no período caracterizado acima de tudo pela concorrência livre, sendo que o trabalho de Laranjo consiste evidentemente em preparar o caminho para a chegada ao quarto período, o da associação. A observação e o estudo da realidade económica, declara, “provam que se está numa época económica crítica” (idem: 138), onde prevalece o conflito das classes e a concorrência anárquica. O diagnóstico da escola dominante da economia política é deficiente: “A análise que a escola individualista faz da concorrência é incompleta, porque a desliga das circunstâncias históricas; a concorrência livre apareceu com a distinção já profunda entre empresários e trabalhadores, com a grande indústria e com a proibição aos operários de se

associarem, e por tudo isso produziu não a igualdade, mas um feudalismo industrial” (idem: 137), resultado meramente transitório e que nos interpela à sua remoção. Deste modo, a sociedade encontra-se naquele estado descrito por Michel Chevalier quando escreveu que “não se vêem senão grãos de areia sem cimento, indivíduos, átomos sem laço. E indivíduos, acrescentamos nós, que são zero em face das grandes companhias industriais, e que só organizando-se em associações lhes podem resistir” (idem: 138).

Quanto às cooperativas, segundo esclarece podem ser: de comércio, de crédito e de produção. A generalidade das cooperativas, bem como a participação nos lucros, pode ser considerada como uma propedêutica para as industriais, de todas as que exigem uma contabilidade mais rigorosa, maior instrução e uma preparação moral mais avançada. A prudência e o gradualismo de que José Frederico se mune não iludem o intuito claro e radical de proceder à remoção da figura do empresário, substituindo-a pela autogestão operária: “A participação nos lucros e as cooperativas de consumo e de crédito são úteis não só em si mesmas, mas também como uma base económica e moral das cooperativas de produção, nas quais os operários se associam para produzir em comum e vender, substituindo o empresário por um gerente eleito por eles, recebendo somente um salário médio e repartindo no fim do ano os lucros” (idem: 134-5).

É igualmente digno de registo o seu afastamento consciente da ortodoxia do “véu monetário”, defendida entre outros por Jean-Baptiste Say e hegemónica do século XIX. Na verdade, segundo Laranjo, e de acordo List, é de toda a conveniência a garantia de manutenção a um nível elevado da massa de meios de circulação disponíveis, ou mesmo a promoção do seu aumento continuado. Através deste aumento da massa de meios de circulação, e da conseqüente tendência para o aumento sustentado dos preços, é esperável a obtenção de um efeito simultaneamente de estímulo ao crescimento económico e de democratização da distribuição das riquezas, de ascenso do “maior número” (1997: 164), em particular através da erosão das rendas: por essa forma se levará, segundo as palavras de JFL, cada vez mais toda a gente a ter de trabalhar e simultaneamente a obter acesso aos bens (idem: 164). Assim se prejudicará também sistematicamente os credores, pelo que análogo efeito deverá ocorrer com os juros. Aliás, se não fosse o aumento histórico dos meios de circulação, “Se se tivessem dado factos contrários a estes, ter-se-ia operado, em vez de uma evolução democrática nas sociedades, uma evolução aristocrática; o feudalismo não teria desaparecido, reforçar-se-ia; o juro não teria baixado, ter-se-ia elevado; a produção não teria o maravilhoso desenvolvimento que tem hoje, pelo contrário ter-se-ia restringido; e em vez dessa ideia

— progresso —, que é a resultante evidente da história, seria a ideia inversa a tristemente inscrita na nossa inteligência e no nosso sentimento (...)" (1887: 3).

Esta ênfase na importância da circulação e a defesa da correspondente intervenção estatal, através da criação de um banco emissor e do apoio ao mutualismo, encontram expressão também no advogar do bimetalismo, pensado enquanto “língua monetária comum” (idem: 188), capaz de unificar e estabilizar a economia mundial ao mesmo tempo que, pela diversificação das dependências de matérias-primas, se permitiria a maior abundância de meios de circulação e uma menor sujeição a contingências várias, de ordem natural. Quanto a isso, José Frederico argumenta também que teriam sido sobretudo considerações políticas de prestígio e intuítos de rivalidade com a França a levar a Alemanha a aderir logo depois da guerra franco-prussiana, através da lei Bamberger, ao monometalismo do ouro, induzindo-se assim um enorme fator de perturbação internacional e o acentuar desnecessário de crises económicas (1904: 7).

No que respeita à circulação das notas, e considerando a convertibilidade daquelas como situação normal, o que foi característica geral dos economistas seus contemporâneos, Laranjo defendeu entretanto: os méritos fundamentais da circulação fiduciária enquanto fator de progresso económico e de democratização; a necessidade para os poderes políticos, dada a relevância do assunto, de o tomarem em mãos, embora sem se verificar a emissão direta pela sua parte, antes por um banco privilegiado; a vantagem da existência de vários tipos de garantias cruzadas para a emissão de notas; a fundamental analogia entre estas e os cheques; a tendência imparável para a responsabilidade anónima nas sociedades bancárias; a conveniência da especialização funcional destas últimas; enfim, também o contributo da circulação fiduciária para a baixa progressiva do juro, elemento necessário à paulatina evolução para o socialismo por si advogada.

A propósito da história bancária portuguesa, e nomeadamente quanto à reunião em 1845 do Banco de Lisboa e da companhia Confiança no Banco de Portugal, comenta Laranjo: “Dos interesses ameaçados pela crise os mais respeitáveis eram os dos portadores de notas do banco e os dos donos de depósitos obrigatórios na Companhia Confiança e em seguida os de depósitos voluntários; numa palavra, os do público, os mais gerais; na colisão, os que menos se deviam atender eram os dos acionistas das companhias (...); foram porém esses os que mais salvaguardou o decreto (...)" (1997: 283-4). Isso, todavia, não o torna descrente quanto ao potencial papel dos bancos na

promoção da prosperidade geral. E o balanço que faz do caso português está, tudo considerado, longe de ser negativo: “apesar de uma legislação económica demasiadamente liberal, de costumes industriais pouco austeros, e de uma justiça popular muito fácil em absolver delitos, transfigurando-os em desgraças, através da crise das primeiras experiências bancárias, que são o preço da aprendizagem, que todas as nações pagam, e das crises de muitas outras causas, os progressos da riqueza têm sido grandes e são incontestáveis, porque os mostra a grandeza e a intensidade comparadas da circulação normal dos valores por meio do crédito, circulação que provém e que recebe o seu impulso da vida económica do país” (idem: 307).

A intervenção económica dos poderes públicos é necessária em múltiplos domínios, para além mesmo da proteção pautal e da promoção dos meios de comunicação, da instrução e do próprio crédito. O Estado deveria não apenas tornar obrigatórios por lei vários tipos de seguros, como ainda proporcionar todo o apoio à constituição de sociedades de socorro mútuo e afins, “como uma rede estendida, para amortecer quedas, por baixo da ginástica variada e trabalhosa da vida” (1902: 1). Este conjunto de características autoriza que se classifique Laranjo da forma por si mesmo usada em discurso proferido no parlamento: socialista de Estado simultaneamente socialista associativista. Quando as empresas ficam demasiado grandes, o que aliás os condicionalismos técnicos vão impondo, ou o Estado as possui, segundo garante o economista e deputado da nação, ou elas a ele. Por outro lado, em face desses modernos leviatãs que tanto podem ser o Estado como as grandes empresas, ou os indivíduos se associam com vista à ação coletiva, concertada, ou a sua liberdade real tenderá a esfumar-se e a transformar-se em palavra vã (cf. 1887: 4).

Relativamente ao seu escrito pioneiro de história das ideias económicas em Portugal (1976), para além de serem nele bem claros os sinais de influência da chamada escola histórica — importância do *nosce te ipsum*, necessidade do conhecimento em profundidade da realidade nacional como condição para a atuação sobre esta — deve destacar-se o claro influxo do listianismo sobre o seu trabalho. Dentro deste mesmo espírito tendeu Laranjo à reabilitação dos autores mercantilistas e de vários outros cronologicamente mais próximos de si e com visíveis inclinações heréticas, como é o caso com Manuel de Almeida, Azeredo Coutinho, Acúrsio das Neves e sobretudo Solano Constâncio, explicitamente considerado um precursor português da “economia nacional” de List (idem: 88). De facto, Laranjo tentou por via de regra colocar os autores portugueses em paralelo com escolas de horizonte europeu, propondo mesmo,

dentro desse espírito — e não no sentido da invenção de qualquer “escola portuguesa” ou afim, menos ainda de apologia de qualquer tipo de agrarismo — a ideia duma fisiocracia portuguesa, a respeito de alguns dos memorialistas de finais do século dezoito. Em concreto, e segundo JFL, pelas suas propostas Domingos Vandelli “revela-se fisiocrata” (idem: 43), mas sem que haja nessa qualificação qualquer sinal de simpatia, aliás bem pelo contrário. O estudo de história do pensamento económico que Laranjo levou a cabo pode, em visão global, ser integrado no âmbito das preocupações simultaneamente historiográficas, industrialistas e “sociais”, isto é, mais ou menos aparentadas com a “escola histórica” e o “socialismo catedrático”, que foram características de um largo movimento de autores europeus contemporâneos.

Digno de menção é também esforço denodado que, no seu estudo sobre direito político e constitucional, JFL faz para identificar a emergência, na *longue durée* histórica, dos valores universalistas, verdadeira coroa de glória da modernidade: “*Acima de todas as diferenças de raça, de família, de evolução histórica, de civilização, de interesses, há uma qualidade comum a todo o homem, é ser homem; seja qual for a sua cor, a sua religião, a sua língua, o país em que habitem, os homens constituem um grande todo, a humanidade. Parece que esta ideia devia ser mais antiga que as ideias parciais de raça, de família, de tribo, de cidade, de povo, de nação, etc.; nas não é assim; a antiguidade não conheceu por muitíssimos séculos nem a ideia, nem a palavra (...). Foi necessário formarem-se estes grandes grupos sociais chamados nações, para se conceber a esperança de organizar juridicamente a humanidade*” (1907: 28-29). Bem assim:

“Em todos os países cristãos se aboliu a *escravatura*, que foi a chaga incurável da antiguidade; (...) ao *homem*, só pelo facto de o ser, foi *reconhecido direito à vida e um valor de igualdade* (...). Em quase todos os países *esses direitos estão marcados nas leis* (...)” (idem: 35). Este mesmo grupo de inclinações valorativas leva Laranjo à rejeição clara, no seu tempo, das chamadas “colónias de plantação”, embora dê o seu apoio às colónias de povoamento, ou agrícolas (cf. 1878, 1879).

Por último, deve ser destacado o papel de JFL na realização de trabalhos visando a história da sua *Alma Mater*. Na obra de 1956 Paulo Merêa faz-lhe variadíssimas referências, sendo Laranjo um dos lentes da Faculdade a que mais vezes se alude no conjunto do escrito. Em particular, e a propósito da comissão que em 1886 discutiu a revisão do plano de estudos da Faculdade, é citado o relatório da mesma, da sua autoria,

como testemunho e sinal seguro da evolução *sociologizante* do ensino do direito na Faculdade:

“É geralmente sabido que a filosofia de Augusto Comte substituiu a divisão das ciências em ramos divergentes e opostos por uma classificação, em que se vai subindo dos fenómenos mais simples para os mais complexos, servindo sempre a ciência antecedente de ponto de partida para a seguinte, e acrescentando a esta com fenómenos novos também novos meios e novos processos de investigação. Esta concepção, que foi iniciada por Saint-Simon, e que deriva logicamente da filosofia hegeliana, afirma por si só a solidariedade e a harmonia de todas as ciências (...). Ou se admita ou não esta classificação, é certo que as sociedades têm leis naturais próprias, que a sociedade pode ser, e é já hoje, o objecto duma ciência, que Comte denominou sociologia, designação que foi aceita pelo consenso dos escritores que se lhe seguiram; e o direito, quer regule relações dos homens entre si em matéria de liberdade quer em matéria de propriedade, é uma das ciências compreendidas na sociologia e tem nela a sua base. É pois natural que o seu estudo comece pelo dos «princípios gerais de sociologia» (...)” (LARANJO 1893: 918; cf. MERÊA 1956 III: 7-8).

Bibliografia activa

LARANJO, José Frederico. (1870), *Grémio - Ilustração Popular de Castelo de Vide - Discurso de Inauguração*, Coimbra, Imprensa Literária.

IDEM. (1871), *O Conteúdo e o Critério do Direito*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

IDEM. (1874-5), “Origens do Socialismo”, Coimbra, *O Instituto*, 19, 1874, p. 201-219; 20, 1875, p. 57-74.

IDEM. (1877), *These ex Universo Jure quas in Conimbrigensi Academia Anno MDCCCLXXVII Propugnabat Josephus Fredericus Laranjo, Theses Selectas de Direito*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

IDEM (1878), *Teoria Geral da Emigração e sua Aplicação a Portugal*, Tomo I (único) - *Teoria Geral*, Coimbra, Imprensa Literária.

IDEM. (1879) *As Concessões na Zambézia*, intervenção na Câmara dos Deputados nos dias 5 e 7 de Março de 1879, Lisboa, Imprensa Nacional.

- IDEM. (1883), “Formas Históricas da Organização das Indústrias e Transformação das Actuais”, Coimbra, *O Instituto*, 31, p. 1-19.
- IDEM. (1885), *Sociedades Cooperativas*, Lisboa, David Corazzi, Editor.
- IDEM. (1887), *O Banco Emissor*, intervenção na Câmara dos Deputados no dia 10 de Junho de 1887, Lisboa, Imprensa Nacional.
- IDEM. (1890), *Liberdade e Associação*, Portalegre, Tipografia de F. C. Sanches.
- IDEM. (1893), “Ciências Morais e Sociais - A Organização dos Estudos na Faculdade de Direito - Livros Adoptados e Expositores mais Seguidos”, *O Instituto*, 40, p. 897-919.
- IDEM. (1902), “Os Operários sem Trabalho e a Evolução Económica”, Portalegre, *O Distrito de Portalegre*, 917, 12 de Fevereiro, p. 1 e 2.
- IDEM. (1904), *O Projecto de Contrato com o Banco de Portugal*, Portalegre, *O Distrito de Portalegre*, nºs 1134 a 1141, de 20, 23, 27 e 30 de Março e de 3, 6, 10 e 13 de Abril, p. 1, discurso proferido na Câmara dos Pares a 8 de Março.
- IDEM. (1907), *Princípios de Direito Político e Direito Constitucional Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- IDEM. (1976), *Economistas Portugueses*, Lisboa, Guimarães Editores, 1976, Prefácio e notas de Carlos da Fonseca.
- IDEM. (1997), *Princípios de Economia Política - 1891*, Lisboa, Banco de Portugal, Introdução e direcção de edição de Carlos Bastien.

Bibliografia passiva

- BASTIEN, Carlos. (1997), *Introdução aos Princípios de Economia Política* de José Frederico Laranjo, Lisboa, Banco de Portugal.
- IDEM. (2001), *José Frederico Laranjo*, in CARDOSO, José Luís, coordenação, *Dicionário Histórico dos Economistas Portugueses*, Lisboa, Temas & Debates.
- FERREIRA, Rui M. Viseu. (1986), “Notas sobre os Primeiros 100 Anos de Ensino de Economia na Faculdade de Direito de Coimbra”, *Revista de História Económica e Social*, 18, p. 91-117.
- FONSECA, Carlos da. (1976), *Prefácio e Notas aos Economistas Portugueses* de José Frederico Laranjo, Lisboa, Guimarães Editores.
- GRAÇA, João Carlos. (1998), *José Frederico Laranjo e a Teoria Social*, *Working Paper* nº 9, GHES-ISEG.

IDEM. (2002), *As Ideias Económicas e Sociais de José Frederico Laranjo*, tese de doutoramento em Economia, Universidade Técnica de Lisboa.

MERÊA, Paulo. (1956), *Esboço de uma História da Faculdade de Direito de Coimbra*; Separata do *Boletim da Faculdade de Direito*, 3 fascículos, volumes XXIX, XXX e XXXI., Coimbra, s. e.

NETO, António Lino. (1948), “Dr. José Frederico Laranjo”, *Economia e Finanças, Anais do Instituto Superior de Economia e Finanças*, Volume XVI, Lisboa, ISCEF, p. 99-103.

VENTURA, António. (1984), *José Frederico Laranjo - Trinta Anos de Política*, Compilação de vários discursos de J. F. Laranjo, com introdução de A. Ventura, Portalegre, Assembleia Distrital.

IDEM. (1996), *José Frederico Laranjo (1846-1910)*, Lisboa, Edições Colibri.

O poder em estado de ignorância: rochas e ostras no século XIX, recursos a descobrir

Cristina Joanaz de Melo

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

Introdução

Este artigo enquadra-se num projecto mais lato de investigação cujo tema central é o estudo do desenvolvimento economias paralelas aos sectores agro-pecuário e dos transportes, no século XIX, em Portugal e, em perspectiva comparada com outras regiões europeias de França, Espanha, Inglaterra e estados italianos¹⁰⁹. O referido plano de trabalhos aponta como horizonte estudar a importância real de um conjunto de minerais rochosos, de fauna e de flora considerados, pela elite política Oitocentista como elementos naturais de valor económico secundário. Todavia, nalguns casos, a extração e comercialização daqueles desembocou em negócios florescentes quer no mercado interno quer ao nível da exportação, como por exemplo o caso das ostras do litoral.

Nos primeiros resultados desta investigação analisei de que modo a ausência de conflitos em áreas de uso comum entre proprietários privados, municípios e comunidades locais podiam constituir um indicador do desenvolvimento de economias com resultados positivos longe do controlo do poder central (executivo e legislativo)¹¹⁰. A domesticação do conflito ao nível local poderia constituir o garante da extração e comercialização de recursos naturais com resultados lucrativos sem alertar os decisores políticos e legisladores furtando-se assim, legalmente, à tributação estatal. O objectivo seria o de não alertar as autoridades centrais para sectores de desenvolvimento económico que não interessavam à elite terratenente, a qual detinha grande representação no parlamento e que se interessava principalmente pelo tema da apropriação de terrenos comuns para os sectores agrícola e pecuário.

¹⁰⁹ Bolseira de Post Douramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a bolsa de referência DFRH - Bolsa SFRH/BPD/72225/2010, ao abrigo do programa QREN - POPH - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC.

¹¹⁰ MELO, Cristina Joanaz de (2013) “A questão fácil dos baldios: não lhes tocar”, *Debates. I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona*, n.1, Coimbra, CESContexto, pp. 21-68. http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_i.pdf

Como veremos oportunamente, o sector público perdeu dinheiro a favor do sector privado na exploração de recursos existentes mesmo em propriedade pública por puro descrédito na potencialidade das mais valias que as paisagens não aráveis podiam produzir¹¹¹.

Dito de outra forma, interessou-me, explorar nichos de mercado que geraram resultados muito superiores àqueles que alguma vez foram concebidos pela elite política Oitocentista, realizados precisamente sobre a extracção de recursos naturais em *paisagens pobres*.

Neste trabalho presto atenção aos recursos cuja exploração evoluiu da colecta como complemento à subsistência para actividades de comércio regular e mesmo para negócios de exportação. Bens estes que, ao longo do século XIX foram completamente ignorados pela elite política e conseqüentemente, submetidas a fraco ou inexistente dispositivo tributário estatal mas que permitiram o desenvolvimento de nichos de negócio de lucros avultados.

Como veremos ao longo do texto, na primeira metade do século XIX, os minerais rochosos e a fauna malacológica foram explorados localmente seguindo a organização ancestral e equilíbrios tradicionais de gestão de espaços de uso comum, tanto em áreas terrestres como em zonas húmidas. Num segundo momento, identificado entre as décadas de 1850s e 1880s, indivíduos com formação científica, argúcia e espírito comercial, ter-se-ão aproveitado tanto do desinteresse como da ignorância da classe parlamentar sobre a distribuição de recursos no território para se lançarem em ramos comerciais novos, cuja forma de exploração, até então, era considerada como complemento à subsistência dos povos.

O período acima mencionado corresponde, igualmente, ao intervalo em que em Portugal se lançaram os cursos superiores de vários ramos de engenharia, os quais foram frequentados por um escol muito reduzido de indivíduos. Finda a sua formação os engenheiros portugueses foram posteriormente integrados na quase totalidade, nos serviços públicos do Estado¹¹².

¹¹¹*Questão das Ostreiras a Sul do Tejo*, Lisboa, Typografia Franco-Portoguesa, 1889; Ministério da Marinha (1921), *Relatórios da Comissão de Ostreicultura (nomeada por portaria de 3 de Julho de 1912 e dissolvida por portaria de 28 de Fevereiro de 1928)*,

¹¹² MACEDO, Marta (2012), *Projectar e Construir a Nação: Engenheiroa, Ciência e Território em Portugal no século XIX*, Lisboa, ICS.

Interessou-me explorar então o modo em como indivíduos funcionários do Estado, formados por este e ao serviço deste, souberam aproveitar o momento a seu favor e se transformaram em empresários de sucesso. Beneficiando desta conjuntura de exclusivo do conhecimento do território, a par com os militares, veremos como os engenheiros-empresários catapultaram a extracção de recursos naturais em regime de colecta, nalguns casos, para negócios lucrativos e de exportação.

Filiando-me em historiografia recente sobre a releitura da problemática da utilização, exploração e privatização de terrenos comuns na história europeia, desde a Idade Média ao século XIX e que, ultrapassa o quase lintel temático da revolução industrial e do desenvolvimento da agricultura e da expansão dos rebanhos de gado lanígero como único motor daquele movimento de transformação da paisagem¹¹³.

O que se propõe afirmar neste artigo é a relevância do conhecimento adquirido por um conjunto muito diminuto de indivíduos com formação superior que, por um lado, aproveitaram o discurso político agrarista e industrial como vias de desenvolvimento, mas, que por outro lado, exploraram de forma oportuna e legal o profundo desconhecimento do território por partes da maioria dos parlamentares.

Para fundamentar esta hipótese serão analisados dois casos que despertaram interesse de proprietários privados sobre paisagens de areias no litoral e em zonas húmidas de águas mistas, também na zona costeira.

A fontes utilizadas nesta pesquisa foram essencialmente legislação, debates parlamentares, memórias locais, relatórios oficiais de reconhecimento do território produzidos no Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria e um processo judicial sobre as ostreiras do Tejo.

A ignorância do poder ao serviço de nichos de mercado

Na década de 1850s, uma família da nobreza local Ovarense de apelido Vista Alegre, escriturou um título de propriedade privada em perímetros que abrangiam areais do litoral, rodeada por dunas pertencentes ao Estado¹¹⁴. Se actualmente, aquele nome

¹¹³ SMOUT, T.C., (2011) "Garrett Hardin, the tragedy of the commons and the firth of forth", *Environment and History*, 17, p. 357–378.

¹¹⁴ REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca. (1888), *A Ria de Aveiro e as Suas Indústrias. Memória Justificativa e Projecto de Regulamento para o Exercício da Pesca e Colheita do Moliço Elaborados*

constitui imagem-marca da porcelana e cerâmica Portuguesas no Mundo, situada próximo das matérias primas de caolinos adequados ao fabrico de cerâmicas de qualidade, já em meados do século XIX, a aquisição de terrenos arenosos e o esforço de reconhecimento notarial de propriedade dunar em vez de terrenos para agricultura, constituiu um acto extremamente singular.

Como foi enunciado anteriormente, esta compra foi realizada num contexto de fervor agrário e de promoção de leis para liberalização do mercado da terra, no qual o marquês de Nisa foi interveniente activo. O grande fervilhar legislativo sobre o território orientava-se na promulgação de leis norteadas para o fomento agrícola em benefício da expansão da área agricultada no país¹¹⁵. Neste enquadramento, a aquisição de areais em de terra arável, aparentemente, só faz sentido por razões afectivas paisagísticas, pela tentativa de recuperar a escritura de áreas anteriormente ocupadas pela família ou, pela consciência exacta da necessidade de prospectar os terrenos adequados ao negócio que o engenheiro Pinto Bastos se propunha montar: indústria cerâmica de elevada qualidade.

Provavelmente, antes de a carta geológica do país ter sido terminada em 1875, os investidores privados não tinham outra forma obter a informação pretendida sem levantar suspeitas sobre a intenção comercial sem serem os próprios a executar e a pagarem os trabalhos de reconhecimento das jazidas de caolinos e areias. Presumivelmente, a área em causa ou se pensou que seria adequada à instalação da fábrica ou à exploração das sílicas da região dunar para o negócio cerâmico. Todavia, como demonstrou Manuel Ferreira Rodrigues, este esforço veio a revelar-se infrutífero para aquele fim eventual, pois os terrenos em questão não detinham os caolinos adequados à utilização pretendida e, a fábrica de cerâmicas de loiças Vista Alegre, foi instalada noutro local, em terrenos que viria a ser adquirido mais tarde que as zonas de areal, pela mesma família¹¹⁶.

Mais do que alimentar as razões do insucesso em 1856, o registo de propriedade em areais não foi difícil de obter, nem sequer numa área de confins entre a zona de

Pela Comissão Nomeada por Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar de 16 de Abril de 1883, Lisboa, Imprensa Nacional; Rodrigues, Manuel Ferreira, (2007) *Empresas e Empresários das Indústrias Transformadoras, na Sub-região da Ria de Aveiro, 1864-1931*, Lisboa, Gulbenkian.

¹¹⁵FONSECA, Helder Adegar. (2005) “A Ocupação da Terra”, *História Económica de Portugal*, Vol. II, O século XIX, Org. LAÍNS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 83-118.

¹¹⁶RODRIGUES, Manuel Ferreira. (2007), *Empresas e Empresários das Indústrias Transformadoras, na Sub-Região da Ria de Aveiro, 1864-1931*, Lisboa, Gulbenkian.

costa e dunas marítimas. Ora por lei de 13 de Agosto de 1832 as areias do litoral tinham sido especificamente declaradas como propriedade do estado.

Todavia, não obstante a legislação ainda em vigor na década de 1850, em que não se definiram limites para as concessões no domínio público marítimo, foi possível notariar aqueles terrenos como propriedade privada. Presumivelmente, a facilidade deste registo terá decorrido do facto de, à época, ninguém com poder de decisão política, no parlamento ou ao nível local, vislumbrar, mesmo remotamente, os benefícios económicos que se poderiam retirar de terrenos arenosos.

Ainda na orla marítima, outros negócios cujo alcance económico escaparam à elite económica parlamentar foi o contrato de exploração de ostras assinado em 1867 entre José Vicente Barbosa do Bocage e o governo. O primeiro, requereu ao poder executivo a concessão de exploração de ostras na margem sul do Tejo e nos mouchões (ilhas) situados em frente à praia fluvial, pelo período de trinta anos. Apesar da duração do contrato poder ser considerada razoavelmente longa, o mesmo foi aprovado sem grande oposição no parlamento.

Os políticos observariam aquele negócio como uma receita anual inesperada para o Tesouro, ainda que reduzida, mas estável. Ademais aquela seria obtida em propriedade que não podiam desvincular através de venda, pois tratavam-se de águas correntes navegáveis e como tal perpetuamente inalienáveis do estado¹¹⁷. Pelo menos desta forma podiam obter algum rendimento através da concessão da exploração uma zona pouco provável de produzir mais valias para o Estado.

Face à mono-mania do paradigma agro-pecuário, os políticos de então não anteviram o horizonte comercial do requerente. Este era tão somente o Presidente da Academia das Ciências e um dos maiores naturalistas portugueses de Oitocentos, com estudos e trabalhos publicados sob fauna e flora em Portugal e nas colónias¹¹⁸. O próprio tinha procedido ao reconhecimento e inventariação de bivalves na costa a Norte do Douro e conhecia profundamente o relevo marítimo da costa e áreas lacustres do litoral assim como o efeito de marés nos cursos fluviais.

Perante as possibilidades que se lhe ofereciam o excelentíssimo presidente da Academia Real da Ciências compreendeu, antes de todos os demais que, nos bancos

¹¹⁷*Diário da Câmara dos Senhores Deputados (DCD)*, sessão de 20.03.1871.

¹¹⁸BALTAZHAR, Osório, (1915) *Elogio histórico ao illustre naturalista professor J. V. Barboza do Bocage*, Lisboa, Imprensa Libano da Silva.

naturais de ostras no Tejo, a sua extracção beneficiava de dois factores. Em primeiro lugar, a geomorfologia do estuário oferecia vantagens relativamente às rias de Aveiro e Formosa ou mesmo ao estuário do Sado na apanha das ostras. Por um lado rio tinham um calado superior para as embarcações facilitando o transporte das ostras e, por outro, os bancos de ostras não se projectarem como no Sado em áreas quase pantanosas; em segundo lugar, não terá sido alheio a facilidade de transporte daquele produto explorado mesmo ao lado do maior porto de tráfego comercial internacional em Portugal continental. Pelo que, o horizonte que Boarbosa du Bocage anteviu e negociou, posteriormente, à obtenção da concessão do seu negócio num perímetro dado do rio, a facilidade de exportação de ostras para França ou a sub concessão a uma empresa francesa que as explorasse e lhe pagasse uma prestação fixa sem qualquer risco de investimento. Esta segunda opção constituía uma aposta de negócio segura e lucrativa.

Todavia, já em 1870, o marquês de Nisa, ambicioso e sem grande cuidado, fez nova proposta para a exploração das ostras da Ria de Aveiro e do Algarve. Solicitando o mesmo intervalo de trinta anos de concessão para o negócio, requereu a exploração dos bancos de ostras naquelas rias em regime de monopólio para a globalidade das zonas húmidas. Ao contrário de barbosa du Bocage esqueceu os direitos dos povos. A sua proposta não deixava aos povos o livre acesso a recursos naturais nem às elites locais aveirenses ou a quaisquer outros privados, margem para outra concessão em perímetros flúvio-marítimos do Estado. Desta forma preparou o terreno para vários episódios de conflito que emergiram entre as elites locais e que tiveram profunda repercussão no parlamento.

Em 1871 estalou um escândalo na Câmara dos deputados a propósito da proposta daquele contrato¹¹⁹. Neste ano a sua formulação foi negada e a proposta já emendada regressou ao hemiciclo legislativo dois anos depois em 1873¹²⁰.

A oposição e discussão a este projeto foi de uma longevidade notável no debate parlamentar, considerando um tema de tão pouco interesse para os políticos de como o sector da ostreicultura¹²¹. De facto era tão irrelevante que não consta sequer das

¹¹⁹*DCD*, sessões de 20, 24, 27, 28- 29.03.1871.

¹²⁰*DCD*, sessões de 16.01.1873; 04- 07.02.1873; 20,21.03.1873; 18-22.03.1873.

¹²¹*DCD*, sessões de 20, 24, 27, 28- 29.03.1871; 15, 20.02.1872; 12, 22.04.1872; 16.01.1873; 04-07.02.1873; 20,21.03.1873; 18-22.03.1873.

estatísticas de Gerardo Pery, em 1875, um dos primeiros trabalhos de carácter oficial e com métodos estatísticos sobre o retrato económico do país¹²².

Ora, nesta fase da investigação não é possível ainda comprovar mas, é provável que um negócio lucrativo como era a exportação de ostras para França não tivesse passado despercebido aos indivíduos que controlavam outro negócio lucrativo na Ria de Aveiro, a orizicultura. Uma concessão de exclusivo de perímetros na lagoa, num negócio que poderia ser igualmente lucrativo para aqueles, poderia ainda colocar dificuldades de índole hidráulica na livre circulação e controlo da ria por parte dos produtores de arroz. O certo é que, no intervalo de 1871 e 1873 os parlamentares que contestaram a ilegalidade do contrato atacaram a sua formulação por anular o princípio da concorrência. O óbice à concessão não mencionou o problema da privatização das rias, que constituíam bens nacionais, nem particularmente a defesa dos direitos seculares dos povos, na exploração daqueles recursos.

Portanto, aos proprietários de Aveiro interessava-lhes defender os novos princípios económicos da ortodoxia liberal associada à livre concorrência, o que, na prática correspondia a autorizar a apropriação privada de baldios marinhos por eles próprios e garantir a livre circulação naquelas águas a partir da zona terrestre ou do sapal, onde desembocavam os arrozais. Por sua vez, aos deputados que nada tinham a ver com a região, interessaria garantir receitas fáceis para o Estado através da concessão da exploração de recursos hídricos na propriedade do litoral a mais do que um único concessionário que ficava obrigado a uma prestação financeira anual.

Ora a realidade é que o marquês de Nisa, figura ilustre e compeso social e político no seio da elite dirigente, par do reino por sucessão em 1826, autor do projeto de lei de extinção dos morgados e capelas em 1860, membro de inúmeras comissões parlamentares na câmara alta incluindo a de agricultura¹²³, não teve força suficiente para ver a sua proposta inicial aprovada. Não há dados tangíveis nas fontes consultadas que permitam associar diretamente a elite de Aveiro a este bloqueio ao contrato de Teles da Gama, mas fortes suspeitas de que, mais uma vez, tal como sucedera com a luta contra a extinção dos arrozais, utilizaram a ciência creditada pela universidade, nesse sentido.

¹²² PERY, Gerardo (1875) A. *Geographia Estatistica Geral de Portugal e Colónias*, 1ª Ed., Lisboa, Imprensa Nacional.

¹²³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, (2005), “Gama, D. Domingos Francisco Xavier Teles de Castro, 13º conde da Vidigueira, 9º. conde de unhão e 9º. Marquês de Nisa”, *Dicionário Biográfico parlamentar (1834-1910)*, vol. II (D-M), coord, Maria Filomena Mónica, ed.ICS/Parlamento, Lisboa, pp.280-283.

Tal como sucedera desde que se iniciara o debate sobre a extinção dos campos de arroz ainda nos anos cinquenta, sempre que novo relatório oficial foi produzido no Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria a comprovar o perigo dos arrozais na saúde pública, em 1854, 1859, 1861, 1869, esta informação foi seguida de um debate científico na imprensa de temas rurais assim como de petições enviadas ao parlamento a favor da manutenção daquela cultura por parte de municípios, freguesias e populações de Aveiro.

Nos periódicos este debate foi por diversas vezes fundamentado quer a favor que contra a manutenção dos arrozais, na década de sessenta, por meio da referência ou publicação integral de relatórios de dissertações em agronomia sobre aquelas matérias. O discurso favorável à cultura do arroz, procurou desmentir o saber não científico dos deputados que não eram engenheiros através de opinião científica dos indivíduos com a chancela científica do curso superior e não de proprietários apenas eruditos mas sem aquela autoridade científica¹²⁴.

Considerando que a população daquele distrito seria maioritariamente analfabeta, constituida por pescadores e camponeses, é no entanto notável a evidente mobilização de bastidores da comunidade aveirense a defender os seus interesses através da palavra escrita, em ondas de petições enviadas ao parlamento.

A ciência servia portanto, nalguns casos, a manutenção de grupos de interesse. Todavia, essa mesma creditação da ciência podia transformar-se num problema para os tais nichos de mercado no momento em que se começou a coligir a informação dispersa em vários relatórios do MOPCI sobre o reconhecimento territorial e a produzir quadros estatísticos sobre o valor económico das atividades produtivas. Paralelamente, os mesmos relatórios sobre pesso e medidas ou sobre a distribuição da ocupação florestal e hidrológica do território serviram para de alguma forma tomar consciência e inventariar as atividades económicas que já produziam riqueza significativa longe do controlo do estado, as que podiam ser melhor exploradas e, tributadas pelo Estado.

Se durante o Estado Novo a exploração de bivalves e de rochas sofreu um impulso determinante no sector da indústria extrativa com 55 308 toneladas de Ostras

¹²⁴ MELO, Cristina Joanaz de. (2010) *Contra Cheias e Tempestades: Consciência do Território, políticas de Águas e Florestas no século XIX em Portugal 1851-1886*, Tese de Doutoramento, Florença, European University Institute.

exportadas principalmente para França, entre 1964 e 1972¹²⁵, assim como o sector dos mármore¹²⁶, ao longo do século XIX os mesmos recursos foram explorados essencialmente por entidades particulares e como já foi mencionado sem grande controlo fiscal do Estado.

Rochas e recursos hídricos: a ausência de interesse político-económico das elites

Em 1875, Gerardo Pery publicou uma das primeiras memórias estatísticas credíveis em que compilou dados tendencialmente gerais, sobre o reino e as colónias. Nesta obra compilou e analisou dados históricos e geográficos, identificou o sistema político em vigor no Reino, apresentou dados demográficos retirados dos censos, mas, acima de tudo tentou oferecer um quadro geral sobre o sector produtivo¹²⁷.

Neste périplo estatístico, o autor deu pela lacuna de dados sobre sectores que sabia deterem peso significativo na economia global do continente, mas para os quais não existiam dados oficiais sobre a sua atividade. Entre eles encontrava-se precisamente a ausência de números sobre extração e transformação de pedra e de materiais de construção, como pedra, areias e barros¹²⁸.

Na óptica do autor esta lacuna era tanto mais surpreendente quanto a informação sobre a distribuição de unidades de fabrico de cerâmicas, olarias e pedreiras fora identificada de forma clara mas não exata nas memórias produzidas pelas comissões do MOPCI, as quais tinham sido encarregues de proceder ao levantamento de pesos e medidas do reino, na década de 1860. Não obstante esta evidência nenhum governo ordenara um registo geral dessas unidades e desconhecia-se o valor da sua produção¹²⁹.

Paralelamente não menciona o valor das turfeiras em Portugal, combustível fóssil do qual se extraía o carvão mineral, a ulha branca. De facto estas existem quase só na Serra da Estrela, e ao contrário dos materiais de construção é provável que não ultrapassassem o consumo local. Para além do mais localizavam-se na Serra da Estrela,

¹²⁵ DIAS, Antunes. (2011), “A exploração ostreícola na década de sessenta e até final de 1972 no Estuário do Sado”, *Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Setúbal, Instituto Politécnico de Setúbal-Escola Superior de Educação, pp. 449-452, p. 451.

¹²⁶ RIBEIRO, Felix, (1934), *A Indústria dos Mármore*, tese apresentada ao 4.º Congresso da União Nacional, realizado em Lisboa de 26 de maio de 1934, Lisboa.

¹²⁷ PERY, Gerardo A. (1875), *Geographia Estatística Geral de Portugal e Colónias*, 1ª Ed., Lisboa, Imprensa Nacional.

¹²⁸ *Idem.*, *ibidem*.

¹²⁹ *Idem.*, *idem*.

ponto do país de difícil acesso e onde o transporte e colocação do carvão no mercado seria de difícil execução. Efectivamente, a regulamentação das turfeiras foi legislada aquando da exploração de pedreiras e de Minas mas o registo oficial da sua exploração no Boletim do MOPCI é residual. Sendo um dado pouco decrito nas memória paróquias, presume-se que de facto não tenha sido utilizada como alternativa ao combustível vegetal, pois esta era mais fácil de produzir.

Já relativamente ao sector hídrico, Pery apresenta dados estatísticos para a exploração do pescado marítimo e da extracção de sal. Todavia, não oferece informação sobre crustáceos, bivalves ou algas; também não se debruça sobre a pesca ou exploração de outros recursos naturais nas águas interiores (rios e águas doces) e nem sequer comenta as lacunas de informação sobre este tipo de recursos.

Eventualmente como os políticos do seu tempo, preocupou-se, acima de tudo, com a exploração e rendimento gerados com os recursos terrestres. Mas, paradoxalmente, Portugal tem uma abundância de recursos hídricos notável. As memórias Paroquiais publicadas em 1858, testemunham uma abundância e diversidade de espécies piscícolas fluviais distribuídas de norte a sul no país, que importaria analisar em pormenor para apurar do seu real significado ao nível local.

Já para o século XIX, a centúria conhecida como a do reconhecimento oficial dos recursos naturais existentes no território, ficou por apurar a relevância da conchicultura natural ou de aquacultura e a importância de recursos gastronómicos na dieta das populações locais, como ostras, percebes, camarões, lagostas e, genericamente, crustáceos e moluscos de rio e de mar.

Portanto pode-se inferir que o tema da exploração de recursos em águas interiores ou em bacias salgadas não gerava interesse por parte da elite política, eventualmente porque a área destes recursos seria visivelmente menor que a de terrenos para exploração agrícola, onde a maioria da população associava a fonte de subsistência e de riqueza.

Como tal, a elite política terá levado muito tempo a tomar consciência, por um lado, acerca da real dimensão da possibilidade que a conchicultura oferecia às propriedades do Estado e, por outro, da necessidade de controlar a gestão de águas na globalidade do território. Já relativamente aos recursos terrestres e materiais de construção, houve algum interesse na sua regulamentação. Eventualmente, a

necessidade da utilização daqueles materiais na construção de obras públicas a cargo do Estado terá estimulado essa mesma legislação.

Enquadramento legal de exploração de rochas e recursos hídricos

Se a partir de 1852-53 foi estabelecido enquadramento legal para o estabelecimento de concessão de exploração de minerais rochosos¹³⁰, já o regulamento, por exemplo, para a exploração de ostras, só foi promulgado por decreto de 1 de Outubro de 1895, do Ministério das Obras Públicas¹³¹.

Como explica Paulo Guimarães, o sistema de exploração de recursos minerais, em propriedade pública, era executada mediante concessões para a sua exploração por tempo limitado e em contratos estabelecidos entre o governo e a entidade que os pretendesse explorar¹³².

Efectivamente, existia enquadramento legal sobre a exploração e extracção de minérios metálicos e rochosos entre os quais se encontravam elementos como carvão mineral, materiais de construção e matérias-primas para indústria cerâmica (areias, barros caulinos), minas de sal e por fim turfa (carvão fóssil vegetal)¹³³.

No entanto, com excepção das expropriações para obras públicas que requeriam o fornecimento dos materiais essenciais à construção de estradas, pontes ou terraplanagens e nivelações de terreno para a construção de linhas férreas, na prática a exploração de areias, sílicas, barros ou pedreiras e turfeiras, não parecem ter sido alvo de fiscalização. Pelo menos o boletim do MOPCI não aponta nesse sentido nas décadas de cinquenta e sessenta do século XIX¹³⁴.

Se a legislação estipula normas para a exploração de pedreiras, as fontes são ainda mais pobres em informação sobre o valor da pedra nos usos de quotidiano. Por exemplo a construção de muros de alvenaria ou os abrigos de pastores nas serras de

¹³⁰ Lei de Minas de 31 de Dezembro de 1852 e respectivo Decreto Regulamentar do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria de 9 de Dezembro de 1853.

¹³¹ Decreto do Ministério das Obras Públicas de 1 de Outubro de 1895.

¹³² GUIMARÃES, Paulo Eduardo, (2001) *Indústria e Conflito no meio Rural, os Mineiros Alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS.

¹³³ (1895), *Regulamento para a Exploração de Ostreicultura e depósito de Ostras na Parte Marítima Das Águas Públicas, aprovado por Decreto de 1 de Outubro de 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional..

¹³⁴ (1853-1868), *Boletim do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Aire e Candeeiros (Ribatejo, distrito de Santarém), podem ter resultado tanto da despedrega de terrenos aráveis de terra roça rica para agricultura ou simplesmente do aproveitamento da pedra disponível na zona baldia serrana.

Mas se a extração de rochas, mesmo assim, recebeu enquadramento legal no início da Regeneração, já o sector hidrológico e a exploração de recursos hídricos ficou por legislar de forma sistemática, até ao final do século XIX.

Efectivamente, depois da extinção dos bens da coroa e ordens em 1832, o ramo administrativo do Direito de Águas ficou por completar¹³⁵. O decreto quase fundador do direito administrativo na gestão territorial de 13 de Agosto de 1832, definiu a propriedade das águas publicas do estado, como sendo as correntes navegáveis¹³⁶. Mesmo a legislação que definiu o domínio público marítimo em 1864, e que enquadrou legalmente a tutela estatal e administrativa sobre o litoral, continuou a não definir regras de exploração dos recursos hídricos nas zonas húmidas (salgadas e de águas mistas) nem nas águas interiores¹³⁷.

Efectivamente, os critérios para demarcação dos limites territoriais dos terrenos marginais das águas navegáveis só foram e, parcialmente, definidos no Código Civil de 1867. A noção de águas correntes, apenas foi cabalmente concretizada na Lei de criação das circunscrições hidráulicas de 1884 e respectivo regulamento de 1886, acabando com o problema da indefinição da propriedade temporária das águas do estado e respectivos terrenos marginais, pois muitos cursos de água torrenciais e de caudal volumoso no Inverno secavam no Verão¹³⁸.

Mas na foz dos rios este problema não se verificava. As águas, por definição eram correntes e navegáveis, logo pertenciam ao estado. No entanto, estas áreas controladas seguindo-se a lei do mais forte. Como dizia o deputado José estêvão em

¹³⁵ MELO, Cristina Joanaz de. (2010), *Contra Cheias e Tempestades: Consciência do Território, políticas de Águas e Florestas no século XIX em Portugal 1851-1886*, Tese de Doutoramento, Florença, European University Institute.

¹³⁶ *Idem, Ibidem.*

¹³⁷ AMORIM, Inês. (2008), *Porto de Aveiro: Entre a Terra e o Mar*, Aveiro, APA - Administração do Porto de Aveiro S. A.

¹³⁸ MELO, Cristina Joanaz de. (2010), *Contra Cheias e Tempestades: Consciência do Território, políticas de Águas e Florestas no século XIX em Portugal 1851-1886*, Tese de Doutoramento, Florença, European University Institute.

1858 no Parlamento referindo-se à Ria de Aveiro “a câmara não é anfíbia em chegando à água lá não governa”¹³⁹.

Porém, não obstante o parlamento ter sido informado de que a apanha de crustáceos e outros recursos na ria de Aveiro, gerava batalhas navais a que não acudia nenhuma autoridade por inexistência de regulamentos administrativos, a classe política não deu qualquer importância a este facto durante décadas¹⁴⁰.

No respeitante a recursos hídricos, o governo e os legisladores iam resolvendo as questões à medida que eram interpelados pelos povos ou que a necessidade pública exigia obras públicas, hidráulicas. Assim, quando em 1867, um proprietário privado, José vicente Barbosa duBocage, requereu a concessão da exploração de ostras numa área específica da margem sul do Tejo, foi necessário estabelecer um primeiro modelo de contrato para aquele efeito que depois serviu de base ao contrato com o Marquez de Niza¹⁴¹ Mas como vimos, não se regulamentou a exploração das ostreiras senão em 1895.

De forma suave abria-se um precedente de um privado invadir o negócio da exploração dos recursos hídricos, controlado secularmente pelas populações ou por caciques locais.

Terá sido com o sucesso financeiro da exploração das ostreiras e com processo litigiosos em torno das suas concessões que a prazo, se percebeu o valor e a necessidade de proceder ao seu regulamento de forma universal¹⁴².

Conclusões

Durante várias décadas da segunda metade de Oitocentos, assistiu-se a uma exploração de recursos naturais do Estado ou em propriedade privada gerando lucros muito interessantes, com um retorno mínimo para as finanças públicas. É certo que, no início da década de cinquenta, a reboque da legislação promulgada para acelerar a construção de infra-estruturas assim como da intenção de desenvolver a indústria metalo-mecânica, também foram regulamentadas a exploração de minerais rochosos e

¹³⁹Estêvão de Magalhães, 09.01.1858, DCD.

¹⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

¹⁴¹ (1889), *Questão das Ostreiras a Sul do Tejo*, Lisboa, Typografia Franco-Portoguesa.

¹⁴² Idem, *Ibidem*.

de turfa (carvão mineral, ulha branca) logo na década de cinquenta, preconizando concessões estatais de exploração de recursos com um prazo limitado¹⁴³.

Todavia, ao longo do período em que se operou o reconhecimento da distribuição dos recursos naturais do país, entre 1850s 1870s de forma sistemática, governantes e elite política continuaram sem perceber o potencial de negócio das paisagens indómitas e “pobres”. Terá sido neste contexto que, indivíduos com formação técnica e científica superior, revelando boa leitura de oportunidade de negócio, aproveitaram o desinteresse dos governantes para rentabilizar a extracção de recursos naturais de consumo primário. Nesta categoria encontraram-se os alimentos gourmet como as ostras, as areias e barros utilizados na produção de objectos materiais do quotidiano de uma população em crescimento e ainda na extracção de pedra para construção de habitações e infra estruturas, como referiu Pery.

Por outro lado no caso dos bivalves e das porcelanas os empresários apostaram na exportação de produtos de qualidade ou na sub concessão das áreas de extracção de recursos a entidades estrangeiras. De qualquer das formas transformaram a subexploração de elementos rochosos e faunísticos em áreas economicamente lucrativos muito para além da economia de subsistência e do comércio local. Actividades que, para além do mais, beneficiaram da cegueira agrarista promovida por parlamentos constituídos não por engenheiros mas maioritariamente por proprietários agrícolas e industriais.

O reconhecimento do território por parte dos funcionários do estado com formação técnica e científica, como era o caso de Barbosa do Bocage no universo da fauna marinha ou da família Pinto Basto nas áreas de química e da mineralogia levou-os a intentar oportunidades de negócios que outros jamais se tinham atrevido, beneficiando ainda da possibilidade de exercer actividades com lucros avultados e com um pagamento fiscal acessório e residual para o Estado.

O intervalo em que os *engenheiros e técnicos do MOPCI* detiveram o exclusivo do conhecimento da distribuição dos recursos naturais no território foi fuçlral para o lançamento destas mesmas actividades económicas. A ignorância da maioria dos parlamentares e a colossal falta de interesse sobre estes sectores enquanto área de investimento, permitiu aos primeiros capitalizar conhecimento científico em seu favor

¹⁴³ Decreto O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria de 1 de Dezembro de 1852.

para criarem discretamente oportuñides de negócio com rendimentos consideráveis longe do olhar tributário do estado e fazendo aprovar as concessões e licenças de exploração de recursos naturais muito favoráveis a estes últimos.

O binómio ignorância sobre a distribuição de recursos naturais e respectivo potencial económico e desinteresse dos dirigentes por qualquer investimento que não fosse cultivar a terra e criar gado, beneficiou o desenvolvimento de outras actividades económicas de forma paradisíaca do ponto de vista tributário; pelo menos até à publicação dos relatórios oficiais sobre o reconhecimento do território os quais começaram a serem dados à estampa a partir do final da década de 1860, mas em Câmaras legislativas ainda muito dominadas pelo sector agrarista e financeiro-industrial.

A exploração de ostras e de barros ou sílicas e areias para a indústria cerâmica ou de materiais de construção constituem exemplo do universo de negócios lucrativos fundados por particulares e que muito beneficiaram das vantagens do conhecimento territorial dos engenheiros-empresários por oposição a uma classe dirigente e a própria representante do sector agro-industrial tradicional.

Estes novos agentes económico-científicos, terão ainda sabido aproveitar o facto de aqueles mesmos recursos não alimentarem debates sobre conflitos entre elite agrária e agentes locais. Desta forma terão podido iniciar um percurso de obtenção de concessões de exploração daqueles mesmos bens tanto em propriedade pública ou privada, nomeadamente, hídricos, arbustivos e rochosos sem chamar a atenção do poder central.

As actividades económicas promovidas no litoral com base em produtos gourmet de qualidade ou de porcelanas finas para um público alvo de grande exigência e de elevado poder de compra foram ensaiadas e exploradas de forma consistente por indivíduos de formação superior que, conhecendo o território e, sendo eles próprios especialistas no conhecimento de biologia e de mineralogia, perceberam o potencial económico de áreas que não interessavam à elite económica.

Da mesma forma os materiais de construção, pedra, areias e barros, na generalidade do território apontam para a existência de uma enorme profusão de entidades a explorar recursos públicos e privados sem que essa prática fosse tributada ao nível central ou mesmo sequer conhecida. E quando o foi denunciado por Pery, os

decisores políticos na década de setenta continuaram a ignorar o potencial daquelas actividades.

Ora, os recursos desprezados pela elite política nas paisagens estéries e-ou desagradáveis, areníticas e dunares, zonas húmidas e pantanosas, pedergosas e sujeitas a ventos fortes nas montanhas, com carrasco e arbustos pouco atractivos para pastagens constituíram uma vantagem económica para aqueles que soubera explorá-los com descrição e conhecimento adequado para os comercializar num novo mundo comercial, nomeadamente pelos engenheiros que com formação adequada conheciam a distribuição territorial dos recursos minerais, faunísticos e botânicos.

Comparativamente aos terrenos aráveis aptos ao investimento de expansão do articulado de exploração agro-silvo-pastoril, tripé âncora do desenvolvimento económico da sociedade portuguesa na segunda metade do século XIX¹⁴⁴ para a elite terratenente que na prática influenciava políticas económicas no parlamento, as paisagens húmidas ou mais áridas e rochosas assumiam-se como inúteis para aqueles fim sendo consideradas *pobres*, ou seja, não aráveis nem pascigáveis.

Porém era em ecossistemas do litoral marítimo, em zonas lacustres ou áreas fluviais que se encontravam por exemplo a fauna malacológica (moluscos, bivalves e crustáceos), relevantes na dieta alimentar local e, no caso por exemplo das ostras, objecto de transações comerciais gerando lucros interessantes a proprietários privados que os exploraram durante largos períodos sem grande controlo do Estado (como se demonstrará mais adiante).

Paralelamente ao caso dos recursos hídricos, a extracção e transformação de elementos rochosos, como pedra, barros e areias, utilizados tanto na indústria de construção como na indústria oleira e cerâmica não despertaram a atenção do poder central permitindo aos comerciantes locais desenvolver alguns negócios baseados na extracção de matérias primas tanto em terrenos privados ou como públicos, mais uma vez sem controlo fiscal do estado.

Fica por identificar se, os indivíduos que beneficiaram destes ramos de actividade de alguma maneira alimentaram a demagogia económica da quimera

¹⁴⁴ FONSECA, Helder Adegar. (2005), “A ocupação da Terra”, *História Económica de Portugal 1700-2000*, Org. Pedro Lains e Alvaro Ferreira da Silva, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 83-118; Mata, Maria Eugénia (2005), “O capital”, *Ibidem*, pp. 153-185; MADUREIRA, Nuno Luís e MATOS, Ana Cardos de. (2005), *Ibidem*, pp. 189-218;

agrarista que, intencionalmente ou não, ofuscava o elevado potencial económico de outros sectores de actividade da industria extractiva e transformadora.

Bibliografia e fontes

DIAS, Antunes, “A exploração ostreícola na década de sessenta e até final de 1972 no Estuário do Sado”, *Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Setúbal, Instituto Politécnico de Setúbal-Escola Superior de Educação, pp. 449-452, 2011.

ARNOLD, Ellen F. (2007), "Engineering Miracles: Water Control, Conversion and the Creation of a Religious Landscape in the Medieval Ardennes" in *Environment and History*, n.13, The White Horse Press, pp. 477–502.

BARCA, Stefania. (2007), "Enclosing the River: Industrialisation and the Property Rights Discourse in the Liri Valle (South of Italy), 1806–1916" in *Environment and History*, n.º13, The White Horse Press, pp.3–23.

BRANTZ, Dorothee. (2011), "'Risky Business': Disease, Disaster and the Unintended Consequences of Epizootics in Eighteenth- and Nineteenth-Century France and Germany", in *Environment and History*, n.17, The White Horse Press, pp.35–51.

CLÉMENT, Vincent. (2008), "Spanish Wood Pasture: Origin and Durability of an Historical Wooded Landscape in Mediterranean Europe", in *Environment and History*, n.14, The White Horse Press, pp. 67–87.

RIBEIRO, Felix. (1934), *A Indústria dos Mármore*, tese apresentada ao 4.º Congresso da União nacional, realizado em Lisboa de 26 de maio de 1934, Lisboa.

FONSECA, Helder Adegar. (2005), “A Ocupação da Terra” in *História Económica de Portugal*, Vol. II, O século XIX, Org.Laíns Pedro e Silva, Álvaro Ferreira da, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 83-118.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo. (2001), *Indústria e Conflito no meio Rural, os Mineiros Alentejanos(1858-1938)*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS.

MACEDO, Marta.(2012),*Projectar e Construir a Nação: Engenheira, Ciência e Território em Portugal no século XIX*, Lisboa, ICS.

MELO, Cristina Joanaz de. (2013), “A questão fácil dos baldios: não lhes tocar”, *Debates. I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona*, n.1, Coimbra,CESContexto,pp.21-68.

http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_i.pdf

Idem. (2010) *Contra Cheias e Tempestades: Consciência do Território, políticas de Águas e Florestas no século XIX em Portugal 1851-1886*, Thesis submitted assessment with a view obtaining the degree of Doctor in History and Civilization from the European University Institute, Florence, Novembre.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (2005), “Gama, D. Domingos Francisco Xavier Teles de Castro, 13º conde da Vidigueira, 9º. conde de unhão e 9º. Marquês de Nisa”, *Dicionário Biográfico parlamentar (1834-1910)*, vol. II (D-M), coord, Maria Filomena Mónica, ed.ICS/Parlamento, Lisboa, pp.280-283.

NUNES, Francisco Oneto.(1993),*Vieira de Leiria : a História, o Trabalho, a Cultura*, Vieira de Leiria, Junta de Freguesia.

RODRIGUES, Manuel Ferreira. (2007),*Empresas e empresários das indústrias transformadoras, na sub-região da Ria de Aveiro, 1864-1931*, Lisboa, Gulbenkian.

RAUTEN, Sanna-Leena. (2010), "Sanitation, Water and Health", in *Environment and History*, n.16, The White Horse Press, pp.173–194.

SMOUT, T.C. (2011) , "Garrett Hardin, The Tragedy of the Commons and the Firth of Forth", in *Environment and History*, n. 17, The White Horse Press, pp.357–378.

TEMPLE, Samuel. (2011), "Forestation and its Discontents: The Invention of an Uncertain Landscape in Southwestern France, 1850–Present", in *Environment and History*, n.17, The White Horse Pres, pp. 13–34.

TROTTIE, R.Julie. (2010), "Canals Spawn Dams? Exploring the Filiation of Hydraulic Infrastructure",in *Environment and History* 16, The White Horse Press, pp.97–123.

VACCARO, Ismael. (2007), "Sovereignty, Collective Ingenuity and Moral Economies: The Confluence of Transnational Trends, States and Local Strategies in the Pyrenees", in *Environment and History*, n.13, The White Horse Press pp.25–46.

WESTERMAN, Andrea. (2011), "Disciplining the Earth: Earthquake Observation in Switzerland and Germany at the Turn of the Nineteenth Century", in *Environment and History*, n.17, The White Horse Press, pp.53-77.

Fontes

Arquivo Rural, Jornal de Agricultura, Artes e Ciências Correlativas, Lisboa, 1854-1876.

OSÓRIO, Baltasar. (1915), *Elogio histórico ao illustre naturalista professor J. V. Barboza du Bocage*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva.

Boletim do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1853-1868, Lisboa, Imprensa Nacional.

Diário do Governo, 1834-1839, Lisboa, Imprensa Nacional séries climáticas do Miguel Maria Franzini.

Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino. Secção Hidrogrphica, *Plano Hydrográfico Desde o Cabo da Roca até Cezimbra Contendo a Entrada do Rio Tejo e Seu Porto*, Lisboa, Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino, 1882.

Ministério das Obras Publicas Comércio e Industria, *Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

OLIVEIRA, Francisco de Paula Campos e. (1867), *Informações Para a Estatística Industrial Publicadas Pela Repartição de Pesos e Medidas. Districto de Aveiro*, Lisboa, Imprensa Nacional.

PERY, Gerardo A. (1875), *Geographia Estatística Geral de Portugal e Colónias*, 1ª Ed., Lisboa, Imprensa Nacional.

Questão das Ostreiras a Sul do Tejo, Lisboa, Typografia Franco-Portogueza, 1889.

Regulamento para a Exploração de Ostreicultura e depósito de Ostras na Parte Marítima Das Águas Públicas, aprovado por Decreto de 1 de Outubro de 1895, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

“Relatório acerca dos Trabalhos Geodésicos, Chorográficos, Hydrográficos e Geológicos do Reino no Anno de 1865-1866” in *Boletim do Ministério das Obras Públicas Commércio e Indústria*, nº 4, Abril, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 244-256.

“Relatório da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Chorográficos, Hydrográficos e Geológicos do Reino no Anno de 1863-1864” in *Boletim do Ministério das Obras Públicas Commércio e Indústria*, nº8, Agosto, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 166-175.

“Relatório da Sociedade Agrícola do Distrito de Coimbra” in *Boletim do Ministério das Obras Públicas Commércio e Indústria*, Abril 1856, Lisboa, 1856, p. 321;

Relatório Sobre a Cultura do Arroz em Portugal e a Sua Influência na Saúde Pública Apresentado a Sua Excellência o Senhor Ministro dos Negócios do Reino pela Comissão Creada por Portaria de 16 de Maio de 1859, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

“Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hydrográficos, e Geológicos do Reino, Executados Desde 1 de Julho de 1868 a Dezembro de 1869” in *Revista das Obras Públicas e Minas*, Tomo II; nº 23, Novembro, 1871, pp. 385-411.

“Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hydrográficos, e Geológicos do Reino, Executados durante o Anno de 1870” in *Revista das Obras Públicas e Minas*, Tomo III; nº 28, Abril, 1872, pp. 98-121.

Revista de Obras Públicas e Minas, 1870-1885, Lisboa, Imprensa Nacional.

RIBEIRO, Carlos, (1866) *Descrição do Terreno Quaternário das Bacias dos Rios Tejo e Sado*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Ciências.

Os empresários da sub-região da ria de Aveiro, 1864-1931

Manuel Ferreira Rodrigues

Universidade de Aveiro e CEIS20

Introdução

Entre meados do século XIX e o início dos anos 30, o território que compreendeo somatório das áreas geográficas de oitomunicípios do litoral centro-norte– Vagos, Ílhavo, Águeda, Aveiro, Murtosa, Estarreja, Albergaria-a-Velha e Ovar – viu nascer um significativo número de empresas em vários ramos de atividade. Com efeito, foram então registadas notarialmente 906 sociedades de natureza jurídica diversa, embora uma parte da atividade económica regional continuasse a fazer-se de modo informal, como a produção e venda de sal e quase toda a exploração agrícola e pecuária. Mesmo noutros setores, muitos negócios não eram regulados por contrato notarial.

Num primeiro estudo – *Empresas e Empresários das Indústrias Transformadoras da Sub-Região da Ria de Aveiro, 1864-1931* (2010)–, analisei sumariamente o conjunto de dados reunidos sobre os dirigentes das empresas, desprezando um apreciável volume de informações que não foi possível tratar. Este texto é, pois, construído com o recurso a uma parte dessa mole documental. Tentei entrever, nesses testemunhos, as funções *capitalista*, *empresarial* e de *gestão* desse empresariado moderno em formação. Primeiro, procurei atender às características formais da participação desses indivíduos nas sociedades em que se envolveram – profissão declarada (ainda que muitas vezes seja ocultada pelo *título* de «proprietário»), capital investido, denominações e características dos cargos assumidos, remunerações, etc. –, dando atenção, depois, sempre que foi possível, tanto às informações disponíveis sobre as empresas que fundaram e dirigiram, como aos percursos biográficos desse grupo numeroso e heterogéneo, às suas origens familiares, à educação, aos círculos sociabilitários em que se moviam, ao casamento, às suas relações com os poderes central e municipal, à sua participação política e associativa, destacando os elementos recorrentes, sem esquecer os excecionais.

Ao longo do período estudado, é possível ver como evoluiu a divisão de pelouros e a mão visível dos negócios desta região que tem na ria de Aveiro, até à chegada do comboio, em 1864, e na Linha do Norte, depois, os principais eixos estruturadores da

maioria das atividades económicas. A delimitação desse espaço foi determinada pela rede de fluxos económicos, expressa pelo conjunto dos atos e contratos notariais inventariados.

Como mostrei no estudo indicado, os empresários – especialmente os das indústrias transformadoras – adquirem uma surpreendente visibilidade social, a partir do final do século XIX, mas esse fenómeno é mais evidente após a I Guerra Mundial, quando o grupo se alarga e se diversifica, integrando alguns estratos sociais que, até então, se tinham mantido alheados do mundo dos negócios. Algumas atividades, como a construção civil e a construção naval, em que foi mais lenta a emergência do empresário e da empresa moderna, após 1918 registam um notável incremento de empresarialidade (RODRIGUES, 2001). Nesses anos, aumenta o interesse pelo investimento em determinadas atividades, como a cerâmica de construção, a moagem e a pesca do bacalhau, e assiste-se a fenómenos de enriquecimento e de acentuada mobilidade social.

Por fim, importa realçar que as atividades recenseadas definem as bases duma especialização regional, assente na proximidade das matérias primas e num saber-fazer acumulado ao longo de décadas. Assim, é possível situar as cerâmicas especialmente em Aveiro e Ovar, a serralharia e as ferragens em Águeda, os lacticínios, os curtumes e os móveis metálicos em Estarreja, a pesca, seca e salga do bacalhau e a construção naval na Gafanha, a porcelana na Vista Alegre, a torrefação de chicória em Eixo, a tanoaria e a cordoaria em Ovar e em Esmoriz, o papel, a celulose e a fundição em Albergaria-a-Velha.

O que é um empresário, neste espaço geoistórico?

À partida, um estudo como este enfrenta dois desafios de natureza teórica, a saber: 1. o que é um empresário, no espaço geoistórico considerado? 2. que metodologia adotar para a consecução dos propósitos enunciados? A resposta à primeira pergunta é decisiva, na medida em que permite delimitar o universo estudado e, de algum modo, cria condições de resposta à segunda que, por sua vez, precisa os termos da resposta à pergunta inicial.

A primeira dificuldade decorre do facto de o empresário ser uma função e não uma pessoa, ou melhor, o empresário «refere-se a um conceito e não a um qualquer elemento da realidade», como salienta Manuel Lisboa (2002:288-289), na senda de

Schumpeter. Uma pessoa pode acumular as três funções – *empresário, capitalista e gestor* –, mas o empresário schumpeteriano define-se pela liderança, pela sua capacidade de inovar. Ora, o estado em que se encontra este trabalho não permite identificar facilmente essas funções nos dirigentes das empresas recenseadas, como é difícil saber quando estamos perante *respostas adaptativas e respostas criativas*. Para isso, é necessário que o estudo dos empresários (nível de análise micro) não seja desligado do estudo das suas empresas (nível de análise meso) e do contexto em que atuaram (nível de análise macro), como se infere da reflexão teórica de Anabela Dinis e Ana Maria Ussman (2006), que salientam ser cada vez mais frequente o estudo multidimensional destes fenómenos e das suas interações.

Dentre os 2937 indivíduos que se envolveram na fundação das sociedades recenseadas (distribuídos por 104 profissões), tomei como empresários todos os que assumiram cargos de direção, no momento da fundação dessas sociedades, até porque a maioria reúne geralmente as três funções referidas. As informações da imprensa local, independentemente da sua orientação ideológica, permitiu, em muitos casos, perceber melhor os seus perfis biográficos, esclarecendo aspetos que os documentos notariais naturalmente omitem. Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, saber o que é um empresário parece ser mais simples, pois o perfil é mais preciso, mas nas sociedades em nome coletivo, esse perfil varia muito de atividade para atividade, ao longo do período considerado, embora a I Guerra Mundial também tenha provocado alterações profundas neste domínio.

A tarefa de melhor conhecer esses dirigentes tornou-se um pouco mais fácil sempre que foi possível aceder a arquivos de empresa ou, até, a arquivos privados. Esta verificação põe em relevo a importância de estudos de natureza biográfica, para podermos construir uma visão prosopográfica do grupo, e, desse modo, podermos ver a verdadeira dimensão dos casos excecionais. Como referem Verboven, Carlier & Dumolyn (2007:40-41), «a prosopografia, a biografia e a genealogia são disciplinas complementares». Mas o reduzido número de arquivos empresariais e pessoais e o carácter fragmentário das restantes fontes põem a nu alguns dos limites e dos perigos da ilusão prosopográfica assinalados, já em 1971, por Lawrence Stone (2011). Se não quisermos perder «a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada», não podemos esquecer outros tipos de fontes, «de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos» (GINZBURG, 1991:173). Assim, importa pesquisar os acervos

administrativos (documentação municipal e distrital), fiscais (matrizes, arrolamentos, décimas, balanços patrimoniais para efeitos fiscais), judiciais (inventários obrigatórios e de maiores, falências), políticos (recenseamentos, listas partidárias, etc.) e prediais, entre outros, para depois regressarmos aos fundos notariais para o inventário das aquisições de propriedades, os arrendamentos, empréstimos, etc.).

Forte representatividade das indústrias transformadoras

Porque a sua especificidade exige um tratamento autónomo, não considere as 180 sociedades que exploravam as xávegas: 106 de Ovar; 26 de Ílhavo; 23 de Aveiro; 18 da Murtoza; 4 de Vagos e 3 de Estarreja. Nesses contratos para a pesca costeira, os «senhorios» tinham extração social diversa; tanto podiam ser elementos da equipagem, especialmente os arrais, como gente sem relação com o mar, mas predominavam os negociantes de pescado e os proprietários de bovinos para o arrasto das redes, geralmente referidos como «negociantes» e «proprietários». Os empresários surgem apenas com a introdução da pesca a vapor, durante a I Guerra Mundial.

Nas restantes atividades do setor primário, inventariei apenas 6 sociedades de escassa importância económica: cultura de cereais: 1; plantação de árvores: 1; minérios de ferro: 1; minérios de cobre: 3. Por essa razão, pode-se afirmar que os documentos notariais (e a imprensa local) permitem identificar os maiores investidores e os principais chefes de empresa das indústrias transformadoras e do comércio, mas pouca valia têm para identificação da «burguesia agrária» deste período.

De facto, a maioria das sociedades arroladas diz respeito às indústrias transformadoras – 475, das quais, 157, em Aveiro, e 126, em Ovar. O menor número de sociedades registadas no comércio (245) fica a dever-se, certamente, a uma maior informalidade dos contratos estabelecidos neste setor, onde dominavam as empresas familiares. De qualquer modo, importa salientar que um número apreciável de «comerciantes» e de «negociantes» participa nas atividades industriais, especialmente a partir da I Guerra Mundial. Como se pode ver nos valores do Quadro 1, o número de sociedades e empresas em nome individual das indústrias transformadoras cresce de forma clara na década da Grande Guerra, registando uma pequena redução no decénio seguinte. Mas é evidente que, de 1911 a 1931, o número de empresas criadas representa 68% do total. Ainda que em menor número, a evolução das sociedades criadas (com registo notarial) para a exploração dos diversos ramos do comércio é muito idêntica à

das indústrias transformadoras. Se analisarmos a evolução do número de empresas em atividade, ano a ano, veremos que esse movimento ascendente revela um pequeno «surto industrial», nos dois decénios referidos, registando um abrandamento a partir de 1924. Note-se que, em 1911, estavam em atividade apenas uma centena de unidades industriais, de natureza variada, em toda esta sub-região, mas, em 1924, esse número ultrapassa as 250 (RODRIGUES, 2010:596).

Quadro 1: Evolução do número de sociedades criadas, 1864-1931

Antes	1864	1871	1881	1891	1901	1911	1921	Soma
	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1931	
5	6	13	29	27	72	178	145	475
1,05%	1,26%	2,74%	6,11%	5,68%	15,16%	37,26%	30,74%	

Escassa especialização e hesitações terminológicas

Dentre os ramos de atividade de maior relevância económica, contam-se as seguintes:

- indústrias alimentares (secagem e salga de bacalhau, conservas, laticínios, moagem de cereais e torrefação de chicória);
- indústrias da madeira (serração, carpintaria, construção naval, tanoaria e pasta de papel);
- as indústrias cerâmicas e vidro (porcelana, louça doméstica, cerâmica de construção e abrasivos);
- indústrias metalúrgicas (ferragens, fundição e mobiliário metálico).

Predominam as indústrias alimentares (185 sociedades: 39%), as indústrias da

madeira (89 sociedades: 18,7%) e as indústrias cerâmicas e vidro (45 sociedades: 9,5%). No conjunto, os três grupos representam quase 70% das 475 sociedades. Esta produção, esmagadoramente dependente de matérias primas (e de mercados) locais, dita a estrutura do comércio local. Só a preparação do bacalhau exigia a procura distante de matéria prima. O comércio grossista, maioritariamente com sede em Ovar, tem, no negócio de cereais e de produtos hortícolas (39 sociedades), vinho (39 sociedades), madeiras (15 sociedades), caulinos (8) e carne de bovinos, os ramos mais lucrativos. O êxito meteórico da torrefação da chicória chega a determinar alterações na utilização dos campos e dos preços da mão de obra feminina. Mas por num período muito breve.

Uma das maiores dificuldades sentidas no estudo económico e social do espaço geostórico considerado reside na escassa especialização de quase todas as atividades. A sazonalidade de muitos ramos do setor primário determinava a sazonalidade das atividades industriais e comerciais afins. O comércio de «porta aberta» ainda era reduzido: dominava o pequeno retalho, que se fazia predominantemente em feiras e mercados. As fábricas vendiam diretamente ao consumidor. Era frequente um trabalhador ter várias ocupações ao longo do ano e em espaços geográficos diferentes. O mesmo se passava em algumas empresas industriais de maiores dimensões. As empresas de cerâmica doméstica e decorativa tiveram de produzir azulejos de revestimento para poderem sobreviver. As empresas da pesca do bacalhau usavam os navios para o comércio marítimo durante uma parte do ano e, algumas, dedicavam-se também à construção naval.

Parece haver uma relação estreita entre essas características e a natureza jurídica das sociedades. E como se pode ver no Quadro 2, que se reporta apenas às indústrias transformadoras, o número de sociedades por quotas e de sociedades anónimas – onde a especialização é maior – representa apenas perto dum terço do total. A paisagem industrial ainda era dominada pela oficina.

Quadro 2: Natureza jurídica das sociedades e empresas em nome individual 1864-1931

Designação jurídica das atividades	ENI	SCI	SNC	SQR		SAR	Soma
				L	L		
Indústrias extrativas	–	–	1	–	–	–	1

Indústrias alimentares	56	3	63	54	4	184
Indústria têxtil	4	2	14	–	–	21
Indústria do couro	–	–	5	4	1	10
Indústria da madeira	13	–	50	22	1	87
Indústrias de pasta e de papel	8	3	13	4	3	34
Fabricação de produtos químicos	8	–	4	5	1	18
Vidro, cerâmica e abrasivos	11	9	19	14	1	45
Indústria metalúrgicas	36	–	14	20	–	72
Fabricação de mobiliário metálico	2	–	1	–	–	4
Total	138	20	183	123	11	475
Percentagem	29,1	4,2	38,5	25,9	2,3	100

Legenda: ENI – Empresa em Nome Individual; SCI – Sociedade de Capital e Indústria; SNC – Sociedade em Nome Coletivo; SQRL – Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada; SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada.

A falta de especialização nota-se igualmente nas designações e descrições dos pelouros e cargos de direção: contei cerca de 700 «gerentes», mas a palavra «gerência» adjetivada surge em número também elevado: «gerência administrativa», «gerência comercial», «gerência técnica», «gerência geral da sociedade», etc. Algumas empresas chegam a ter mais do que um «gerente». O «gerente» torna-se dominante nos anos 1920, mas as suas funções variam de forma extraordinária, nas descrições notariais. Com a palavra «administrador» surgem 25 variantes: «administração e gerência», «administração e caixa», «administração e escrituração», «administração e fiscalização», etc. Mas há, também, os «diretores», com diversas variantes («diretor delegado», «diretor gerente», «diretor técnico», «diretor comercial», etc.), e os «caixas», os «caixas gerentes» e os «guarda-livros». Certamente porque a oferta privada era limitada, desde o início do século XX que a Associação Comercial de Aveiro pressiona o Governo para a criação dum curso de comércio. Em 1914, é criado o Curso Elementar de Comércio, na Escola de Desenho Industrial, fundada em 1893, que passa a denominar-se Escola Industrial e Comercial de Aveiro, em 1924 (RODRIGUES, 1996: 9).

Quatro grupos de empresários

Este empresariado compreende basicamente cinco grupos, embora as fronteiras sejam fluidas:

1. os artífices que se tornam industriais;
2. os que dão continuidade aos negócios da família;
3. os que mudam de profissão ou mantêm mais que uma atividade;
4. os «negociantes» e «comerciantes».

Do primeiro grupo fazem parte homens como os serralheiros de Águeda, Joaquim Valente de Almeida e Francisco Rodrigues Canário (RODRIGUES, 2004); o serralheiro Augusto Martins Pereira, fundador da Metalurgia ALBA, que trabalhou em Lisboa e nos EUA; os pintores cerâmicos Manuel Pedro da Conceição e João Aleluia; o serralheiro Adelino Dias Costa, fundador da empresa de mobiliário metálico ADICO (1923). São todos sócios das empresas que fundaram, com quotas de valor inicial reduzido. Diferentemente, o ceramista João Pereira Campos tornou-se empresário depois de sair da Escola de Desenho Industrial de Aveiro. António de Brito Pereira de Resende, que fundou a primeira fábrica portuguesa de abrasivos depois de regressar do Brasil, teve de se associar a dois «negociantes» para obter financiamento. São exemplos locais de *self-made men*.

O maior número de empresários do segundo grupo verifica-se no comércio. Nas indústrias estacam-se Domingos e Duarte Ferreira Pinto Basto, da família Vista Alegre, e Domingos Pereira Campos, o mais importante empresário de cerâmica de construção da região.

No terceiro grupo é muito heterogéneo: o mestre de obras Manuel Homem Cristo tornou-se industrial de moagem; o médico Amadeu Tavares da Silva, ligado à indústria cerâmica, é fundador da empresa de conservas Salineira, Lda.; o médico José Maria Soares, fundador duma importante empresa de moagens, em Ovar; o major Carlos Gomes Teixeira fundou uma importante empresa cerâmica, em Aveiro. Diferentes são os casos de António Henriques Máximo Júnior e Egas Salgueiro. O primeiro, filho dum negociante ligado ao comércio marítimo, investe na pesca do bacalhau, na cerâmica, na construção naval, no comércio de cereais, na moagem, nas conservas e na banca: é um dos fundadores do Banco Regional de Aveiro (1920-1967). O segundo, filho dum

importante prestamista, é um dos primeiros gestores modernos, um líder desta região; dirigiu uma empresa de moagem, o Banco Regional de Aveiro, mas ganhou notoriedade na pesca do bacalhau.

O quarto grupo, o dos negociantes, comerciantes, «proprietários» e «brasileiros», como o Visconde de Salreu, ou os irmãos Oliveira Santos, é o mais numeroso. Reúnem com frequência as três funções. Avultam nomes como os do negociante Albino Pinto Miranda, António Soares Pinto, da Fábrica de Moagens de Ovar, Carlos Melo Guimarães da Fábrica de Louça da Fonte Nova, os irmãos António e João Maria Ferreira, padeiros e negociantes que vieram a tornar-se empresários da Fábrica de Lixa Luzostela. Foi este grupo que mais arriscou. No conjunto, dos 2937 indivíduos que integraram as sociedades recenseadas, 876 (29,83%) participaram em duas ou mais sociedades, como mostro no Quadro 3. Pertenciam, esmagadoramente a este grupo, mas também há industriais que reinvestem no mesmo ramo de negócio.

Quadro 3: Número de participações nas diversas sociedades

Participações	N.º	%	Participações	N.º	%
Com 1	2061	70,14	Com 6	2061	0,47
Com 2	494	16,82	Com 7	494	0,54
Com 3	183	6,23	Com 8	183	0,30
Com 4	94	3,20	Com 9	94	0,10
Com 5	52	1,77	Com 10	52	0,27

Concluindo

Estamos perante um grupo muito numeroso e heterogéneo que se destaca numa paisagem empresarial masculina, marcada oficinas que não chegaram a ser fábricas, pelo negócio não especializado. Predominava a pequena empresa, sem capital, nem equipamento técnico moderno, amarrada às contingências da empresa familiar. Mesmo nas sociedades por quotas, as estratégias familiares são decisivas. Neste ambiente, não há espaço para o empresário. Mesmo assim, a produção e as trocas visavam geralmente um mercado de proximidade. Exportava-se apenas conservas, pasta de papel, minério, madeira, cortiça e citrinos. Alguns produtos, como a porcelana, a faiança fina, os

azulejos decorativos e de revestimento, os ovos moles, a lixa, algum fogo de artifício e, fugazmente, sal empacotado, seguiam pontualmente para Espanha, Brasil e mercados coloniais. Havia mão de obra estrangeira em algumas destas atividades, mas apenas numa empresa, a Companhia de Curtumes de Antuã, SARL (1922), um estrangeiro – o engenheiro espanhol Juan de Guinea – assume cargos de direção.

A I Guerra Mundial introduz mudanças significativas, mas ainda se estava longe do moderno capitalismo de ações. A modernidade empresarial é, aqui, assinalada pelas sociedades por quotas, responsáveis pelos principais avanços desta industrialização incipiente, distante do modelo clássico. Mesmo assim, estes empresários, com os seus produtos e serviços, são decisivos para uma alteração profunda dos estilos de vida, para a construção duma ideia de urbanidade que a cidade do século XIX desconhecia. Este aspeto põe em relevo a *dimensão integradora* do modelo de Parsons e Smelser (Lisboa, 2002: 298-299) sobre o papel da empresarialidade no desenvolvimento económico.

Bibliografia

DINIS, A., &USSMAN, A. M. (2006), “Empresarialidade e empresário: revisão dliteratura”.*Comportamento Organizacional e Gestão*. 12(1), p. 95-114. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/cog/v12n1/v12n1a06.pdf>

GINZBURG, C. (1991), *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel.

LISBOA, M. (2002), *A indústria portuguesa e os seus dirigentes*, Lisboa, EDUCA.

RODRIGUES, M. F. (2010), *Empresas e empresários das indústrias transformadoras na sub-região da Ria de Aveiro, 1864-1931*, Lisboa, FCT e FCG.

RODRIGUES, M. F. (1996), “As elites locais e a Escola Industrial e Comercial de Aveiro, 1893-1924”. *Boletim Municipal de Aveiro*. 28, p. 9-46.

RODRIGUES, M. F. (2001), “*A lenta emergência da empresa e do empresário na construção naval, em Aveiro e Ílhavo, no início do século XX*”. XXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Braga.

RODRIGUES, M. F. (2004), “A indústria de ferragens de Águeda. Contributo para o seu estudo histórico”. *Revista do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX*. 4, p. 391-410.

STONE, L. (2011), “Prosopography”. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39), p. 115-137. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782011000200009&script=sci_arttext&tl

ng=es

VERBOVEN, K., CARLIER, M., DUMOLYN, J. (2007), “A short manual to the art of prosopography”. In Keats-Rohan K. S. B. (Ed.), *Prosopography Approaches and Applications. A Handbook*, Oxford, Unit for Prosopographical Research, Linacre College. Disponível em <http://prosopography.modhist.ox.ac.uk/images/01%20Verboven%20pdf.pdf>

Os textos da Internet estavam disponíveis em 30 de junho de 2012.

Palmela: chão que dá uvas (1945-1958)

Cristina Prata

Câmara Municipal de Palmela

Palmela, em pleno Estado Novo, vive, à semelhança de outras regiões do país, sustentada na vitivinicultura. Neste sentido, considerámos importante perguntar: Qual a expressão das culturas da vinha e do vinho, tanto no território como na vida das gentes?

A resposta é procurada neste artigo, onde mediante um exercício de contextualização e análise de fontes caracterizamos os produtores de uva e de vinho, para lhes achar tanto a dimensão, como a condição.

No dia 27 de Janeiro de 1955, quando a intensidade das chuvas, deixaria, dia após dia, centenas de trabalhadores sem jorna, aguardando, em casa ou nas tabernas, o estio e o chamamento do patrão, a imprensa local acentua os motivos da preocupação, afirmando

“Há terras e aglomerados populacionais para os quais o vinho é o seu problema próprio porque ele constitui a sua maior e principal riqueza e dele depende toda a sua independência e prosperidade (...).” (A Voz de Palmela, 27.01.1955:1,2).

Neste período, o problema já não é apenas a condição de vida do trabalhador agrícola, tantas vezes tratada, mas a sustentabilidade do próprio sector vitivinícola local, face às condições adversas impostas a todos quantos se dedicam a esta cultura. Preço baixo das uvas e dificuldade de escoamento do vinho.

Sobre os estudos de apoio e as próprias fontes utilizadas importa dizer que, excepção feita para a região do Douro, o panorama historiográfico nacional revela escassez de estudos específicos sobre vitivinicultura. Cenário onde são excepções autores como Orlando Simões (2003, 2006), que trata as política vitivinícolas no Estado



Pesagem das uvas com balança de pilão, Palmela, 1945. Autor: Ruy Emygdio Guedes Salgado.

Fonte: (Salgado, 1945)

Novo em Portugal, Dulce Freire (1997, 1999, 2006), cuja obra trata este mesmo período, nomeadamente a crise dos anos 30 na região do Oeste, e Conceição Pereira (2007), dedicada à acção da Junta Nacional do Vinho/Instituto da Vinha e do Vinho. Para esta escassez de estudos concorrem factores como a dispersão da documentação dos diferentes institutos e ministérios que ao longo do tempo tutelaram a agricultura e a ausência de tratamento dos fundos documentais existentes, munindo-os com recursos que permitam a sua consulta ou sequer o seu conhecimento. São também raras as empresas que dispõem de arquivo histórico e mesmo quando este existe, poucas vezes se encontra organizado. O Arquivo Histórico do Instituto da Vinha e do Vinho, essencial à escrita da História do vinho em Portugal no período contemporâneo, não se encontra tratado, nem acondicionado em espaço que permita a sua consulta, ou sequer a devida conservação do seu insubstituível espólio. Exemplos felizes são projectos como o tratamento do arquivo da Empresa José Maria da Fonseca (Azeitão), em desenvolvimento pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), coordenado por Conceição Andrade Martins¹⁴⁵ e o acondicionamento e gestão do arquivo da “Casa do Douro” e de algumas “Quintas”, pela Fundação Museu do Douro.

Relativamente à cultura da vinha e do vinho foram instrumento relevante os “*Relatórios de Tirocínio*”, dos estudantes dos “Cursos de Engenharia Agronómica”, da Escola Superior Agrária de Évora e do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, os Relatórios da União Vitivinícola do Moscatel de Setúbal, em depósito no Instituto da Vinha e do Vinho.

Apesar da riqueza de todas as fontes aqui descritas, sobretudo os *Inquéritos* e os *Estudos de Caso*, produzidos no âmbito do Plano de Fomento Agrícola pelos técnicos da Junta de Colonização Interna, disponíveis nas diferentes bibliotecas e arquivos do Ministério da Agricultura, foram as memórias de quem estes documentos falam, que melhor nos deram a conhecer e sentir a vida aqui em análise.

Espaço e Tempo

Palmela é um concelho localizado a sul do Tejo, no Distrito de Setúbal. Dispõe de um território com 459 km² de superfície que, nos finais da década de 40 se encontra

¹⁴⁵ Sobre este projecto consultar Martins, 2007.

dividido pelas freguesias de Palmela, S. Pedro de Marateca, Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

Ao seu redor, a norte os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Benavente; a sul, Setúbal; a nascente Alcácer do Sal, Montemor-o-Novo e Montijo e a poente Seixal e Setúbal. Concelhos vizinhos que, sendo alguns igualmente rurais e outros já urbanos, mantêm entre si relações de dependência, movimentos de idas e vindas, fluxos e refluxos de gentes e bens, cuja influência, não estando aqui em análise, será naturalmente determinante para o desenvolvimento deste lugar.¹⁴⁶ Aliás, a proximidade com Setúbal, Almada, Montijo, Moita, Barreiro e Almada que, em 1930, se encontram entre os lugares do país com índices de densidade populacional mais elevada não pode ser indiferente (Girão, 1941).

Nas décadas de 40 e 50 tem um chão de 459 km², com cerca de 17.792 ha de terra que “dá” uva, ocupando 71% do solo agrícola. Aqui trabalham 2.620 viticultores e mais de uma centena de milhar de braços que, durante o ano agrícola, acodem às diferentes exigências da videira. Deste fruto vivem 1.949 vinicultores. Uns e outros vivendo sujeitos às imposições do seu tempo, do seu espaço e da sua condição.

No tempo, as heranças de um percurso longo, trilhado desde meados do século XIX, que parte e reparte a terra, colocando-a a produzir. Não, não se trata aqui da colonização interna tão proclamada e defendida, que se instituiria por decreto, mas da “espontânea” que aqui foi acontecendo, apenas por força da vontade. Para uns, de rentabilizar a terra que possuem, dando-a em arrendamento, para outro, muitos, a necessidade de ter um chão, que os proteja dos magros vencimentos do trabalho das jornas ou do sempre presente drama do desemprego.

Em Palmela, como no restante país, a vinha difunde-se com vigor, sobretudo a partir do séc. XIX.

A videira, sendo generosa com a natureza, expandindo-se até onde o clima é mais inóspito ou a terra mais pobre, é exigente com as pessoas, impondo-lhes um ano cheio de muitos e rigorosos trabalhos. É, por isso, uma das principais fontes de salários.

Chegados à década de 40 e 50, a economia vitivinícola apresenta os males de que já padece desde meados do século XIX: falta de organização na produção e no comércio,

¹⁴⁶ Sobre as características de cada um dos concelhos durante o Estado Novo consultar: *O Distrito de Setúbal, Breve resenha Histórica*, 1966.

de onde deriva o excesso de produção de vinho (de má qualidade) e a dificuldade de escoamento. Tal situação, ou a “questão vinhateira”, não é tranquila. De “crise em crise”, utilizando a expressão de Dulce Freire (1997:11), trazidas frequentemente, ora pelo excesso de produção, ora pela dificuldade de escoamento, a vinha e o vinho seguem como culturas protegidas face à importância económica e social que detêm.

Em 1955 a imprensa local, face aos problemas nacionais do sector vitivinícola, sublinha a importância primordial que a uva e o vinho detêm neste território, questionando: “*o que seria de Palmela, pois, e como se viveria aqui se não fora os seus extensos vinhedos, onde quase permanentemente todos empregam a sua actividade?*” (*A Voz de Palmela*, 27.01.1955:1, 2).

Em Portugal, nas décadas de e 40 e 50, são postas em marcha medidas reguladoras com vista à auto-suficiência nacional, nomeadamente do sector agrícola, e é anunciada, no I Plano de Fomento (1952-58), a ambição da industrialização, à qual a lavoura deve submeter-se.

Período que se constitui historicamente como um momento de chegada, mas igualmente de partida. Chegada de um percurso longo, iniciado na segunda metade do século XIX, altura em que se assiste neste território a um intenso movimento de arroteamento dos solos, por força de um política nacional de fomento da exploração da terra, que agora se acha cumprida. Partida, já que com a década de 60, e mediante execução do II Plano de Fomento (1959-964), chega ao distrito de Setúbal a assertiva expansão e consolidação da indústria permitindo que muitos, antes ocupados com a lavoura, sigam agora o caminho das fábricas.

Estudar este período de “espera”, habitado por uma mão-de-obra agrícola, com fome de terra, mas sobretudo de trabalho, dos proprietários, por essa mesmas causas, ainda resistentes à mudança e do poder político sempre tentado a “apaziguar”, para fazer “durar”, permite-nos entender as reacção locais às medidas agrárias do Estado Novo, mais conhecidas num plano nacional.

Já avançando na resposta à questão inicial, adianto que tinham razão todos os que, na imprensa local, alertam para os perigos da continuidade das “crises do vinho”, não exageram os que não vislumbram uma estabilidade económica e social que não

passa pelo apoio ao sector vitivinícola, nem tão pouco são irrealistas os que temem o aumento do desemprego, por força do crescimento da floresta.

Utilização do solo: formas e normas

Neste período, 22.731 ha, 50% do território, mostra um rendilhado de pequenas courelas, fruto de arrendamentos, na sua maioria, já remidos. Em cada uma delas a presença de casas acanhadas rodeadas, sempre que existe água, por hortas e pomares, mas também, e sempre, independentemente das características do solo, de fileiras de videiras. Pequenas manchas de vinha, tratadas por “pequenos” e “pequeníssimos” proprietários, que unidas transformam o território concelhio num vastíssimo vinhedo. Aqui vive a maioria a população, dependente das uvas que possam vender e ou vinificar.

Neste tempo, a presença também de grandes herdades lembrando o passado da gestão da terra e os seculares latifúndios que ocupam ainda, 21.669 ha, ou seja 47% do solo. Referimo-nos às herdades de Rio Frio, Zambujal, Algeruz, Casa Palmela, Quinta da Torre. Antigas, extensas, produtivas e importantes fontes de salários. Aqui já não é a vinha que impera. Evidenciando já os sinais da mudança que haverá de ocorrer, os seus proprietários revestem estas terras de pinhais, montados e eucaliptais, preparando-se para a implantação assertiva da indústria que se apressa em chegar.

Hegemonia do vinho

Neste cenário, a agricultura, com 24.940 ha (54%) e a floresta, 20.509 ha (45%) disputam a ocupação do solo. O vinho, como sector protegido, pesem embora as limitações do plantio, alimenta a motivação para a plantação de videiras; o arroz, bastante lucrativo, invade os vastos paus e a importância económica da madeira e da cortiça estimula a manutenção e a instalação de grandes manchas de pinhal e montado de sobreiro. Mas, se a floresta e o arroz ganham espaço na grande propriedade, é a vinha que está presente nas pequenas courelas e na vida de quem as trabalha, sempre dependente também das condições do espaço.

A instabilidade do sector e as flutuações do preço do vinho, lesam, em primeiro lugar, o pequeno viticultor que não tem outra opção que não seja aceitar o preço que o comprador entende ser o certo e o possível.

Todos os anos, após a vindima, a uva é vendida directamente ao fabricante do vinho, que vinifica de sua conta. Segundo o *Inquérito Agrícola e Florestal do Concelho* (1951) “*este pode ser armazenista, oportunista, ou mesmo outro viticultor*”. Os pequenos viticultores sem capacidade de vinificar, sujeitam-se aos preços que os comerciantes entendem ser o mais justo. A vinha cumpre um significativo papel social de dar emprego, mas o pequeno viticultores vende o fruto do seu trabalho, ano, após ano, quase sem lucro, perpetuando a sua antiga condição de carência e fragilidade.

Como recorda Jaime Caldeira, adegueiro:

*“davam pouco dinheiro pelas uvas (...). Outras vezes nem ofereciam, a gente vendia as uvas, depois eles mandavam apanhar todos os anos e depois eles é que marcavam o preço (...). Diziam: - Este ano correu X e a gente tinha de se sujeitar.”*¹⁴⁷

Vinificar evitaria tal vulnerabilidade e prejuízo, mas construir e equipar uma adega é projecto a que apenas 555 dos 2.620 viticultores puderam aspirar. A escassez de lucro do pequeno viticultor não lhe permite tal investimento ou risco.

O vinho é produzido, principalmente, por pequenos e médios produtores (87%) que dependem igualmente de intermediários para escoar as suas produções privando-os do lucro que poderiam ter. Os desequilíbrios do mercado vão causando os seus danos e fazendo aumentar o coro dos que acreditam na solução do cooperativismos. Nas memórias de Duarte Matos Carvalho, comissionista de vinhos: “*Fez-se a adega cooperativa para salvar os agricultores (...). Os armazenistas de vinhos, ninguém queria que se fizesse a adega cooperativa, porque iria roubar o lucro (...). Houve uma meia dúzia de lavradores (...) que se puseram à cabeça e faz-se e faz-se... e fez-se mesmo.*”¹⁴⁸

Em 1958 é inaugurada a Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal, já com 50 associados.

¹⁴⁷ Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

¹⁴⁸ Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Últimas considerações

Neste contexto, para os grandes proprietários, a condição da posse da terra é a continuidade de uma herança e a possibilidade de viver com o desafogo, que vai sendo permitido, quer pela política de baixos salários e estabilização dos preços dos produtos agrícolas, quer pela manutenção da antiga estrutura fundiária. Refiro-me, sobretudo, aos proprietários das grandes herdades.

Para os pequenos proprietários, ter terra significa por um lado uma bênção, porque uma conquista de algo que há muito lhe foi negado, mas também um castigo e uma escravatura, que mesmo em momento de maior precariedade o aprisiona à sua condição. Se têm agora um solo a que podem chamar seu, e onde esgotam todas as horas livres do trabalho do patrão, este não o sustenta. Constituem os “pequeníssimos” e os “pequenos” viticultores e vinicultores a quem os apoios da Junta Nacional do Vinho não chegam, nem socorrem as esperanças da cooperação. São estes trabalhadores que perpetuam o rosto do território e de quem falam tantos estudos que classificam de “atrasada” a agricultura no Estado Novo. Mas que outras alternativas existem?

A terra é escassa, não pode retribuir em fruto e abundância, o que tanto o viticultor lhe ofereceu em esforço, votando-o à dependência das jornas dos proprietários das terras vizinhas. Mas há muita gente, demasiada, e escassez de trabalho tanto na terra, como fora dela.

A uva, tão exigente em tratamentos e mão-de-obra, é vendida quase sem lucro. Mas será opção arrancar uma vinha à qual se dedicou dezenas de anos, quem sabe diferentes gerações, de muitos e zelosos cuidados? E se no ano seguinte a situação melhora? Arrancar, para voltar plantar o quê? Mesmo quando a vinha dá escasso lucro, é sempre mais vantajosa que deixar improdutiva uma terra na qual tanto se investiu, e que pouca capacidade tem para o desenvolvimento de outra cultura. Além disso, face à protecção estatal, o vinho encontra sempre comprador, logo as uvas, mesmo sem grande lucro, encontram o mesmo destino, garantindo o numerário de que as explorações agrícolas e o agregado doméstico carecem.

A tecnologia é escassa, mas é também a adequado à dimensão da terra e ao nível de investimento que o seu proprietário pode fazer.

Os salários são baixos e incertos. A sazonalidade dos trabalhos impõe a sua lei e nos meses de Dezembro e Janeiro não há sequer o que fazer. Mas existe alternativa? A estrutura fundiária assentou sempre na abundância de mão-de-obra, paga com salários

baixíssimos e livres de concorrência. Perante esta situação os grandes proprietários usufruem das vantagens trazidas pelo acesso a uma mão-de-obra abundante e silenciosa.

O campesinato, sem recursos ou alternativas para esperar outra condição, entrega-se ao que conhece e precisa: terra para viver e trabalhar. Aos olhos do regime, encontra-se no lugar certo. Está agarrado à sua terra, logo mais distante das “tentações” da emigração ou da oposição frontal ao regime e mais próximo das grandes herdades, onde constitui a mão-de-obra barata, necessária aos baixos preços dos produtos agrícolas. É suposto permanecer assim.

É a realidade aqui analisada, que mantém o país num “compasso de espera” entre a “ruralidade” que agora esmorece e a “industrialização” que se apressa em chegar. Este cenário irá mudar, mas neste período, ainda é a terra, a agricultura e a vinha que, como vimos, coloniza amplamente o solo e acolhe ou “aprisiona” grande parte da população. Nos relatos de todos os agricultores, que conosco partilharam as suas memórias, igual lamento no esforço de recordar a vida aqui descrita. Em todos os discursos, variações da mesma exclamação “*Deus nos livres a todos, de um dia esse tempo regressar!*”.

Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas

A Voz de Palmela, 27.01.1955.

Inquérito Agrícola e Florestal, Concelho de Palmela (1951), Lisboa: Plano de Fomento Agrário.

O Distrito de Setúbal, Breve resenha Histórica, 1966.

Fontes Orais

Duarte Matos Carvalho, 81 anos, Comissionista de Vinhos, Quinta do Anjo; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Jaime da Silva Caldeira, 77 anos, Trabalhador Rural, Cabanas; Entrevista a Cristina Prata/Museu Municipal de Palmela, 2010.

Bibliografia

BAPTISTA, F. Oliveira. (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto: Edições Afrontamento.

BAPTISTA, F. Oliveira. (1996), “Declínio de um Tempo Longo”, in *O Voo do Arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.

CALDAS, E. de Castro. (1991), *A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos*, Lisboa: INIC.

FREIRE, Maria Dulce. (1997b), *Produzir e Beber. A vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)*, dissertação para obtenção do grau de Mestre em História dos Séculos XIX-XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GIRÃO, A. de Amorim. (1941), *Atlas de Portugal*, Coimbra.

LAINS, Pedro. (2003), *Os Progressos do Atraso, Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MARTINS, Conceição Andrade. (1998), “José Maria dos Santos, Contributos para a História da Associação Central da Agricultura Portuguesa”, in *Lavoura Portuguesa, 1997-1998*, Associação Central da Agricultura Portuguesa.

MARTINS, Conceição Andrade. (2007), *Importância das empresas familiares para a História Económica e Social : o Arquivo Histórico da José Maria da Fonseca Suc*” (em col com Ana Fernandes Pinto e Rita Almeida de Carvalho), 2º Congresso Internacional de Arquivos Empresariais. Arquivos de Empresa fontes para a História económica e social, Lisboa, Núcleo de Estudos de História Empresarial.

MARTINS, J. Silva. (1973), *Estruturas Agrárias em Portugal Continental*, Vol I, Lisboa: Prelo.

PEREIRA, Maria Conceição. (2007), *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937 – 1986)*, Dissertação apresentada à Universidade Aberta para a obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património, Lisboa.

SIMÕES, Orlando. (2006), *A Vinha e o Vinho no Século XX*, Oeiras: Celta Editora.

O património industrial da moagem portuguesa do século XX

Rui Maneira Cunha

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

IAP – Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade do Algarve

Introdução

O percurso histórico da *Empreza de Moagem do Fundão, Ld.^a* – que tivemos oportunidade de estabelecer nas tarefas de registo e salvaguarda, que executámos antes das obras de remodelação que a adaptaram a equipamento cultural – levou-nos a procurar conhecer a atual condição das congéneres que laboraram em Portugal Continental, assim como a esboçar a situação deste património industrial.

Para isso, efetuámos o reconhecimento das fábricas de maior dimensão e capacidade produtiva existentes em meados do século XX, percorrendo o país, entre Setembro de 2009 e Maio de 2010.

A situação atual das fábricas de moagem portuguesa do século XX

O modo mais direto de fazer o ponto de situação do património industrial das fábricas de moagem portuguesas, consistirá em acrescentar uma fotografia atual, a cada uma das fábricas que ilustram, no Boletim que assinalou o XXV aniversário da Federação Nacional dos Industriais de Moagem (FNIM), a evolução deste sector, em dois momentos: 1934 e 1959.

A exceção, ao duplo registo fotográfico constante no *Boletim*, foi a fábrica das Moagens Associadas, SARL, que se encontrava em construção, no ano de 1959, e, por isso, surge representada por um desenho perspéctico do projeto e uma imagem da obra. Esta unidade está hoje abandonada e sem qualquer futuro previsível.

As figuras, patentes na publicação comemorativa do quarto de século da FNIM, permitem fazer uma caracterização geral da evolução exterior das fábricas. Se em duas delas a única divergência, entre 1934 e 1959, é a posição em que a fotografia foi captada, na maioria dos casos, a principal diferença é o evidente aumento da capacidade de ensilagem, destacando-se, das construções pré-existentes, os novos volumes dos silos.

A recolha do cereal foi uma questão premente no princípio da década de 1950, pois a FNIM, no ano de 1952, teve de armazenar 68.563 toneladas de trigo importado em celeiros e silos arrendados. Com apoios financeiros que estimularam o aumento da ensilagem, em 1957, estavam terminadas, em construção ou projetadas, 35 baterias de silos com capacidade superior a 118.166 toneladas, correspondente a um investimento de 107.116 contos (Machado, 1957: 16-17).

Mas, além da construção de novos silos em betão armado, o aperfeiçoamento técnico e modernização da indústria de moagem passou pelo reapetrechamento das fábricas de farinha, pelo menos nas de maior dimensão. No final da década de 1950 e início da seguinte, estas unidades trocaram as máquinas, em grande parte construídas em madeira, instaladas até aos anos 20, por equipamentos de nova geração, onde predominava o metal e o vidro, mais resistentes ao desgaste e ao fogo, ao mesmo tempo que cumpriam melhor as regras fitossanitárias e higiénicas, adotando o sistema pneumático, para a movimentação do cereal e dos produtos da moagem (Rezende, 1959: 56).

A avaliação da situação deste património industrial, foi feita pelo reconhecimento *in situ* das moagens constantes em duas listagens: uma de 1957, e outra efetuada doze anos depois. No quadro de síntese que elaborámos para caracterizar a atual condição deste conjunto, considerámos as setenta e seis fábricas e a divisão por Grémios, referindo as dez unidades, entretanto, suprimidas e adicionando, à lista, as duas que surgiram até 1969.

Situação actual das fábricas descritas por Joaquim de Sousa Machado, em 1957, e por Carlos Henrique M. R. Gomes Ferreira, em 1969.

Grémio do Porto

Activa	Encerrada (com ou sem Máquinas.)	Devoluta ou em Ruína	Demolida	Novo Uso
A Industrial da Trofa, Ld. ^a				
Amorim Lage - <i>Cerealis</i>				
Carneiro, Campos & C. ^a				
C. ^a Moagem Harmonia (Grupo Cerealis)				Hoteleiro – Pousada do Porto (edificio oitocentista da Moagem Harmonia)
	Electro-Moagem do Marco, Ld. ^a C/Maq.			
		Empresa Industrial União		

			Fabricas Moagens do Marco/NATAN (Rações animais) Demolido o edificio inicial	
	Manuel da Costa e Silva & Filhos, Ld.ª, Vilar do Pinheiro, Vila do Conde. C/Maq.			
Moagem Cérés de A. Figueiredo & Irmão				
	Moagem de Gaia. S/Maq.			
		Moagem da Granja, Campanhã, Porto. (não consta em 1969)		
Moagem do Minho – Ponte de Parada, Maia / Amorim Lage (Grupo Cerealis)				
			Moagem e Panificação do Norte – (Moanor)	
			Moagem da Restauração, Porto. Novo edificio Serviços e armazém (não consta em 1969)	
Soc. Fomento Industrial / Germen				
			Soc. Industrial Victória, Porto. (Novo edificio habitacional)	
			Soc. Industrial do Vouga, Barcelos. (Mantém o edificio dos silos)	
Grémio de Coimbra				
Activa	Encerrada (com ou sem Máquinas)	Devoluta ou em Ruína	Demolida	Novo Uso
			Basilio & Carvalho, Ld.ª, Lamego / Novo edificio habitacional.	
				C.ª Aveirense de Moagens / Equipam. Cultural
		Fábrica Triunfo, de Massas e Bolachas, Pedrulha, Coimbra	Fábrica Triunfo na baixa de Coimbra	
		Fábrica Triunfo, de Rações, Pedrulha		

			Coimbra. Não consta em qualquer lista (acrescentada).	
			Sociedade Industrial Atlântica, Ovar	
				Soc. Industrial do Vouga / VougaPark (Remodelação, com muita demolição)
			Moagem de Coimbra, Ld. ^a - Moacir - Grupo Cerealis, Adémia, Coimbra (introduzida no rol de 1969)	
Grémio de Lisboa				
Activa	Encerrada (com ou sem Máquinas)	Devoluta ou em Ruína	Demolida	Novo Uso
			A Ribatejana, Lumiar, Lisboa	
				Branco, Silva & Simões, Coruche. Armazém
			Nacional / CIPC / CITC (Grupo Cerealis)	
				C. ^a Leiriense de Moagem. (Ant. Conv. S. Francisco). Comércio (em parte) e Devoluta
			C. ^a Moagem de Abrantes	
				C. ^a Moagem Lisbonense (Olivais - Lisboa)
				CUF, Barreiro / Estabelecimento de diversão nocturna (não consta em 1969).
				EMEL – Empresa de Moagem da Estremadura, Cartaxo / armazém e actividades sociais da igreja.
			Joaquim Rebelo, Gaeiras - Óbidos	
			Eduardo Artur Grilo Pereira, Alenquer	
				Manuel Mendes Godinho, Tomar - Museu da Moagem

				(Projecto)
				Manuel Nascimento Clemente, Torres Vedras. Ensino / Comércio
		Moagens Associadas, Alhandra		
		Moinhos de St. ^a Iria, Póvoa de St. ^a Iria, V. F. de Xira		
		Sociedade Industrial Aliança, Caramujo, Almada.		
			Sociedade Industrial de Vila Franca de Xira (a demolir)	
			Sociedade Industrial de Carcavelos	
		Sociedade do Ribatejo, Ponte do Reguengo, Cartaxo.		
			Sociedade Industrial Ceres – Caldas da Rainha (introduzida no rol de 1969) / ateliês de artistas e designers	
Grémio de Portalegre				
Activa	Encerrada (com ou sem Máquinas)	Devoluta ou em Ruína	Demolida	Novo Uso
		C. ^a Elvense de Moagens a Vapor		
		C. ^a Vilaboinense de Moagens (não consta em 1969)		
Empresa Industrial Bastos Ribeiro / Solimenta, Sousel				Empreza de Moagem do Fundão - Equipamento Cultural
		José Mendes Callado, Filhos, Alter do Chão (não consta em 1969)		
		Luís José Frade Caldeira, Cabeço de Vide (não consta em 1969)		
		Moagem de Crato, Ld. ^a		
			Moagem de Portalegre	
			Nova Empresa de	

Moagens de Castelo Branco				
Soc. Industrial, Ld. ^a , Ponte de Sor - Equip. Cultural (não consta em 1969)				
União Industrial Campomaiorense (não consta em 1969)				
Grémio de Évora				
Activa	Encerrada (com ou sem Máquinas)	Devoluta ou em Ruína	Demolida	Novo Uso
Abranches, Filhos, Silva & Guimarães, Vendas Novas				
C. ^a de Moagem Lisbonense, Setúbal. (Novo edifício habitacional)				
José Martins da Silva, Redondo. C/maq.				
Moagem e Electricidade / Raprosul, Arraiolos. (Rações animais)				
Soc. Alentejana de Moagem / Universidade de Évora				
SOFAL - Soc. Fabril Alentejana, Vila Viçosa. (Antigo Convento de S. Paulo)				
Soc. Ind. «Ceres», Ld. ^a , Montemor-o- Novo (não consta em 1969)				
Soc. de Lavradores José Godinho Jacob, Alcácer do Sal				
Vasques Fadista, Viana do Alentejo				
Grémio de Beja				
Activa	Encerrada (com ou sem Máquinas)	Devoluta ou em Ruína	Demolida	Novo Uso
A Electro Fabril, V. R. de St.º António. (Novo edifício habitacional)				
Companhia Industrial do Algarve, Faro (identificada, em 1969,				

		por	Moagens	
			Associadas, SARL)	
				Emygdio Lima, Mértola. Armazém Camarário (em parte)
				J. A. Pacheco, Tavira. (não consta em 1969) Antigo convento Bernardas - Adap. Habitação, proj. Souto Moura
		J. J. Palma Borralho, Cuba. C/Maq.		
				José Mendes Carvalho & Sobrinhos, Vidigueira. (Novo edifício habitacional)
		Moagem Louletana. S/Maq. (não consta do rol de 1969).		
			Moinhos de Santa Iria, Beja	
		Soc. Ind. Alentejo e Sado (SIAS)		
				Prazeres & Irmão, Suc, Castro Verde. (Equip. Cultural e Habitação)
	15	6	23	16
	Activas	Encerradas (com ou sem maq.)	Arruinadas	Demolidas
				Novo Uso

Fonte: MACHADO, Joaquim de Sousa, *Relatório da Indústria de Moagem*, do II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957, quadro intercalado entre pp. 16-17, e FERREIRA, Carlos Henrique M. R. Gomes, no relatório identificado como n.º 11/1969, *Determinação da localização e dimensão das Indústrias de Moagem Espoadas*, Instituto Nacional do Pão [policopiado]. *Mapa 1 – Localização das Fábricas de “Moagem de Trigo Espoadas”*, p. 36.

Das que registámos, quinze prosseguem a atividade industrial. As de pequena dimensão – como a Industrial da Trofa, a de Joaquim Rebelo, de Gaeiras, Óbidos, a de Eduardo Artur Grilo Pereira e a Solimenta – Empresa Industrial «Bastos Ribeiro», terão dificuldades em se manter. A Moagem e Electricidade de Arraiolos adaptou-se à alimentação animal e alberga a Rapsul – Fábrica de Rações, SA. As de média e maior dimensão foram-se reestruturando e modernizando, principalmente na década de 1990. É o caso da SIAS – Sociedade Industrial Alentejo e Sado, Ld.ª; a Abranches, Filhos, Silva & Guimarães; a Moagem Ceres, A. de Figueiredo & Irmão, SARL; a Carneiro

Campos & C.^a, Ld.^a; a Germen, Moagem de Cereias, SA; bem como as agrupadas na Cerealis, que constituem a principal força produtiva e hegemonomizam o sector, desde o final do século XX.

Na origem da Cerealis esteve a empresa Amorim, Lage, Ld.^a, fundada, a 8 de Fevereiro de 1919, por José Alves Amorim e Manuel Gonçalves Lage, em Águas Santas, Maia, Porto (<<http://www.cerealis.pt/sgps/historia.php>>). Face às profundas alterações que se anteviam para o sector das farinhas, decorrentes da adesão de Portugal à União Europeia, a Amorim Lage, Ld.^a, no princípio da década de 1980, empenhou-se na renovação, ampliação e actualização tecnológica nas suas unidades industriais. Sob a designação de Amorim Lage, SA e após a liberalização do mercado dos cereais, em 1991, esta empresa teve um percurso de crescimento e aquisição que, culminou, em 1997, com o controlo maioritário da *Harmonia* e, já como Amorim Lage, Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), com a aquisição, em 1999, da *Nacional*. Assim, juntou à *Milaneza* e *Concordia*, que detinha, as duas principais marcas e moagens oitocentistas do Porto e de Lisboa.

Em 2005, o grupo Amorim Lage reestruturou-se, originando a Cerealis, SGPS, SA, que factura 165 milhões de euros por ano e mantém 611 colaboradores nos centros de produção na Maia, Trofa, Coimbra e Lisboa. Estes têm sido sujeitos a sucessivas remodelações e aumentos de capacidade de produção (<<http://aeiou.expresso.pt/cerealis-cozinha-mega-aletria-de-natal=f618318>>). A Cerealis chegou ao topo do seu sector de actividade e é um dos maiores grupos económicos portugueses, adivinhando-se que assim permanecerá quando for assinalado o centésimo aniversário da pequena moagem que a originou.

No grupo das fábricas que se encontram encerradas e em melhor estado de conservação, contendo ou não máquinas, contam-se seis unidades.

O maior grupo, com vinte e três casos, é o das fábricas devolutas e, conseqüentemente, sem máquinas, encontrando-se os seus edificios arruinados ou devassados, há várias décadas. Nesta situação, distinguem-se, ainda, as fábricas que se encontram em pior estado estrutural, que são as edificadas em alvenaria, com estrutura interior de ferro e madeira, e que coincide com a generalidade das unidades que cessaram a sua actividade na década de 1960. As construídas em betão armado, apesar do grande abandono e degradação geral, encontram-se em condições estruturais que, ainda, permitem a reutilização do edificio. Entre elas, a Sociedade Industrial Aliança, no Caramujo, Almada, merece a nossa maior atenção.

Manuel José Gomes (1802-1881) mandou construir, no lugar do Caramujo, uma fábrica que evoluiu até se tornar numa das mais modernas e prósperas instalações destinadas à produção de farinha. Até ao incêndio que a destruiu, em 1897, e à reconstrução, concluída no ano seguinte, a história desta moagem ficou marcada por três momentos: a fundação do primeiro moinho, edificado entre 1864 e 1865; a construção da fábrica de 1872; e a implementação da terceira ampliação fabril, a mais importante, já realizada pelos herdeiros, em 1889. Esta unidade beneficiava do transporte fluvial pois tinha cais próprio – a «doca da farinha» (Flores, 1992:19-23). Já implementada sobre a liderança de António José Gomes (1847-1909), filho do fundador, a fábrica de 1889, será uma das duas únicas moagens referidas, mas não explicitadas pela comissão presidida por Elvino de Brito, que em Portugal e até 1889, tinha adoptado o sistema austro-húngaro (*Relatorio...*, 1898: 5). Possuía, então, dezoito moinhos, compressores e trituradores, de rolos de aço, para realizar a moagem progressiva. Pouco depois, terá recebido os recém-inventados *planchisters*.

A moagem da A. J. Gomes & Commandita não escapou aos acidentes que se tornaram frequentes nas grandes fábricas de farinha e, em 10 de Junho de 1897, a parte principal dessas instalações sofreu uma grande explosão, seguida de incêndio. António José Gomes tratou de reconstruir a fábrica tão depressa quanto pôde e em Outubro, de 1898, a nova fábrica já estava erguida (Santos, 1996: 282). O industrial decidiu-se pela reconstrução com um material que estava a começar a ser usado – o *cimento armado*. Desse modo e independentemente do facto de ter sido uma das mais importantes moagens de cereais portuguesas, a fábrica do Caramujo ficou, também, ligada à história da arquitectura, pois, essa reconstrução, constituiu a primeira grande obra realizada com este material em Portugal, figurando, também, entre as mais interessantes das pioneiras obras mundiais assim realizadas.

Após a reedificação foi reequipada com maquinaria fornecida pela prestigiada casa suíça de Adolphe Bühler (Flores, 1992: 44-45; Santos, 1996: 293) e retomou o lugar cimeiro que detinha entre as moagens portuguesas. Em 1918, esta fábrica passou a integrar a Sociedade de Moagem Aliança, Ld.^a e, depois, a sua sucessora, Sociedade Industrial Aliança.

Esta unidade registou, também, na década de 1960 o aumento da capacidade de ensilagem e a modernização da maquinaria do fabrico, substituindo-as por equipamentos de nova geração, adotando o processo pneumático para a movimentação

do grão e dos produtos resultantes nas várias fases do processo de fabrico da farinha (Flores, 1992: 72). Encerrou em Dezembro de 1993.

A relevância e interesse patrimonial desta fábrica levaram à classificação do edifício da moagem do Caramujo como Imóvel de Interesse Público, em 2002, e à posterior aquisição dessas instalações pela autarquia de Almada. Apesar disso, encontra-se em avançado estado de degradação.

O conjunto das dezasseis instalações já demolidas divide-se em duas situações: ou se encontra um espaço vazio expectante por nova ocupação, ou uma nova construção ocupa o lugar onde estiveram implantadas.

São, também, dezasseis os edifícios, onde funcionaram fábricas de farinha, que passaram a ter novo uso. Além da parte oitocentista, da Moagem Harmonia que, depois de ter albergado o Museu da Ciência e da Indústria do Porto, foi reconvertida em hotel, as restantes situações dividem-se entre funções de armazenamento, habitacionais, lazer, de comércio ou serviços, e socioculturais. Entre estas, devemos destacar a moagem de Tomar, A Portuguesa, que, construída em 1912, pertenceu à empresa Manuel Mendes Godinho & Filhos. Essa firma também explorava outro moinho, implementado no início da década de 1880 – A Nabantina. O conjunto destas duas moagens está integrado no projecto de construção do Museu da Levada da Ribeira da Vila, desenvolvido ao abrigo dos instrumentos e financiamentos preconizados no programa «Políticas de Cidades POLIS XXI». Estas instalações moageiras poderão ser a derradeira e melhor oportunidade de, museologicamente, fazer perdurar a memória de uma das indústrias que marcou Portugal no século XX e que tão rapidamente se desvanece.

Conclusão

A avaliação feita ao conjunto das fábricas que percorreram a primeira metade do século XX, revelou que, se até 1969 o encerramento das fábricas terá tido a finalidade de ceder quotas de laboração para com elas renovar ou implementar outras unidades, as restantes encerraram pela crise económica da década de 1980 ou, se lhe foram conseguindo resistir, tiveram o golpe final com o impacto da liberalização do sector, no início da década seguinte. Vivendo este sector industrial numa situação totalmente condicionada durante o Estado Novo, com a mudança para o Regime Democrático e após um período de transição, entre um mercado regulamentado e o obrigatoriamente liberalizado pela adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, o impacto da

concorrência, decorrente dessa abertura, fez com que grande número de fábricas de moagem se tenha extinguido, entre os finais da década de 1980 e princípio da seguinte, havendo um novo posicionamento das maiores moagens nacionais, no final do século.

Das fábricas consideradas, 20 % mantêm-se ativas, mas as de menor dimensão dificilmente prosseguirão. A situação das que encerraram varia entre a destruição total e a permanência de amplos edifícios devolutos e abandonados, num novo tipo de ruína, característico da desativação industrial, cujo destino oscila entre a demolição e a reutilização. Mais raramente, nas encerradas há menos tempo, ainda se encontram máquinas. Outras foram remodeladas adaptando-se a novos usos. Mas, independentemente da sua situação, todas elas foram ou são, a expressão material desta actividade e o testemunho da industrialização portuguesa do século XX, formando um acervo cuja importância merece ser divulgada e destacada, sendo esta a melhor forma de procurar a preservação e a memória deste património industrial.

Bibliografia

AMARAL, Luciano. (1996), «Moagem» in *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, (dir.) Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, (cord.) Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Bertrand, pp.604-607.

Boletim da Federação Nacional dos Industriais de Moagem, Número comemorativo do XXV aniversário da FNIM, ano II, n.º 8, Outubro, (1959).

FERREIRA, Carlos Henrique M. R. Gomes. (11/1969), *Determinação da localização e dimensão das Indústrias de Moagem Espoadas*, Instituto Nacional do Pão [policopiado].

FERREIRA, Jaime Alberto do Couto. (1999), *Farinhas, moinhos e Moagens*, col. Textos e Documentos, Lisboa, Âncora Editora.

FLORES, Alexandre. (1992), *António José Gomes a homem e o industrial (1847-1909)*, Almada, Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

LOUREIRO, Fernando Pinto. (1961), *A indústria da moagem ao serviço da Nação – Esboço histórico-económico*, Lisboa, Secção Anuário Comercial de Portugal.

MACHADO, Joaquim de Sousa. (1957), «Indústria de Moagem» in *II Congresso da Indústria Portuguesa – Relatório 1.2*, pp. 3-33, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa,.

Relatório da Comissão de Exame às Fabricas de Moagem, nomeada por Portaria de 9 de Abril de 1898, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

REZENTE, António Viana. (1959), «O Desenvolvimento Técnico da Indústria de Moagem de Trigo, Farinhas Espoadas» in *Federação Nacional dos Industriais de Moagem. Boletim Comemorativo do XXV Aniversário da FNIM*, n.º 8, Outubro, pp. 52-58.

SANTOS, António Maria dos Anjos. (1996), *Para o Estudo da Arquitectura Industrial na Região de Lisboa (1846-1918)*, Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea, 2 vol., Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

CIÊNCIA E HISTÓRIA DA MEDICINA

Poliomielitis y movimiento antivacunacionista en España (1955-1963)

Juan Antonio Rodríguez Sánchez
Faculdade de Medicina
Universidade de Salamanca

Reflexión sobre el estudio de los movimientos antivacunacionistas

Los estudios de los movimientos antivacunacionistas han estado condicionados por la erradicación (total o parcial) de una enfermedad infecciosa, siendo el caso paradigmático el de la viruela, por lo que se han visto influidos por una visión positivista de triunfo de la ciencia sobre posiciones críticas a la misma (LOPES, 1996). Las investigaciones clásicas en torno a las implicaciones del contagionismo y anticontagionismo para la tuberculosis o el cólera adquieren matices diferentes en una sociedad en la que la ciencia experimental ha adquirido rango de verdad. Este contexto influye en forma más o menos patente a cualquier cuestionamiento de un tratamiento o vacuna avalados por la ciencia. No obstante, los trabajos interculturales han mostrado otras aproximaciones posibles, en las que el rechazo de la vacuna manifiesta formas de resistencia con sentido político o religioso (OBADARE, 2005), cuando no un rechazo al riesgo individual en beneficio del supuesto bien de la mayoría (MOULIN, 1996).

Sin embargo, la historia presente también nos muestra en qué medida algunos movimientos alternativos en la búsqueda de la salud pueden convertirse, voluntaria o involuntariamente, en aliados de políticas sanitarias que merman los derechos de la población. Sirvan como ejemplo las políticas sobre la terapia antirretroviral llevadas a cabo en Sudáfrica, donde su presidente Thabo Mbeki auspició las teorías negacionistas del sida y el tratamiento con los complejos polivitamínicos de la influyente empresa de Matthias Rath (Goldacre, 2011); o la reciente presentación de la fitoterapia doméstica como alternativa al fármaco por parte de la ministra de Sanidad española, Ana Mato, para justificar los recortes en la cartera de servicios y la desaparición de financiación pública a más de 450 fármacos (*El País*, 28-6-2012, p. 38).

Es en esta última línea como interpretamos el movimiento antivacunacionista contra las vacunas de la poliomielitis, llevado a cabo en España durante la década de los cincuenta y hasta comienzos de los sesenta, por diversos grupos naturistas, cuya figura más representativa fue Vicente L. Ferrándiz.

El naturismo y la vacunación

Una de las formas de reacción antialopáticas adoptadas por los movimientos de salud alternativos fue la lucha contra la vacunación. Si desde el punto de vista científico el rechazo se fundamentaba en los riesgos inherentes a la inoculación, de forma agresiva, de un microorganismo (aunque estuviese muerto) en un ser vivo; desde el punto de vista social suponía la oposición a las alianzas de la forma de medicina hegemónica con el poder legislativo para imponer sus ideas a la población (WHORTON, 2002).

El movimiento naturista en España, pese a haber perdido la pujanza que llegó a tener durante la Segunda República, continuaba siendo la única vía higienista y terapéutica alternativa que gozaba de legalidad. Represión y depuración habían acabado con las corrientes masónicas y libertarias para afianzar a los sectores católicos reaccionarios del vegetarianismo naturista. El ejemplo más claro sería el del ascenso del presbítero y médico Joaquín García Roca en los años cuarenta, junto al que podrían referirse las figuras de Vander, Ferrándiz y Palafox. Su carácter afín al régimen franquista quedaba de manifiesto con la tolerancia de que gozaron en los años cincuenta para la creación de asociaciones (máxime cuando aún no se había promulgado la Ley de Asociaciones de 1964 y habían de adaptarse al restrictivo decreto de 1941) como las Peñas Vegetarianas de Barcelona y Madrid (MAZA, 2008, 2011): la de Barcelona surgió en 1951, vinculada a la labor de Nicolás Capo, y la de Madrid un año más tarde por el impulso que le dio Celestino Esteban (ROSELLÓ, 2003). Aunque Silverio Palafox, médico naturista católico de derechas, las consideraba como anti-régimen (Entrevista, 20-4-1990), lo cierto es que la aparición de sus publicaciones e, incluso, la celebración de congresos internacionales como el XVII Congreso de la Unión Vegetariana Internacional en Barcelona en 1963, mostraban una simbiosis con los órganos políticos en la que los vegetarianos ofrecían ese aspecto de pluralismo y apertura tan necesaria para la nueva imagen que la dictadura quería transmitir al resto del mundo (ROSELLÓ, 2003; ARTETXE, 2000).

El antivacunacionismo presente en estos movimientos contaba ya con antecedentes en España: Artetxe ha documentado la lucha contra la obligatoriedad de la vacunación antivariólica por parte de los naturistas levantinos (de la Federación Naturista de España, que era la que publicaba la afamada revista *Helios*), quienes, en 1937, enviaron una carta a Federica Montseny, Ministra de Sanidad, para que eximiera de la vacunación obligatoria a los vegetariano-naturistas. En esos momentos el

presidente de la Federación era uno de los más significativos e influyentes médicos naturistas, Eduardo Alfonso (ARTETXE, 2000).

Tras la Guerra Civil e implantación de la dictadura franquista, la prudencia (la autocensura) llevó a los médicos naturistas a eludir sus planteamientos sobre la vacunación en las páginas de las principales revistas del sector y sólo se encuentran artículos que, en su defensa de la *vis natura medicatrix* (y de los refundados planteamientos neohipocráticos), critican el papel de los antibióticos y las vacunas en la lucha contra las enfermedades infecciosas. Un buen ejemplo de esta actitud lo ofrecen los Cuadernos Pro-Salud del Instituto de Fisiatría de Barcelona, dirigidos por el doctor Laguna. Sin embargo, las revistas más afines al sector naturópata (el de los intrusos, según los médicos naturistas) fueron más explícitas en sus pronunciamientos. Entre ellas merece mención aparte la revista *Salud y Vida*, órgano de la International Society of Naturopathic Physicians (Sección Española), pero, ante todo, forma de expresión del insólito Vicente L. Ferrándiz (RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, 2010).

Vicente L. Ferrándiz

Médico de discutida trayectoria, tanto por su formación errática como por su inicial ejercicio sin titulación, respondía a la imagen canónica del líder alternativo tanto por el “camino de Damasco” de su conversión al naturismo al ser curado de tuberculosis en un sanatorio suizo en el que se aplicaban los métodos de Bircher-Benner, como por su labor de autoaprendizaje que, del oficio de sastre y, posteriormente, maestro, lo llevó al conocimiento del naturismo, de la quiropraxia (supuestamente aprendida en la escuela de Palmer), del masaje chino y, de regreso a España, de la medicina oficial como forma de legalizar su práctica: denunciado repetidamente por intrusismo se vio obligado a iniciar los estudios de Medicina en Barcelona y los acabó en Zaragoza (Entrevista a Sagrera Ferrándiz, 10-9-1991).

En los años veinte fue presidente de la Sociedad Vegetariano-Naturista de Cataluña, que publicó una revista muy representativa de aquél movimiento: *Regeneració*. Su consulta elevó su categoría al transformarla, en los años cuarenta, en Instituto Naturista Ferrándiz y editar una *Circular* que se convirtió más tarde en la influyente revista *Salud y Vida*, una de las escasísimas publicaciones periódicas de temática naturista en aquél momento (ARTETXE, 2000).

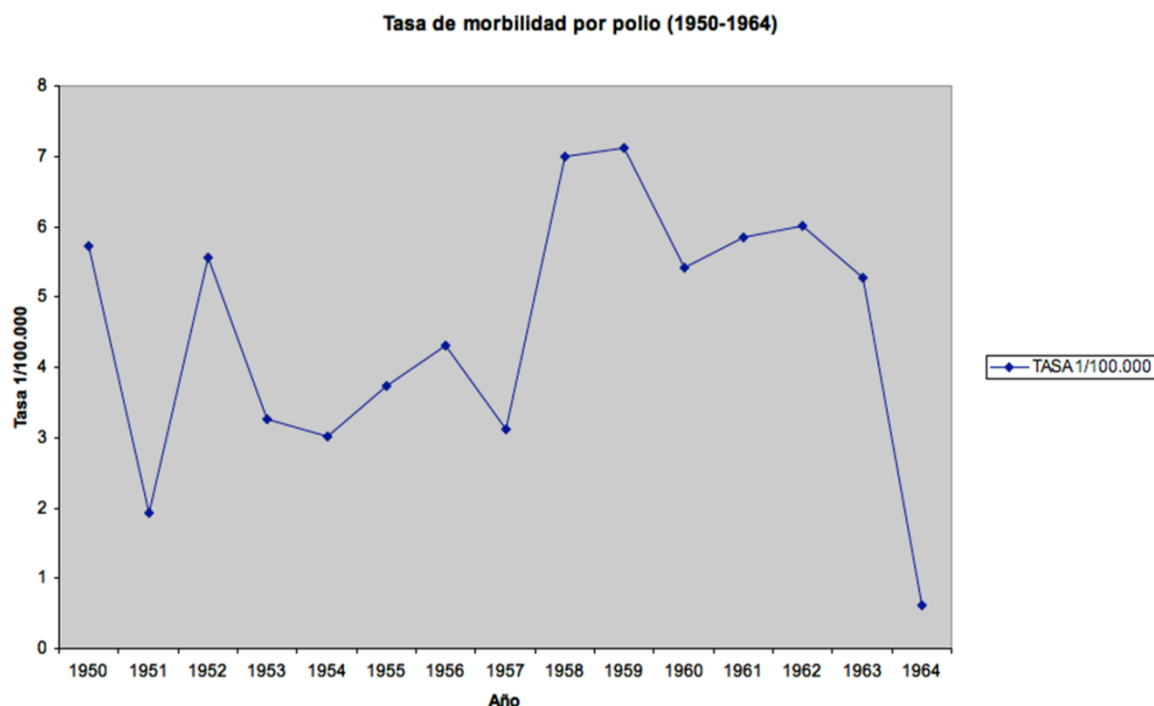
Ferrándiz supo adaptarse a cualquier circunstancia y buscar relaciones que consolidasen su posición. Sin negar la posible autenticidad de sus convicciones, a ello parece apuntar su conversión del adventismo (fue pastor adventista) al catolicismo, su matrimonio con una hija de Jaime Santiveri (el más importante industrial español de productos vegetarianos y naturistas), su defensa populista del conocido naturópata Vander o su apoyo abierto al poder político –de las dictaduras a la República- en cada momento (ROSELLÓ, 2003). Consiguió así una situación de notable permisividad hacia sus actuaciones, consideradas desde la ortodoxia de los colegios oficiales de médicos como propugnadoras de intrusismo y charlatanería: sus prácticas del por él llamado quiromasaje, su controvertido uso de la iridodiagnosia, sus métodos esotéricos, sus patentes de insólitos aparatos, su enseñanza de estas terapéuticas no oficiales por correspondencia... Todas fueron aceptadas, convirtiéndose en el médico naturista con mayor difusión en España: su consulta siempre estaba llena, sus honorarios eran elevados y su actividad como conferenciante lo mantenían viajando continuamente (Entrevistas a Orozco, 4-12-1990; Palafox, 20-4-1990; Sagraera, 10-9-1991; Viñas, 5-11-1990).

Si en *Regeneració* ya se daba cuenta de las tendencias antivacunacionistas, será en la trayectoria de Ferrándiz durante la dictadura franquista cuando esta tendencia llegue al paroxismo. Todos los números de la revista *Salud y Vida* sirvieron de escaparate a las críticas que sobre la vacunación antipoliomielítica se producían en el mundo.

La poliomielitis en España: incidencia

En la década de los cincuenta del siglo XX la poliomielitis alcanzó un nivel de pandemia y afectó, paradójicamente, a los países del norte de Europa y América, aquellos con un mejor estado sanitario (el llamado fenómeno Payne). En España también se produjo la epidemia, si bien con una incidencia menor que en las regiones citadas y similar a la del área mediterránea. Los estudios epidemiológicos de la época nos muestran que, a partir de los brotes epidémicos de 1950 y 1952, aumentó el número de casos con unas cifras máximas en 1959 y una tasa de morbilidad de 7,12/100.000 (Gráf. 1). Estimamos que el número de personas afectadas debió ser mayor, pues las estadísticas recogían sólo a quienes ingresaban en hospital o tenían secuelas paráliticas evidentes, según denunciaron algunos investigadores coetáneos (Rodríguez & Seco, 2009). Otra de las diferencias de España respecto a Portugal, Francia, Italia y Grecia es

que hasta mediados los setenta su tasa de morbilidad fue la más alta y se siguieron produciendo brotes epidémicos de polio en Las Palmas, Tarragona o en provincias de Andalucía (Rodríguez Sánchez, 2010).



Graf. 1. Elaboración propia a partir de datos epidemiológicos publicados en la Revista de Sanidad e Higiene Pública

La Agencia de Evaluación de Tecnologías Sanitarias del ISCIII estudió las bases de datos del IMSERSO para concluir que en el año 2000 vivían en España 42.651 personas con algún tipo de deficiencia originada por la poliomielitis. Eso significaría que la morbilidad fue como mínimo un 40% superior a la registrada y, por tanto, la poliomielitis alcanzó algunos años carácter epidémico (Saz et al, en prensa).

La introducción de la vacuna: el debate político y económico

En 1955 se iniciaron las primeras campañas de vacunación con la vacuna de virus inactivados descubierta por Jonas Salk. Inmunizaba contra los tres tipos diferentes de poliovirus, se aplicaba en forma inyectable y eran necesarias tres dosis. Dos años más tarde la vacuna de Albert Sabin, con virus atenuados, hacía posible pensar en la

erradicación debido a su fácil administración por vía oral y permitir campañas masivas en breve tiempo a fin de crear inmunidad en toda la población (PACHÓN, 2004; Gil, 2008).

En España podemos distinguir tres fases diferenciadas en los inicios de la vacunación (Gráf. 2). Hasta 1958 no se llevaron a cabo iniciativas oficiales, pues el Estado consideraba que la inversión no era rentable en proporción al número de casos anuales (que calculaban en torno a los mil). De 1958 a 1963, ante el innegable aumento de esas cifras y coincidiendo con el interés en mejorar la imagen exterior del Régimen, se realizaron inmunizaciones con vacuna Salk (BALLESTER, 2008), pero, aunque se les dio el nombre de “campañas” apenas contaron con publicidad y sólo podían acceder a ellas gratuitamente los acogidos a la beneficencia.

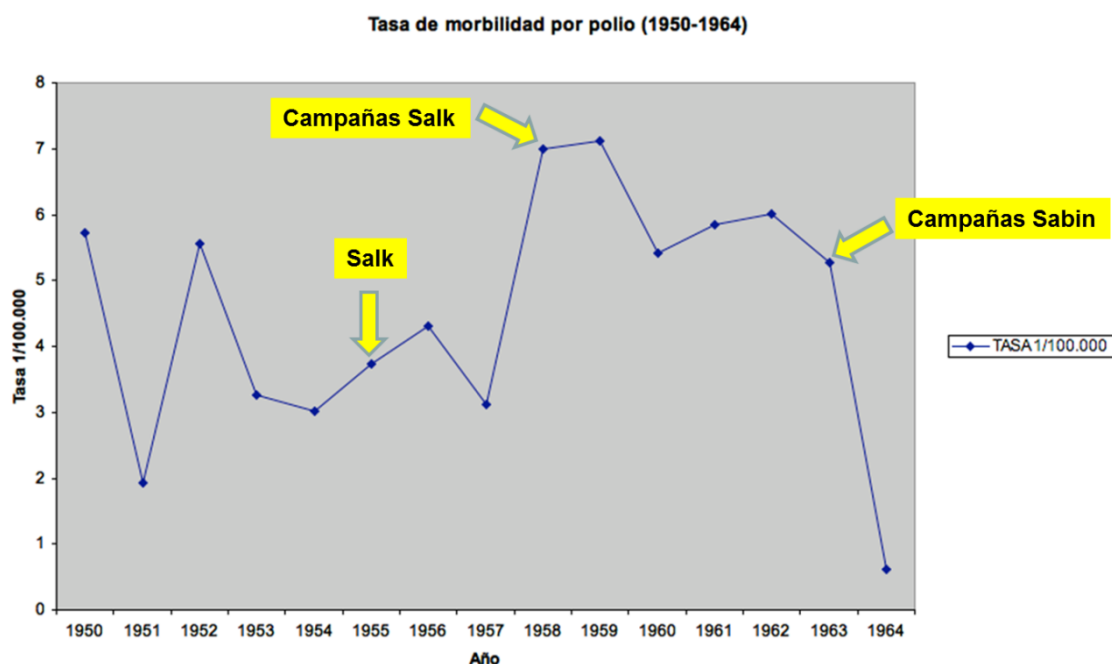
En 1963, el Seguro Obligatorio de Enfermedad (dependiente del Ministerio de Trabajo y vinculado ideológicamente a Falange) inició la vacunación gratuita entre sus afiliados. Como respuesta, la Dirección General de Sanidad (perteneciente al Ministerio de la Gobernación y con clara influencia de militares católicos) continuó su vacunación con vacuna Salk pero ahora de forma gratuita.

En ese mismo año se presentaba a la población de Lugo y León una campaña nacional de vacunación masiva con vacuna oral. Se trataba en realidad de un ensayo, al que llamaron “campaña piloto”, con vacuna Sabin trivalente en León, recomendada por la OMS sólo como tercer paso tras haber aplicado vacunas monovalentes. En cambio en Lugo se vacunó de forma ortodoxa en dos fases, con Sabin monovalente y bivalente respectivamente.

La gratuidad y los ensayos con vacuna oral manifiestan el problema real que se dirimía entre los dos organismos (Dirección General de Sanidad y Seguro Obligatorio de Enfermedad) representantes de dos opciones políticas diferenciadas dentro del franquismo que pugnaban por controlar la medicina preventiva en España (RODRÍGUEZ OCAÑA, 2001; Rodríguez & Seco, 2009).

La tercera fase corresponde a las Campañas Nacionales de Vacunación Antipoliomielítica por Vía Bucal iniciadas en noviembre de 1963 por la Dirección General de Sanidad con carácter gratuito. La primera (cuya segunda fase concluyó el 20 de abril) constituyó un éxito sin paliativos, con más del 98% de los niños vacunados y una espectacular disminución del número de casos de polio: 155 en 1964 y tan sólo 30

en 1965 (Tuells, 2008). El éxito llevó a un inmediato cambio de estrategias: se disminuyó drásticamente el rango de la población a vacunar, se limitaron en el tiempo la secuencia y duración de las fases de cada campaña, se menguó la inversión en infraestructura sanitaria móvil sin aumentar los recursos permanentes y se redujo ostensiblemente la publicidad. El resultado fue que los casos de polio volvieron a aumentar a partir de 1966, especialmente entre los grupos sociales con menos recursos económicos, y la incidencia volvió a ser similar a la existente antes de las epidemias de los cincuenta (RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, 2010).



Graf. 2. Elaboración propia a partir de datos epidemiológicos publicados en la Revista de Sanidad e Higiene Pública

El Gobierno y los medios de comunicación

Como ha quedado expresado la vacunación en España no fue asumida por el Estado hasta fechas muy tardías. Entre 1955 y 1958 no se vacunó y sólo en ese último año se procedió a la importación de vacuna (aunque se recibía con agrado si eran donadas por Estados Unidos o Canadá) y entre 1958 y 1963 se vacunó con Salk de manera parcial, desorganizada, sin publicidad y con elevado coste para los usuarios. Los motivos han quedado expresados. Sin embargo, los brotes epidémicos de poliomielitis y

la aparición de las secuelas paralíticas eran realidades visibles para la población, una evidencia que desafiaba cualquier inexactitud de los datos epidemiológicos.

Ante una situación difícil de explicar a la ciudadanía, el Gobierno adoptó estrategias que podríamos resumir de la siguiente forma:

- Ocultación de la magnitud del problema: si la polio no tenía una incidencia significativa no era un problema de salud pública y, por tanto, la vacunación no era necesaria
- Creación de dudas ante la vacuna: si la polio no constituía una amenaza seria y la vacuna no era segura, resultaría mucho más sensato esperar a exponer a los niños a una vacuna que no estaba suficientemente probada
- Disuasión: al no realizar campañas ni dar información, la vacuna fue algo de lo que no se tuvo conciencia como práctica preventiva

Debemos tener en cuenta el control censor de los medios de comunicación durante la dictadura para comprender la forma en que se silenció la incidencia de la polio en el país. El estudio de Muñoz Singi muestra la relación inversamente proporcional entre el número de casos de poliomielitis y el número de noticias sobre la misma: en la provincia de Salamanca, el análisis de sus tres periódicos revela que en el año 1962, el de más intensa morbilidad poliomiéltica, sólo se publicaron dos noticias sobre poliomielitis (MUÑOZ, 2007).

No obstante, como queda dicho, las secuelas de la polio eran difíciles de ocultar y la ciudadanía podía ver como aumentaban los niños con parálisis. Ante esta situación los medios de comunicación tuvieron también un importante papel para crear un clima de opinión que plantease las dudas sobre la eficacia de la vacuna Salk. Desde esta perspectiva el tardío inicio de las campañas con vacuna Salk aparecía como prudencia por parte del Gobierno. Las líneas seguidas entre los años 1955 y 1957 fueron la de dar publicidad al incidente Cutter (llegan a ser un 25,30 % de los artículos sobre la vacuna publicados por el periódico nacional *ABC* en el año 1955), mostrar la ineficacia de la vacuna Salk para evitar los brotes epidémicos e informar minuciosamente del espectro de diferentes vacunas que se estaban ensayando y aprobando, incluida la oral con virus vivos (PITA & RODRÍGUEZ, 2008).

En *ABC* de 13-5-1955 podemos encontrar la manera sutil de fomentar el miedo y presentar como irresponsables a quienes vacunan: una noticia informaba de una vacuna Salk mejorada que producía muchos efectos indeseables, pese a lo cual se vacunaron 500 niños con consentimiento paterno. Presenta así a los padres como irresponsables que permitían que experimentasen con sus hijos, una postura que contrastaba con el buen paternalismo estatal: el domingo 26 de junio de 1955 ocupaba portada la noticia remitida por la agencia Cifra, en la que aparecían estas reveladoras declaraciones del Director General de Sanidad, José Alberto Palanca: “Hasta que no esté comprobada la eficacia de la vacuna contra la poliomielitis no se aplicará en España [...] En España [...] no tenemos motivo para precipitarnos” (*El Adelanto*, 26-6-1955, p. 1). Un criterio que estuvo presente hasta octubre de 1957 en que se anunció la llegada, “por intervención de la Dirección General de Sanidad, cerca del Gobierno de los Estados Unidos”, de la primera partida de vacuna (*El Adelanto*, 27-10-1957, p. 1). Los motivos para no precipitarse en esos tres años, eran cuantificados por los propios datos oficiales: 3260 casos de polio y 426 fallecimientos.

Más allá del discurso exculpatorio centrado en las precauciones a adoptar ante los posibles riesgos de la vacuna para la población, es conveniente analizar otras estrategias más veladas, pero también dirigidas a facilitar que la incertidumbre ante la seguridad de la vacuna disuadiese a la población de reclamar la implantación de campañas. Sólo así es posible comprender la paradójica permisividad de un Estado dictatorial, que supuestamente ha iniciado en 1958 sus campañas de vacunación, hacia el antivacunacionismo promovido abiertamente desde el naturismo: acorde con las estrategias gubernamentales, los principios antivacunacionistas de naturistas como Ferrándiz ofrecían una excelente sinergia para los objetivos disuasorios (Rodríguez Sánchez, 2010).

Ferrándiz y sus mensajes sobre la polio y la vacuna

Las críticas de Ferrándiz a la vacunación antipoliomielítica se basaron en diferentes supuestos, aunque, sin duda, el más definitorio era la negación de la etiología vírica de la enfermedad, a la que relacionaba con la mala alimentación, las amigdalectomías y las vacunas en general, no sólo las de la polio (FERRÁNDIZ, 1952, 1971; *Salud y Vida*).

Para el médico naturista la vacuna Salk (y las vacunas en general) habrían fracasado al no conseguir evitar que la población correctamente vacunada contrajese la polio. Pero, es más, la vacuna habría sido la causante de la poliomielitis en numerosos casos por no estar correctamente inactivado el virus, como se habría demostrado en el incidente Cutter. Incluso podría producir otras enfermedades como las leucemias originadas por la contaminación con el SV-40. La polio también podría ser consecuencia de otras vacunas como las de la difteria, coqueluche y viruela. Los motivos para el rechazo a la vacuna Salk se coronaría con el planteamiento de la falta de ética por parte de los laboratorios en su intento de mantener los precios del producto.

Ferrándiz no informaba de la situación sanitaria española respecto a la poliomielitis, de su morbilidad o de los debates nacionales en torno a la vacunación, pues sólo recurría a bibliografía extranjera de tipo médico (no sólo naturista). En ella son frecuentes los testimonios de médicos e investigadores que descubren la inutilidad y peligros de su práctica vacunal, relatos de culpabilidad e intento de redención mediante la alerta a la población. También abundan las noticias procedentes de la prensa general en las que se da cuenta de denuncias, juicios y sentencias en torno a la vacunación antipoliomielítica (Fig. 1).

980.000 Dólares de indemnización a cinco víctimas de la vacuna anti-polio
(14.700.000 pesetas)



Cinco niños inculados con la vacuna Salk que, se supone contenía virus vivos, recibirán un total de 980.000 dólares, según arreglos presentados el lunes al Tribunal Superior para su aprobación.

El juez Clyde C. Triplett, sin embargo, declina dar aprobación inmediata a la oferta, expresando la opinión de que al menos en uno de los casos la cantidad ofrecida parecía demasiado baja.

Los abogados señalaron que los Laboratorios Cutter habían convenido en pagar 1.727.000 dólares para dejar arreglado el asunto con 21 casos de reclamación y alrededor de 1.400.000 dólares para llegar a un compromiso con otros 29 casos en diversas partes del país. Los abogados indicaron que

aumentos adicionales sobre estas sumas podrían llevar a la firma Cutter a la quiebra. Pero el juez Triplett dijo que para poder tomar una determinación sobre el asunto tendría que mostrarse el estado de cuentas de la compañía. El juez Triplett expresó su opinión concerniente al caso de Lee Darl Bowser, de 16 años, hijo de los señores Darl Bowser, residentes en el 776 W. 3th. Street, Pomona. Lee quedó afectado con parálisis casi completa de la pierna. Su demanda era por valor de 150.000 dólares y la oferta recibida de los Laboratorios fue de sólo 40.000 dólares. Los Laboratorios Cutter ofrecieron una indemnización de 245.000 dólares para Raymond F. Nelson, de 8 años, cuando la demanda en este caso ascendía a 500.000 dólares. Este muchacho ha quedado confinado a una silla de ruedas. Deborah Marks demandaba 350.000 dólares y ha recibido de los Laboratorios una oferta de 150.000 dólares. a Candace Cummings, muchacha de 11 años ofrecen 30.000 dólares en lugar de los 150.000 dólares reclamados. Todos fueron vacunados en abril de 1955.

Otro caso juzgado en otra ocasión en estos contornos fue el de Brian John May, de 11 años, que quedó completamente paralizado y confinado a permanecer en un pulmón de acero y al cuidado de enfermera las 24 horas del día. El jurado ordenó el pago de 600.000 dólares para el muchacho y otros 75.000 a su madre, viuda.

(De «Los Angeles Times», diciembre 19 de 1961. Martes, edición de la mañana).

RECTIFICACION

En el número anterior de «SALUD Y VIDA», por error se puso al pie del artículo «Alopatia y Naturopatía», por el Dr. A. Severón lo mencionó: «Presentado al Primer Congreso de los Artes Curativas Naturales, junio 1961), que debió ir al final del artículo «Hablemos de Salud», del Dr. Lezaeta. El Dr. Severón no remitió ningún trabajo para el citado Congreso. Que conste así. El Dr. Lezaeta leyó su trabajo personalmente en uno de las sesiones del Congreso.

Fig. 1.

Salud y Vida, 1962, 65, p. 433

Reflexión final: el antivacunacionismo y las estrategias disuasorias

La ocultación de los datos forma parte de las estrategias gubernamentales, bien estudiadas históricamente, ante las epidemias (ROSENBERG, 1992). En España, la existencia de una dictadura permitió esta ocultación de una forma efectiva por la intervención directa de la censura en los medios de comunicación. Las declaraciones de los máximos responsables sanitarios del país negaron la existencia de epidemia, encomiaron el estado sanitario y recalcaron que la recién aparecida vacuna de Jonas Salk no era necesaria y era aconsejable esperar a que demostrase su eficacia.

Precisamente la existencia de esa rígida censura ejercida sobre la prensa y las consecuencias que tuvo sobre el propio movimiento naturista, permite pensar que la cruzada contra la vacunación antipolio llevada a cabo por Ferrándiz contaba con el permiso, cuando no el beneplácito, de las mismas autoridades que anunciaban que comenzaban a realizar campaña de vacunación.

Una situación paradójica, que -tomando en consideración la escasa publicidad, mínimas inversiones económicas y pobres resultados de las campañas Salk entre 1958 y 1963- muestran a un Estado poco interesado en llevar a la práctica la vacunación a la que se había comprometido en foros internacionales.

Por otra parte, su coexistencia con las noticias en prensa que alimentaban la desconfianza hacia la vacuna Salk permiten defender la hipótesis de que, por diversos motivos, el Estado había introducido la vacunación de forma precipitada (ante el brote epidémico de 1958 y los compromisos internacionales) pero sin una intención inmediata de emprender una lucha contra la poliomielitis y para quien cualquier forma de frenar el interés de la población por la vacuna podía resultarle beneficiosa.

Entre 1958 y 1971 Ferrándiz no mostró un cambio de actitud hacia la vacunación antipoliomielítica, lo que manifestaría una auténtica convicción (no exenta de intereses comerciales) de la que el Gobierno, a través de la permisividad, supo obtener rentabilidad. Sin embargo, en el *ABC* de 27-2-1963, la Dirección General de Sanidad hacía una enérgica defensa de la vacuna Salk en contra de sus detractores: la lucha entre facciones había conducido por fin al momento de la gratuidad y de hacer campaña(s).

Fuentes

Prensa, legislación y otras publicaciones citadas dentro de texto

ABC. 1955-1963

BIONOMÍA. (CUADERNOS DE BIONOMÍA). 1961-1963.

CUADERNOS PRO-SALUD. 1954-1959.

HOGAR SANO. 1961-1966

PEÑA VEGETARIANA. 1957-1966.

SALUD Y VIDA. 1958-1968.

FERRÁNDIZ, V. L. (1952), *Exposición clara y convincente de las peculiaridades de la parálisis infantil Poliomiélitis*, Barcelona, Apéndice de "Salud y Vida. Medicina Natural"

FERRÁNDIZ, V. L. (1971), *Exposición clara y convincente de las peculiaridades de la Poliomiélitis Parálisis Infantil*, Barcelona, Ediciones CEDEL.

Fuentes orales

Entrevistas realizadas por Alejandro Artetxe a los siguientes médicos:

- Orozco, Antonio. Realizada el 4 de diciembre de 1990
- Palafox, Silverio. Realizada el 20 de abril de 1990
- Sagrera Ferrándiz. Realizada el 10 de septiembre de 1991
- Viñas, Frederic. Realizada el 5 de noviembre de 1990

Bibliografía

ARTETXE, Alejandro (2000), *Historia de la medicina naturista española*, Madrid, Triacastela.

BALLESTER AÑÓN, Rosa (2008), "La presentación internacional de las campañas de vacunación antipoliomielítica en España (1950-1963)". In: Perdiguero Gil, Enrique;

Vidal Hernández, J.M., coords., *Las vacunas: historia y actualidad*, Menorca, Institut Menorquí d'Estudis, p. 123-138

GIL PRIETO, R. (2008), “Evolución de los calendarios vacunales en España”. In: Perdiguero Gil, Enrique; Vidal Hernández, J.M., coords., *Las vacunas: historia y actualidad*, Menorca, Institut Menorquí d'Estudis, p. 139-156.

GOLDACRE, Ben (2011), *Mala ciencia*, Madrid, Paidós.

LOPES, M.B. (1996), “O sentido da vacina ou quando o prever é um dever”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 3(1), p. 65-79.

MOULIN, A.M., dir. (1996), *L'aventure de la vaccination*, Lyon, Fayard.

MAZA ZORRILLA, Elena. (2008), “Panem et circenses. Cultura asociativa en el franquismo”. *Alcores*. 6, p. 83-112

MAZA ZORRILLA, Elena (2011). *Asociacionismo en la España franquista. Aproximación histórica*. Valladolid: Universidad de Valladolid.

MUÑOZ SINGI, Giovanna. (2007), *La poliomielitis en la prensa salmantina (1954-1967)*. Tese de doutoramento, Salamanca, Universidad de Salamanca.

OBADARE, E. (2005), “A crisis of trust: history, politics, religion and the polio controversy in Northern Nigeria”. *Patterns of Prejudice*. 39(3), p. 265-284.

PACHÓN DEL AMO, I. (2004), “Historia del programa de vacunación en España”. In: Amela, C., coord., *Epidemiología de las enfermedades incluidas en un programa de vacunación*, Madrid, Sociedad Española de Epidemiología, p. 9-16.

PITA, J.R., RODRÍGUEZ-SÁNCHEZ, J.A. (2008), “Actitudes ante la polio en España y Portugal: estudio comparativo”. In: Ortiz Gómez, T. et al., coords., *La experiencia de enfermar en perspectiva histórica*, Granada, Universidad de Granada, p. 331-334.

RODRÍGUEZ OCAÑA, Esteban. (2001), “The Politics of Public Health in the State-Managed Scheme of Healthcare in Spain (1940-1990)”. In: Löwy, I., Krige, J., eds., *Images of Disease: Science, Public Policy and Health in Post-war Europe*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, p. 187-210.

RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Juan Antonio (2010), “Responsabilidades nao asumidas: a poliomielite na Espanha (1954-1967)”. In: Nascimento, Dilene R., ed., *A história da Poliomielite*, Rio de Janeiro, Garamond, p. 195-224.

- RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Juan Antonio (2012) “Las secuelas sociales de la polio: los inicios del movimiento asociativo en España (1957-1975)”. *Dynamis*. 32(2), p. 129-152.
- RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Juan Antonio, SECO CALVO, Jesús (2009), “Las campañas de vacunación contra la poliomielitis en España en 1963”. *Asclepio*. 61(1), p. 81-116.
- ROSELLÓ, J.M. (2003), *La vuelta a la naturaleza. El pensamiento naturista hispano (1890-2000): naturismo libertario, trofología, vegetarianismo naturista, vegetarianismo social y librecultura*, Barcelona, Virus.
- ROSENBERG, Ch.E. (1992), “Explaining epidemics”. In: Rosenberg, Ch.E., *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 293-304.
- SAZ PARKINSON, Z., BOUZA ÁLVAREZ, C., AMATE BLANCO, J.M. (en prensa), “Polio y Síndrome Post-Polio en España: el informe de la AETS”. In: Rodríguez Sánchez, Juan Antonio, *La memoria paralizada: identidades y vivencias de la poliomielitis y el síndrome post-polio*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.
- TUELLS HERNÁNDEZ, J. (2008), “Los testimonios de los expertos y su participación en las primeras campañas de vacunación antipoliomielítica en España”. In: Ortiz Gómez, T. et al., coords., *La experiencia de enfermar en perspectiva histórica*, Granada, Universidad de Granada, p. 321-324.
- WHORTON, James C. (2002). *Nature Cures. The History of alternative medicine in America*, New York, Oxford University Press.

História oral e fotografia: construindo a História da Poliomielite em Portugal

Inês Guerra Santos
ISMAI, CELCC

Resumo:

O presente estudo, ainda numa fase preliminar, pretende constituir uma reflexão acerca das vantagens que podem decorrer da articulação entre História oral e fotografia. Aliás, vários são os estudos que procuram fazer sobressair as supostas fragilidades do testemunho oral pelo que o seu cruzamento com outras fontes se parece revelar de particular interesse. Assim, partindo do pressuposto de que estamos perante dois recursos complementares, aquilo que se pretende demonstrar é que História oral e fotografia podem concorrer de igual forma para a preservação da memória e a construção de uma identidade num contexto social.

Se de um lado, a fotografia aparece como uma selecção intencional de um dado momento, elemento ou circunstância, que fica assim retido e conservado, do outro, a História oral permite reconstituir histórias de vida e conseqüentemente, resgatar experiências e/ou sentimentos passados reatribuindo-lhes sentido e significado. Por outras palavras, quer um recurso quer outro, acaba por possibilitar a transposição entre tempos cronológicos distintos numa tentativa de tornar inteligível no presente, vivências passadas.

Neste estudo, a análise parte de entrevistas realizadas a indivíduos que contraíram poliomielite na infância e que tiveram contacto com o refúgio da Paralisia Infantil da cidade do Porto, bem como dos recursos fotográficos que fazem parte das fichas clínicas dos doentes de poliomielite que passaram por aquela Instituição.

A comparação dos relatos permite apresentar estes sujeitos como protagonistas de uma história com muitos pontos em comum. As lembranças, que se cruzam, permitem-nos associarem certos conceitos à poliomielite criando uma espécie de identidade própria daquela doença. Compreende-se por isso, que aquilo a que nos propomos seja também avaliar até que ponto essas histórias de vida se entrecruzam com as referidas imagens.

Palavras-chave: Fotografia, História oral e História da Poliomielite

Introdução

O presente estudo constitui uma reflexão acerca das vantagens que podem decorrer da articulação entre História oral e fotografia.

Como ponto de partida consideraram-se as entrevistas realizadas a indivíduos que contraíram poliomielite na infância e que tiveram contacto com o refúgio da Paralisia Infantil da cidade do Porto, bem como os recursos fotográficos que fazem parte das fichas clínicas daqueles doentes.

Trata-se de fotografias médicas (assim designadas por resultarem da prática clínica) pelo que importa não esquecer que, neste caso concreto nos afastamos do desejo (geralmente associado à fotografia) de preservar um determinado momento positivo, uma vez que se tratam de fotografias incluídas nas fichas clínicas dos doentes e que por isso, revelam uma realidade não desejada e até temida. Estas fichas, tal como um conjunto de outras informações clínicas (que permitiram chegar à identificação dos pacientes) encontram-se no Museu de História da Medicina, Museu Maximiano Lemos, no Porto, uma vez que, o último Director Clínico do Refúgio, o Dr. Álvaro Moitas, ali entregou todo o espólio daquela “Instituição de Beneficência dedicada ao tratamento de crianças pobres de todo o Norte do País” (Moitas, 1986).

Face ao exposto, podemos apresentar como objetivos do presente estudo:

- Estabelecer relações intertextuais,
- Indagar acerca de uma possível articulação entre os depoimentos resultantes de entrevistas realizadas a sobreviventes de poliomielite em Portugal (tratados no Refúgio da Paralisia Infantil no Porto) e as fotografias que constituem o álbum daquela instituição,
- Confrontar as representações do doente que transparecem da análise das fotografias médicas com os depoimentos resultantes das entrevistas,
- Procurar repetições, padrões,
- Explorar uma temática pouco debatida e sobretudo para a qual os meios de análise parecem estar ainda pouco desenvolvidos.

História oral e Fotografia: construindo a História da Poliomielite em Portugal

A História da poliomielite em Portugal entrecruza-se com a História da Política de Saúde Pública portuguesa. Curiosamente, esta relação parece assentar numa série de contradições. Desde logo, o facto da melhoria das condições sanitárias do país (promovidas pelo regime Salazarista) terem-se reflectido num significativo decréscimo das doenças infecto-contagiosas com excepção da poliomielite. A justificação para os surtos das décadas de 20 e seguintes é relativamente simples. A melhoria das condições de higiene teve como consequência um contacto mais tardio com o agente infeccioso que provoca a doença. A situação tornar-se-ia ainda mais grave na medida em que o aumento da idade média de contágio se reflectiu, como seria de esperar, em manifestações mais graves da doença.

Outra contradição evidente resulta do facto de se considerar que a poliomielite não era um problema de saúde pública em Portugal e, simultaneamente, se ter iniciado o Plano Nacional de Vacinação português (em 1965-1966) pela chamada “campanha da polio”.

Tratando-se de uma doença independente do nível de desenvolvimento económico e social dos países, a Poliomielite marcou, com o seu flagelo a História do século XX. Diversos surtos geraram uma elevada mortalidade e, mais do que isso, deram origem a uma população (crianças e jovens adultos) com graves sequelas e deformações que culminariam, no presente, com a constatação de uma série de consequências tardias a que se convencionou designar síndrome pós-polio.

Portugal não foi excepção. Gomes D’Araújo (1955) refere-se a quatro surtos ocorridos em Portugal: 1933, 1935 (ambos no Norte), 1936 (em Lisboa e arredores) e 1947 (novamente no Norte).

No presente estudo, e dados os objetivos já enunciados, o corpus da análise acabaria por ser constituído por quatro entrevistas (realizadas a pessoas que tiveram poliomielite na infância e que passaram pelo Refúgio da Paralisia Infantil da cidade do Porto) e por um conjunto de 199 fotografias, 189 de crianças e jovens afectados pela poliomielite e operados no RPI (mais 10 referentes às instalações e aos aparelhos usados) repartidas por 39 páginas.

As entrevistas foram realizadas entre Março e Novembro de 2008. Tratou-se de entrevistas semi-dirigidas gravadas, integralmente transcritas e sujeitas a uma análise qualitativa. Para tal, no seguimento do proposto por Strauss e Corbin (1998) ou mais recentemente por Flick (2005) procedeu-se a:

- Breve descrição de cada caso,
- Definição de categorias e subcategorias,
- Definição da estrutura temática (para facilitar a comparação),
- Análise de certas passagens consideradas fundamentais,
- Reconstrução do texto, interpretação e síntese.

No que respeita as fotografias, é de referir que, por um lado, ainda que constituam uma fonte pouco convencional entre os historiadores, elas assumem um inegável poder de persuasão, e, por outro, ao constituírem uma forma de apelo à própria memória, retêm um determinado momento convertendo-o imediatamente num momento passado com interesse histórico, ou seja, conferem-lhe uma dimensão temporal. Acresce a isto, o fato de terem uma importante componente conceitual, pelo que têm de implícito, de histórico, de persuasivo, mas também pela sua capacidade de criar estereótipos, estigmas e identidades.

Importa igualmente salientar (como sugere SILVA, 2003) que existem claras diferenças entre uma fotografia avulsa e as que constituem um álbum. Neste cada fotografia ocupa um determinado lugar numa determinada sequência que dá resposta a um determinado objectivo. Há pois toda uma intencionalidade subjacente à constituição do álbum o que serve também para compreender a importância de se realizar uma análise do conjunto. Era também frequente a utilização destas imagens para publicação de artigos de especialidade (revistas médicas onde as fotografias eram acompanhadas da identificação do paciente e da descrição da sua condição física). Estas fotografias, como salienta Silva (1998) possuíam uma espécie de discurso autónomo acabando por desempenhar um importante papel na valorização de uma instituição ou corpo médico projectando, em simultâneo, as noções de hierarquia e de submissão que deveriam ser aliás, interiorizados pela própria população. A composição de álbuns era um recurso que permitia evidenciar o nível de experiência do médico. Ainda a respeito, a literatura sugere que, não raras vezes, o médico retratava o paciente através da fotografia, em busca de uma espécie de desvio ideal capaz de representar exemplarmente outros casos da mesma patologia.

Só assim se compreende a não preocupação em ocultar detalhes da face ou a identificação completa do paciente (mesmo nas publicações em revistas médicas).

Aliás, muitas das vezes estas fotografias encontram-se entre modos de representação da doença e os limites da exploração do corpo doente. Este facto deve ser levado em consideração uma vez que o que de mais significativo podem dizer as fotografias é quanto à maneira de reproduzir os corpos doentes.

Neste caso concreto, as fotografias, intencionalmente designadas de fotografias médicas, foram obtidas durante o período em que o Dr. Álvaro Moitas foi Director clinico do RPI. Realizadas pelo próprio médico, as fotografias registavam a condição de cada paciente antes e depois de cada intervenção cirúrgica.

De um ponto de vista metodológico, estas imagens ofereciam-nos duas possibilidades: seguir uma estratégia de fragmentação (analisando-as em separado) ou considerar o conjunto sem as fragmentar ainda que identificando o que as distingue e assemelha. Ora, tendo em conta que se tratava de um álbum e não de fotografias avulsas, optou-se por considerar o todo, o conjunto. Em termos de análise, as fotografias foram também alvo de uma análise formal da imagem voltada sobretudo para a taxonomia iconográfica: quantificando, buscando regularidades, padrões, repetições.

Outro elemento que apresenta importância acrescida na análise da fotografia é, como salienta Silva (2003) a respectiva legenda (além de nos dar importantes informações do ponto de vista do autor da fotografia, pode igual servir de pista para a compreensão da intenção subjacente à mesma). No caso específico do álbum do RPI as legendas que acompanham as fotografias correspondem à descrição da deformidade, da intervenção, a identificação do paciente/Instituição (Local, nome e idade).

Para a análise articulada das entrevistas e das fotografias que constituem o álbum pareceu-nos importante recuperar, ainda que de forma necessariamente breve, alguns conceitos como os de representação social ou de estigma. Enquanto “*imagens construídas sobre o real*” (MINAYO, 1994, p.108), as representações sociais constituem um importante instrumento metodológico. Analisa-se a doença e o doente à luz das noções produzidas no meio científico mas sobretudo no meio social, não esquecendo os próprios mecanismos de auto-representação (GOFFMAN, 1986).

O conceito de estigma (GOFFMAN, 1986) é também particularmente interessante neste contexto na medida em que resultando sempre de uma circunstância que escapa à normalidade) é fundamental na construção de identidades (grupais e individuais). Aliás, a questão do estigma permite-nos compreender de que forma as identidades individuais acabam sempre por ser marcadas pelo peso da diferença.

No caso concreto das entrevistas este fato é particularmente evidente através da repetição frequente de termos estigmatizantes como “aleijado”, “manco” ou “coitadinho”.

Da análise das informações das fotografias (incluindo da sua legendagem) optou-se por evidenciar e quantificar os seguintes elementos:

- Referente, sexo e idade,
- Manifestação externa da doença,
- Apresentação do paciente,
- Postura do paciente.

Assim, as fotografias foram agrupadas segundo as características da representação do corpo doente (parte do corpo ou corpo inteiro) e do modo de o captar (frontal, lateral, de trás, deitado, sentado, vestido, seminu, nu...) por se considerar que isso indicia certas representações acerca da doença e do corpo doente ao mesmo tempo que pode indicar as motivações médicas para retratar os pacientes de uma determinada forma. Como sugere Silva (2003), a análise das fotografias faz sobressair a peculiaridade do olhar clínico. De fato aquilo que transparece (de encontro com o sugerido por DESCAMPS, 1986) é uma espécie de manipulação do corpo doente, o paciente é submetido à posição julgada conveniente pelo médico para a produção de um documento clínico (só assim se compreende que muitas vezes seja retratado o corpo inteiro apesar da zona afectada ser bem delimitada e delimitável).

As fotografias do álbum correspondem a 54 crianças (32 do sexo feminino e 22 do sexo masculino) todas elas apresentando deformação de um ou ambos os membros inferiores (pé equino ou pé varo de acordo com a respectiva legenda). Dessas fotografias, 20 são de corpo inteiro e apresentam a face do paciente. A maior parte das fotografias apresentam o paciente de pé e seminu. Transparece uma postura de submissão e dependência em relação ao médico (responsável pela fotografia).

As entrevistas, como referido anteriormente, foram sujeitas a uma análise de conteúdo, da qual sobressaem:

- Referências várias ao uso de aparelhos;

Adélia M. “Lembro-me do aparelho que usei. Usei aparelho”.

Albina O. “eu ia ao Senhor Guilherme que era uma casa muito grande de aparelhos, ali na rua dos Caldeireiros (...)Era aparelho, não trazia canadianas, Aparelho”.

Dinora F. “Sim, um aparelho. Lembro-me que para o conseguir o meu pai pediu ao Dr. Oliveira Salazar se dava alguma coisa para o aparelho, que o meu pai não podia. Não podia. O aparelho, acho... eu nunca aceitei muito bem”.

Abílio D. Utilizei uns aparelhos.

- Referência ao estigma causado pela doença;

Adélia M. “Porque eu como às vezes ouvia coisas. Olha a manca... Imitavam-me a andar”.

Albina O. “queria trazer também saíinha curta como as outras meninas mas a minha mãe dizia-me sempre: oh filha, tu não podes trazer...tem algum jeito ver-se o aparelho até cá cima? Não, tens que trazer pelo joelho que já te encobre mais o aparelho e já ficas mais compostinha”.

Abílio D. De resto, a única coisa que me, que ainda me, para eu dizer que tive uma vida normalíssima era, era, o meu sonho, mas sei que é impossível: um dia casar-me. (...) Elas não olham assim para... a senhora bem sabe que é assim.

- Uma imagem pouco positiva acerca do corpo;

Adélia M. “mas tinha pena que a parte esquerda não fosse igual à direita (...)Como lhe disse, só tenho pena...ninguém gosta de ser deficiente, não é?”.

- Sentimento de alguma identidade;

Albina O. “Sim, sim. Há um diálogo sempre. Sentimos que já viveram o mesmo”.

- Limitações causadas pelas sequelas provocadas pela polio;

Abílio D. “Não sei se calhar não sei se seria melhor (a vida) do que é mas poderia fazer muita coisa que não faço” (...) “Deveriam dar mais oportunidades de emprego. Ainda

são, as pessoas deficientes ainda são discriminadas. Há...em termos de acessos também melhorar os acessos a repartições.”

- Referência a várias intervenções cirúrgicas;

Albina O. “Lá na operação era tudo muito pobrezinho ...há... sem meios, pronto, sem meios”.

Dinora F. “depois voltei a ir aos dez anos quando fui operada pelo Dr. Moitas. (...) Eu lembro-me que quando fui operada, que os meus pais, como eu chorava com as dores, no dia seguinte a ter sido operada, ele não operava...ele aprendia connosco, eu tinha de descer as escadinhas, segurar na minha perna e descer as escadas até cá em baixo”.

- Referência a contextos familiares de pobreza;

Adélia M. “Deve-me ter levado ao Hospital pois a minha mãe não tinha dinheiro para médicos”.

Albina O. “Era, éramos pobres, ainda hoje somos. Mas, éramos pobres, vivíamos com dificuldade. Eu era filha única mas vivíamos com dificuldade”.

Dinora F. “gente vivia ali nas Antas, posso-lhe dizer que era num daqueles bairros pobres”.

Abillio D. “minha mãe era doméstica e os meus irmãos, um trabalha e o outro, neste momento está desempregado”.

Considerações finais

A análise conjunta e articulada dos testemunhos e das fotografias permite confirmar quer o impacto da doença e a gravidade das sequelas, quer o tipo de tratamentos e de aparatos usados para minimizar os seus efeitos, ao mesmo tempo que parece demonstrar as potencialidades do uso combinado da história oral e da fotografia que se constituem então, como recursos fundamentais para a construção da História da Poliomielite em Portugal.

Aliás, face ao exposto, parece evidente o facto de, por um lado, certas doenças (como a poliomielite) parecerem ajustar-se particularmente a análises assentes na oralidade, seja pela sua contemporaneidade e acessibilidade das suas fontes seja pela

sua relação a grupos minoritários ou marginalizados e, por outro que fotografia e história oral são importantes instrumentos para resgatar a memória, permitindo retirar o passado da invisibilidade a que estava condenado. Este facto, torna-se particularmente importante se considerarmos que a poliomielite não era em Portugal, oficialmente considerada (ou melhor apresentada) como um problema de saúde pública. Assim se compreende, que neste caso particular, quer os depoimentos recolhidos quer a fotografia assumam uma carga e uma densidade histórica acrescidas.

Importa ainda salientar que, a associação da doença a determinados grupos criou um estigma social em torno da mesma. Este estigma resulta da própria identidade visual da doença bem patente nas fotografias que constituem o álbum.

Aliás, no que se refere à fotografia médica aquilo que se pretende é retratar pacientes, doentes e doenças. Os temas eram variados mas como refere Silva (2003) recaíam quase sempre sobre os aspectos visivelmente negativos de certas doenças: fotomicrografias de células contaminadas, radiografias do corpo, fotografias de fetos malformados, de esqueletos humanos, moribundos atacados de sífilis, doentes com verminoses, crianças portadoras de poliomielite. Vigorava aquilo que Silva (2003,p.199) denomina de “tipificação visual do anormal”.

Ao mesmo tempo, o tipo social que aparece nas fotos faz sempre alguma alusão à pobreza (seja pelos trajes, pelo contexto ou pela postura), alusão esta, atestada pelos próprios depoimentos que resultaram das entrevistas. Muitas das vezes as fotografias, “aparentemente destinadas a alargar o conhecimento acerca de doenças muito mais concorriam para compor uma imagem do tipo social passível de contraí-las, cumprindo um papel na formação de um imaginário sobre o que era um doente e as características que o acompanhavam” (SILVA, 1998:35).

A propósito, Descamps (1986:20) salienta que paciente era fotografado por olhares e mãos que não encontravam limites no manuseio do corpo doente, “compreendido como figura objetiva, espacial, exterior, como um dado para ser visto, uma mecânica morta e coisificada”.

No caso específico da poliomielite, o desconhecimento da causa da doença acrescido da severidade da mesma, criaram um sentimento de terror face à possibilidade de contrair o vírus. Além disso, a associação da doença a determinados grupos criou um estigma social em torno da mesma. Este estigma seria agravado pelo facto de, em

consequência da experiência relativamente a outras doenças infecciosas, se ter formulado a ideia errada de que se tratava de um problema exclusivo das classes mais desfavorecidas, onde imperava a falta de higiene, a promiscuidade e baixos níveis de escolaridade. Estas falsas concepções conduziram a um pressuposto de existência de grupos de risco o que promoveu a criação de estereótipos e agravou situações de discriminação.

Bibliografia

ARAÚJO, Gomes de (1955), *No cumprimento de um dever*, Porto.

DESCAMPS, Marc-Alain (1986), *L'invention du corps*, Paris, PUF.

FLICK, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.

GOFFMAN, Erwing. (1986), *Stigma*, New York, Simon/Shuster.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (1994), *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*, São Paulo, Hicitec/Abrasco.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (1999), "Uncertainty in illness". *Image Journal of Nursing Scholarship*.20, p.225-231.

MOITAS, Álvaro (1986), *História do Refúgio da Paralisia Infantil*, Porto.

PORTO, Ângela (2000), A vida inteira que podia ter sido e que não foi; trajetória de um poeta tísico. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, vol. VI, nº 3, p. 523-550.

SANTOS, Inês Maria Veiga Guerra (2009), *Comunicación y oralidad: el Refugio de la parálisis infantil de la ciudad de Oporto*. Tese de doutoramento, Salamanca, Universidade de Salamanca.

SILVA, James Roberto (1998), *Fotogenia do caos: fotografia e instituições de saúde em São Paulo (1880-1920)*. Tese de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo.

SILVA, James Roberto (2003), *Doença, fotografia e representação - Revistas médicas em São Paulo e Paris, 1869-1925*. Tese de Doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo.

SNAPE, Dawn. e SPENCER, Liz (2003), “The foundations of qualitative research”. *Qualitative research Practice. A Guide for Social Science Students and Researchers*, London, Sage Publications.

STRAUSS, Anselm. e CORBIN, Juliet (1998), *Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory*, Thousand Oaks, Ca Sage, 2nd Edition.

O processo de afirmação da psiquiatria em Portugal na transição do século XIX para o século XX

Ana Maria Pina

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CEHC

A Psiquiatria define-se como campo autónomo do saber médico, ao longo do século XIX. A psiquiatria alemã foi a principal responsável pela construção da nova disciplina médica, enquanto a psiquiatria francesa revela um dinamismo muito menor. Estas duas escolas psiquiátricas vão influenciar fortemente a evolução da psiquiatria nos restantes países europeus. O objectivo deste trabalho é inquirir como se processou a afirmação da psiquiatria em Portugal e, em particular, o contributo dado por Miguel Bombarda e Júlio de Matos.

A psiquiatria alemã

À medida que o século avança, a psiquiatria alemã vai construindo um novo paradigma na abordagem da doença mental. Esta torna-se uma doença como as outras, uma doença física, localizada no cérebro. Os responsáveis por esta mutação são os psiquiatras académicos que conduzem pesquisas ao microscópio nos laboratórios universitários ou na mesa de autópsias, analisando espécies histológicas, dissecando animais vivos, abrindo os seus cérebros e aplicando-lhes eléctrodos. Wilhelm Griesinger (1817-1868) foi um dos principais responsáveis pela reorientação da psiquiatria para as ciências naturais. Griesinger faz parte de um grupo de médicos reunidos em torno de figuras como J. Muller, Carl Ludwig e Rudolf Virchow que, desde 1840, tinham começado a construir a medicina germânica no molde das ciências naturais. Graças a Griesinger e à nova geração de directores de clínica universitária, as doenças mentais passam a ser encaradas como doenças do cérebro que exigem investigação laboratorial.

O trabalho mais comum nos laboratórios de psiquiatria é a dissecação animal. Este tipo de trabalho afastou os psiquiatras, durante décadas, da pesquisa clínica. Os doentes ficaram nas mãos dos alienistas, vistos com desdém pela nova elite psiquiátrica. Na realidade, o trabalho laboratorial permitiu aos psiquiatras académicos projectar um clima de eficiência e precisão que os alienistas não podiam alcançar. Porém, por volta de 1880, a pesquisa laboratorial começa a gerar uma certa decepção em relação aos resultados alcançados. As esperanças num mapa morfológico completo do cérebro

desintegram-se e a aliança da neurologia com a psiquiatria, existente nas universidades durante décadas, começa a desfazer-se. Ressurge o interesse pela pesquisa clínica e a figura de Emil Kraepelin (1856-1926) vai impor-se, ao longo dos anos noventa, como o grande renovador da psiquiatria alemã. Na clínica universitária de Heidelberg, Kraepelin observa centenas de doentes e, ao longo de anos, vai afinando a sua resposta ao grande desafio da psiquiatria alemã e europeia que consistia na necessidade de revisão do sistema de classificação das doenças psiquiátricas, relativamente ao qual não havia nenhum consenso profissional. Kraepelin vai acompanhar o curso da doença dos seus pacientes e vai divulgando as suas conclusões no seu *Manual de Psiquiatria*, cuja primeira edição é de 1883. Será porém na 5ª edição, datada de 1896, que o psiquiatra introduz uma ruptura fundamental na nosologia psiquiátrica. Crítico da classificação das doenças em função dos seus sintomas, estipula um novo critério – o da evolução da doença e os seus efeitos. Na 6ª edição (1899), as suas ideias tomam forma definitiva. A novidade consiste na divisão, em dois grandes grupos, do vasto número de doenças psicóticas, sem causa orgânica clara, até aí considerado. Para Kraepelin, existem apenas a “doença maníaco-depressiva” e a “dementia praecox”. Os doentes diagnosticados com a primeira, tinham grande probabilidade de aceder à cura, os segundos dificilmente melhorariam. A segunda perturbação rapidamente veio a ser conhecida por esquizofrenia, graças a Eugen Bleuler (1857-1939), um psiquiatra suíço da geração de Kraepelin, enquanto a primeira perturbação adquiriu, décadas mais tarde, a designação de “doença bipolar”. A nosologia de Kraepelin esteve na base do manual de diagnóstico da Associação Psiquiátrica Americana, conhecido por DSM-I (1952) autoridade máxima da psiquiatria ocidental, até hoje.

A psiquiatria francesa

A psiquiatria francesa encontrava-se muito atrasada relativamente à alemã, como testemunha o facto de só em 1877 ter sido criada uma cadeira de psiquiatria em Paris, contra as 19 espalhadas pelas universidades de língua alemã. Havia psiquiatras talentosos, mas “as suas energias nunca foram articuladas de maneira sistemática como no sistema alemão com as suas cerca de 20 universidades” (Shorter:90). A investigação em psiquiatria ficou portanto sediada, durante décadas, nos manicómios e não na universidade. Entre os alienistas de manicómio, destacou-se Bénédict Augustin Morel (1809-1873), responsável pela teoria da degenerescência, exposta na obra *Tratado das Degenerescências Físicas, Intelectuais e Morais da Espécie Humana*, editada em 1857.

A ideia central é a de que as doenças mentais são hereditárias e pioram de geração para geração, dando origem a anormalidades progressivamente mais aberrantes. “O indivíduo degenerado é incapaz de tomar parte na cadeia de transmissão do progresso da sociedade humana e é mesmo o maior obstáculo a esse progresso ao contactar com a parte saudável da população.” (cit. por SHORTER: 103). Esta teoria tornou-se crucial na escola francesa. Valentin Magnan (1835-1916), sucedendo a Morel, alargou a noção de degenerescência a todo o tipo de perturbações mentais. Sendo a teoria de Darwin incontornável para o mundo da ciência das últimas décadas do século XIX, Magnan combina-a com a teoria da degenerescência, defendendo que os degenerados perdiam a batalha da sobrevivência, constituindo mesmo uma ameaça social.

A degenerescência não mais abandonaria a sua aliança com a teoria darwinista. Jacques-Joseph Moreau (1804-1884) estende a ideia de degeneração para lá das fronteiras da doença mental, estabelecendo uma relação entre degenerescência e génio que veio depois a ser amplificada pela obra de Max Nordau (1849-1923), *Degeneração* (1892) um *best-seller* europeu. Nordau acredita que a Europa está a ser flagelada por uma grave “epidemia mental”, de “degeneração” e “histeria” que está a minar a sua vitalidade. O entusiasmo pela teoria da degenerescência chega à criminologia, defendendo Cesar Lombroso que a criminalidade tinha que ser vista como um fenómeno daquele tipo. Em 1886, Von Krafft-Ebing (1849-1902), neuropsiquiatra austríaco, faz publicar o seu livro *Psicopatia Sexualis*, dedicado ao estudo de várias formas de patologia sexual como manifestações de hereditariedade degenerada. A sua obra constituirá a bíblia alemã da degeneração. Em Inglaterra, será o psiquiatra Henry Maudsley (1835-1918) a popularizar esta teoria. A teoria da degeneração espalha-se por toda a Europa, não só nos círculos médicos e científicos, como também na imprensa e nos meios intelectuais ligados à história e à literatura. Na medicina, fica desacreditada no início da primeira guerra mundial. Nas restantes áreas, o conceito permanece vivo, social e culturalmente: as classes ilustradas acreditam que a sociedade europeia está doente e que é necessário tomar medidas. O apoio à eugenia inscreve-se neste clima de medo. Os grupos de degenerados, sobre os quais é necessário actuar, multiplicam-se. O nazismo levaria às últimas consequências esta crença.

A psiquiatria portuguesa

A afirmação da psiquiatria em Portugal fica a dever-se ao dinamismo excepcional de Miguel Bombarda que consegue arrancar os doentes “alienados” da

obscuridade para a praça pública, criando em torno deles uma questão não só médica como também social. Bombarda luta pela dignificação do doente mental, insistindo na capacidade de cura de boa parte, ao contrário da crença, partilhada pela esmagadora maioria da população, de que este tipo de doentes não tinha remissão possível.

Na realidade, os doentes do foro psiquiátrico são vistos como um fardo pelas famílias e pela sociedade. Depois de as práticas asilares se terem generalizado, ao longo do século XIX, estes doentes podem permanecer internados o resto da vida. Na Europa desenvolvida, o internamento em asilos é, todavia, muito superior ao ocorrido nos países periféricos como Portugal. Aqui, os governos liberais, durante décadas, não se preocupam com esta questão. Os poucos alienados institucionalizados estavam encerrados no Hospital de S. José, nas enfermarias de S. Teutónio (homens) e Santa Eufémia (mulheres) para onde tinham sido transferidos em 1755, após o terramoto. Em 1842, o governo de D. Maria II cede o edifício do Colégio Militar da Luz para ser adaptado a hospital de alienados. São redigidos estudos de adaptação publicados, no ano seguinte, pelos médicos Bernardino António Gomes e António Maria Ribeiro (1843). Neste mesmo ano, Bernardino Gomes parte em viagem de estudo pela Europa para recolher experiências e informação acerca dos principais “estabelecimentos de alienados” espalhados pela Europa. No regresso, faz publicar o seu relato da viagem no qual descreve os manicómios visitados, incluindo, para alguns dos estabelecimentos, a respectiva planta (1843). O médico ficou especialmente encantado com os asilos ingleses e o tratamento aí proporcionado aos doentes (1843:101).

Contudo, seria necessário esperar por 1848, ano em que o Duque de Saldanha, então Ministro do reino, visita as enfermarias de loucos do Hospital de S. José, para a situação se alterar. Saldanha terá ficado particularmente impressionado com as condições de alojamento e tratamento dos loucos. Estes estavam cingidos a um espaço minúsculo, em particular as mulheres. Cerca de 150 mulheres apertavam-se umas contra as outras, com pouca luz e pouca ventilação, disputando uns escassos feixes de palha para se deitarem. Para o seu serviço, dispunham apenas de três empregadas. Saldanha descreve a impressão que esta visita lhe causou em estudo dedicado a D. Pedro V (cit. por Oliveira, J. F. Reis de:10). Saldanha decide então ordenar a transferência dos doentes para o convento de S. Vicente e Paulo, a Rilhafoles, onde estava instalado o colégio militar desde 1835. Em 1849, é nomeado para seu director o Dr. Francisco

Martins Pulido e é elaborado o Regulamento do Hospital, publicado em 1851 e inspirado na lei francesa de 1838.

A actividade assistencial de Rilhafoles desenrola-se nas décadas seguintes, sempre com carência de recursos financeiros e humanos. A pressão exercida pelo aumento substancial do número de doentes é enorme, atendendo a que se trata do único hospital de alienados até à abertura do Hospital do Conde Ferreira, no Porto, em 1883. Mesmo depois da inauguração do novo hospital, o problema do excesso de doentes não diminui e as condições assistenciais naturalmente pioram (CASTRO, 1888:181).

Miguel Bombarda, uma “feroz germanofilia”

Quando Miguel Bombarda assume a direcção do hospital de Rilhafoles, em 1892, entramos numa fase diferente da vida do hospital, dos doentes e, sobretudo, da psiquiatria em Portugal. Com o seu dinamismo intelectual e profissional, os livros, as conferências, as revistas, os cursos, a docência médica e a direcção de Rilhafoles, tudo isto associado, nos dois últimos anos de vida, à militância política republicana, Bombarda deu um contributo inestimável à afirmação da Psiquiatria em Portugal. Contudo, não pode ser ignorada a acção da escola do Porto dirigida por António Maria Sena, e, com a morte precoce deste, por Júlio de Matos. Devem ainda ser referidos os nomes de Magalhães Lemos (Porto) e Bettencourt Rodrigues (Lisboa), entre outros. Todos eles escrevem livros, colaboram em jornais e revistas, fundam revistas, organizam congressos, organizam e integram sociedades científicas nacionais e internacionais, propõem leis, fazem cursos livres antes de a psiquiatria ser disciplina académica e, sempre que têm oportunidade, protestam contra as condições assistenciais dos doentes mentais em Portugal.

Regressando a Miguel Bombarda, este acompanha e apoia apaixonadamente as conquistas das ciências biológicas registadas ao longo do século XIX. O patologista alemão Rudolfo Virchow é o autor da teoria celular da doença (1858), segundo a qual a vida está presente em cada célula. As doenças, incluindo as mentais, são caracterizadas por mudanças visíveis ao microscópio dentro da célula. O neurofisiologista Helmholtz defende, em 1847, que todos os eventos físicos, incluindo processos orgânicos e de consciência, são explicáveis através de fenómenos físicos e químicos. O conhecimento do sistema nervoso propriamente dito também sofre avanços notáveis, na segunda metade do século XIX, graças ao trabalho de numerosos investigadores, entre os quais o

espanhol Ramón e Cajal, muito apreciado por Bombarda. Este digere toda a informação e torna-se um adepto firme da tese de que as doenças mentais são doenças do cérebro e naturalmente o pensamento é o resultado do funcionamento cerebral. Esta perspectiva afasta-o da perspectiva religiosa, católica, da vida e leva-o mesmo a travar algumas duras polémicas sobretudo a mantida com o Padre jesuíta Fernandes Santana. Bombarda, condena aquilo que para si é a ilusão do “livre arbítrio”, porque o cérebro rege-se por leis próprias. Bombarda torna-se o grande activista da luta contra o dogma religioso, à semelhança de Spencer e Huxley para o mundo de língua inglesa e de Haeckel para o mundo de língua alemã. O psiquiatra só em 1908 assumiria a militância republicana, portanto o seu combate é feito em nome da ciência e não da República. As suas fontes de inspiração são ecléticas, ocupando porém o materialismo alemão, e Haeckel em particular, um lugar cimeiro. Bombarda dedica o livro *A consciência e o Livre Arbítrio* (1898) precisamente a Haeckel.

No campo específico da psiquiatria, Miguel Bombarda aceita a teoria da degenerescência, de Morel, actualizada por Magnan, Shule, Krafft-Ebing e Lombroso. A degenerescência vale para doenças como a epilepsia, sobre a qual escreve em 1896 (Pichot, P. e Fernandes, B.: 269). Mas, em geral, Bombarda insurge-se contra o determinismo da hereditariedade, afirmando que “não há nenhuma força em potência nos seres vivos que os obrigue a seguir caminhos idênticos aos dos pais” (cit. por PEREIRA 2001: 497).

Bombarda procura emancipar-se da cultura psiquiátrica francesa e conhecer outras escolas, como a alemã e a inglesa, as quais ele cita, por exemplo, na lição de abertura do curso de doenças mentais leccionado em Rilhafolles (1899:79). Não terá lido Kraepelin ainda que o tenha conhecido quando este se deslocou ao Congresso Internacional de Medicina em Lisboa, em 1906. Estando, aliás, Portugal integrado na órbita cultural francesa, a cultura alemã e inglesa chegam deficientemente a Portugal. As classes cultas lêem francês, mas não alemão, nem inglês e as traduções são escassas. As dificuldades da língua não impedem Bombarda de admirar a psiquiatria alemã, declarando a sua “feroz germanofilia” (1898:193) na sequência da visita de estudo realizada a Wurzburg, centro universitário que o deixou “literalmente atordoado pela admiração e pela surpresa” (1898:194). Admiração e surpresa estendidas ao sistema científico alemão, no qual só o Instituto Fisiológico de Berlim teria uma dotação três vezes superior à dotação de toda a escola médica portuguesa (1884: 350). França, em

contrapartida, é um país que merece muitas reservas a Bombarda. Em particular, a visita de estudo aos hospitais psiquiátricos parisienses, deixa-o horrorizado, pois encontrou “doidos presos a argolas de ferro”, para além de “uma sujidade medonha”, “um fétido horroroso”, “muralhas elevadas e ferozes enjaulamentos” (1898 a:186). Em Paris, apenas o hospital de Madame Boucicaut merece o seu apreço (1898 a: 186). Bombarda conclui desta forma: “ A França é uma nação grande, mas nas suas veias ainda corre muito sangue latino” (1898 a: 186). Portanto, o “país da psiquiatria” é a Alemanha (1899:80).

Júlio de Matos, o psiquiatra positivista

Júlio de Matos é um dos representantes mais qualificados do positivismo francês em Portugal, numa época, as últimas décadas do século XIX, em que esta doutrina impregna “todos os domínios da cultura”, nas palavras de Fernando Catroga.

Júlio de Matos dirigiu, com Teófilo Braga, a revista *O Positivismo* (1873-1881), um instrumento essencial na divulgação da doutrina positivista em Portugal. Teófilo era ainda seu parente. A correspondência entre ambos está publicada e conhecemos o papel de Teófilo na sua formação intelectual. Júlio de Matos admite até que ele o terá salvo de uma “crise moral” (FERNANDES, 1957: 10). Formado em Medicina pela Escola médico-cirúrgica do Porto, em 1880, entra como médico adjunto, no Hospital Conde Ferreira, em 1883, data da sua inauguração. António Maria Sena, o director, morre precocemente em 1890 e Júlio de Matos irá substituí-lo. Aqui inicia cursos livres de psiquiatria, sendo o primeiro a fazê-lo em Portugal, (IDEM, 1957: 24). A convite do governo republicano, ocupa o lugar de Bombarda, após este ter sido assassinado por um doente em 4 de Outubro de 1910. De acordo com a lei, acumula o lugar de médico-director de Rilhafoles com o de Professor de Psiquiatria na recém-criada Faculdade de Medicina de Lisboa, transferido de lugar idêntico da Faculdade de Medicina do Porto. O primeiro manual de doenças mentais escrito em português é da sua autoria, datado de 1884. Pretende contribuir para a divulgação da especialidade já que ela não é estudada nas escolas médicas. Preocupa-se em particular com as questões médico-legais às quais dedica a 3ª parte do manual. Barahona Fernandes chama a atenção para a insistência de Júlio de Matos na descrição dos estigmas físicos e morais dos “degenerados”, à maneira de Morel e sobretudo de Magnan. Isto não significa que desconheça Kraepelin, autor que citará nos *Elementos de Psiquiatria* (1911), a partir da tradução italiana. Na opinião de Fernandes, Júlio de Matos insere-se na “última fase da psiquiatria pré-krapeliana”. O

seu autor preferido, para além dos psiquiatras da escola francesa, é o italiano Tanzi ao qual vai buscar a classificação das psicoses. Garofallo, de quem traduz algumas obras, é também um escritor muito apreciado, comungando com este a ideia de que os indivíduos partidários de doutrinas que atentem contra a propriedade, como o socialismo e o anarquismo, são indivíduos “degenerados”, que sofrem de “loucura moral” (MATOS, 1904: 4). O “louco moral” tem afinidades com o “criminoso nato”, e aqui Júlio de Matos inspira-se em Lombroso. Aliás, o psiquiatra italiano traduzirá um dos três volumes de Júlio Matos dedicados à psiquiatria forense (*Os alienados nos tribunais*). Neste domínio da psiquiatria forense, o seu contributo revelou-se essencial, conseguindo a publicação da lei de 3 de abril de 1896 que põe nas mãos de peritos médicos a decisão última sobre a imputabilidade dos doentes. Junto da governação republicana, Júlio de Matos vem a obter duas conquistas – a lei de assistência psiquiátrica de 1911 e a promessa de construção de um novo hospital psiquiátrico na capital, que viria a ter o seu nome, inaugurado em 1942, 20 anos após a sua morte.

Júlio de Matos desempenhou um papel indiscutível na consolidação da psiquiatria portuguesa. Porém, ao ignorar a psiquiatria alemã, manteve a psiquiatria portuguesa enclausurada nas doutrinas psiquiátricas francesas e nas suas congéneres italianas. A morte precoce de Miguel Bombarda revela-se, portanto, um grande contratempo no desenvolvimento da psiquiatria em Portugal.

Bibliografia

BOMBARDA, Miguel (1884), “Editorial”. *A Medicina Contemporânea*. 2 de Novembro, pp.344-350

IDEM. (1898), “Editorial”. *A Medicina Contemporânea*. 12 de Junho, pp.186-194

IDEM. (1898 a), “Editorial”. *A Medicina Contemporânea*. 5 de Junho, p. 186

IDEM. (1899), “A ciência psiquiátrica”. *A Medicina Contemporânea*. 5 de Março, pp. 79-82

CASTRO, José Luciano (1888), “Relatório e proposta de lei para a organização da hospitalização dos alienados”. *A Medicina Contemporânea*. 3 de Junho, pp.198-199

- ENGSTROM, Eric J. (2003), *Clinical Psychiatry in Imperial Germany. A History of Psychiatric Practice*, Ithaca- London, Cornell University Press
- FERNANDES, H. J. Barahona (1955), “Centenário de Kraepelin”. *Anais Portugueses de Psiquiatria*. VII, 7, pp.1-14 (separata)
- IDEM. (1957), “O Professor Júlio de Matos e a Psiquiatria Portuguesa”. *Jornal do Médico*. Março (separata)
- Gach, John. (2008), “Biological Psychiatry in the nineteenth and twentieth centuries”, in Wallace, E. e Gach, J. (ed.), *History of Psychiatry and Medical Psychology*, New York, Springer, pp.375- 389
- Gardel, Maria Rita Lino (coord.). (2010), *Corpo, Estado, Medicina e Sociedade no Tempo da I República*, Lisboa, CNCCR e INCM
- GOMES, Bernardino António. [1999(1843)], *Dos Estabelecimentos de Alienados nos Estados Principais da Europa*, Lisboa, Ulmeiro
- MATOS, Júlio. (1904), “Prefácio”, in Raphael Garofalo, *A Superstição Socialista*, Lisboa, Livraria Clássica, pp. 3-10
- NETO, Víctor (2002-2003), “Miguel Bombarda e Manuel Fernandes Santana”. *Revista Portuguesa de História*. XXXVI, pp. 303-311
- OLIVEIRA, J.F. Reis de. (1983), *Rilhafoles e a Acção do Professor Miguel Bombarda*, Lisboa, s.e.
- PEREIRA, Ana Leonor. (1986), “A institucionalização da loucura em Portugal” . *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 21, pp. 85-100
- IDEM. (2001), *Darwin em Portugal. Filosofia, História, Engenharia Social (1865-1914)*, Coimbra, Almedina
- PEREIRA, Ana Leonor e PITA, João Rui. (2006), *Miguel Bombarda e as Singularidades de uma Época*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra
- PEREIRA, José Morgado. (2005), “Institucionalização e reorientação da psiquiatria portuguesa nas primeiras décadas do século XX”. *Estudos do Século XX*. 5, pp.321-333

IDEM. (2010), “A psiquiatria no tempo da I República” in Gardel, Maria Rita Lino (coord.), *Corpo, Estado, Medicina e Sociedade no Tempo da I República*, Lisboa, CNCCR e INCM

PICHOT, P. e FERNANDES, Barahona. (1984), *Um Século de Psiquiatria e A Psiquiatria em Portugal*, Lisboa, Roche

Regulamento do Hospital d'Alienados estabelecido no Edifício de Rilhafoles (1851), Lisboa, Imprensa Nacional

RIBEIRO, António Maria e GOMES, Bernardino António. (1843), *Peças Relativas à Organização do Edifício da Luz para um Hospital de Alienados de ambos os Sexos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1843

SENA, António Maria. [2003(1883-1885)], *Os Alienados em Portugal*, Lisboa, Ulmeiro

SHORTER, Edward. (2001), *Uma História da Psiquiatria, da Era do Manicómio à Idade do Prozac*, Lisboa, Climepsi editores

Júlio Augusto Henriques (1838-1928): introdutor de Darwin na ciência portuguesa e cultor do evolucionismo em Portugal

Pedro Ricardo Fonseca

Ana Leonor Pereira

João Rui Pita

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Universidade de Coimbra

O presente trabalho propõe-se fornecer uma imagem compreensiva do papel de Júlio Augusto Henriques (1838-1928) enquanto cultor do evolucionismo em Portugal. Júlio Henriques foi um dos cientistas mais notáveis de Portugal na Época Contemporânea. Professor catedrático de botânica (1873-1918) e diretor do Jardim Botânico (1873-1918) da Universidade de Coimbra, a ele se deve a fundação da Sociedade Broteriana (1880) e o início da publicação do seu *Boletim* (1880). A primeira série do *Boletim da Sociedade Broteriana* (1880-1920), revista científica que depressa alcançou uma projeção internacional, foi quase exclusivamente reservada à divulgação dos resultados obtidos no âmbito de um importante estudo coletivo que Júlio Henriques incentivou e para o qual também contribuiu de forma significativa: o estudo da flora portuguesa. Para a execução deste estudo coletivo, Júlio Henriques pôde contar com a colaboração de alguns dos muitos naturalistas que, ao longo de várias décadas de docência na Universidade de Coimbra, ajudou a formar. Mas pôde contar igualmente com a colaboração de botânicos de renome, quer portugueses, como, por exemplo, António Xavier Pereira Coutinho (1851-1939) e Gonçalo Sampaio (1865-1937), quer estrangeiros, como, por exemplo, Jules Daveau (1852-1929).

Foi também Júlio Henriques quem, poucos anos após a publicação de *On the origin of species ...* (1859), inaugurou a defesa consistente da teoria biológica de Charles Darwin (1809-1882) em Portugal. Em 1865, com *As espécies são mudáveis?*¹⁴⁹, dissertação para o ato de conclusões magnas apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, e, em 1866, com *Antiguidade do homem*¹⁵⁰, dissertação de concurso para a mesma Faculdade, Júlio Henriques analisou as provas oriundas de

¹⁴⁹ HENRIQUES, Júlio Augusto. (1865), *As espécies são mudáveis?*. Dissertação para o ato de conclusões magnas, Coimbra, Imprensa da Universidade.

¹⁵⁰ HENRIQUES, Júlio Augusto. (1866), *Antiguidade do homem*. Dissertação de concurso, Coimbra, Imprensa da Universidade.

diferentes disciplinas científicas que fundamentavam a teoria darwiniana e mostrou que compreendia na perfeição uma das principais componentes distintivas do darwinismo: a evolução não se processa de acordo com a ideia de progresso necessário e teleologia. Júlio Henriques mostrou-se igualmente recetivo perante uma das implicações mais perturbadoras do darwinismo para a mentalidade da época: o ser humano, sujeito às mesmas leis naturais que todos os animais e plantas, evoluiu a partir de formas de vida “inferiores”. Com efeito, na dissertação de 1866, Júlio Henriques aplicou a teoria biológica de Charles Darwin à espécie humana, procedimento que o naturalista inglês apenas concretizou cinco anos mais tarde com a obra *The descent of man ...* (1871).

O papel pioneiro de Júlio Henriques na introdução do darwinismo em Portugal já foi objeto de alguns estudos¹⁵¹. Todavia, pouco se sabe sobre a relação de Júlio Henriques com o pensamento evolucionista no período que se seguiu à publicação de *A Antiguidade do Homem* (1866). A sua produção científica foi influenciada por conceitos evolucionistas? Os seus trabalhos pedagógicos incluíam tópicos relacionados com a evolução biológica? Dedicou-se à divulgação de ideias evolucionistas no nosso país? Manteve-se informado sobre os acontecimentos mais relevantes ao nível da história do evolucionismo? Estas são apenas algumas das questões para as quais nos esforçamos por encontrar respostas através da análise dos diversos trabalhos de Júlio Henriques publicados depois de 1866 (monografias, trabalhos pedagógicos, artigos, revistas, traduções, resenhas críticas, textos de homenagem e notícias necrológicas)¹⁵². Estas questões afiguram-se ainda mais importantes se nos lembrarmos que a receção do darwinismo nos diferentes contextos nacionais e regionais obedeceu a ritmos diferenciados¹⁵³ e que a História do Evolucionismo conheceu alguns dos seus

¹⁵¹ Vide: PEREIRA, A. L. (1991), “O espírito científico contemporâneo na Universidade de Coimbra. Júlio Augusto Henriques”. In: *Universidade(s) – História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade (No 7º Centenário da sua fundação)”*, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, Vol. 1, pp. 347-365; Idem (2001), *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social – (1865-1914)*, Coimbra, Livraria Almedina; ALMAÇA, Carlos. (1997), *O Darwinismo na Universidade Portuguesa (1865-1890)*, Lisboa, Museu Bocage; LOUREIRO, Ana Catarina Capelo. (2007), *Júlio Augusto Henriques: pioneiro nas ideias evolucionistas em Portugal*. Tese de mestrado, s. l., s. n..

¹⁵² Para uma lista bastante completa dos trabalhos de Júlio Augusto Henriques, Vide: PEREIRA, J. T. M. (1980), “Ensaio de bibliografia henriquesiana”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 2.ª Série, 54, p. xxxv-lxix.

¹⁵³ Sobre este assunto, Vide: GLICK, Thomas (ed.). (1974), *The Comparative Reception of Darwinism*, Austin, University of Texas Press; ENGELS, Eve-Marie, GLICK, Thomas (eds.). (2008), *The Reception of Charles Darwin in Europe – Vol. II*, London, Continuum; GLICK, T. (2010), “The Comparative Reception of Darwinism: A Brief History”. *Science & Education*. 19, pp. 693-703; GLICK, Thomas; Elinor Shaffer (eds.). (2012), *The Reception of Charles Darwin in Europe – Volume III*, London and New York, Continuum. (em publicação).

desenvolvimentos mais decisivos no período em que Júlio Henriques se encontrava no auge da sua carreira científica¹⁵⁴.

Ao nível da produção científica, Júlio Augusto Henriques dedicou-se, sobretudo, à classificação de plantas. Adepto das classificações naturais (em oposição às classificações artificiais), a atividade de Júlio Henriques privilegiava a descrição dos critérios da morfologia (externa e interna) das plantas e a indicação da sua distribuição geográfica e do seu “habitat”¹⁵⁵. A questão das origens e a questão das relações filogenéticas estão, aparentemente, ausentes do seu trabalho. É certo que, em alguns dos seus trabalhos de classificação, encontramos referências a “afinidades”, “formas de transição” ou “intermediários”¹⁵⁶. No entanto, estes termos devem ser interpretados com a devida precaução, pois não são necessariamente reveladores de um discurso de orientação evolucionista¹⁵⁷. Seja como for, num trabalho pedagógico, Júlio Henriques mostrou-se consciente da importância do estabelecimento de relações entre os organismos e do conhecimento das respetivas origens para a classificação:

«O estudo particular das diversas fôrmas vegetaes, mostrando as relações mais ou menos estreitas entre as diversas plantas, póde dar elementos para se chegar a saber a origem d’essas fôrmas, e póde demonstrar as relações dos vegetaes

¹⁵⁴ Sobre este assunto, Vide, por exemplo: MAYR, Ernst. (1982), *The growth of biological thought: diversity, evolution and inheritance*, Cambridge, Mass., The Belknap Press of Harvard University Press; GAYON, Jean. (1992), *Darwin et l’après Darwin: Une histoire de l’hypothèse de sélection naturelle*, Paris, Editions Kimé; GOULD, Stephen Jay. (2002), *The structure of evolutionary theory*, Cambridge, Mass. and London, The Belknap Press of Harvard University Press; BOWLER, Peter J. (2009), *Evolution: the history of an idea, 25th Anniversary Edition, With a New Preface*. 3rd edition, completely revised and expanded. Berkeley, Los Angeles and London, University of California Press; RUSE, Michael. (2002), *The evolution wars: a guide to the debates*, New Brunswick, New Jersey, and London, Rutgers University Press; FONSECA, P. R., PEREIRA, A. L., PITA, J. R. (2011), “A história do evolucionismo no século XX: metodologias e perspectivas historiográficas”. *Estudos do Século XX*.11, pp. 373-388. Os autores do presente trabalho publicaram recentemente uma cronologia especializada sobre a história do evolucionismo. Vide: PITA, J. R.; PEREIRA, A. L.; FONSECA, P. R. (2011), “Darwin, Evolution, Evolutionisms: A Selective Chronology (1809-2009)”. In: PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui, FONSECA, Pedro Ricardo (eds.). (2011), *Darwin, Evolution, Evolutionisms*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 19-22.

¹⁵⁵ Vide, por exemplo: HENRIQUES, Júlio Augusto. (1895), *Lições de botânica especial – anno lectivo de 1894-1895*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 3.

¹⁵⁶ Vide, por exemplo: HENRIQUES, J. A. (1895), “Contribuição para o estudo da flora portuguesa – Cryptogamicas vasculares”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 12, pp. 57-96, p. 70, 77, 80; Idem (1897), “Contribuição para o estudo da flora portuguesa – Plantaginaceae”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 14, pp. 67-81, pp. 72-74, 76, 78; Idem (1903), “Subsidio para o conhecimento da flora portuguesa – Gramineas (Gramineae)”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 20, pp. 1-183, p. 44, 48, 73.

¹⁵⁷ Recordamos o caso muito semelhantes assinalado por Carlos Almaça em relação ao zoólogo de J. V. Barbosa du Bocage (1823-1907). Vide: ALMAÇA, Carlos. (1993), *Bosquejo histórico da zoologia em Portugal*, Lisboa, Museu Nacional de História Natural – Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico (Museu Bocage), pp.29-30.

actuaes com as dos d'outras epochas geologicas e é em fim a unica base para a classificação»¹⁵⁸

A ausência de questões do foro evolucionista nos trabalhos de classificação de finais do século XIX e inícios do século XX constituía, de resto, a regra e não a exceção. Como mostrou Kevin De Queiroz, o impacto do evolucionismo sobre a classificação foi bastante tardio¹⁵⁹.

Júlio Henriques elaborou um número considerável de trabalhos pedagógicos. Alguns deles abordam temas direta e indiretamente relacionados com a evolução. A extensão do presente texto obrigou-nos a circunscrever a nossa análise a apenas um desses trabalhos. Atendendo à importância que dispensa a questões do foro evolucionista, à circunstância de ter sido publicado simultaneamente em Portugal, em França e no Brasil, e de, aparentemente, se tratar de um trabalho pouco conhecido¹⁶⁰, a nossa escolha recaiu sobre o manual *Elementos de História Natural. Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia. Segundo os programas dos exames de admissão á Faculdade de Medicina, e á Escola Politecnica e o programa de ensino da Escola do Exercito do Rio de Janeiro* (1914)¹⁶¹. Este manual, elaborado em colaboração com outros dois autores, é constituído por três partes independentes: zoologia, botânica, e mineralogia e geologia. A parte de botânica, da autoria de Júlio Henriques, dispensa uma atenção considerável à evolução, abordando temas como a adaptação, a luta pela vida, a seleção natural e as relações filogenéticas¹⁶². Na passagem que se segue, por exemplo, a influência da teorização biológica de Charles Darwin é facilmente

¹⁵⁸ HENRIQUES, Júlio Augusto. (1895), *Lições ...*, p. 3. Júlio Henriques manteve-se fiel a esta posição. Com efeito, em 1911, noutro trabalho pedagógico, afirmava: «*Actualmente o numero de especies conhecidas passa de 200:000. Para o estudo d'ellas é absolutamente indispensavel a classificação, e esta deve ser tão natural, quanto possivel, pois que nos deve não só facilitar a determinação e estudo das especies, mas ainda fazer conhecer as relações de parentesco e portanto de origem de todas ellas*». HENRIQUES, Júlio Augusto. (1911), *Programma das Lições na Cadeira de Botanica: Botanica Especial e Geographia Botanica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 3.

¹⁵⁹ Vide: QUEIROZ, K. de (1988), "Systematics and the Darwinian Revolution". *Philosophy of Science*. 55, pp. 238-259, sobretudo pp. 238-243.

¹⁶⁰ Este trabalho não se encontra referenciado na lista bibliográfica elaborada por J. T. M. Pereira (1980) e, tanto quanto nos foi possível averiguar, não foi analisado ou referenciado por nenhum dos autores que se têm ocupado do estudo de Júlio Henriques.

¹⁶¹ MACHADO, António, HENRIQUES, Júlio Augusto, SIMAS, F. de. (1914). *Elementos de História Natural. Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia. Segundo os programas dos exames de admissão á Faculdade de Medicina, e á Escola Politecnica e o programa de ensino da Escola do Exercito do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Paris e Lisboa, Livraria Francisco Alves, Livraria Aillaud, Livraria Bertrand.

¹⁶² Abordando as diferentes formas de classificação biológica, e em estreita conexão com o tema da influência do evolucionismo sobre a classificação, Júlio Henriques afirma que: "A classificação será tanto melhor, quanto melhor indicar o grau de parentesco que se observar entre os diversos grupos". MACHADO, António, HENRIQUES, Júlio Augusto, SIMAS, F. de., 1914, pp. 291-292.

perceptível, com Júlio Henriques a abordar a competição entre espécies e entre indivíduos da mesma espécie, a sobrevivência dos mais fortes na luta pela vida e a analogia entre a seleção natural e a seleção artificial:

«O desenvolvimento das plantas da mesma espécie pode não ser igual em todas, ou porque as sementes não eram igualmente organizadas, ou porque as condições externas impediram o desenvolvimento normal. Umas, por isso, suplantarão as outras, ficando as melhor organizadas. O que se dá entre indivíduos da mesma espécie, dá-se entre indivíduos de espécies diferentes. Sempre os indivíduos melhor organizados e mais adaptáveis às condições externas serão os vencedores na luta pela vida. Os fracos desaparecerão pouco a pouco, e os fortes resistirão. É a seleção natural. É o que o homem faz para obter plantas que prestam utilidade, selecionando os produtores as que melhores qualidades oferecerem.»¹⁶³

Júlio Henriques traduziu para Língua Portuguesa diversos trabalhos científicos de autores estrangeiros¹⁶⁴. Entre eles, contam-se alguns textos com interesse para a temática evolucionista, como, por exemplo, a obra *Elementos de botânica* de 1877¹⁶⁵, uma tradução de um livro de autoria de Joseph Dalton Hooker (1817-1911), um dos amigos mais chegados de Charles Darwin e um dos mais importantes defensores da sua teoria biológica¹⁶⁶. Esta obra de divulgação científica aborda inúmeros temas relacionados com a evolução biológica. Por exemplo, sublinha a crescente primazia da teoria evolucionista sobre a teoria criacionista na explicação da origem das espécies, com especial atenção à realidade do mundo vegetal:

*«Duas theorias ha para explicar a origem das especies. Uma – a da **criação** independente, – admite que as especies foram creadas taes como hoje existem, e para cada uma um ou muitos casaes. Na segunda – a da **evolução**– consideram-se todas as especies derivadas d’um só ou d’alguns seres d’organisação simples, primitivamente creados. A primeira é puramente especulativa e por isso mesmo incapaz de prova real. Não podendo ensinar nada nem suggerir a menor ideia, oppõem-se abertamente a todo o espirito investigador. A segunda, verdadeira em todos os seus principios, ou só em parte d’elles, tem em pouco tempo adquirido partidarios, e isto porque dá explicação de muitos phenomenos vegetaes; porque*

¹⁶³ MACHADO, António, HENRIQUES, Júlio Augusto, SIMAS, F. de., 1914, p. 279.

¹⁶⁴ Vide: PEREIRA, 1980, p. lviii, lxxviii.

¹⁶⁵ HOOKER, Joseph Dalton (1877), *Elementos de botânica*, Traduzida da 3.^a edição inglesa com permissão do auctor por Júlio Henriques. Porto e Braga, Livraria Moré.

¹⁶⁶ Sobre a ação decisiva de Joseph Dalton Hooker enquanto apoiante da teoria biológica de Darwin, Vide, por exemplo: BROWNE, Janet. (1995), *Charles Darwin – The Power of Place*, New York, Knopf; Idem. (2008), *A origem das espécies de Charles Darwin*, Lisboa, Gradiva.

*ensina muita cousa, perfeitamente provada; porque tem feito lembrar muitas observações curiosas e porque tem guiado os passos a muitos observadores, que tem descoberto factos completamente novos nos diversos ramos da botânica.»*¹⁶⁷ (Enfãse no original).

Joseph Dalton Hooker enumera, de seguida, sete princípios sobre os quais assenta a teoria evolucionista¹⁶⁸, sendo que, entre eles, encontramos algumas das ideias-chave do darwinismo. Por exemplo, de acordo com o sétimo princípio apresentado pelo botânico inglês, a acumulação de pequenas modificações ao longo das gerações pode dar origem a novas espécies e mesmo a grupos taxonómicos superiores:

*«[...] apesar de pequena diferença que se nota entre a especie e a sua variedade, estas diferenças, accumulando-se successivamente de geração em geração, pódem dar em resultado diferenças iguaes ás que se encontram entre especies distinctas ou mesmo entre generos ou grupos ainda superiores»*¹⁶⁹.

Júlio Henriques também traduziu para Língua Portuguesa um trabalho sobre Charles Darwin da autoria do botânico Alphonse de Candolle (1806-1893)¹⁷⁰, com quem o botânico português se correspondeu¹⁷¹. Publicado poucos meses após o falecimento do naturalista inglês em abril de 1882, o trabalho inclui uma nota infrapaginal, na qual Júlio Henriques apresenta os motivos que o levaram a traduzir este trabalho:

*«Tem uma importancia de primeira ordem tudo quanto diz respeito a Darwin, inquestionavelmente um dos naturalistas de maior vulto da epocha actual: por isso me dei ao trabalho de verter para a nossa linguagem o artigo muito notavel que na Revista Scientificade Genebra publicou o sr. A. de Candolle, nome respeitabilissimo para quantos cultivam as sciencias naturaes. D’esta forma o nosso jornal presta culto á memoria do sabio inglez.»*¹⁷²

Júlio Henriques escreveu várias notícias necrológicas e textos de homenagem sobre personalidades que se evidenciaram na História do Evolucionismo. Por exemplo,

¹⁶⁷ HOOKER. 1877, pp. 154-155.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, pp. 154-157.

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 157.

¹⁷⁰ CANDOLLE, A. de. (1882-1883), “Sciencias Physico-Mathematicas – C. Darwin: causas do successo de seus trabalhos e importancia d’elles [Tradução de Júlio Augusto Henriques]”. *O Instituto*. 2.^a Série, 30, pp. 344-363.

¹⁷¹ Vide: HENRIQUES, J. A. (1893), “Affonso de Candolle”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 11, pp. 5-8, p. 8.

¹⁷² CANDOLLE, 1882-1883, nota infrapaginal n.º 1, p. 344.

escreveu notícias necrológicas sobre: Asa Gray (1810-1888)¹⁷³, um dos principais divulgadores das ideias de Charles Darwin nos E. U. A. e um dos primeiros autores a tentar a conciliação entre o darwinismo e o cristianismo; Joseph Dalton Hooker¹⁷⁴, com quem se chegou a corresponder;¹⁷⁵ e Alfred Russel Wallace (1823-1913)¹⁷⁶, co-autor da teoria da evolução por seleção natural. Como já foi referido, pouco tempo após a morte de Charles Darwin, foi publicada a tradução realizada por Júlio Henriques de um trabalho da autoria de Alphonse de Candolle¹⁷⁷. Em março de 1882, apenas um mês antes do falecimento de Charles Darwin, havia sido publicado um artigo em sua homenagem por ocasião do 73.º aniversário da autoria de Júlio Henriques¹⁷⁸. Neste texto, Júlio Henriques revela a sua admiração por Charles Darwin, bem como a sua disponibilidade para divulgar as ideias do naturalista inglês: «[O texto de homenagem] é uma manifestação sincera de admiração e significa um desejo profundo de fazer conhecido o nome e as ideias elevadas de quem tanto e tão honradamente tem trabalhado em prol do progresso da intelligencia humana»¹⁷⁹.

O ano de 1909 foi ano de dupla comemoração darwiniana. Celebrou-se o 100.º aniversário de Charles Darwin e o 50.º aniversário da primeira publicação de *On the origin of species* A Universidade de Cambridge (Inglaterra), onde Charles Darwin estudou (1828-1831), foi o palco principal das celebrações a nível mundial, reunindo cientistas e dignatários de universidades e instituições científicas de todo o mundo. Egas

¹⁷³ HENRIQUES, J. A. (1888), “Necrologia”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 6, pp. 250-252. Júlio Henriques refere que, com a morte de Asa Gray, “A America do Norte perdeu o maior botânico, que a grande republica tinha produzido”, p. 251.

¹⁷⁴ HENRIQUES, J. A. (1911), “Sir Joseph Dalton Hooker”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 26, pp. iii-iv; IDEM (1914), “Mortos ilustres”, *Revista da Universidade de Coimbra*. 3, 1914, pp. 619-637. No trabalho publicado no 26.º volume do *Boletim da Sociedade Broteriana*, dedicado precisamente à memória de Joseph Dalton Hooker, Júlio Henriques refere-se à contribuição do botânico inglês para a elaboração e a defesa da teoria biológica de Charles Darwin: «Nas grandes viagens fez estudos importantes sobre a geographia das plantas, procurando interpretar as diferenças de vegetação nas diversas regiões como efeito das condições climáticas, prevendo a theoria da transformação das especies, que com Darwin desenvolveu e da qual foi constante defensor. Ainda em 1909 (sic), por ocasião da solemne celebração do anniversario do nascimento de Darwin, coincidindo com o quinquagesimo anno da publicação da theoria, Hooker, já então de 91 annos de idade, fez um interessantissimo discurso sobre trabalhos do seu amigo e companheiro», p. iv.

¹⁷⁵ Vide, por exemplo: HENRIQUES, J. A. (1884), “Nota sobre a proveniencia do *Cupressus glauca* e sobre a epocha da introdução d’esta especie em Portugal”. *Boletim Annual da Sociedade Broteriana*. 3, pp. 124-128.

¹⁷⁶ HENRIQUES, 1914. Júlio Henriques dá especial relevo à história da amizade entre Alfred Wallace e Charles Darwin, referindo até um dos pontos de divergência dos dois naturalistas, a crença do primeiro numa entidade espiritual superior: «Não foi materialista, pois sempre conservou a ideia da existência dum ser que no Universo obra como creador, organizador e dirigente de tudo tanto no nosso Universo, como em todos os Universos possíveis», p. 634.

¹⁷⁷ CANDOLLE, 1882-1883.

¹⁷⁸ HENRIQUES, J. A. (1882), “Carlos Darwin”. *Jornal de Horticultura Practica*. (Porto), 13, pp. 41-44.

¹⁷⁹ Idem, *ibidem*, pp. 43-44.

Pintos Basto (1881-1937), precisamente em substituição de Júlio Henriques, pela Universidade de Coimbra, Aarão Ferreira de Lacerda (1863-1921), pela Academia Politécnica do Porto, e Francisco Silva Teles (1860-1930) pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pelo Curso Superior de Letras, foram os representantes de Portugal¹⁸⁰. Júlio Henriques assinalou a dupla comemoração darwiniana com a publicação de dois artigos no *Boletim da Sociedade Broteriana*¹⁸¹. Num desses artigos, o botânico português fez questão de sublinhar que as ideias contidas na obra fundamental de Charles Darwin de 1859 “[...] *deram às sciencias historico-naturaes uma orientação nova de grande alcance, podendo dizer-se sem hesitação que marcaram o inicio d’uma nova era extremamente fecunda*»¹⁸².

Embora a extensão pretendida para o presente trabalho não nos tenha permitido abordar as diferentes problemáticas relacionadas com o nosso objeto de estudo com a profundidade desejada, julgamos que a nossa exposição forneceu elementos importantes para podermos proceder à resposta das questões que colocámos no início do trabalho. A produção científica de Júlio Henriques não parece ter sido influenciada por conceitos evolucionistas, realidade que, de um modo geral, se aplica à maioria dos biólogos que se dedicava à classificação nos finais do século XIX e inícios do século XX. Os seus trabalhos pedagógicos incluíam tópicos direta e indiretamente relacionados com a evolução biológica, sendo que um dos mais significativos a esse respeito foi publicado simultaneamente em Portugal, em França e no Brasil. Júlio Henriques dedicou-se à divulgação de ideias evolucionistas no nosso país, sobretudo através da tradução de trabalhos relevantes, quer da autoria, quer sobre, evolucionistas célebres. O botânico português manteve-se informado sobre alguns dos acontecimentos mais relevantes ao nível da História do Evolucionismo, como o comprovam as notícias necrológicas que escreveu sobre evolucionistas conceituados e os textos de homenagem que escreveu sobre Charles Darwin.

Podemos, assim, concluir que a relação de Júlio Henriques com o pensamento evolucionista não se limitou aos seus trabalhos de 1865 e 1866, prolongando-se pelas

¹⁸⁰ Vide: PEREIRA, 2001, pp. 81-82; PEREIRA, A. L., FONSECA, P. R. (2012), “The Darwin centennial celebrations in Portugal”. In: GLICK, Thomas, SHAFFER, Elinor (eds.). (2012), *The Reception of Charles Darwin in Europe – Volume III*, London and New York, Continuum. (em publicação).

¹⁸¹ HENRIQUES, J. A. (1908-1909) “Carlos Darwin 1809-1909”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 24, pp. 5-6; Idem (1908-1909), “Celebração do centenario do nascimento de Ch. Darwin”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 24, pp. 245-246.

¹⁸² Idem (1908-1909), “Carlos Darwin ...”, pp. 5-6, p. 5.

décadas iniciais do século XX e revelando vários pontos de interesse para a História do Evolucionismo em Portugal. As particularidades dessa relação reforçam, por um lado, a necessidade de se estudar a posição de outros naturalistas portugueses perante o evolucionismo, e, por outro, aconselham-nos a não limitar a nossa pesquisa apenas à análise dos seus trabalhos científicos. Um bom começo para esse trabalho de investigação seria seguramente o estudo de alguns dos muitos colaboradores e discípulos que Júlio Henriques teve ao longo da sua vida. A esse respeito, sabemos, por um lado, que alguns dos seus discípulos escreveram trabalhos importantes sobre temáticas evolucionistas. São disso exemplo, entre outros, Luís Wittnich Carrisso (1886-1937)¹⁸³, discípulo de Júlio Henriques e seu sucessor enquanto professor catedrático de botânica e diretor do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, e Rui Teles Palhinha (1871-1957)¹⁸⁴, discípulo de Júlio Henriques e professor catedrático de Botânica na Universidade de Lisboa e diretor do Jardim Botânico de Lisboa. Mas, por outro lado, pouco ou nada sabemos sobre a posição de alguns dos seus colaboradores mais próximos, como por exemplo, António Xavier Pereira Coutinho e Gonçalo Sampaio, os dois naturalistas que, juntamente com Júlio Henriques, protagonizaram a revitalização dos estudos botânicos em Portugal.

Pensamos que investigações futuras nos poderão ajudar a encontrar respostas para estas e outras questões relacionadas com a História do Evolucionismo em Portugal. De momento, resta-nos sublinhar uma vez mais que Júlio Henriques, além de ter sido pioneiro na introdução de Darwin na ciência portuguesa, foi também um importante cultor do evolucionismo em Portugal nos finais do século XIX e inícios do século XX.

Bibliografia

ALMAÇA, Carlos. (1993), *Bosquejo histórico da zoologia em Portugal*, Lisboa, Museu Nacional de História Natural – Museu e Laboratório Zoológico e Antropológico (Museu Bocage).

¹⁸³ Vide: CARRISSO, L. W. (1910), *Hereditariedade*. Dissertação manuscrita para o acto de licenciatura, Coimbra, Edição do Autor; Idem (1915), “Vegetais e animais”. *Revista da Universidade de Coimbra*. 4, pp. 535-541. Para uma leitura compreensiva do trabalho de 1910 de Luís Carrisso no quadro da História do Evolucionismo, Vide: PEREIRA, A. L., FONSECA, P. R. (2009-2010), “A dissertação manuscrita *Hereditariedade* (1910, 236 fl.) de Luís Wittnich Carrisso no contexto do ‘eclipse do Darwinismo’”. *Antropologia Portuguesa*. 26-27, pp. 29-48.

¹⁸⁴ PALHINHA, Rui Teles (1893), *Estudo sobre a origem da vida no globo terrestre*. Dissertação de concurso, Coimbra, Imprensa da Universidade; Idem (1925), “O estado actual das ideias de adaptação em face da biologia moderna”. *Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana*. 17.^a Série, 1, pp. 3-14.

- IDEM. (1997), *O Darwinismo na Universidade Portuguesa (1865-1890)*, Lisboa, Museu Bocage.
- BOWLER, Peter J. (2009), *Evolution: the history of an idea, 25th Anniversary Edition, With a New Preface*. 3rd edition, completely revised and expanded. Berkeley, Los Angeles and London, University of California Press.
- BROWNE, Janet. (1995), *Charles Darwin – The Power of Place*, New York, Knopf.
- IDEM. (2008), *A origem das espécies de Charles Darwin*, Lisboa, Gradiva.
- CANDOLLE, A. de. (1882-1883), “Sciencias Physico-Mathematicas – C. Darwin: causas do successo de seus trabalhos e importancia d’elles [Tradução de Júlio Augusto Henriques]”. *O Instituto*. 2.^a Série, 30, pp. 344-363.
- CARRISSO, L. W. (1910), *Hereditariedade*. Dissertação manuscrita para o acto de licenciatura, Coimbra, Edição do Autor.
- IDEM. (1915), “Vegetais e animais”. *Revista da Universidade de Coimbra*. 4, pp. 535-541.
- ENGELS, Eve-Marie, GLICK, Thomas (eds.). (2008), *The Reception of Charles Darwin in Europe–Vol. II*, London, Continuum.
- FONSECA, P. R., PEREIRA, A. L., PITA, J. R. (2011), “A história do evolucionismo no século XX: metodologias e perspectivas historiográficas”. *Estudos do Século XX*. 11, pp. 373-388.
- GAYON, Jean. (1992), *Darwin et l’ après Darwin: Une histoire de l’hypothèse de sélection naturelle*, Paris, Editions Kimé.
- GLICK, Thomas (ed.). (1974), *The Comparative Reception of Darwinism*, Austin, University of Texas Press.
- IDEM. (2010), “The Comparative Reception of Darwinism: A Brief History”. *Science & Education*. 19, pp. 693-703.
- GLICK, Thomas; Elinor Shaffer (eds.). (2012), *The Reception of Charles Darwin in Europe – Volume III*, London and New York, Continuum. (em publicação).

GOULD, Stephen Jay. (2002), *The structure of evolutionary theory*, Cambridge, Mass. and London, The Belknap Press of Harvard University Press.

HENRIQUES, Júlio Augusto. (1865), *As espécies são mudáveis?*. Dissertação para o ato de conclusões magnas, Coimbra, Imprensa da Universidade.

— (1866), *Antiguidade do homem*. Dissertação de concurso, Coimbra, Imprensa da Universidade.

— (1882), “Carlos Darwin”. *Jornal de Horticultura Pratica*. (Porto), 13, pp. 41-44.

— (1884), “Nota sobre a proveniencia do *Cupressus glauca* e sobre a epocha da introducção d’esta especie em Portugal”. *Boletim Annual da Sociedade Broteriana*. 3, pp. 124-128.

— (1888), “Necrologia”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 6, pp. 250-252.

— (1893), “Affonso de Candolle”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 11, pp. 5-8.

— (1895), “Contribuição para o estudo da flora portugueza – Cryptogamicas vasculares”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 12, pp. 57-96.

— (1895), *Lições de botanica especial – anno lectivo de 1894-1895*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

— (1897), “Contribuição para o estudo da flora portugueza – Plantaginaceae”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 14, pp. 67-81, pp. 72-74.

— (1903), “Subsidio para o conhecimento da flora portugueza – Gramineas (Gramineae)”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 20, pp. 1-183.

— (1908-1909) “Carlos Darwin 1809-1909”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 24, pp. 5-6.

— (1908-1909), “Celebração do centenario do nascimento de Ch. Darwin”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 24, pp. 245-246.

— (1911), “Sir Joseph Dalton Hooker”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 26, pp. iii-iv.

— (1911), *Programma das Lições na Cadeira de Botanica: Botanica Especial e Geographia Botanica*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

— (1914), “Mortos ilustres”, *Revista da Universidade de Coimbra*. 3, 1914, pp. 619-637.

HOOKER, Joseph Dalton (1877), *Elementos de botânica*, Traduzida da 3.^a edição inglesa com permissão do auctor por Júlio Henriques. Porto e Braga, Livraria Moré.

LOUREIRO, Ana Catarina Capelo. (2007), *Júlio Augusto Henriques: pioneiro nas ideias evolucionistas em Portugal*. Tese de mestrado, s. l., s. n..

MACHADO, António, HENRIQUES, Júlio Augusto, SIMAS, F. de. (1914). *Elementos de História Natural. Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia. Segundo os programas dos exames de admissão á Faculdade de Medicina, e á Escola Politecnica e o programa de ensino da Escola do Exercito do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Paris e Lisboa, Livraria Francisco Alves, Livraria Aillaud, Livraria Bertrand.

MAYR, Ernst. (1982), *The growth of biological thought: diversity, evolution and inheritance*, Cambridge, Mass., The Belknap Press of Harvard University Press.

PALHINHA, Rui Teles (1893), *Estudo sobre a origem da vida no globo terrestre*. Dissertação de concurso, Coimbra, Imprensa da Universidade.

IDEM. (1925), “O estado actual das ideias de adaptação em face da biologia moderna”. *Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana*. 17.^a Série, 1, pp. 3-14.

PEREIRA, Ana Leonor. (1991), “O espírito científico contemporâneo na Universidade de Coimbra. Júlio Augusto Henriques”. In: *Universidade(s) – História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso “História da Universidade (No 7º Centenário da sua fundação)”*, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, Vol. 1, pp. 347-365.

IDEM. (2001), *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social – (1865-1914)*, Coimbra, Livraria Almedina.

PEREIRA, A. L., FONSECA, P. R. (2009-2010), “A dissertação manuscrita *Hereditariedade* (1910, 236 fl.) de Luís Wittnich Carrisso no contexto do ‘eclipse do Darwinismo’”. *Antropologia Portuguesa*. 26-27, pp. 29-48.

IDEM. (2012), “The Darwin centennial celebrations in Portugal”. In: GLICK, Thomas, SHAFFER, Elinor (eds.). (2012), *The Reception of Charles Darwin in Europe – Volume III*, London and New York, Continuum. (em publicação).

PEREIRA, J. T. M. (1980), “Ensaio de bibliografia henriquesiana”. *Boletim da Sociedade Broteriana*. 2.^a Série, 54, p. xxxv-lxix.

PITA, J. R.; PEREIRA, A. L.; FONSECA, P. R. (2011), “Darwin, Evolution, Evolutionisms: A Selective Chronology (1809-2009)”. In: PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui, FONSECA, Pedro Ricardo (eds.). (2011), *Darwin, Evolution, Evolutionisms*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 19-22.

QUEIROZ, K. de (1988), “Systematics and the Darwinian Revolution”. *Philosophy of Science*. 55, pp. 238-259.

RUSE, Michael. (2002), *The evolution wars: a guide to the debates*, New Brunswick, New Jersey, and London, Rutgers University Press.

Procurando uma *Ciência Nova* ?

A actividade científica nos laboratórios universitários portugueses no pós I Guerra Mundial

Ângela Salgueiro

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

As primeiras medidas legislativas republicanas, em matéria de ensino superior, permitiram um avanço substancial nas discussões relacionadas com a problemática científica nacional, definindo, desde logo, as instituições universitárias como os agentes principais no processo de produção de *ciência nova*¹⁸⁵. A promulgação da *Constituição Universitária*, em 19 de Abril de 1911, intensificou esta tendência, definindo como um dos principais objectivos das universidades a promoção e o desenvolvimento da investigação científica¹⁸⁶. Desta forma, multiplicaram-se os organismos de ensino e de investigação no seio das Faculdades, verificando-se, simultaneamente, um activo movimento de concentração, sob tutela universitária, de instituições como o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana e o Instituto Central de Higiene¹⁸⁷, que muito contribuiriam para estimular o potencial científico das mesmas.

No entanto, rapidamente se perceberia que este novo enquadramento legislativo não era suficiente para favorecer o desenvolvimento científico português. Permaneciam diversos problemas estruturais, maioritariamente de natureza económica e institucional, relacionados com a escassez orçamental, a falta de quadros técnicos, a precariedade de instalações e a inexistência de regulamentos privativos, para além dos constrangimentos legislativos, sociais e culturais a que as várias instituições estavam sujeitas, muito particularmente pela dificuldade de afirmação do paradigma científico no País. Como diria Agostinho de Campos, anos mais tarde, em Portugal não se começou pelo princípio base de tornar a ciência respeitável¹⁸⁸.

A I guerra Mundial agudizaria consideravelmente esta conjuntura, funcionando como um importante ponto de transição. O agravamento da situação financeira do Estado afectou o funcionamento regular dos laboratórios e institutos, dificultando a

¹⁸⁵ COSTA, A. Celestino. (s.d.), *A Universidade Portuguesa e o problema da sua reforma*, p.39.

¹⁸⁶ No artigo 1.º da *Constituição Universitária* referia-se como um dos principais fins das universidades “(...) Fazer progredir a ciência, pelo trabalho dos seus mestres, e iniciar um escol de estudantes - nos métodos de descoberta e invenção científica;”. Decreto com força de lei de 19 de Abril. *D.G.*, n.º 93, 22-04-1911.

¹⁸⁷ Pelos decretos com força de lei de 12 de Novembro de 1910 (*D.G.*, n.º 34, 14-11- 1910) e 6 de Abril de 1911 (*D.G.*, n.º 81, 08-04-1911).

¹⁸⁸ CAMPOS, Agostinho de (Pref.). (1937), *O Homem de Ciência*, p.7-42.

obtenção dos produtos de trabalho quotidiano e a aquisição de equipamento, os quais eram maioritariamente importados dos países da Europa Central. Restringiu ainda a livre circulação de ideias, investigadores e *know-how* e implicou o recrutamento em larga escala da massa crítica portuguesa, criando uma verdadeira *crise de pessoal docente*¹⁸⁹, com repercussões evidentes na actividade intermitente de vários estabelecimentos anexos ou mesmo na sua paralisação durante o período bélico. Por outro lado, a I Guerra favoreceu também diversos *inputs* na realidade portuguesa. Desde logo, ao nível do conhecimento científico, por ter originado um acelerado desenvolvimento em áreas como a Medicina e a Química. Permitiu ainda a criação de poderosos organismos internacionais que favoreceram e contribuíram activamente para o intercâmbio e para a difusão do conhecimento, nos quais Portugal esteve quase sempre representado, como foi o caso da Comissão de Intercâmbio Sanitário da Sociedade das Nações¹⁹⁰. Colocou também nas agendas nacionais a problemática da (re)organização dos estabelecimentos de investigação e de discussão das suas políticas científicas¹⁹¹.

Internamente, esta conjuntura dual deu origem às primeiras propostas sobre organização científica e definição de linhas de orientação para o sector por parte da elite científica e professoral. A maioria continuou a defender o papel da Universidade no esforço de modernização da ciência, mas uma Universidade reformada, com uma missão bem definida, com um corpo docente mais equilibrado, melhor dotada e instalada e que desse resposta às necessidades da realidade nacional. Augusto Celestino da Costa, a este respeito afirmava:

“É preciso proclamar altamente que o ensino superior português carece de uma transformação radical. (...) É necessário que as Universidades desempenhem entre nós um papel idêntico ao que têm representado no estrangeiro. (...) O objectivo primacial do ensino superior é a criação de ciência nova. Esta é a característica das Universidades modernas, orientadas sobre as alemãs (...) Ao lado deste objectivo há outros também

¹⁸⁹ Sessão do conselho escolar de 18 de Outubro de 1916. RODRIGUES, Manuel Augusto. (1992), *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Ciências: 1911-1927*, Vol. I, p.101-103.

¹⁹⁰ Portaria de 15 de Abril de 1924 que nomeia Nicolau de Bettencourt para participar no mesmo. *D.G.*, II Série, n.º 90, 19-04-1924.

¹⁹¹ VASCONCELOS, Faria de. (1921), “A situação angustiosa da investigação científica”, MARQUES, J. Ferreira. (2006), *Obras Completas III – 1921-1925*, p.73-76.

*importantes: são a educação liberal e a profissional que caracterizam as Universidades antigas. (...)*¹⁹².

Estas elites, representadas por homens como o próprio Celestino da Costa, Pedro José da Cunha, Faria de Vasconcelos, António Sérgio, Azevedo Neves, Reinaldo dos Santos, Cirilo Soares, entre muitos outros, caracterizavam-se por uma maturação significativa no pensamento sobre a problemática do desenvolvimento científico, ultrapassando a mera justificação da necessidade de criação de ciência, bastante comum no período que antecedeu a I Guerra, para passar a reflectir sobre os instrumentos, os meios, os agentes, a orientação e os vectores desse mesmo desenvolvimento:

*“(...) o êxito do trabalho experimental depende principalmente do grau de perfeição dos instrumentos, e utensílios apropriados e ainda das convenientes instalações e que tantos aqueles como estas, importando sempre o dispêndio de avultadas quantias, exigem, onde quase nada existe, como entre nós, um manancial de ouro que fertilize por uma rega funda o campo abandonado e ressequido em que se pretende fazer a cultura do saber, cultura aliás sempre compensadora em prazo mais ou menos breve.”*¹⁹³.

Esta discussão acabou por originar várias propostas de organização científica, das quais se pode destacar a resolução, em 1919, da Sociedade de Estudos Pedagógicos em criar uma instituição semelhante à espanhola *Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas*. Segundo a mesma Sociedade, o principal objectivo da nova Junta deveria ser o envio de bolseiros para centros de investigação estrangeiros e a sua posterior recolocação em organismos de investigação portugueses, tendo por base o financiamento privado. Os seus membros consideravam que esta proposta seria viável se os futuros beneméritos tivessem um lugar na administração da instituição e se obtivessem o apoio de estabelecimentos como o Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana¹⁹⁴.

¹⁹² COSTA, A. Celestino da. (s.d.), *Ob. Cit.*, p.8-39.

¹⁹³ SOARES, A. Cirilo. (1924), “O desenvolvimento da Ciência e do Ensino”. *Educação Social*. 4, p.50-51.

¹⁹⁴ (1919), “Junta de Ampliação dos Estudos”. *A Medicina Contemporânea*. 5, p.38-39.

Também o grupo Seara Nova influenciou, decisivamente, as propostas de estímulo ao desenvolvimento científico, manifestas, em grande medida, no *Estatuto de Educação Nacional* de 1923 e na actuação de António Sérgio enquanto ministro da Instrução Pública, entre Dezembro de 1923 e Fevereiro de 1924.

A proposta de *Estatuto de Educação Nacional*, apresentada na Câmara dos Deputados em 21 de Junho de 1923 por João Camoesas, tinha, desde logo, como inovação o facto de encarar a educação portuguesa como um sistema integrado, onde as diferentes partes se interligavam e interagiam¹⁹⁵. O projecto, da autoria de Faria de Vasconcelos, contemplava a criação de uma Junta Nacional de Fomento das Actividades Sociais e Investigações Científicas, onde se encontrariam representados todos os profissionais e associações científicas nacionais. Para além da possibilidade de criar novas instituições, competia-lhe orientar as actividades científicas e favorecer o seu desenvolvimento, recorrendo a instrumentos diversos, desde a organização de concursos à concessão de subsídios. O seu financiamento era assegurado por uma parcela no orçamento do Estado e pelo produto das cotas pagas pelos seus membros¹⁹⁶.

António Sérgio também dedicou grande atenção às problemáticas referidas. Foi o autor de uma proposta de constituição de uma Comissão de Intercâmbio Intelectual, reestruturando e alargando as competências da Comissão pré-existente de Intercâmbio Universitário Franco-Português¹⁹⁷, e da criação do moderno Instituto Português para o Estudo do Cancro¹⁹⁸. Não obstante, seria com a proposta de organização de uma Junta de Orientação dos Estudos que a sua actividade enquanto Ministro da Instrução Pública ganharia um maior interesse. A Junta de Orientação dos Estudos, criada por decreto de 29 de Dezembro de 1923, apresentava-se como um organismo de cariz técnico, destinado a orientar e coordenar a renovação pedagógica do ensino português e a apoiar os trabalhos de investigação científica. Dotada de autonomia jurídica e administrativa, foram-lhe reconhecidos como objectivos principais:

- a organização de um serviço de bolsas de estudo;
- a integração dos antigos bolseiros nas instituições escolares e científicas mais adequadas à sua especialização;

¹⁹⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 113, 21-06-1923.

¹⁹⁶ Base 18.ª, *D.G.*, II Série, n.º 151, 02-07-1923.

¹⁹⁷ Portaria n.º 3915, *D.G.*, I Série, n.º 43, 25-02-1924.

¹⁹⁸ Decreto n.º 9333, *D.G.*, I Série, n.º 278, 29-12-1923.

- a atribuição de subsídios a actividades de investigação científica;
- a possibilidade de criar centros de estudo na sua dependência directa¹⁹⁹.

Legislação posterior alargaria as suas atribuições no domínio da distribuição e venda das publicações oficiais de carácter pedagógico, sendo ainda proposto a aplicação de um regime de maior autonomia financeira, que acabaria por não ser aprovado pela Câmara dos Deputados²⁰⁰. Apesar de não ser a primeira proposta do género, a Junta de Orientação dos Estudos apresentou-se como uma medida extremamente inovadora por resultar de um aturado programa educativo, que estava intimamente relacionado com a problemática da regeneração nacional. Anos mais tarde, António Sérgio afirmaria:

*“Entendamo-nos, porém. O verdadeiro alvo que se teria em vista com aquela Junta de Propulsão dos Estudos não seriam acréscimos no saber, tão só, ou seja um maior número de verdades novas nos nossos conhecimentos sobre a Natureza, ou o aperfeiçoamento das comodidades da vida e dos processos mecânicos da fabricação: seria a elevação e afinamento constante da própria actividade espiritual do homem; seria a Cultura, para o dizer de um golpe.”*²⁰¹.

Apesar da sua forte componente ideológica, os dois últimos projectos tinham também uma importante dimensão política, acabando, apesar de tudo, por não ter aplicação efectiva. O *Estatuto de Educação Nacional* não foi discutido na Câmara dos Deputados, ainda que João Camoesas tenha insistido novamente nesta questão quando ocupou a pasta da Instrução Pública, pela segunda vez, em 1925²⁰². A própria Junta de Orientação dos Estudos nunca iniciou os seus trabalhos. A definição de uma orientação para o sector teria de esperar pela constituição, em 1929, da Junta de Educação Nacional pelo ministro Gustavo Cordeiro Ramos.

Em 1918, no entanto, a promulgação do novo *Estatuto Universitário*, pelo secretário de estado José Alfredo Mendes de Magalhães, introduziria uma alteração de

¹⁹⁹ Decreto n.º 9332, *D.G.*, I Série, n.º 278, 29-12-1923.

²⁰⁰ Portaria n.º 3914 (*D.G.*, I Série, n.º 43, 25-02-1924) e proposta de lei apresentada à Câmara dos Deputados (*D.G.*, II Série, n.º 38, 16-02-1924).

²⁰¹ SÉRGIO, António. (1926), “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, SERRÃO, Joel. (1984), *António Sérgio. Uma antologia*, p.147.

²⁰² *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 109, 10-08-1925.

monta a esta realidade, reconhecendo a existência, junto aos estabelecimentos universitários, de institutos de investigação científica, criados por proposta dos conselhos escolares²⁰³. A partir desta data, as várias Faculdades, apoiadas pelo Ministério da Instrução Pública, promoveriam a reorganização dos laboratórios e institutos mais dinâmicos em institutos de investigação científica. A criação destas novas tipologias resultava de uma complexificação progressiva nas atribuições dos laboratórios universitários que reuniam, frequentemente, competências nos domínios científico, educativo, assistencial, social e económico. Os institutos de investigação eram instituições complexas e muito exigentes que englobavam gabinetes de trabalho, laboratórios de investigação, salas de aula, museus, instalações técnicas, como salas de fotografia ou microfotografia, e bibliotecas. Possuíam, normalmente, um corpo de colaboradores alargado, um quadro de pessoal definido, tinham direito a uma dotação própria no orçamento geral do estado e, por vezes, asseguravam ainda a publicação de um órgão de difusão científica. Em Outubro de 1919 seria autorizada a criação dos primeiros institutos de investigação, todos na Faculdade de Medicina de Lisboa, seguidos, em Novembro do mesmo ano, de novos institutos na Faculdade de Medicina do Porto²⁰⁴. Quando se chega a 1929 existem já 17 institutos de investigação no País, 8 na Universidade de Lisboa e 9 na Universidade do Porto, com uma maior representação na área da Medicina. A importância desta nova tipologia torna-se bastante evidente na actividade de alguns laboratórios de menor dimensão, através do esforço realizado para incrementar a sua produção científica, a fim de cumprirem os requisitos exigidos para a obtenção do estatuto referido.

Tabela I – Institutos de investigação científica (1919-1929)

1919	Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana	FM-UL
	Instituto Central de Higiene	FM-UL
	Instituto de Medicina Legal	FM-UL
	Instituto de Anatomia Patológica	FM-UL
	Instituto de Anatomia	FM-UL
	Instituto de Fisiologia	FM-UL
	Instituto de Histologia	FM-UL
	Instituto de Farmacologia	FM-UL

²⁰³ Decreto n.º 4554. *D.G.*, I Série, n.º 152, 09-07-1918.

²⁰⁴ Por decreto de 18 de Outubro (*D.G.*, II Série, n.º 260, 07-11-1919) e decreto de 8 de Novembro (*D.G.*, II Série, n.º 6, 08-01-1920).

	Instituto de Investigações Anatómicas	FM-UP
	Instituto de Investigações Histológicas	FM-UP
1920	Instituto de Investigação Científica de Química	FC-UP
	Instituto de Investigação Científica de Zoologia	FC-UP
	Instituto de Investigação Científica de Botânica	FC-UP
1923	Instituto de Investigações Antropológicas	FC-UP
1925	Instituto de Investigações Históricas	FL-UP
1926	Instituto de Investigação Científica de História da Matemática Portuguesa	FC-UP
	Instituto de Investigações Económico-Sociais	FT-UP

Fonte: *Diário do Governo* (anos vários).

Com a aprovação do *Estatuto da Instrução Universitária*, em 1930, foi necessário regulamentar, em diploma próprio, a questão da atribuição do título de instituto de investigação científica, publicando-se então o decreto n.º 19.026, de 4 de Novembro, que trazia algumas disposições novas. A partir deste momento, passou a considerar-se a globalidade da produção científica da instituição e não apenas a do seu director, limitando-se o exercício deste último cargo aos professores catedráticos. Passou a exigir-se um relatório de actividade anual e a reavaliação do estatuto sempre que se verificassem reduções significativas na investigação realizada ou mudanças na direcção²⁰⁵.

A criação da tipologia de institutos de investigação, embora possa considerar-se globalmente positiva para a realidade científica portuguesa, originou dinâmicas de desenvolvimento bastante diversas, tanto pela heterogeneidade das instituições que integrou como pela ausência de uma regulamentação precoce. O próprio dinamismo do professor director, associada à menor ou maior colaboração dos conselhos e senados académicos, à capacidade de captação de investigadores e às condições materiais da instituição de acolhimento, contribuiria, também, de forma decisiva, para a evolução dos institutos durante os anos 20.

Será, então, interessante observar a actividade de uma dessas instituições, no domínio específico das ciências naturais, que se manteve até à actualidade: o Instituto de Zoologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

O Instituto de Investigação Científica de Zoologia é um exemplo típico de um organismo científico criado pela grande actividade do seu director, Augusto Pereira

²⁰⁵ Decreto n.º 19026, *D.G.*, I Série, n.º 262, 10-11- 1930.

Nobre. Resultou de um processo longo, iniciado nos anos 90 do século XIX, quando Augusto Nobre foi chamado para o cargo de auxiliar dos trabalhos práticos da cadeira de Zoologia da antiga Academia Politécnica²⁰⁶. A organização de um Museu, planeada desde então, só seria possível com a criação da Universidade do Porto e com a disponibilização de verbas extraordinárias pelo governo republicano. A constituição do Instituto de Investigação Científica de Zoologia, em Novembro de 1920²⁰⁷, permitiu agrupar na dependência do mesmo, o Museu de Zoologia, com as suas grandes colecções de fauna portuguesa e fauna exótica, a Estação de Biologia Marítima da Foz²⁰⁸, que incluía, entre outros, um gabinete de histologia e bacteriologia, um gabinete de oceanografia e um gabinete de biologia geral, o laboratório de trabalhos práticos de Zoologia, da Faculdade de Ciências, e o laboratório de Entomologia Económica²⁰⁹. Nesta fase, o Instituto conseguiu manter uma actividade bastante estável e regular, facilitando a realização de viagens de estudo e missões científicas em Portugal e no estrangeiro, assegurando trabalhos de investigação originais e a publicação da revista *Anais do Instituto de Zoologia da Universidade do Porto*. Trabalharam nos seus estabelecimentos anexos: Luís António Abranches Couceiro Canto Moniz, António Francisco Gomes e João Alves dos Reis Júnior, como preparadores; Augusto Ferreira Nobre e José Maria Braga, como naturalistas; Alfredo Pinto de Melo Alvim, como colector; e José Francisco Lourosa Júnior, como maquinista da Estação. Colaboraram também, mas enquanto assistentes da Faculdade, Bettencourt Ferreira, Mário Gomes Gonçalves, Leopoldina Ferreira Paulo, Amílcar Mateus e A. Elias da Costa, entre muitos outros.

Em 1935, com a jubilação de Augusto Pereira Nobre e a sua substituição na direcção do Instituto por António Luís Machado Guimarães, o seu estatuto foi reavaliado e o mesmo perdeu a classificação de instituto de investigação científica. Contudo, estava-se já numa nova conjuntura científica, marcada pela influência da Junta de Educação Nacional, que começava a criar os seus próprios centros de estudo junto dos estabelecimentos universitários. Ainda assim, o Instituto de Zoologia receberia, nesse

²⁰⁶ MACHADO, António. (1946), *Dr. Augusto Pereira Nobre*.

²⁰⁷ Decreto de 24 de Novembro, *D.G.*, II Série, n.º 73, 31-03-1921.

²⁰⁸ As obras de instalação da Estação iniciaram-se em 1914 e ficaram concluídas em 1927. MACHADO, António. (1941), *O Instituto de Zoologia e a Estação de Zoologia Marítima Dr. Augusto Nobre*.

²⁰⁹ NOBRE, Augusto. (1946), *Instituto de Zoologia da Universidade do Porto*.

mesmo ano, a designação honorífica de Instituto de Zoologia Dr. Augusto Nobre e Estação de Zoologia Marítima Dr. Augusto Nobre²¹⁰.

Em suma, verifica-se que a discussão em torno da problemática da criação de *ciência nova*, trazida para a ordem do dia pelas reformas de 1910/1911, se acentuou, progressivamente, durante a conjuntura de guerra e do pós guerra, pela voz de homens como Celestino da Costa, que denunciaram as limitações dessas reformas, os constrangimentos existentes e a necessidade de redefinição da missão da Universidade, ao mesmo tempo que estiveram na origem de propostas de cariz modernizante. Apesar da sua limitada aplicação, este activo debate intelectual teve efeitos interessantes na actuação das autoridades oficiais, que procuraram diferentes medidas para dinamizar a sua actividade científica, entre as quais se merece destaque a reconversão de laboratórios e institutos em institutos de investigação científica, que possibilitariam novas condições materiais e sociais a professores, alunos e investigadores.

Fontes e Bibliografia:

(1919), “Junta de Ampliação dos Estudos”. *A Medicina Contemporânea*. 5, p.38-39.

CAMPOS, Agostinho de. (Pref.). (1937), *O Homem de Ciência*, Coimbra, Arménio Amado editor, p.7-42.

COSTA, A. Celestino da. (s.d.), *A Universidade Portuguesa e o problema da sua reforma. Conferências feitas em 19 e 22 de Abril de 1918 a convite da Federação Académica de Lisboa*, Porto, Tip. da Renascença Portuguesa.

Diário da Câmara dos Deputados (anos vários)

Diário do Governo (anos vários)

MACHADO, António. (1941), *O Instituto de Zoologia e a Estação de Zoologia Marítima Dr. Augusto Nobre*, Porto, Imprensa Portuguesa.

MACHADO, António. (1946), *Dr. Augusto Pereira Nobre*, Porto, Imprensa Portuguesa.

CARVALHO, Rómulo de. (2008), *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, 4.^a edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

²¹⁰ Decreto n.º 25556. D.G., I Série, n.º 147, 28-06-1935.

NOBRE, Augusto. (1946), *Instituto de Zoologia da Universidade do Porto*, Braga, Oficinas Gráficas Augusto Costa, (Separata dos *Anais do Instituto de Zoologia da Universidade do Porto*, vol. I, 1924).

RODRIGUES, Manuel Augusto. (1992), *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Ciências: 1911-1927*, Vol. I, Coimbra, A. U. C.

SÉRGIO, António. (1926), “O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”,
SERRÃO, Joel (selecção, introdução e notas). (1984), *António Sérgio. Uma antologia*, Lisboa, Livros Horizonte.

SOARES, A. Cirilo. (1924), “O desenvolvimento da Ciência e do Ensino”. *Educação Social, Revista de Pedagogia e Sociologia*, 4.

VASCONCELOS, Faria de. (1921), “A situação angustiosa da investigação científica”,
MARQUES, J. Ferreira. (2006), *Obras Completas III – 1921-1925*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

As reformas impossíveis do marcelismo: o caso Veiga Simão

Ana Paula Rias

Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Católica Portuguesa

Em 1971 foi apresentada e submetida à consulta pública a reforma do ensino superior mais polémica do século XX. Inovadora e revolucionária, teve a chancela do presidente do Conselho, que já fora responsável pela escolha do ministro que a protagonizara, Veiga Simão.

As bases gerais tinham como suporte a autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira bem como a abertura da Universidade à sociedade, apostando no fomento da investigação e da formação do espírito científico, crítico e criador. Formar indivíduos aptos profissionalmente, mas com uma sólida preparação cultural e conscientes do seu papel na sociedade, é o desígnio traçado.

Compreender como foi possível aprovar uma reforma que visava a democratização e a transformação, não só das estruturas e *modus operandi* do conjunto do ensino superior, como das mentalidades, num regime que permanecia autoritário e antidemocrático e em que os Portugueses são convidados a emitir opiniões como se o debate pudesse ser livre e como se a censura não fosse uma realidade, eis o desafio colocado por esta investigação.

Registe-se que a estratégia de envolver a sociedade foi uma forma de legitimar o avanço de medidas, concretizadas através de decretos, sem que a Assembleia Nacional se tivesse ainda pronunciado. Em 1973, essa mesma Assembleia sanciona uma Lei de Bases do Sistema Educativo que não altera a essência da proposta ministerial, mostrando a influência da opinião pública – e dos media que a veiculavam – junto dos deputados e que viria a ser aprovada, em termos semelhantes, treze anos depois em plena democracia com a lei 46/86 de 14 de Outubro.

À partida, uma certeza, a de que o marcelismo foi um tempo de «aceleração da história» (NORA, 1983: 52) num registo diametralmente oposto ao tempo longo do salazarismo e bastará atentar nos seguintes factos: em 1968, Marcello Caetano chega ao poder; em Janeiro de 1970, Veiga Simão assume a pasta da Educação; um ano depois, em Janeiro de 1971, apresenta as *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*–

LGRES e entre Julho e Agosto de 1973 são aprovadas a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Decreto-Lei da expansão e diversificação do ensino superior²¹¹.

Em Novembro de 1968, o recém-empossado presidente do Conselho discursa perante a Assembleia Nacional e entre as tarefas prioritárias destaca «a grande, urgente e decisiva batalha da educação», identificando «a explosão escolar», «a crise educativa» e o surto da anarquia na juventude» como os três factores primordiais dos problemas vividos no ensino. (CAETANO, 1969: 62-63) Já um mês antes, no conselho de ministros de 15 de Outubro de 1968, Caetano havia catapultado para o topo das prioridades o ensino superior e deliberara que a preparação da respectiva reforma «fosse precedida de amplo inquérito a realizar pelo Ministério da Educação Nacional dentro e fora dos meios universitários, de modo a esclarecer devidamente os problemas e as necessidades a satisfazer.²¹²»

Em 1969, Coimbra torna-se, porém, o epicentro da maior revolta estudantil desde o início do Estado Novo e os acontecimentos vão precipitar-se. Marcello Caetano estava em Lourenço Marques de visita a uma instituição modelar, os Estudos Gerais Universitários, onde os alunos tinham assento no Senado, as instalações estavam dotadas dos mais modernos equipamentos, onde fora instalado o primeiro computador e onde a palavra de ordem era o incentivo à investigação científica.

O reitor era um jovem licenciado em Coimbra, doutorado em Cambridge e que fora, juntamente com Salazar, o mais jovem catedrático daquela instituição secular. É este professor de Físico-Químicas que será escolhido para sobraçar a pasta da Educação. Tarefa exigente e complexa como reconhecia Marcello Caetano: «Um ministro da Educação nos tempos que correm não tem, em qualquer país, lugar invejável. Os problemas escolares surgem de todos os dias e de todos os lados e interessam a toda a gente. Ainda por cima a agitação estudantil está na moda nos nossos dias e vem embaraçar, muitas vezes, o estudo e a resolução das questões.» (Caetano, 1969: 208)

Veiga Simão, já na qualidade de ministro da Educação, profere o discurso de abertura do ano lectivo de 1969-1970 na Universidade de Lourenço Marques e nele podemos encontrar a defesa de uma proposta reformista que incorpora uma mudança estrutural no conceito do que devia ser a universidade e da sua relação com a sociedade. Assim, «Universidade, Governo e Sociedade» deviam cooperar num entendimento

²¹¹ Respectivamente a Lei n.º5/73, de Julho de 1973 e o Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto. O projecto de Decreto-Lei orientador do ensino superior ficou concluído em 16 de Março e iria ser presente a Conselho de Ministros, no dia 25 de Abril de 1974.

²¹² *Sumário das Decisões do Conselho de Ministros*, Lisboa, 1971, p.8.

construtivo»; a universidade tinha «como princípio fundamental», e com carácter «urgente e prioritário, a democratização autêntica do ensino», e a universidade passava a ser encarada como «instituição pública de carácter universal e nacional». Para o novo responsável pela Educação, o futuro era um:

«processo de desenvolvimento [que] não reside nem na fortuna de alguns nem na ciência de elites de pequeno número, porque «a cultura deixou de ser aristocratizante e [...] a educação das massas saltou para o primeiro plano das preocupações dos governantes esclarecidos e não é mais quimera nem visão intelectualista, por motivos de sobrevivência.» (SIMÃO, 1970: 13-19)

Define os seguintes princípios e regras imprescindíveis ao bom funcionamento da Universidade: ausência de sectarismo; democratização; plena liberdade de investigação; anatomia pedagógica, administrativa e financeira e gestão universitária a cargo da comunidade que a compõe. É também uma personalidade pragmática que aposta na adopção de «medidas imediatas, puches de realismo, simplicidade e clareza». As primeiras medidas, mesmo antes do projecto das LGRES, incidem nos planos de estudo, nos processos de admissão e aproveitamento dos estudantes, na estrutura dos graus académicos e na criação de cursos pós-graduados. Impunha-se um combate célere face à rigidez dos métodos de ensino, à descoordenação dos programas, à natureza dos concursos para o professorado e à falta de uma política de fomento no domínio da publicação de elementos de estudo. O princípio norteador era o de que a universidade funcionasse como «vanguarda do pensamento» e «primeiro arauto do progresso». (SIMÃO, 1970: 26)

No discurso de tomada de posse, em Janeiro de 1970, Veiga Simão apresenta ao país uma reforma que dá prioridade ao ensino universitário, «preocupação primeira» do Ministério, comprometendo-se a «ouvir todos os seus elementos representativos» para depois serem «ensaiadas soluções que lhe assegurem [à universidade] a posição de vanguarda nos domínios do pensamento e lhe confirmem uma eminente dignidade.». Era uma inflexão de conteúdo digna de registo. Quanto às expectativas sobre a universidade, o recém-empossado deposita a sua fé em que a instituição se torne um instrumento de modernidade, progresso e paz social. (SIMÃO, 1970b: 16)

Face à dimensão da crise, havia dois caminhos possíveis para concretizar a reforma: legislar de modo perfeito, ponderando todos os ângulos e respeitando todos os trâmites preceituados na Lei ou legislar de forma a atacar os problemas mais candentes e Veiga

Simão reconhece ter sido esse «o caminho que escolhemos, por julgarmos ser o único exequível para obter resultados positivos.» «O sistema atingiu o ponto de ruptura» reconhece o ministro, para de seguida enunciar as dificuldades com que se confronta, a saber, falta de pessoal qualificado, os reduzidos meios materiais, a atitude de conservadorismo «obstrutivo» e «paralisante» e a incapacidade de auto-reforma²¹³ revelada pelas universidades²¹⁴.

Registem-se agora as novidades deste discurso, designadamente o anúncio da intenção de submeter a proposta das LGRES à consulta pública, a insistência no diálogo, como meio para a resolução dos problemas, e a aposta na «inovação» e «renovação permanentes» do sistema de ensino que deixava assim de ser concebido como um corpo fechado, estanque e perene.

Volvido cerca de um ano, a 6 de Janeiro, foi apresentado em conferência de imprensa, no hotel Tivoli, o texto programático, *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*, para o qual se pediram «juízos», críticas», «sugestões» e um amplo debate num «clima de responsabilidade comunitária», pois o projecto interessava a toda a Nação²¹⁵. (LGRES, 1971: 5)

Em 1934, Salazar afirmava que:

«à escola, a sagrada oficina de almas, sobretudo à Universidade, a fábrica espiritual portuguesa [...] cabe, nesta hora de ressurgimento, o altíssimo papel de educar os Portugueses para bem compreenderem e bem saberem trabalhar. Compete-lhe preparar o escol, os chefes, aqueles que hão-de orientar as actividades públicas e privadas em todos os campos e em todos os ramos, e traçar as grandes directrizes da vida nacional. [...] Os chefes [...] precisam de uma boa preparação que lhes garanta boa capacidade profissional e sólida capacidade moral.»

Em síntese, a universidade era a «fábrica espiritual portuguesa» e funcionava como «o fecho e a cúpula do sistema nacional de educação». (Salazar, 1934: 301-311)

Por contraste, na reforma Veiga Simão, «as universidades são instituições de ensino superior que têm como funções principais, o ensino do nível mais elevado e a investigação dos vários ramos do conhecimento. Entre estas funções deve existir uma

²¹³ O termo é divulgado por Miller Guerra que, em Abril de 1970, durante a discussão do aviso-prévio sobre as *Universidades tradicionais e a sociedade moderna*, se apresentou como «ressoador» do sentir de muitos que não tinham meios para se expressar publicamente. Miller Guerra, *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*, p. 679.

²¹⁴ Entrevistas a Veiga Simão, RIAS, A.P. (2010), *A Universidade no Contexto da Reforma Veiga Simão (1971)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Anexos II, pp. 80-103.

²¹⁵ Segundo os dados do Secretariado da Reforma Educativa, ter-se-ão pronunciado cerca de 40 000 pessoas.

inter-relação que contribua para a formação da personalidade, conduza ao desenvolvimento do espírito científico, crítico e criador, promova o fomento e difusão da cultura, a conveniente formação e actualização profissional, bem como o alargamento da ciência.» (LGRES, 11).

Assinalemos, agora, outro conjunto de mudanças reveladoras do novo espírito que informava este projecto. Em 1974, as dotações dos orçamentos e das verbas do Plano de Fomento aumentaram significativamente: representavam cerca de 15% do orçamento do Estado. 650 milhões de contos (valores de 1975) era a verba prevista para o conjunto das universidades no período compreendido entre 1974 e 1979.

A criação de três novas universidades, a do Minho, Aveiro e Lisboa, foi outro dos acontecimentos mais marcantes no panorama educacional português. A democratização, tão propalada, tão atacada e objecto de tão viva polémica, tornou-se realidade. Nos anos 60, dos cem alunos que entravam no sistema apenas dois chegavam à universidade. No ano de 1970-1971, as quatro universidades da metrópole foram frequentadas por 43 000 jovens, o que representa um aumento de cerca de 70% relativamente a 1964-1965. Em 1973, o INE regista 58 605 estudantes universitários numa população de 8 630 500 habitantes.

Neste curto de espaço de tempo foram introduzidas mais mudanças do que nos longos quarenta anos salazaristas. Registe-se a criação de novas faculdades, de novos cursos – faculdades de Engenharia e Economia na Universidade de Coimbra; cursos de Letras na Universidade do Porto, criação do ISCTE, reconhecimento da UCP – e a aposta na investigação científica. Neste âmbito, acabou a obrigatoriedade de reconhecimento dos doutoramentos obtidos no estrangeiro; foram criados, respectivamente, 160 cursos de especialização e 70 de pós-graduação e as previsões apontavam para a formação de mais de 2 000 investigadores até 1979, número que duplicava o então existente²¹⁶.

Poder-se-á perguntar como foi possível esta lógica de mudança e de viragem célere. A resposta passa pela estratégia montada pelo ministro e pela atitude de Marcello Caetano. Veiga Simão compreendeu de imediato que a máquina do Ministério era de tal forma pesada, ineficaz e avessa à reforma que decidiu criar o Secretariado da Reforma Educativa, dirigido por Alberto Ralha²¹⁷, e que integrou um grupo de especialistas da

²¹⁶ Estas informações encontram-se reunidas em *Modernização da Sociedade Portuguesa. Os Desafios dos Anos 90 – A Experiência Reformadora dos Anos 70*, vol. III, p. 284 e seguintes.

²¹⁷ Alberto José N. Correia Ralha, professor agregado na Universidade de Lisboa (Química farmacêutica). Director do Laboratório de Polícia Científica. Membro do Conselho Consultivo de Ciência da Fundação

mais elevada qualidade e muito motivados pela tarefa que abraçaram. Em simultâneo, cativa a imprensa e usa os apoios e contactos que tinha vindo a estabelecer, especialmente desde o reitorado em Lourenço Marques. E recorrendo a um anacronismo, podemos afirmar que o ministro da Educação tinha uma boa imprensa. Multiplica-se em reuniões e sessões de esclarecimento. Promove colóquios internacionais, participa dos fóruns mais prestigiados, é recebido pelos ministros da Educação da Europa e do Brasil, alcança rasgados elogios por parte de instituições tão credíveis como a OCDE. Face a uma expectável reacção de desconfiança ou mesmo de hostilidade, antecipa críticas e adianta respostas. «Eu sabia – recorda mais tarde – que muitos se opunham à reforma e tinha consciência do seu poder... Na prática e desde logo, o Ministro não tinha poder para influenciar revisões da Constituição Política, no âmbito da Educação. Aqui surge o artifício chamado Lei de Bases do Sistema Educativo. É nela que se fala explicitamente de igualdade de oportunidades, de direito à educação, de acesso pelo mérito, enfim de democratização de ensino.» (Simão, 2002c: 70)

Uma das fórmulas «milagrosas» foi o decreto 47 587, de 10 de Março de 1967: «socorri-me do decreto promulgado pelo eminente professor de Direito Galvão Telles, que permitiu o recurso às experiências pedagógicas, evitando a lentidão do processo legal que conduzia à aprovação.» A referência explícita ao autor do decreto não é inocente, pois alguns dos detractores mais acérrimos de Veiga Simão e da sua forma expedita de agir eram os especialistas da área do Direito que o acusavam de legislar por decreto-lei, ao arrepio das normas formais. Graças a este expediente, entre a redacção e a aprovação do texto programático (1970-1973), Veiga Simão adoptou «uma série de medidas» e criou «as condições para que a reforma fosse irreversível».²¹⁸

Enunciemos algumas das medidas tomadas no sector universitário, transformadas em lei, e publicadas entre a tomada de posse do ministro e a apresentação da proposta de lei à Câmara Corporativa: estatuto da carreira docente; regime de doutoramento das universidades portuguesas, regime de concurso para professores extraordinários e catedráticos; definição de uma nova política de investigação para as universidades, criação dos Cursos Intensivos de Férias nas universidades, acesso à universidade aos maiores de 25 anos, mediante a realização de um exame ad-hoc.

Calouste Gulbenkian e da Equipa-piloto (OCDE) para o Planeamento da Investigação Científica e Técnica em relação com o desenvolvimento económico.

²¹⁸ RIAS, A.P. (2010), *A Universidade no Contexto da Reforma Veiga Simão*. Tese de Doutoramento, Anexos II, pp. 80-103.

Esta verdadeira revolução não teria ocorrido sem o assentimento de Marcello Caetano. Ele foi a figura tutelar desta reforma e foi graças à sua decidida atitude – facto curioso num homem tantas vezes criticado por indecisão – que a universidade portuguesa experimentou uma das mais radicais mudanças. Veiga Simão apresentou a demissão duas vezes, a sua proposta de criação de novas universidades foi liminarmente chumbada em Conselho de Ministros, com duas honrosas excepções, e, *in extremis*, é Marcello Caetano que subscreve a medida e a autoriza.

Embora de forma breve, impõe-se uma referência à personalidade do homem cujo nome fica associado à reforma que protagoniza, desde logo facto assinalável e expressivo. É por alguns reputado de ambicioso e de aspirar aos mais altos voos políticos, mas a quem a generalidade reconhece singulares qualidades, começando pela capacidade para trabalhar e para reunir os melhores colaboradores, independentemente das filiações ou tendências ideológico-políticas. Dotado de uma vontade indómita, capaz de contornar os obstáculos e não hesitando em desrespeitar as hierarquias se isso se traduzisse em vantagens e resultados. Inteligente, dialogante, voluntarioso, pragmático, corajoso, eis os traços de um carácter que fizeram a diferença.

Em síntese, existia um largo consenso sobre a necessidade de reformar a universidade, mas a *intelligentzia* e o poder político estavam divididos quanto ao modelo de ensino superior. O espectro abarca desde os que queriam uma universidade corporativa até aos que repudiam qualquer reforma enquanto o regime não fosse democrático. Os principais visados – os estudantes – que em plena crise académica de 69 reclamavam por «democratização do ensino», «intervenção das AE's na vida e na reforma da universidade», «estudantes no Governo da universidade» recusaram a reforma e o papel das «minorias activas e buliçosas» constituiu poderoso obstáculo ao projecto reformista de Veiga Simão.

Acrescente-se que uma das matérias mais fracturantes, o próprio conceito de ensino superior, espelha as diferenças que atravessavam a sociedade portuguesa e muito especialmente o universo académico. Veiga Simão bateu-se de forma intransigente para que ensino superior não coincidissem com universidade e fosse extensível aos Institutos Superiores. Medida que suscitou algumas das mais acaloradas e apaixonadas declarações por parte dos professores, dos senados e dos conselhos escolares.

A reforma que ganhou imensa visibilidade e deu trunfos ao regime – emprestando-lhe uma certa aura de modernidade – acaba por funcionar como o termómetro da vida política, conduzida por Marcello Caetano. Em 1973, Veiga Simão deixa de servir os

propósitos iniciais, acalmar e pacificar uma academia à beira da explosão, lançar as reformas mais urgentes, e o seu papel estava terminado.

A Assembleia Nacional acaba por sancionar uma transformação que, escassos três anos antes, havia veemente condenado, aquando do aviso-prévio de Miller Guerra. Sinal bem eloquente da mudança dos tempos, em que os deputados moderam os discursos pois não querem ser denunciados como reaccionários ou como entrave à política governamental.

A terminar, enfatize-se o facto de a reforma Veiga Simão ter privilegiado o ensino superior o que não é comum quando se desenha, quase *ab initio*, um modelo de ensino. A esta decisão não pode ser alheia a conjuntura marcelista. A guerra colonial era o magno problema e a este estava associado à participação dos jovens alferes que passaram a ser chamados para as frentes de combate. Os mesmos jovens que brandiam os cartazes contra a guerra colonial e que incendiavam as instituições académicas com os seus protestos e denúncia do regime. Mesmo o olhar mais fugaz capta uma realidade insofismável, a de que a luta e a contestação eram de natureza eminentemente política, era o regime que estava em causa e os estudantes não acreditavam, nem nunca aceitariam numa reforma oriunda de um governo considerado fascista, capitalista, imperialista.

Neste caldo de cultura prolífico, em que se cruzavam tendências antagónicas e em que as transformações sociais e culturais eram maiores e extravasavam o reduzido rectângulo português, esta reforma foi mais um dos instrumentos da luta e não o instrumento para romper o atraso e libertar o país. Afinal, o lema de Veiga Simão, citando um autor dilecto, Whitehead, «um país mais culto é sempre um país mais livre» não pôde ser comprovado pois a conjuntura histórica não foi favorável.

Bibliografia

ANTUNES, Manuel. (1971), «A reforma do ensino superior», Sep. *Brotéria*, 93, Lisboa, [s.n.], pp. 345-360.

BRAGA. C. Lloyd e GRILO, Marçal. (1981), «Ensino Superior» in *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 223-257.

CAETANO, Marcelo. (1969), *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo. [Discursos proferidos entre 11 de Setembro de 1968 e 11 de Setembro de 1970]

IDEM. (1970), *Mandato Indeclinável* Lisboa, Editorial Verbo. [Discursos proferidos entre 27 de Setembro de 1969 e 27 de Setembro de 1970]

IDEM. (1971), *Renovação na Continuidade*, Lisboa, Editorial Verbo. [Discursos proferidos entre 27 de Setembro de 1970 e 23 de Junho de 1971]

IDEM. (1972), *Progresso em Paz*, Lisboa, Editorial Verbo. [Discursos proferidos entre Setembro de 1971 e 1972]

IDEM. (1973), *As Grandes Opções*, Lisboa, Editorial Verbo.

IDEM. (1974), *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record.

IDEM. (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo.

Colóquio Internacional sobre a Reforma do Ensino Superior. (1972), Actas, Lisboa, Fundação da Calouste Gulbenkian.

CATELA, Maria Emília. (1990), *Educational reform under political transition: a study of change in Portuguese educational in 1970's*. Tese de doutoramento, Estocolmo, Universidade de Estocolmo.

CRUZ, Guilherme Braga da. (1962), *O Problema da Universidade*, Lisboa, [S.N].
Expansão do Sistema Universitário Português 1970-1980: criação de novas universidades e de centros do ensino superior: estudo preliminar – 1.ª versão/relator António L. de Sousa Franco. (1971), Lisboa, MEN, GEPAE.

GRÁCIO, Rui. (1995), *Obras Completas. I da Educação*, Lisboa, FCG.

IDEM. (1995), *Obras Completas. I do Ensino*, Lisboa, FCG.

GUERRA, João Pedro Miller, NUNES, Adérito Sedas. (1969), «A crise da universidade em Portugal: Reflexões e Sugestões», in *Análise Social*, n.º 7 (25-26), Lisboa, pp. 5-49.

IDEM. (1970), *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*, Lisboa, Moraes Editores.

MACEDO, Henrique Veiga. (1972), *Problemas da Universidade*, Lisboa, s.e.

NÓVOA, António. (1996), «Ensino Superior» in *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, pp. 305-307.

NORA, Pierre. (1983), «O acontecimento e o historiador do presente», in Jacques Le Goff *et al*, *A Nova História*, Lisboa, Edições 70, pp. 45-56.

Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior. (1971), MEN.

NUNES, Adérito Sedas. (1970), *O Problema Político da Universidade*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

PROENÇA, Maria Cândida. (2004), «A reforma educativa de Veiga Simão» in *Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, F. Rosas e Pedro A. de Oliveira (coord), Lisboa, Editorial Notícias, pp. 233-261.

RALHA, Alberto. (2002), «Um olhar sobre a reforma dos anos 70» in *Modernização da Sociedade Portuguesa*, Vol. III, Lisboa, Fundação das Universidades Portuguesas, pp. 139-148.

SALAZAR, António de Oliveira. (1934), *Discursos e Notas Políticas*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda.

SIMÃO, José Veiga. (1962), *A Reforma do Ensino Superior*, Coimbra.

IDEM. (1966), *Incentivo à Investigação Científica: Conferência proferida em 12.11.1966*, Lisboa [ed. Panorama].

IDEM. (1970a), *Universidade de Lourenço Marques. Discurso proferido pelo Reitor, Prof. Doutor José Veiga Simão, na sessão de abertura do ano lectivo de 1969/70*, Lisboa, Ramos Afonso & Moita.

IDEM. (1970b), *Discurso proferido pelo Ministro da Educação, Prof. Doutor José Veiga Simão, no acto de transmissão de poderes*, Lisboa, MEN, CIREP.

IDEM. (1973), *Educação...Caminhos de Liberdade*, Lisboa, CIREP. [Discursos proferidos entre 15 de Janeiro de 1970 e 15 de Janeiro de 1973].

IDEM. (1974), *Meu Povo, meu Pensamento*.

IDEM. (Dez. 2002), *Modernização da Sociedade Portuguesa. Os Desafios dos Anos 90. A experiência reformadora dos anos 70. Universidade em Mudança*, Vol. III, Lisboa, Fundação das Universidades Portuguesas.

STOER, Stephen R. (1983), «A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou “disfarce humanista”?» in *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), pp. 793-822.

Sumário das Decisões do Conselho de Ministros. (1971),Lisboa.

HISTÓRIA & TERRITÓRIO

Factores estruturantes da rede ferroviária portuguesa (1845-1892)

Hugo Silveira Pereira

CITCEM e Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Na primeira metade de Oitocentos, a política portuguesa foi caracterizada por uma grande instabilidade, de modo que se “*as principais reformas institucionais foram implementadas em meados da década de 1830, as obras públicas tiveram de esperar quase uma década pelas primeiras realizações práticas*”²¹⁹. Na década de 1840, Costa Cabral consegue estabilizar politicamente o país e assinar o primeiro contrato para a construção de uma linha-férrea em Portugal. Apesar de não ter sido concretizado pela queda do governo, é com o cabralismo que se passa a entender que “*não basta que o espírito da mais sévera economia presida aos actos do Governo (...). Não é menos essencialmente preciso que estes recursos procedam do mais pleno desenvolvimento das faculdades productivas*”²²⁰. O golpe de 1.5.1851, que deu início à Regeneração, promoveu um consenso alargado entre as diversas correntes políticas em torno do progresso material²²¹. Até à bancarrota e crise financeira da década de 1890, Portugal dotou-se de mais de 2 mil km de caminhos-de-ferro que constituíam a base da rede férrea nacional. Nas linhas seguintes procuraremos explicitar os principais factores que justificaram a configuração dessa rede.

*

Contrariamente ao que possa parecer, a construção da malha férrea nacional não obedeceu a nenhum plano de rede aprovado previamente pelo parlamento. O conhecimento estatístico e cartográfico do reino era muito limitado e impossibilitava uma planificação em bases sólidas²²². Ao longo do tempo essa lacuna poderia ter sido preenchida, mas a inexistência de tal plano era mais conveniente, pois facilitava o

²¹⁹MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno (1993), *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Presença, p. 142. MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. (2002), “Portugal e a instauração do liberalismo”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir., *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, v. 9, p. 552-621.

²²⁰ Biblioteca da Assembleia da República. SANTOS, Clemente José dos, compil.(1884), *Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884*, n.º 174, p. 1. SOUSA, Fernando de; MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. (2004), “Portugal e a Regeneração (1851-1900)”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir., *Nova História de Portugal*, Lisboa, Presença, v. 10.

²²¹BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1992), “A guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)”. *Análise Social*, 27(115), p. 96-98. PINHEIRO, Magda (1983), “Reflexões sobre a história das finanças públicas portuguesas no séc. XIX”. *Ler História*, 1, p. 53.

²²²BRANCO, Rui (2003), *O Mapa de Portugal. Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*, Lisboa, Horizonte. SOUSA, Fernando de (1995), *História da estatística em Portugal*, Lisboa, INE.

favorecimento de determinadas entidades e também uma adaptação mais flexível da estratégia ferroviária às circunstâncias do momento. Os governos nacionais estavam dependentes das conjunturas e dificilmente poderem fazer uma planificação a longo prazo²²³. É certo que as sugestões do Conselho Geral de Obras Públicas no início da década de 1850 foram genericamente seguidas²²⁴, todavia também é verdade que essas sugestões nasciam mais do senso comum do que de um estudo aprofundado e científico. Por outro lado, após abertura das primeiras grandes linhas (norte, leste, sul) nunca houve consenso entre engenheiros e governos e entre a própria classe, o que dificultou também a aprovação de um plano geral de rede. Permanece então a questão: porque razão a rede assumiu a forma apresentada em finais de Oitocentos?

*

Em primeiro lugar, a rede não foi maior porque não houve capacidade financeira do tesouro público para construir mais (tendo em conta que na construção ferroviária o Estado suportou parte ou a totalidade dos seus custos, pois só 14% da rede foi assente sem qualquer apoio público), apesar de Portugal em algumas décadas da segunda metade do século XIX ter usufruído de um acesso mais ou menos facilitado aos mercados financeiros europeus²²⁵. Se se comparar aquilo que foi feito com algumas propostas de rede que foram surgindo ao longo deste período (designadamente em meados da década de 1870 na discussão na AECP) a discrepância salta à vista²²⁶. (In)felizmente, não havia capacidade financeira para tal (e além de caminhos-de-ferro era preciso melhorar portos, abrir estradas, suportar os encargos da dívida e saldar as despesas correntes do Estado) e os portugueses tiveram de se contentar com os 2250 km de via-férrea inaugurados até final do século.

A débil situação financeira do erário público trouxe também consequências sobre os traçados das linhas em si. Considerando que Portugal era um país muito acidentado,

²²³PEREIRA, Hugo Silveira. (2011), “Caminhos-de-ferro e instituições: ministério das Obras Públicas, parlamento e Associação dos Engenheiros Civis (1852-1892)”. *XXXI Encontro da APHES*, disponível em www4.fe-uc-pt/aphes31/papers/sessão_1c/Hugo_pereira_paper.pdf [consultado em 1/12/2011].

²²⁴MACEDO, Marta Coelho de (2009), *Projectar e construir a Nação: engenheiros e território em Portugal (1837-1893)*. Tese de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra.

²²⁵ALEGRIA, Maria Fernanda. (1990), *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos. PINHEIRO, Magda(1986), *Chemins de fer, structure financière de l'État et dépendance extérieure au Portugal: 1850-1890*. Tese de doutoramento, Paris: Université de Paris. SANTOS, Luís António Lopes dos (2011), *Política ferroviária ibérica: de principios del siglo XX a la agrupación de los ferrocarriles (1901-1951)*. Tese de doutoramento, Madrid, Universidade Complutense.

²²⁶PEREIRA, Hugo Silveira. (2011), “Caminhos-de-ferro e instituições...”.

as linhas tiveram de ser construídas onde o seu assentamento era mais barato e fácil. Na linha do norte, na aproximação ao Porto, aconselhou-se a litoralização do traçado para evitar grandes dificuldades e altos custos de construção. Na escolha do caminho-de-ferro de leste como primeira ligação transfronteiriça pesaram também as preocupações de ordem financeira, porque se entendia que a construção no sul era mais fácil e económica que no montanhoso norte. A predilecção por troncos comuns (casos das linhas de norte e leste e do Minho e Douro) respondeu também à mesma necessidade de poupar dinheiro. A abertura da linha até ao Algarve obedeceu a critérios de máxima economia, de tal modo que este caminho-de-ferro foi construído com declives exagerados. A opção pelo investimento em linhas de via estreita foi igualmente tomada no sentido de aumentar a extensão da rede nacional ao menor custo possível²²⁷.

Com isto não se pretende afirmar que os sucessivos ministérios optaram apenas pelas soluções fáceis e baratas. Não se pode dizer que as linhas da Beira Alta ou do Douro tenham sido de assentamento simples e económico. No entanto, mesmo nestas vias procurou-se reduzir os custos, em alguns casos à custa das conveniências da linha. O início do caminho-de-ferro da Beira Alta na Pampilhosa é disto um bom exemplo²²⁸. Também não se pretende insinuar que só a vertente financeira do investimento foi tida em conta na escolha das vias a abrir. Apesar de o conhecimento estatístico do reino ser muito reduzido tinha-se a percepção de que havia em Portugal algumas riquezas a explorar e os caminhos-de-ferro procuraram servir esses interesses. A linha do Douro teria como motivação transportar mais facilmente o vinho do Porto até à Invicta. No Alentejo, o caminho-de-ferro deveria facilitar o transporte de cereal e recursos minerais. A ferrovia do Minho serviria a província mais povoada do país. A linha do norte, além de ligar as duas principais cidades do reino e atravessar o litoral mais povoado, serviria de base a todos os caminhos-de-ferro transfronteiriços, que por sua vez teriam como objectivo concretizar o grande sonho de fazer de Lisboa o cais da Europa, que, aliás,

²²⁷ ALEGRIA, Maria Fernanda. (1990), *A organização dos transportes em Portugal...* BRANDÃO, Francisco Maria de Sousa (1880), “Estudos de caminhos de ferro de via reduzida ao Norte do Douro”, *Revista de Obras Públicas e Minas*, 11(125-126), p. 145-183. PEREIRA, Hugo Silveira (2011), “Rede férrea alentejana revisitada (1845-1889)”, in PETROV, Petar et al., eds., *Avanços em Literatura e Cultura Portuguesas Da Idade Média ao século XIX*, Santiago de Compostela, Através, p. 467-484. PEREIRA, Hugo Silveira. (2011), “A construção da rede ferroviária do Minho (1845-1892)”. *Cultura, Espaço e Memória*, 2, disponível em ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8823.pdf [consultado em 1/6/2011]. PINHEIRO, Magda.(1986), *Chemins de fer, structure financiere de l' État...* WATIER, F. (1860), “Relatorio do engenheiro francez monsieur Watier sobre a construção dos caminhos de ferro em Portugal (tradução)”. *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, 1, p. 76-131.

²²⁸PEREIRA, Hugo Silveira. (2011), “Caminhos-de-ferro da Beira (1845-1893)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 6, p. 273-296.

norteou grande parte da política ferroviária nacional²²⁹. Algumas destas linhas foram também aplicadas às rotas comerciais tradicionalmente percorridas anteriormente. Considerando que as ferrovias eram um investimento caro, esta opção foi plenamente lógica²³⁰.

*

Factores de ordem político-administrativa intervieram também na determinação da estrutura da rede nacional. A partir da abertura da primeira linha internacional, desenvolveu-se a ideia segundo a qual todas as capitais de distrito deveriam ser servidas de caminhos-de-ferro e ligar-se à capital do reino (a linha do Tua, o projectado caminho-de-ferro do Corgo até Vila Real, só aberto no século XX, e o ramal de Viseu são bons exemplos desta política). No entanto, esse objectivo acabou por não ser totalmente concretizado, pois, em 1900, Vila Real e Bragança continuavam desligadas da rede férrea nacional. Neste vector *político-administrativo* pode-se incluir a pressão que alguns homens provavelmente fizeram junto dos governos para que as linhas tomassem determinadas direcções. Esta é uma alegação difícil de provar, mas não é difícil de acreditar que, por exemplo, a passagem da linha do norte por Aveiro (não prevista por Watier) se tenha ficado a dever à pressão do influente local José Estêvão. A linha do Tua favorecia os investimentos de Clemente de Meneses e de alguns governantes possuidores de quintas na região. No Alentejo, a decisão de construir o troço inicial do Barreiro a Vendas Novas foi devida à vontade do marquês de Ficalho e de Eugénio de Almeida. A influência de Joaquim António Aguiar pode ter pesado na decisão de iniciar esta linha no Barreiro (onde aquele estadista tinha alguns interesses) e não no Montijo, como foi inicialmente previsto²³¹. Contudo, mesmo que todas estas pressões fossem reais, apenas justificariam pequeníssimas porções da rede.

*

²²⁹RAMOS, Paulo. (1996), “Os caminhos de ferro e o cais da Europa”, in GOMES, Gilberto; SERRÃO, Joel, coord., *O Caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996. O Caminho de ferro revisitado*, [S.l.], CP, p. 24-33.

²³⁰ALEGRIA, Maria Fernanda. (1990), *A organização dos transportes em Portugal...* JUSTINO, David (1988-1989), *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega. PINHEIRO, Magda (1992), “Le role de l’Etat dans la construction des chemins de fer du Portugal au XIXe siècle”, *Histoire, Economie et Société*, 11(1), p.173-184.

²³¹ALEGRIA, Maria Fernanda. (1990), *A organização dos transportes em Portugal...* ALVES, Jorge Fernandes (2007), “De pedras fez terra: um caso de empreendedorismo e investimento no Nordeste Transmontano (Clemente Meneses)”. *Revista da Faculdade de Letras – História*, 3(8), disponível em [ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3352 .pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3352.pdf) [consultado em 14/2/2011]. CRUZ, Maria Alfreda (1973), *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e formas de organização do espaço*, Montijo, Gazeta do Sul.

Se alguns homens dispunham de influência suficiente para alterar parte das rotas das linhas, as companhias ferroviárias contratadas pelos governos detinham muito mais. Apesar de em Portugal o Estado ter desempenhado um largo papel nesta questão, a maioria dos governos mostrou-se mais favorável à entrega da construção e exploração a companhias privadas, formadas através da associação de investidores poderosos. A influência destas organizações na rede começava ainda antes da sua constituição oficial ao mostrarem interesse na construção de algumas linhas. Os caminhos-de-ferro do Porto à Póvoa e Famalicão, Guimarães, norte, oeste, Sintra e Alentejo nasceram da manifestação de vontade de investidores privados na sua edificação à qual os governos acederam. Outros caminhos-de-ferro foram também adjudicados depois da manifestação de vontade de alguns empresários, embora nunca tenham sido realizados (casos da linha de Sintra de Claranges Lucotte, do vale do Lima, de Cacilhas a Sesimbra ou de Arganil à Covilhã). Estes últimos tinham também em comum o facto de não exigirem nenhuma contrapartida financeira por parte do tesouro, o que, no estado precário das finanças públicas, era um factor determinante (se bem que não único) na aceitação de propostas²³².

Depois de adjudicada a obra, as companhias podiam forçar os poderes públicos a modificar os projectos e aceitar determinados trabalhos. Por exemplo, Tomar devia ser servido por uma estação da linha do norte, de acordo com o projecto Watier, mas José de Salamanca, o empreiteiro da companhia concessionária (Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses) não seguiria esta sugestão para evitar maiores custos e dificuldades. Nos caminhos-de-ferro do norte e leste, a Companhia Real conseguiu eximir-se da colocação dos segundos tabuleiros nas pontes metálicas e na linha da Beira Baixa não furou a serra da Gardunha, como era sugerido pelo engenheiro que elaborara o projecto. Não se pretende insinuar que as companhias faziam o que lhes aprouvesse, pois em algumas ocasiões o executivo não permitiu que elas levassem a sua avante. Neste aspecto, não podemos esquecer que os empreiteiros contratados pelas companhias tinham preocupações do foro financeiro e pretendiam gastar o menos possível para aumentar o lucro da sua empreitada. Esta economia tornava-se também do interesse das próprias companhias quando os seus contratos de concessão lhe garantiam um determinado rendimento de exploração. Nas linhas que não previam qualquer tipo de apoio estatal essa preocupação em reduzir custos tornava-se ainda mais premente. Isto é

²³² FINO, Gaspar Cândido da Graça Correia, compil. (1883-1903), *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro*, Lisboa, IN (vários diplomas).

particularmente óbvio no ramal de Cáceres, uma das vias mais curvilíneas do país, assente deste modo para poupar nos encargos da construção²³³.

Abertas as vias à exploração, a influência das companhias mantinha-se, desde logo porque alguns dos contratos de adjudicação tinham cláusulas de salvaguarda da sua zona de influência, o que limitava o campo de acção dos governos. Isto verificou-se na linha do oeste, que foi alvo do interesse de alguns investidores, mas que acabou construída pela Companhia Real por se encontrar em parte dentro da zona de exclusivo do caminho-de-ferro do norte. Por vezes, esta influência extravasava os limites do texto da lei. A mesma Companhia Real conseguiu fazer com que o governo não adjudicasse a ligação de Estremoz à linha do leste, apesar de esta via não se poder considerar um ramal ou via paralela, evitando assim o aparecimento de um concorrente no corredor de acesso ao litoral. Pela mesma razão a linha internacional da Beira Baixa (até Espanha) nunca foi construída. A pressão das companhias teve ainda impacto sobre o tesouro público. Muitos dos seus investidores contavam com o apoio dos mercados financeiros que forneciam crédito a Portugal, podendo exigir contrapartidas financeiras nem sempre justas ou legais, acabando por desviar recursos do investimento ferroviário²³⁴.

*

Tendo em conta que um dos principais objectivos da política ferroviária nacional era ligar o reino à Europa, Espanha tornou-se um factor incontornável no desenvolvimento da rede férrea lusa. A influência do país vizinho fez-se notar na bitola empregada nas vias internacionais e consequentemente na rede de primeira ordem. Apesar de Portugal pretender o uso da bitola *européia* (1,44 m), Espanha optou pela bitola *larga* (1,67 m), obrigando Portugal a fazer o mesmo, pois não fazia sentido impor uma dupla baldeação nas fronteiras. No que respeita aos pontos de travessia fronteiriço, Madrid teve também algo a dizer. A passagem por Badajoz foi uma imposição espanhola contra a opinião de alguns engenheiros nacionais que aconselhavam a

²³³ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. Conselho de Obras Públicas e Minas (várias consultas entre 1852 e 1892).

²³⁴ PAÇÕ-VIEIRA, Conde de (1905), *Caminhos de Ferro Portuguezes. Subsídios para a sua historia*, Lisboa, Livraria Clássica. PINHEIRO, Magda (1979), “Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX”. *Análise Social*, 15(58), p. 265-286. PINHEIRO, Magda (1986), *Chemins de fer, structure financiere de l' État...* PINHEIRO, Magda (2008), *Cidade e caminhos de ferro*, Lisboa, CEHC. SILVA, Álvaro Ferreira da (2011), “More than a brass nameplate on the door: foreign ownership and control in the *Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses* (1860s-1890s)”, *Workshop Railroads in historical context: construction, costs and consequences*, disponível em www3.dsi.uminho.pt/ebeira/foztua/wk2011/fsilva.pdf [consultado em 5/10/2011].

directriz pelo vale do Tejo. Anos mais tarde esta solução foi novamente recusada por Espanha, pois apenas beneficiaria os portos lusos. A alternativa Cáceres nasceu de um acordo entre investidores que operavam em ambos os países. As ligações das linhas da Beira Alta e Douro à rede espanhola em Salamanca coincidam com a vontade nacional, mas tiveram de ser construídas por um conglomerado de bancos portugueses, subsidiado pelo tesouro nacional. Portugal tinha outras conexões transfronteiriças em mente, mas a falta de interesse por parte de Espanha (que só via proveito na ligação pelo Minho, como forma de colocar parte daquela província mais próxima de Vigo que do Porto), sobretudo após perceber que o iberismo não contava com apoiantes suficientes em Portugal, foi um factor determinante para que não se concretizassem²³⁵.

*

As preocupações do foro militar foram também presentes à discussão, mas pesaram pouco sobre as decisões finais. Os decisores políticos preferiam confiar na manutenção das relações amigáveis com os países vizinhos. Os oficiais não partilhavam deste optimismo, mas entre eles não havia consenso generalizado, pois tudo dependia da forma como o país fosse invadido. Um dos poucos conselhos aceites pelo governo foi a passagem da linha do leste por Elvas, sugerida por Sá da Bandeira. No entanto, após a sua morte, o ramal de Cáceres anulou as eventuais vantagens militares daquele alvitre. Mais a norte, a rede espanhola penetrava em Portugal através de uma dupla ligação (Barca de Alva e Vilar Formoso). Nenhum desses caminhos-de-ferro estava protegido do lado português por qualquer tipo de infra-estrutura militar, pois o cruzamento da fronteira pela linha da Beira Alta fez-se em Vilar Formoso e não em Almeida como chegou a ser alvitrado. Os acessos a Lisboa (linha do oeste, linha de Cascais) atemorizaram também os militares, mas acabaram por ser construídos. Este aspecto liga-se intimamente às condicionantes financeiras anteriormente referidas. Construir linhas puramente estratégicas era caro e deste investimento não se esperava retorno no futuro. Mesmo a melhoria em termos militares de alguns caminhos-de-ferro podia agravar o caderno de encargos e afastar os investidores e das ferrovias esperava-se mais

²³⁵PEREIRA, Hugo Silveira (2011), “*A doorway to Europe: the dream of the Portuguese railways (1845-1892)*”, 9th *International Conference of the T2M*, disponível em t2m.org/wp-content/uploads/2011/09/Pereira_Hugo_Paper.pdf [consultado em 3/2/2012]. PINHEIRO, Magda (1995), “L’Histoire d’un Divorce: l’Intégration des Chemins de Fer Portugais dans le Réseau Ibérique” in MERGER, Michèle; CARRERAS, Albert; GIUNTINI, Andrea, dir., *Les réseaux européens transnationaux XIXe-XXe siècles: quels enjeux?*, Nantes, Ouest Éditions.

o desenvolvimento económico do país do que uma melhoria das suas condições de defesa²³⁶.

*

Em todo este processo, o Estado desempenhou um papel fulcral, pois desde a apresentação da proposta até à inauguração da linha e ao longo da exploração, o governo tinha o direito de intervir. Era o ministério das obras públicas, que recebia e analisava as propostas; em muitos casos, foram engenheiros contratados pelo Estado que estudaram as linhas (e mesmo quando capitalistas privados desejavam examinar um determinado caminho-de-ferro tinham de pedir autorização para tal); adjudicada a obra, os projectos tinham de ser apreciados pelo governo antes de poderem ser efectuados; durante a construção, os fiscais régios supervisionavam os trabalhos no sentido de assegurar que tudo corria de acordo com o contratado; a inauguração contava com a presença de representantes estatais; ao longo da exploração os técnicos do ministério procuravam zelar pela qualidade do serviço prestado. Em Portugal, a acção do estado estendeu-se ainda à construção e exploração de ferrovias, quer quando a iniciativa privada não foi capaz de honrar os seus compromissos (linha do leste no troço para lá do Carregado ou vias-férreas de sul e sueste), quer quando o governo resolveu assumir essa responsabilidade (linhas do Minho e Douro)²³⁷.

Quando mencionamos *estado* referimo-nos sobretudo ao governo, pois o parlamento assumiu-se muito mais como palco de discussão do que de decisão. Os engenheiros nacionais possuíam o conhecimento e a autoridade suficientes para se assumirem como um factor fulcral no delineamento da rede nacional, porém, as suas funções eram meramente consultivas, muitos deles estavam empresarial e politicamente comprometidos e entre a classe não havia um consenso generalizado. Isto não quer dizer que os engenheiros fossem constantemente postos de lado ou as suas opiniões relevadas para segundo plano²³⁸.

*

²³⁶ PEREIRA, Hugo Silveira. (2012), “Portugal, Spain and the Military Concerns Regarding Railways, 1845-1899”, *VI Congreso de Historia Ferroviaria* (a disponibilizar quando da realização do congresso).

²³⁷ TORRES, Carlos Manitto. (1936), *Caminhos de ferro*, Lisboa, [s.n.].

²³⁸ PEREIRA, Hugo Silveira. (2012), “Railways and Parliament in Portugal (1851-1892)”, *9th European Social Science History Conference*, disponível em www2.iisg.nl/esshc [consultado em 1/5/2012].
PINHEIRO, Magda (1986), *Chemins de fer, structure financiere de l' État...*

Os parágrafos antecedentes parecem pintar um quadro bastante negro daquilo que foi a introdução de caminhos-de-ferro em Portugal no século XIX. Importa por isso referir que apesar de o investimento não ter satisfeito as expectativas (que eram demasiado elevadas), os caminhos-de-ferro foram importantes para a economia e sociedade nacionais: contribuíram para uma maior distribuição dos salários, que por sua vez auxiliou o alargamento do mercado interno²³⁹; em termos de circulação de produtos, facilitaram e aceleraram o transporte a longas distâncias; a nível demográfico, surgiram povoações novas e a mobilidade interna aumentou, sobretudo naquelas zonas que podiam usufruir do caminho-de-ferro (nem todas as localidades dispunham de estações ou de acesso às linhas, o que acabou por reforçar as desigualdades territoriais preexistentes²⁴⁰); quanto a aspectos culturais e mentais, o comboio activou a comunicação de notícias e de novidades científicas e alterou as noções de espaço e tempo²⁴¹. Foi também determinante para o desenvolvimento do mercado e dos serviços de lazer e turismo, sobretudo a partir da década de 1880²⁴²: o caminho-de-ferro de Cascais, além de servir o tráfego metropolitano, transportava também os veraneantes que na época dos banhos procuravam as praias da linha; na estação do Buçaco, esperava-se a visita de muitos visitantes sobretudo no Verão; a linha do norte foi importante para o desenvolvimento da estância balnear de Espinho; a linha da Póvoa fomentava também o transporte para as praias e romarias da região; “*a grande vida entrou em Sintra. Caiu por terra completamente a suposição que alguns nutrem de que o caminho de ferro ia matar o Eden de Byron*”²⁴³. Em suma, sem caminhos-de-ferro, o atraso nacional em relação ao resto da Europa seria muito maior.

²³⁹PINHEIRO, Magda (1986), *Chemins de fer, structure financière de l'État...*

²⁴⁰SILVEIRA, Luís Espinha da et al. (2011), “Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930”, *Ler História*, 61, p. 7-37.

²⁴¹GAIO, Eduardo Frutuoso. (1957), *Apontamentos da história dos caminhos de ferro em Portugal*, Sintra, Sintra Gráfica. SERRÃO, Joel (1962), *Temas Oitocentistas II. Para a história de Portugal no passado. Ensaio*, Lisboa, Portugália.

²⁴²MATOS, Ana Cardoso de; RIBEIRO, Elói Figueiredo; BERNARDO, Maria Ana (2009), “Caminhos-de-ferro e turismo em Portugal (final do século XIX e primeiras décadas do século XX)”, *V Congresso de Historia Ferroviária*, disponível em www.docutren.com/congreso_palma/pdfs/com/Ses51tur/050113_Bernardo-Cardoso-Figueiredo.pdf [consultado em 16/2/2011]. PINHEIRO, Magda (2002), “Impacto da construção ferroviária sobre a cidade de Lisboa”. *II Congresso de Historia Ferroviária*, disponível em www.docutren.com/archivos/aranjuez/pdf/01.pdf [consultado em 15/2/2011]. RIBEIRO, Elói de Figueiredo (2006), *A Gazeta dos caminhos-de-ferro e a promoção do turismo em Portugal (1888-1940)*. Tese de mestrado, Évora, Universidade de Évora.

²⁴³Apud GAIO, Eduardo Frutuoso. (1957), *Apontamentos da história dos caminhos de ferro...*, p. 67, 77 e 81. EÇA, Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida de (1876-1877), “Caminho de ferro da Beira Alta. Memoria Justificativa”. *Revista de Obras Públicas e Minas*. 7(82-84) e 8(85-86), p. 381-460 e 44-75. LOPES, Pedro Inácio (1888), [“Influência da construção dos caminhos-de-ferro em Lisboa”]. *Revista de Obras Públicas e Minas*. 19(223-224), p. 269-280. RIBEIRO, Armando Bouçon (2006), “O caminho-

Porém, é também incontestável que o investimento ferroviário acentuou a dependência externa e desviou fundos de outros sectores que poderiam estimular o consumo. O caminho-de-ferro não foi instrumento fundamental para a formação e unificação do mercado nacional, não acabou com a compartimentação do país, não estancou a emigração, nem acelerou o desenvolvimento industrial, mantendo-se Portugal um país agrícola²⁴⁴.

De qualquer modo, nunca o caminho-de-ferro poderia operar grandes transformações numa economia que impedia a plena realização do programa de melhoramentos materiais: eminentemente agrícola, com deficiente dotação de recursos naturais, débil procura interna, fraca qualificação da mão-de-obra, saldos comerciais constantemente negativos e dependente das remessas dos emigrantes, que, por sua vez dependiam da situação económica internacional e brasileira. Contudo, nenhuma outra estratégia de desenvolvimento geraria resultados superiores e em todo o caso nunca um governo poderia adotar um discurso pessimista. No final, as expectativas cresceram (tanto na encenação dos debates parlamentares como na frieza dos relatórios técnicos) e não conseguiram ser atingidas pela realidade.

de-ferro e o nascimento de uma colónia balnear espanhola em Espinho”, *IV Congreso de Historia Ferroviária*, disponível em www.docutren.com/archivos/malaga/pdf/VI25.pdf [consultado em 16/2/2011].

²⁴⁴MATA, Maria Eugénia. (1988), “As três fases do Fontismo: projectos e realizações” in *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, p. 413-430. PINHEIRO, Magda (1986), *Chemins de fer, structure financiere de l' État...*

Novas paisagens urbanas em Portugal e as políticas urbanas oitocentistas

Margarida Relvão

CES – FCTUC

Esta comunicação pretende analisar como uma série de intervenções de melhoramento e embelezamento das frentes ribeirinhas das principais cidades levaram à formação das atuais paisagens urbanas. Paisagem urbana entendida aqui com o duplo sentido, por um lado enquanto imagem/fachada da cidade, por outro enquanto construção programada de um conjunto de espaços, ruas e edifícios que torna perceptível determinada área urbana²⁴⁵.

Sem descurar as restantes cidades nacionais vamos centrar a apresentação na cidade de Coimbra, entendida enquanto cidade média confrontada por um lado com a estratégia de centralização do novo regime liberal, por outro com a necessidade local de autorrepresentação.

O Embelezamento da Cidade e os melhoramentos das suas frentes ribeirinhas

*A beleza e a magnitude de uma cidade depende principalmente de 3 coisas:
as suas entradas, as suas ruas e os seus edifícios*²⁴⁶

A reforma de Roma pelo Papa Sisto V²⁴⁷ inaugura uma série de operações de renovação urbana que adquirem um grande desenvolvimento e difusão com as intervenções de *embelezamento* das cidades francesas no século XVIII.²⁴⁸ Caracterizam-se essencialmente, pelo alargamento e alinhamento de ruas, pela abertura de praças reais

²⁴⁵ Aplicamos aqui a noção que Gordon Cullen, introduz em 1961, em *The Architectural Review*. Paisagem urbana entendida como a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano.

²⁴⁶ Em 1753, o abade Laugier definia assim os elementos chave que conformam uma cidade e o seu *embelezamento*. LAUGIER, M. A. (1999), *Ensayo sobre la Arquitectura*, Madrid : Ediciones Akal, p. 128.

²⁴⁷ O Plano de Sisto V cria uma nova composição urbana para Roma, define um novo sistema viário e um conjunto de praças e cria uma unidade estética, pontuada por símbolos que facilitam a apreensão da organização da cidade. DELFANTE, C. (1997) *A Grande História da Cidade. Da Mesopotâmia aos Estados Unidos*, Lisboa: Instituto Piaget, p 157.

²⁴⁸ Sobre o tema do embelezamento da cidade no século XVIII ver HAROUEL, J.L.(1993), *L'Embellissement des villes*. Paris: Picard Editeur.

e pela criação de *promenades*²⁴⁹ e jardins. Combinam considerações práticas (garantir a segurança, resolver o tráfego, fornecer equipamentos), com considerações estéticas, na época definidas como “decoreção”/embelezamento arquitetural (avenidas, *promenades* e jardins), para além de razões políticas (praças reais).

No início do século XIX, a revolução industrial e tecnológica, e as novas lógicas económicas e sociais alteram os ideais urbanos. Acresce que o aumento da população urbana agrava os problemas de congestionamento, circulação, carências higiénicas e insalubridade geral. Difunde-se, então, por toda a Europa a crítica à cidade e procura-se uma nova ordem urbana consentânea com a nova ordem social, e as principais cidades europeias vão proceder a uma série de requalificações e reformas urbanas²⁵⁰,

Em Portugal, será na segunda metade do século, com a Regeneração, que se define a nível nacional, uma estratégia desenvolvimentista assente nos novos meios tecnológicos e na criação de uma rede de transportes, e a nível das principais cidades um programa de melhoramentos urbanos. Estes melhoramentos vão introduzir as novas infraestruturas da cidade moderna, vão procurar resolver as principais carências higiénicas, e vão reconfigurar a imagem da cidade. Aqui a intervenção nas frentes ribeirinhas ganha uma dupla amplitude: se por um lado as margens dos rios eram zonas insalubres, concentrando atividades poluentes e sujeitas à vicissitudes das cheias e das águas estagnadas, por outro eram as zonas com o maior poder de representação da cidade. Dai que por todo o país se iniciem uma série de aterros, reconfigurando as frentes ribeirinhas²⁵¹ e construindo a nova paisagem urbana.

Lisboa, capital do reino, tem o primeiro projeto de regularização da frente ribeirinha, ainda dentro dos princípios de urbanismo barroco, com o projeto de

²⁴⁹ A criação de *promenades* e jardins está também associada à abertura da cidade à natureza e à criação de eixos visuais sobre a paisagem natural. Neste sentido, de acordo com Harouel, as intervenções vão-se concentrar ao longo dos rios (Mâcon, Lannion e Toulouse) e nas zonas das fortificações demolidas (Paris, Nantes, Orléans entre outras). HAROUEL, J.L. (1993), *L'Embellissement des villes*. Paris: Picard Editeur, p12.

²⁵⁰ Das quais importa salientar as obras de saneamento de Londres (1848-1865), precursoras das intervenções oitocentistas e responsável pela criação de legislação sanitária por toda a Europa, os *Grands Travaux de Haussmann* em Paris (1853-1869), que constituem o modelo de intervenção em várias cidades europeias (Marselha, Lion, Bruxelas, Milão, Berlim, etc), o Ring de Viena (1857), por apresentar uma outra solução de composição urbana, e finalmente o *ensanche* de Barcelona (1859), modelo das extensões urbanas futuras.

²⁵¹ Para além dos exemplos a seguir referidos, veja-se o caso da cidade de Viana do Castelo em: FERNANDES, Mário G. (2002), *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, dissertação de doutoramento apresentada à FLUP, Porto: FAUP Publicações[2º ed.2005].

umamarginal em forma de passeio público, a ligar o Paço da Ribeira a Belém²⁵², da autoria do arquiteto Carlos Mardel, em 1746. Alguns troços terão sido construídos mas não terão chegado até ao século XIX, e será neste século que, quer pela intervenção do poder Central, quer pela intervenção do poder Local²⁵³, se inicia um conjunto de intervenções que conquistando terrenos ao rio, conduzem à definição da atual paisagem urbana na zona do Cais Sodré.

A construção do Aterro da Boavista, considerada a obra mais importante do início da Regeneração²⁵⁴, permite eliminar a maior área insalubre da capital e possibilita a abertura da futura Avenida 24 de Julho garantindo a comunicação entre o centro e os limites da cidade. Por iniciativa do Ministério das Obras Públicas, as obras começam em 1855, mas 4 anos depois, transitam para a responsabilidade municipal e o projeto é alargado. Abrem-se as ruas de ligação à Rua das Janelas Verdes e ao aterro do Cais de Sodré e cria-se o lado ocidental da Praça D. Luís I, junto ao Largo de Santos, então ajardinado. Contudo, nunca se realizou o projetado por Pezerat que seria uma nova frente para o rio, *uma linha recta de quarteirões de 40m de fundo para edificação de edifícios regulares e monumentais, cuja frente iniciaria sobre o cais, com arcadas mais 2 pisos.*²⁵⁵

Mais tarde, a linha de caminho de ferro implanta-se nos terrenos conquistados ao Tejo e é criada a estação do Cais Sodré, sobre o aterro da antiga praia dos Remolares. No final do século, é criado o serviço de transporte de passageiros no rio Tejo e a nova Estação Fluvial implanta-se também no Cais do Sodré, definindo-se assim a nova feição urbana junto ao Tejo.

A cidade do Porto assume durante o século XIX, o papel de capital económica do país e como tal iniciam-se uma série de grandes projetos ligados à atividade económica.

²⁵²Projeto do Cais Novo de Belém ao Cais de Santarém. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, D27C. Sobre este projeto ver ROSSA, W. (2000), “A imagem ribeirinha de Lisboa-alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o Império”, *A Urbe e o Traço*, Coimbra: Almedina, p 114.

²⁵³ A partir do meado do século XIX, o município começa a recuperar as competências que perdera desde a governação do Marquês de Pombal, e inicia uma atuação direta nos problemas da cidade, na qual se destaca o papel do engenheiro da Câmara Municipal Joseph Pezerat. SILVA, R.H. (1997), *Lisboa Romântica. Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado), Lisboa, p. 221.

²⁵⁴SILVA, R.H. (1997), *Lisboa Romântica. Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (texto policopiado), Lisboa, p. 430.

²⁵⁵ Arquivo Histórico da Câmara de Lisboa, SGO, Cx.125: *Os aterros do Caes da Boa Vista*, 9 de Setembro de 1858.

Dos quais devemos destacar a reforma da zona ribeirinha que se inicia com a construção da Ponte Pênsil (1843), que permite estabilizar as comunicações com Lisboa; os novos arruamentos, que facilitam a circulação ascendente e finalmente, a reforma e ampliação do cais fluvial com a construção da Nova Alfândega (1861) no areal de Miragaia. O novo edifício da Alfândega cria uma plataforma artificial sobre a antiga praia de miragaia, alterando radicalmente toda frente ribeirinha. O carácter inovador do complexo advém, não só do imponente edifício com dupla fachada (uma para o rio e outra para a cidade) e do cais, bem como, de uma série de infraestruturas de apoio à circulação de mercadorias, como a linha de caminho de ferro que atravessa o edifício e permite o transporte de mercadorias até à estação de Campanhã, e a nova rua aberta para garantir a ligação com o centro da cidade, a Rua nova da Alfândega. A fachada imponente sobre o rio desenha a paisagem urbana da nova cidade liberal.

O caso de Coimbra

*«Ao deplorável estado em que actualmente se acha o sitio denominado – Logar do Cerieiro- prestou atenção esta Camara, deliberando unanimemente proceder alli à construção d’uã doca, e d’um cães em continuação do que já existe, e resguarda a cidade das inundações do Mondego, sendo do mesmo tempo um dos nossos mais bellos passeios. [...] O estrangeiro que visitar Coimbra não encontrará um sitio lúgubre, qual hoje é, e em perfeito contraste com tantas bellezas, que aformozeam este lado da cidade; gozará de uma vista aprazível e harmónica com o resto do panorama que se desenrola em toda esta linha, que banha as aguas do Mondego».*²⁵⁶

Coimbra, no início do século XIX, vivia dividida entre a zona alta, ocupada pela universidade e a zona baixa destinada aos ofícios e aos artesãos e, enclausurada entre o rio intempestivo e uma cinta de colégios e conventos. A desamortização das ordens religiosas (1834) e as obras de regularização das margens do Mondego vão quebrar

²⁵⁶Exposição ao Governador Civil de 7 de Maio de 1858. Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Obras do Cais do Cerieiro, Pasta 2, B37/2.

estes limites, com a expansão da cidade para nordeste e sobre os novos terrenos conquistados ao rio. Porém, os estudos sobre a cidade nesta época têm incidido apenas nas intervenções de extensão²⁵⁷ da malha urbana e têm descurado as frentes ribeirinhas, zona que, como veremos, sofre acentuada intervenção de reconfiguração e *embelezamento* alterando drasticamente a paisagem urbana.

O Largo da Portagem, *porta de entrada* da cidade, apresentava, em 1836, um traçado irregular e dimensões reduzidas, aproximadamente 33m por 17 m.²⁵⁸ Mas, a nova Câmara Liberal, vai iniciar o seu alargamento demolindo o pelourinho e a capela existente junto à ponte. Quatro anos depois, abre a Rua Nova da Rainha²⁵⁹, de ligação entre a Ponte e a Rua Sargento Mor, o que implica a expropriação e demolição de 3 edifícios e da devoluta Torre da Portagem.

Mas a cidade, desde o século XVI que reclamava ao poder Central, a regularização do curso do Mondego e, embora tivessem sido feitas inúmeras intervenções todas se revelaram incapazes de sustentar as cheias e os enormes prejuízos para a cidade e seus habitantes.

Uma das primeiras medidas do novo governo da regeneração será a proposta de lei, datada de 27 de julho de 1853, do Ministro das Obras Públicas, Fontes Pereira de Melo sobre o encanamento do Mondego desde Ceira ao mar.²⁶⁰ Esta intervenção vai finalmente, permitir a consolidação da margem do Mondego e, cerca de 18 anos mais tarde, a requalificação de toda a frente ribeirinha.

Paralelamente, em 1857 inicia-se a primeira grande intervenção de *melhoramento* urbano da cidade, o alargamento da Rua de Coruche,²⁶¹ correspondente ao troço da Estrada Nacional Lisboa-Porto. O projeto define não só o alinhamento das

²⁵⁷ Designadamente o primeiro plano de expansão da área urbana, o Plano da Quinta de Santa Cruz. Sobre o assunto ver MACEDO, M. (2006) A Conquista do terceiro espaço. Uma abordagem ao ensanche oitocentista de Coimbra”, *Monumentos*. 25, pp122-129 e MAGALHÃES, R. F. R. (2002) - "A urbanização da Quinta de Santa Cruz: uma nova cidade no flanco de uma velha cidade", *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*. XXXV, pp. 388-438.

²⁵⁸ CORREIA, A. (1942), "Identificações Toponímicas.", *Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal*. Biblioteca Municipal de Coimbra, VI, p. 285.

²⁵⁹ Aberta para a visita de D. Maria II à cidade, a proposta data de 8 julho de 1840, SILVA, A. C. (1973), *Anais do Município de Coimbra- 1840-1869*, Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

²⁶⁰ SILVA, A.C. (1973), *Anais do Município de Coimbra- 1840-1869*, Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

²⁶¹ A Câmara Municipal reclamava esta obra desde 1835, numa exposição ao prefeito do Douro, argumentava que a "Rua de Coruche, que se achava disforme, tortuosa, estreita", mas que a falta de rendimentos a impossibilitava de realizar a obra. AHMC, *Registo de Correspondência*, IV. 1829-1835., f.60.

novas construções, mas também o tipo e altura das cantarias de portas e janelas, para garantir a qualidade estética do conjunto.²⁶² As obras decorrem até 1866 e implicaram uma série de expropriações e realojamentos, a demolição da cabeceira da Igreja de S. Tiago e o enterramento do adro da Igreja de Santa Cruz e São João das Donas. Será a primeira grande obra levada a cabo pelo poder municipal, mas na qual o apoio da administração central ficou assinalado pela alteração da toponímia, desde então Rua Visconde da Luz.

Será na década de 70 que a paisagem da cidade será finalmente definida. O aterro do cais impunha a substituição da velha Ponte de Pedra e o Governo, em 1861,²⁶³ decreta a sua demolição e a construção de uma nova ponte em ferro, aberta ao público em 1875. Entretanto, em 1870, a intervenção no Cais das Ameias está concluída e iniciam-se, no ano seguinte, as obras do Cais do Cerieiro, cobrindo assim as margem a jusante e a montante da ponte, respetivamente, e dando cumprimento à ideia, que vinha já desde 1858²⁶⁴, de uma avenida marginal e da criação de um parque público junto ao rio.



fig. 1 - SÁ, António José (1873), *Planta de edificios a expropriar para alargamento da Rua da Calçada e Largo da Portagem*, AHMC, Repartição de Obras Municipais, 31/B50. fig 1- (s/n) (1874) *Projecto dos melhoramentos a fazer no Largo da Portagem*, AHMC, Repartição de Obras Municipais, 31, P7(1).

Com os alteamentos em curso, a Municipalidade pode pensar num projeto de *melhoramento* do velho Largo da Portagem, ponto de charneira do conjunto urbano. O projeto, aprovado em 1874, implica a demolição de um quarteirão de edificações e

²⁶² AHMC, *Rua Visconde Da Luz – 1858-186*.

²⁶³ Decreto de 10 Dezembro de 1861 pelo Ministério das Obras Públicas, *Diário de Lisboa* n° 214 de 23, mas que só terá cumprimento em 1873.

²⁶⁴ Sessão de Câmara de 12 de maio 1858. AHMC, *Obras do cais do cerieiro*, Pasta 2, B37/2.

provoca o enterramento da Rua da Saboaria e do Largo do Trovão e, a criação de um muro de suporte de terras que limitará a nova praça do lado norte.

Ainda neste ano e como contrapartida pelo traçado da Linha da Beira Alta não passar pela cidade²⁶⁵, o Governo propõe a construção de um ramal entre a estação existente²⁶⁶ e a baixa ribeirinha da cidade, e que dará origem à nova linha Coimbra-Arganil. No entanto, as obras vão sendo sucessivamente adiadas e só em 1885 é que o ramal é aberto ao público. Mas, com as obras da construção da nova linha a atravessar o cais, a Câmara volta a pedir a conclusão do aterro do Cais do Cerieiro, para o desejado parque público. O consentimento do poder central será dado só nos primeiros anos de 1900 e a obras concluídas em 1912.²⁶⁷



fig 2 HEITOR, A. (1926), Fragmento da *Planta do Parque*, AHMC, Repartição de Obras Municipais, Pasta 31.

fig 3(s/n) (s/d) *Passeio á beira do «Mondego»* disponível

em <https://plus.google.com/photos/117914274518338377120/albums/5196315409702016833>, [consultado em 16/05/2012]

A Câmara Municipal de Coimbra revelou sempre uma vontade de ordenamento e modernização da cidade, porém debatia-se com a ausência de técnicos qualificados,

²⁶⁵ O traçado da Linha da Beira Alta, a entroncar na Linha do Norte na Pampilhosa foi muito contestado pela cidade que deixava assim de ser o ponto de cruzamento das mercadorias vindas da Beira. Exposição sobre a linha férrea da Beira Alta de 21 de Outubro de 1864: “*Senhor! Coimbra já se resente dos inconvenientes de ter a estação do caminho de ferro do Norte a distancia de suas portas. Colocar agora a estação do caminho de ferro da Beira nas mesmas circunstancias parece querer á força sancionar o estacionamento, se não o retrocesso d’uma terra que tem óptimas condições para prosperar e progredir*” AHMC, *Representações ao Rei às Cortes – 1860-1865* –B34, folhas 72 a 79.

²⁶⁶ A estação criada em 1864 implanta-se fora dos limites da cidade e, só partir de 1874, a ligação à baixa da cidade começa a ser assegurada, mas pelo primeiro transporte público urbano, o carro americano - sistema composto por uma carruagem puxada por muires mas deslizando sobre carris, o que permitia aumentar a velocidade e comodidade dos passageiros.

²⁶⁷ *Projeto de terraplanagem da Ínsua dos Bentos* de aprovada a 1 de julho de 1905. AHMC, *Repartição de Obras Municipais*, Pasta 31, Processo 7, doc.1. *Projeto ajardinamento da esplanada do porto dos bentos de 16 de janeiro de 1912.* AHMC, *Repartição de Obras Municipais*, Pasta 31.

como se depreende pela representação às Cortes, em Fevereiro de 1865,²⁶⁸ solicitando a nomeação de uma comissão para elaboração do Plano Geral de Melhoramentos da cidade, de acordo com o decreto de 31 de Dezembro de 1864²⁶⁹. Só no final de oitocentos, é que a referida comissão é nomeada e, em 1901, apresenta estudos do traçado das vias dos carris de ferro e da concordância entre o pavimento do Largo (denominado na altura Príncipe D. Carlos) com a Estrada da Beira e com a Couraça da Estrela, mas um projeto geral, nunca chega a ser devidamente aprovado, o que levará posteriormente a uma série de hesitações.

Nomeadamente, quando o Banco de Portugal, pretendendo construir uma filial na cidade, solicita à Câmara a implantação para o edifício e a comissão alega-se incompetente para o fazer por não ter sido aprovado o referido plano. Depois de alguma controvérsia, a Câmara acaba por definir a implantação e o alinhamento no Largo Príncipe D. Carlos²⁷⁰, que com esta intervenção adquire finalmente a forma que hoje tem. O novo equipamento elimina a estreita Rua da Saboaria e faz a articulação entre a cota da Rua do Sargento Mor e a da Praça, construindo uma frente marcada pela grande qualidade arquitetónica do edifício da autoria do arquiteto Adães Bernudes.



fig.4

²⁶⁸ Representação de 18 Fevereiro 1865. AHMC, *Pasta Representações ao Rei e às Cortes- 1860-1865*, B34, p 83.

²⁶⁹ Este decreto, considerado precursor, não só em Portugal mas mesmo no panorama europeu, introduz a figura do Plano Geral de Melhoramentos, que a par com o Regulamento de Estradas inaugura o moderno planeamento urbanístico. Para mais ver FERNANDES, M.G. (2002), *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal*, ... p. 110. Segundo o autor, a lei portuguesa de 1864, ao contrário do difundido pela obra de LAVEDAN, 1952, foi depois da lei espanhola do mesmo ano a segunda lei urbanística de abrangência nacional a ser elaborada na Europa.

²⁷⁰ AHMC, *Repartição de Obras Municipais*, Pasta 31, B50, Banco de Portugal, processo 3, doc1.



fig 5

fig 4 (s/n) (1907), *Planta do terreno requerido à Camara Municipal de Coimbra pelo Banco de Portugal*, AHMC, Repartição de Obras Municipais, 31, P3(7)

fig 5(s/n), (s/d), *O novo edifício do Banco de Portugal , ao lado o antigo Café Montanha e o Largo da Portagem*

<https://plus.google.com/photos/117914274518338377120/albums/5196315409702016833>, [consultado em 16/05/2012]

Com a implantação da República, a municipalidade resolve completar a imagem do Largo, então denominado Largo Miguel Bombarda, com o monumento a Joaquim António de Aguiar e a sua repavimentação.

A partir daqui, as obras vão-se concentrar na ocupação da marginal, a denominada Av. Emídio Navarro. A implantação da Estação de caminho-de-ferro, no topo da avenida irá favorecer a implantação de uma frente de hotéis ao longo da margem do rio, alguns dos quais com grande valor arquitetónico, como é o caso do Hotel Astória com projeto do arq. Francisco de Oliveira Ferreira.



fig 6 – (s/d) Hotel Astória, Av. Emídio Navarro e fig 7- (s/d) Hotel Palace na Av. Emídio Navarro

<https://plus.google.com/photos/117914274518338377120/albums/5196315409702016833>, [consultado em 16/05/2012]

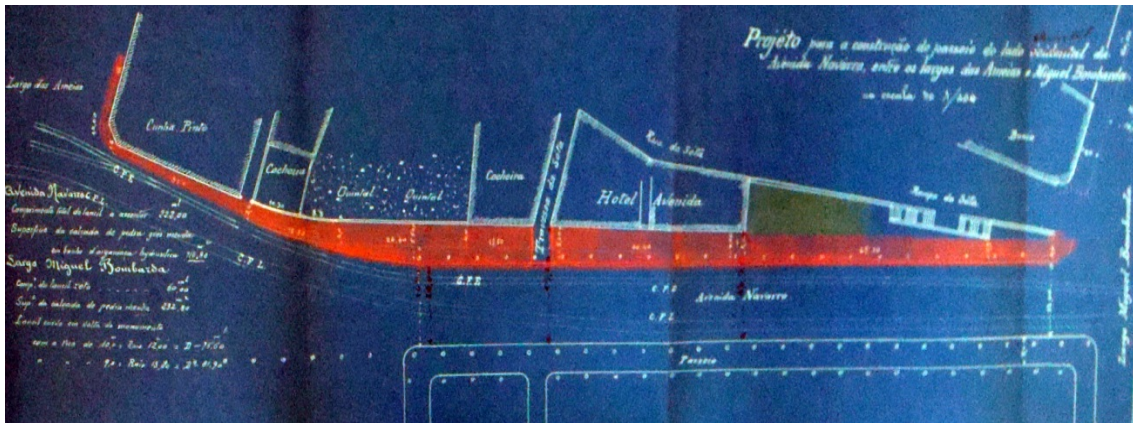


fig 8 HEITOR, A. (1912), *Projecto para construção do passeio do lado residencial da Av.Navarro entre os Largos das Ameias e Bombarda* ,AHMC, Repartição de Obras Municipais, 31, P7(9)

Também, será dada especial atenção à ligação com o tecido antigo da baixinha. Embora o plano de melhoramentos da baixa nunca se tenha efetivado, a Câmara foi discutindo as suas intenções e desde 1891²⁷¹ que manifestava a vontade de sanear o tecido medieval, rasgando 3 ruas de ligação à estação. Uma, entre os novos Paços do Concelho e a Estação Nova, outra do alargamento da Rua da Madalena entre o Largo da Portagem e a Estação e, outra do alargamento da Rua das Padeiras entre a Estação e a Rua Visconde da Luz, atravessando a Praça do Comércio. Contudo, estas operações de rasgamento seriam demasiado dispendiosas e o seu estudo e execução vão sendo sucessivamente adiados.

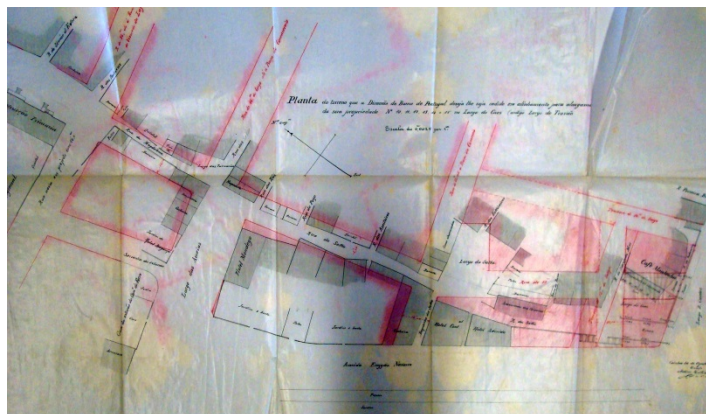


fig 9- HEITOR, A.(1906)*Planta do terreno que a Direcção do Banco de Portugal deseja lhe seja cedido em alinhamento para alargamento da sua propriedade*. AHMC, Repartição de Obras Municipais,P31, com a indicação da ruas a alargar.

²⁷¹ Proposta apresentada pelo vereador, eng. Góis, na sessão de 14 de Maio de 1891. LOUREIRO, J. P. (1939), *Anais do Município de Coimbra- 1890-1903*, Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

Mas a ideia não é abandonada, como se depreende na recusa em 1918, da Câmara Municipal em aprovar a proposta de implantação da Estação de caminho de ferro da cidade²⁷². O edifício atual, da autoria do arq. José Ângelo Cottinelli Telmo inaugurado em 1931, não chegou a dar resposta às exigências municipais que continuaram a contestar a implantação junto ao rio e no topo da Av. Emídio Navarro.

Depois de 1918, a edilidade empenha-se num plano para a baixa da cidade, iniciando o seu levantamento e são efetuados vários estudos. Os planos de Dias Urbano²⁷³ em 1928, e de Luís Benavente²⁷⁴ em 1936, propõem a remodelação total do tecido da baixinha, com o alteamento de toda a zona e uma nova morfologia de ruas largas e quarteirões regulares fazendo tábua rasa da malha medieval²⁷⁵. Seriam operações demasiado dispendiosas e as únicas concretizações destes planos, centram-se nas zonas desocupadas dos aterros do Arnado e no início da Avenida Fernão de Magalhães.

A partir de 1934, surge a figura do Plano de Urbanização, imposta pela administração de Duarte Pacheco, que inaugura o planeamento contemporâneo, mas a frente ribeirinha da cidade estava já definida. No *Anteprojecto de Urbanização de Embelezamento e de Extensão da cidade de Coimbra* de Groër de 1940, propõe-se uma série de intervenções na plataforma dos cais voltando a cidade para o rio, bem como a abertura da Avenida de Santa Cruz entre a Praça 8 de Maio e o Rio, e o prolongamento da Av. Fernão de Magalhães até ao Largo da Portagem²⁷⁶, mas nenhuma destas proposta terá execução. Seguem-se nos anos seguintes outros planos e estudos, nunca realizados.

²⁷² Desde 1885 que a Estação funcionava num pavilhão de madeira improvisado e vinha sendo motivo de protestos por parte da população e das instituições da cidade. As críticas sublinhavam a extrema exiguidade do local, que impunha grandes constrangimentos a qualquer futura ampliação. Para mais, a construção da Estação naquele terreno, impedia tanto a ligação da Baixa com o Rio como o prolongamento da avenida marginal até à Mata do Choupal. Na Sessão de Câmara de 17 de outubro de 1918, a Câmara não autoriza a localização proposta mas o projeto já tinha sido aprovado pela Secretaria de Estado do Comércio. LOUREIRO, J. P. (1952), *Anais do Município de Coimbra- 1904-1919*, Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

²⁷³ O plano Dias Urbano decorre de uma série de estudos elaborados desde 1919 pelos serviços camarários, o eng. Abel Dias Urbano foi o Chefe da Repartição de Obras da Câmara Municipal de Coimbra.

²⁷⁴ Em 1934, a Câmara Municipal resolve contratar o Arq. Luís Benavente para elaborar o Plano de Urbanização da cidade.

²⁷⁵ FARIA, J. S. (2006), “A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra”, *Monumentos*, 25, p. 130.

²⁷⁶ FARIA, J. S. (2006), “A Rua da Sofia e os estudos urbanísticos para a Baixa de Coimbra”, *Monumentos*, 25, p. 131ss.

Entretanto, a ponte de ferro é substituída por uma nova ponte de betão armado (inaugurada em 1954), a passagem de nível do caminho de ferro foi desativada, os passeios alterados e a arquitetura dos edifícios foi testemunhando o passar dos tempos e sendo transformada, mas a estrutura urbana manteve-se e perdura. A frente ribeirinha e paisagem urbana encontra-se construída desde o início do século XX, com o contributo inestimável das novas infraestruturas e produto de um equilíbrio, nem sempre fácil, entre os interesses Locais e o poder Central, o velho e acanhado largo e as margens irregulares foram saneadas e ordenadas, a cidade conquistou o rio e a sua modernidade.



fig. 12 -HAYES, A. (1860) *Vista da cidade a partir da margem esquerda*, FARIA, S. (2006), *Evolução do espaço físico de Coimbra*, catalogo exposição, G.C Lda, Coimbra, p56. fig. 13 – Vista atual, fotografia autora.

LIBERALISMO

O liberalismo do século XIX tem ainda actualidade ? O caso de José Luciano de Castro (1834-1914)

Manuel M. Cardoso Leal

Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa

Introdução

Pretende-se neste texto chamar a atenção para a actualidade do liberalismo da Monarquia Constitucional, um período ainda muito envolto no desconhecimento (fora dos meios especializados) mas que apresenta flagrantes semelhanças com o presente. Durante várias décadas do século XX, em especial no Estado Novo, esse período liberal foi praticamente ignorado pela Historiografia e ainda mais pelo ensino²⁷⁷, o que em parte pode explicar algum preconceito com que em certos meios é tratado. Cem anos depois do seu fim e sem esquecer as evoluções entretanto ocorridas quer na sociedade quer nas políticas, é tempo de avaliar com isenção um regime durante o qual, apesar das suas limitações, pela primeira vez em Portugal (tal como em outros países da Europa) se praticaram, de forma continuada, regras e valores que são inquestionáveis nas actuais democracias: parlamento, eleições, liberdade de imprensa, etc.

Porquê José Luciano de Castro? Porque a sua carreira política de mais de 50 anos (entre 1855 e 1910) ilustra bem o que foi o regime monárquico liberal, nas suas fases de maturidade, na Regeneração (1851-1890), e de refluxo (1890-1910)²⁷⁸. Estas fases ajustam-se bem à sua carreira, na qual se podem distinguir também uma fase em que ele foi, mesmo estando na oposição, um dos grandes construtores dos progressos conseguidos pelo regime, até 1890, e outra fase em que ele se preocupou sobretudo em defender esses progressos quando sofreram recuos nas últimas décadas do regime.

Entre as diferentes visões que houve do liberalismo monárquico, José Luciano de Castro destacou-se na defesa constante dos referidos valores do parlamento, das eleições, da liberdade de imprensa, etc., que melhor sobreviveram no tempo, ou seja, que provaram estar mais de acordo com as democracias dos dias de hoje.

²⁷⁷ PEREIRA, Miriam Halpern. (1994), «Breve reflexão acerca da historiografia portuguesa no século XX», *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 218-227

²⁷⁸ Este texto é baseado na dissertação de mestrado do autor: LEAL, Manuel Maria Cardoso (2010), *José Luciano de Castro, na Construção e na Defesa da Monarquia Parlamentar*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

José Luciano fez um percurso consistente na esquerda moderada do regime monárquico, primeiro no Partido Histórico, depois no Partido Progressista, do qual foi chefe durante 25 anos (1885-1910) e, nessa qualidade, presidente de vários governos num total de nove anos. Deputado eleito antes de fazer 20 anos, foi ele provavelmente o parlamentar mais precoce e o de maior longevidade na História do país.

Participante nas reformas da Regeneração

José Luciano de Castro revelou desde muito novo uma irreprimível vocação para a política. Entrado na Universidade de Coimbra, no curso de Direito, antes de fazer 15 anos, foi um «estudante de muitos livros», cheio de curiosidade em conhecer o que se passava nos países mais avançados. Estreou-se no jornalismo político antes dos 17 anos, no mesmo ano de 1851 em que Saldanha passou por Coimbra chefiando o levantamento que deu início à Regeneração. Logo que terminou o seu curso, em 1854, disputou e venceu, apadrinhado por José Estêvão, uma eleição intercalar que lhe abriu as portas do parlamento sem ter a idade mínima legal.

Já como deputado, José Luciano publicou um livro, *A Questão das Subsistências*²⁷⁹, no qual preconizava a liberdade de produção e de comércio para solução do grave problema de fome que grassava então em Portugal e na Europa. Testemunhou o emergir da dissidência de esquerda que, a partir do Partido Regenerador, veio a dar origem ao Partido Histórico; hesitou entre os dois partidos, o que lhe custou a interrupção da carreira parlamentar durante três anos. Esses três anos passou-os no Porto, dedicado à advocacia e ao jornalismo, actividades para as quais revelou largos talentos. Mas não resistindo à vocação principal da política, regressou ao parlamento, em 1861, agora ligado ao Partido Histórico, e não mais deixou de actuar na esquerda moderada do regime.

Na década de 1860, entre os seus 26 e 36 anos, José Luciano participou em importantes debates e reformas, por exemplo, no debate sobre o ensino pelas ordens religiosas que antecedeu a saída do país das irmãs da caridade francesas; integrou a comissão especial que preparou a abolição dos morgadios e foi relator dos projectos de lei do crédito predial e da desamortização dos bens eclesiásticos. Já no tempo do «governo da fusão», foi o relator geral do Código Civil²⁸⁰, que introduziu o casamento

²⁷⁹CASTRO, José Luciano de.(1856), *A Questão das Subsistências*, Lisboa, Tipografia Universal

²⁸⁰ Parecer da comissão, *Diário da Câmara dos Deputados*, 21/06/1867, pp. 2088-2089

civil, em 1867, e foi também quem preparou a lei de imprensa, de 1866²⁸¹, que durante mais tempo (até 1890), enquadrou o grande surto da imprensa na época.

Ainda nos anos 60, José Luciano viveu as experiências do «governo da fusão» (1865-1868) e da ingovernabilidade em que depois se caiu (1868-1871), experiências que foram determinantes para o seu amadurecimento. O «governo da fusão» assentou na união dos dois partidos principais (Regenerador e Histórico), deixando o país sem alternativas sérias de poder quando falhou na aplicação de certas medidas impopulares (imposto geral de consumo e extinção de numerosas autarquias locais). José Luciano, que apoiara a fusão contrariado, colaborou como relator do imposto de consumo e demarcou-se do radicalismo que incitava o povo à revolta²⁸². Mas depois que a revolta, de facto, aconteceu, a «Janeirinha», de 1868, os principais partidos foram remetidos à oposição e o poder entregue a pequenos grupos, em coligações contraditórias, de tal modo que, em menos de quatro anos, se consumiram cinco eleições e sete governos. Foi num desses governos que José Luciano se estreou como ministro, na pasta da Justiça, o qual nem um ano durou (1869-1870), derrubado por golpe militar de Saldanha.

Como lição dessas experiências falhadas da fusão entre os partidos principais e da fragmentação partidária e inerente ingovernabilidade que lhe sucederam, José Luciano preconizou uma rotação entre dois partidos fortes: «um mais ou menos conservador, o outro mais avançado, mais liberal, mais democrático»²⁸³.

Obreiro de uma alternativa de esquerda, no jogo da rotação

Ao longo da década de 1870, estando o Partido Regenerador instalado no poder, no lado «conservador», beneficiando da forte liderança de Fontes Pereira de Melo, da boa conjuntura económico-financeira e da óbvia preferência do rei, coube a José Luciano um importante papel na construção de uma alternativa no lado «mais avançado e liberal». Nomeadamente contribuiu para a consistência ideológica dessa esquerda alternativa, através da proposta de reforma da Carta, que apresentou no parlamento, em nome do Partido Histórico, em 1872, e do programa do Partido Progressista, que resultou da união dos partidos da esquerda, Histórico e Reformista, em 1876.

A proposta de reforma da Carta, além do aumento dos direitos e garantias individuais (por exemplo, do culto particular e doméstico sem ofensa da religião do

²⁸¹*Diário da Câmara dos Deputados*, 23/01/1888, p. 220

²⁸²*Diário da Câmara dos Deputados*, 07/03/1867, p. 713

²⁸³*Diário da Câmara dos Deputados*, 13/09/1871, p. 627

Estado), previa o alargamento do direito de voto a «todos os cidadãos no gozo dos seus direitos» (equivalente ao sufrágio universal masculino), várias restrições ao poder do rei para dissolver as câmaras e marcar novas eleições, a substituição da Câmara dos Pares por um Senado electivo, a descentralização do poder local, a instrução pública, etc²⁸⁴. Coerente com os mesmos princípios, o programa do Partido Progressista tentava conciliar «as modernas aspirações da democracia» com a monarquia representativa; para tal, explicitava 22 reformas, declarando as mais urgentes as da instrução e do sistema eleitoral, neste caso defendendo eleições em que os cidadãos estivessem livres da «rede das dependências e dos favores da autoridade» para permitir que a rotação se fizesse «sem turbações nem violências»²⁸⁵.

Todavia, a rotação não era, como às vezes se crê, um jogo combinado e amigável entre os partidos. Os Regeneradores não davam sinais de deixar o poder de boa vontade: sob a chefia de Fontes, impuseram um estilo de governo que pouco espaço dava para grandes debates, nunca admitiram sequer à discussão a reforma da Carta e, por diversas vezes, cometeram «ditaduras», isto é, intromissões nas áreas reservadas ao parlamento, contra as quais José Luciano se insurgiu. Quanto o programa progressista foi divulgado, primeiro rotularam-no de subversivo, mas depois não se coibiram de adoptar, em 1878, algumas bandeiras desse mesmo programa subversivo, tais como o alargamento do sufrágio e a descentralização administrativa, numa estratégia de esvaziamento da alternativa dos rivais. Alguns Progressistas impacientes lançaram-se numa campanha violenta contra o rei, mas José Luciano recomendou moderação e respeito pela figura do rei²⁸⁶.

O Partido Progressista acabou por chegar ao poder, em 1879, e desde logo obteve, sob o comando de José Luciano, como ministro do Reino, uma grande vitória eleitoral, assim provando ser uma real alternativa aos Regeneradores. Mas isso não bastou para o seu êxito, porque algumas das reformas inscritas no seu programa foram bloqueadas na Câmara dos Pares, além de que não soube desenredar-se da política colonial (Tratado de Lourenço Marques celebrado com a Inglaterra) que o governo anterior lhe tinha deixado. Acabou a reprimir os protestos contra essa política (que não era a sua) deixando frustrados muitos dos que nele tinham votado, mormente em Lisboa, de tal modo que, nas eleições seguintes, em 1881, os Progressistas sofreram um quase «extermínio», sem conseguirem eleger o próprio chefe, Anselmo Braamcamp.

²⁸⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 24/01/1872, p. 120-125

²⁸⁵ *Partido Progressista, Exposição Justificativa e Programa*, Lisboa, Tipografia O Progresso, 1877

²⁸⁶ «O Partido Progressista», *O Progresso*, 29/01/1878, p. 1

Perante o grande aumento dos votos republicanos nessas eleições, tornou-se evidente, para as elites do regime, incluindo o rei, a necessidade de um acordo entre os grandes partidos que desse mais estabilidade ao jogo da rotação. Foi José Luciano quem, por parte do Partido Progressista, protagonizou esse acordo, do qual resultaram as reformas do sistema eleitoral, de 1884 (integrando o essencial do seu projecto que visava reduzir a pressão das autoridades sobre os eleitores e assegurar a representação das minorias) e o II Acto Adicional à Carta, de 1885 (prevendo a eleição de uma parte dos pares do Reino). Considerou estas reformas uma «vitória para o partido progressista»²⁸⁷. E eis como outra vez, tal como em 1878, os Progressistas viram mais algumas bandeiras suas adoptadas pelos Regeneradores.

Quando se tratou da eleição do novo chefe do Partido, por morte de Braamcamp, nos finais de 1885, era claro para os militantes que José Luciano reunia os melhores trunfos em termos de confiança do rei e de influência sobre o partido em todo o país. Foi portanto eleito por unanimidade e, em pouco mais de um ano, ascendeu ao Conselho de Estado, à Câmara dos Pares e à Presidência do Conselho de Ministros. Concretizou então uma rotação mais equilibrada, na medida em que este seu governo durou quatro anos (1886-1890) até subitamente cair com o Ultimato Inglês.

A sua eleição como chefe do partido significou uma escolha entre diversas linhas políticas, nomeadamente entre certos impulsos republicanizantes, por um lado, e, por outro, a «Vida Nova», de Oliveira Martins, que defendia reformas decretadas em «ditadura» e maior poder do rei, à revelia da tradição parlamentarista do partido, conforme José Luciano lhe observou²⁸⁸. Este, porém, não evitou cometer o mesmo «pecado» da «ditadura», que tanto criticara aos Regeneradores, para aprovar por decreto o Código Administrativo de 1886, invocando razões de sobrevivência do governo²⁸⁹, o qual, sem isso, sofreria na Câmara dos Pares o mesmo bloqueio que o governo progressista sofrera em 1879-1881. Assim, contudo, perdeu alguma autoridade na defesa do sistema parlamentar, que sempre foi uma valor essencial da sua causa.

Foi neste governo que o constitucionalismo monárquico atingiu o seu ponto mais alto, não só em progressos políticos, que deixaram Portugal a par dos países mais

²⁸⁷*Diário da Câmara dos Deputados*, 19/01/1884, p. 96

²⁸⁸ Carta a Oliveira Martins, 10/09/1885, *José Luciano de Castro. Correspondência política (1858-1911)*, org. Fernando Moreira, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Quetzal Editores, 1997, pp. 181-183

²⁸⁹*Diário da Câmara dos Deputados*, 03/05/1887, pp. 554-556, e 12/07/1887, p. 1704

avançados da Europa, mas também em prosperidade económica, já que o nível de PIB per capita então atingido só veio a ser superado, a preços constantes, 40 anos depois²⁹⁰.

Defensor dos progressos políticos, no refluxo pós-Regeneração

A partir de 1890, não só por causa do Ultimato inglês mas também da bancarrota e da receptividade do rei D. Carlos à doutrina do engrandecimento do poder régio, entrou-se num novo ciclo, caracterizado por mais recuos políticos do que avanços. José Luciano passou a exercer sobretudo um papel de defesa dos progressos de que fora um dos construtores. Não se deu bem com o novo rei, esteve vários anos sem ser recebido no paço²⁹¹ e combateu especialmente a «ditadura» de 1895-1896, protagonizada pela nova geração de Regeneradores, Hintze Ribeiro e João Franco, que desmantelaram a herança dos progressos políticos da Regeneração.

Esta ditadura foi bem mais profunda e sistemática do que as «ditaduras administrativas» que antes se tinham feito. Agora, estando o parlamento suspenso e dissolvido sem novas eleições marcadas, foram tomadas medidas tão importantes como uma reforma constitucional (III Acto Adicional à Carta, de 1896), que devolveu os poderes do rei e a plena hereditariedade dos pares, e uma reforma eleitoral, que reduziu a metade o número de eleitores e acabou com a representação das minorias, além de outras medidas. Foram recuos em contraciclo com o avanço geral dos países europeus no sentido do sufrágio universal e de outras reformas democráticas: José Luciano chegou a fazer uma aliança com os Republicanos, proclamou «Acima da Monarquia está a Liberdade»²⁹² e recusou participar nas eleições, donde resultou um parlamento monocolor («Solar dos Barrigas») e o descrédito desta ditadura.

José Luciano regressou ao governo, em 1897, em plena crise financeira, e desde logo desfez algumas das medidas anteriores, nos domínios do sistema eleitoral e da liberdade de imprensa. Todavia, evitou usar os mesmos métodos «ditatoriais» para reformas de maior alcance. Não conseguiu, porém, terminar a sua obra, em especial uma reforma administrativa e uma reforma constitucional, por ter caído gravemente doente, de tal modo que deixou o governo, a meio de 1900, para ir submeter-se a uma melindrosa cirurgia em Paris.

²⁹⁰ VALÉRIO, Nuno. (2008), *Avaliação do Produto Interno Bruto de Portugal*, ISEG - GHES, Documento de trabalho nº 34/2008

²⁹¹ RAMOS, Rui. (2006), *D. Carlos*, Mem Martins, Círculo dos Leitores, p. 147

²⁹² *Correio da Noite*, 05/05/1895, p. 2, e 08/05/1895, p. 1

Depois, quando foi o tempo das cisões nos grandes partidos, entendeu-se com os Regeneradores para defender a rotação partidária, sem deixar de vincar diferenças quanto à liberdade de imprensa e ao papel do parlamento. A desvalorização do parlamento foi, precisamente, o que mais lamentou quando, em momentos de desânimo, ponderou terminar a sua carreira²⁹³.

A grave doença que atingiu José Luciano, deixando-o meio paralisado, acirrou a luta pela sua sucessão à frente do partido levando Alpoim até à dissidência, com alguma cumplicidade do chefe regenerador, Hintze Ribeiro. Isto causou um rompimento entre dois chefes partidários, aproveitado pelo rei para chamar ao poder o cisionista João Franco para seguir por «um caminho diferente». Em menos de um ano João Franco declarou uma ditadura semelhante à de 1895, envolvendo a alteração, por decreto, da Carta constitucional, além da dissolução das câmaras municipais e das juntas gerais de distrito, assim destruindo as redes de poder dos partidos rotativos, com o propósito de criar um novo grande partido ou um novo sistema rotativo, com o apoio ostensivo do rei. José Luciano declarou que «esta monarquia não me serve» e que jurara defender a monarquia constitucional, não a absoluta²⁹⁴.

Depois do regicídio, recuperou a influência junto de D. Manuel II, sem todavia convencer o temeroso rei a usar o poder de dissolução contra a obstrução sistemática da oposição no parlamento que derrubou sucessivos governos. E avisou o rei, com mais de ano de antecedência, que, a prosseguir esta política, que considerou «suicida», o rei não teria defensores na hora da revolução republicana²⁹⁵.

Se se desiludiu com os últimos reis, José Luciano não foi ao ponto de aderir à República, trazida pela revolução e não por eleições (que, aliás, se tinham feito pouco tempo antes, com vitórias republicanas nos círculos de Lisboa e Setúbal). Não lhe repugnava a ideia de República, sempre defendera uma monarquia «cercada de instituições democráticas e republicanas», mas receava a desordem e o risco para a independência nacional, e preferia um rei, em vez dum chefe partidário, como árbitro do jogo político e da rotação²⁹⁶, consciente de que a sociedade da época não era capaz de só por si gerar a alterância.

Actualidade do liberalismo de José Luciano de Castro

²⁹³*Diário da Câmara dos Pares*, 21/01/1902, p. 40, e 22/02/1902, pp. 164-165

²⁹⁴ Entrevista ao *Heraldo de Madrid*, transcrita no *Correio da Noite*, 27/07/1907, p. 1

²⁹⁵ Carta ao rei D. Manuel II, de 04/05/1909, *Documentos Políticos encontrados nos palácios reais*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1915, p. 65

²⁹⁶*Diário da Câmara dos Deputados*, 25/04/1879, p. 1367

Não se pode fazer, sem algum cuidado, a avaliação da actualidade duma carreira política passados 100 a 150 anos. Muita coisa mudou, entretanto, quer na sociedade quer na política, em especial nos domínios económico e social, de tal modo que uma avaliação nestes domínios torna-se impraticável. No campo estritamente político, porém, pode dizer-se que os princípios liberais em que José Luciano de Castro mais se empenhou (parlamento, eleições, liberdade de imprensa) mantêm plena actualidade. Esses eram para ele valores mais importantes do que a questão do regime.

Quanto ao modelo de rotação que ele defendeu, baseado nos círculos uninominais, constata-se que ainda hoje funciona, por exemplo, na Inglaterra (a uma volta) e na França (a duas voltas), embora na maioria das democracias predominem sistemas de representação proporcional que favorecem o multipartidarismo, sem todavia anularem, em sociedades como a portuguesa, uma tendência para a alternância entre dois partidos mais fortes. Na questão religiosa, se por um lado a sua defesa da liberdade de culto e do casamento civil permanecem actuais, por outro, a sua visão «regalista» de ligação (submissão) da Igreja ao Estado está ultrapassada.

Como desde 1910 o nome de José Luciano de Castro foi retirado de avenidas e praças em todo o país, por exemplo, em Lisboa, da que é hoje Avenida Elias Garcia, o grande estadista que ele foi na nossa História Contemporânea caiu num esquecimento quase geral, o que não deixa de suscitar algum desconforto sabendo-se como foi valioso o seu contributo para a modernização política de Portugal.

Fontes e Bibliografia

CABRAL, António Cabral. (1927), *Cartas d'El Rei D. Carlos a José Luciano de Castro*, Lisboa, Portugal-Brasil Sociedade Editora / Artur Brandão & C^a

CASTRO, José Luciano de. (1856), *A Questão das Susistências*, Lisboa, Tipografia Universal

Correio da Noite, Lisboa, 1895

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860-1890
[*Diário de Lisboa*, 1861-1868]

Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860-1890
[*Diário de Lisboa*, 1861-1868]

Documentos Políticos encontrados nos palácios reais, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1915

LEAL, Manuel M. Cardoso. (2010), *José Luciano de Castro na Defesa e na Construção da Monarquia Parlamentar*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

MOREIRA, Fernando. (1992), *José Luciano de Castro, Itinerário, pensamento e acção política*, dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa

MOREIRA, Fernando (org.) (1997), *José Luciano de Castro. Correspondência Política (1858-1911)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Quetzal Editores

Partido Progressista, Exposição Justificativa e Programa, Lisboa, Tipografia do Jornal O Progresso, 1877

PEREIRA, Miriam Halpern. (1994), «Breve reflexão acerca da historiografia portuguesa no século XX», *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 218-227

O Progresso, Lisboa, 1878

RAMOS, Rui. (2006), *D. Carlos*, Mem Martins, Círculo dos Leitores

VALÉRIO, Nuno. (2008), *Avaliação do Produto Interno Bruto de Portugal*, ISEG - GHES, Documento de trabalho nº34/2008.

Liberalismo y Democracia en la España del siglo XIX: una relación conflictiva

Francisco Coma Vives

Universidade de Saragoça

El siglo XIX es, tanto en España como en la mayor parte de países europeos occidentales, la época en la que se forma el Estado liberal, especialmente durante su primera mitad. En estas décadas se produce el desarrollo de nuevas estructuras políticas y económicas orientado generalmente a la parlamentarización de la vida política, a través de distintos regímenes electorales, y a la supresión de las trabas a la libertad de comercio típicas del Antiguo Régimen. El liberalismo no fue un proyecto democrático, ya que, salvo varias excepciones, inicialmente sólo pretendía integrar en el sistema político a determinados sectores de los propietarios. Sobre esto, en realidad, no hay discusión entre los especialistas del periodo. Sin embargo, existe una tendencia -cada vez más extendida en la historiografía española- encaminada a representar la democracia como un desarrollo posterior y necesario de estos primeros regímenes liberales.

Frente a estos planteamientos, que por lo general no son enunciados directamente, sino que subyacen en el fondo del discurso del historiador, la presente comunicación pretende ofrecer una serie de argumentos encaminados a demostrar que el primer liberalismo, ni en sus prácticas ni en sus discursos, puede entenderse como un antecesor de la democracia, salvo desde un punto de vista estrictamente cronológico. De hecho, el Estado liberal que se consolida en España a partir de 1834, constituye un proyecto enfrentado y contrapuesto a otros dos proyectos coetáneos, uno de los cuales es precisamente el democrático, en parte también republicano desde muy pronto. El otro será el absolutista/carlista. Para tratar de comprender la relación de ese liberalismo español “posrevolucionario” –en contraposición al liberalismo doceañista de los inicios de la revolución liberal- con la idea de democracia, analizaremos los discursos y las prácticas de las dos familias políticas que lo componían: la moderada o conservadora y la progresista²⁹⁷.

²⁹⁷ Concepto de familias políticas en VEIGA, X. M. (2008), “As familias políticas no liberalismo decimonónico español, 1808-1868”. BARREIRO, J. R., *O liberalismo nos seus contextos: un estado da cuestión*, Santiago, USC, p. 141-164

En cuanto a sus discursos, comentaré algunas de las argumentaciones que aquellos políticos empleaban a la hora de debatir sobre la cuestión de integrar o no en el sistema político al conjunto de los ciudadanos, así como del uso peyorativo que hacían de los términos “democracia” y “democrático”. En lo que respecta a las prácticas, expondré sucintamente las características más esenciales de la legislación electoral española del siglo XIX, en lo que a inclusión o exclusión de los distintos sectores sociales en la vida política se refiere.

La Historia del Liberalismo español como camino a la Democracia

En esta última década, la historiografía española ha tomado un gran interés por el estudio de los orígenes del liberalismo nacional en el siglo XIX. Desde enfoques variados, aunque la mayoría de ellos influidos por un giro cultural que en el mundo académico español ha sido bastante tardío, han proliferado numerosas publicaciones. La mayor parte de ellas comparte una visión del proceso de formación y consolidación del Estado liberal como un largo recorrido desde el absolutismo hacia la democracia, gracias a la vez de: *a)* una progresiva apertura del sistema, con avances y retrocesos, y *b)* un constante aprendizaje político y ciudadano por parte de la sociedad.

Esto forma parte en realidad de la construcción de un metarrelato²⁹⁸ que podríamos definir como liberal-democrático, en tanto que concibe los dos últimos siglos como un recorrido progresivo hacia el objetivo final de la democracia liberal, por lo que además daría legitimidad al régimen político vigente. Dentro de esta metanarrativa, que quizás en la mayoría de los casos no constituya una intención del autor, sino que se

²⁹⁸ También metarrelatos o metanarrativas. “El metarrelato puede ser definido como una «configuración discursiva que pretende establecer la geografía de una totalización que, en tanto tal, facilita la inteligibilidad del conjunto de los aspectos de la vida individual y social» (RODRÍGUEZ GARCÍA, J. L. (2006), *Crítica de la razón postmoderna*, Madrid y Zaragoza, Biblioteca Nueva y PUZ, p.71). De este modo, logramos figurarlo como una estructura trascendente, que estabiliza y ordena la realidad en función de un objetivo final. Éste, que representa el cumplimiento de una cierta esencia interior, se sitúa en el futuro. Es decir, todo gran relato está destinado a desembocar en un final al que podríamos llamar utopía. Las posibilidades de la Diferencia del presente quedan, por tanto, encorsetadas en una línea disciplinaria que asegura el futuro al precio de sacrificar el presente. Dicho futuro, preestablecido según el desarrollo de esta esencia interior, es el que define al presente, formula su origen y establece tanto una genealogía como una prospectiva. Se muestra, en definitiva, como «una vasta alegoría interpretativa en la que una secuencia de acontecimientos o textos y artefactos históricos se reescribe en los términos de un relato profundo, subyacente y más fundamental» (JAMESON, F. (1989), *Documentos de cultura, documentos de barbarie. La narrativa como acto socialmente simbólico*, Madrid, Visor, p.24)”. En SANZ LOROÑO, M. Á. (2011), “El desafío posmoderno a la Historia del Tiempo Presente”, en BARRIO, Á., DE HOYOS, J., y R. SAAVEDRA, R. (eds.), *Nuevos horizontes del pasado: culturas políticas, identidades y formas de representación*, Santander, UC y AHC, p. 3. Disponible en <http://www.ahistcon.org/docs/Santander/contenido/MESA%207%20PDF/Miguel%20Angel%20Sanz%20Lorono.pdf>, [consultado en 21/06/2012]

puede hacer partícipe de ella inconscientemente, existen dos procesos fundamentales paralelos: *a) Modernización*, en tanto que la sociedad, y en particular sus bases, van madurando hasta que por fin pueden ser aptas para participar en política. Este argumento, llevado a un extremo, ha sido también utilizado por algunos analistas para justificar el franquismo; y *b) Democratización*, como concesión que hace el poder a las bases conforme van estando preparadas para ejercerla.

Este discurso tiene la particularidad de que minimiza el papel del conflicto en la historia contemporánea española, así como el de las luchas por las conquistas sociales y políticas. Éstas quedarían, así, relegadas a un segundo plano, mientras que el principal motor del cambio serían las transferencias culturales y de ideas y conceptos como ciudadanía, parlamentarismo, etc., entre las elites y el pueblo. Dentro del liberalismo, se concede además a la familia política progresista el papel de impulsor del proceso de apertura. Lo que ha llevado a este planteamiento ha sido las frecuentes apelaciones que hacían los políticos progresistas al “pueblo”, sobre todo cuando interesaba movilizarlo para presionar o derribar un gobierno de signo conservador.

Sin embargo, como se tratará de mostrar a continuación, todo este esquema se revela defectuoso si se atiende a determinados discursos de las elites liberales, moderadas o progresistas y, sobre todo, a su praxis política.

El Liberalismo español en el siglo XIX y las luchas por la Democracia

¿De qué liberalismo estamos hablando cuando nos referimos al liberalismo español del siglo XIX? En la década de 1830, triunfa definitivamente el liberalismo en España. Sin embargo, el proceso fue encabezado por una alianza entre la burguesía y la aristocracia terrateniente, que obviamente supeditó el desarrollo del mismo a la defensa de sus intereses de clase. De este modo, la naciente estructura administrativa y representativa iba a ser copada paulatinamente por una nueva clase política resultante de este pacto. En un caso seguramente no excepcional como el de la provincia de Zaragoza, la inmensa mayoría de sus miembros provenían de tan sólo unas pocas familias pudientes, a su vez poseedoras de una parte muy significativa de los medios de producción. Además, iban a acumular una gran cantidad de tierra en esos años gracias a los procesos de desamortización eclesiástica y civil. Esto los identificaría todavía más

con el régimen liberal, de cuya consolidación dependía también el mantenimiento de sus nuevas propiedades.²⁹⁹

Obviamente, estos sectores sociales iban a elaborar un sistema político acorde a sus intereses, y en este sentido deben entenderse las leyes electorales que fueron elaboradas a lo largo del siglo. En total se pusieron en funcionamiento 8 legislaciones electorales diferentes, de las cuales sólo dos contemplaban el sufragio universal masculino, a las que habría que añadir la reforma que hizo que el régimen de la Restauración lo concediera a partir de 1890.³⁰⁰

Los dos sistemas electorales con sufragio universal fueron bastante efímeros, y sendas legislaciones se produjeron en circunstancias muy particulares y excepcionales. La de 1812, en el contexto de Guerra contra Napoleón, y ante la necesidad de obtener el apoyo popular para lograr la victoria militar. No era, en cualquier caso, una ley electoral con aspiraciones democratizadoras, pues, además de excluir a las mujeres, a los menores de 25 años, a los sirvientes domésticos y a los esclavos negros, se desarrolló dentro de un marco constitucional en el que no estaban garantizados los derechos de asociación y reunión, indispensables para desarrollo democrático. Pero por encima de todo, esta legislación establecía un tipo de sufragio indirecto en 4º grado, fijado en la idea de representatividad típica del Antiguo Régimen y sin dar la posibilidad de participar activamente en política por parte de los sectores populares. Así, la elección definitiva de los representantes en las Cortes terminaba siendo decisión de poco más de una decena de hombres en cada provincia. De hecho, y volviendo al caso anterior, la provincia de Zaragoza eligió a prácticamente los mismos representantes en las elecciones celebradas con esta ley en 1836, que en las que hubo unos meses y en que sólo pudieron votar 7 de cada mil zaragozanos. La de 1870, por su parte, se dio tras un revolución política en la que determinados sectores liberales apartados del poder habían necesitado pactar con los demócratas y apelar al pueblo, todo ello con la irrenunciable promesa del sufragio universal.

En cuanto al resto de legislaciones que estuvieron activas durante la mayor parte del siglo, cabría simplemente destacar que establecieron un tipo de sufragio censitario en el cual los electores constituían entre el 0,08 % y el 5,2 % del total de la población española.³⁰¹ Esto suponía, por ejemplo, que aún en los mejores casos, más del 80% de

²⁹⁹ COMA, F. (2011), “La nueva clase política en la revolución liberal española. Algunas interpretaciones generales a partir del estudio de los procesos electorales desarrollados en Zaragoza desde 1834”, *Actas del III Encuentro de Jóvenes Investigadores en Historia Contemporánea*, Vitoria, AHC.

³⁰⁰ RUEDA, J. C. (1998), *Legislación electoral española (1808-1977)*, Barcelona, Ariel.

³⁰¹ ROMERO SALVADOR, C., y CABALLERO, M. (2006), “Oligarquía y caciquismo durante el

las unidades familiares no disfrutaron nunca de los derechos políticos. Además, la cifra tope del 5 % sólo se alcanzó con la legislación consensuada entre progresistas y moderados de 1837, en un contexto de recrudecimiento de la guerra civil carlista que podía empujar a ensanchar las bases del sistema. Los debates en torno a la promulgación de esta ley electoral son sumamente interesantes, porque en ellos vemos como los liberales progresistas, algunos de los cuales se habían postulado anteriormente a favor del sufragio universal, argumentan ahora una enconada defensa de la necesidad de vetar la participación política a todos aquellos ciudadanos que, por no alcanzar un determinado umbral de propiedad, no gozan según ellos de la capacidad e independencia imprescindibles para ejercerla responsablemente.

Aunque abrumadoramente mayoritarios entre la clase política liberal, estos proyectos políticos oligárquicos y deliberadamente antidemocráticos no fueron los únicos existentes durante esta época. Ya desde tiempos de las Cortes de Cádiz existieron en España corrientes en el ala izquierda del liberalismo, que podían ser consideradas en parte herederas del jacobinismo francés, y en cualquier caso del radicalismo iusnaturalista de los dos siglos anteriores, que abogaron siempre por un sistema político democrático. Durante los años 30 y 40 del XIX existió una corriente de este tipo dentro del progresismo, entonces todavía no constituido formalmente como partido. En 1849 se desgajaría finalmente, formando el Partido Demócrata Español, que luego evolucionaría en otros partidos demócratas y/o republicanos, siempre muy minoritarios en las Cortes salvo durante el Sexenio Democrático de 1868-74. La imposibilidad de estas tendencias para acceder con cierta fuerza al sistema parlamentario, desembocó a menudo en que sus acciones políticas terminaran siendo extraparlamentarias e incluso de tipo insurreccional. Estas luchas, y sobre todo el hecho de que en la segunda mitad de la centuria se combinaron con las del incipiente movimiento obrero, estuvieron entre las principales causas de que a finales del siglo el voto fuera concedido a todos los varones mayores de edad, si bien la estructura caciquil del sistema político, así como algunas otras trabas de tipo censitario –como por ejemplo para votar al Senado– impiden que se pueda definir como democrático un sistema cuya clase política repudió siempre la participación de las masas.

Discursos sobre la democracia: el liberalismo frente a dos proyectos enemigos: el carlista y el demócrata

Dentro del discurso liberal doctrinario sobre la cuestión del sufragio, desarrollado principalmente por pensadores políticos franceses como Guizot o Constant, y compartido en España desde 1834 tanto por moderados como progresistas, existen tres ideas fundamentales:

1ª. La moderación en el desarrollo institucional y en la apertura del régimen a las distintas clases sociales, alegando que la Constitución más apta para un país era aquella que era capaz de trasladar más fielmente al corpus legislativo el equilibrio de fuerzas y de poder realmente existente en la sociedad.

2ª. La necesidad de que los ciudadanos tengan cierta independencia política y posibilidad de ocio para poder tener la capacidad necesaria para ser electores. Para ambas cosas será imprescindible un cierto desahogo económico.

3ª. La concepción del Estado liberal como el “justo medio”, como punto equidistante, entre el Absolutismo del Antiguo Régimen y la Democracia jacobina o ateniense –por ser las experiencias históricas que mejor se conocían. Esto implicaba un rechazo explícito de la democracia y sus principios como enemigos del liberalismo, pues la Democracia llevaría a tiranía, o bien de los poderosos que consigan atraerse al pueblo, o bien del propio pueblo.

La primera de ellas es la que más veces ha sido revisitada por los historiadores interesados en el pensamiento liberal de esta época, quizás porque sea la que mejor puede insertarse en un metarrelato del que al final prácticamente todos somos en mayor o menor medida partícipes. La segunda de ellas también ha sido bastante atendida, sobre todo por aquellos investigadores que han estudiado la configuración de los sistemas parlamentarios, puesto que la cuestión de la capacidad era una de las argumentaciones más típicas. La tercera, sin embargo, ha sido mucho menos tratada por la historiografía, al menos en el caso español, a pesar de que fue muy recurrente a lo largo de todo el siglo, y hasta la fase final del mismo también por los sectores progresistas del liberalismo.

A título de ejemplo veremos sucintamente alguna intervención en los debates que acompañaron a la elaboración de la legislación electoral de 1837, aprobada por unas Cortes de mayoría progresista. Esta ley, diseñada durante los momentos más críticos de la primera guerra carlista, respondía a la necesidad de ensanchar las bases del sistema,

siguiendo la máxima de buscar la propiedad dondequiera que se hallara, de tal modo que el sufragio se abriera a todos aquellos propietarios que, según los legisladores, dispusieran de un suficiente nivel de riqueza para garantizar su independencia política. La no existencia todavía de un sistema de cuota fija en el pago de los impuestos directos, obligó a crear varias vías distintas para alcanzar el estatus de elector:

1. Pagar una determinada cuota fija de contribución, que sería de la mitad en caso de acreditarse capacidad intelectual (determinadas profesiones y títulos).
2. Sobrepasar un determinado umbral de renta líquida anual.
3. Ser labrador con yunta de caballerías propia.
4. Ser colono o aparcerero y pagar una determinada cantidad por la tierra que se cultiva.
5. Habitar un inmueble y pagar por su alquiler una determinada cantidad.

Las capacidades intelectuales que no iban acompañadas de renta quedaban fuera del sistema, a diferencia de lo que había pasado con la ley electoral que había sido puesta en vigor justo un año antes. Esta decisión era defendida por el diario progresista *El Patriota* en los siguientes términos:

“Todo hombre que tiene una profesión lucrativa, y por su incapacidad no puede distinguirse en ella, es un elemento segurísimo de perturbación... El abogado sin clientela, el médico sin enfermos, el farmacéutico sin venta, no se presentarán en los colegios electorales a influir en la suerte de la nación. Esas capacidades espurias, mil veces más peligrosas que la misma incapacidad, no vendrán a infestar el mundo político después de haber infestado el de sus respectivas profesiones... Damos gracias a los representantes de la nación por haberlas arrojado de la ley electoral: porque su introducción en ella sería, en nuestro modo de ver, uno de los principios más anárquicos y deletéreos que puede admitir la sociedad política...”³⁰²

Resulta significativo que dentro del progresismo, si se exceptúan los pocos diputados que constituyen su ala izquierda y que pronto se desgajarán en la facción demócrata, no se estableciera ningún tipo de debate acerca de si el sufragio debía ser universal o no. Era algo que se daba por hecho. El *Eco del Comercio*, probablemente uno de los diarios progresistas más importantes de la época, no dedicó ningún artículo a

³⁰²*El Patriota*, 26 de junio de 1837. TOMÁS VILLARROYA, J. (1965), “El cuerpo electoral en la Ley de 1837”. *Revista de Ciencias Sociales*, 6, p. 175

esta cuestión en los meses que rodean a la promulgación de la ley electoral, y sólo se refirió a ella para tratar cuestiones como si la elección debía ser directa o indirecta, o si debía darse o no el voto a los eclesiásticos. Algo similar sucedió en las Cortes, donde la cuestión de si el sufragio debía ser universal o no ni siquiera se discutió. Esto resulta paradójico, pues eran aquéllas unas Cortes que se habían constituido sólo unos meses antes en una elección realizada con sufragio universal, tras una efímera reposición de la Constitución de 1812.

Y si el sufragio universal, que por sí solo no implica democracia, era algo que ya no se contemplaba a la altura de 1837, qué decir de la idea de Democracia. El epíteto democrático tenía una connotación peyorativa entre los liberales de entonces, sobre todo entre los moderados, pero también entre los progresistas. Por ver un ejemplo, he aquí la respuesta que dio el diputado Eugenio Díez, en defensa de la legislación que estaba fomentando el gobierno progresista, ante la acusación del diputado Armendáriz que había principios democráticos peligrosos en la Constitución:

“¡Principios democráticos, y en medio de ellos colocado un Trono! Yo quisiera que el Sr. Armendariz, que ha proferido esta exclamación, me dijera dónde encuentra esos principios democráticos que estén alrededor del Trono, que amenacen penetrar en sus cimientos y que lo expongan a que se hunda. Yo no veo esos principios democráticos, no existen en la Constitución que discutimos, no hay necesidad de que existan los que la fantasía presente al Sr. Armendariz; de ningunos tiene que rodearse tampoco al Poder ejecutivo.”³⁰³

Conclusión: Nación liberal, nación de propietarios

El fin del Antiguo Régimen dio lugar en España y gran parte de Europa a un escenario en el cual los propietarios en su conjunto, nobles o no, pactaron para conservar y defender el principal privilegio del pasado que subsistió a la revolución: el derecho exclusivo de la propiedad privada³⁰⁴. Para ello, desarrollaron un marco jurídico-político que impedía la acción política de las clases populares, soporte real o potencial de los movimientos radicales democratizadores e igualitaristas que ya existían con anterioridad y que habían sido fundamentales en el derrocamiento del absolutismo. El liberalismo, así como su decisión de arrebatar la soberanía al pueblo y trasladarla a unas

³⁰³ Diario de Sesiones de las Cortes, 10 de abril de 1837.

³⁰⁴ Así lo enunció el propio Tocqueville en sus *Recuerdos de la Revolución de 1848*. PISARELLO, G. (2011), *Un largo Termidor. La ofensiva del constitucionalismo antidemocrático*, Madrid, Trotta, p. 103.

Cortes y una Nación –además de frecuentemente a la Corona- que representaban exclusivamente a los propietarios, se erigió como el fenómeno histórico que cercenaría todo posible desarrollo de la democracia en el XIX, y sólo se la reapropiaría al no poder seguir rechazándola dada la gran popularidad que adquirió el término en la segunda mitad de la centuria. Aunque lo iba a hacer dándole un sentido nuevo y alejado de las ideas de participación política, soberanía popular e igualdad con que la vinculaban sus primeros defensores y lo siguieron haciendo los posteriores movimientos radicales democráticos, generalmente republicanos.

O Botequim do Vago-Mestre – Um clube liberal na Guimarães do século XIX (1816-1836)

Francisco Brito

CITCEM e Universidade do Minho

Na historiografia portuguesa sobre o liberalismo, nomeadamente em abordagens de conjunto, é comum encontrar várias referências aos cafés, clubes e botequins onde se divulgavam e eram debatidas as ideias liberais. No entanto há poucos dados sobre o funcionamento destes espaços e sobre o papel dos seus proprietários enquanto agentes políticos.

Afigura-se-nos portanto interessante tentar identificar, através de um caso de estudo, alguns aspectos que permitam uma caracterização relativamente detalhada de um dos muitos botequins que, nas décadas de 20 e de 30 do século XIX, foram local de difusão e debate da cultura e da ideologia liberal que então se afirmava.

Localização geográfica e descrição do botequim

Situado em Guimarães, então uma vila com cerca de 7000 habitantes, sede de uma comarca com mais de 45000 habitantes, o botequim do Vago-Mestre existiu seguramente desde 1816 tendo encerrado em 1894. O botequim estava instalado numa casa no terreiro do Toural, uma das principais praças de Guimarães e o seu principal centro cívico.

Nos seus primórdios, para além dos elementos essenciais ao funcionamento de uma casa desta natureza (copos, pipos, um torrador de café, talheres, chávenas, etc) o botequim tinha também algumas mesas de jogo, um bilhar e um espelho na parede. A encimar este espaço estava um tecto dividido em três painéis com uma temática que parece ser alusiva à vitória dos portugueses na Guerra Peninsular³⁰⁵.

No botequim era servida comida, bem como as bebidas mais populares da época, como a genebra, o vinho, a cerveja, os licores e, claro está, o café. À semelhança do que acontecia em alguns cafés lisboetas, também no botequim do Vago-Mestre

³⁰⁵ Imagens dos painéis (e de outros objectos relativos ao botequim) estão reproduzidas em Brito, Francisco (2011). *O Botequim do Vago-Mestre – Política e Sociedade na Guimarães oitocentista*, Guimarães, ASMAV.

estavam disponíveis jornais para consulta o que, em conjunto com a inevitável discussão das novidades trazidas pelos referidos periódicos, transformava aquele espaço num local de sociabilidade política por excelência.

Sabemos que em 1816 o botequim era propriedade de José Manuel da Costa (um Sargento do Regimento de Milícias local) e que este, um ano antes, era escrevente num cartório notarial. Estes dados parecem indicar que o ano de 1816 foi efectivamente a data em que começou a funcionar o botequim. É também de referir que 1816 é precisamente o ano em que o Regimento de Infantaria 15 se instala em Guimarães. Este dado tem alguma relevância pois, como é sabido, a chegada de um regimento a uma determinada localidade estava ligada ao aparecimento de espaços de sociabilidade que eram, não raras vezes, na clubes políticos e/ou lojas maçónicas. Não sabemos se foi este o caso do botequim do Vago-Mestre, embora alguns dados apontem nesse sentido.

Entre 1816 e 1828 e, mais tarde, a partir de 1835 podemos apontar o Botequim do Vago-Mestre como um dos principais locais da sociabilidade urbana vimaranense e, sem dúvida, como o principal clube liberal de Guimarães no período em análise.

No botequim, para além das habituais sociabilidades lúdicas e alimentares, desenvolveram-se, como já foi referido, intensas sociabilidades políticas, patrocinadas pelo seu proprietário, que colocariam este estabelecimento como o principal agente difusor da cultura liberal que então emergia.

O proprietário: alguns aspectos da sua vida

Para compreender a existência do botequim, parece-nos importante abordar alguns aspectos biográficos do seu proprietário, José Manuel da Costa.

José Manuel da Costa nasceu em Braga nos finais do século XVIII no seio de uma família humilde. Ainda jovem terá passado a viver em Guimarães onde assentou praça no Regimento de Milícias local. Ao que tudo indica terá sido ao serviço do Regimento de Milícias de Guimarães que combateu na Guerra Peninsular (GP), tendo sido condecorado com a Cruz para Sargentos e Praças da GP, com a Cruz nº 3 para Sargentos e Praças da GP – que mandou enriquecer com esmaltes e que usaria na lapela

com as cores liberais³⁰⁶ – e, já em meados da década de 20, ao ascender a Oficial (possivelmente de Milícias) receberia a Cruz nº 2 da GP para Oficiais. Durante a Guerra Peninsular foi Vago-Mestre no referido Regimento, sendo, portanto, o responsável pela logística alimentar e pelo serviço de Correios naquela unidade militar. Não terá sido indiferente para o abraçar da ideologia liberal por José Manuel da Costa o facto de ter passado parte da sua juventude no Exército, uma instituição onde muitos dos aspectos da ideologia liberal estavam amplamente difundidos.

Em 1815 sabemos que José Manuel da Costa era escrevente num cartório notarial, função que acumularia com o exercício do posto de Sargento do Regimento de Milícias de Guimarães. Um ano depois, em 1816, casaria em Braga e na sua escritura de dote afirmava ser proprietário de uma loja de bebidas situada em Guimarães, na praça do Toural.

Uma personagem curiosa e de grande valia para o estudo da história local em Guimarães, o Cónego Pereira Lopes Lima, apontou, em milhares de efemérides, os principais factos do dia-a-dia vimaranense entre 1819 e 1848. Nestas notas (mais tarde coligidas por João Lopes de Faria) podemos encontrar alguns dados que nos permitem reconstituir a vida de José Manuel da Costa para o período em estudo. Mas há outros elementos que, muito embora levantem algumas dúvidas, ajudam a refazer o intrincado puzzle que é o reconstituir a vida de um botequineiro e miliciano do século XIX. Refiro-me, neste caso, à espada de José Manuel da Costa, onde se encontram símbolos e lemas sugestivos. Na lâmina pode lêr-se “*Viva o Porto*” o que nos indica que José Manuel da Costa era partidário do liberalismo. Já a simbologia presente na espada, um caduceu e o lema “*Virtuti Fortuna Comes*”, parecem ter uma interpretação maçónica. Pela espada deduz-se facilmente que José Manuel da Costa era um liberal convicto. Mas, para além de ser apoiante do liberalismo, José Manuel da Costa era em 1822 “*Chefe do Partido Constitucional*” em Guimarães³⁰⁷.

Esta chefia do “*Partido Constitucional*” em 1822 não o levaria a desempenhar nenhum cargo político no município vimaranense durante a década de 20, contudo faria do seu botequim um verdadeiro “*Clube Liberal*”, como veremos adiante, e assumiria

³⁰⁶ Brito, Francisco (2011). *O Botequim do Vago-Mestre – Política e Sociedade na Guimarães oitocentista*, Guimarães, ASMAV.

³⁰⁷ Arquivo da Sociedade Martins Sarmento (ASMS). Efemérides Vimaranenses Coligidas por João Lopes de Faria - 4 Trimestres

diversas atitudes que o identificavam de forma inequívoca com o novo sistema político que então surgia. Era, utilizando a linguagem da época, um “*constitucional exaltado*”.

Em 1823, após a Vilafrancada, seria preso em Guimarães durante dois meses e depois “*deportado para a província de Trás-os-Montes onde estaria mais do que um ano*”³⁰⁸. Regressado a Guimarães em finais de 1824 ou já em 1825, continuou a sua atividade política e, em 1828, estaria envolvido na na revolta liberal de 16 de Maio ocorrida em Aveiro e no Porto. Suprimida a insurreição foi dada ordem de prisão a José Manuel da Costa. Ao saber que era procurado, refugiou-se em Braga (onde também tinha casa) e, não podendo ou não querendo, não se juntou aos milhares de liberais que, por essa altura, sendo perseguidos, fugiram para a Galiza e para Inglaterra. Foi preso em Braga a 12 de Setembro de 1828 e depois transferido para Guimarães. Em 1830, estando preso em Guimarães, terá sabido da notícia da morte do seu pai (em Setembro) e pouco tempo depois da sua mulher (em Outubro). O ano de 1830 terá sido, certamente, o pior ano da sua vida. Dois anos depois foi transferido para a cadeia da Covilhã, tendo partido de Guimarães a pé, juntamente com dezenas de prisioneiros, em Janeiro de 1832. Na Covilhã foi forçado a subornar “*condutores e carcereiros para evitar os maus tratos do costume daquele tempo*” e por “*moléstias que teve na cadeia esteve por uma vez desenganado que morria*”³⁰⁹.

Finda a Guerra Civil, José Manuel da Costa regressou a Guimarães onde em 1835 foi um dos 45 sócios fundadores da Sociedade Patriótica Vimaranense, sendo responsável pela Comissão de Festas daquela instituição, um cargo importante numa altura em que a festa era também uma forma de afirmação política. Mais tarde foi membro do Conselho Municipal de Guimarães (entre 1841 e 42) e participou ao longo da sua vida em diversos actos públicos na sua cidade. Morreu em 1869 aos 81 anos de idade³¹⁰.

³⁰⁸ AMAP. Libelo Móvel (Cota: C-6-1-177, fl. 46 – 58).

³⁰⁹ AMAP. Libelo Móvel (Cota: C-6-1-177, fl. 46 – 58)

³¹⁰ Após a morte de José Manuel da Costa o botequim foi herdado pelo seu filho José Joaquim da Costa. Este, tendo casado com a filha de um rico comerciante local, foi por várias vezes um dos 40 maiores contribuintes vimaranenses, tendo sido também Vereador da Camara Municipal de Guimarães e membro de diversas associações e instituições vimaranenses. O botequim continuou a ser um importante centro de debate político frequentado pelas elites locais. Encerrou em 1894, após a morte de José Joaquim da Costa.

O botequim e a política local (1820 – 1836)

O primeiro dado que nos permite relacionar o botequim do Vago-Mestre com a política local vimaranense e com o liberalismo surge-nos numa efeméride do já citado Cónego Pereira Lopes Lima onde nos é dito que na noite de 24 para 25 de Janeiro de 1822, por ocasião do primeiro aniversário da instalação das Cortes, “*deu o Vago-Mestre botequineiro um copo de água aos seus fregueses, aonde se cantou o hino constitucional*”³¹¹. A este copo de água juntaram-se outras celebrações na vila, como por exemplo uma missa na Colegiada da Oliveira e uma festa na Casa de Vila Pouca, propriedade do General Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, um dos líderes militares da revolução de 1820 e mentor da Martinhada, que então residia em Guimarães. Viviam-se, um pouco por todo o país, a afirmação da cultura e da ideologia liberal e a sua difusão, no sentido de promover a “*aprendizagem da cidadania*”³¹², era fundamental para a aceitação do novo sistema político que então surgia.

O botequim do Vago-Mestre era, no período em análise, um dos principais centros de difusão do liberalismo em Guimarães pois, para além do assinalar festivo das datas do regime, possuía também uma “*casa de leitura*”, onde se podiam ler diversos jornais afectos ao liberalismo, como por exemplo o “*Diabo-Coxo*”, o “*Correspondente*”, a “*Borboleta Constitucional*” e o “*Azemel Vimaranense*” (redigido pelo célebre periodista José de Sousa Bandeira). É de notar que o botequim era dos poucos locais em Guimarães onde se podia assinar e ler gratuitamente o incendiário “*Azemel Vimaranense*”, um polémico periódico local, cujos redactores foram acusados de pertencer à maçonaria pelo jornal pró-absolutista “*Trombeta Lusitana*”. A esta “*casa de leitura*”, juntavam-se os discursos do botequineiro, que, de acordo com as efemérides já referidas “*fazia discursos para sustentar o sistema constitucional e não consentia discussões no seu botequim sobre o dito sistema*”³¹³.

A existência de um espaço desta natureza em Guimarães desagradava aos absolutistas locais, que tudo fariam para o desacreditar. Assim se depreende de uma carta de José Manuel da Costa ao periódico “*Borboleta Constitucional*”, datada de Abril de 1822, em que o autor se queixa da não recepção dos jornais de que era assinante, afirma que não era a primeira vez que tal lhe sucedia e que tal facto se devia ao “o

³¹¹ ASMS. Efemérides Vimaranenses Coligidas por João Lopes de Faria - 4 Trimestres

³¹² Vargues, Isabel Nobre. (1997), *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Coimbra, Minerva.

³¹³ ASMS. Efemérides Vimaranenses Coligidas por João Lopes de Faria - 4 Trimestres

espírito dos Corcundas que por este modo quererão tornar infrutuosa a minha casa de leitura, assim como a tem querido, bem que de balde, tornar suspeita”³¹⁴.

Mas os absolutistas locais não se ficariam pelas simples palavras ou pelo lançar de suspeitas e a 22 de Novembro de 1822:

“próximo da meia – noite, José da Costa e Silva, José de Alpoim e Francisco de Abreu Vale escreventes do cartório do reguengo, com um grupo de indivíduos armados de paus e armas de defesa, foram à porta do botequim de José Manuel da Costa, que já estava recolhido com a família, quebraram-lhe toda uma sobreposta em que de dia punha as vidraças que à noite tirava e na janela do sótão quebraram 7 vidros, ficando entre a janela e o caixilho 11 pedras do tamanho de ovos e uma como uma péra grande. José Manuel da Costa afirmou que o fim deles era matá-lo, por ser chefe do partido constitucional, sustentando um gabinete de leitura gratuito, cujas vidraças já por duas vezes lhe haviam sido quebradas pelo dito José da Costa e Silva.”³¹⁵

Sendo, como já foi referido, um espaço de difusão da cultura liberal em Guimarães, o botequim do Vago-Mestre seria novamente atacado pelos absolutistas por diversas vezes. Contudo, a importância daquele espaço e as boas relações do seu proprietário com os militares do Regimento de Infantaria 15 (RI15) aquartelados em Guimarães, valeram ao botequim uma proteção fora do comum na época. O facto foi noticiado no “*Azemel Vimaranense*” da seguinte forma:

“Objecto de polícia: Pede-se-nos que declaremos em nossa folha que o cidadão José Manuel da Costa, vendo-se ameaçado pelo partido anti-constitucional, que lhe havia quebrado as portas de sua casa por duas vezes (...) alcançara de Sua Excelência o General Rego, uma escolta do 15 de infantaria, que por ordem de S.E. lha há mandado por todas as noites à porta de sua habitação o Coronel Soares.”³¹⁶

Quer a quantidade de ataques efectuados pelos absolutistas, quer a escolta concedida pelo RI15, parece não só demonstrar a importância do botequim enquanto centro político liberal, mas também confirmar a sua ligação ao RI15, um Regimento tradicionalmente liberal³¹⁷. É provável que a escolta do RI15 também tenha tido como

³¹⁴ *Borboleta Constitucional* de 18.04.1822

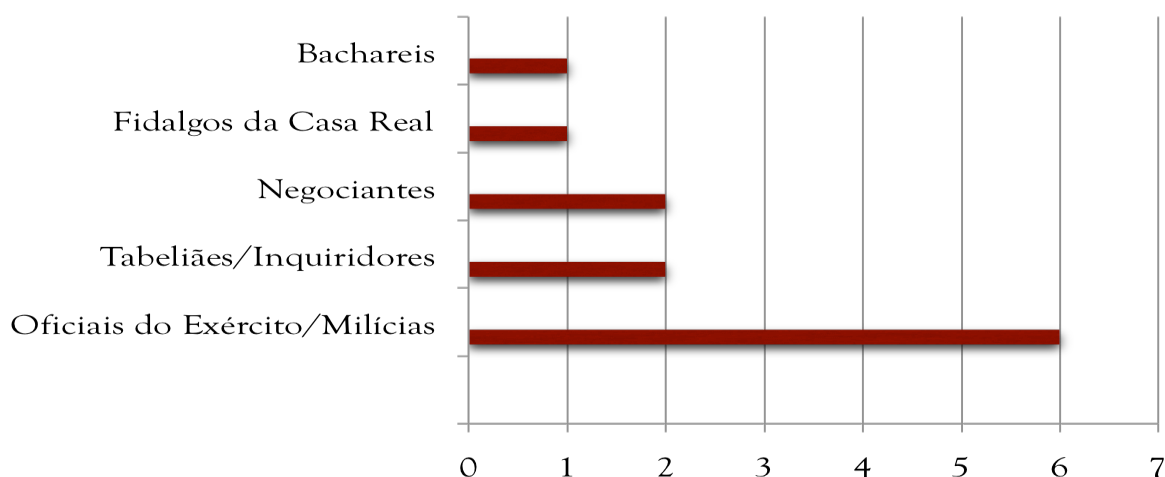
³¹⁵ ASMS. Efemérides Vimaranenses Coligidas por João Lopes de Faria - 4 Trimestres

³¹⁶ *Azemel Vimaranense* de 10.01.1823

³¹⁷ O Regimento de Infantaria 15 destacou-se no combate à revolta absolutista do Conde de Amarante. Foi comandado pelo General Luís do Rego Barreto (mais tarde Visconde de Geraz do Lima). Pelo RI15

objectivo garantir a segurança dos frequentadores do botequim que, com os repetidos ataques dos absolutistas, estava claramente posta em causa.

Ainda que através de uma amostra reduzida (de apenas 12 indivíduos), obtida através de um inventário de menores datado de 1835 (mas relativo a 1830)³¹⁸ é possível saber quem frequentava o botequim entre 1820 e 1828. Como se pode ver no gráfico seguinte, os militares (na sua maioria do RI15) eram o grupo social mais proeminente, seguindo-se outros elementos que podemos situar na classe média (ou média/alta) de então.



Após a Vilafrancada, sabemos que José Manuel da Costa foi preso e forçado a residir fora de Guimarães durante mais de um ano, pelo que supomos que a gestão do seu botequim terá ficado a cargo de um empregado ou de um familiar durante esse período.

Já em 1826, a 2 de Agosto, dão-se grandes festejos, patrocinados pelos constitucionais, na praça do Tournal, onde se situava o botequim. Celebrava-se o juramento da Carta Constitucional e, para o efeito, todos os elementos da “*festa constitucional*” foram usados: missa, música, alegorias à Constituição, iluminações variadas, entre outros. No dia 10 de Agosto seria enviada à Rainha uma carta assinada por mais de 100 liberais vimaranenses onde lhe era pedido que defendesse a “*Carta Constitucional de inimigos externos e internos*”. O Tenente José Manuel da Costa, que

passaram conhecidas figuras do liberalismo, como por exemplo Rodrigo da Fonseca Magalhães, João Castro e Sepúlveda (mais tarde Visconde de Ervedosa), Mariano Barroso Garcez Palha (mais tarde Barão de Almargem), entre outros.

³¹⁸AMAP. Inventário Orfanológico Maço 242 n° 21.

cremos ser o proprietário do botequim (usando a patente com que se terá reformado do Regimento de Milícias), também assinava esta missiva.

Apesar da outorga da Carta Consitucional em 1826 e do acordo conseguido entre D. Pedro e D. Miguel em 1827 os liberais não estavam satisfeitos e, um pouco por todo o país, debatiam e questionavam a presente situação. Em 1828, o desrespeito de D. Miguel pela Carta dissipou todas as dúvidas e os sinais de agitação política intensificaram-se. Guimarães não foi exceção a este clima de insatisfação e o botequim do Vago-Mestre foi um dos locais escolhidos para o debate público e político da situação que então se vivia.

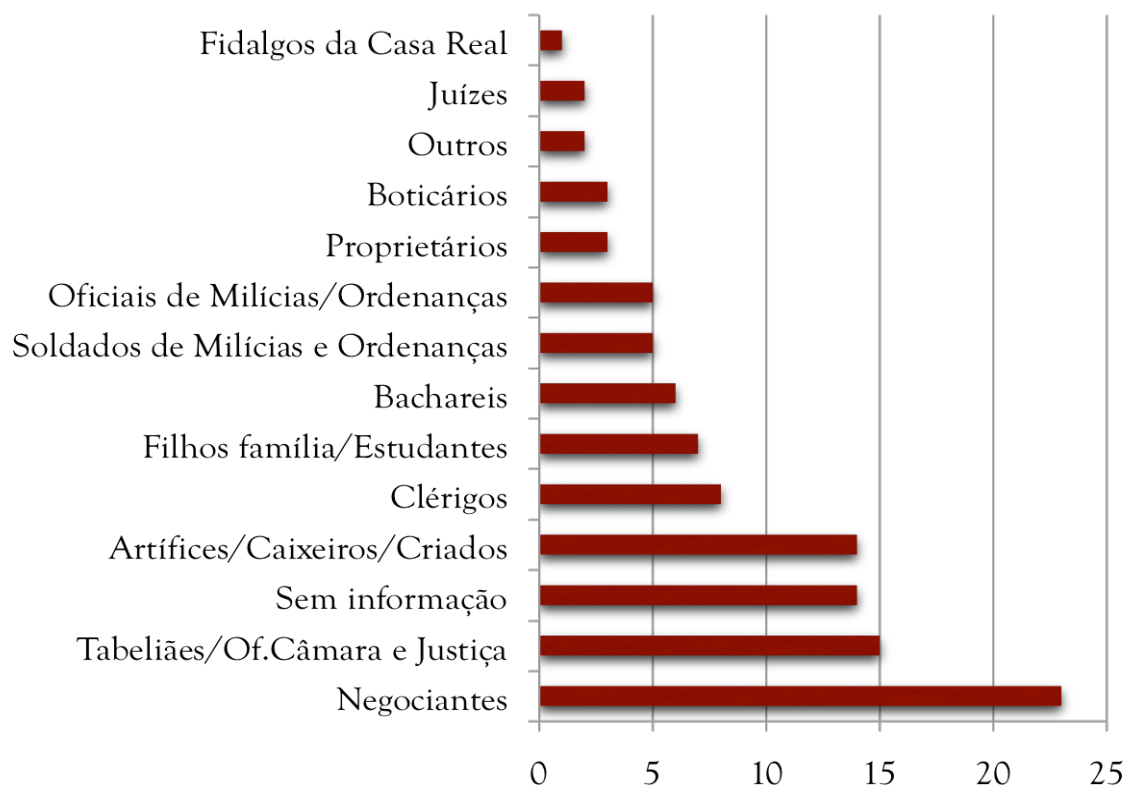
É quase possível entrar no botequim do Vago-Mestre em Abril ou Maio de 1828, através de um “*Auto de Devassa*” instaurado pelas autoridades afectas a D. Miguel em Julho desse mesmo ano, um processo relativo à revolta liberal que teve lugar em Aveiro e no Porto a 16 de Maio de 1828. Nesse documento é possível ficar a saber o que se dizia no botequim de José Manuel da Costa e noutras casas de liberais vimaranenses. O botequim de José Manuel da Costa era apontado por um delator como “*casa de Clubes*” onde “*se juntavam vários tumultos de gente falando de negócios políticos sendo certo que estes eram affectos ao sistema constitucional*”. Numa outra casa era dito que “*D. Miguel era uma criança e não era capaz de governar e que não era filho de Dom João Sexto*” e, dizia o mesmo denunciante, que “*sabe mais pelo ver e presenciar que na casa de Fuaou e na de José Manuel o Vago-mestre e na de Fuaou se juntavam vários tumultos de gente falando destes negócios políticos*”. No mesmo documento era também afirmado que “*José Manuel da Costa era constitucional exaltado*”, “*que correra para os últimos acontecimentos na Cidade do Porto e para a perseguição dos Miguelistas nesta vila, sendo em sua Loja casa de Clube*”³¹⁹. O botequim foi, portanto, um dos três locais³²⁰ em Guimarães onde os liberais conspiraram para a revolta de 16 de Maio de 1828.

Deste “*Auto de Devassa*” consta uma listagem onde são referidos os constitucionais que participaram na referida revolta. No gráfico seguinte apresentam-se

³¹⁹ AMAP. Libelo Móvel (Cota: C-6-1-177, fl. 46 – 58)

³²⁰É de notar que, ao que tudo indica, um dos outros dois locais onde se conspirava e debatia era precisamente o palacete contíguo ao botequim do Vago-Mestre, a Casa do Toural (ou Palácio do Toural), propriedade de Jerónimo Vaz Vieira de Melo e Alvim e Nápoles, Fidalgo da Casa Real, antigo Capitão Cavalaria, partidário do liberalismo e Comandante do 4º Batalhão de Voluntários Reais de D. Pedro IV (em 1828).

divididos por ocupação/estatuto social os envolvidos na revolta. Não será de todo desajustado deduzir que muitos destes revoltosos seriam frequentadores do botequim.



Com o fracasso da revolta de 16 de Maio e com a prisão de José Manuel da Costa, o botequim ficaria aberto mas deserto. No já referido processo judicial de onde se extraiu o “*Auto de Devassa*”, podemos ficar a saber quais os prejuízos causados pela prisão do botequineiro, bem como as conotações que a sua casa tinha. Alegava José Manuel da Costa que durante a sua prisão:

“sofreu muitos consideráveis prejuízos pois que tinha loja bem sortida de bebidas de todas as qualidades bem como vinhos de facturação, cerveja, genebra do que vendia muito por grosso sendo não só por isso a mais frequentada da Vila mas até também por ter os papeis públicos, ganhando por isso diariamente (livre) de todas as despesas a quantia de 1600 reis .Provará que suposto a dita loja continuou aberta, administrada por seu pai enquanto vivo, quase nem uma extração tinha por ser até mal visto quem lá

entrava ,de sorte que nem para comida a procuravam e o mesmo foi depois da morte dele como é bem sabido.”³²¹

O botequim era claramente um espaço comprometido com o liberalismo e, durante o domínio miguelista, entre 1828 e 1834, manteve-se aberto mas sem clientela.

Tendo regressado a Guimarães em 1835, José Manuel da Costa tomou novamente conta do seu botequim. Como atividade política para o período em análise, sabemos apenas que José Manuel da Costa foi um dos 45 sócios fundadores da Sociedade Patriótica Vimaranesa (SPV). De acordo com Oliveira Marques, estas sociedades, quer as vintistas, quer as que se criaram entre 1835 e 42, tiveram uma origem maçónica³²². A SPV parece enquadrar-se nesta definição pois alguns dos seus elementos eram maçons, sendo que muitos não eram sequer de Guimarães, aparecendo como membros fundadores/instaladores ou sócios correspondentes da Sociedade³²³. A composição da sociedade era eclética, porém algo elitista. Entre os seus membros encontravam-se titulares, políticos (locais e nacionais), proprietários, comerciantes, clérigos, militares, magistrados, escrivães, boticários, etc. Da lista de membros da SPV foi possível apurar que muitos dos seus elementos eram frequentadores do botequim e, alguns deles, viriam a ter algum destaque na vida política local e até nacional. A Sociedade dividiu-se em várias secções/comissões, como por exemplo Comercio, Salubridade, Agricultura, entre outras. José Manuel da Costa ficou à frente da Comissão de Festas, sendo praticamente certo que a festa que em seguida se descreverá, ocorrida na praça do Toural no palacete contíguo ao botequim, teve José Manuel da Costa como organizador e o seu botequim como ponto de apoio:

“A Sociedade Patriótica se reuniu no Palácio do Toural, e ai em uma das salas estava o Busto de S. M. debaixo do docel, cercado de luzes, e de flores. Todos os sócios se reuniram assim como muitos convidados (...) serviu-se um muito decente chá . Na fachada do edificio estava uma brilhante iluminação, aonde aparecia o retrato de Sua Magestade; e alternadamente tocava uma banda de música com

³²¹ AMAP. Libelo Móvel (Cota: C-6-1-177, fl. 46 – 58).

³²² Marques, A.H. de Oliveira (1997). *História da Maçonaria em Portugal Vol. III (2ª parte)* Lisboa, Editorial Presença.

³²³Um dos casos que merece maior destaque é o de João Nogueira Gandra, natural do Porto, partidário do liberalismo, redator de diversos periódicos (entre os quais a *Borboleta Constitucional*), membro da Sociedade Patriótica Portuense (1822/1823) e da Sociedade Patriótica Instrutiva da Juventude Portuense (1823). Foi acusado de pertencer à Maçonaria, facto que desmentiria na *“Borboleta Constitucional”* no conturbado ano de 1823.

outra que em frente se achava, esta paga por uma reunião patriótica de Estudantes que para mostrar a sua satisfação levantaram ao lado do palácio um templo onde se via a Estatua da Constituição. A noite foi bela; ranchos de Senhoras abrilhantavam a Praça e reinou o maior sossego e civilidade em todos os concorrentes.”³²⁴

Creemos que entre 1835 e 1836 o botequim terá estado associado a muitas das manifestações cívicas que então aconteciam, bem como terá continuado a ser um local de debate político e de difusão da cultura e da ideologia liberal.

Se procurarmos a definição de “*clube*” num qualquer dicionário do século XIX, poderemos encontrar os seguintes significados: *casa de reuniões políticas, literárias ou recreativas; assembleia; grémio*. Dado o que até agora foi exposto, cremos que o botequim do Vago-Mestre se enquadra em todas essas categorias e foi, sem margem para dúvidas, um clube liberal na Guimarães do século XIX, entre 1816 e 1836.

Bibliografia e Fontes

Bibliografia

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. (2010). *Monarquia Constitucional 1807-1910*, Alfragide, Texto Editora.

BRITO, Francisco. (2011). *O Botequim do Vago-Mestre – Política e Sociedade na Guimarães oitocentista*, Guimarães, ASMAV.

ESTRELA, Paulo Jorge. (2009). *Ordens e Condecorações Portuguesas, 1793 – 1824*, Lisboa, Tribuna da História.

LOUSADA, Maria Alexandre. (1998), “Sociabilidades mundanas em Lisboa, Partidas e Assembleias, C. 1760 – 1834”, *Penélope* nº 19-20, pp. 129-160

MACEDO, Jorge Borges. (1979), “Para o encontro de uma dinâmica concreta na sociedade portuguesa (1820-1836)”, *Separata da Revista Portuguesa de História* Tomo XVII, pp. 245-262

³²⁴O *Artilheiro* de 16.04.1836

MAIA, Joaquim José da Silva. (1841), *Memórias Históricas Políticas e Filosóficas da Revolução do Porto em Maio de 1828*, Rio de Janeiro, Tipografia de Laemmert

MARQUES, A.H. de Oliveira (1997). *História da Maçonaria em Portugal Vol. III (2ª parte)* Lisboa, Editorial Presença.

VARGUES, Isabel Nobre. (1997), *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*, Coimbra, Minerva.

VENTURA, António. (2008). *As Guerras Liberais (1820 – 1834)* Lisboa, Quidnovi.

Documentos manuscritos:

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta:

- Inventário Orfanológico Maço 242 nº 21
- Libelo Móvel (Cota: C-6-1-177)

Arquivo da Sociedade Martins Sarmento:

- Efemérides Vimezanenses Coligidas por João Lopes de Faria - 4 Trimestres (Cota: BS 1-5-49)

Publicações periódicas:

Artilheiro (O)

Azemel Vimezanense (O)

Borboleta Constitucional

A população do Porto na instauração do liberalismo em Portugal – episódios e comportamentos (1820-1826)

José António Oliveira

Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras
CETRAD

Esta comunicação pretende analisar e caracterizar o comportamento das massas populares (entenda-se povo), do Porto, aquando da instauração do regime liberal em Portugal. Cronologicamente situar-nos-emos entre o 24 de agosto de 1820 e o 31 de julho de 1826 – data do juramento da carta constitucional.

Objectivamos responder às seguintes questões:

1. A população portuense aderiu e participou nos principais acontecimentos que caracterizaram a instauração do liberalismo?
2. Se sim, como o fez?
3. Quando e como se manifestou? Em que circunstâncias?

Para responder às questões atrás mencionadas, escolhemos um conjunto de momentos que ocorreram na cidade do Porto e que pelo seu carácter institucional e festivo, nos podem dar indícios fortes sobre a participação popular na génese do liberalismo em Portugal, a saber:

- O 24 de agosto de 1820.
- Os festejos do 24 de agosto de 1821 e 1822.
- Festejos pelo primeiro aniversário das cortes constituintes.
- O juramento à constituição de 1822.
- O juramento da carta constitucional na cidade do Porto.

As fontes que privilegiamos (mas não as únicas), foram os periódicos de então, editados no Porto, sem esquecermos que são fontes, todas elas, politicamente conotadas.

O 24 de agosto de 1820

Não se tratou de um salto para o desconhecido; as novas experiências políticas vividas na Europa, especialmente desde 1789, eram bem conhecidas em Portugal e o nosso país, apesar de tudo, não estava vocacionado para um isolacionismo dentro do padrão europeu³²⁵. O estado em que o reino se encontrava era insuportável e essa premissa permitiu, temporariamente, a agregação de círculos vastos, embora com formações e interesses antagónicos, mas que possibilitou o êxito do movimento de 24 de agosto de 1820 que encontrou no Porto, por razões várias e já conhecidas, condições favoráveis ao desenvolvimento da doutrina liberal³²⁶.

O Porto manifestava-se predisposto a realizar alterações estruturais na sociedade e nos fundamentos do poder nacional³²⁷. A consciência generalizada de reformas fez nascer o evento (um pronunciamento)³²⁸ que, sem qualquer oposição, surgiu no dia aprazado de agosto.

O Campo de Santo Ovídio viveu as primeiras horas do dia 24 de agosto de forma diferente: parada militar; pelas 8 horas da manhã reuniu-se, em sessão extraordinária, a vereação portuense, onde foi lido um ofício das forças militares, assinado pelo comendador Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira onde se expunham os objectivos dos revoltosos (formar uma junta provisória, com composição socialmente abrangente, que governaria em nome de D. João VI, seria mantida a religião, convocar-se-iam cortes representativas da nação e elaborar-se-ia uma constituição adequada à santa religião e aos bons costumes dos portugueses. Tudo foi jurado em moldes tradicionais e para que constasse, para além da acta, o procedimento foi terminado com vivas ao monarca, à santa religião, às cortes e à constituição, nas janelas dos paços do concelho³²⁹.

³²⁵ Cf. RAMOS, Luís de Oliveira. (1988). Portugal e a Revolução Francesa (1777-1834). *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2ª série, vol. VII. Porto: Universidade do Porto, p. 155-218. SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (1983). As Ideias Republicanas em Portugal e o Jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853). *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIX. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 175.

³²⁶ IDEM. (1980). Situações propostas de mudança em Portugal no final do antigo regime. *Bracara Augusta*, vol. XXXIV, nº78 (91). Braga, p. 673-689. RAMOS, Luís A. (1988). *Sob o Signo das «Luzes»*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p.21.

³²⁷ TORRALBA, Luís Reis. (1990). Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do liberalismo em Portugal. *Revista História das Ideias*, vol. 12. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1990, p. 146.

³²⁸ VALENTE, Vasco Pulido. (1997). *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 63.

³²⁹ Auto de Camara Geral de 24 de Agosto de 1820. *Diario Nacional*, nº1, 26 de Agosto de 1820.

Até então e, compreensivelmente, a população miúda do Porto mantinha-se ausente. O pronunciamento, de carácter político-militar, não pressupunha, para já, a participação popular. Só depois de lida a proclamação e feito o juramento é que a edilidade fez sair “um bando” apregoando à cidade as novidades acontecidas³³⁰. Por outras palavras, o movimento de 24 de agosto, compreensivelmente, teve um cariz elitista mas, depois, tentou buscar apoio popular. A todos os moradores da cidade e seu termo se anunciou o juramento prestado à Junta e os seus propósitos. Aos populares assegurava-se um sucesso tão próspero como acertado e a manutenção do sossego e ordem públicas. Mas o novíssimo poder instituído precisava de mais: solicitaram que os cidadãos revelassem afecto às recentes medidas e, para tal, deviam iluminar as suas casas durante duas noites, celebrando com júbilo e regozijo os felizes acontecimentos do dia 24. Assegurava-se que não se pretendia atacar as partes estáveis da monarquia, a religião manteria todo o seu esplendor, os costumes seriam reformados pela instrução pública e o futuro seria repleto de felicidade³³¹.

As massas populares estiveram ausentes, quando muito assistiram e aplaudiram o cenário montado³³². No próprio dia 24, reunida a tropa em pleno Campo de Santo Ovídio, erigiu-se um improvisado altar de campanha para se realizar uma missa campal. Celebrou-se a proclamação da liberdade, com o lema da regeneração da pátria; dizem as fontes que o povo participou em grande número mas será que foi mesmo assim?³³³

Todavia, houve notória preocupação de agregar as massas populares para os novos desideratos; aquando do acordo entre a Junta do Porto e a Junta Interina do Reino, houve manifestações públicas de regozijo no Porto e entre outras actividades, decorreu um jantar de caridade para com os presos e pobres recolhidos nos diversos estabelecimentos de solidariedade da cidade que congregou, no total, 875 pessoas, divididas entre 432 presidiários e 443 desamparados³³⁴.

³³⁰*Correio Braziliense ou Armazem Literario* (1820). Vol XXV. Londres: W. Lewis, Paternoster-Row, p. 317-338.

³³¹ Arquivo Distrital do Porto – *Cartório do Cabido*, cx. 1610, f. 41. *Collecção das Proclamações e Outros Documentos que servem para a Historia da Regeneração de Portugal desde o dia 24 d'Agosto de 1820, em que se Instaurou nesta Cidade do Porto a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*. Porto: Typ. da Praça de S. Theresa, 1820, p. 6-11.

³³² SANTOS, Fernando Piteira (1975). *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. Lisboa: Publicações Europa-América, p. 105.

³³³ ARRIAGA, José d' (1886). *Historia da Revolução Portuguesa de 1820*, vol. 1. Porto: Livraria Portuense, p. 684.

³³⁴*Relação da Solemne Acção de Graças Que o Corpo do Commercio da Cidade do Porto Ordenou se Rendesse ao Altissimo no Dia 22 de Outubro, Pela Feliz União do Supremo Governo do Reino com o Governo Interino de Lisboa*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1821.

Os festejos do 24 de agosto de 1821 e 1822

A inculturação dos valores liberais à população era uma séria preocupação do novo poder instituído. Não raras vezes foram promovidas festividades locais visando relembrar os momentos mais gloriosos da história recente. Vários foram os monumentos edificados com o propósito de despertar nas populações sentimentos de adesão política ao novo regime. Mesmo que as comemorações tivessem um cariz religioso, o povo era convidado a participar, recordando, por exemplo, os locais mais simbólicos do movimento militar de 1820. Banquetes e bailes propagandeavam os novos tempos. O fogo-de-artifício, as luminárias, os sermões mais ou menos inflamados, a música, o teatro, as paradas militares, etc., etc., tudo servia para evocar um pretenso sentimento de unidade e de solidariedade com o novo regime³³⁵.

As comemorações do primeiro aniversário do 24 de Agosto inserem-se neste contexto e merecem do periódico *Borboleta Constitucional* uma atenção redobrada, impressa em dois números. A celebração ocorrida no Porto é pormenorizadamente relatada e o dia é apelidado de “Jubilêo Nacional” e os cidadãos do Porto são caracterizados por “inflamados de Espirito Patriotico”. O “Grande Dia” devia ficar célebre na memória nacional e, segundo o cronista, a massa popular “transportava aparatosos e sentidos sentimentos de alegria popular”. Segundo se relatou, muitos foram os cidadãos que, querendo demonstrar, a sua satisfação e comoção patriótica, dinamizaram subscrições, fizeram arcos festivos e demais adereços alusivos à data. As iluminações eram vistosas e davam um ar festivo à cidade portuense; o religioso misturava-se com o profano, versos e poesias eram trovados e o povo da cidade e terras limítrofes “absortos de tão edificante cerimonia” concorreram para a alegria geral. Entrega de bens alimentares aos mais carenciados, bailes, desfiles alegóricos que duraram, ao que parece, até às três horas da madrugada³³⁶.

Pese o descritivo das fontes, estas festividades eram cenários previamente montados com um intuito político bastante claro. Ao lermos as fontes com o indispensável olhar crítico, fica-nos a convicção que, localmente, o regime, através de pessoas pré-definidas, tudo fazia para transmitir ao grosso da população os valores fundamentais do liberalismo. Acento tónico na manutenção dos pilares fundamentais da nação

³³⁵ VARGUES, Isabel Nobre (1997). *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva, p. 340-341.

³³⁶ *Borboleta Constitucional, A Borboleta dos Campos Constitucionais*, nº 90, 27 de Agosto. Porto: Imprensa do Gandra, 1821.

portuguesa – a religião e a monarquia e um discurso claramente marcado por uma forte confiança num futuro risonho e próspero.

Mesmos que os periódicos certifiquem qua as ruas e as praças contíguas às comemorações “estavão atulhadas de Povo”³³⁷, que os imensos vivas e ondulações de lenços brancos das senhoras tornavam-se num “arrebato incomprensível”³³⁸, fica-nos a convicção que estamos perante exageros descritivos que tinham, logicamente, objectivos bem definidos – o regime precisava de um apoio e de uma certificação popular que, naturalmente, ainda não tinha.

No ano seguinte (1822), em julho, ainda não havia qualquer programa público e estruturado para comemorar a simbólica data; tal situação, mereceu fortes reparos em periódicos da cidade e o alerta funcionou já que, de facto, o segundo aniversário do 24 de agosto foi festejado na cidade. Estruturalmente, os festejos pouco têm de inovação, as estratégias são idênticas às utilizadas no ano anterior: simbiose entre as autoridades civis, militares e religiosas, iluminação geral, salva de canhões, ofícios religiosos com missa campal, bênção às tropas e os vivas do costume à religião, às cortes, ao monarca, ao exército e aos beneméritos da pátria³³⁹. Novidade mesmo só o lançamento da primeira pedra dum monumento que se deveria erigir para simbolizar o dia 24 de Agosto de 1820 e a fundação na cidade de uma Sociedade Patriótica, Promotora das Letras e da Indústria Nacional, Segundo os Princípios da Actual Constituição³⁴⁰.

Os relatos da imprensa consultada são unânimes quando relatam a forte adesão da população. Perante um público que se apelidou de numeroso, idolatrava-se o 24 de agosto de 1820 e o final do dia foi passado em cânticos e hinos patrióticos, música militar e peças de teatro. Uma vez mais, o novo sistema político e os seus principais prosélitos utilizaram a propaganda para inculcarem na massa popular os fundamentos do novo regime. Todos coincidem na forte participação popular, quer em número, quer em intensidade. *Te Deum*, procissões, missas, luminárias, salvas e concentração de tropas, festas diversas, música, teatro ... tudo fazia parte de um mesmo cenário e conjugava-se para um mesmo fim. As dádivas aos mais necessitados revelavam que o novo regime deles não se esquecia, num estilo propagandístico e com precisa orientação política. Os apelos à participação popular exigiam uma festa apelativa, interessante,

³³⁷*Borboleta Constitucional* ..., nº 90, 27 de Agosto. Porto: Imprensa do Gandra, 1821.

³³⁸*Borboleta Constitucional* ..., nº 90, 27 de Agosto. Porto: Imprensa do Gandra, 1821.

³³⁹*Correio do Porto*, nº 21º, 26 de Agosto. Porto: Typografia á Praça de S. Theresa.

³⁴⁰*O Analysta Portuense*, nº 100, 27 de Agosto. Porto: Typ. de Viuva Alvarez e Filhos, 1822.

colorida mas que apresentasse, simultaneamente, um papel pedagógico e politicamente conotado³⁴¹. Isto quer significar forte adesão popular aos novos ideais? Objectivamente, não.

Festejos pelo primeiro aniversário das cortes constituintes

A 26 de janeiro de 1822 festejou-se no Porto, como noutras localidades, o primeiro aniversário da formação das cortes constituintes. Uma vez mais, os periódicos assinalam esta data de forma simbólica, atestando, novamente, forte participação popular nas cerimónias que enaltecera este dia. Uma vez mais, trata-se de um festa/comemoração dinamizada pelo poder instituído, juntamente com a ajuda de particulares. Compõe-na cortejos cívicos e alegóricos, além de aspectos religiosos, paradas militares, salvas de tiros, luminárias, declamação de poesia, execução de peças musicais, jantares a pobres, esmolas, bailes e representações teatrais diversas³⁴². Portanto, estruturalmente, nada de novo: as forças militares tiveram lugar de destaque e uma proclamação simbolizava o esplendor da data. Novamente, segundo os periódicos, o público de condição diversa, especialmente o de mais baixa condição, participou e assistiu em elevado número e com o “costumado entusiasmo”. Foi servido um jantar a todos os presos da Casa Pia e um cidadão ofereceu outro jantar a 20 pobres cegos, tendo distribuído a cada um uma esmola de 240 réis³⁴³. O dia terminaria com peça teatral encenada no Teatro de S. João, pela Companhia Nacional, espectáculo iniciado com um hino patriótico. Ao que parece, segundo relatos de então, os festejos duraram até de madrugada³⁴⁴.

O juramento à constituição de 1822

Seguindo exemplos externos, como foi o caso de Espanha³⁴⁵, o poder político nacional determinou o juramento à Constituição. O ritual, apesar de introduzir uma cerimónia cívica, na essência compunha-se de uma festa tipo “Antigo Regime”, onde o peso institucional da Igreja era preponderante. Na prática, o juramento implicou duas

³⁴¹ PROENÇA, Maria Cândida. (1988), 1820: a «festa» da Regeneração: permanências e inovações. *Revista de História das Ideias*, vol. 10. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, p. 376-384.

³⁴² VARGUES, Isabel Nobre. (1997), *A Aprendizagem da Cidadania...*, p. 340-341.

³⁴³ ARRIAGA, José d' .(1886), *Historia da Revolução ...*, vol. 3. , p. 300.

³⁴⁴ *O Analysta Portuense*, nº13, 29 de Janeiro. Porto: Typ. de Viuva Alvarez Ribeiro e Filhos, 1822.

³⁴⁵ REVUELTA GONZALEZ, Manuel. (1979), La Iglesia Española Ante la Crisis del Antigo Regimen in GARÇA-VILLOSLADA, Ricardo (dir. de) – *Historia de la Iglesia en España V La Iglesia en la España Contemporánea*. Madrid: La Editorial Catolica, p. 84-85.

fases: a 8 de março de 1821, as Cortes decretaram que as bases da Constituição fossem juradas pelas autoridades civis, eclesiásticas e militares e o dia para o evento seria a 29 de março seguinte, sendo as penas para os prevaricadores conhecidas. Um segundo momento ocorreu em novembro de 1821; desde 11 de outubro de 1821 uma carta de lei ordenava que todos os empregados públicos, civis, eclesiásticos e militares prestassem juramento à Constituição. A perda da qualidade de cidadão e a expulsão do território português eram os castigos para aqueles que ousassem desafiar o determinado.

O programa das festividades era amplo e estendia-se por um período de 3 dias, a contar de 3 de novembro. Logo, pelas 7 da manhã, depois do trovar da artilharia, seria distribuída roupa a 240 pobres que previamente se haviam reunido nas instalações do quartel de Santo Ovídio. Pelas 10 horas saíria o préstito formado pelas autoridades locais, encabeçadas pelo bispo que, juntamente com os demais religiosos, por entre alas das tropas, caminhariam pelo Campo da Regeneração, rua do Almada, Hortas, Porta de Carros, Feira, S. Bento, rua do Loureiro, Chã, para terminar na Sé Catedral. Depois de missa solene, seguiu-se o juramento à lei fundamental. A parte da tarde seria composta apenas por manifestações de carácter profano: sessão extraordinária na Sociedade Patriótica Portuense, juramento das tropas e espectáculos teatrais. Os cidadãos do Porto foram convidados a participarem nas festividades e a exultarem com o maior júbilo. Os dias 4 e 5 estavam destinados a espectáculos teatrais; se no dia 3 encenou-se o “Triunfo Constitucional”, nos dias seguintes foram públicas outras cenas dramáticas, devidamente intervaladas por hinos constitucionais. O teatro portuense prometia hinos tocados ao som de banda militar e iluminação triplicada³⁴⁶.

Neste cenário, previamente programado, qual foi o papel das massas populares? Participaram activamente ou foram meros figurantes de segundo plano? Não é fácil responder objectivamente a estas duas questões; a crer nos periódicos de então, nos relatos produzidos, os portuenses manifestaram-se abertamente pelo diploma constitucional; algumas fontes coevas quantificaram em mais de 14 000 as pessoas que assistiram ao juramento da tropa no Campo da Regeneração. Todavia, há que ser cauteloso com os relatos e com os números produzidos. Terão sido dias festivos, sem dúvida, foram três dias onde as festividades se terão sobreposto às obrigações do trabalho. Não questionamos que no âmago de muitos cidadãos do Porto havia um apoio verdadeiro à causa constitucional, mas generalizar como o fizeram os periódicos de

³⁴⁶*Borboleta Constitucional* ..., nº 246, 1 de Novembro. Porto: Imprensa do Gandra, 1822.

então à grande maioria da população portuense, parece-nos exagerado. Não podemos esquecer que a grande maioria da população era analfabeta, estava distante dos problemas políticos e centrava-se, sobretudo, nos desafios da sobrevivência diária.

Mais do que proximidade ideológica terá havido vontade de participar em tempos festivos que ajudavam a alegrar o espírito dos portuenses mais humildes. O clima de festa, que durou 3 dias, funcionou como um intervalo nas duras exigências quotidianas. O novo regime tentou claramente atrair a população com festas, jantares, iguarias, espectáculos variados e atractivos; a inculturação liberal não se esqueceu dos mais necessitados: presos e pobres foram incluídos pelas acções de um regime que também se queria mostrar solidário para com os mais frágeis. Os próprios párocos foram utilizados como veículo de comunicação com os povos, na sua maioria ignorantes e analfabetos. Foi neste contexto que proliferaram as homilias constitucionais com o objectivo de “instruir os povos rudes”³⁴⁷. É neste contexto que se insere a relação dos párocos e mais eclesiásticos que têm pregado a bem do sistema constitucional (1821-1822), que mais não é do que uma listagem dos párocos que, nas suas localidades, quotidianamente ou em épocas festivas, tivessem pregado a bem do sistema constitucional³⁴⁸.

O juramento da carta constitucional na cidade do Porto

Por determinação da regente, estabeleceu-se o dia 31 de julho de 1826 para se proceder ao juramento da Carta Constitucional. No Porto, a vereação, reunida em sessão extraordinária, publica um edital onde declara os dias 31 de julho e 1 e 2 de agosto, tempo de gala e interrupção do luto pela morte de D. João VI. O edital apelava e incentivava a comportamentos festivos, demonstrações de júbilo e forte adesão à Carta por parte da população.

Conscientes da importância solene do acto de juramento, até pelo conhecimento da experiência passada com o diploma de 1822, as autoridades liberais architectaram um conjunto de cerimónias públicas que deviam ser uníssonas nas várias localidades do território nacional onde se procedesse ao juramento de fidelidade ao articulado cartista. O programa foi tornado público pelos periódicos e em 16 artigos descrevia-se, com a

³⁴⁷ VELHO, Joaquim Anastacio Mendes. (1822), *Homilia Constitucional Para Uso dos Reverendos Parocos Menos Instruidos em Politica. Offerecida Pelo Prior de Mecejana*. Lisboa: Imprensa Nacional.

³⁴⁸ OLIVEIRA, José António. (2009), *A Igreja e a Instauração do Liberalismo em Portugal (1816-1840). D. João de Magalhães e Avelar e Frei Manuel de Santa Inês*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação Para a Ciência e Tecnologia, p. 98-112.

minúcia possível, o “solemne Acto do Juramento da Carta Constitucional, que El-Rei Nosso Senhor o Sr. D. Pedro IV Decretou, e Deo para estes Reinos em 29 d’Abril, e mandou jurar pelas Tres Ordens do Estado”³⁴⁹.

A determinação da regente implicava que o cerimonial englobasse uma vertente social e religiosa, num dia solene que tinha de ser forçosamente festivo e de gala; todas as cidades e demais localidades deviam estar profusamente iluminadas e os festejos deviam demonstrar público regozijo pelo acontecimento que se celebrava. Artilharia, fogo-de-artifício, cerimónias religiosas, teatro, poesias e alegria deviam acompanhar o simbólico acto.

É nos artigos 14 e 15 do programa do juramento da Carta Constitucional que encontramos as directrizes que regiam o cerimonial nas demais localidades do reino, já que Lisboa tinha um regimento próprio. No Porto, o chanceler que servia de governador das justiças tomava o juramento dos magistrados da Relação, dos ministros territoriais da cidade e dos demais empregados. O provedor da Junta da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro tomava o juramento dos membros e empregados daquela instituição. Ao bispo e prelados maiores, reunido o cabido, cabia-lhes jurar o diploma, assim como o faziam os generais e demais comandantes das forças militares. Todos estes actos deviam ser praticados com o maior cerimonial, devendo a Câmara participar e convocar todas as autoridades, dando a esta cerimónia a maior publicidade possível³⁵⁰.

O Porto tentou seguir à risca o que da capital fora dimanado. Seguindo os periódicos, o dia 31 de julho amanheceu com uma salva de 21 tiros e por toda a cidade fogo-de-artifício, de morteiros e bombas festivas anunciavam o grande acontecimento. A urbe correspondeu, uma vez mais, com forte participação social ao que dela fôra solicitado. Segundo se relatou, nas ruas o movimento popular e de pessoas de condição foi intenso, em especial nas repartições onde se prestou o juramento à carta. No quartel-general, no paço episcopal, nos paços do concelho, na relação e na junta da Companhia e Alfândega, locais de juramento, aí se juntou elevada quantidade de cidadãos, de todas as classes, que aí se dirigiram para prestar a obrigação cívica ao diploma maior da nação. O comércio estava encerrado e os sinos lembravam, ciclicamente, a obrigação e o simbolismo da data.

³⁴⁹*Borboleta n.º 9*, 26 de junho de 1826, p. 39-42.

³⁵⁰*Borboleta n.º 9*, 26 de junho de 1826, p. 39-42.

Pelas 5 horas da tarde realizou-se parada geral; seguiu-se cerimonial religioso na Sé com a presença de todas as autoridades locais. À noite, o tradicional teatro, ao que parece, muito concorrido; vivas, poesias, declamações e tudo e demais habitual nestas circunstâncias. Uma vez mais, os liberais não esqueceram os mais necessitados e através de actos de beneficência pública, o produto de várias subscrições foi entregue a famílias pobres das freguesias da cidade. Os dias seguintes, 1 e 2 de Agosto não foram muito diferentes do primeiro dia de festejos e os periódicos não eram modestos nas apreciações feitas: “As publicas manifestações de regozijo tem continuado nesta Cidade, de huma maneira superior a toda a Descrição”³⁵¹.

Todos os elementos consultados são unânimes em salientar a carga festiva e a forte participação popular verificados no juramento da carta constitucional no Porto. Todavia, não ignoramos que se trata de uma encenação encomendada e imposta pelo poder constitucional. Assim, e independentemente dos acenos populares de apoio ao novo regime e ao novo diploma, devemos proceder com algumas cautelas na apreensão real dos factos. À imprensa, conotada com o regime, logicamente que cabia relatar com entusiasmo o acontecido, publicitando, propagandeando o novo diploma e os acontecimentos vividos na segunda cidade do país e no berço do liberalismo.

Oficial e teoricamente o juramento da Carta foi um sucesso para as autoridades proponentes, mas na prática qual o impacto real na consciência política das massas populares? Terá sido tão proficuo quanto transparece na imprensa liberal? Provavelmente não.

A concluir

No início da nossa comunicação elencamos 3 grandes objectivos que passamos a recordar:

1. A população portuense aderiu e participou nos principais acontecimentos que caracterizaram a instauração do liberalismo?
2. Se sim, como o fez?
3. Quando e como se manifestou? Em que circunstâncias?

³⁵¹*Borboleta n.º 9*, 26 de junho de 1826, p. 50. *Correio do Porto*, n.º 177, 29 de julho de 1826.

Carente em infra-estruturas junto das massas populares, deficitário em meios de comunicação eficazes, afastado por uma elevada taxa de analfabetismo que cobria grossas fatias da população portuguesa, restava ao poder político liberal a difusão e promoção da sua ideologia através dos melhores agentes possíveis: os párocos e as “festas de regime”.

Pelos elementos coligidos e relativamente ao primeiro objectivo (adesão e participação popular na instauração do liberalismo), podemos afirmar que a população portuense aderiu e participou nas festas organizadas pelo poder político vigente. Mas, conscientemente, não podemos afirmar que essas manifestações produziram o efeito desejado (inculturação dos princípios liberais). O desconhecimento e o alheamento secular das populações das questões políticas eram notórios e manteve-se, praticamente, ao longo de todo o século XIX.

Quanto ao segundo objectivo, podemos afirmar que a população participou em manifestações previamente estruturadas, onde o sagrado e o profano se misturavam para atingir um objectivo fundamental – disseminar os fundamentos da ordem liberal, assegurar o sossego e a ordem pública. Tudo estava pré-definido e organizado, o cenário estava montado e o esforço dos periódicos era grande em concorrer para o resultado final.

As circunstâncias da participação popular estavam, pois, condicionadas. O regime sabia que quanto maior e mais larga fosse a base social de apoio, maior seria a sua estabilidade e mais longínquo seria o seu futuro. Por razões conhecidas, o miguelismo veio desfazer, por momentos, esta ambição.

Quando e como se manifestou? Em que circunstâncias? Era o terceiro objectivo desta comunicação. Houve manifestações de cariz popular nas datas simbólicas para o novo regime e que atrás mencionamos. Para o primeiro liberalismo, apelidado de vintista, era fundamental manter viva a memória de factos recentes mas essenciais para a continuidade do regime; os aniversários do 24 de agosto de 1820, os festejos pelo primeiro aniversário das cortes constituintes, o juramento à constituição de 1822 e o juramento da carta constitucional na cidade do Porto eram datas do calendário liberal que exigiam simbologia e ritos adequados. Os tempos não estavam para facilitismos e a juventude do regime exigia cuidado atento e trabalhos redobrados.

A contenda entre o poder central e a sociedade: a reforma administrativa de 1867 no desabrochar do movimento da “Janeirinha”

Jorge Manuel Fernandes

Universidade do Minho

Apresentação

Este texto procura, por um lado, contribuir para o melhor conhecimento da reforma administrativa de 1867 e, por outro lado, dissecar sobre o impacto que esta reforma ia ter na sociedade e, conseqüentemente, no culminar da Revolta de 1868, denominada como a revolta da «Janeirinha». A reforma administrativa da autoria de Martens Ferrão foi em tempos praticamente desprezada pela historiografia portuguesa, bem como o seu contributo no desencadeamento dos acontecimentos de protesto do dia 1 de janeiro de 1868. Entretanto, a reforma administrativa como o movimento da «Janeirinha» têm vindo a ser reformulados em estudos recentes. A reforma da administração local de 1867, cujas orientações estão definidas na Lei de Administração Civil, procurava moldar a sociedade introduzindo os princípios liberais. As grandes finalidades eram, essencialmente, reorganizar e implementar uma nova estrutura administrativa local, bem como uma nova reorganização do território e do seu modelo e a adaptação da economia à nova realidade económica. Esta reforma, cuja urgência resulta reforçada pelo facto da crise generalizada na sociedade, procurava ser uma resposta tanto aos problemas económicos, como sociais e do poder local. Portanto, este momento de crise permitiu voltar a refletir a administração local, o respetivo controlo e a gestão por parte do poder central.

As reformas administrativas até há umas décadas atrás não atraíam os historiadores, ficando estas a cabo dos investigadores de Direito. Estes davam relevo às normas jurídicas e à evolução do sistema administrativo. Atualmente, este panorama tem vindo a sofrer modificações e os contributos dos historiadores desencadearam uma nova forma de perspetivar as alterações na administração pública, graças à visão do contexto económico, social e político. Deve-se ter presente que o estudo de uma reforma administrativa e de um movimento de contestação só podem ser totalmente compreendidos num contexto amplo da estrutura política, económica e social da época.

Perspetiva dos factos que antecederam ao movimento da «Janeirinha»

O ano de 1867 é um ano épico, desenvolve-se na sociedade uma onda de agitação que irá ter grandes proporções no fim do ano. Encontrava-se no poder o Governo de «fusão», de regeneradores e históricos, com um dilema que persistia e ia agravando: a crise económico-financeira. As finanças do país e a dívida pública encontravam-se num estado alarmante, muito tinha contribuído o programa de obras públicas, que tinha sido realizado à custa de empréstimos externos. A difícil conjuntura externa de final da década de 1860 agravou a situação interna e dificultou o recurso do país a empréstimos.

Além do panorama difícil nos mercados internacionais, persistia o problema do aumento da dívida e da insuficiência na captação das receitas. Apesar das dificuldades financeiras, o Governo continuou a promulgar medidas que não solucionaram o dilema, como por exemplo: o tratado de comércio com a França. Este tratado estipulou que os direitos pautais eram reduzidos. Como consequência, resultou na decadência dos ramos dos têxteis e das sedas, e os mercados portugueses não aguentaram a concorrência de países com economias mais desenvolvidas. O Governo fez outro tratado polémico com uma das companhias dos caminhos de ferro, no qual resultou uma gigantesca campanha contra o Governo³⁵². Ainda, há a destacar os gastos elevados com o exército. Para agravar mais o cenário registaram-se dificuldades no sector agrícola, devido à má colheita cerealífera que teve de imediato reflexos na subida dos preços. A crise também afetou o comércio, a banca e a indústria. Estes condicionalismos traçados fizeram disparar o desemprego e a criminalidade e, desse modo, fez aumentar a instabilidade na sociedade portuguesa.

Além desta conjuntura adversa, tanto a nível interno como externo, a opinião pública continuava a ser perturbada com a discussão do Código Civil que se arrastava. A polémica deu-se, sobretudo, devido à questão do matrimónio que passou a estar no centro do debate cultural, político e jurídico, afetando a já deteriorada relação entre o Estado e a Igreja³⁵³.

Resposta aos problemas económicos e sociais: as leis impopulares

O Governo de «fusão» apresentou o orçamento de 1866-67 já com a previsão de um elevado défice, embora no meio político e social se noticiasse que o Governo tinha

³⁵² PERES. (1935): 369.

³⁵³ NETO.(1998):234-254.

escondido um défice ainda mais elevado. Numa conjuntura tão adversa o Governo promulgou uma série de medidas que não foram bem recebidas na sociedade e fizeram aumentar o descontentamento. Foram ao longo do ano de 1867 votadas três leis impopulares: a reforma do ministério dos Negócios Estrangeiros, a Lei de Administração Civil e o imposto geral de consumo. A primeira, a lei de 23 de abril de 1867 era da responsabilidade do ministro Casal Ribeiro. Pretendia organizar a secretaria dos Negócios Estrangeiros, o corpo diplomático e o consulado e estabelecer uma nova tabela para os emolumentos dos consulados. A reforma ia aumentar a despesa em muitas dezenas de contos de réis com as grandes comissões e embaixadas que iam ser criadas. Esses factos escandalizaram a opinião pública. A oposição acusava o ministro de só querer lisonjear a sua vaidade³⁵⁴.

O Governo sobretudo, Fontes Pereira de Melo, defendia o aumento da tributação para atenuar o défice elevado e para conseguir pagar a contração de empréstimos a juros elevados³⁵⁵. Foi então que decidiram alterar o esquema de impostos e criar um novo imposto, o imposto geral de consumo. O imposto geral de consumo substituiria o imposto do real de água, os impostos lançados pelos municípios sobre o consumo de géneros ou mercadorias e o imposto de cada pipa de vinho, aguardente ou jeropiga. Portanto, ia incidir sobre os géneros que mais afetavam produtores e consumidores, abrangendo, assim, a massa geral dos cidadãos³⁵⁶. O ministro da Fazenda depositava grandes esperanças neste imposto para resolver o problema da dívida pública. Para além da criação deste imposto iam aumentar o imposto de viação, modificar a cobrança dos direitos de mercê e aumentar o imposto de selo.

Para além do aumento da carga fiscal, o Governo ia proceder à reforma na administração pública³⁵⁷. A reforma administrativa de 1867 propunha um novo modelo administrativo para a sociedade num contexto adverso. Foi planeado e preparado pelo próprio ministro, Martens Ferrão, auxiliado por José Júlio de Oliveira Pinto. Martens Ferrão insere-se na corrente de codificação da segunda metade de Oitocentos que liquidou de vez a estrutura jurídica do Antigo Regime. Saliente-se, ainda, que teve um papel ativo na política e foi influenciado pela corrente filosófica do Krausismo,

³⁵⁴*Diário de Lisboa*, nº 94, de 23 de abril de 1867.

³⁵⁵ O imposto de viação aumentou cerca de 20 % no ano de 1867. Porém, o aumento de impostos continuou. *Diário de Lisboa*, nº 33, de 11 de fevereiro de 1867, p. 374.

³⁵⁶*Diário de Lisboa*, nº 33, de 11 de fevereiro de 1867, p. 374.

³⁵⁷*Diário de Lisboa*, nº 27, de 4 de fevereiro de 1867, pp. 291-295.

enquanto aluno e docente da Universidade de Coimbra³⁵⁸. Por isso, tem uma concepção organicista da sociedade, defendendo um Estado de moldes corporativistas. Esta visão organicista da sociedade tem fundamentação no direito, e baseia-se na compreensão do homem englobada numa visão panteísta do mundo. Nos seus escritos é perceptível a defesa que o cidadão deve conhecer a ordem social e os seus direitos para ter uma postura correta na sociedade.

O projecto administrativo de Martens Ferrão: os motivos da reforma

Numa altura de crise generalizada o que levaria o Governo a proceder a uma reforma administrativa que certamente aumentaria a tensão. Para Martens Ferrão, de facto, não era a altura certa para implementar uma reforma administrativa numa sociedade que estava a passar por grandes dificuldades, devido à subida dos preços e dos impostos. Contudo, a Lei de Administração Civil e o imposto geral de consumo eram duas partes de um mesmo conjunto destinado a fazer face às dificuldades financeiras do Estado. Ao alargar a área dos concelhos e das paróquias, ao diminuir em número, ao suprimir seis distritos, ao extinguir as quotas pagas para todos os distritos, ao determinar as contribuições municipais passassem a ser cobradas com os impostos gerais do Estado, ao simplificar o imposto indireto e desamortizar os baldios, pensava-se, assim, aliviar os encargos do Tesouro e desviar verbas para outros sectores.

A reforma administrativa além de aliviar as despesas do Estado pretendia modificar a estrutura administrativa dos concelhos e das paróquias, tanto os corpos como os órgãos camarários. Procedia-se, assim, a algumas alterações no funcionamento da estrutura administrativa e na ligação do poder local com o poder central, bem como na ligação das circunscrições administrativas. Por outro lado, a existência de demasiados concelhos pequenos e de paróquias de diferente geografia e população, era um entrave à consolidação de uma sociedade moderna, por isso, era importante proceder a uma nova estruturação do espaço territorial com critérios de racionalidade e, ainda, substituir a elite política dos cargos locais. Mas não só, o processo de redução do número de concelhos permitia a exigência de um novo tipo de gestão do Estado e uma instauração de uma nova forma de autoridade do poder central sobre a autonomia perdida dos concelhos. A expansão das capacidades administrativas do Estado, no

³⁵⁸ Sobre a influência que exerceu o Krausismo em Martens Ferrão consulte-se: CALHEIROS. (2006):137-138.

âmbito de uma maior burocracia e modernização pedia um novo tipo de gestão. Há ainda que ter em consideração um outro motivo: a tentativa de substituir o Código Administrativo de Costa Cabral de 1842 por outro de pendor mais descentralizador por causa da nova realidade política, económica e social. Ainda, devido ao crescimento urbano de algumas cidades e vilas do litoral do país e às críticas de ineficiência de recursos financeiros e humanos.

Por último, podemos destacar a vontade do Estado em afirmar a sua hegemonia de vez sobre os poderes locais e, simultaneamente, modificar hábitos enraizados nos meios conservadores com a finalidade de criar uma nova configuração sociocultural e ideológica. A organização administrativa era vital segundo os políticos, porque, estava ligado aos outros interesses da sociedade.

A reforma administrativa de Martens Ferrão: um novo modelo administrativo

O projeto da reforma administrativa foi apresentado à Câmara dos Deputados no final de janeiro, tendo o debate começado em março, e em 26 de junho de 1867 a lei foi promulgada, entrando imediatamente em vigor. Mas só com o Decreto de 10 de dezembro do mesmo ano foram aprovadas as novas circunscções administrativas, ficando desse modo consumado a redução do número de distritos e mais de uma centena de concelhos e mais de 1000 paróquias eclesiásticas seriam anexadas.

A reforma administrativa era inspirada nas doutrinas da escola liberal, levava às localidades a descentralização administrativa em alguns casos, essencialmente, os corpos eram de eleição popular e possuíam atribuições mais amplas. Porém, também havia a tentativa do poder central de aumentar a centralização e fiscalização com os administradores locais sendo nomeados pelo Governo. Esta reforma não era conservadora, não respeitava a tradição local nem a autonomia das localidades. Procurava, aliás, uma maior intervenção na vida social e na administração do território por parte do poder central. Com esta reforma procurava-se claramente aumentar o poder de fiscalização do Governo sobre as administrações municipais e extinguir o sistema de impostos municipais antigos, o que despertava o descontentamento e resistência popular.

A Lei de Administração Civil de 1867 referente à administração do país dividia-se em 8 capítulos: divisão do território, administração da paróquia, do município, do distrito, contencioso administrativo, eleição dos corpos administrativos, dos

magistrados e empregados administrativos e inspeção administrativa³⁵⁹. A proposta da lei de administração civil aspirava, segundo o ministro: à descentralização administrativa, tornava eficaz a ação do poder central, fiscalizava a administração local, organizava a fazenda e a contabilidade paroquial, municipal e distrital, extinção do seu irregular sistema tributário e criava novos e importantes recursos. De um modo geral as propostas que lançavam mais críticas foram: a supressão do número de distritos, concelhos e paróquias eclesiásticas, inclusive, o critério da divisão administrativa; o aumento de poderes por parte do governador civil; o aumento da fiscalização por parte do Governo ao ter a prerrogativa de nomear os órgãos locais; e a criação da unidade administrativa da paróquia civil.

As alterações na divisão e organização do território consagrada na reforma administrativa foram as que lançaram mais contestação no seio da sociedade. Ora, estas alterações iam mudar profundamente o mapa administrativo do país. Dos 302 concelhos existentes ficariam 107, das cerca de 3799 paróquias existentes no continente ficariam a existir 1026. Assistiu-se no decurso do ano de 1867 a diversas pressões e influências para arranjar mecanismos constitucionais ou históricos para manter os concelhos e as paróquias por parte dos descontentes com a nova divisão administrativa. A nova divisão ia ter implicações administrativas, políticas, financeiras e sociais. Portanto, ia ter um impacto direto nas comunidades, essencialmente, ia alterar os hábitos, os sentimentos de pertença a um determinado lugar e, ainda, ferir os seus ideais de independência e autonomia regional³⁶⁰. Mais, as populações iam perder parte da sua história e das suas tradições. A reforma administrativa encontrou uma forte resistência, pois contrariava a tradição e hábitos locais enraizados numa sociedade conservadora.

Desassossego da sociedade

Os protestos não se fizeram demorar e, logo no início do ano de 1867, o descontentamento era generalizado. Os protestos foram recorrentes durante o ano de 1867, incidiam contra os projetos do Governo e discordavam do aumento da carga fiscal. O aumento da carga fiscal e o já anunciado imposto geral de consumo fizeram aumentar a tensão de grande parte dos pequenos e médios comerciantes do Porto. Para agravar o clima de contestação a nova divisão e organização das circunscrições

³⁵⁹*Lei de Administração Civil de 1867*, Porto, Tipografia do Jornal do Porto, 1867.

³⁶⁰ Para a questão do descontentamento com a nova divisão e organização das circunscrições administrativas consulte-se o seguinte artigo: Alves [et al.] (2004): 1-46

administrativas e o aumento da centralização e fiscalização do poder central no território alargou o descontentamento aos meios rurais. Ora, a população do mundo rural olhava com desconfiança para a intromissão do Estado, pois a cobrança de impostos e das taxas municipais em nome de um desconhecido criava um sentimento de raiva.

A conjuntura adversa desencadeou um conjunto de manifestações públicas na capital organizadas pelos denominados Centros, Associações ou Clubes, embora a oposição na capital não estivesse organizada sobre o mesmo programa político³⁶¹. Ao contrário, no Porto, a Associação Comercial além de estar ativa estava organizada e efetuou a contestação às medidas impopulares. Foram enviados vários requerimentos e petições para o parlamento. No dia 24 de março realizou na capital um gigantesco protesto contra o imposto geral de consumo e contra a reforma administrativa. Mas o Governo não recuou na sua estratégia e não deu importância às grandes manifestações públicas que a imprensa noticiava. Os ânimos arrefeceram com o encerramento da atividade legislativa no fim de junho, esta só seria retomada em setembro. Martens Ferrão decidiu adiar as eleições municipais para o dia 29 de dezembro, segundo ele devido a entraves burocráticos.

A radicalização da contestação ao Governo

A Janeirinha é um movimento de contestação mal conhecido, frequentemente associado à organização de contestação por parte dos comerciantes do Porto. José Tengarinha coloca os comerciantes do Porto como os principais responsáveis da revolta. Na mesma linha de pensamento corrobora outros historiadores ao considerar que a revolução resultou da política regeneradora que não agradou aos comerciantes do Porto. O movimento do Porto é o mais evidenciado pela historiografia portuguesa, no entanto, não se pode desprezar outras movimentações noutras partes do país e outros motivos como temos vindo a evidenciar.

É fulcral, primeiro, percebermos as movimentações na véspera do movimento do dia 1 de janeiro de 1868. No dia 29 de dezembro de 1867 existiu uma grande mobilização para as eleições municipais, tais movimentações contribuíram para a exaltação dos ânimos. No Porto, uma gigantesca manifestação celebrou a derrota eleitoral autárquica humilhante da lista do Governo. Em Lisboa, no dia 1 de janeiro,

³⁶¹ Doria,(2004):36

uma numerosa comissão aproveitou o clima dos acontecimentos no Porto e dirigiu-se ao palácio da Ajuda para pedir a demissão do ministério. Deslocaram-se para mostrar o seu descontentamento face ao aumento da carga fiscal e propunham o adiamento das Cortes para o imposto geral de consumo não entrar em vigor. A força policial bloqueou os manifestantes, assistindo-se a confrontos no qual resultaram uma série de feridos e muita agitação à mistura. Noutras partes do país também se verificaram protestos, em Penafiel, Guimarães, Barcelos, Braga, Viana do Castelo, Bragança, enquanto as localidades do sul foram aderindo. Em alguns casos o povo invadiu as repartições públicas camarárias, destruindo tudo à sua passagem em protesto contra as medidas governamentais.

Para estudar este movimento de agitação e revolta popular que culminou na «Janeirinha» de forma exaustiva seria imprescindível o uso de instrumentos de análise historiográfica diversos. Seria essencial obter consciência política à luz dos pressupostos culturais, mentais e sociais da sociedade. Desse modo seria útil recorrer à antropologia para captar os particularismos locais na imensa variedade de situações no mundo rural: nas representações, memória, imaginário social, dos ritmos e usos privados e públicos, dos rituais, e dos códigos de comportamento. Portanto, devemos ter atenção aos fatores de coesão e desunião na comunidade: agricultura, religião, laços de solidariedade, memória coletiva. A antropologia política seria outra ferramenta que nos ajudaria a interpretar os símbolos e rituais na perspetiva da organização do espaço político e do funcionalismo da política local. Quanto à sociologia permitiria encarar a dimensão política da vida social e mostrar o centro da própria organização da sociedade. Evidentemente se efetuar-se-ia uma nova abordagem deste movimento revolucionário.

A falta de ordem e de equilíbrio desperta nas camadas populares um anseio de justiça quando o Governo promulga medias austeras e intromete-se no normal funcionamento da sociedade. O descontentamento popular pode ser originado por extorsões fiscais, pela coerção física militar, pelo desrespeito perante a organização interna das camadas populares, não respeitar os seus valores, tradições e a religiosidade; pela intromissão policial e de funcionários na vida da paróquia por parte do Estado que se pretende cada vez mais centralista. Não devemos descartar, porém, a dependência e a influência que exercem os notáveis locais nas camadas populares quando se trata de protestar contra o poder central. Para compreender estes movimentos e as revoltas populares seria imprescindível explicar o comportamento sociopolítico do povo, aqueles

que aderem às forças revolucionárias em situações de crise utilizando variáveis interpretativas.

As fontes existentes da época mostram o ambiente de protesto generalizado da sociedade face ao poder central, no qual culminou no movimento da «Janeirinha» não são unânimes na repercussão que esta suposta revolta teve. Se tivermos em conta o que diz o marquês da Fronteira acerca do acontecimento entendemos que foi uma revolta que se transformou num movimento revolucionário à escala do país, assustando os monarcas, e com uma atuação ativa e preponderante das fações oposicionistas da capital³⁶².

Já o ministro que fazia parte do Governo, Casal Ribeiro, não houve uma revolução mas antes o Governo resignou. Numa sessão parlamentar em 1879 ao recordar 1867-68, refere aos pares do reino, que não houve uma revolução, mas porque havia no país uma agitação popular à qual não foi possível resistir. O abandono do poder concretizou-se, porque a opinião pública abandonou-os, e nos sistemas representativos liberais a opinião pública é o oxigénio do poder. Não foi pela conjuntura externa que o Governo resignou mas pelas questões internas, evocando as três reformas impopulares que escandalizaram a opinião pública³⁶³.

Temos assim duas opiniões que diferem uma da outra, de um lado um fervoroso adepto do cabralismo, o marquês da Fronteira, do outro lado, uma figura que esteve ligado aos acontecimentos. Do lado do governo temos outro testemunho, de Fontes Pereira de Melo, logo no dia 2 de janeiro, no qual considera a demissão do Governo por causa dos acontecimentos no Porto. Quanto a Silva Lobo, que conspirou contra o Governo ao lado do conde de Peniche considera o povo o principal responsável pela queda do Governo de «fusão», mas segundo diz, esta perspetiva não era consensual. Igualmente o jornal do *Comércio*, opositor do Governo, dava relevo aos acontecimentos no Porto, sobretudo, da atitude dos comerciantes³⁶⁴. Quanto ao jornal *Revolução de Setembro* dá força ao motivo que fora os acontecimentos do Porto que tiveram na causa da demissão do Governo, ao referir que o movimento do Porto foi conduzido por gente que merecia atenção³⁶⁵.

A sociedade numa grande agitação não tendo o Governo apoio popular, viu-se forçado a solicitar a demissão ao monarca. O clima de instabilidade social foi originado

³⁶² BARRETO.(1986): 322-323.

³⁶³ *Diário da Câmara dos Dinos Pares do Reino*, sessão nº 24 de 15 de fevereiro de 1879.

³⁶⁴ *Jornal do Comércio*, nº 4257, de 3 de janeiro de 1868, p. 2.

³⁶⁵ *Revolução de Setembro*, nº 7676 de 3 de janeiro de 1868.

pelo aumento da carga fiscal mas também pela dinâmica burocrática do Estado visível na Lei da Administração Civil de 1867. Um conjunto de peripécias levou ao surgimento de um amplo movimento de contestação, sobretudo, devido ao aumento da centralização e subordinação da periferia, a reorganização do território, os casos de corrupção dos políticos, a reforma na secretaria dos Negócios Estrangeiros, os tratados ruinosos de comércio, a agressividade e a despreocupação com a situação social do Governo e, ainda, a crise moral e de valores que assombrava a sociedade. No dia 1 de janeiro de 1868, os protestos culminaram num movimento político e social generalizado de radicalização que foi provocado por um clima de profundo mal-estar³⁶⁶. O movimento da «Janeirinha» resultou essencialmente das medidas fiscais e administrativas, talvez, no Porto com maior preponderância e, em Lisboa, mas também noutras localidades do país. Tratou-se, portanto, de um movimento abrangente e com diversos fundamentos, que levou o próximo Governo a suspender as reformas impopulares, inclusive, a reforma administrativa de 1867, devido ao clima de agitação social³⁶⁷.

Fontes e bibliografia

Fontes

BARRETO, José Trazimundo M. (1986), *Memórias do Marquês da Fronteira e de Alorna*, vol. VII-VIII, Lisboa, INCM.

Código Administrativo de 1842, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842

Colecção Oficial da Legislação Portuguesa Ano de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868

Diário da Câmara dos Dinos Pares do Reino, sessão nº 24 de 15 de fevereiro de 1879

Diário de Lisboa, Lisboa, 1867-68

Jornal do Comércio, nº 4257, de 3 de janeiro de 1868

Lei de Administração Civil de 1867, Porto, Tipografia do Jornal do Porto, 1867

Revolução de Setembro, nº 7676 de 3 de janeiro de 1868

³⁶⁶ CUNHA. (2003):9.

³⁶⁷ O Decreto de 14 de janeiro de 1868 declarou sem efeito o Código Administrativo de 26 de junho de 1867 e a lei do mapa administrativo de 10 de dezembro de 1867.

Estudos

ALVES, Daniel; Lima, Nuno; Urbano, Pedro, *Estado e Sociedade em Conflito: o Código de Martens Ferrão de 1867. Uma Reforma Administrativa Efémera*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, disponível em www.fesh.unl.pt/historial/docs/Janeirinha.pdf, 2004, pp. 1-46 [15/04/2012]

CALHEIROS, Maria Clara. (2006), *A Filosofia Jurídico-política do Krausismo Português*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006

CUNHA, Carlos Guimarães da. (2003), *A Janeirinha e o Partido Reformista. Da Revolução de Janeiro de 1868 ao Pacto da Granja*, Lisboa, Colibri.

DORIA, Luís. (2004), *Correntes do Radicalismo Oitocentista: o caso dos penicheiros (1867-1872)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004

NETO, Vítor. (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade de Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998

PERES, Damião (dir.) (1935), *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora.

REPÚBLICA E REPUBLICANISMO

O PRP em Braga na 1.ª República: sucesso eleitoral num ambiente adverso

Amadeu José Campos d Sousa

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Universidade de Coimbra

No pino do Verão de 1809, nas vésperas da realização de uma excursão de republicanos portuenses pela cidade de Braga, nas páginas d'*A Patria* (um jornal monárquico que surgira na cidade no ano transato) um monárquico anónimo numa prosa ácida e chocarreira adverte estes seus inimigos ideológicos de que se preparam para uma aventura em território claramente hostil, pois, clarifica em nome dos monárquicos, *podemos asseverar que Braga é crente e monárquica*. Fossem imputáveis ao diretor do jornal, Vicente Braga, que assim se escudaria sob anonimato, fossem da responsabilidade de outro qualquer militante monárquico local, certo é que o vaticínio se mostrou acertado. Os republicanos não trepidaram e realizaram mesmo a excursão, mas a acesa animosidade com os monárquicos redundou em apedrejamentos ao comboio que os transportava do Porto e em refregas várias já dentro da urbe.

Sendo Braga a sede de um arcebispado católico preeminente no país já nos alvares da nacionalidade, e estabelecido o carácter notoriamente anticlerical dos discursos e da ideologia dos republicanos, pode antecipar-se como plausível que a propagação e afirmação do republicanismo na cidade não foi tarefa que se mostrasse fácil de concretizar. Contudo, como veremos entretanto, desde os inícios da década de 1890 que se observavam porfiados esforços dos republicanos locais para fazer crescer o republicanismo na sua cidade. No período final da Monarquia, não obstante as múltiplas iniciativas que patenteiam, os republicanos bracarenses não conseguem materializar em mandatos, para o Parlamento ou para a Câmara Municipal designadamente, todo o seu esforço e propaganda. Contudo, uma vez implantada a República, a hegemonia do PRP e depois do seu ramo principal, os democráticos, será clara e incontestável, excetuando alguns episódios – como sucederá nas eleições controladas pela ditadura de Sidónio Pais, em abril de 1918, ou naquelas que serão organizadas por um governo do Partido Liberal em julho 1921.

Circunscrevendo-nos à ambiência prevalecente na cidade de Braga e no território envolvente, constatamos que no período compreendido entre 1890 e 1910 são dados à estampa dezasseis títulos cuja mensagem propende mais para a defesa dos

valores monárquicos. Neste significativo conjunto, dez títulos correspondem a imprensa partidária, enquanto os restantes se repartem pela igreja ou se camuflam sob a capa de independentes. Já depois de proclamada a República, no imediato registamos a circulação de dois títulos resistentes na imprensa monárquica (*A Patria*, que circulará com alguma intermitência até 1914, e o *Correio do Norte*, o órgão dos regeneradores-liberais, que resistirá até meados de 1911), aparecendo muito mais tarde, em 1922, o *Aqui d'El Rei*, como estandarte dos integralistas.

Do lado republicano será preciso esperar por 1908, já depois da efervescência resultante do regicídio, para que na cidade um primeiro título, *O Notícias do Norte*, declare a sua militância republicana. Nos anos imediatos surgirão, porém, dois novos títulos republicanos em Braga: *A Verdade*, em julho de 1909, e *O Radical*, em Abril de 1910.

As atividades em prol do republicanismo patenteiam em Braga um rasto bem anterior à proclamação da República, como afirmámos já. Com efeito, no dealbar da década de 1890 surge o primeiro centro republicano na cidade. A repressão subsequente à revolta de 31 de janeiro, ocorrida na cidade do Porto, manifesta-se no encerramento do Club Republicano da cidade, em março seguinte, e na detenção de Luís Augusto Simões de Almeida, um comerciante local que se destacava na promoção do republicanismo e que, com a passagem dos anos, dada a sua considerável longevidade, virá a ganhar o estatuto de decano dos republicanos bracarenses. Em 1892, quando em Braga já existe uma comissão do Partido Republicano, serão várias as personalidades que na cidade de Braga subscreverão o Manifesto deste partido. Anos depois, o congresso do PRP que se realiza no segundo semestre de 1897, contará com diversas figuras locais em representação do PRP de Braga. A 25 de novembro 1900, Pereira Caldas, um conhecido professor do Liceu de Braga, apresenta-se como candidato do PRP às eleições para o Parlamento. No contexto da indignação que se manifesta no país a propósito do aumento dos impostos, a 25 de março de 1904 Afonso Costa vem a Braga para, num comício de protesto realizado no Teatro S. Geraldo, enfatizar perante os presentes que só a República permitirá resgatar o país da opressão fiscal, decorrente em grande parte da dissipação do erário público pelos custos desmesurados da Monarquia. Em 16 de dezembro de 1906, à semelhança com o observado em diversas cidades do país, em Braga ocorre um comício de protesto pela recente expulsão dos deputados republicanos Alexandre Braga e Afonso Costa do Parlamento. Segundo o jornal *O Mundo*, cerca de 2000 pessoas terão participado neste comício, realizado na rua Cruz de Pedra, na

periferia da cidade, no qual, a par do próprio Alexandre Braga, intervieram os republicanos locais Manoel Monteiro, Eduardo d'Abreu, João Freitas, Souza Fernandes e Simões d'Almeida, cabendo a este último, em nome da comissão municipal republicana, a abertura. A 19 de março de 1908, em vésperas de eleições legislativas, António José de Almeida, será a figura de proa de um comício de propaganda realizado na urbe.

Após 1908, a propaganda republicana em Braga ganha mais visibilidade, quer pelos novos jornais afetos à causa, atrás identificados, quer pela melhor coordenação da atividade política, nas comissões republicanas concelhia, distrital ou paroquiais (nomeadamente, as de S. Tiago da Cividade, S. Lázaro, Maximinos e S. João do Souto, já existentes nas vésperas da República), ou através da realização de comícios. Em abril de 1910, o novo Centro Escolar Bernardino Machado, propõe-se aliar a coordenação da atividade política com a difusão do ensino republicano e laico dirigido para as crianças e para adultos, neste último caso com alguma componente profissional.

Assim mesmo, nas últimas eleições nacionais realizadas durante a Monarquia, a 28 de agosto de 1910, numa lista composta por médicos e advogados e um industrial, o PRP de Braga, mostrando-se impotente para afrontar o caciquismo monárquico, não conseguiria, uma vez mais, eleger qualquer deputado.

A confirmação do sucesso da revolução de 5 de outubro de 1910 só chega a Braga na madrugada do dia seguinte, através de telefone ou telegrama, segundo fonte diversa, antecipando-se em algumas horas à notícia do sucesso da “boa nova” que Luís A. Simões de Almeida e outro correligionário também trariam da cidade do Porto, onde se haviam deslocado para tentarem pôr fim aos boatos cruzados e enervantes – para os republicanos e monárquicos de Braga – que ora davam a revolução como abortada ora a sentenciavam como bem-sucedida. O *Comité Revolucionário de Braga*, presidido pelo republicano Justino Cruz, que havia sido criado algum tempo antes do 5 de outubro, não chegou, porém, a atuar. Depois da proclamação do novo regime, a 7 de outubro, na Câmara Municipal, as autoridades político-administrativas monárquicas cederão cordatamente o lugar a figuras do PRP bracarense.

Manoel Monteiro, o novo governador civil de Braga, ainda que procurando não hostilizar afrontosamente o clero local nos tempos imediatos, não deixará de estar vigilante perante o “inimigo” identificado – a Igreja. A 16 de novembro de 1910, através de um edital, manda cassar um abaixo-assinado que corria no distrito, em

protesto contra diversa legislação emanada do Governo Provisório, alegando que os párocos vinham a usurpar a assinatura de muitos dos seus fiéis, analfabetos.

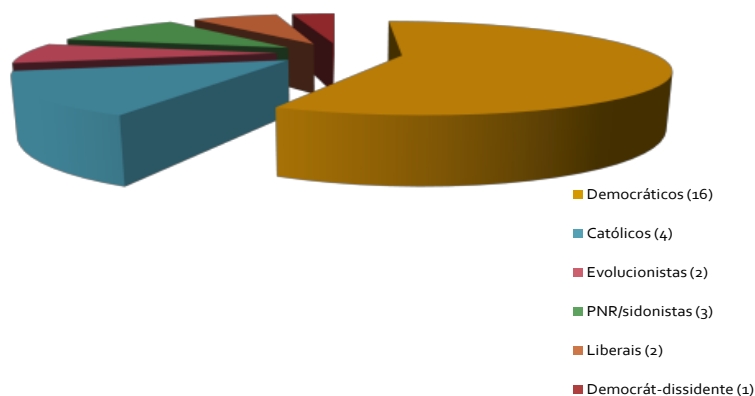
Os monárquicos locais terão a vida dificultada após o 5 de outubro de 1910. O caciquismo republicano também emergirá, e a natural tendência do eleitor em premiar os candidatos do partido governamental virá a favorecer eleitoralmente o PRP e depois os democráticos bracarenses. Mas as vitórias dos democráticos, a partir de 1913 (nas eleições constituintes de 28 de maio de 1911 o PRP de Braga, enfrentando apenas a concorrência de uma frágil lista republicana operária, consegue o pleno nos mandatos), não resultam apenas da dinâmica propiciada pelo facto de o governo em funções ser controlado pelo seu partido. Outro apelativo meio de propaganda dos democráticos – a par de outros que, entretanto, enfatizaremos – consistirá, inquestionavelmente, no facto de poderem alardear que os seus candidatos estarão afetivamente melhor sintonizados com os interesses da área que se propõem representar. Com efeito, comparativamente com os candidatos apresentados pelas forças republicanas concorrentes, ou mais ainda por cotejo com o que sucedera anteriormente nos anos terminais da Monarquia (desde 1890, ponto de partida do nosso estudo, até entre 1910), pode ver-se nos gráficos a seguir apresentados que os candidatos democráticos sobrelevavam-se aos demais na potencial exibição de um *curriculum* bairrista, pois eram em muito maior percentagem “filhos da terra”.

Confrontados com os candidatos monárquicos, aqueles que viriam a ser apresentados aos eleitores pelo PRP ou depois pelos democráticos, os seus herdeiros maiores, apresentavam ainda credenciais socioeconómicas algo menos distante das massas que se propunham representar. Maioritariamente, os candidatos democráticos eram da classe média ou média alta (advogados e professores, fundamentalmente, um médico e um industrial), ao passo que entre os candidatos apresentados pelos partidos dominantes no final da Monarquia se observa um significativo número de proprietários, militares ou comerciantes, a par do também dominante grupo de advogados (ligeiramente mais de cinquenta por cento do total). Muitos dos candidatos ao tempo da Monarquia detinham, quase naturalmente pode entender-se, estatuto de nobre.

Vejamos agora quatro gráficos que ilustram algumas das afirmações que acabámos de fazer:

Gráfico 1

Deputados eleitos no círculo de Braga na 1ª República

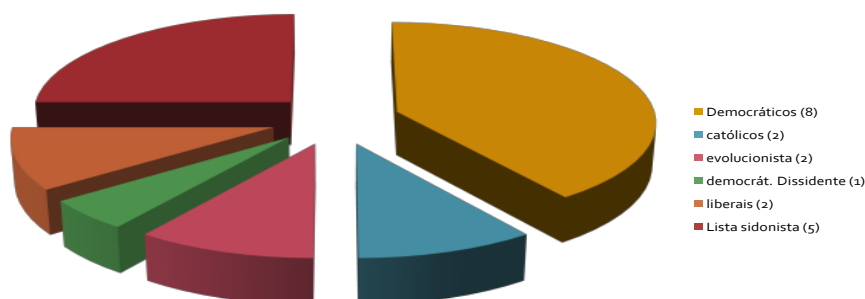


Obs. - Dois deputados católicos são eleitos pelo Centro Católico (1922 e 1925). Os outros dois deputados católicos são eleitos nas listas do PNR (1918) e do Partido Liberal (1921).

Total deputados eleitos: 28

Gráfico 2

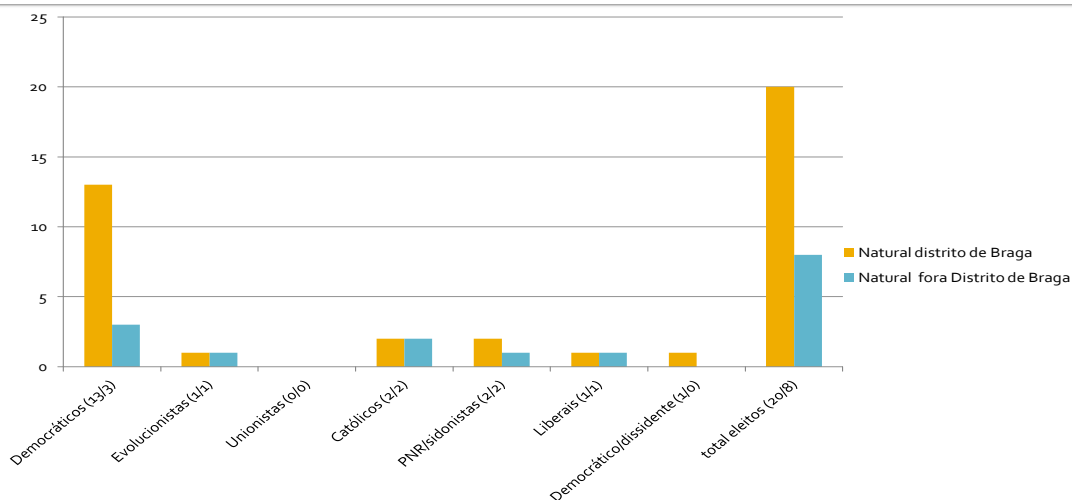
Senadores eleitos por Braga na 1ª República



Obs. - Senadores eleitos a 28 de Abril de 1918 (cinco num círculo que englobava todo o Minho, juntando os distritos de Braga e Viana do Castelo) não estão considerados. Estas eleições foram boicotadas pelos democráticos, evolucionistas e unionistas, em protesto contra a ditadura sidonista instalada.

Gráfico 3

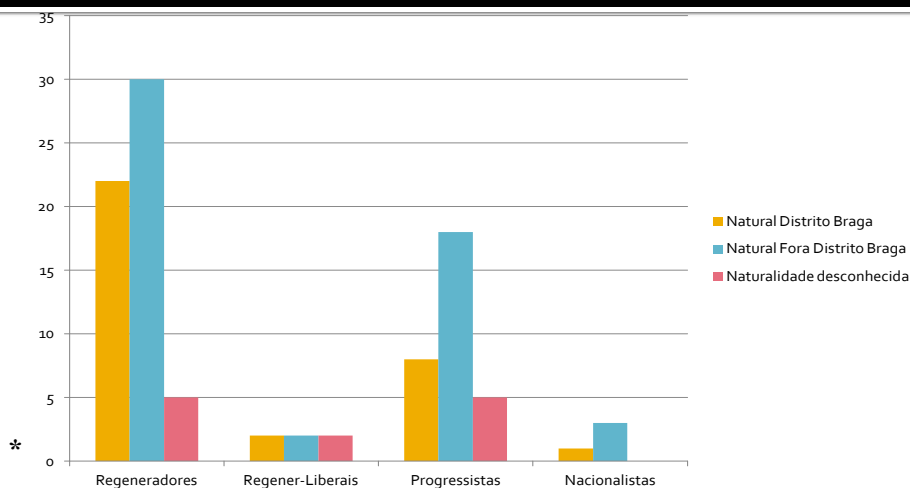
Naturalidade dos deputados eleitos pelo círculo de Braga na 1ª República (1910-1926)



Obs. - Um dos quatro deputados Católicos é eleito nas listas do PNR (eleições 1918) e outro nas listas do Partido Liberal (eleições 1921).

Gráfico 4

Naturalidade dos deputados eleitos por Braga e Distrito de Braga no final da Monarquia (1890-1910)*



Obs. - O gráfico engloba os deputados eleitos pelo Círculo de Braga (eleições de 1890, em Janeiro e de Abril; eleições de 1893 e 1894) bem como os deputados eleitos pelo círculo de todo o Distrito de Braga (nos restantes atos eleitorais, 1896 a 1910).

Mas outros contributos ou ações se mostraram relevantes para o sucesso eleitoral do PRP/democráticos em Braga, conforme já dissemos. A partir de 1913, uma facção dos democráticos bracarenses, entretanto dominante, alardeia publicamente a sua intenção

de abrir o partido a todas as pessoas de bem que queiram servir o novo regime republicano, acabando mesmo por promover, mais abertamente, a reciclagem de protagonistas monárquicos locais (até 1910), sobretudo do partido Progressista, que não se tivessem destacado em desmandos caciqueiros. Aliás, numa ilustração de que a reciclagem de monárquicos locais estaria já em curso – mas de forma insuficiente, entende-se –, o manifesto/convite, datado de 6 de janeiro de 1913³⁶⁸ onde se apela à *verdadeira integração na vida política do país, sob o novo regímen, de tantos elementos de valor social, que a ela se tem conservado alheios ou indiferentes*, surgirá também subscrito por José Leão Ferreira da Silva, o vice-presidente da Câmara Municipal de Braga, em representação dos progressistas, à data de 5 outubro de 1910. Esta personagem virá entretanto a alcandorar-se a lugares de relevo na política local em representação dos democráticos (designadamente na condição de presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Braga entre 1919, após a Monarquia do Norte, e o final de 1921), mas podemos ainda citar, entre outros, o caso de Augusto Casimiro Monteiro, figura que fora eleita deputado em lista dos regeneradores na última eleição da Monarquia (agosto de 1910) e que em junho de 1915 aparecerá como senador eleito pelos democráticos. Perante os exemplos da adesão de alguns conhecidos monárquicos locais ao partido mais conotado com a nova ordem republicana, aos eleitores bracarenses sobejariam, pois, menos escrúpulos ao contribuir para as vitórias do partido agora mais identificado com o poder.

Quanto a eventuais incongruências entre uma consciência católica dos eleitores e o empréstimo do seu voto aos democráticos, deve reter-se, por um lado, que o catolicismo prevalecente nas massas terá pouca consistência doutrinária, e por outro, poderá relevar a favor dos democráticos o facto de um ou outro clérigo lhes emprestar público apoio, de forma direta ou apenas tácita.

No conjunto da massa imensa dos analfabetos portugueses não admirará que assim seja, mas também entre os eleitores, obrigatoriamente alfabetizados, podemos sem grande risco supor que a sua formação religiosa apresentará visíveis debilidades, atendendo, designadamente, à centralizada e tutelar doutrinação religiosa dos fiéis católicos emanada do Concílio de Trento. A 19 de abril de 1917, ainda que certamente na procura de um prestável álibi para um antecipado fiasco eleitoral em Braga³⁶⁹, num

³⁶⁸ Mas publicado no semanário republicano *O Imparcial* a 1 de março seguinte (Ano I, nº 29, p. 1).

³⁶⁹ Nas eleições suplementares para a Câmara de Deputados, que se realizariam a 15 de julho de 1917 no círculo eleitoral de Braga (para preencher a vaga deixada por Manoel Monteiro), o candidato apresentado pelo Centro Católico, Diogo Pacheco Amorim, sairá derrotado por Fonseca Lima, o candidato dos democráticos.

“editorial” do 1º número do semanário do recém-criado Centro Católico (*Actualidade*, dirigido pelo padre Silva Gonçalves) explica-se a menor valorização das credenciais deste partido entre os católicos porque, de facto, a *ignorância religiosa é mais geral e profunda do que muita gente pensa*. Ainda neste mesmo editorial, com algum desdém misturado com acidez desbragada, qualifica-se ainda a formação dos católicos portugueses da seguinte forma:

“se á maneira do primeiro catechismo, fizessemos á mor parte dos catholicos portugueses a pergunta – sois catholico? – responderiam quasi todos: sim, pela graça de Deus. E o que é ser cathoico? Ser catholico, acrescentariam, ser catholico é ser baptizado e nem roubar nem matar... Que apertados horizontes! Tal qual responderia um cidadão da Guiné: ser catholico é preto ser baptizado, não comer branco nem beber aguardente até cahir.”

Mas a responsabilidade pelo sucesso dos democráticos na cidade de Braga caberá também a muitos párocos, que não propalam – como deveriam, entende o padre Mariz – entre os católicos a necessidade de os mesmos votarem no “Centro”, adotando, ao invés, uma postura de passividade, assente no medo do seu afastamento do múnus sacerdotal pelo poder político, ou mesmo uma colaboração interesseira com o poder dominado pelos democráticos³⁷⁰. Manuel Giesteira, o padre da freguesia de Marinhas (concelho de Esposende), numa carta aberta dirigida ao seu arcebispo de Braga (publicada no semanário *O Liberal* em 11/04/1920), corrobora, de algum modo, esta visão quando se afirma perseguido pelo mais alto prelado bracarense em virtude de, tal como sucedia com muitos outros padres, ser publicamente reconhecida a sua simpatia para com os democráticos.

³⁷⁰*Que tem feito os Catholicos? E que tem feito bastantes parochos e padres? [sic]. Muitos são catholicos no nome, mas na realidade arranjistias. Porque a câmara democrática, porque a auctoridade democrática protejem um negociosinho, em que se ganha uns tantos centos de mil reis, outras vezes contos de reis, embora especulando vergonhosamente com a miséria do povo, votam com os seus amigos nos democraticos ou, com o disfarce da abstenção, consentem em que o cacique democrático os arrebanhe.*

*Bastantes parochos e padres, apegados ao passal que arrendam, ou manietados pelo medo da expulsão, ou dormindo o sonno do commodismo, não se mexem, nem explicam com desassombro ao povo a obrigação de votar nos candidatos próprios do Centro Catholico, e, na falta destes nos homens honestos e conscienciosos, que o Centro apoiar (MARIZ – O desterro dos Senhores Arcebispos. *Actualidade*. Braga. Ano I, nº 34, 6/12/1917, p. 1).*

Em suma, podemos insistir que os democráticos bracarenses medraram politicamente um terreno potencialmente hostil, porque, como acabámos de ver, para além de beneficiarem entre os eleitores do fascínio propiciado pelo seu recorrente controlo do poder – num remodelado caciquismo republicano –, pugnaram, de facto, ativamente na propaganda do republicanismo, interessaram-se pela atração de elites moderadas anteriormente comprometidas com a Monarquia, conseguiram que não lhes fosse colocada em absoluto a imagem de inimigos da religião católica e, ademais, apresentaram perante os eleitores candidatos com credenciais bairristas mais convincentes.

A acção e influência de Antão de Carvalho no republicanismo duriense³⁷¹

Carla Sequeira

Investigadora do CITCEM/ FLUP

Introdução

Antão Fernandes de Carvalho (1871-1948) foi um líder político destacado da Região Duriense entre os finais da Monarquia e o início do Estado Novo, que alcançou projeção nacional, na qualidade de deputado, senador e ministro.

Nesta primeira abordagem ao seu percurso biográfico, situar-nos-emos na sua Acção política entre 1891 e 1910, procurando identificar o seu papel na transformação da Régua num baluarte republicano ainda durante a Monarquia, bem como os mecanismos de afirmação do republicanismo na Região Duriense.

Antão de Carvalho nasceu em Vila Seca de Poiães (concelho de Peso da Régua), em 1871. Encontrava-se a estudar Direito em Coimbra quando se deu o «ultimato inglês», decidindo-se a assinar, juntamente com Afonso Costa, António José de Almeida e João Menezes, o manifesto de 13 de Novembro de 1890 contra o regime monárquico.

A sua participação neste ato era coerente com a adesão ao ideal republicano, que afirmava professar desde os 15 anos. Revia-se, assim, num manifesto de teor radical, que preconizava o derrube da monarquia, ao mesmo tempo que exigia a renovação das classes dirigentes do partido republicano por considerar que se perdera uma oportunidade de concretizar a revolução³⁷².

Abraçando a via revolucionária, Antão de Carvalho viria a tomar parte ativa na Revolta de 31 de Janeiro de 1891, como membro do comité revolucionário da Régua, e a integrar o «Grupo Republicano de Estudos Sociais», em 1896. Desta forma, incluía-se, de pleno direito, na «geração do *Ultimatum*», vindo a assumir uma posição importante dentro do Partido Republicano Português, como seria reconhecido pelos seus contemporâneos³⁷³.

³⁷¹ Trabalho financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011.

³⁷² Cf. *O manifesto dos estudantes de Coimbra*. «A República Portuguesa», 16 Novembro 1890, p. 1-2; CATROGA, F. (2010), *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3.^a edição, Lisboa, Casa das Letras, p. 81.

³⁷³ Cf. *Galeria Republicana*. «A Voz Pública», 11 Agosto 1895, p. 1.

Advogado de sucesso e ativo militante do PRP

Antão de Carvalho foi um daqueles líderes locais com uma importância central para o desenvolvimento do partido, concretamente na Régua e Trás-os-Montes³⁷⁴. Devido à sua participação ativa na política republicana em Coimbra, ao lado de Afonso Costa, de quem se manteve sempre próximo, depositavam-se nele esperanças quanto ao futuro do movimento republicano³⁷⁵.

E, de facto, a sua ação veio a mostrar-se de grande relevância. Foi por sua iniciativa que se constituiu, na Régua, em 1895, uma das primeiras comissões municipais republicanas de Trás-os-Montes, em resposta ao repto do Congresso republicano de Março desse ano³⁷⁶. Presidida por Antão de Carvalho, era constituída por elementos ligados às profissões liberais, (médicos e advogados), a par de comerciantes e proprietários. Nos anos seguintes, assistir-se-ia à adesão de novos membros e planeava-se a eleição de comissões paroquiais, bem como a fundação de um centro de propaganda. Paulatinamente, ia-se afirmando um núcleo republicano que, em seu entender, tinha «destaque pelas qualidades e cada vez mais poderoso atravessava todas as crises do partido republicano»³⁷⁷.

Em 1900, quando o PRP decidiu pôr fim ao período de abstenção e relançar-se na corrida eleitoral, surgiram, no Alto Douro, duas candidaturas: de Antão de Carvalho (pelo círculo de Peso da Régua) e de Carlos Richter (pelo círculo de Alijó). Este factorepresentava um enorme desafio, uma vez que Trás-os-Montes era «um dos bastiões de Teixeira de Sousa»³⁷⁸.

Através da imprensa apelou-se ao voto em Antão de Carvalho, apresentado como um exemplo de altruísmo patriótico e representante de uma nova era de justiça e moralidade.

Tal como se esperava, as eleições ficaram marcadas pela influência do caciquismo local, com o administrador da Régua a mandar prender quatro republicanos de Poiães.

³⁷⁴ Cf. SAMARA, M. A. (2010), *O republicanismo*. In ROSAS, F.; ROLLO, M. F. (coord.) (2010), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta da China, p. 73-74.

³⁷⁵ Cf. *Galeria Republicana*. «A Voz Pública», 11 Agosto 1895, p. 1.

³⁷⁶ cf. «A Voz Pública» de 7 de Março de 1895.

³⁷⁷ *A marcha de uma ideia*. «O Povo do Norte», 13 Junho 1909, p. 1-2.

³⁷⁸ LOPES, F. F. (1994), *Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 50.

Por outro lado, os progressistas, que não apresentaram candidato³⁷⁹, abstiveram-se com medo de retaliações das autoridades, prejudicando a candidatura republicana, que não terá obtido mais do que 140 votos.

Reorganização do PRP. Candidato pelo Porto

A partir de 1904 assistir-se-ia a um esforço de reorganização do movimento republicano, impulsionado pelas comissões paroquiais de Lisboa, Porto e Coimbra³⁸⁰. Neste contexto, e por indicação direta de Afonso Costa, Antão de Carvalho foi incluído na lista da Comissão Reorganizadora do PRP na Região Norte, vindo a ser eleito como suplente. Nesta data, era já uma figura bem conhecida e estimada na cidade do Porto, com quem tinha uma ligação vincada através de António Amorim de Carvalho, natural da Régua e membro da comissão municipal portuense.

O processo de renovação do PRP intensificou-se a partir de 1906, particularmente com o governo de João Franco, aproveitando a crise político-partidária então vivida³⁸¹. É nesse contexto de propaganda e ataque ao regime que se insere a conferência proferida por Antão de Carvalho, em Julho desse ano, em Lamego, a convite da comissão republicana local. Dissecando o programa doutrinário de João Franco, acusava-o de ignorar a crise que assolava o Norte do país, preocupando-se apenas em, «governando à inglesa»³⁸², conquistar votos. Por outro lado, seguiu uma estratégia de confronto³⁸³ com as autoridades, ao contrariar as ordens do administrador do concelho e insistir em assomar à frente do camarote do teatro da cidade, onde iria assistir a um espetáculo nessa noite, a fim de saudar a assistência que entusiasticamente o aplaudia.

Nesse ano ainda, Antão de Carvalho foi integrado na lista de candidatos pelo Porto, nas eleições de Abril e Agosto. Tratava-se de uma estratégia de penetração do republicanismo no interior do país, uma vez que o círculo pelo qual concorria estendia-se até Baião. Este mesmo propósito seria confirmado por Paulo Falcão, argumentando com o facto de ser conhecido em toda a região duriense. Os resultados eleitorais

³⁷⁹ Segundo Pedro Tavares de Almeida, era tradição não haver combate eleitoral no círculo da Régua (cf. ALMEIDA, P. T. (1991), *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, p. 156-157).

³⁸⁰ Cf. SAMARA, M. A. (2010), p. 66.

³⁸¹ Cf. CATROGA, F. (2010), p. 89.

³⁸² *Partido Republicano. Em Lamego. A conferência do Dr. Antão de Carvalho - Notas alegres e..., notas originais.* «A Voz Pública», 18 Julho 1906, p. 1.

³⁸³ Cf. RAMOS, R. (2001), *A segunda fundação.* «História de Portugal» (dir. José Mattoso), vol. 6. 2.^a edição, Lisboa, Editorial Estampa, p. 298.

demonstrariam ter sido uma boa aposta, uma vez que Antão de Carvalho seria dos candidatos republicanos mais votados³⁸⁴.

Antão de Carvalho empenhou-se de modo particular na campanha eleitoral, discursando em diversos comícios (Porto, Vila Nova de Gaia), ao lado de João Chagas, Alfredo de Magalhães e Flório Toscano, reafirmando-se como um revolucionário e não como um teórico. O seu programa político compreendia os problemas sociais: agricultura e proteção aos proletários; a luta eleitoral era apenas um processo de propaganda, de «educação política»³⁸⁵, na qual se tornava necessário interessar os trabalhadores agrícolas. Alinhava, assim, pelo estilo de propaganda do PRP, que procurava mobilizar todas as classes, em especial os trabalhadores, «procurando mostrar-lhes que qualquer reforma social pertinente seria impossível sem a prévia instauração da República»³⁸⁶.

Propaganda republicana em Trás-os-Montes e Alto Douro

A estratégia de afirmação do PRP no Alto Douro passaria também pela defesa da «questão duriense», marcada pela conflitualidade entre a viticultura do Sul e a do Douro. Em 1907, discutia-se na Câmara dos Deputados o projeto do Governo de regulamentação do sector e demarcação da região produtora dos vinhos generosos do Douro. Antão de Carvalho estava especialmente empenhado nesta causa, e contava com o apoio de Afonso Costa, cujas intervenções, no Parlamento, se tornavam conhecidas na Régua, através da leitura do jornal *O Mundo*. Além disso, Antão de Carvalho decidiu afixar e distribuir «profusamente» o discurso proferido por Afonso Costa, a quem agradeceria, por carta, «a calorosa defesa da nossa causa. Politicamente o efeito foi magnífico. A defesa republicana quando as promessas do Rei falhavam miseravelmente foi um golpe de mestre»³⁸⁷. Esta estratégia daria frutos logo no ano seguinte.

De facto, o ano de 1908 seria decisivo para o republicanismo duriense. Antão de Carvalho seria novamente candidato pelo Porto, e também por Lamego, nas eleições de Abril. Assistir-se-ia a uma intensificação da propaganda republicana a norte, realizando-se o primeiro comício republicano em Chaves (promovido pela comissão republicana

³⁸⁴ Cf. *Eleições*. «A Voz Pública», 1 Maio 1906, p. 1 e *Eleições*. «A Voz Pública», 31 Agosto 1906, p. 2.

³⁸⁵ CATROGA, F. (2010), p. 63.

³⁸⁶ Idem, p. 70.

³⁸⁷ MARQUES, A. H. O. (1982), *Correspondência política de Afonso Costa (1896-1910)*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 269.

local, presidida por António Granjo) e Paredes. Em ambos Antão de Carvalho participaria, juntamente com elementos da Comissão Republicana do Porto. As suas intervenções ficariam marcadas pela «centralidade da questão política»³⁸⁸, através do ataque ao regime e da exaltação da forma republicana de governo.

Ainda neste ano, crescia o número de centros e comissões republicanas durienses, de que é exemplo a eleição da comissão municipal republicana de Alijó, presidida por Carlos Richter, igualmente um republicano de longa data.

A real influência de Antão de Carvalho no desenvolvimento do republicanismo na Região Duriense ficaria demonstrada no resultado das eleições municipais de 1908, em que o Partido atingiria uma significativa vitória na Régua. Desde 1903 que o executivo reguense era liderado por regeneradores. Com o franquismo, a câmara, presidida por Júlio Vasques, fora dissolvida. Nas eleições de 1908, debatiam-se duas fações: teixeiristas e azevedistas, estes últimos dominando as autoridades locais. Seria a primeira vez que haveria combate eleitoral. Júlio Vasques, pertencendo à fação teixeirista, decidiu formar uma lista própria, incorporando elementos republicanos. Este facto não é de estranhar pois Júlio Vasques pertencia ao círculo de amigos de Antão de Carvalho e fizera parte, em tempos, da comissão municipal republicana, chegando a integrar a sua comissão executiva. Era, pois, uma solução que servia às duas partes, dado o prestígio dos dois notáveis locais.

De acordo com o relato dos jornais, a luta foi renhida. Contudo, a lista oposicionista, de minoria republicana, saiu vencedora. Este acontecimento foi considerado como uma prova do avanço das ideias republicanas no país. Por outro lado, e como refere Joaquim Romero Magalhães, «era a resposta da população à crise vinícola que se arrastava»³⁸⁹.

Estes resultados conduziram a uma intensificação da propaganda republicana, na qual se empenhou o próprio Directório, como exemplifica a participação de Bernardino Machado num comício em Moimenta da Beira, em Março de 1909, promovido pela respetiva comissão municipal republicana.

Em simultâneo, Antão de Carvalho participava activamente na organização de várias comissões republicanas municipais em Trás-os-Montes e Alto Douro, como foi o caso da comissão de Sabrosa. A eleição, em Junho desse ano, contou com a sua presença, na qualidade de representante do Directório. A lista, proposta por Alexandre de Barros, era constituída maioritariamente por proprietários. Antão de Carvalho

³⁸⁸ SAMARA, M. A. (2010), p. 70.

³⁸⁹ MAGALHÃES, J. R. (2009), *Vem aí a República! 1906-1910*, Coimbra, Edições Almedina, p. 196.

aproveitou para sobrevalorizar a questão política, ao afirmar que a República seria a salvação do país. Assumindo-se como propagandista das ideias democráticas, incitava os novos correligionários a colaborarem com o Directório a fim de que a República fosse «em breve um facto»³⁹⁰. O seu objectivo era, pois, fazer crescer a rede de influência republicana que se ia formando no Alto Douro.

Proclamação da República

Antão de Carvalho sempre se afirmou um revolucionário. Alinhara na estratégia de apresentar o partido como uma instituição «eleitoralista e ordeira, capaz de governar»³⁹¹. Mas, quando se impôs o caminho revolucionário, no congresso de 1909, rapidamente aceitou integrar o Núcleo Revolucionário de Chaves, juntamente com António da Silva Correia (republicano reguense de longa data e amigo de Antão de Carvalho), José Mendes Guerra, Vítor Macedo Pinto e António Granjo. No mesmo sentido, viria ainda a ser o líder da Junta Revolucionário do Norte e Beiras. Juntava-se, assim, a todos os militantes que consideravam que apenas a via eleitoral não seria capaz de impor a República³⁹². Era preciso fazer a revolução.

Quando esta acontece, a 5 de Outubro de 1910, Antão de Carvalho era vice-presidente da câmara da Régua. Segundo a imprensa da época, a notícia dos acontecimentos foi recebida no dia 7, desencadeando manifestações populares de regozijo. A proclamação da República teria lugar no dia 10, no salão nobre dos paços do concelho. Antão de Carvalho, exaltando a heroicidade do exército e profetizando um novo caminho de progresso, através da instrução e fomento da agricultura, comércio e indústria, declarava «extinta perpetuamente a realza em Portugal» e proclamava a República. De seguida, depôs o executivo camarário, investindo nessas funções a comissão municipal republicana e assumindo a presidência da câmara, cargo que ocuparia até 1926, de forma quase ininterrupta.

Conclusão

³⁹⁰ *A marcha de uma ideia*. «O Povo do Norte», 13 Junho 1909, p. 1-2.

³⁹¹ SAMARA, M. A. (2010), p. 75-76.

³⁹² Cf. CATROGA, F. (2010), p. 67.

O processo de republicanização da região duriense ficou marcado pelas «dificuldades de penetração e de actuação no norte rural», conforme refere Joaquim Romero Magalhães³⁹³.

O carácter anticlerical do movimento republicano terá contribuído para o afastamento de uma população rural e marcadamente católica³⁹⁴.

Contudo, Antão de Carvalho conseguiu ultrapassar as contingências e congregar adeptos para a causa republicana, através de um discurso e uma acção ao encontro dos interesses das populações. Membro activo do partido republicano português, soube capitalizar a rede de influências que foi criando, desde os tempos de Coimbra, a favor da causa duriense. Dessa forma, conseguiu despertar o interesse e a colaboração não só das massas, mas também dos próprios notáveis locais, contribuindo para o triunfo da causa republicana.

Fontes

«Cinco de Outubro» (Peso da Régua) 1908

«O Mundo» (Lisboa), 1908-1910

«O Povo do Norte» (Vila Real) 1907-1910

«A República Portuguesa» (Porto), 1890

«A Voz Pública» (Porto) 1891-1909

Bibliografia

AIRES, R. (2010), *A República no distrito de Vila Real*, Vila Real, Maronesa

ALMEIDA, P. T. (1991), *Eleições e caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel

CATROGA, F. (2010), *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3.^a edição, Lisboa, Casa das Letras

LOPES, F. F. (1994), *Poder político e caciquismo na 1^a República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa

MACHADO, J. M. (1998), *A República em Chaves*, Chaves, Grupo Cultural Aquae Flaviae

³⁹³ MAGALHÃES, J. R. (2009), p. 29.

³⁹⁴ Cf. SAMARA, M. A. (2010), p. 73-74.

- MAGALHÃES, J. R. (2009), *Vem aí a República! 1906-1910*, Coimbra, Edições Almedina
- MARQUES, A. H. O. (1982), *Correspondência política de Afonso Costa (1896-1910)*, Lisboa, Editorial Estampa
- MARTINS, R. (1948-1951), *Vermelhos, brancos e azuis: homens de Estado, homens de armas, homens de letras*, Lisboa, Vida Mundial
- RAMOS, R. (2001), *A segunda fundação*. «História de Portugal» (dir. José Mattoso), vol. 6. 2.^a edição, Lisboa, Editorial Estampa
- ROSAS, F.; ROLLO, M. F. (coord.) (2010), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta da China
- SEQUEIRA, C. (2000), *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto, GEHVID/ CIRDD
- SEQUEIRA, C. (2011), *O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional*. Porto, CITCEM/ Edições Afrontamento

Cunha Leal e o regime republicano nos primórdios da década de 30 (1930-1933)

Júlio Rodrigues da Silva

Centro de História da Cultura – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL

Enganei-me.

Na década de 30 do século XX, o engenheiro Cunha Leal repensou a sua concepção da república e do republicanismo à luz da anterior experiência política. O ponto de partida foi a ruptura com a Ditadura Militar - Agosto de 1929 a Fevereiro de 1930 - em torno de três questões: o orçamento de 1928-1929, o contracto entre o Estado e o Banco Nacional Ultramarino e o papel do Banco de Angola, de que era director. No primeiro caso, considerou o *deficit* orçamental excessivo, no segundo inaceitável o prejuízo para o estado e no último discordou totalmente da política colonial.³⁹⁵

A dissidência levou-o a uma revisão da actividade política desenvolvida durante a Primeira República (1910-1926). Narra de forma sintética o itinerário da sua vida, desde a adesão juvenil aos ideais republicanos até à profunda desilusão com o sistema político, na sequência dos trágicos acontecimentos da “Noite Sangrenta” de 19 de Outubro de 1921. A experiência vivenciada ao tentar salvar a vida do primeiro-ministro António Granjo e o assassinio de Machado dos Santos, Carlos da Maia e Botelho de Vasconcelos, chocaram-no profundamente. As emoções do momento induziram-no a acusar injustamente o povo, confundindo-o com os autores destes terríveis crimes. O reconhecimento deste erro de apreciação traduz-se num *mea culpa* que resumiu na expressão *enganei-me* e lhe permite atribuir a responsabilidade à “escumalha” manobrada pelos monárquicos. O elogio do “bom povo” contrapõe-se à crítica das “classes conservadoras” nas quais julgou poder encontrar apoio para a regeneração do país. Considerou-as capazes de abandonar “as esperanças sebastianistas do regresso ao passado” e tornarem-se uma força capaz de disciplinar a marcha do progresso. Na verdade, esperava contar com os conservadores portugueses para orientar o processo de “socialização crescente dos meios de produção”, motivado pela concentração industrial e o intervencionismo estatal. Pura

³⁹⁵ Cf. LEAL, Francisco Cunha. (1930a), *A obra intangível do dr. Oliveira Salazar*, Lisboa, Editor: o autor, p.137. Ver também: IDEM. (1930b), *História do conflito entre um ministro das finanças e um governador do Banco de Angola*, Lisboa, Edição do autor, p.125-127.

ilusão! Após o 28 de Maio de 1926 tornaram-se “desordeiros políticos”, ficando agarrados a uma visão monárquica, arcaica do mundo, suicidando-se politicamente. Em resumo, não estiveram à altura do seu papel histórico, deixando como alternativa a única “realidade política” capaz de sobreviver à ditadura: “o povo”. Com efeito, ocupa de novo o primeiro lugar da cena política, sendo o agente principal de um esforço de republicanização do “Estado” e das “forças vivas” do país. A crença incondicional de Cunha Leal nas suas virtudes é um paradoxal regresso aos ideais da juventude e o encerrar de um ciclo da sua vida³⁹⁶. O retornar às fontes da cultura republicana é, ao mesmo tempo, um renascimento político, viabilizando a procura de novas soluções para os problemas nacionais³⁹⁷. Porém, primeiro é necessário dilucidar o apoio inicial e aparentemente ambíguo de Cunha Leal à Ditadura Militar.

A ditadura breve e a ditadura eterna.

As suas reflexões começam com a análise das diferenças entre dois tipos de ditadura: a “ditadura breve” e a “ditadura eterna”. A primeira, temporária e provisória, era pensada no interior do espaço político do sistema republicano criado pela Constituição de 1911. Na sua opinião, a necessidade de evitar a desintegração da república justificava uma intervenção antidemocrática de “cima para baixo” e não de “baixo para cima”. Numa emergência pública este regime de excepção justificava-se por permitir agir rapidamente na resolução dos problemas nacionais. A instituição romana correspondente surgiu no seu espírito como o modelo de uma “ditadura breve”, ou provisória, passível de ser enquadrada nas instituições da república. O ditador escolhido entre os membros da elite romana concentrava em si todos os poderes para fazer face a uma ameaça extrema à Pátria. Esta magistratura excepcional era totalmente legítima, legal e não induzia qualquer ruptura no normal funcionamento das instituições políticas. A opção por esta ditadura meritocrática, de base democrática identifica-o com o modelo do republicanismo clássico, mas modernizado. A impossibilidade prática da sua aplicação na ambiência do final da Primeira República, conduziu à substituição do ditador individual pela intervenção colectiva do exército. Contudo, estabelece de imediato uma diferenciação entre o exército que limita o seu papel a auxiliar do poder e

³⁹⁶ Cf. LEAL, Francisco Cunha. (1930c), *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o Império Colonial Português*, Editor : o autor, p.174-176.

³⁹⁷ Cf. IDEM. (1932), Prefácio Caderno n.º 2, Os partidos políticos na República portuguesa, *Os meus cadernos. Economia, Finanças, Política, Sociologia*, La Coruña, Imprensa Moret, p.15

o “exército governador”. Recusa a actuação da força pública, nos anos decorridos desde 1926, pois assumiu as funções do executivo que lhe eram estranhas. O esclarecimento desta questão exige da sua parte uma reflexão em torno das duas concepções da ditadura: “a ditadura breve” e “a ditadura eterna”.

A primeira colocando-se no quadro do regime republicano teria como principal objectivo a reforma das instituições partidárias da República de forma a garantir o equilíbrio político: a refundição dos partidos de esquerda e a formação de um grande partido conservador aglutinando as forças republicanas de direita. Outros intentos eram: a redução do deficit orçamental, o impulsionar da economia nacional, o melhoramento das estradas, dos centros urbano, as obras de fomento e o desenvolvimento das colónias.³⁹⁸

Tratava-se de dar corpo a um conjunto de iniciativas destinadas a fortalecer o regime republicano e não a destruí-lo. No interior do quadro constitucional aceita a existência de um regime de excepção temporário semelhante ao da Constituição Alemã de Weimar(1919).³⁹⁹

O modelo alternativo não se identifica com este projecto musculado de regeneração da república. A proposta vencedora assenta na permanência da ditadura, constituindo um regime sem relação com a “República”, assente em dois pressupostos: a recusa da democracia a favor de uma oligarquia e de um poder político autoritário ilimitado e sem controlo de ninguém. A continuidade da “nova” ditadura significa necessariamente a destruição dos princípios republicanos. A dinâmica interna da ditadura depende da interpenetração de duas tendências opostas: a republicana e a monárquica. O golpe de estado contra Mendes Cabeçadas, poucos dias depois do 28 de Maio de 1926, traduziu a vitória dos “azuis e brancos” sobre os “vermelhos”. Triunfo reforçado pelo “erro de palmatória” dos dirigentes republicanos ao entrarem directamente em choque com os homens da ditadura protagonizando revoltas e conspirações. A consequência foi impedir a união de todos os republicanos e reforçar a hegemonia da tendência monárquica no seio da ditadura. O mais grave projecta-se noutro plano: o “durar” da ditadura com a subsequente desordem económica e financeira sob a “falsa etiqueta republicana”. A eternização do regime traduz também a conquista dos principais postos-chave do estado pelos monárquicos. A subversão interna da república conduz à necessidade de “comprar” indivíduos e satisfazer

³⁹⁸ Cf. LEAL, (1930^a):11-17.

³⁹⁹ IDEM . (1931), *Ditadura, democracia ou comunismo?*, O problema português, La Coruña, Imprenta Moret, p.163.

interesses, prejudicando claramente as finanças do estado ⁴⁰⁰. As características do regime incluem ainda a violação básica de um dos fundamentos da ordem republicana ao assumir uma faceta nitidamente clerical: a aliança da Igreja Católica com o poder pessoal de Salazar, lembrando o antigo absolutismo de inspiração divina. Assume igualmente a consonância duma ditadura administrativa e oligárquica anti-democrática ⁴⁰¹. Assim sendo, compreende-se que Cunha Leal defina o regime como uma “ditadura, fradesca, despótica e incompetente”, pondo em causa a sua eficácia na resolução dos problemas económicos do país ⁴⁰².

As elites republicanas

A procura de alternativa política implica uma crítica do passado recente e passa pela reflexão sobre as elites republicanas. Cunha Leal responsabiliza-as pelas dificuldades na luta pela liberdade e pelas suas insuficiências na liderança do movimento popular ⁴⁰³. Contudo, a relação tensa das massas com as elites nacionais tem um longo passado, pois nasceu da ilusão popular sobre as riquezas nacionais. O povo das cidades acredita na existência em território nacional de imensas riquezas inexploradas devido à incapacidade dos governantes. A atitude tem como resposta por parte dos governantes - “na sua pobre insignificância” - o desprezo pela multidão que consideram incapaz de os compreender. Esta mediocridade dos dirigentes explica a ignorância e a de “mentalidade de servos da gleba” do povo do rural”. A ausência da actividade política desta parte da população nacional tem como corolário a “insuficiência das elites nacionais”. Assim sendo, o mais grave pecado é a manutenção da massa camponesa num estado servil passível de dar lugar ao seu despertar violento ⁴⁰⁴. A República tinha sido uma tentativa para remediar esta situação, no período da propaganda contra o regime monárquico. Tratava-se de substituir a esgotada elite monárquica por uma nova camada de dirigentes republicanos capaz de empunhar o facho do progresso. ⁴⁰⁵ No entanto, em 5 de Outubro surgiu uma pseudo-elite republicana interessada em manter o *status quo* social anterior. A “revolução” foi escamoteada, com pesadas consequências no campo do ensino, existindo ainda cerca de

⁴⁰⁰ LEAL, (1930a):17-21.

⁴⁰¹ Cf. IDEM. (1932):10-13.

⁴⁰² Cf. IDEM.(1930c):169-170.

⁴⁰³ Cf. LEAL, (1931):5-6.

⁴⁰⁴ Cf. IDEM, *ob. cit* :110-112.

⁴⁰⁵ Cf. LEAL. (1932):72-81.

60% de analfabetos. O ensino superior manteve-se dominado por reaccionários, pervertendo o espírito da mocidade. Os dirigentes continuaram a ser recrutados nos círculos partidários, sofrendo dos mesmos males do passado. Em resumo, a sociedade estagnou do ponto de vista moral e o abismo entre governantes e governados manteve-se ⁴⁰⁶.

Os factos explicam a impossibilidade do estado em desempenhar as suas funções: “educador”, “orientador da actividade económica nacional”, “medianeiro entre as classes sociais e os interesses opostos”, “mantenedor da ordem nas ruas e nos espíritos”. Esta concepção intervencionista de Cunha Leal corresponde a um ideal impossível de realizar em Portugal, onde existe um estado parasita e uma “nação improgressiva e abúlica”.⁴⁰⁷ A análise crítica das elites republicanas passa também pela crítica ao facto de pactuarem com a oligarquia tradicional e a reacção política e religiosa. As suas limitações só podem ser ultrapassadas através de uma transformação radical do sistema de ensino nacional. A institucionalização limitada da “escola única”, de Édouard Herriot, permitiria a selecção dos melhores alunos e serviria de base ao alargamento meritocrático do recrutamento social das elites.⁴⁰⁸ O progresso educacional é essencial para desfazer os mitos nacionais, na ausência de uma elite e de uma inteligência competentes. A questão da inteligência das elites está estreitamente relacionada com o progresso intelectual do povo português. A “anestesia da mentalidade portuguesa”, sendo o produto do atraso civilizacional de décadas do “povo anemiado intelectualmente” tem consequências desastrosas para o país. A única forma de ultrapassar esta situação consiste em apelar ao entusiasmo dos “novos”, sem que isso implique uma rejeição dos “velhos”, mas permitindo uma renovação efectiva das elites republicanas.⁴⁰⁹ As suas preocupações materializam-se na publicação da revista *Vida Contemporânea* entre 1934-1936, onde procura cativar as elites intelectuais portuguesas, tendo especial cuidado na captação dos mais jovens.⁴¹⁰

⁴⁰⁶ Cf. LEAL, (1931):113-114 e também:IDEM. (1932):75-76

⁴⁰⁷ Cf. LEAL, (1931):126.

⁴⁰⁸ Cf. IDEM, *ob. cit.*: 153-159.

⁴⁰⁹ Cf. LEAL, (1932): 7-13.

⁴¹⁰ Cf SILVA, Júlio Rodrigues da. (2009), *Cunha Leal e a Vida Contemporânea (1934-1936)* – “Hipóteses do Século – Estudos do Século XX”, Ribeiro, Manuela Tavares (dir.), Pita, António Pedro e Granja, Paulo (coord.), Número 9, Coimbra CEIS20/Imprensa da Universidade de Coimbra, p.251-265.

Um programa de regeneração nacional

A conquista das elites (e por extensão das massas populares) exige um programa mobilizador em torno de um conjunto de propostas que sirvam de base à acção política.

No final do livro “Ditadura, democracia ou comunismo ?” de 1931 apresenta as bases do “Estatuto Constitucional da República Portuguesa”, sintetizando as diferentes reflexões realizadas ao longo do livro.⁴¹¹ A criação, pelo governo de Oliveira Salazar, do Conselho Político Nacional (22/12/1931) tinha como objectivo dar parecer sobre um projecto de constituição. Fora antecedido pela proposta de Cunha Leal de 5 de Maio de 1931, uma alternativa às propostas ministeriais, procurando reduzir as transformações do sistema a uma simples reforma da Constituição de 1911.⁴¹² Aliás, a primeira base do “Programa de Regeneração Nacional” intitula-se significativamente: “Introdução ao “Estatuto Constitucional da Constituição República Portuguesa” de alterações em harmonia com os princípios que passamos a expor”. As novidades no campo dos direitos humanos e sociais incluem a igualdade jurídica entre homens e mulheres, o direito ao trabalho, o direito à educação gratuita no primário e secundário, o direito da propriedade individual com a ressalva do interesse colectivo, o direito de associação extensível aos sindicatos e aos contractos colectivos de trabalho. A excepção é o artigo VI, pois implica uma limitação da liberdade de pensamento e de associação em nome da repressão dos actos revolucionários.⁴¹³

A organização dos poderes dá origem a várias inovações a começar pela eleição das câmaras legislativas por sufrágio universal e pelo sistema de representação proporcional. O senado integra delegados das profissões, mas sem direito de voto desempenhando um papel meramente consultivo. O poder executivo ganha relevância, atribuindo-se-lhe atribuições específicas após a dissolução do Congresso e o início do funcionamento das novas câmaras. Todavia, no essencial, o predomínio do legislativo e a salvaguarda do sistema parlamentar estão garantidos. Entre as disposições subsequentes sobressai a punição dos membros do executivo, do legislativo, da direcção e do conselho fiscal, pelo aumento não autorizado da circulação fiduciária. Um reflexo do escândalo da emissão de notas falsas do «Angola e Metrópole» ou o caso Alves dos Reis que estalou em finais de 1925. As bases seguintes focam questões de ordem

⁴¹¹ Cf. LEAL, (1931):173-184.

⁴¹² Cf. MIRANDA, Jorge, *Manual de Direito Constitucional*, Volume I, Tomo I, Coimbra, Coimbra Editora, 1981, p.249

⁴¹³ Cf. LEAL, (1931):173-184.

financeira e económica, embora as preocupações sociais estejam sempre presentes: redução da despesa pública, reorganização do sistema bancário e da indústria, reforma da agricultura, impulso ao comércio, reforço do pacto colonial, manutenção da aliança com a Inglaterra, mas na base do respeito mútuo. Vamos referir ainda duas bases pela sua importância na concepção da democracia moderna ou avançada ⁴¹⁴: a Base 7.^a centra-se nas condições de trabalho e na integração do operariado através da participação dos operários na gerência das sociedades anónimas, na comparticipação dos lucros e na representação dos sindicatos operários nos Conselhos técnicos da administração pública; a Base 9.^a defende o respeito absoluto de todo o tipo de crenças, mas insiste de forma intransigente no total laicismo do estado português. ⁴¹⁵

Nem um passado que não deixou saudades nem um presente que não honra.

A reflexão subsequente centra-se na forma de pensar um futuro regime republicano, alternativo à ditadura do presente e à república do passado. ⁴¹⁶A solução encontra-se no sistema democrático, ou seja, numa república democrática, conjugando a defesa dos direitos políticos com a satisfação dos anseios materiais do povo. A reconstrução do Estado (presumivelmente destruído pela ditadura militar) tem de acompanhar o deslizar do “povo português activo” para a esquerda e orientando-se por “princípios avançados”. Aliás, o estado moderno nasce da total interpenetração entre as instituições e a nação, servindo “os interesses do maior número de cidadãos” em oposição às habituais oligarquias. ⁴¹⁷ Não se limita também a ser um estado social, ou pelo menos, a reforçar a sua vertente social, mas implica igualmente a republicanização das instituições do Estado. O processo tem de incluir a sociedade civil ou seja, “as forças vivas” (a banca, a indústria, e o comércio) e deve ser feito de forma expedita utilizando os mesmos métodos da ditadura, numa palavra, revolucionariamente. A republicanização significa enterrar definitivamente a política de atracção dos monárquicos, recusando qualquer concessão ou conciliação com os antigos adversários. A vitória total sobre os monárquicos é condição *sine qua non* da tão desejada “nacionalização da República”, óbvio complemento da republicanização do estado.

⁴¹⁴ C. F. SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da. (2011), Crise e democracia no pensamento de Cunha Leal (1931-1933). “Lusitana”, *Série II, n.º 8, História, Lisboa, Universidade Lusitana Editora, [2012]*, p.369-388.

⁴¹⁵ Cf. LEAL, (1931): 173-184.

⁴¹⁶ Cf. IDEM. (1930c):169-170.

⁴¹⁷ Cf. IDEM. (1932),:108-109.

O resultado desta intransigência puritana, jacobina, revolucionária, poderia ser um regresso às origens ideológicas do movimento republicano. Todavia, Cunha Leal rejeita de imediato um retorno a 1891, momento fundador do movimento republicano iniciado com a contestação nacionalista do Ultimatum inglês de 1890. O realismo político, ou a “flexibilidade de ideias” é a única forma capaz de estabelecer um contacto permanente com uma realidade em constante transformação.⁴¹⁸ Assim sendo, compreendem-se as suas duras palavras face aos velhos partidos republicanos que continuam a acreditar que nada mudou no mundo entre 1891 e 1931.⁴¹⁹ A sua crítica vai mais longe, atacando a evolução do original P.R.P. transformado no Partido Democrático de Afonso Costa: uma estranha mescla de radicalismo citadino e conservadorismo rural. O mais grave é o facto de ter sido seguido pelo conjunto dos partidos republicanos da época, divergindo uns dos outros por razões meramente táticas. A indiferenciação ideológica criou uma natural confusão entre esquerda e direita e arruinou o sistema político republicano.⁴²⁰ Qual será então a maneira de restabelecer, ou antes, reinventar a República ? Em primeiro lugar, um bom programa, mas nascido da livre exposição das diferentes ideias existentes no campo da república e de um processo de negociação e mútuas concessões entre os principais líderes partidários. A necessidade de unidade entre os republicanos é essencial para tornar possível a construção de uma alternativa credível à ditadura. Porém, existem duas opções que correspondem a duas tácticas possíveis: a unidade dos partidos republicanos em torno de uma acção comum, ou a fusão num único partido republicano. Cunha Leal prefere a primeira solução, pois é mais fácil de executar, obtendo o apoio de todos sem exigir o sacrifício dos interesses de nenhuma força partidária. No entanto, a questão não pode ser resolvida de forma tão simples por razões históricas que se prendem com as más experiências da Primeira República. A mescla ideológica dos antigos partidos republicanos impedia a clarificação das diferentes correntes políticas e a divisão em radicais e conservadores, ou seja, esquerda e direita. Mantê-la significava alimentar uma indefinição, uma confusão constante, capaz de paralisar ou impedir o normal funcionamento do regime republicano. Os partidos não se tornariam mais homogéneos, não melhorando qualitativamente e sendo problemáticos auxiliares da reconstrução do estado.

⁴¹⁸ Cf. LEAL. (1930c):171-173.

⁴¹⁹ Cf. IDEM. (1931):34

⁴²⁰ Cf. IDEM (1932).89-91

A situação presente impedia, contudo, a organização de um partido republicano único, devido à oposição e perseguição do poder público. A consequência deste facto seria a transformação eventual do partido único numa associação secreta o que não era exequível. O importante seria a manutenção das velhas estruturas dos partidos republicanos, pois era mais eficaz na luta contra a ditadura. No entanto, não deixa de ser uma possibilidade futura que importa não descartar, sendo um bom prenúncio a Aliança Republicano-Socialista. Aliás, um único partido republicano único é essencial para viabilizar a aplicação do programa da reconstrução nacional, mas implica uma disciplina estrita e uma só direcção na construção de um estado democrático ao serviço do povo. Todavia, o partido único seria apenas temporário, devendo dar lugar à criação de novas organizações partidárias ideologicamente bem diferenciadas. A estrutura partidária seria totalmente diversa da Primeira República, não existindo risco de repetir um passado nefasto bloqueando a maturação de uma democracia moderna⁴²¹. Compreende-se, nesta perspectiva, a afirmação de que a futura república será uma democracia política, antecedendo a democracia social em nome da liberdade e preparando o advento da igualdade⁴²².

A recusa da ditadura do presente permite sonhar com um futuro onde o “estado leviatã” será substituído por um estado modesto, compatível com a capacidade tributária da sociedade, ao serviço dos cidadãos e não da oligarquia. Donde a advertência final na qual se defende a passagem da democracia política à democracia social:

“Não mais qualquer homem público ousará opor obstáculos à marcha da colectividade no sentido da igualdade económica, pela lenta transformação da democracia política em democracia social.”⁴²³

⁴²¹ Cf. LEAL, *ob. cit.*:105-114.

⁴²² Cf. LEAL, *ob. cit.*: p.15.

⁴²³ Cf. LEAL, Francisco Cunha, (1932b) Caderno n.º 3, A Obra Financeira e Económica da Ditadura Portuguesa, *Os meus cadernos. Economia, Finanças, Política, Sociologia*, La Coruña, Imprensa Moret, p.151.

O Partido Republicano Nacionalista e o Clientelismo (1923-1935)

Manuel Baiôa

CIDEHUS – Universidade de Évora

O Partido Republicano Nacionalista era a segunda força política no final da I República, tendo liderado um executivo entre 15 Novembro e 18 de Dezembro de 1923. Após o início da Ditadura Militar a elite do PRN perdeu protagonismo, mas continuou a exercitar o seu poder de influência. Neste estudo procuramos descrever e analisar de que forma os membros do PRN participaram no sistema clientelar existente na sociedade portuguesa. Para o estudo do clientelismo na primeira metade do século XX torna-se fundamental o acesso a fontes privadas, particularmente cartas pessoais, para conseguirmos descortinar o entramado de relações que se estabeleciam entre os patronos e os clientes.

O relacionamento entre os membros/simpatizantes e os líderes do PRN estava marcado muitas vezes pelo clientelismo e por uma cultura de dependência. Estas relações informais, paralelas às relações oficiais, estavam marcadas pela desigualdade de poder e de posição social entre o elemento preponderante, muitas vezes designado por «cacique», «padrinho» ou «patrono» e o seu «cliente», «protegido» ou «afilhado». Muitas vezes os dois tratavam-se simplesmente por «amigo». Havia um intercâmbio recíproco de bens e serviços de variada espécie através de uma relação pessoal e direta. O patrono proporcionava normalmente proteção, bens materiais e acesso a diferentes recursos privados, mas principalmente públicos. O protegido oferecia serviços pessoais, lealdade e apoio, que no período eleitoral se traduzia em votos⁴²⁴.

⁴²⁴ VARELA ORTEGA, José. (1977), *Los Amigos Políticos. Partidos, Elecciones y Caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Alianza Universidad; GELLNER, Ernst, (1986), *Patronos y Clientes*, Barcelona, Jucar Univ.; MORENO LUZON, Javier, (1995), “Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, N.º 89, Julio-Septiembre, pp. 191-224; MORENO LUZON, Javier. (1999), “El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105, Julio-Septiembre, pp. 73-95; VARELA ORTEGA, José, (Director), (2001), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons; MORENO LUZON, Javier. (2006), “A historiografía sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas”, *Análise Social*, N.º 178, ICS, pp. 9-29. Cf., ALMEIDA, Pedro Tavares de, (1991), *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difer; LOPES, Fernando Farelo. (2004), *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, pp. 29-49; ALMEIDA, Pedro Tavares de. “O sistema eleitoral e as eleições em Portugal (1895-1910): Uma perspectiva comparada” e LOPES, Fernando Farelo. “Direito de voto, regime de escrutínio e «eleições feitas» na I República Portuguesa” in FREIRE, André. (Coor.), (2011), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 85-99 e 101-123.

O clientelismo tradicional surgiu em sociedades tradicionais com um baixo nível de mobilização social, onde os partidos de notáveis enquadravam os escassos elementos politicamente ativos. Os «poderosos» participavam na política como corolário da sua posição social. O Parlamento cumpria um lugar central no sistema político e a organização burocrática dos partidos estava reduzida ao mínimo. Na Europa do Sul a sociedade estava marcada pela debilidade dos grupos organizados, na qual só uma minoria era capaz de aceder aos bens que a maioria necessitava. Por isso, amplos sectores da população buscavam proteção contra a insegurança. Por outro lado, existe um sistema de valores que enaltece o particularismo nas relações sociais em detrimento dos critérios universalistas de repartição pública. Neste sentido o particularismo é inimigo da equidade. O particularismo dá preferência à consecução de fins privados sobre a satisfação dos interesses colectivos extensos e gerais. A ideia generalizada de que a família e os amigos estão em primeiro impõe-se à ideia de um Estado moderno equitativo. Os partidos de notáveis nas sociedades do sul da Europa adoptaram frequentemente a forma de facções, tentando atrair o apoio de eleitores preferencialmente por meio do «favor» e não pelo programa reformista que defendiam⁴²⁵.

Os «patronos» e os «clientes» estabeleciam relações variadas, formando extensas conexões com múltiplos indivíduos. Muitas vezes, o patrono convertia-se em cliente de outro patrono e em intermediário entre os seus clientes e este. Transformava-se desta forma num mediador entre pessoas, que estavam unidas por laços de interesses, «amigos de amigos». Neste período qualquer político com aspirações era obrigado a receber muita gente e a falar cara a cara com eles. Contudo o principal elo de união entre o patrono e o cliente eram as cartas. O notável recebia um número de missivas com pedidos de favores e recomendações proporcional à sua grandeza. O notável era obrigado normalmente a responder estes pedidos se queria continuar a contar com o «afilhado». Portanto, os pedidos e as promessas alimentavam a máquina clientelar. O notável que possuía riqueza e poder económico tinha maior poder de influência e de angariar clientes. Mas não se pode fazer uma associação direta entre poder económico e poder de influência. O notável que possuía aptidões para influenciar o aparelho de

⁴²⁵ TUSSEL, Javier, (1978), “El sistema caciquil andaluz comparado con el de otras regiones”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, C.I.S., N.º 2, Abril-Junio, pp. 7-19; MORENO LUZON, Javier, (1995), pp. 191-224; MORENO LUZON, Javier, (1999), pp. 73-95; VARELA ORTEGA, José, (Director), (2001).

Estado e o governo, era aquele que estava melhor colocado para ser um cacique exemplar e para ser tornar no «amigo» mais desejado.

O clientelismo foi um factor de atraso do processo de modernização, secularização, racionalização e democratização da sociedade contemporânea, embora não deixe de cumprir uma função estabilizadora da vida política e integradora do poder estabelecido, ainda que por vias que confinam a legalidade e que provoquem disfunções no sistema liberal. No entanto, o clientelismo teve um papel importante na integração social e evitou muitos conflitos sociais e políticos. O notável era muitas vezes um benemérito local, canalizando ao mesmo tempo verbas para a compra de votos e para obras sociais⁴²⁶. O Estado central necessitava também dos caciques para penetrar no meio rural. Os antigos caciques proprietários foram ultrapassados progressivamente pelos novos notáveis (advogados, funcionários municipais, juízes, professores, médicos, farmacêuticos, veterinários, notários, funcionários do registo civil) que entendiam as leis do Estado e podiam servir de intermediários com a administração central. Nos anos vinte a «recomendação» e o «favor» eram um salvo-conduto imprescindível para mover-se na sociedade portuguesa e na sociedade mediterrânica. Qualquer indivíduo da província que necessitasse de resolver um «problema» em Lisboa, precisava primeiro de ter um «amigo». O cacique era o único intermediário que ligava o campo com a cidade e o povo com o Estado⁴²⁷. Por isso, nas sociedades menos desenvolvidas os partidos políticos tinham o poder inferior ao cacique. Manuel Gregório Pestana Júnior, destacado membro do Partido Republicano Português, explicou o que representava pertencer a um partido entre o final do século XIX e o início do século XX:

Nessa altura pouco importava “ser-se republicano, regenerador ou progressista, tinha apenas de ser-se dedicado ao Sr. A, B, ou C e se perguntasse aos políticos de então o que era ser republicano, regenerador ou progressista, a maior parte admirar-se-ia da pergunta e limitar-se-ia a dizer: eu sou do Sr. B, ou do Sr. C”⁴²⁸.

No entanto, nas sociedades mais desenvolvidas e nos meios urbanos, o clientelismo tradicional baseado nos notáveis começou a perder importância para o

⁴²⁶ João Tamagnini de Sousa Barbosa distribuiu 3 mil escudos pelas escolas do concelho de Abrantes, local por onde tinha sido eleito deputado. *Correio da Extremadura*, 5-6-1926, p. 2.

⁴²⁷ GARRIDO MARTÍN, Aurora. (1990), “Historiografía sobre el caciquismo: Balance y perspectivas”, *Hispania*, L/3, N.º 176, pp. 1349-1360; ROBLES EGEA, Antonio, (Comp.), (1996), *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores.

⁴²⁸ “Razão de ser do nosso centro”, *O Radical*, 6-8-1911.

clientelismo de partido, baseado nos políticos profissionais que atuavam como delegados dos partidos de massas. Estes partidos tinham uma complexa rede burocrática e distribuíam empregos e favores⁴²⁹. O Partido Republicano Nacionalista deu um pequeno passo nesse sentido ao criar uma sessão no jornal *República*, com alguns empregados dedicados em exclusivo a atender os pedidos dos correligionários para resolver assuntos nos ministérios, repartições públicas e tribunais⁴³⁰. José Troncho de Melo propôs no I Congresso do PRN que fosse aberta de uma secção junto do Diretório que atendesse as reclamações dos correligionários da Província⁴³¹.

O Partido Republicano Nacionalista, à semelhança dos restantes partidos, tinha comissões políticas bastante amplas, mas esta circunstância não pode iludir o facto de apenas um número muito reduzido de personalidades dominarem as estruturas do partido a nível local, ao mesmo tempo que conseguiam relacionar-se facilmente com a elite nacional. Circunscrevendo-nos especificamente ao concelho de Évora, constatamos que o Partido Republicano Nacionalista dispunha nos seus quadros de personalidades com formação universitária que podiam desempenhar as funções de «patrono burocrata». No início do século XX o patrocínio tradicional específico de sociedades fortemente ruralizadas tendeu a transformar-se. O clientelismo tradicional, embora não desapareça, tendeu a diluir-se para dar lugar ao patrocínio de Estado ou burocrático. Com o «cacique proprietário» passaram a competir novos patronos e intermediários que controlavam e proporcionavam certos recursos, bens e serviços específicos, particularmente a mediação com o Estado, daí a importância do «cacique burocrata» na articulação entre o centro e a periferia. Este clientelismo geralmente designado de transição (entre o clientelismo tradicional e o clientelismo burocrático) surgiu em vilas e cidades da província onde se assistia à afirmação do mundo urbano e do Estado Central, como era o caso de Évora⁴³². O PRN dispunha nos seus quadros de alguns políticos com o perfil de «notável burocrata». Esta elite tinha a possibilidade de estabelecer uma intercessão entre algumas necessidades dos membros do partido e o Estado. O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa membro da comissão distrital e diretor do centro do PRN (1923-1928) representava este novo tipo de mediador. Era advogado, professor e

⁴²⁹ MORENO LUZON, Javier. (1995), pp. 191-224; MORENO LUZON, Javier, (1999), pp. 73-95; VARELA ORTEGA, José, (Director), (2001).

⁴³⁰ *República*, 3-2-1922, p. 2.

⁴³¹ *Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 3; *República*, 18-3-1923, p. 2.

⁴³² LOPES, Fernando Farelo. (1994), *Poder Político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 11-50; SILVA, João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da. (1997), “O Clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido reconstituente (1920-1923)”, *Análise Social*, Vol. XXXII, n.º 140, pp. 31-74.

reitor do Liceu André de Gouveia. Foi ainda Governador Civil de Évora em duas ocasiões (de 27/12/1914 a 05/02/1915 e de 24/05/1915 a 23/10/1917) e deputado entre 1919 e 1921 e entre 1922 e 1926. Presidiu à Comissão Executiva (1923-1925) e ao Senado (1926) da Câmara Municipal de Évora e foi Provedor da Misericórdia (1920-1923). Dirigiu o diário *Democracia do Sul* (1917-1932), órgão oficioso nacionalista, foi membro substituto do diretório do PRN (1923-1935) e chefe de Gabinete do Ministro Pedro Pita (Novembro/Dezembro de 1923). O Dr. Domingos Vítor Cordeiro Rosado era outro dos membros destacados que o PRN contava nas suas fileiras. Era advogado e professor da Escola Primária Superior e da Escola Comercial e Industrial de Évora, foi deputado em 1919, Governador Civil em 1921 e 1923-1924, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora em 1919 e 1926 e diretor da Casa Pia de Évora⁴³³.

A influência destes dois notáveis nas Escolas e na Câmara Municipal de Évora é visível no recrutamento partidário, dado o elevado número de contínuos das escolas, de polícias municipais e funcionários da Câmara Municipal de Évora que ingressaram no Centro Republicano Nacionalista⁴³⁴. O poder que o Dr. Alberto Jordão Marques da Costa contava em Évora pode-se comprovar também pelo facto de ter conseguido levar por diante a sua candidatura a deputado pelo círculo de Évora em 1922, contrariando a posição do diretório do PRRN que queria candidatá-lo pelo círculo de Santo Tirso.

Para além da dinâmica clientelar relacionada com as eleições, que não abordaremos neste estudo, a elite e os membros do PRN estabeleciam um tipo de relação baseada nos favores e nas recomendações. Estes vínculos foram identificados na correspondência privada depositada nos espólios de alguns dirigentes do PRN. Nestas cartas podemos distinguir os favores individuais dos favores colectivos e dentro dos favores individuais podemos diferenciar as recomendações. Em relação aos favores individuais centravam-se maioritariamente em pedidos de empregos públicos, acesso a postos mais elevados na administração pública, mudança no local de emprego e resolução de problemas burocráticos com o Estado, como a isenção do serviço militar. Por vezes também aparecem alguns pedidos para negócios particulares. As recomendações centravam-se na procura de emprego ou na obtenção de boas classificações nos exames. Os pedidos colectivos são mais escassos. Concentravam-se

⁴³³ Veja-se uma análise mais alargada da elite nacionalista em BAIÔA, Manuel, (2000), *Elites Políticas em Évora* da I República à Ditadura Militar, (1925-1926), Lisboa, Edições Cosmos, pp. 81-85, 96-105.

⁴³⁴ O *Centro Republicano Nacionalista Eborense* teve como sócios 21 polícias, 5 funcionários das escolas e 10 funcionários da Câmara Municipal. Cf., Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista - Livro de Sócios Inscritos.

normalmente no arranjo de alguma estrada ou pequena obra pública. Esta situação denota algum atraso na sociedade portuguesa e nos partidos portugueses, uma vez que os pedidos colectivos eram já muito comuns na Europa dos anos vinte⁴³⁵.

A solicitação de favores colectivos para a comunidade ocorria com menor frequência. Quase sempre relacionava-se com pedidos para a realização de obras públicas. Abílio Fernandes, habitante da Sobreira, concelho de concelho de Proença-a-Nova, escreveu a Bernardo Ferreira de Matos para este interceder junto do Ministro para a construção da estrada Ródão-Oleiros, tendo esta pretensão tido já o apoio do Governador Civil de Castelo Branco⁴³⁶. O Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Torres Novas, João Martins de Azevedo, escreveu a António Ginestal Machado para que este falasse com o engenheiro das obras públicas, António Pinto e Mendonça Ribeiro:

“V. Ex.a está em boas relações com o engenheiro das obras públicas António Pinto e Mendonça Ribeiro? Tendo nele essa confiança e n'estas condições desejava que V. Ex.^a lhes pedisse para que não contrariasse as pretensões da Câmara. [...] 1.º - Os lances das estradas arrematadas ultimamente fossem aplicados no calcetamento duma rua de Torres Novas. 2.º - Reparação da Estrada n.º 124”⁴³⁷.

Algumas vezes havia uma mescla de favores colectivos com individuais, nunca perdendo de vistas as eleições. Atente-se à seguinte carta enviada por António Abreu Freire para Egas Moniz:

“Escrevo hoje ao Dr. Bernardo Marques a agradecer-lhe tudo e renovo o pedido sobre a criação da escola em Água Lavada que, se pudesse ser publicado o despacho ou o decreto a que apenas falta a assinatura do Presidente, antes das eleições, nos daria uma óptima situação. Fale também do assunto ao Dr. Bernardo. Passadas as eleições vou mandar-lhe um memorial sobre a estrada de Aldeia a Alumieira a ver se se consegue do ministro respectivo a ordem de serviço para a mandar estudar. Falo-lhe também na troca de duas professoras de Valega que não

⁴³⁵ MORENO LUZON, Javier. (1995), pp. 191-224; MORENO LUZON, Javier, (1999), pp. 73-95; ROBLES EGEA, Antonio, (Comp.), (1996); VARELA ORTEGA, José, (Director), (2001).

⁴³⁶ Carta enviada por Abílio Fernandes para Bernardo Ferreira de Matos, Liceu José Falcão, Sobreira, 4-8-1927, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

⁴³⁷ Carta de João Martins de Azevedo para António Ginestal Machado, Lamarosa (Torres Novas), 20-3-1926, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/672.

será coisa difícil, se for tratada urgentemente. [...] Na eleição que pode perder-se, a diferença é pequena e é necessário recorrer a tudo”⁴³⁸.

Os favores individuais eram os mais frequentes e centravam-se principalmente no pedido de empregos. Os notáveis, depois de receberem o pedido tinham de o encaminhar para a pessoa que podia interceder pelo seu «amigo». Júlio Dantas escreveu ao Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, António Cândido de Figueiredo, para satisfazer um pedido de um «amigo» do seu correligionário Vicente Ferreira:

Exmo. Senhor Presidente e amigo

O meu amigo e correligionário Vicente Ferreira, julgando-me ainda Presidente Academia, enviou-me uma carta recomendando um candidato à vaga de contínuo existente no quadro de funcionários. [No final da carta solicitou que o pedido fosse levado em conta]”⁴³⁹.

Bernardo Ferreira de Matos, antigo deputado nacionalista, nesse momento a militar na União Liberal Republicana, desempenhava um papel fundamental na ligação dos seus conterrâneos e correligionários a Lisboa e à administração pública. Veja-se a seguinte carta enviada por João Crisóstomo:

Exmo. Sr. Dr. Bernardo de Matos [...]

Agradeço a indicação do meu nome para o cargo de inspector [...]. Era um grande favor indicar também o nome do meu cunhado Manuel Domingos proprietário e industrial [...].

João Crisóstomo”⁴⁴⁰.

Outra pretensão habitual relacionava-se com livrar os mancebos da tropa. O pai de Cunha Leal enviou a seguinte carta ao seu filho:

A portadora desta é agora minha criada e tem servido razoavelmente. Vai ver se livra o noivo de ir para a Índia como militar; se lhe puderes valer nesta aflição muito te agradeço [...]. José Pinto da Cunha”⁴⁴¹.

⁴³⁸ Carta enviada por António Abreu Freire para Egas Moniz, 3-11-1923, EBFM - Lisboa.

⁴³⁹ Carta de Júlio Dantas para António Cândido de Figueiredo, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, 29-7-1924, processos individuais dos académicos, Júlio Dantas, Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa.

⁴⁴⁰ Carta enviada por João Crisóstomo para Bernardo Ferreira de Matos, Vila de Rei, 22-3-1927, EBFM - Lisboa.

As recomendações para auxílio nos exames também surgem com alguma frequência. Atente-se à seguinte carta enviada por Bravo Sena para Bernardo Ferreira de Matos:

“Temos um correligionário em Pombal de nome Severino Silva [...] que tem um primo de nome Álvaro Silva de Pombal, aluno na Faculdade de Direito, que tendo feito um exame no dia 22 do corrente e tendo como professor e examinador o Doutor Rocha Saraiva para o qual me pediu uma recomendação; mas eu conheço de simples relação de cortesia o Doutor Rocha Saraiva. Quer o meu amigo fazer-me um favor de o recomendar com insistência? Era um grande favor; sendo certo que ao nosso correligionário direi que foi o meu amigo quem o recomendou”⁴⁴².

Outra pretensão comum era conseguir a transferência do local de trabalho dentro da administração pública. A. de Almeida Garret escreveu a Bernardo Ferreira de Matos para fazer o seguinte pedido: “Agora um pedido. É capaz de arranjar a transferência do 1.º sargento Joaquim Bernardo da infantaria 19 de Lamego para o 12 da Guarda? Ou ao menos para a 21 da Covilhã”⁴⁴³.

Com a chegada do PRN ao governo a 15 de Novembro de 1923 as oportunidades abriram-se para os nacionalistas. Assim, passados dois dias, Agostinho Diogo Horta escreveu a António Ginestal Machado para lhe dar os parabéns pela chefia do executivo e para lhe fazer um pedido: “Eu, republicano de antes de 1910, e nacionalista registado, ofereço os meus serviços a V. Exa. para qualquer cargo de confiança política, de que haja necessidade, ou outro compatível com os meus conhecimentos de contabilidade”⁴⁴⁴.

Na mesma ocasião chegou um novo pedido, desta vez era para as vagas na repartição de finanças do concelho de Portalegre. Boaventura Rodrigues Grincho Pinela

⁴⁴¹ Carta de José Pinto da Cunha para Francisco Pinto da Cunha Leal, Alcaide, 3-1-1925, Arquivo Particular de António Ventura – Portalegre e Lisboa, Correspondência vária de e para Cunha Leal.

⁴⁴² Carta enviada por Manuel Fernandes de Carvalho para Bernardo Ferreira de Matos, Figueiró dos Vinhos, 14-1-1927, EBFM - Lisboa.

⁴⁴³ Carta enviada por A. de Almeida Garret para Bernardo Ferreira de Matos, Castelo Branco, 24-7-1922, EBFM - Lisboa.

⁴⁴⁴ Carta de Agostinho Diogo Horta para António Ginestal Machado, Lisboa, 17-11-1923, EAGM, BNP, Espólio E55/887.

escreveu a António Ginestal Machado para informá-lo da sua pretensão, que poderia também beneficiar o PRN:

“Tem esta o fim de vir junto de V. Ex.^a pedir o seguinte. Estando para sair por estes dias as promoções dos fiscais a aspirantes de finanças, e encontrando-se duas vagas na repartição de finanças do concelho de Portalegre a que me consta estão prometidas a dois democráticos, mas como a situação mudou, venho pedir a V. Ex.^a para que eu seja colocado na dita repartição.

Espero mais este obséquo de V. Ex.^a”⁴⁴⁵.

As elites regionais do Partido Republicano Nacionalista procuravam influenciar a ocupação das vagas mais importantes da administração pública portuguesa. O deputado Custódio Maldonado de Freitas escreveu a António Ginestal Machado encaminhando as pretensões dos nacionalistas de Leiria: “Os amigos de Leiria recomendam para a próxima vaga de Juiz de Santarém vá o Juiz de Leiria, Alfredo Augusto da Fonseca Vaz se os Srs. Drs. Ginestal Machado e Lopes Cardoso assim o entenderem”⁴⁴⁶.

A defesa dos interesses dos nacionalistas face aos democráticos era uma «batalha» que os nacionalistas não podiam perder se queriam afirmar-se como um importante partido do regime. Daí a necessidade dos notáveis estarem atentos às pretensões dos seus «soldados». Veja-se a seguinte carta enviada por Bruno Serra a Bernardo Ferreira de Matos:

“Meu Pr. Amigo [...]

O professor oficial de Orgais, concelho da Covilhã, é nacionalista desde há muito e pretendia o seguinte: É casado com uma professora que está desempenhando as mesmas funções naquela localidade, mas como interina, pois a efectiva, mulher de 70 anos completamente inutilizada e com 40 anos de serviço requereu a respectiva aposentação há seis meses. Ora o interesse da professora é ficar efectiva e nisso é contrariada pelos democráticos do concelho por virtude do

⁴⁴⁵ Carta de Boaventura Rodrigues Grincho Pinela para António Ginestal Machado, Portalegre, 17-11-1923, EAGM, BNP, Espólio E55/859.

⁴⁴⁶ Carta de Custódio Maldonado de Freitas para António Ginestal Machado, carta não datada, EAGM, BNP, Espólio E55/859.

marido ser nacionalista, mas está nas condições legais para ser provida. [...] Poderá meu amigo ter a bondade de manobrar isto?”⁴⁴⁷.

Noutra ocasião, António de Abreu Freire escreveu a Bernardo Ferreira de Matos para lhe agradecer os favores obtidos e para pedir mais alguns:

“Exmo. Sr. Dr. Bernardo Matos e muito meu prezado amigo
Beijo-lhe as mãos, cheio de gratidão pelos obséquios recebidos. Já foi criada a escola em Água Lavada e o 4.º lugar na escola de Avança. Muito e muito Obrigado. Veja agora se me consegue com a possível urgência, a permuta entre as duas professoras D. Adelaide Duarte Pereira, de Valega e D. Emília da Conceição Valente Martins de Azagães de Carregosa. [...] Veja também o visto no contrato do professor Alfredo José Pereira com a escola prática de Santo Tirso. Também me interessa imenso porque seja resolvido este caso com urgência.

Agora outro assunto que chamo a atenção de V. Exa. que é absolutamente confidencial. O Dr. Artur Marques Figueira, amanuense ou coisa parecida no Tribunal da Relação do Porto, está actualmente em Salreu, sua terra natal, deste concelho a trabalhar contra nós nas eleições da Câmara. Peço a V. Exa. que vá ter com o Ministro da Justiça para por intermédio do Tribunal da Relação o chamar imediatamente ao seu posto e retirá-lo daqui. É um favor que muito e muito me penhora”⁴⁴⁸.

Os vínculos que os protegidos tinham com o protetor eram mais fortes do que com o partido. A. Guilhermino Lopes informou Bernardo Ferreira de Matos que estava incondicionalmente com ele:

“Se houver qualquer novidade em que tenha de tomar qualquer atitude pode ter em consideração que o acompanharei, pois muito desejo demonstrar-lhe que não esqueço o bem que tem feito. Completamente à margem dos partidos, e reconhecendo que, se não fosse a sua intervenção junto do conselho disciplinar teria sido perseguido à *outrance* pelos meus ex-correligionários”⁴⁴⁹.

⁴⁴⁷ Carta enviada por Bruno Serra para Bernardo Ferreira de Matos, Figueiró, 19-1-1926, EBFM - Lisboa.

⁴⁴⁸ Carta enviada por António de Abreu Freire para Bernardo Ferreira de Matos, Avança, 9-12-1923, EBFM - Lisboa.

⁴⁴⁹ Carta enviada por A. Guilhermino Lopes para Bernardo Ferreira de Matos, Castelo Branco, 30-5-1923, EBFM - Lisboa.

A atracção dos notáveis regionais para o seio dos nacionalistas era fundamental pela rede de influência que dispunham na sua região e pelos votos que conseguiam. Paul Joaquim Gonçalves informou António Ginestal Machado do esforço para atrair um cacique:

“O Ribeiro da Silva está teimosíssimo. Até agora não consegui demovê-lo da resolução em que se firmou de não querer nada com o Directório. E é pena, porque lhes faz falta lá no partido, em razão dos votitos de que dispõe!”⁴⁵⁰.

Era essencial possuir um protetor para viver num mundo cheio de incertezas e dificuldades. Por vezes, havia «dádivas» ou «trocas» de protegidos entre os notáveis. Veja-se a seguinte carta enviada por Egas Moniz para Bernardo Ferreira de Matos:

“Meu caro Bernardo

Apresento-lhe o meu amigo Sr. Miguel Neves que deseja a sua protecção.

Em tudo o que lhe seja possível favoreça-o, pois bem merece por ser um excelente rapaz. Seu amigo muito obrigado”⁴⁵¹.

Os vínculos e amizades entre os membros do PRN permaneceram ao longo de muitos anos, ainda que a Ditadura Militar tenha dificultado a ação destes políticos. No entanto, alguns membros da elite do PRN continuaram a ser pessoas influentes, fruto dos lugares que continuavam a ocupar na administração pública e na gestão de empresas. O antigo deputado do PRN, Eugénio Aresta, encontrava-se com residência fixa no Norte de Portugal, mas escreveu a António Ginestal Machado (comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses) a pedido de um «amigo» que trabalhava nos Caminhos de Ferro:

“Exmo. Sr. Dr. Ginestal Machado, meu muito amigo prezado amigo.

Desde o tempo em que tive o prazer e a honra de conviver com V. Ex.^a, nas lides políticas do falecido Parlamento, não quis o acaso que mais nos encontrássemos. Deportado para S. Tomé e ainda hoje com residência fixa aqui no norte, não mais se proporcionou ensejo de tornar a ver a meia dúzia de pessoas que

⁴⁵⁰ Carta de Paúl Joaquim Gonçalves para António Ginestal Machado, Viana do Castelo, 17-1-1926, EAGM, BNP, Espólio E55/983.

⁴⁵¹ Carta enviada por Egas Moniz para Bernardo Ferreira de Matos, Avanca, 15-6-1926, EBFM - Lisboa.

tive ensejo de conhecer e cujas relações constituíram o único benefício e não pequeno que tirei da política partidária.

Hoje venho importuná-lo com um pedido. Vai Junto a esta carta o memorial respeitante a um meu amigo, funcionário dos C. de Ferro com uma pretensão que se me afigura de todo o ponto justa e razoável e por conseguinte susceptível de ser recomendada a V. Ex.^a.

Em nome da modesta mas lealíssima cooperação que prestei à sua acção de homem político, isto é, que prestei ao país que V. Ex.^a sempre tão bem serviu quando investido em funções de governo e da amizade com que sempre procurou distinguir-me rogo-lhe ponha o seu valimento na consecução do que o meu recomendado deseja.

Desculpe-me a impertinência e disponha sempre de que é com muita estima. [...]

Capitão Eugénio Aresta

Amarante, 26. Agosto. 1931⁴⁵².

Durante a Ditadura Militar a luta pelos lugares na administração entre as várias facções republicanas continuou, pois esperava-se que um dia o «revirinho» podia tomar conta da situação. No Liceu José Falcão, em Coimbra, a disputa entre a facção democrática e da União Liberal Republicana era por uma vaga de professor:

“Exmo. Sr. Doutor

Tendo-me oferecido várias vezes os seus valiosos préstimos quando estive professor do Liceu Camões, aproveito agora a ocasião de o incomodar.

Desejava que o Exmo. amigo envidasse todos os esforços junto do António Mantas, no sentido de se manter o aviso que pôs a concurso uma vaga do 8.º grupo do Liceu José Falcão de Coimbra, pois o Dias Pereira⁴⁵³, deputado democrático pretende a todo o transe evitar que ela surja preenchida, para quando vier o «revirinho» lá colocar um correligionário. Ele pretende fazer do Liceu de Coimbra um centro democrático.

É com o máximo interesse que lhe faço este pedido, pois a manter-se a vaga será nomeado um amigo nosso, Menezes Torres, muito prestável para qualquer ocasião.

⁴⁵² Carta de Eugénio Aresta para António Ginestal Machado, Amarante, 26-8-1931, EAGM, BNP, Espólio E55/669.

⁴⁵³ Alberto Álvaro Dias Pereira, membro do PRP, deputado em 1919 e 1925. Reitor do Liceu José Falcão de Coimbra entre 1919-1927.

É favor logo que este receba instar com o António Mantas, nosso correligionário, para pelo menos se manter neutral, e participar-me para Coimbra do que há [...].

Manuel Fernandes de Carvalho⁴⁵⁴.

Alguns anos mais tarde, Cunha Leal solicitou o apoio de António Ginestal Machado para a filha de um republicano perseguido pelas autoridades que ia fazer exame no Liceu de Santarém⁴⁵⁵. Noutra ocasião surgiu outro pedido para uma filha de um republicano que necessitava de ajuda. Desta vez o pedido vinha pela mão do advogado Lino Gameiro. As dificuldades que os republicanos estavam a passar eram grandes e por isso esta advogado considerava que: “A hora é má e muitos deixaram de acreditar na liberdade. [...] Não assim para mim nem para V. Ex.^a para quem a liberdade e o direito continuam a ser divinas aspirações”⁴⁵⁶.

A elite e os membros do PRN envolveram-se na dinâmica clientelar, alimentando os favores e as promessas de apoio aos «amigos». Para além dos favores individuais, mais comuns, começaram a surgir alguns favores coletivos. A elite do PRN continuou enredada na teia clientelar durante o Estado Novo, uma vez que muitos antigos membros do PRN continuaram a ser personalidades influentes.

⁴⁵⁴ Carta enviada por Manuel Fernandes de Carvalho para Bernardo Ferreira de Matos, Liceu José Falcão, Coimbra, 22-2-1928, EBFM - Lisboa.

⁴⁵⁵ Carta de Francisco Pinto da Cunha Leal para António Ginestal Machado, carta não datada, EAGM, BNP, Espólio E55/910.

⁴⁵⁶ Carta de Lino Gameiro para António Ginestal Machado, Lisboa, 13-3-1939, EAGM, BNP, Espólio E55/862.

GUERRA

L'incongruité de la coexistence des activités musicales avec la violence des combats au front durant la Grande Guerre

Éric Sauda

Docteur en musicologie – Sorbonne

La proximité de la musique avec la mort, par l'intermédiaire du rite funéraire est une évidence car la musique est utilisée comme mode exutoire à la douleur. De plus son action de soutien patriotique motivant la bravoure des Poilus est incontestable⁴⁵⁷. Cependant en 1914, pour la première fois la musique côtoie quotidiennement la mort pendant plus de quatre ans. Des soldats musiciens ont vécu au rythme intense ou monotone de cette tragique expérience grâce à un comportement musical souvent jusqu'au-boutiste.

L'émergence des activités musicales au front

Lors de la déclaration de cette Première Guerre mondiale, la mobilisation est inévitable pour tous les hommes quels qu'ils soient et c'est la première fois en Europe. Tous les corps de métier, tous grades, tous rangs confondus se sont rejoints à ce rendez-vous exceptionnel et néanmoins tragique de l'Histoire du monde. Les obligations en matière d'effectif contingentaire ont donc fait l'impasse sur bon nombre des qualités et vertus dont étaient dotés les mobilisés. Cependant, entre décisions officielles et pratiques officieuses, au hasard des choix imposés par les besoins logistiques de la guerre et les appréciations hâtives des individus, des milliers de destins d'artistes se sont joués de façon dissemblable⁴⁵⁸. Les témoignages de bon nombre de musiciens professionnels ou amateurs, révèlent plus précisément les conditions dans lesquelles le

⁴⁵⁷ Cf. L'article d'un auteur anonyme, (Dimanche 9 mai 1915), « Clairon et cornemuse » paru dans *Le Pèlerin*, p. 82.

⁴⁵⁸ Les exemples qui suivent, des sorts réservés à deux grands noms de la musique française, illustrent deux situations extrêmes induites par la mobilisation de la Grande Guerre. Après avoir participé à la première bataille de la Marne, Pierre Monteux (1875-1964) violoniste et chef d'orchestre de réputation internationale est démobilisé en 1916 pour rejoindre les Ballets russes en tournée aux États-Unis et participer à une campagne de propagande en faveur des Alliés (1916-1917). André Caplet (1878-1925) compositeur et chef d'orchestre français qui occupe une place essentielle dans la musique du début du XX^e siècle est un proche collaborateur de Debussy. En 1914, il est nommé à l'Opéra de Paris, mais la guerre l'empêche d'exercer ses fonctions. Il revient du front très diminué physiquement et les horreurs de la guerre ont accentué son mysticisme qui aura des répercussions sur ses compositions.

phénomène des pratiques musicales au front en 1914, a émergé. Il apparaît que les réflexes professionnels de ces soldats n'ont pas été anéantis en quelques semaines de vie au front. La guerre ne parvient pas à annihiler définitivement les habitudes et les automatismes professionnels. En ce début de conflit, l'empreinte de l'activité professionnelle colle encore à la peau des mobilisés. Ce sont des êtres habités par la musique, même si cela semble malsonnant dans cette situation de guerre. Pour ces soldats, la musique qui emplissait leur quotidien résonne encore dans leur esprit. Dès les premiers jours de la mobilisation, François Gervais premier violoncelle des Concerts Lamoureux confie dans son journal de guerre combien certains airs hantent encore son esprit malgré la situation⁴⁵⁹.

Après leur installation sur les lieux de combats et dès que l'activité militaire leur en laisse le loisir, ces artistes grands habitués d'une pratique psychomotrice accaparante, ne peuvent supporter de vivre un état d'oisiveté, d'attente inutile et improductive. Trempés de leur quotidien artistique, au-delà de la mission militaire dont ils sont investis et de leur patriotisme respectif, ces hommes sont avant tout des professionnels confirmés de la musique et se comportent en tant que tels sitôt qu'une occasion se présente. Apparemment il n'est aucunement question de céder à une déprime inhibante. Ainsi, les musiciens professionnels mobilisés durant la Grande Guerre vont vivre et partager une expérience toute nouvelle. Le fait musical requiert de rassembler quatre conditions : il faut des musiciens, des instruments, un lieu et un public. Pour ce qui est des musiciens, la conscription de 1914 a inévitablement rassemblé tous les musiciens interprètes français valides et a donc fourni un contingent de plusieurs milliers d'artistes. Le front français est vaste et offre une multitude de commodités et de sites pour la pratique et les prestations musicales. Il offre également un public permanent. Cette guerre qui a exigé un immense déploiement de troupes puis leur stationnement a déclenché un enthousiasme pour les spectacles vivants qui n'était pas prévisible. Enfin, il faut admettre que le caractère jovial de musiciens amateurs ou non, lors de simples récréations de bidasses en manœuvre, déclenche des idées

⁴⁵⁹Carnets de F. Gervais, conservés dans le fonds de l'Historial de Péronne (Somme 80), France.
« *Vendredi 21 août 1914* (...) Je me suis réveillé avec des motifs de la Walkyrie et des Maîtres chanteurs plein la tête. »

musicales plus inventives les unes que les autres, qui vont de la fabrication d'instruments de fortune aux concerts et spectacles les plus insolites⁴⁶⁰.

La musique compagne de l'homme au front

Les professionnels et non professionnels de la musique sont partis à la guerre sans instrument de musique. Ils sont arrivés dans un milieu hostile où la musique non militaire ne semblait pas avoir sa place et ils y ont reconstruit leur activité professionnelle. Par étapes successives, ils ont reproduit les maillons de la « chaîne musicale » : la facture des instruments, la pratique instrumentale, les répétitions d'orchestre, la mise en place du répertoire et l'organisation de concerts. Sans ignorer la dangerosité du contexte, ils ont reconquis en quelques mois leur statut d'artiste. Si dans un premier temps la mobilisation a provoqué l'éclatement des groupes musicaux français, deux facteurs essentiels ont permis aux musiciens de reprendre leurs activités musicales (la composition, l'interprétation et la lutherie) au front à proximité des combats. Premièrement, les circonstances dans lesquelles le conflit s'est déroulé ont malgré tout offert certaines commodités aux artistes. En effet, l'enlisement du conflit vers une guerre de position a multiplié les temps de pause et d'attente. Deuxièmement, les musiciens ont fait la démonstration d'une surprenante faculté d'adaptation. Tout au long de cette guerre, ils se sont désinhibés grâce au partage de matériel de fortune et de savoir musical.

Enfin en dernier lieu, l'ensemble des hommes massés au front est un formidable public qui réclame des distractions soutenues par la musique. Durant presque cinq ans, le matériel musical (instruments, partitions, et œuvres composées pour les circonstances) est acheminé ou expédié de l'arrière vers le front. Il en est de même dans le sens inverse puisque des soldats réalisent des travaux de compositions au front destinés aux civils et que certains luthiers de fortune réalisent des instruments qui sont

⁴⁶⁰ Id. « Dimanche 9 mai 1915.

Congé, donc on profite pour faire une fête. Je confectionne dans la matinée un clavi-bouteille très juste, vulgaire à manœuvrer. Le colonel doit venir ce soir. On prépare des messes, on met du muguet sur la nappe_ le soir pendant le dîner, on m'apporte un violon (?) fait avec une boîte de hareng ... n'ayant du violon que le chevalet. L'archet fait en parties égales de crin, de bois, de fil de fer et de gretta-percha. Je m'exhibe avec cet engin vers 10h. ½ dans *La Berceuse* de Jocelyn et la *Réverie* de Schumann. Le colonel est ravi. Le major me serre la main quelle belle journée ».

candidats au « Concours de l'art à la guerre⁴⁶¹ ». Dans ces instants musicaux, l'interprétation musicale elle-même, va être vécue et ressentie de manière inédite. La musique interprétée existe déjà par la démarche du musicien, une personne dont la gestuelle habile et chargée de signification, opère avec magie, étonne et retient l'attention de l'entourage. De la fusion du geste de l'interprète avec la sonorité de l'instrument, émanent des sons qui ont une influence reconnue sur nos corps et nos esprits. La musique interprétée dans sa subtile alchimie, exprime une chaleur humaine consolante. Ces instants de volupté souvent sereine qui mettent en exergue la grâce naturelle d'un interprète ponctuent la vie des soldats et les laissent rêver un moment que l'homme n'est pas un animal...

La musique fait donc la démonstration de son utilité irremplaçable durant toute la durée du conflit. Au front et à l'arrière, elle joue un double rôle auprès des musiciens et non musiciens. Le premier sert l'évasion personnelle mais aussi l'animation des événements ce qui a pour incidence de renforcer le lien social des acteurs de cette guerre car elle influe sur le vécu des Poilus tant au niveau individuel que collectif. En second rôle, sa présence en situation offre aux soldats une condition de vie particulière qui humanise quelque peu le conflit.

François Gervais, concertiste mobilisé au front, témoigne.

Au cours de l'année 2002, l'Historial de la Grande Guerre de Péronne⁴⁶² (Somme) nous a confié pour étude le violoncelle et le journal de guerre de François Gervais (1885-1956), concertiste mobilisé au front durant toute la Première Guerre mondiale⁴⁶³. Ce personnage exerçait son métier de violoncelliste soliste aux

⁴⁶¹ Ce concours fut organisé dans le civil. Auteur anonyme, (16 décembre 1915), « Concours de l'Art à la guerre », *Le Pays de France*.

⁴⁶² Un Mémorial se préoccupe de la mémoire des militaires et des batailles alors que l'Historial a pour dessein d'observer de façon macro et microscopique tous les éléments dont l'historicité relate et explique cette guerre. Dans son approche et sa façon de traiter les témoignages historiques et la collection d'objets qui constituent son fonds, nous avons constaté que l'Historial s'intéressait aux moindres détails relatifs aux domaines culturels, artistiques, professionnels et militaires historiquement liés au conflit. Loin des études qui précédemment avaient porté un regard influencé par l'héroïsme patriotique et le sens du sacrifice, cette manière de traiter la multitude d'éléments attenants à cette période épanouit une vision nouvelle car pluridisciplinaire de la Première Guerre mondiale. Cette nouvelle présentation a pour effet de faire émerger un faisceau d'informations socioculturelles (parfois liées à la musicologie) encore inexplorées.

⁴⁶³ L'instrument et les effets du concertiste ont été légués par Mme Françoise Gervais au Musée en 1992. Cf. Le mémoire de maîtrise d'Eric Sauda, (2002), *Le violoncelle de François Gervais*, UFR de Musicologie, Université de Lille III.

Concerts Lamoureux lorsqu'il fut mobilisé en 1914. De sa propre initiative, pour animer les troupes pendant les périodes de repos à l'arrière, il entreprit la réalisation d'un violoncelle adéquat à la situation. De plus, il a consigné dans dix petits calepins manuscrits (environ 1100 pages) son journal intime, l'histoire de son vécu durant ses quatre années passées au front⁴⁶⁴. Une somme considérable de sources s'offrait donc à nous afin d'explorer plus en détail ce que fût réellement cette vie musicale au front. Dans un premier temps, plusieurs questions nous vinrent à l'esprit : l'artiste musicien, homme doté d'une certaine sensibilité, est-il mieux armé qu'un autre pour affronter l'atrocité de la guerre ? Comment dans un environnement de combats, vient à l'esprit d'un artiste la volonté de construire un violoncelle de « campagne » pour exister musicalement malgré la situation ? Notre hypothèse était que la musique avait dû jouer un rôle salvateur pour F. Gervais, lui permettant de s'isoler de l'horreur et de préserver son intégrité psychologique en maintenant son activité professionnelle ainsi que son identité artistique durant le conflit.

Malgré le fait qu'il soit parti au front sans instrument, il se distingue comme musicien jusqu'à la fin de l'année 1914. Mais au printemps de l'année 1915, F. Gervais qui souffre de l'absence de pratique instrumentale réclame auprès de ses supérieurs la permission de réaliser un violoncelle. L'instrument, fabriqué à partir des rares matériaux collectés, s'avère de qualité étonnante sur le plan acoustique. Néanmoins, il a été conçu pour obvier à toute avarie due à la vie de soldat, peu sédentaire et exposée aux intempéries. Pendant les périodes de repos à l'arrière, F. Gervais anime les troupes (concerts, revues et spectacles) et ne tarde pas à gagner l'estime de ses camarades et de ses supérieurs. Le plaisir de la pratique musicale quasi quotidienne retrouvé, F. Gervais, seul ou en formation avec d'autres camarades musiciens, joue tout au long de la guerre, pour la détente des soldats entre deux montées en ligne.

Le cheminement musical de F. Gervais durant tout le conflit est donc le fait de son initiative personnelle. Il n'a pas attendu d'être sollicité par ses gradés pour jouer de la musique. Souffrant du manque de pratique instrumentale, il a réalisé une reproduction

Ces sources ont permis la réalisation d'un mémoire de maîtrise en musicologie à l'université de Lille III en 2004.

⁴⁶⁴ F. Gervais a écrit plus de 1100 pages (en quatre ans) de journal de guerre. Ces écrits étaient en permanence cachés, portés sur lui. La presse des tranchées, non contrôlée, n'étant pas admise par les autorités (l'État et l'armée), F. Gervais prit des risques tout en assumant ses responsabilités.

de son outil de travail : un violoncelle. Puis, il s'est engagé dans un combat extraordinaire, créer l'inimaginable : une entreprise de prestations musicales au front⁴⁶⁵. Sans le percevoir comme une contrainte, malgré les circonstances, il a accompli son devoir de musicien et progressivement a provoqué de plus en plus d'occasions d'exercer son métier. Si le cas de F. Gervais n'est pas un cas unique⁴⁶⁶ en revanche son récit l'est car il évoque son odyssée comparable à celle d'un homme isolé, se retrouvant face à lui-même avec la musique pour unique « béquille » ou « perche ». Elle escorte au quotidien, de différentes manières, le soldat en proie à la solitude dans cette « mise en quarantaine » de la vie civile. Otage de cette guerre, il trouve refuge dans une forme de « claustration musicale ». L'isolement, nécessaire à la pratique musicale individuelle, offre l'occasion de se recueillir comme l'exprime magistralement Georges Duhamel.

« Aux heures d'oisiveté, le soir venu, je m'enivrais longuement de l'humble chant que j'engendrais. (...) Petit à petit, je sentais s'endormir mes pensées les plus douloureuses. Mon corps, tout occupé d'animer le tube magique, s'abîmait en rêverie. (...) Je fus tout étonné de comprendre, environ ce temps, que ce ravissement était assez égoïste et que mes compagnons de loisir ne le partageaient pas toujours. »⁴⁶⁷

Cependant quatre années d'interruption représentent une perte de temps irrémédiable pour un concertiste de haut niveau et ce ne sont pas les expériences musicales vécues au front qui compensent l'entraînement suffisant à un artiste de cette trempe. Pour F. Gervais, le besoin vital de jouer de son instrument dépasse cette question (qu'il ne se pose même pas) : pourra-t-il redevenir le soliste qu'il était après une si longue période d'absence dans les grandes salles ? Au cours de son récit, il raconte les différentes occasions qui lui ont permis de contribuer à de nombreuses représentations données devant un public constitué de soldats et de civils. Accompagné de ses camarades, il s'associe à toutes les prestations musicales : des plus exceptionnelles (fêtes annuelles, célébrations, anniversaires de gradés) aux plus banales (petit concert du dimanche, veillées musicales, aubades...). Durant presque cinq ans, au

⁴⁶⁵ Inconsciemment, il est tenaillé par ce besoin impérieux de « construire » au sein de cette destruction générale qu'est la guerre.

⁴⁶⁶ En effet selon nos sources, trois violoncellistes connus ont fabriqué leur violoncelle au front (non pas en captivité), le but étant d'entretenir leur technique de concertistes: M. Maréchal, F. Gervais et A. Bernardel.

⁴⁶⁷ DUHAMEL, Georges. (1944), *La musique consolatrice*, collection l'Hippocampe, éd. Du Rocher, Monaco, p. 72.

fil des prestations, un noyau d'orchestre se constitue autour de ce soliste⁴⁶⁸. Ce groupe de musiciens se produisant fréquemment, il occasionne des rencontres avec d'autres interprètes et de fait, ces échanges musicaux provoquent d'autres concerts. Entre les accompagnements de chanteurs professionnels ou non,⁴⁶⁹ les spectacles de revues, les pièces de théâtre, les messes et les prestations musicales pour les offices militaires, l'activité de ce groupe s'intensifie. La poly fonctionnalité de la musique et son caractère collectif sont donc au cœur de la vie de l'arrière au front. Dans cet environnement inédit, la musique remplit à nouveau ses fonctions aux niveaux cérémoniels, récréatifs et culturels.

S'exécutant de manière sérieuse et professionnelle, prenant des initiatives pour la création de spectacles et de prestations musicales, des responsabilités sont allouées à F. Gervais. De fait ce concertiste parvient à se faire apprécier de ses camarades, simples soldats comme lui, mais également des officiers dont il ne tarde pas à gagner l'estime. De toute évidence, à force de fournir des prestations musicales, F. Gervais s'est accoutumé à ce nouveau style de vie. Dans un premier temps, il fut endurci par la vie militaire, puis il prit un rythme de travail de soldat et de musicien, ponctué de promenades au grand air. Cependant, satisfait de la variété des activités qui lui sont imposées il a fini par se rendre tributaire d'un système qu'il a inconsciemment instauré. Il aime être obligé de faire ces mille choses nécessaires à la création de spectacles : auditions, écriture d'arrangements, travaux de lutherie...

Après six mois de guerre, la condition de ce soldat est devenue plutôt privilégiée car grâce à la musique, il est parvenu à se faire accepter et estimer de tous. Durant ces quatre années de guerre, F. Gervais va développer sa personnalité de concertiste de manière plutôt positive. Avant-guerre, lorsqu'il était soliste d'orchestre, son rôle se limitait à ses interprétations. Au front, son implication pour les auditions, les répétitions et l'organisation de concerts, lui attribue le rôle de médiateur entre gradés et simples soldats. Cette charge de responsabilités musicales va donc faire évoluer son caractère d'interprète et ses expériences vécues sur fond de guerre vont influencer sa nature ainsi que sa vie professionnelle. Sa personnalité s'endurcit au contact de la guerre et il gagne

⁴⁶⁸ Notons qu'il n'a pas eu la chance d'être entouré de collègues professionnels comme le furent M. Maréchal, L. Durosoir et A. Caplet. Ce dernier entretenait une correspondance concernant la musique interprétée au front avec C. Debussy ce qui établit une relation entre la guerre et la vie civile par l'intermédiaire de la musique. Cf. Glenn Watkins, (2003), *Proof through the Night*, University of California Press.

⁴⁶⁹ Il accompagne avec autant de sérieux et de respect un chanteur de l'Opéra de Paris (Tessier) que son colonel égayé par une soirée arrosée.

en assurance car les prestations auxquelles il participe ne sont pas de tout confort. La musique au front est souvent interprétée dans de tristes conditions lorsqu'il faut jouer avec des instruments dont la justesse est aléatoire sur des petites scènes de théâtres, improviser des concerts en plein air avec comme bruit de fond le vacarme des combats au loin. Dans cette situation, la plus difficile qu'un interprète puisse connaître, il a acquis une plus grande confiance en lui-même et une meilleure maîtrise de son art.

C'est donc une véritable ascension professionnelle qu'il réalise au cours de cette terrible épreuve qu'est la Grande Guerre. Son histoire au front est indéniablement un périple et un parcours musicologique tout à fait digne d'intérêt. En effet, son récit aide à comprendre comment l'homme, musicien, positionné dans un état de survie inférieur (sur les plans psychologique et matériel) comparable à celui d'un naufragé, parvient à endurer cette épreuve grâce au secours de ce qui lui semble le plus vital après boire, manger et dormir : la musique⁴⁷⁰.

⁴⁷⁰ « (...) On mange et on boit à côté des morts, on dort au milieu des mourants, on rit et on chante dans la compagnie des cadavres. Et que faire, mon Dieu ! Vous savez bien que l'homme ne peut subsister sans manger, sans boire, sans dormir et aussi sans rire et sans chanter. ». DUHAMEL, Georges. (1917), *Vie des martyrs*, Mercure de France, Collection les Libertés françaises, Paris, p. 217-218.

Portugal, durante a II Guerra Mundial, e o Holocausto

Irene Pimentel

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

Portugal, a viver sob um regime ditatorial, foi, durante a II Guerra Mundial, um país neutral por onde passaram alguns refugiados judeus e políticos, fugidos a Hitler e ao Holocausto. Ironicamente, foi numa ditadura nacionalista com simpatias pelo anticomunismo e antiliberalismo do regime nazi alemão que refugiados encontraram um porto de abrigo provisório. O facto de o regime ditatorial português, apesar das semelhanças, se ter diferenciado em aspetos essenciais do alemão, a ausência de antisemitismo na ideologia salazarista e na sociedade portuguesa, bem como as circunstâncias geográficas da neutralidade portuguesa no quadro da aliança com a Inglaterra, acabaram por possibilitar a salvação através de Portugal de perseguidos pelo nacional-socialismo.

No entanto, da mesma forma como noutros países aliados ocidentais e neutros, só muito tardiamente o governo ditatorial português foi sabendo - ou disse que tinha vindo a saber – da existência do que se viria a denominar Holocausto (ou Shoah). Propõe-se dar aqui um contributo para esclarecer de que forma o governo português e a quase inexistente “opinião pública”, moldada por jornais censurados, se foram apercebendo do Holocausto e de que forma reagiram, ou não, face às notícias que iam chegando.

O conhecimento do Holocausto pelas forças aliadas

Os crimes nazis que envolveram um número avassalador de vítimas dificilmente poderiam ter permanecido secretos, apesar dos cuidados que os perpetradores do genocídio tiveram em escondê-los. Alguns historiadores revelaram de que forma chegaram regularmente aos aliados, em particular à Grã-Bretanha, as notícias sobre os massacres de judeus na Polónia e na URSS. O governo soviético também terá sabido dos massacres logo que a Alemanha invadiu o seu território, em Junho de 1941, e, após algumas semanas, o mesmo terá acontecido às capitais ocidentais. A Londres e Washington chegaram notícias das suas representações diplomáticas e serviços secretos na Europa, bem como as veiculadas pelo governo polaco no exílio e pelos dirigentes judeus na GB e nos EUA.

Há que fazer referência à distinção levada a cabo pelo Yehuda Bauer entre informação e conhecimento, sendo este último fundamental para a tomada de uma ação, se é que ela era passível de ser tomada. «Saber, habitualmente vem através de uma série de fases: primeiro, a informação tem de ser disseminada; depois, tem de se acreditar nela e ela deve ser internalizada, ou seja, tem de ser estabelecida alguma ligação entre a nova realidade e um possível processo de ação»⁴⁷¹.

O certo é que, entre a chegada aos Aliados ocidentais das primeiras informações sobre os crimes vindas da Polónia e da Rússia, em 1941, e a publicitação dos mesmos decorreram quase dois anos. Efetivamente apenas em 17 de Dezembro de 1942, foi publicamente difundida uma declaração conjunta, assinada pelos governos aliados e pelo Comité nacional da França Livre, segundo a qual os judeus da Europa estavam a ser exterminados e avisando que os responsáveis por esses crimes não escapariam ao castigo.

E a Portugal, quando chegaram informações sobre o Holocausto?

Foi então que de certeza absoluta o governo português soube do que se passava, embora já tivesse recebido das suas várias representações diplomáticas informações sobre o tratamento dos judeus nos territórios ocupados e satélites. As notícias sobre o Holocausto foram chegando ao governo de Portugal de forma desfocada, como em todo lado, mas foram-se tornando, com o tempo, cada vez mais nítidas. Em Novembro de 1941, numa carta sobre a «Ordem Nova» alemã, o ministro de Portugal em Berlim, Tovar de Lemos, observou que a forma como o partido e o Estado nacional-socialistas se relacionarem com as Igrejas, bem como «o procedimento do Governo Alemão para com os judeus» até caía «mal na opinião pública» de Portugal.

Por outro lado, através de um relatório da missão de oficiais portugueses do CEM enviados à Alemanha, de Dezembro de 1941, dava-se conta que «certas práticas seguidas no interior, pelo partido, sem que lei alguma as permita – perseguição dos judeus e eliminação de doentes considerados incuráveis» tinham vindo a levantar uma viva reação, «em especial por parte dos chefes da igreja católica, com o apoio do Exército» alemão. O relatório acrescentava que os judeus na Alemanha e nos países ocupados eram obrigados a usar «uma grande estrela amarela, na qual se lê a palavra

⁴⁷¹ BAUER Yehuda. (2002), *Repenser l'Holocauste*, postface de Annette Wieviorka, Paris, Éds. Autrement/Frontières, pp. 219-221.

judeu» e, que, nos países Bálticos, os judeus «não podiam, por exemplo, circular nos passeios», nem exercer trabalhos «em contacto com o público» (sublinhado no texto)⁴⁷².

Quando os judeus de Paris, encarcerados no campo de internamento de Drancy, começaram a ser deportados para Leste, na segunda metade de 1942, o cônsul-geral de Portugal na capital francesa, António Alves, tentou obter a libertação dos sefarditas portugueses, promover a sua repatriação e negociar com os alemães no sentido de «os israelitas portugueses» serem «isentos do porte da estrela». O argumento do cônsul era que tal medida discriminatória «implicaria fatalmente uma desigualdade de tratamento a que não estão submetidos os cidadãos franceses residentes em Portugal, seja qual for o respectivo credo»⁴⁷³.

O MNE português também recebeu, entre Setembro de 1941 e final de 1942, diversas notícias sobre as perseguições aos judeus na Roménia, transmitidas pelo representante diplomático em Bucareste, Quartim, embora a grande maioria das informações sobre massacres tivessem chegado da Polónia ocupada. Em 22 Maio de 1942, deu entrada no MNE português um documento do responsável pelos Negócios Estrangeiros do governo polaco no exílio em Londres, a denunciar assassinatos em massa, onde eram referidos os campos de concentração de Oswiecim (Auschwitz), Sachsenhausen/Oranienburg, Mauthausen e Dachau. De novo, em 18 Junho, a Legação do governo polaco no exílio em Lisboa fez chegar ao MNE a notícia de que a Alemanha tinha o objetivo de «exterminar todos os judeus sem se preocupar com o resultado da guerra».

Em Setembro de 1942, a Reichssicherheitshauptamt (RSHA, organismo central da Segurança do Reich, que controlava todas as polícias da Alemanha nazi) questionaria o consulado alemão em Lisboa, acerca da possibilidade de as autoridades portuguesas impedirem a «emigração a partir de Portugal» dos judeus, «no âmbito da solução final da questão judaica na Europa». Em resposta, o próprio cônsul alemão em Lisboa, Hollberg, informou a RSHA de que, atuando «segundo critérios de humanidade», o Estado português não iria «impedir de forma nenhuma, judeus, de qualquer nacionalidade, de emigrar para estados além-mar», pelo que era inútil «tentar realizar a

⁴⁷² AHD-MNE, GSG 6, pasta 3, 6/12/1941. Relatório da missão de oficiais do CEM à Alemanha.

⁴⁷³ FRANCO, Manuela. (2002) «Os Judeus em Portugal», *Dicionário de História de Portugal*, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Porto, Ed. Figueirinhas, volume 8, pp. 314-324.

repatriação dos judeus existentes em Portugal através das ligações existentes entre as polícias» dos dois países⁴⁷⁴.

Ainda nesse ano de 1942, Salazar recebeu um relatório, enviado pela Igreja portuguesa, onde se denunciava a ocorrência de muitas mortes nos campos nazis, nomeadamente no de Oswiecim (Auschwitz) na Polónia, embora não se especificasse que se tratava de judeus⁴⁷⁵. Mais importante foi uma carta, recebida por Salazar, dos Serviços de Censura, sobre uma notícia que o jornal católico *A Voz* pretendia publicar no primeiro dia de 1942, onde se dava conta «da exterminação das crianças» na desventurada Polónia. A Censura considerara passagens da notícia de tal forma «fantasiosas, ou pelo menos exageradas» que as haviam “cortado”, impedindo a sua publicação⁴⁷⁶.

De qualquer forma, como se viu, o governo português foi informado, através da já referida declaração conjunta dos Aliados, de 17 de Dezembro de 1942, do «propósito» alemão de «exterminar o povo judeu da Europa». O representante do governo polaco no exílio, em Lisboa, continuou a fazer chegar, em Janeiro de 1943 ao MNE português diversos documentos sobre o extermínio de judeus nos territórios ocupados pelos alemães⁴⁷⁷. No dia 25 desse mês, Edward Raczynski, em nome do governo polaco, descreveu os «meios empregues pelas autoridades de ocupação alemãs para a exterminação em massa de Judeus nos territórios da Polónia». O mesmo documento polaco informava que os alemães tinham estabelecido na Polónia 24 campos de concentração, entre os quais se contavam os de Treblinka e Oswiecim (Auschwitz), dando conta das inúmeras mortes ocorridas neste último.

Mesmo assim, quando a Legação alemã em Lisboa deu conta ao governo português, em 4 de Fevereiro de 1943, que, por «motivos de cortesia», este último teria a oportunidade de retirar dos «territórios sob domínio alemão os judeus de nacionalidade portuguesa», Portugal atrasou o referido repatriamento. Relativamente aos judeus de ascendência portuguesa, a residir na França ocupada, após muitas vicissitudes, 137 judeus sefarditas de ascendência portuguesa ali residentes acabariam por chegar a Portugal, entre Setembro e Novembro de 1943.

⁴⁷⁵ AOS/CO/NE 2 pasta 46 «Situação religiosa na Alemanha (1942)»

⁴⁷⁶ AOS/CO/NE 2 pasta 48. «Notícia sobre a exterminação de crianças judaicas (1942)»

⁴⁷⁷ AHD-MNE, 2.º piso, armário 49, maço 76; 3.º piso A69 M163 a e b, 3.º piso, A 48, M 22-23

A Legação alemã em Lisboa voltou a informar Salazar, em Dezembro, que, «por motivos de ordem policial», era «necessária a deportação imediata de todos os judeus na Itália e Grécia», perguntando ao governo português, se desejava o envio imediato dos mesmos para Portugal⁴⁷⁸. Face à demora da resposta portuguesa, em 5 de Maio de 1944, o ministério dos Estrangeiros alemão enviou à Legação portuguesa em Berlim, uma lista com os nomes de 19 judeus portugueses encarcerados em Atenas, que haviam sido transferidos, com 155 judeus espanhóis e dezenas de outros de diferentes países europeus, para o campo de concentração de Bergen-Belsen⁴⁷⁹. Os 19 judeus chegariam a Portugal, em Julho de 1944⁴⁸⁰, mas, a 28 desse mês, a Legação de Portugal em Berlim enviou a Salazar mais uma lista de 13 judeus, oriundos da Grécia (nascidos em Salónica e Kavalla), cujo destino se desconhece.

Diferente foi a sorte dos judeus portugueses na Holanda. Para escaparem aos nazis, cerca de 4.300 judeus sefarditas portugueses, aí residentes, tentaram negar a sua pertença ao povo judeu, pedindo a isenção da aplicação das leis antissemitas alemãs⁴⁸¹. Em Agosto de 1942, o comissário do Reich para os territórios Holandeses Ocupados informou «que os “marranos” devem ser vistos como judeus». O caso dos judeus holandeses que se diziam de ascendência portuguesa, que solicitavam a repatriação para Portugal terminaria da pior maneira, dado QUE, dos 4.000 membros da comunidade israelita portuguesa, só se salvariam 500⁴⁸².

O caso da Hungria foi também diferente dos anteriores. A Legação portuguesa em Budapeste, a cargo do ministro Sampaio Garrido e depois do encarregado de Negócios Teixeira Branquinho, concedeu, tais como as outras representações diplomáticas de países neutrais e do Vaticano, «passaportes provisórios» portugueses aos judeus húngaros, «que iniludivelmente provassem ter tido nos últimos anos quaisquer espécie de relações morais, intelectuais ou comerciais com Portugal ou com o Brasil»⁴⁸³. Todos os «suplicantes» tiveram de assinar um documento, «comprometendo-

⁴⁷⁸ AHD-MNE. Legação da Alemanha em Lisboa-Aide mémoire, Dezembro de 1943.

⁴⁷⁹ *Judeus em Portugal. O Testemunho de 50 Homens e Mulheres*, dir. José Freire Antunes, Versailles, Edeline, 2002, pp.107-111

⁴⁸⁰ ALEXANDRA, Nair (2002) «Judeus ibéricos no Levante: Salónica», *Estrelas da Memória*, dir. editorial e coordenação de Esther Mucznik, autores Jean Pierre Guéno e Jérôme Penard, Paris, Les Arènes, 2002 e Lisboa, Global Notícias Publicações, 2005, pp. 218-227.

⁴⁸¹ LOUÇÃ, António (2005) *Conspiradores e Traficantes. Portugal no Tráfico de armas e Divisas nos Anos do Nazismo. 1933, 1945*, Lisboa, Oficina do Livro, pp. 206-207.

⁴⁸² AVNI, Haim p. 212, cit. por António Louçã, *Conspiradores e Traficantes...*, pp. 199, 203-206

⁴⁸³ Doc. 15 – Informação/Resumo de Teixeira Branquinho, de 20 de Abril 1945, *Vidas Pouçadas. A acção de três diplomatas portuguesas na II Guerra Mundial*, dir. FRANCO, Manuela coord. FRANCO,

se a nunca invocar o passaporte» para solicitar a nacionalidade portuguesa⁴⁸⁴. Seja como for, aponta-se para 1.000 o número de pessoas protegidas na Hungria, pelos diplomatas portugueses, das quais 700 ou 800 receberam passaportes provisórios⁴⁸⁵.

Manuela e FEVEREIRO, Isabel (Setembro, 2000) catálogo da Exposição Documental, Ministério dos Negócios, pp.76-78.

⁴⁸⁴ FRANCO, Manuela «Os Judeus em Portugal», *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8, pp. 314-324; Doc. 15, Informação resumo de Teixeira Branquinho, de Abril de 1945, *Vidas Pouçadas...*, pp. 124-125

⁴⁸⁵ MENDES, João e VIANA, Clara *Público*, *Revista* 27/3/1994, cit. em *Judeus em Portugal*, p. 465.

DIPLOMACIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A ideia de hispanismo

Paulo Rodrigues Ferreira

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Na viragem do século XIX para o século seguinte, o iberismo transformou-se numa expressão em desuso, sobretudo por terem perdido força certas correntes de opinião que procuravam integrar as nações peninsulares num espaço territorial, político e económico mais vasto, como o federalismo proudhoniano ou a união monárquica prodigalizada por *La Iberia* (1852), de Sinibaldo de Mas. Em Portugal, influenciados pela *História da Civilização Ibérica* (1879), de Oliveira Martins, aqueles que defendiam aproximações entre as nações peninsulares passaram a defender uma ligação cultural, espiritual, mas não política, entre os dois países. Mesmo em Espanha, figuras como Miguel de Unamuno não escondiam a influência que a obra de Martins tivera na formulação do seu iberismo cultural.

Com a publicação de obras como *A Aliança Peninsular* (1924), de António Sardinha, termos como hispanismo (hispanidade em Espanha) ou peninsularismo ganharam relevância suficiente para substituírem o conceito de iberismo. Se, na segunda metade do século XIX, autores oriundos dos mais variados campos ideológico-políticos recorriam ao iberismo para se referirem, em termos genéricos, a uma ligação política entre os dois países ibéricos que poderia, por exemplo, incluir a criação de uma federação ou de uma união monárquica ibérica, em finais desse século, esse conceito de iberismo tinha já uma conotação pejorativa para quem sustentava uma perspectiva cultural, espiritual e económica da aliança peninsular.

As palavras hispanismo ou hispanista não são usadas em Espanha. No *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española*, o “hispanista” surge como a pessoa versada na língua e na cultura espanhola. Mas essa definição parece-se com a de Alfred Morel-Fatio, autor francês de finais do século XIX que definia o hispanista como aquele que se dedicava ao estudo da cultura no mais amplo sentido⁴⁸⁶. Rafael Altamira viria a propor a distinção entre hispanistas, ou amigos do mundo hispânico, e hispanólogos, ou estudiosos do espanhol⁴⁸⁷. Certo é que, sendo um conceito dotado de um fundamento claramente filológico, uma vez que se orienta originariamente para o

⁴⁸⁶ MORALES, Ricardo (2000), “Presentación”, *Historia Contemporánea*, nº20, Bilbao, Universidade do País Basco, p.XV.

⁴⁸⁷ ALTAMIRA, R. (1898), *De Historia y Arte*, Madrid, Victoriano Suárez.

estudo da civilização, o hispanismo não deixa de ter um sentido amplo. Interdisciplinar, não está limitado a uma época, nem a um tema, e engloba a história, a filosofia, a literatura e as instituições políticas e culturais⁴⁸⁸.

Hispanidade é a expressão que em Espanha mais representa a aproximação cultural e espiritual entre os países ibéricos, e entre estes e as antigas colónias da América do Sul. Atenta Abelardo Bonilla⁴⁸⁹ que a primeira vez que se fez referência a essa palavra foi em *Idearium Español* (1898), de Ángel Ganivet. Encarando com otimismo as possibilidades do seu país, e sugerindo que uma nação não se media apenas pelo tamanho da sua população nem pela extensão do seu território, mas também pela grandeza da sua ação na história⁴⁹⁰, o escritor e diplomata granadino defendia nesta obra lançada no rescaldo do “Desastre” de 1898 que, apesar de todos reveses que tinham sofrido, os espanhóis ainda tinham capacidades para se regenerarem cultural e espiritualmente.

Ganivet salientava que o “espírito artístico” era uma rede nervosa que tudo enlaçava, unificava e movia⁴⁹¹. A síntese espiritual de um país era a sua arte. Os elementos que compunham o espírito artístico espanhol eram a religião, o misticismo e o cavalheirismo. Se o misticismo (a exaltação poética), tal como o fanatismo (a exaltação da ação), se afirmara no espírito religioso da Espanha depois de oito séculos de contacto com os árabes, no que se refere ao cavalheirismo, não existia nada na arte espanhola que se sobrepusesse ao Quixote, o maior de todos os conquistadores. Ganivet acercava-se do iberismo cultural. Considerava que o mais útil para os dois países era a aceitação da separação dos dois países ibéricos. Para evitar que Portugal procurasse apoios estranhos à Península, era necessário que se enterrasse para sempre o tema da unidade política e se aceitasse sem maquiavelismos a separação dos dois países⁴⁹². A Espanha deveria incluir a América do Sul nesta sua nova forma de estar no mundo, menos ligada à expansão territorial do que a alianças espirituais e intelectuais. Se a ideia da fraternidade universal era utópica, a ideia da fraternidade entre povos irmãos era real. Aproximavam-nos a história, a raça, o idioma, a religião, os interesses económicos e a cultura.

⁴⁸⁸ AROSTEGUI, Julio (2000), “El Observador en la tribu (los tratadistas extranjeros y la historia española)”, *Historia Contemporánea*, nº20, Bilbao, Universidade do País Basco, p.9.

⁴⁸⁹ BONILLA, Abelardo (1959), “Concepto histórico de la hispanidad”, *Cuadernos Hispanoamericanos*, nº120, Madrid, Instituto de Cultura Hispánica, pp.247-254.

⁴⁹⁰ GANIVET, Ángel (1905) [1897], *Idearium Español*, 2ªed., Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, p.15.

⁴⁹¹ Id., *Ibidem*, p.73.

⁴⁹² Id., *Ibidem*, p.113.

Conquanto não tenha teorizado diretamente sobre os conceitos de hispanismo ou hispanidade, Oliveira Martins foi dos primeiros autores portugueses a deslocarem a problemática das relações com a Espanha para uma dimensão cultural. Na *História da Civilização Ibérica*, defendendo que a origem dos povos ibéricos resultava da combinação dos berberes do Norte de África (líbio-fenícios) com a influência dos romanos, o historiador realçava a ideia de génio ou alma peninsular. O génio peninsular resultava da diversidade de raças, tradições e instituições existentes ao longo dos séculos na sociedade peninsular⁴⁹³. O misticismo na península, afirmação da vontade humana, tinha uma origem espontânea, era moral e não religioso. Na Idade média, este misticismo tinha-se refletido na luta contra os sarracenos e na literatura cavalheiresca. Durante os Descobrimentos, na sua ânsia de independência, os povos da península tinham quase alcançado o estatuto de deuses para realizarem feitos heroicos⁴⁹⁴. Heróis como Colombo, Inácio de Loyola ou Carlos V “encontraram na alma a fé ardente que excedia os meios humanos”⁴⁹⁵. No peito dos grandes homens portugueses, guerreiros e justos, pulsava uma “alma que soube cantar num poema imorredouro”⁴⁹⁶, um sentimento definido por Camões.

A favorecer uma aliança com a Espanha estava, portanto, o facto de os elementos étnicos que compunham Portugal também se encontrarem no país vizinho. O heroísmo, o idealismo, o entusiasmo religioso, traços do génio nacional, eram comuns aos povos ibéricos⁴⁹⁷. Como Ganivet, Oliveira Martins acreditava que a conformidade do génio, de instituições sociais, de missão e de percurso históricos militava a favor de uma aliança entre os dois povos ibéricos, que respeitasse a independência de cada país, para resistir à asfixiante hegemonia saxónica⁴⁹⁸.

O primeiro escritor espanhol a usar o termo hispanidade num sentido histórico-cultural foi Miguel de Unamuno, que apontava para uma unidade do mundo hispânico, composto pela Espanha e pelas nações de ascendência espanhola. A base dessa unidade não se fundava na raça, nem na religião, nem na política, mas na língua castelhana. A língua e o estudo da literatura hispano-americana eram os fundamentos da única raça que poderia juntar tantos povos, a raça espiritual (Unamuno rejeitou sempre a ideia de

⁴⁹³ OLIVEIRA MARTINS, J.P. (1954) [1879], *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães Ed., p.208.

⁴⁹⁴ Id., *Ibidem*, p.217.

⁴⁹⁵ Id., *Ibidem*, p. 242.

⁴⁹⁶ Id., *Ibidem*, p. 255.

⁴⁹⁷ MAURÍCIO, Carlos (2005), *A Invenção de Oliveira Martins - Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, INCM, p.109.

⁴⁹⁸ Id., *Ibidem*, p.83.

uma raça hispânica)⁴⁹⁹. Conceito dinâmico, em devir, a sua hispanidade englobava as nações que falavam espanhol, Portugal e o Brasil. Unamuno fazia da hispanidade uma categoria histórica que remetia para uma unidade espiritual, uma alma num território atravessado por contradições. Tinha também relações de proximidade com vários autores sul-americanos.

Numa outra dimensão, mas não menos influenciado por conceitos como os de génio peninsular, civilização ibérica e patriotismo peninsular, de Oliveira Martins, o escritor, historiador e crítico literário Fidelino de Figueiredo desenvolveu no seu exílio em Espanha, entre 1928 e 1929, pensamento relevante sobre o lugar dos povos peninsulares, prolongando o debate inaugurado pela *História da Civilização Ibérica*. O que para Fidelino verdadeiramente dominava o homem era o clima espiritual, a atmosfera das ideias, sentimentos, noções e valores⁵⁰⁰. Desvalorizava as teorias raciais e étnicas para valorizar o que havia no conjunto espiritual, das ideias e da cultura.

Em *As duas Espanhas* (1932), situava o país vizinho entre dois pólos representados por Quixote e Filipe II, os dois espanhóis mais presentes na consciência do país vizinho. Enquanto Quixote representava o que de mais nobre existia na alma espanhola, Filipe II dividia, porque congregava a força do ódio e da paixão, dos “sentimentos nacionais que humilhou”, da intolerância religiosa, da centralização e da burocracia, do “despotismo sereno e firme com que esculpiu” a Espanha⁵⁰¹. O pêndulo balançava entre a liberdade e o despotismo. Entre estas duas atitudes antagónicas, que tinham deixado tantas marcas na história contemporânea espanhola, a Espanha só poderia optar pela atitude quixotesca, a única que trazia a liberdade, o cosmopolitismo, a abertura de fronteiras e de espírito e o caminho para o progresso material e intelectual. Fidelino desenvolvia, então, uma atitude cosmopolita. Citava Ángel Ganivet e Miguel de Unamuno como críticos do provincianismo, ou de um conservadorismo excessivo, que muitas vezes afectara os povos peninsulares⁵⁰², recordando que os dois referidos autores tinham Quixote, o grande representante do espírito espanhol, cosmopolita por essência, como um herói que não tinha fronteiras para colocar em prática os seus valores libertadores⁵⁰³.

⁴⁹⁹ BARAHONA, Luís (1965), “Unamuno e Hispanoamerica”, *Revista de filosofia de la Universidad de Costa Rica*, vol.5, nº17, São José, Costa Rica, Julho-Dezembro, pp. 53.

⁵⁰⁰ FIGUEIREDO, Fidelino (1932), *As Duas Espanhas*, Coimbra, Imp. da Universidade, p.12.

⁵⁰¹ Id., *Ibidem*, p.39.

⁵⁰² Id. (1929), *Notas para um Ideário Português*, Lisboa, pp.93-94.

⁵⁰³ Id., *As Duas Espanhas*, p. 223.

Pascoaes e Fernando Pessoa encontram-se entre os autores portugueses das primeiras décadas do século XX que mais foram influenciados pelo iberismo catalanista. Este iberismo explodiu em 1906 graças ao movimento da Solidaritat Catalana. Na *Arte de Ser Português* (1915), Pascoaes opunha-se ao centralismo castelhano, referindo que Portugal resistia havia oito séculos ao poder absorvente de Castela⁵⁰⁴. Esta faceta anti-castelhana de Pascoaes provinha, como sublinha Martínez-Gil, do seu contacto com a cultura catalã e com autores como Ribera i Rovira⁵⁰⁵. Em *Atlàntiques* (1913), Ribera i Rovira daria vida ao *Anyorantisme*, versão catalã do Saudosismo. Acrescente-se que, em 1918, a convite de Eugeni d'Ors (em nome do Institut d'Etudis Catalans), Pascoaes proferiu umas conferências na Catalunha, que depois constituiriam o volume *Os poetas lusíadas* (1919). Para dar apenas mais alguns exemplos desta proximidade entre Pascoaes e o mundo catalão, assinala-se que o catalão lusitanista Ribera i Rovira⁵⁰⁶, que em 1907 publicou o livro *Iberisme*, com prólogo de Teófilo Braga, foi correspondente da revista *A Águia*⁵⁰⁷, e viu editadas duas conferências suas, “A Educação dos povos peninsulares”(1912) e “O Génio peninsular”(1914), pela Renascença Portuguesa.

O iberismo de Teixeira de Pascoaes concretizava-se a partir da união das “almas” e dos “espíritos” ibéricos. Num texto escrito num registo muito próximo do literário, intitulado “Alma Ibérica”, rotulava a “Ibéria” de idealista e pessimista, notando que essa dualidade irrompia a todo o momento na paisagem pitoresca ibérica — nos montes asturianos e pirenaicos, na *llanura* castelhana e alentejana, na Lezíria do Tejo, nas Veigas minhotas e galaicas, nos Montes Hermínios ou nos planaltos transmontanos. Até na forma de actuar e de pensar se reflectia esta dualidade. Se, por um lado, os “iberos” conseguiam atingir a mais alta humanidade, sendo capazes de agir com uma nobreza imensa, por outro lado, podiam ser desumanos ao ponto de matar touros e queimar hereges⁵⁰⁸. Não de origem filosófica, mas ascética ou “faminta”, o ibero vivia faminto de imortalidade e sedento de infinito, um “Filipe de pedra negra [...]

⁵⁰⁴ PASCOAES, Teixeira de (1991), *Arte de ser Português*, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 58.

⁵⁰⁵ MARTÍNEZ-GIL, Víctor (1997), *A Ideia Iberista na Geração do «Orpheu»*, Nápoles, Liguori, Sep. do *Congresso Internacional, Portugal e os mares: um encontro de culturas*, p.123.

⁵⁰⁶ Desde 1900, ano em que veio viver para Portugal, começou a publicar artigos nos mais diversos periódicos, desde *O Século* ao *Diário de Notícias*. Publicou também conferências e livros como *Portugal artístico* (1905) e *Portugal literari* (1912).

⁵⁰⁷ Desde Setembro de 1912 até Julho de 1919.

⁵⁰⁸ PASCOAES, Teixeira de (1990), “A Alma Ibérica”, *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*, compilação, introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Círculo de Leitores, p.285.

num mendigo castelhano” ou um “fantasma do rei Sebastião num mendigo de Coimbra”⁵⁰⁹.

Um pouco à semelhança de Pascoaes, Fernando Pessoa referia que o espírito castelhano era inimigo do espírito ibérico, mas ia mais longe do que o poeta-filósofo ao observar que, do ponto de vista civilizacional, os grandes inimigos da “Ibéria” eram a Alemanha, a França e a Igreja Católica⁵¹⁰. Contra o centralismo castelhano e contra o domínio das principais potências europeias, as etapas a seguir deveriam ser: a queda da monarquia espanhola, a destruição do domínio da França no ocidente europeu, a conquista do Norte de África e, por fim, a “Aliança Ibérica”, com um decorrente domínio espiritual das Américas do Centro e do Sul⁵¹¹. O primeiro passo para o início desta caminhada para a civilização ibérica, que desembocaria numa confederação, tinha sido dado por Portugal, com a instauração da República de 1910 por republicanos “incapazes de qualquer actividade do cérebro anterior”⁵¹².

Em inícios do século XX, o conceito de hispanidade teve em igual medida uma grande difusão em Espanha com a interpretação católico-tradicionista da identidade nacional espanhola, que afirmava a nacionalidade espanhola através da sua projecção para o exterior, sobretudo para as nações ibero-americanas. Nesta interpretação do conceito de hispanidade, via-se a Espanha e Portugal como duas nações diferenciadas mas herdeiras de uma mesma cultura superior, de um mesmo ideal de civilização cuja base era o catolicismo. De modo geral, apelava-se a uma retórica imperial e dava-se relevo a identificadores simbólicos, como a bandeira, o hino, as celebrações sociais e a exaltação de figuras históricas e de monumentos. Falava-se de raça, de religião, de história. Menéndez Pelayo foi um dos primeiros espanhóis a contribuir para formular uma visão de um hispanismo conservador. A ele juntavam-se nomes como os de Ramiro de Maeztu, Zacarías Vizcarra (bispo espanhol a viver em Buenos Aires), Manuel García Morente (filósofo católico espanhol que nos últimos anos da sua vida se tornou sacerdote) ou José Maria Pemán (poeta e escritor monárquico que aderiu à ditadura de Primo de Rivera), autores que defendiam que a América era um produto histórico-cultural da evangelização espanhola. As tendências deste hispanismo

⁵⁰⁹ Id., *Ibidem*, p.286. Pascoaes afirmava que a Ibéria tinha duas mães que representavam a sua alma, Soror Mariana e Santa Teresa. Uma profana, outra sagrada, ambas representando o amor humano. E se a alma era feminina, o espírito, masculino, era representado por Kant, Lord Kelvin, Bacon, Descartes ou Laplace.

⁵¹⁰ PESSOA, Fernando (1980), *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, Lisboa, Ática, p.166.

⁵¹¹ Id., *Ibidem*, p.173.

⁵¹² Id., *Ibidem*, p.162.

conservador tiveram o seu órgão de difusão cultural na revista *Raza Española*, fundada com o objectivo de promover as relações entre a Espanha e as nações ibero-americanas, mediante um trabalho proselitista.

António Sardinha⁵¹³ foi talvez o primeiro autor português a utilizar o conceito de hispanismo num sentido muito semelhante à hispanidade dos católico-tradicionistas espanhóis. A partir do exílio em Espanha (1919), a sua atitude em relação ao país vizinho mudou de forma drástica. A sua colaboração com periódicos e sociedades do país vizinho tornou-se intensa. Começou a defender uma aliança peninsular alimentada pela diversidade. Passou a ver a aproximação com a Espanha como condição essencial para que Portugal se projectasse no mundo. O hispanismo aparecia na obra de Sardinha como uma síntese de todas as experiências religiosas e culturais da humanidade. Fazia-se a ponte entre o hispanismo, aproximação entre os dois países peninsulares, e o “Hispanismo-Americanismo” (expressão usada pelo próprio), extensivo às nacionalidades sul-americanas e aos países africanos de influência portuguesa. Depois do catolicismo, a base fundamental de uma Península destinada a redescobrir a América era o conceito de latinidade – que remetia para uma “dimensão evangélica do ecumenismo”⁵¹⁴. A teorização de Sardinha sobre o hispanismo encontrou uma recepção muito favorável por parte de sectores conservadores da intelectualidade madrilena. Ramiro de Maeztu indicava alguns dos nomes que não tinham escapado à influência do integralista português: Vázquez de Mella e o marquês de Quintanar (Santibáñez del Rio), prefaciador da edição espanhola de 1939 da *Aliança Peninsular*.

Que conclusões se podem tirar deste pequeno périplo pelos autores hispanistas? Em primeiro lugar, que não só o tema das relações ibéricas nunca deixou de ser debatido durante o período em análise, como também nunca deixou de se falar de um perigo espanhol. Outra conclusão a retirar é a de que, como o iberismo, o hispanismo continuava a ser uma salvação para as crises dos dois países. Para Oliveira Martins, a conjuntura do Ultimatum era propícia à afirmação da corrente crítica em relação à aliança luso-britânica e ao federalismo ibérico até então em voga. Desconfiava-se da aliança inglesa. Por outro lado, através desta doutrina hispanista, alguns destes autores

⁵¹³SARDINHA, António (1972) [1925], *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, Lisboa, edição de autor.

⁵¹⁴CARVALHO, Paulo Archer de (1996), «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 18, p. 240.

partilharam a crença de que existia uma “raça hispânica” que juntava a Península Ibérica às ex-colónias da América do Sul⁵¹⁵.

Bibliografia:

ALTAMIRA, R. (1898), *De Historia y Arte*, Madrid, Victoriano Suárez.

AROSTEGUI, Julio (2000), “El Observador en la tribu (los tratadistas extranjeros y la história española)”, *Historia Contemporánea*, nº20, Bilbao, Universidade do País Basco, pp.3-29.

BARAHONA, Luís (1965), “Unamuno e Hispanoamerica”, *Revista de filosofia de la Universidad de Costa Rica*, vol.5, nº17, São José, Costa Rica, Julho-Dezembro, pp. 52-62.

BONILLA, Abelardo (1959), “Concepto histórico de la hispanidad”, *Cuadernos Hispanoamericanos*, nº120, Madrid, Instituto de Cultura Hispánica, pp.247-254.

CARVALHO, Paulo Archer de (1996), «Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 18, pp.231-244.

FIGUEIREDO, Fidelino (1929), *Notas para um Ideário Português*, Lisboa, Sá da Costa.

- (1932), *As Duas Espanhas*, Coimbra, Imp. da Universidade.

GANIVET, Ángel (1905) [1897], *Idearium Español*, 2ªed., Madrid, Librería General de Victoriano Suárez.

HUGUET, Montserrat (2007), “El Iberismo: Un proyecto de espacio público peninsular”, *Alcores. Revista de Historia Contemporánea*, nº4, Leão, Fundación 27 de Marzo, p.243-275.

MARTÍNEZ-GIL, Víctor (1997), *A Ideia Iberista na Geração do «Orpheu*, Nápoles, Liguori, Sep. do *Congresso Internacional, Portugal e os mares: um encontro de culturas*, pp.120-137.

MAURÍCIO, Carlos (2005), *A Invenção de Oliveira Martins - Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, INCM..

MORALES, Ricardo (2000), “Presentación”, *Historia Contemporánea*, nº20, Bilbao, Universidade do País Basco, pp.XV-XVII.

OLIVEIRA MARTINS, J.P. (1954) [1879], *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães Ed.

⁵¹⁵ HUGUET, Montserrat (2007), “El Iberismo: Un proyecto de espacio público peninsular”, *Alcores. Revista de Historia Contemporánea*, nº4, Leão, Fundación 27 de Marzo, p.263.

PASCOAES, Teixeira de (1990), “A Alma Ibérica”, *A Saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*, compilação, introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.278-289.

- (1991), *Arte de ser Português*, Lisboa, Assírio & Alvim.

PESSOA, Fernando (1980), *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, Lisboa, Ática.

SARDINHA, António (1972) [1925], *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, Lisboa, edição de autor.

O Estado Novo de além e aquém-mar: as relações luso-brasileiras e a participação do Brasil nas comemorações cívicas da Fundação e Restauração de Portugal em 1940

Sarah Luna de Oliveira

Centro de Investigação da Sociedade e da Cultura

Universidade de Coimbra

As comemorações do Centenário da Fundação e Restauração de Portugal (1940) foram uma iniciativa da Sociedade Nacional de Propaganda - exponenciada por António Ferro - intencionavam mostrar ao mundo a vitalidade e a ordem prevaletentes no Império português no contexto das guerras que convulsionavam a Europa. Ora, a suposta neutralidade de Portugal com relação ao conflito que dividia o mundo entre o bloco dos países do eixo e o bloco dos países aliados era aproveitada para ser propagandeada nesta ocasião. O que também foi uma estratégia de autoproteção perante as ameaças expansionistas de Hitler que já manifestara o seu interesse por Angola e que não parava de dilatar os limites do Reich com a ocupação de países como Polónia e França.

Frente ao eixo Berlim-Roma, era preciso proteger-se das ameaças que o governo nazista representava para Portugal, o que justificou o fortalecimento do Pacto Ibérico selado com a Espanha desde o fim da guerra civil neste país. Da perspectiva da política externa de Salazar, podemos dizer que as celebrações do Duplo Centenário em 1940 almejavam defender os domínios ultramarinos mediante a evocação histórica dos descobrimentos portugueses como bem o comprova a Exposição Histórica do Mundo Português⁵¹⁶. Deste modo, a encenação da “idade de ouro” portuguesa era exaltada não apenas como ponto alto da história nacional, mas também como contribuição deste país ao progresso da civilização humana.

Cada pavilhão integrante da Exposição do Mundo Português fazia nítida a intenção de teatralizar o passado sob a tutela do presente, de modo que na conceção de Margarida Acciaiuoli, as celebrações do Duplo Centenário se autoproclamavam como um momento de “ressurgimento nacional” que perpetuava a herança heroica da

⁵¹⁶ Já antes haviam sido tomadas iniciativas com o fim de evocar a gesta colonial. Consultar: CATROGA, Fernando. (1998) “Ritualizações da História”. *História da história de Portugal: séculos. XIX-XX – da historiografia à memória histórica*, Lisboa, Editora Temas e Debates, pp. 221-362.

fundação e da independência do país⁵¹⁷. Porém, esta retórica regeneracionista não era novidade das comemorações estadonovistas. Estas inovavam pelo grande investimento através do qual Salazar e António Ferro buscavam sensibilizar o público de um modo mais sistemático e espetacular para a grandeza do passado e do destino que a “História” guardava a Portugal. Iremos dimensionar a cooperação do Brasil de Getúlio Vargas com o Portugal de Salazar e sobremaneira, o sentido que se buscou atribuir à participação brasileira nos festejos do Duplo Centenário de 1940.

A presença do Brasil como convidado de honra na Exposição Internacional do Mundo Português deu continuidade ao estreitamento da nova fase de entendimento das relações luso-brasileiras iniciadas na segunda década do século XX⁵¹⁸. Ademais, não podemos esquecer o fato de que neste contexto histórico, Brasil e Portugal compartilhavam afinidades políticas e ideológicas capazes de privilegiar a parceria entre os governos nas duas pontas do Atlântico bem como na nova conjuntura mundial.

Como é sabido, o Estado Novo, respaldado juridicamente pela Constituição de 1933 em Portugal emprestou seu nome ao novo regime político ascendente no Brasil desde 1937 (embora o golpe de Estado tivesse sido em 1937, apenas em 1938 o Estado Novo legitimou-se no poder). Este fato inicial nos parece uma prova de aprovação e admiração que o Brasil varguista rendia ao Portugal salazarista. Da parte do governo português o convite especial dirigido ao Brasil como convidado de honra⁵¹⁹ nas festas comemorativas do Duplo Centenário (da Fundação - 1140 e da Restauração 1640) também era um sinal do lugar de relevo que o Estado Novo português atribuía ao Estado Novo brasileiro.

Naturalmente, as autoridades portuguesas estavam sensíveis à questão do fortalecimento dos laços luso-brasileiros em termos práticos, dentre os quais a

⁵¹⁷Conferir: ACCIAIUOLI, Margarida. (1998) *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, p.107.

⁵¹⁸ A visita do Presidente da República portuguesa António José de Almeida ao Brasil em 1922, a travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral e a honrosa participação portuguesa no centenário da independência brasileira inauguraram uma nova fase muito positiva para o relacionamento luso-brasileiro. Consultar: MAGALHÃES, José Calvet de. (1997) *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores.

⁵¹⁹ A princípio a intenção de Salazar era aproveitar a ocasião das comemorações do Duplo Centenário para realizar uma Exposição internacional que sintetizasse as passagens gloriosas da história portuguesa. Neste sentido, o Ministro teria pensado em pedir a colaboração de outros países na elaboração de um evento deste porte. Segundo a autora, “Que países teria o Presidente do Conselho em mente, não sabemos. O certo é que dedicava já ao Brasil uma atenção cuidada, fazendo-lhe uma ‘referência especial’ fosse qual fosse ‘a parte que nas comemorações centenárias (quisessem) amavelmente tomar outros Estados’”. Consultar: ACCIAIUOLI, Margarida. (1998) *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, p.111.

aprovação brasileira ao projeto colonialista do Estado Novo consistia um aspeto de suprema relevância.

O próprio António de Oliveira Salazar chegou a se queixar da dificuldade de conseguir o apoio brasileiro para a defesa dos interesses internacionais portugueses, expressamente ao caso do colonialismo⁵²⁰, “O anticolonialismo é uma constante da política brasileira mas outra constante é também o não-reconhecimento das anexações territoriais obtidas pela força” (SALAZAR, 1944: 196).

De todos os modos, para lograr tal objetivo, era preciso “seduzir” o Brasil e tratá-lo como uma espécie de “filho prodígio” de modo que o reconhecimento português da grandiosidade da nação brasileira pudesse ressaltar a componente lusitana de sua história e nacionalidade. Com isto, se pretendia lograr o apoio brasileiro nas questões colonialistas do governo português, uma vez que, tendo a ex-colônia sul-americana como aliada, a ação colonizadora lusitana poderia combater as pressões internacionais e encontraria seus argumentos contra a tendência mundial da autodeterminação dos povos.

Entretanto o êxito deste desiderato implicava no enaltecimento de um passado comum entre os dois países, como atestam as palavras do Presidente da Comissão Executiva dos Centenários portugueses na ocasião da entrega das terras do Pavilhão do Brasil ao Delegado Executivo da Comissão brasileira do evento, Sr. General Francisco José Pinto:

O Brasil vem contar-nos, na grandeza das suas revelações, o que fez da nossa herança colonial, a que esplendor e a que opulência elevou o patrimônio que deixamos nas suas mãos. As fundações do Pavilhão Brasileiro sobre as quais vai lançar-se a benção ritual, revestem-se para nós – como todo este conjunto de edifícios – de expressão e de sentido simbólico. Construir é subir. Subiremos unidos, e tão alto, que as duas Nações possam ver distintamente, não apenas o passado de que se orgulham, mas o Futuro glorioso que as espera. Em nome da Comissão Executiva, a que presido, saúdo na pessoa de V. Ex^a, Senhor embaixador, o excelso Presidente Getúlio Vargas, a cujo espírito superior tanto interesse merecem as Comemorações portuguesas; na pessoa do ilustre Delegado Executivo, a Comissão Brasileira dos Centenários, presidida pela figura prestigiosa do Sr. General Francisco José Pinto; em vossa Excelência, Senhor Comissário Geral da Exposição do Mundo Português, todos os colaboradores da sua obra admirável; - e faço veementes votos para que a íntima cooperação de Portugal e do Brasil, durante o ano áureo de 1940, torne, se é possível, ainda mais estreitos e perduráveis os laços de afecto que unem as duas Nações (Revista dos Centenários, 1940: 15-16) .

⁵²⁰ Consultar: SALAZAR, António de Oliveira. (1944) *Discursos e notas políticas*, Coimbra: Coimbra Editora, volume 6, p. 196.

Por sua vez, o Brasil também possuía interesses próprios que justificavam a colaboração nestas festas portuguesas de 1940, ano que coincidiu com o segundo aniversário do Estado Novo brasileiro, fato que foi adequadamente aproveitado para a autopropaganda do regime frente à opinião pública portuguesa e europeia, em um sentido mais amplo. No opúsculo formulado exclusivamente com a intenção de ser distribuído as autoridades portuguesas naquela ocasião encontra-se um artigo redigido pelo Presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas intitulado “O Brasil e o Estado Novo”:

A comemoração do segundo aniversário do novo regime encontra o país em perfeita ordem e entregue ao labor fecundo. Só isso representa para motivo de justo e natural regosijo. As tarefas que nos propuzemos vêm sendo realizadas sem esmorecimento e em curto espaço de tempo, os seus benefícios se estendem por todo o Brasil, desde os grandes centros do litoral às mais afastadas regiões do interior. Muito há ainda por fazer. Ninguém melhor do que nós, durante vários anos devotados ao trato das coisas públicas, tomando o pulso às necessidades, recebendo sugestões de todos os brasileiros patriotas, escolhendo cuidadosamente a oportunidade para tomar medidas que se ajustem às circunstâncias, pode evitar as deficiências da nossa organização (Brasil 1940: Homenagem a Portugal nas festas comemorativas dos Centenários da sua Fundação e Independência, 1940: 25).

Fosse de um lado como de outro, a certeza da necessidade de uma aproximação entre os dois países naquela nova conjuntura aumentava. De fato, alguns avanços concretos já haviam sido alcançados entre a diplomacia luso-brasileira desde a década de 1930, a exemplo do Tratado de Comércio consolidado em 1933, sob o propósito de estabelecer princípios de liberdade de comércio e de navegação entre os dois países, além de prever a criação de uma zona franca entre os dois países. Contudo, na prática, devido à situação de crise da economia mundial, os resultados pragmáticos foram a princípio insignificantes⁵²¹.

No entanto, com o ímpeto de reverter o quadro das relações comerciais luso-brasileiras Salazar enviou uma comissão especial ao Brasil no ano de 1938 para estudar as características em que se encontrava o comércio entre os dois países naquele momento, de modo que, um ano após a realização da Exposição do Mundo Português, celebrou-se em Lisboa um Protocolo Adicional ao Tratado do Comércio de 1933 com o intuito de incrementar as trocas comerciais dos dois países. Mesmo que ainda não viesse

⁵²¹ Consultar: MAGALHÃES, José Calvet de. (1997) *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores, pp. 59-60.

a resolver o problema do protecionismo econômico luso-brasileiro, tal Protocolo deixava trilhado o caminho que seria percorrido para o novo Acordo de comércio de 1949, que por fim trouxe resultados significantes para as trocas comerciais entre Portugal e Brasil devido a sua harmonia com a liberalização da economia no período do pós-guerra⁵²².

Contudo, buscou-se legitimar a parceria luso-brasileira através de argumentos historicistas, de modo que, a representação do passado comum entre Brasil e Portugal deveria estar isenta de quaisquer elementos trágicos ou traumáticos para que a ideia de “amizade” entre os dois povos fosse entendida como algo “natural”. Tal estratégia acabou por sensibilizar o sentimento patriótico de modo recíproco em cada um destes países, onde um se sentia orgulhoso por suas origens históricas (de um ponto de vista eurocêntrico, naturalmente) e o outro se vangloriava pela prova viva de sua capacidade colonizadora e civilizadora.

Não por acaso, o Brasil constantemente mostrava a sua gratidão a Portugal aceitando o tom de aclamação que lhe era dirigido, o que podemos comprovar no discurso proferido pelo Chefe da Embaixada Especial do Brasil na sessão solene realizada na Assembleia Nacional quando da abertura da Exposição do Mundo Português:

O Brasil orgulha-se da nossa comum história até o começo do século passado e, embora integrado no pensamento e nos ideais americanos, ostenta como altíssimo título a sua origem lusitana. O patriotismo brasileiro tem, por isso mesmo, uma das suas mais profundas raízes no culto a Portugal e o nosso nacionalismo, enlaçando o presente com o passado, é um enamorado ciumento da terra esplêndida, mas busca principalmente na história e Raça as forças propulsoras das suas realizações. Consideramos a nossa ascendência lusitana como um foral de heroísmo, valor, lealdade e fé, compromisso imperativo que temos com a humanidade de continuar a grandeza nos nossos feitos. (Comissão dos Centenários, 1940: 20)

Essencialmente, este era o tom com o qual o Brasil revidava todas as homenagens que lhe eram atribuídas. Ainda como prova de gratidão o governo brasileiro enviou a Lisboa uma cópia da estátua de Pedro Álvares Cabral que fora inaugurada no quarto centenário do seu “descobrimento” em 1900 e que hoje está localizada em uma das entradas principais do Jardim da Estrela.

⁵²² Consultar: *op. cit.*, pp. 59-60.

Tal era o clima de troca de venerações entre o governo brasileiro e português, em realidade, revelador dos interesses que cada país respectivamente confiava ao outro com a esperança de fortalecê-los conjuntamente. Neste sentido, da parte do Brasil, incorporar a herança lusitana e europeia nas festas cívicas portuguesas de 1940 era também um ato oportuno para divulgar a ideia de uma nação moderna e progressista e sugerir a sua relevância econômica no continente americano como meio de garantir um bom plano nas relações com Portugal e demais países europeus.

Esta auto-representação do Brasil podia ser constatada na exposição realizada no interior do Pavilhão brasileiro:

De facto, o conjunto dos stands, organizado por Ernesto Steech, dava ampla expressão à literatura, à medicina, ao direito e à pedagogia (com destaque para José de Alencar e Olavo Bilac) e à imprensa (com citação da fundação de um órgão régio criado por D. João VI em 1808 – alicerce do primeiro jornal carioca – em referência que depois saltava para o ano de 1939 em ilustradora foto-metragem de uma conferência de imprensa dada por Getúlio Vargas a 236 diários e 700 revistas). Oswaldo Cruz, a quem o Rio de Janeiro devia o seu saneamento, teve direito a busto, assim como os pioneiros da aviação, Santos Dumont, Bartolomeu de Gusmão e Augusto Soeiro – tiveram honras de se verem figurados. Mas seria na propaganda das novas vias de comunicação que o Brasil demoraria a sua representação para além das curiosidades de ‘peças de cerâmica, flechas envenenadas de curare e redes de caboclo multicolor’ noticiadas. Ao fundo do pavilhão, o ‘stand’ de arte guardava obras de Oliani, Rodolfo Bernardelli, Martins Ribeiro, Cozzo, Guerra, Cotuzzo, Almeida Júnior, Navarro Costa e Cândido Portinari – com o seu já celebre quadro “O café”, única obra, aliás, a merecer uma cuidada reflexão nas páginas de ‘O Diabo’” (ACCIAIUOLI, 1998: 187-188).

Sob a luz do fragmento, é possível verificar que a auto referência ao governo do presidente Getúlio Vargas se sobrepôs a menção de qualquer outro período histórico. Note-se que as “novas vias de comunicação”, não apenas eram apresentadas como um signo do progresso tecnológico, mas também reforçavam a propaganda do governo varguista em terras lusitanas. Nesta perspectiva, também eram evocados nomes como o de Oswaldo Cruz, para ressaltar os avanços do urbanismo em cidades como o Rio de Janeiro, sede do Governo varguista, e a própria menção aos artistas modernos, dentre os quais se destacou sobremaneira Cândido Portinari e sua obra-prima, “O café”, pareciam também estar postos ao serviço do louvor do Estado Novo brasileiro e da ideia de “novidade” ou de “modernidade” que este governo buscava transparecer. Há aqui uma similitude com o enaltecimento das obras públicas protagonizado por Salazar no mesmo período.

Em síntese, concluímos que o Brasil estadonovista buscou se colocar no posto de país “atualizado” com as novas tendências políticas do entre guerras com o seu próprio governo de inspiração autoritária. E como acontecia, grosso modo, em algumas das realidades do autoritarismo e totalitarismo europeus (e aqui, excetuamos o caso português), a modernização da economia (ou o desenvolvimento do setor industrial) era não raro apresentada como consequência da modernização política.

Entretanto, a participação brasileira nos festejos portugueses de 1940 transcendeu sua presença física plasmada no Pavilhão brasileiro, como bem resumem as palavras do Presidente da Comissão dos Centenários, Augusto de Castro:

Veremos no Tejo, unidades da heróica marinha de guerra brasileira; nos cortejos e nas paradas cívico-históricas contingentes do seu exercício de terra e mar; a sua arte florescerá no monumento a Pedro Álvares Cabral que o Governo da República irmã oferece à Nação portuguesa; a sua indústria não deixará de afirmar, noutro certame, as suas poderosas realizações e as suas possibilidades deslumbrantes; grandes figuras da Igreja brasileira virão dizer-nos com que ardor no Brasil imenso, germinou a Fé católica dos nossos primeiros missionários; historiadores, investigadores, eruditos d’além Atlântico trabalharão conosco na obra, que ousou supor definitiva, do Congresso Luso- Brasileiro de História; num só claustro pleno intercontinental, as Universidades, as Academias, os Institutos das duas nações glorificarão o passado comum, a maravilhosa língua portuguesa, falada desde o século XVI, em todas as partes do Mundo

(Comissão dos Centenários, 1940: 14-15).

A presença multifacetada do Brasil nas comemorações portuguesas de 1940 é sintomática para a compreensão das intenções que historicamente o evocavam e que este mesmo evocava. Seja como for, a antiga colônia vestia as alusões positivas que as encenações do passado lhe resguardavam e reclama orgulhosamente o seu ADN lusitano. Contudo, as exaltações da história comum entre os dois países não se limitaram ao plano das trocas de homenagens entre os dois governos, ou às comemorações exclusivamente. Estas também chegaram ao ambiente acadêmico e científico mediante a realização do primeiro Congresso Luso-Brasileiro de História que teve por principal objetivo o

(...) esclarecimento de factos passados cuja sombra se projecta ainda na alma dos dois povos e cuja exacta interpretação não é indiferente, nem à nossa amizade actual, nem ao nosso entendimento futuro (Congresso do Mundo Português, 1940, p. 268).

Se a evocação do passado comum era uma estratégia de avanço para a parceria luso-brasileira no presente, os argumentos dos historiadores e profissionais da memória se faziam imprescindíveis neste sentido. Era preciso rever a história, selecionar os fatos, reinterpretá-los do ponto de vista de uma teleologia que desse vitória a comunhão entre os povos luso-americanos. Seja como for, para além de buscar difundir uma história comum entre a ex-colônia e a ex-metrópole que tivesse impactos positivos em seu relacionamento no presente, o Congresso Luso-Brasileiro de História também proporcionou a aproximação entre a intelectualidade dos dois lados do Atlântico, abrindo novas cooperações e a possibilidade de novos vínculos culturais.

Para efeitos de conclusão podemos dizer que embora a colaboração brasileira nas festas do Duplo Centenário fosse um momento de suma relevância para o bom relacionamento luso-brasileiro, tal parceria encontrou suas limitações, uma vez que o apoio brasileiro ao projeto colonialista português só seria conquistado com ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder em 1960.

Bibliografia

ACCIAIUOLI, Margarida. (1998), *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p.107.

BARROS, Júlia Leitão de. (1996), “Exposição do Mundo Português”. *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 1, pp. 325-327.

(1940). *Brasil 1940: Homenagem a Portugal nas festas comemorativas dos Centenários da sua Fundação e Independência*, Rio de Janeiro, Publicação patrocinada pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro.

Comissão Executiva dos Centenários. (1940) *Revista dos Centenários*, Lisboa, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, nº 18-30, junho, ano III.

Comissão Executiva dos Centenários. (1940) *Revista dos Centenários*, Lisboa, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, nº 13-31, janeiro, ano II.

Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. (1940) *O Brasil e a Restauração de 1640*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Congresso do Mundo Português. (1940) *Programas, Discursos e Mensagens*, Lisboa, Sessão de Congressos, vol. XIX.

Diário de Lisboa, 23 de junho de 1940.

Diário de Lisboa, 20 de julho de 1940.

“Foi inaugurado o Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português” in *O Século*, 21 de julho de 1940.

MAGALHÃES, José Calvet de. (1997) *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*, Lisboa, Quetzal Editores.

MONICA, Maria Filomena. (1999) “Exposição do Mundo Português”. *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Livraria Figueirinhas, pp. 710-711.

SALAZAR, António de Oliveira. (1944) *Discursos e notas políticas*, Coimbra: Coimbra Editora, volume 6.

Os valores europeus de Calvet de Magalhães – breve esboço

Isabel Maria Freitas Valente

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Universidade de Coimbra

Resumo

A presente comunicação integra-se na linha de investigação sobre o pensamento e ação do Embaixador José Thomaz Calvet de Magalhães (1915-2004) no processo de Integração Europeia de Portugal e abordará os valores que pautaram a sua vida. Pretende-se, ainda, demonstrar que a procura de um caminho europeu para Portugal e de uma relação sólida com os Estados Unidos, se constituiu como parte essencial da sua atividade diplomática e intelectual, como campo de aplicação do exercício da diplomacia pura.

Palavras-chave: Diplomacia, Europa, Atlântico, América, Liberalismo, Federalismo, Paz.

Como sabemos, foi longo o percurso histórico da génese e evolução da Ideia de Europa. Tendo-se constituído como processo complexo, um movimento com continuidades, ruturas e contradições que sempre suscitou debate, diálogo crítico, interrogante e problematizador entre intelectuais, políticos e muitos outros pensadores. Um intenso debate de ideias interpelou e dividiu, todavia, os defensores de diferentes projetos como, por exemplo, os defensores do federalismo e os que comungam da ideia de união.

Houve, em Portugal, lugar a uma reflexão profunda e a um esclarecimento suficiente acerca das questões europeias? Como bem se sabe, os políticos e intelectuais portugueses, regra geral, nem sempre se mostraram grandemente interessados no movimento europeu, nem participaram de modo sistemático nos diversos encontros internacionais realizados no Pós II Guerra Mundial. Exceções, no entanto, existiram.

Cabe aqui relevar a atividade intelectual e diplomática de Calvet de Magalhães⁵²³, pioneiro na chamada “diplomacia económica”⁵²⁴ e um dos protagonistas na procura de um caminho europeu para Portugal, numa época e num país ainda marcado, na sua política externa e de segurança, pelo pensamento geopolítico atlantista ou pelo isolacionismo nacionalista. Recorde-se a este propósito a carta enviada em 1953, pelo Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, aos Embaixadores portugueses no Mundo. Nela, Salazar reafirmava que a vocação portuguesa não era de integração europeia, mas sim de ligação aos espaços ultramarinos. Nesse mesmo documento

⁵²³ José Tomás Calvet de Magalhães nasceu em Lisboa, a 2 de Outubro de 1915, em plena I Guerra Mundial. Fez os estudos secundários no Liceu Passos Manuel. Destaca-se desse período o papel que tiveram na sua formação dois professores, João de Barros e Alberto Reis Machado. Com eles Calvet de Magalhães adquiriu o gosto pela História e pelo português tendo descoberto a perfeita interdisciplinaridade entre estas duas disciplinas. Este seu gosto pelas questões europeias leva-o a apresentar, no 6ºano do liceu, na disciplina de História regida pelo Professor Alberto Reis Machado, um trabalho sobre a unidade europeia no âmbito cultural – “as raízes da Europa cultural.” De referir que o seu ambiente familiar em muito contribuiu para a sua formação intelectual e política. Viveu numa e cresceu no seio de uma família profundamente liberal o que favoreceu a reflexão crítica. De referir que, dois bisavós, os Pinto de Magalhães, participaram na revolução liberal de 1820. Seu Pai foi um caricaturista político conhecido, da escola de Francisco Valença, que assinava com o apelido dos avós, Pinto de Magalhães. Cf. MELO, António. (2005), “Calvet de Magalhães, Embaixador de Corpo Inteiro”, in *Relações Internacionais*, vol. N.º 8, Lisboa, pp.93 a 116.

⁵²⁴ Em 1941 candidatou-se e ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), na mesma altura em que entraram para o Ministério dos Negócios Estrangeiros Eduardo Brasão e Franco Nogueira. Estreou-se na direcção-geral dos Negócios Económicos, uma área da diplomacia em que veio a especializar-se. Não deixa de ser oportuno, ainda que de forma muito sucinta, enunciar o trajecto de Calvet de Magalhães ao serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Depois de cumprida a normal permanência como adido de legação, na Secretaria de Estado, é nomeado é nomeado Cônsul Adjunto do Consulado Geral em Nova Iorque, em 17 de Maio de 1945. E, pouco tempo depois, a 1 de Agosto de 1945, é transferido para a Embaixada de Washington. Em 2 de Fevereiro assume a gestão, interinamente, do Consulado de Bóston, e a 31 de Maio desse ano é colocado no Consulado de Cantão. Em Março de 1951 foi nomeado Secretário da Embaixada em Paris, já então como elemento do quadro diplomático, dando início a uma carreira tão longa como relevante. Logo em Maio de 1951 integrou a delegação portuguesa junto do conselho permanente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO – OTAN), funções que acumulou com a de representante de Portugal no Comité Internacional permanente para a coordenação de medidas a adoptar pelos países ocidentais com vista ao embargo de exportação de produtos estratégicos destinados ao bloco sino-soviético (COCOM). Este comité tinha como objectivo gerir o embargo da exportação de produtos para o mundo soviético e a China. Em Janeiro de 1956 foi nomeado chefe da delegação permanente em Paris da Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE) e representante permanente de Portugal junto da Organização Europeia de Comissão Económica (OECE), com o título de Ministro Plenipotenciário de 2ª classe. Acompanhou por diversas vezes os representantes portugueses durante as negociações da European Free Trade Association (EFTA) e presidiu a várias reuniões preparatórias da EFTA realizadas em Estocolmo e Saltsjöbaden em 1959. Foi Embaixador de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1962. Anos depois, foi nomeado Vice-Presidente da Comissão de Estudos sobre a Integração Económica Europeia criada por despacho da Presidência do Conselho e dos Ministérios das Finanças, da Economia e dos Negócios Estrangeiros em Março de 1970. A 12 de Julho de 1971 assume as funções de Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e finalmente Embaixador na Santa Sé, por decreto de 9 de Agosto de 1974 até 25 de Setembro de 1980.

punha, aliás, em dúvida, a viabilidade do projeto europeu, com países diferentes, designadamente nos seus regimes políticos, republicanos e monárquicos.

De estudante a diplomata, de historiador a escritor, de filósofo a pedagogo, do cidadão ao político, o percurso e obra deste intelectual multifacetado situam-se entre a unidade e diversidade, pensamento e ação, realidade e utopia, singularidade e complexidade.

Podemos ao longo da sua vasta obra seguir a trama do seu pensamento e ação, através da sua *pena e voz* que incessantemente fazem a apologia da paz como valor e a diplomacia como seu instrumento – esta é a sua concepção kantiana da diplomacia pura. Para Calvet de Magalhães, a função essencial do diplomata é a de “fazedor da Paz”. A Paz constitui, assim, um traço forte do humanismo de Calvet de Magalhães que se constitui como um herdeiro do “pensamento liberal e humanitário” da escola de Andrade Corvo⁵²⁵, bem como do pensamento liberal da chamada geração de 70, de Eça de Queirós e de Antero de Quental a quem, aliás, dedicou duas biografias, a par dos estudos sobre Garrett, segundo ele “um ardente combatente do liberalismo.”

Acresce que todo o seu pensamento recusa o nacionalismo ideológico, que foi, a seu ver, causa da “terrível tragédia” europeia e mundial. Ao nacionalismo exacerbado contrapõe o patriotismo que assenta num amor tranquilo pela Pátria e no amor natural pelos seus do qual não se alimenta da desconfiança nem de ódios e rancores pelas outras nações. Bem pelo contrário, é enorme a sua admiração por todas as nações em que viveu e trabalhou, sejam elas os Estados Unidos, a França ou a Itália.⁵²⁶ Também não pode deixar de nos interessar o debate surdo entre europeístas e isolacionistas que atravessou a diplomacia portuguesa logo desde o final da Segunda Guerra Mundial. O entusiasmo que Calvet de Magalhães manifestou desde muito cedo pela integração europeia justifica que não estranhemos que tenha sido ele, com o Embaixador Ruy Teixeira Guerra, um dos promotores da política dessa mesma integração. Como escreveu, o seu

“ideal de unidade europeia era anterior à Segunda Guerra Mundial, ao Congresso da Haia e à criação das comunidades europeias. Estas surgiram para mim, como

⁵²⁵ Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1871 a 1879.

⁵²⁶ As múltiplas viagens e leituras contribuíram para a sedimentação deste seu pensamento anti-nacionalista. Relembre-se que em 1945 ocupou funções como consul-adjunto em Nova Iorque, sendo transferido no mesmo ano, para Washington. No ano seguinte partiu para Boston, onde assumiu o respectivo consulado, seguindo depois para Cantão, e aí permaneceu entre 1948 e 1950, data em que regressou a Lisboa.

para os europeístas da minha geração, discípulos de Coudenhove-Kalergi, como meios ou processos para alcançar a almejada integração política europeia”.⁵²⁷

É inegável que a aproximação de Portugal aos movimentos internacionais “resultou principalmente da conjugação de vários esforços e iniciativas pessoais, mais do que o resultado de uma política consciente governamental.”⁵²⁸

Neste sentido, o aparecimento e crescimento de uma corrente internacionalista pró-europeia no Ministério dos Negócios Estrangeiros, durante o antigo regime, é talvez um dos aspetos mais interessantes da história da diplomacia portuguesa no pós-guerra.

Ora, de facto, Calvet de Magalhães e o embaixador Teixeira Guerra foram dois dos protagonistas (e não raras vezes assumiram o que consideraram ser o interesse do País, sem o apoio explícito do Governo) da internacionalização de Portugal, do envolvimento do país no processo de construção europeia, mesmo que inicialmente aquele se apresentasse sob a forma de cooperação – OEEC, em 1948 (mais tarde OCDE) e Plano Marshall – depois da construção europeia na EFTA (e indiretamente e por consequência ao GATT), em 1960 e, finalmente na Comunidade Económica Europeia com quem Portugal assinou, em 1972, um Tratado Comercial. Parece-nos também importante referir que, em 1962 e em 1970, Portugal tenta negociar um acordo de associação com a CEE já com o objetivo nodal de plena adesão, facto que lhe estava vedado pela própria natureza do regime ditatorial de António Oliveira Salazar (1928-1968). Assinale-se, a título de exemplo, que a intervenção direta de Calvet de Magalhães em negociações económicas multilaterais teve início na tentativa de criação de uma zona de Comércio Livre (ZCL), proposta pela Grã-Bretanha, em 1957.⁵²⁹

⁵²⁷ MAGALHÃES, José Calvet de. (2005), “Francisco Lucas Pires – um cidadão europeu”, *O Mundo em Português*, n. 58, Abril/Maio.

⁵²⁸ MAGALHÃES, José Calvet de. (1981) “Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos”, in Ruy Teixeira Guerra, António de Siqueira Freire, José de Calvet Magalhães, *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*, Lisboa, INA.

⁵²⁹ Em Março de 1951 foi nomeado secretário da embaixada em Paris, já então como elemento do quadro diplomático, dando início a uma carreira tão longa como relevante: logo em Maio de 1951 integrou a delegação portuguesa junto do conselho permanente da NATO; funções que acumulou com a de representante de Portugal no COCOM; comité que tinha como objectivo gerir o embargo da exportação de produtos para o mundo soviético e a China. Em Janeiro de 1956 foi nomeado chefe da delegação permanente em Paris da CTCEE e representante permanente de Portugal junto da OECE, com o título de ministro plenipotenciário de 2.ª classe. Acompanhou por diversas vezes os representantes portugueses durante as negociações EFTA e presidiu a várias reuniões preparatórias da EFTA realizadas em Estocolmo e Saltsjöbaden em 1959.

Ao longo de todo este processo de internacionalização de Portugal, Calvet de Magalhães vai consolidando a sua noção de projeto europeu para Portugal⁵³⁰. Essa noção não é um conceito estático, mas em devir e, ao mesmo tempo, mais do que noção no singular há que falar de conceitos no plural, em permanente interação e transformação.

O seu europeísmo afirma-se à medida que se vai apercebendo de que então se estava a viver um momento único e uma oportunidade excecional e que os acontecimentos que se desenrolavam entre Washington e Paris eram únicos e irrepetíveis.

Assim, foi protagonizando a história da participação de Portugal nos movimentos europeus, sempre crítico em relação ao desinteresse manifestado pelos portugueses sobre os assuntos europeus, lastimando a hostilidade e a descrença das autoridades políticas portuguesas face ao movimento de cooperação que apenas despontava. Não se conformava com a aparente falta de visão estratégica e mesmo incompreensão das nossas autoridades perante a oportunidade que surge a Portugal de integração e aproximação aos movimentos europeus.

Pode-se argumentar que, de 1945 em diante, nenhuma política alternativa à Europa foi apresentada e que a opção colonial seria, não uma política alternativa, mas sim uma política subjacente da integração europeia.

Em consequência, para atingir objetivos de política interna, a política comercial portuguesa no pós-guerra foi, na prática, uma resposta às políticas ditadas pela OECE ou pelas contingências políticas e económicas entre os seus membros.⁵³¹

A política europeia de Portugal no pós-guerra seria semelhante à de outros países da OECE liderados pela Grã-bretanha, os quais teriam inicialmente refutado os objetivos políticos da CEE, mas que, por motivos económicos e, no caso português após 1974, por motivos políticos, viriam a tornar-se membros.

E, para concluir, sublinhamos que, “parte essencial da atividade diplomática e intelectual de Calvet de Magalhães foi a procura de um caminho europeu para Portugal e de uma relação sólida com os Estados Unidos, como campo de aplicação do exercício

⁵³⁰ Embaixador de Portugal na CEE (1962). Vice-Presidente da Comissão de Estudos sobre a Integração Económica Europeia criada por despacho da Presidência do Conselho e dos Ministérios das Finanças, da Economia e dos Negócios Estrangeiros em Março de 1970.

⁵³¹ Cf. LEITÃO, Andresen [defendida em] (2007), *Estado Novo Democracia e Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

da diplomacia pura.”⁵³²Relembrem-se, aqui, as palavras sugestivas de Calvet de Magalhães aquando da sua procura de uma equação onde Portugal de forma coerente e global conjugasse os interesses de uma relação geoestratégica da Região dos Açores com o Brasil e os Estados Unidos da América. Como escreve: “Continuo a pensar que a adesão portuguesa às comunidades europeias, hoje, União Europeia, pôs em relevo a componente europeia da política externa portuguesa, não invalidando ou enfraquecendo, porém, a importância da componente atlântica no posicionamento externo do nosso país.”⁵³³

Face ao exposto, compreende-se melhor que Calvet de Magalhães após a sua vida ativa, enquanto diplomata, tivesse assumido, em 1985, a Presidência do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), em Lisboa, e iniciasse uma atividade transbordante como ensaísta, biógrafo, articulista e professor sempre dedicado à análise e reflexão das temáticas internacionais e muito concretamente aos assuntos europeus.

Depois desta breve síntese, torna-se necessário referir algumas das suas obras consideradas nas quais apresenta as suas concepções de Europa, de Atlântico, de participação portuguesa no processo europeu, de universalismo e de paz. Para estimular a reflexão sobre estas questões podemos sugerir a leitura dos seguintes textos: “Portugal na Europa: o caminho certo”, artigo escrito em defesa do Tratado de Maastricht publicado na Revista Estratégia, n.º 10-11, Inverno 1993-94, no qual defende que o nacionalismo ideológico, antieuropeu, “é uma atitude doutrinária que considera os valores nacionais como valores absolutos, opondo-se a tudo que obrigue, em nome de superiores valores humanos, a reconhecer a relatividade dos valores nacionais.”

No âmbito da temática “Atlântico versus Europa” destacam-se dois textos. Sendo um publicado na obra *José Calvet de Magalhães – humanismo Tranquilo* onde reafirma uma vez mais o seu internacionalismo e critica o nacionalismo. O outro, sobre *Portugal: an Atlantic Paradox*, publicado em Lisboa, em 1990, onde ele tenta explicar a dilemática contradição entre a afirmação de atlantismo por parte das elites portuguesas e a redução quase absoluta dessas relações à cedência da base das Lajes, nos Açores.

Uma última referência particularmente elucidativa, entre as inúmeras que podem ser evocadas, é a análise cuidada da obra escrita em conjunto com os embaixadores Ruy Teixeira Guerra e António Siqueira Freire – *Os movimentos de cooperação e integração*

⁵³² Cf. VASCONCELOS, Álvaro de. (2005), *Conversas com José Calvet de Magalhães – Europeístas e Isolacionistas na Política Externa portuguesa*, Lisboa, Editorial Bizâncio, p.11.

⁵³³ MAGALHÃES, José Calvet de. (2003) “O euro-atlantismo revisitado” in *José Calvet de Magalhães – Humanismo Tranquilo*, Cascais, Principia.

européia no pós-guerra e a participação de Portugal nesses movimentos, publicada pelo INA, em Lisboa, em 1981. Esta coleção de artigos constitui a primeira obra de referência publicada, neste campo, em Portugal.

Conclui-se, pois, que, Calvet de Magalhães sonha e defende um projeto político para a Europa, sem receios de vulnerabilidades para a soberania portuguesa. Entusiasmou-se com cada etapa do processo da união política europeia, alargando e aprofundando a sua reflexão europeia, acreditando sempre que se reuniriam as condições favoráveis à concretização dos seus desígnios de defensor de um verdadeiro federalismo europeu.

O sonho continua, como afirmava Edgar Morin a *Metamorfose está inacabada*.⁵³⁴ Ou como escreve o grande ensaísta português, Eduardo Lourenço: “A utopia europeia em marcha foi, é a resposta que se nos impôs ou impôs às nações pilotos dessa mesma Europa para domesticar, e desta vez, de mútuo acordo, a sua intrínseca barbárie, a sua demoníaca inquietude que fez delas (e de nós) o Fausto da história universal”.⁵³⁵

referências bibliográficas

LOURENÇO, Eduardo. (2001), *A Europa Desencantada: para uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva.

MAGALHÃES, José Calvet de. (2005), “Francisco Lucas Pires – um cidadão europeu”, *O Mundo em Português*, n. 58, Abril/Maio. Disponível on-line em <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=137> [Acesso em 7 de Agosto de 2011]. (artigo inédito publicado *post mortem*).

MAGALHÃES, José Calvet de. (2003), “O euro-atlantismo revisitado”, in *José Calvet de Magalhães – Humanismo Tranquilo*, Cascais, Principia, pp. 119-134.

MAGALHÃES, José Calvet de. (1981), “Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos”, in Guerra,

⁵³⁴ Edgar Morin, *Penser l'Europe*, Paris, Gallimard, 1987, p.217.

⁵³⁵ Eduardo Lourenço, *A Europa Desencantada: para uma Mitologia Europeia*, Lisboa, Gradiva, 2001

Ruy Teixeira, Freire, António de Siqueira, Magalhães José de Calvet, *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*, Lisboa, INA.

MAGALHÃES, José Calvet de, Vasconcelos, Álvaro de, Silva, Joaquim Ramos. (1990), *Portugal: an Atlantic Paradox*, Lisboa, IEEI.

MELO, António. (2005), “Calvet de Magalhães, Embaixador de Corpo Inteiro”, in *Relações Internacionais*, n.º 8, Lisboa, pp.93 - 116.

MORIN, Edgar. (1987), *Penser l'Europe*, Paris, Gallimard.

VASCONCELOS, Álvaro de. (2005), *Conversas com José Calvet de Magalhães – Europeístas e Isolacionistas na Política Externa portuguesa*, Lisboa, Editorial Bizâncio.

RELIGIÃO

A emancipação dos judeus portugueses: de Pombal à República

Jorge Martins

Centro de Estudos de História Contemporânea – ISCTE-IUL

Depois do decreto de expulsão, seguido de batismo forçado dos judeus portugueses (1496/1497), a Inquisição tratou de destruir as comunidades judaicas em quase três séculos de existência (1536-1821), embora não tenha sido linear a sua atuação durante essa longa travessia do deserto do judaísmo em Portugal. Na verdade, a destruição das comunidades judaicas medievais não implicou o desaparecimento do judaísmo, como o atestam os processos da Inquisição e a emergência do fenómeno criptojudáico das Beiras e Trás-os-Montes durante a I República.

O processo de emancipação dos judeus não foi fácil e só foi plenamente alcançado após a implantação da República, com a legalização das comunidades israelitas de Lisboa (1912) e Porto (1923). Os primeiros passos nesse sentido foram dados pela legislação pombalina e particularmente, na segunda metade do século XVIII, com a muito simbólica abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, isto é, a extinção da pureza de sangue em Portugal.

A legislação filosemita do Marquês de Pombal

O conjunto de diplomas legais patrocinados pelo Marquês de Pombal, no reinado de D. José I, favorável à emancipação dos judeus portugueses, iniciou-se com a publicação do Alvará de 2 de Maio de 1768, que punha fim aos “Róis de Fintas”, mandando-os “reprovar, cassar, anular e aniquilar, como se nunca houvessem existido, os Roes de Fintas dos cristãos-novos, seus traslados e cópias, proibindo inteiramente o seu uso e retenção”⁵³⁶. Essas listas de nomes das famílias de cristãos-novos, organizadas por comarcas e cidades, destinavam-se ao registo de impostos especiais sobre essas comunidades, designadamente para o pagamento aos reis dos perdões gerais concedidos pela Santa Sé. A sua utilização para fins discriminatórios do impedimento de acesso dos cristãos-novos a cargos públicos e algumas atividades profissionais originava a existência de diversas cópias para uso da Inquisição e de repartições estatais.

⁵³⁶*Colecção de Leis, Decretos e Alvarás, que compreende o feliz reinado del-Rei Fidelíssimo D. José nosso senhor (1773)*, Tomo II, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues.

A 5 de Outubro do mesmo ano⁵³⁷, Sebastião José de Carvalho e Melo fazia aprovar um Decreto Confidencial, segundo o qual os chefes das ditas famílias “puritanas” seriam obrigados a casar os seus filhos com os filhos das famílias ditas “infectas” (leia-se judaicas). Pombal chamou à Secretaria de Estado, um a um, os chefes de todas as famílias em causa e leu-lhes o decreto não promulgado mas em aplicação por si imposta, obrigando-os a assinar um termo de aceitação. As penalizações eram muito duras, podendo os fidalgos não cumpridores das suas disposições perder todos os seus bens a favor da Coroa.

Mas o mais marcante ato legislativo do marquês foi a Carta de Lei de 25 de Maio de 1773. Com efeito a Carta de Lei de 25 de Maio de 1773 não podia ser mais clara e objetiva quanto às intenções manifestadas nos dois primeiros documentos já referidos. Na verdade, nos considerandos da lei promulgada por D. José, pode ler-se a seguinte passagem, esclarecedora do estigma que havia acompanhado os judeus (e cristãos-novos) portugueses desde finais do século XV: “(...) Sendo o sangue dos Hebreus o mesmo idêntico sangue dos Apóstolos, dos Diáconos, dos Presbíteros e dos Bispos por Eles ordenados e consagrados (...)”⁵³⁸. Procurando explicar a discriminação em relação aos cristãos-novos, continua, mais adiante, o preâmbulo da referida Carta de Lei: “(...) Não pude deixar de fazer as assíduas indagações para investigar e descobrir a causa com que nos meus Reinos e Domínios se introduziu e fez grafar a dita distinção de Cristãos Novos e Cristãos Velhos (...), que por aquele longo período de tempo tem infamado e oprimido um tão grande número dos Meus fiéis Vassalos”. Dessa investigação, viria a concluir-se que: “(...) por Documentos autênticos e dignos do mais inteiro crédito, que desde o glorioso Governo do Venerável Rei Dom Afonso Henriques até ao Governo do Senhor Rei Dom Manuel, nem ainda os mesmos Judeus das Sinagogas destes Reinos tiveram neles a exclusiva dos Ofícios Políticos e Civis, que depois se maquinou contra os Novos convertidos”.

Referindo-se ao desempenho dos judeus na Administração Pública e aos privilégios régios, o decreto continua, contestando a discriminação posteriormente verificada após o Édito de Expulsão, que:

“(...) causou o horroroso motim de que padeceu a Cidade de Lisboa no ano de mil quinhentos e seis, acorreu logo o mesmo Pio e Iluminado Monarca que tinha ordenado a dita expulsão dos Hebreus Profitentes, a obviar as divisões e os estragos que aquela perniciosa denominação tinha feito nos seus Vassalos; não só

⁵³⁷*Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, cód. 649.

⁵³⁸*Colecção de Leis, Decretos e Alvarás*.

naturalizando todos os ditos Novos Convertidos pela sábia Lei do primeiro de Março do ano próximo seguinte de mil quinhentos e sete, mas também passando a constituir nela a favor dos mesmos Novos Convertidos o título oneroso, que lhes foi concedido nas palavras: “Lhes prometemos e Nos praz que daqui em diante não faremos contra eles nenhuma Ordenação, nem defesa, como sobre Gente distinta e apartada; mas assim nos praz que em tudo sejam havidos, favorecidos e tratados como próprios Cristãos Velhos, sem deles serem distintos e apartados em cousa alguma”.

A Carta de Lei de Pombal contesta a perseguição aos cristãos-novos, afirmando que:

“(…) era fácil de ver que, se o prémio das Conversões em Portugal houvesse de continuar em ser uma perpétua infâmia, uma perpétua segregação, e uma perpétua inabilidade de todas as Pessoas dos Novos Convertidos e dos seus Descendentes, seria impossível que houvesse Conversões verdadeiras, enquanto a Divina Omnipotência não obrasse um milagre superior a todas as causas naturais para suspender os efeitos delas nas vocações dos mesmos Convertidos”

Depois de determinar a abolição da perniciosa discriminação dos cristãos-novos, Pombal ordena a republicação da lei de D. Manuel I em 1507 e sua confirmação por D. João III em 1524, juntamente com esta de 1773, reabilitando os cristãos-novos e seus descendentes e revoga as disposições em contrário:

“Mando que todos os Alvarás, Cartas, Ordens e mais Disposições, maquinadas e introduzidas para separar, desunir e armar os Estados e Vassallos destes Reinos uns contra os outros em sucessivas e perpétuas discórdias, com o pernicioso fomento da sobredita distinção de *Cristãos Novos* e *Cristãos Velhos*, fiquem desde a publicação desta abolidos e extintos, como se nunca tivessem existido e que os registos deles sejam trancados, cancelados e riscados em forma que mais não possam ler-se; para que assim fique inteiramente abolida até a memória deste atentado cometido contra o Espírito e Cânones da Igreja Universal, de todas as Igrejas Particulares e contra as Leis e louváveis costumes destes Meus Reinos, oprimidos com tantos, tão funestos e tão deploráveis estragos por mais d Século e meio, pelas sobreditas maquinações maliciosas”.

Uma outra reforma implementada sob o patrocínio de Pombal foi o último Regimento da Inquisição, em Alvará de 1 de Setembro de 1774. Este novo Regimento

do Santo Ofício não seria posto em vigor, mas, de acordo com ele, proibiam-se os autos-de-fé públicos, matéria delicada e essencial para o reconhecimento social do terror que a Inquisição inspirava em cristãos-novos e cristãos-velhos e proibia-se a publicação das listas dos penitentes. Os autos-de-fé públicos eram um verdadeiro instrumento de guerra psicológica de massas, o último reduto dum tribunal religioso já destituído do fulgor, do poder e da influência na sociedade portuguesa que tivera na primeira metade do século XVIII. Transformando a Inquisição em tribunal estatal, abolindo os tormentos e sujeitando-o às normas jurídicas dos restantes tribunais civis, pode dizer-se que significava o fim efetivo, embora não formal, do “fero monstro”, como Samuel Usque lhe chamou. A extinção formal seria confirmada por votação unânime das Cortes liberais, em 31 de Março de 1821.

A obra legislativa de Pombal a favor dos cristãos-novos completar-se-ia com a Carta de Lei de 15 de Dezembro de 1774⁵³⁹, que vedava a confiscação arbitrária de bens por parte da Inquisição, à exceção dos condenados à morte, que, no entanto, já não podiam ser pronunciadas por aquele tribunal religioso sem prévio consentimento régio⁵⁴⁰. Foi um golpe mortal na subsistência da Inquisição, por lhe retirar a possibilidade de continuar a apropriar-se dos bens dos presos sem qualquer controlo estatal ou judiciário, de denunciados por carta anónima ou por pessoas desqualificadas para o direito civil. O direito de confiscação arbitrária constituía, de facto, o alimento vital daquela odiosa instituição. Com o seu fim, era o Santo Ofício que agonizava, desinteressando-se definitivamente pelas denúncias como meio de obtenção de proventos fáceis, multiplicados pelos nomes que os presos denunciavam sob tortura.

A extinção liberal da Inquisição

O processo de emancipação dos judeus portugueses foi prosseguido pelo parlamento liberal que, em 1821, extinguiu definitivamente a Inquisição e esboçou a aceitação legal do regresso (pode dizer-se até o chamamento) das comunidades judaicas ao nosso país. Este último projeto foi apresentado às Cortes Constituintes em 16 de Fevereiro de 1821, embora nunca tenha sido votado e, em consequência, não tenha sido efetivamente transformado em lei, mas que fazia justiça aos judeus expulsos,

⁵³⁹ Idem.

⁵⁴⁰ Remédios, Mendes dos (1928), *Os Judeus em Portugal*, vol. 2, Coimbra, F. França Amado.

perseguidos e exterminados durante séculos no nosso país: “Podem em consequência regressar para Portugal, sem o menor receio, antes sim com toda a segurança, não só os descendentes das famílias expulsas, mas todos os Judeus que habitam em qualquer parte do globo terão neste Reino as mesmas contemplações, se para ele quiserem vir”⁵⁴¹.

Nas Cortes Constituintes, facilmente se encontraria o consenso em torna da necessidade da extinção imediata do tribunal religioso, o que acontece com a aprovação do decreto de 31 de Março de 1821. O seu articulado não deixa dúvidas quanto às razões da extinção e ao alcance do decreto: “As Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, considerando que a existência do Tribunal da Inquisição é incompatível com os princípios adotados nas bases da Constituição, decretam o seguinte:

1.º - O Conselho Geral do Santo Ofício, as Inquisições, os Juízos do Fisco e todas as suas dependências, ficam abolidas no Reino de Portugal. O conhecimento dos processos pendentes e que de futuro se formarem sobre causas espirituais e meramente eclesiásticas é restituído à jurisdição episcopal.”⁵⁴².

Foi um novo ciclo para a vida judaica que se abriu em Portugal, porquanto já se estavam a reorganizar comunidades em Lisboa, em Faro, nos Açores e na Madeira. Contudo, o liberalismo nunca transformaria em lei a existência real do judaísmo português, antes contornou pontualmente as situações, num consentimento tácito e contraditório, pois mantinha o catolicismo como religião oficial do Estado. A Constituição de 1822, no seu art.º 25 determinava: “A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana. Permite-se contudo aos estrangeiros o exercício particular dos seus respectivos cultos”⁵⁴³. E o art.º 6 da Carta Constitucional de 1826 fazia-lhe uma pequena alteração: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino. Todas as outras Religiões serão permitidas aos Estrangeiros com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”⁵⁴⁴. Assim se explica que a Comunidade Israelita de Lisboa tenha sido tratada por “colónia inglesa” e a Sinagoga *Shaaré Tikvá* tenha nascido, vergonhosamente escondida do público, num quintal da Rua Alexandre Herculano em Lisboa, em 1904, sem fachada para a via pública, como a lei impunha. Contudo, o seu art.º 145 condenava as

⁵⁴¹*Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* (1821-1839), Lisboa, Imprensa Nacional, sessão de 17/2/1821.

⁵⁴² Idem, 2/4/1821.

⁵⁴³*Constituição Política da Monarquia Portuguesa* (1822), Lisboa, Imprensa Nacional, “Título II - Da Nação Portuguesa, e seu Território, Religião, Governo, e Dinastia”, artº 25.

⁵⁴⁴*Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa* (1826), Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Universal, “Título I - Do Reino de Portugal, seu Território, Governo, Dinastia e Religião”, Artº 6.

perseguições por motivos religiosos, entre outros. Era uma brecha constitucional que consentia a existência tácita do judaísmo organizado.

A legalização das comunidades judaicas durante a República

Foi, de facto a Primeira República que criou as condições para a legalização das comunidades judaicas. Estamos a falar de dois documentos essenciais: a Lei da Separação da Igreja e do Estado, aprovada em de 20 de Abril de 1911 e da Constituição da República, de 21 de Agosto de 1911.

A Lei da Separação era muito clara quanto à intenção do regime republicano em matéria religiosa:

“Artigo 1º

A República reconhece e garante a plena liberdade de consciência a todos os cidadãos portugueses e ainda aos estrangeiros que habitarem o território português.

Artigo 2º

A partir da publicação do presente decreto, com força de lei, a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político português.

Artigo 8º

É também livre o culto público de qualquer religião nas casas para isso destinadas, que podem sempre tomar forma exterior de templo; mas deve subordinar-se, no interesse da ordem pública e da liberdade e segurança dos cidadãos, às condições legais do exercício dos direitos de reunião e associação e, especialmente, às contidas no presente decreto com força de lei.”

Finalmente, os judeus podiam surgir à luz do dia sem receios de perseguições, praticar livremente o seu culto, abrir as portas da sinagoga de Lisboa, apesar de irremediavelmente confinada a um quintal sem fachada para a via pública, e a sua comunidade podia assumir o indispensável estatuto jurídico, que lhe permitiria

estabelecer contratos com as entidades oficiais e estatais. Também podiam pensar em construir novas sinagogas, agora com fachada para a via pública, o que veio a acontecer no Porto em 1938, com a sinagoga *Mekor Haim*. A Constituição de 1911 viria consagrar os princípios enunciados pela Lei da Separação.

Perante as possibilidades legais proporcionadas pela Lei da Separação, a Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) encetou os trabalhos para a sua legalização. A própria CIL reconheceria a oportunidade, como o confirmaria Isaac Levy, em carta dirigida a José Benoliel, em 5 de agosto de 1912: “Veio a mudança de Regimen no país, implantando-se a República em 5 de Outubro de 1910 e pouco depois publicou o Governo Provisório a Lei de Separação, que não deixa de afectar a nossa situação como colectividade religiosa. Com a implantação da República, a aprovação oficial dos nossos Estatutos tornava-se mais provável (...)”⁵⁴⁵. A CIL aprovou os seus estatutos em 4 de Junho de 1911, onde se pode ler: “Artº 2º. São considerados membros da Comunidade Israelita de Lisboa todos os indivíduos de religião hebraica, residentes nesta cidade, que voluntariamente aderirem a ela.”⁵⁴⁶. A legalização ocorreria a 9 de Maio de 1912. Eis um extracto do Alvará:

“5ª Repartição, Nº 8, Governador Civil do Distrito Administrativo de Lisboa.

Usando da Atribuição que me confere o nº8 do artº 252 do código administrativo de 1896, aprovo para os efeitos legais os estatutos da Associação de culto israelita, beneficência e instrução, denominada “Comunidade Israelita de Lisboa”, os quais constam de vinte e cinco artigos, escritos em cinco meias folhas de papel com o selo de cem reis em cada uma, autenticadas com a rubrica do Secretário Geral deste Governo Civil e fazem parte deste Alvará.”⁵⁴⁷

Como o regime republicano facilitava a reorganização da Comunidade, foram criadas algumas instituições: o *Boletim* (1912); a Associação de Estudos Hebraicos *Uvá-le-Sion* (1912), organização cultural de natureza sionista; a Biblioteca Israelita (1914); o Albergue Israelita (1916), antecessor do Hospital Israelita; a Federação Sionista de Portugal (1920); a associação *Malakah Sionith* (1915), fundada por Barros Basto no Porto; a Escola Israelita (1922), obra de Adolfo Benarus; o *Hehaver* (1925),

⁵⁴⁵ MUCZNIK, Esther, (1995), “Elementos para a História da Moderna Comunidade Judaica em Portugal”. *Revista de Estudos Judaicos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, Nº 2, pp. 33-35.

⁵⁴⁶ PIGNATELLI, Mariana, *A Comunidade Israelita de Lisboa. O Passado e o Presente na Construção da Etnicidade dos Judeus de Lisboa*, ICSP, 2000.

⁵⁴⁷ “Registo de Alvarás de Sociedades de Recreio, beneficência, Piedade e Instrução”, *Governo Civil de Lisboa*, 29/7/1908-21/2/1916.

organização juvenil sionista, que desempenharia importante acção de apoio aos refugiados durante a 2ª Guerra Mundial.

A República também veio criar condições favoráveis à descoberta do fenómeno criptojudáico nas Beiras e Trás-os-Montes. Foi o judeu polaco e engenheiro de minas Samuel Schwarz (1880-1953), contratado em 1915 para vir trabalhar em Portugal, quem despoletou a chamada “Obra do Resgate”, dirigida, a partir de 1926, por Barros Basto (1887-1961), militar e republicano “dos quatro costados”, responsável pelo ressurgimento da Comunidade Israelita do Porto em 1923, e pela edificação da Sinagoga *Mekor Haim* (“Fonte da Vida”) em 1938. Dos seus esforços nos anos 20, viriam a resultar a criação da revista *Ha-Lapid* (“O Facho”) em 1927, a fundação do Instituto Israelita do Porto em 1929 e a fundação de comunidades judaicas, designadamente em Bragança (1927), Covilhã (1929) e Pinhel (1931) e vários outros núcleos de judeus (27 ao todo, entre 1924 e 1934) e algumas sinagogas.

Os judeus conquistam a cidadania com a República

Algumas das figuras judaicas contemporâneas, para além da participação na área da economia, destacar-se-iam na vida cultural do país durante a Primeira República ou prestigiariam o país e o regime. A família Bensaúde é um notável exemplo da proficuidade que o judaísmo proporcionaria, não só elevando o papel da própria Comunidade Israelita de Lisboa, como contribuindo para o progresso do nosso país. O mais notável foi Alfredo Bensaúde (1856-1941), que se formou em engenharia de minas na Alemanha, regressando ao nosso país para ingressar nos Serviços Meteorológicos, dando um inestimável contributo para a carta geológica de Portugal e que, em 1911, por convite de Brito Camacho, seria o responsável pela criação do Instituto Superior Técnico, de que seria também o primeiro diretor. Outros nomes afectos à família Bensaúde destacaram-se no mundo das artes, das letras e da música, tais como Maurício Bensaúde (1863-1912), conceituado cantor lírico, no país e no estrangeiro, responsável pela reabertura do Teatro Nacional de S. Carlos no final do ano de 1911. Aliás, Moisés era o seu verdadeiro nome, que alterou para Maurício quando foi para uma digressão artística pela Rússia pogromista. Para além da família Bensaúde, algumas outras se destacaram, sobretudo em Lisboa, tais como: Abecassis, Amram, Amzalak, Anahory, Athias, Azancot, Bensabat, Buzaglo, Cohen, Levy, Ruah, Sequerra, Seruya.

Outro grande nome da Comunidade Israelita de Lisboa foi Joshua Benoliel (1873-1932), filho de Judah Benoliel, caixeiro-viajante em 1890, foi o introdutor e grande impulsionador da reportagem fotográfica em Portugal, tendo acompanhado os últimos anos da monarquia e os primeiros da república, que ficaram documentados em revistas da época. Quando se queria saber o que estava a acontecer no país, perguntava-se: “Onde está o Benoliel?”, tal era a sua atenção aos acontecimentos. Fez a última foto da família real à chegada a Lisboa pouco antes do regicídio, em 1908, mas falhou a reportagem do atentado, pois já estava devidamente posicionado, com o seu equipamento fotográfico, junto ao Palácio das Necessidades, para fotografar o regresso de D. Carlos. Assim se explica que não haja uma única foto do regicídio: o Benoliel não estava lá!...

Foi com a implantação da República que a imprensa passou a dar alguma visibilidade aos judeus portugueses. Contudo, os judeus continuavam a ser “israelitas” ou “hebreus”: os casamentos entre judeus eram “hebraicos” ou “israelitas” e a comunidade judaica de Lisboa era a “colónia israelita residente em Lisboa”⁵⁴⁸, que fazia récitas de caridade⁵⁴⁹. As notícias sobre os judeus durante a República referem-se predominantemente às áreas da cultura e da sociedade. São os cantores líricos, os músicos, os pintores, os actores, os escritores, os professores, os médicos. Eis alguns dos exemplos de personalidades constantes das páginas das revistas mais conceituadas do período da Primeira República: Joshua Benoliel, repórter fotográfico; Maurício Bensaúde, barítono; Mário Levy, pianista; Regina Cardoso Bensabat, violoncelista; Raul Bensabat, actor; Israel Anahory, artista; Esther Bensaúde, artista; Augusto d’Esaguy, escritor; Adolfo Benarus, pintor e professor da Escola Industrial; Alfredo Bensaúde, director do Instituto Superior Técnico; Moisés Amzalak, do Instituto Superior do Comércio; Jaime Azancot, estudante da Faculdade de Direito e poeta; Jaime Athias, secretário do Presidente da República Canto e Castro; Levy Bensabat, escritor e secretário particular do Presidente da República Teófilo Braga; Moisés Sequerra, de Faro; João Mateus Abecassis, médico em Vila Real de Santo António; Salvador Levy, agricultor em S. Tomé; Jacob Benoliel, de Moçambique; Raul Bensaúde, médico em Paris; Abraão Bensaúde, capitalista em Paris.

Subitamente, descobriram-se judeus na sociedade portuguesa. Preservavam os apelidos das suas famílias, mas já não eram os judeus oriundos de Marrocos ou

⁵⁴⁸ “Casamento Hebraico”. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 8/3/1915, p. 297.

⁵⁴⁹ “Uma récita de Caridade promovida pela Colónia Israelita”. *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 15/5/1911, p. 613.

Gibraltar. Haviam nascido em Portugal, pelo que não seria legítimo tratá-los como estrangeiros, como a Inquisição fazia aos cristãos-novos, sempre tratados como judeus, mesmo após várias gerações da conversão forçada dos seus antepassados. Afinal, os judeus portugueses existiam e tinham vida pública, não se escondiam na sinagoga, como seres exóticos e marginais, tinham nomes, rostos e actividade socialmente reconhecida. Em suma, a República concedeu aos judeus a plena cidadania.

A política de desdobramento da imprensa católica: o caso do *Diário do Minho*, na década de 1920⁵⁵⁰

Paulo Bruno Alves

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Universidade de Coimbra
Centro de Estudos de História Religiosa
Universidade Católica Portuguesa

No início do século XX, fruto das ideias promovidas pelo liberalismo⁵⁵¹, desde o século anterior, a liberdade de opinião estava consagrada nas constituições das diversas monarquias europeias como um dos direitos fundamentais dos indivíduos, e, neste caso particular, Portugal não foi exceção. De resto, a expansão dessa liberdade acompanhou a própria evolução social nesse período, à qual o processo de industrialização da imprensa não foi totalmente alheio⁵⁵².

Por seu turno, desde cedo, a Igreja Católica considerou que a existência de uma liberdade para falar e para escrever, possibilitada pela imprensa, era um perigo capaz de gerar focos de desordem social e de acarretar muitos males. Tal facto era mais relevante porque era reconhecido que os novos grupos políticos e ideológicos utilizavam a

⁵⁵⁰ O texto que agora se apresenta representa, de uma forma mais alargada, a comunicação que expusemos no «I Congresso Anual de História Contemporânea», promovido pelo Instituto de História Contemporânea, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, realizado na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, entre os dias 18 e 19 de Maio de 2012. O tema proposto insere-se num âmbito mais geral da nossa investigação mais recente.

⁵⁵¹ O liberalismo pode ser considerado de uma forma tripartida: política, social e religiosa. Enquanto modelo político, o liberalismo valorizava a criação de um processo que garantia a segurança dos indivíduos na sociedade, salvaguardando quer a igualdade política, quer a criação individual. Como elemento social, o liberalismo promovia uma nova visão do homem livre, como ser racional, e com vontade própria, sendo responsável pelos seus actos. Em termos religiosos, o liberalismo procurou aproximar a Igreja Católica do seu tempo, entrando em ruptura com o Antigo Regime. Desde cedo, o liberalismo vincou a ideia de um afastamento da tutela da Igreja, reservando-a para um papel secundário na sociedade, ao mesmo tempo que valorizou a ideia de laicização da mesma Igreja. Sobre o liberalismo ver: NETO, Vítor. (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 13-27.

⁵⁵² José Tengarrinha defende a existência de três períodos distintos da história da imprensa periódica portuguesa: uma primeira época definida entre o primeiro jornal português, *A Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, e a revolução liberal de 1820. O segundo período decorre entre 1820 e o terceiro quartel do século XIX, e uma última época delimitada entre o último quartel do século XIX e os nossos dias. Cf. TENGARRINHA, José. (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, p. 246.

imprensa para imprimir e difundir as suas acusações dirigidas à Igreja, acusada de pregar «(...) uma doutrina inaceitável nos tempos que corriam...»⁵⁵³.

A Igreja tentou, assim, conservar o estatuto conseguido durante o Antigo Regime, mantendo para si o controlo social dos indivíduos, através de um processo contínuo de produção e de reprodução social que lhe garantia, à partida, uma interferência no poder temporal. Nesse sentido, a Igreja aconselhava os católicos a submeterem-se aos seus bispos e a lerem as publicações que estes recomendavam. Era nesses moldes que se vinha transmitindo o discurso papal, desde Roma, por intermédio de Leão XIII (1878-1903). O Papa instigava, então, os bispos a filtrarem aquela liberdade, tanto que assegurava que se essa «(...) não for justamente temperada, se ultrapassar os devidos limites e medidas, desnecessário é dizer que tal liberdade não é seguramente um direito»⁵⁵⁴.

O mesmo Leão XIII – em 25 de Janeiro de 1882, numa carta dirigida aos bispos italianos, de onde se constituiria a denominada “Carta da imprensa católica”, e na encíclica *Etsi Nos*, de 15 de Fevereiro de 1882 – incitou os bispos a elucidar os seus fiéis quanto à necessidade de estes escolherem bem as suas leituras, e direccionou-os para a escolha do que a Santa Sé entendia serem os “bons jornais”. A importância dos jornais era conhecida pela Igreja, e essa ideia era reforçada regularmente em diferentes ocasiões de concentração católica, quer aos domingos, quer em outros dias de festividades religiosas. A leitura de “bons jornais” começou a ser um conselho cada vez mais escutado nas reuniões do episcopado, nas homilias das missas, mas também nos Círculos de Estudos e nos Círculos Católicos de Operários, de forma a evitar que os operários – apontados pela Igreja como os que eram mais susceptíveis às posições defendidas pelos denominados “maus jornais” – pudessem efetivamente tresmalhar do rebanho católico. A Igreja lutaria, assim, num novo campo de batalha utilizando as mesmas armas dos seus opositores, sobretudo os republicanos, os socialistas, e os anarquistas.

Progressivamente, a expressão “imprensa católica” começou a fazer parte do vocabulário corrente da Igreja e dos seus membros, sobretudo dos mais militantes. Em rigor, a imprensa católica surgiu imbuída de grandes responsabilidades e com um papel fundamental no plano da Igreja, num mundo em progressiva laicização. À imprensa

⁵⁵³ ALVES, Adelino. (1996), *A Igreja e a Política: Centro Católico Português*, Lisboa, Editora Rei dos Livros, p. 13.

⁵⁵⁴ Leão XIII (1951), *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*, Petrópolis, Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Vozes Ltda., p. 3.

católicacaberia proceder, de uma forma mais visível, ao projeto de recristianização da sociedade, reagindo a uma realidade adversa e ripostando contra o avanço da imprensa laica que «(...) ao divulgar uma mensagem dessacralizada do universo, contribuiu bastante para o desenvolvimento do anticlericalismo liberal, republicano e socialista»⁵⁵⁵. A imprensa católica constituiu-se como um dos alicerces do movimento social católico que emergia um pouco por toda a Europa, e integrou-se num plano que visava a recristianização da sociedade. A mesma surgiu imbuída de um espírito de cruzada, dispondo-se a lutar pelos interesses e pelos direitos da Igreja. Assim, qual deveria ser o dever da imprensa católica? Assumindo-se como o baluarte do movimento social católico, a imprensa católica deveria caminhar firme para atingir o fim a que se propunha: «(...) influenciar a opinião pública através do combate de ideias, veiculando um pensamento que se queria mobilizador das consciências, impedindo o triunfo da indiferença e do espírito anti-religioso»⁵⁵⁶.

Em breve, a luta, o denominado “bom combate”, passaria por um contínuo jogo de forças entre duas alas da barricada. Num dos lados estava a imprensa católica, reforçada com o beneplácito vindo diretamente de Roma, e que pela sua ação combativa, proposta por Leão XIII, se denominaria “boa imprensa”. Do outro lado, a “imprensa laica” aliava um espírito combativo das suas publicações e antieclesiástico e isso entusiasmava os leitores mais sensíveis. Este carácter inflamado representava um perigo constante para a Igreja que passou a denominá-la “má imprensa”.

À imagem do que sucedia no resto da Europa, também em Portugal se desenvolveu a imprensa católica, numa altura em que, desde o século XIX, o país assistia a um processo de laicização da sociedade, instaurado pelos políticos liberais. Foi nesse contexto que a imprensa católica se desenvolveu, se bem que essa terminologia só adquiriu um verdadeiro «(...) sentido na época contemporânea, devido ao processo de secularização da sociedade e laicização das instituições nascido no seio das sociedades liberais»⁵⁵⁷.

⁵⁵⁵ NETO, Vítor. (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*p. 227.

⁵⁵⁶ FERREIRA, António Matos. (2002), A constitucionalização da religião, In *História Religiosa de Portugal*, Coord. Manuel Clemente; António Matos Ferreira, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, vol. III, p. 46.

⁵⁵⁷ FONTES, Paulo F. de Oliveira. (2000), Imprensa católica, In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Dir. Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, vol. II, p. 423.

A imprensa católicanacional passou a ser vista como parte de um plano da Igreja para lutar contra a crescente imprensa laica, com maior vigor no fim da Monarquia Constitucional e nos primeiros anos da República. Apesar de a nova lei de imprensa, de 28 de Outubro de 1910, prever, entre outras, uma maior liberdade de pensamento e de opinião e a abolição da censura prévia, a verdade é que, no caso específico das publicações católicas, os efeitos da teorização republicana não foram sentidos na prática. Todavia, apesar das dificuldades encontradas no novo regime, a imprensa católicamanteve uma constância muito significativa das suas publicações durante a Primeira República (1910-1926). A imprensa católicapublicada nesse período foi abundante, seguindo o que vinha sucedendo desde meados do século XIX. Nesse período de dezasseis anos estiveram em publicação mais de 200 títulos católicos, com maior incidência a norte do rio Mondego, e também no arquipélago dos Açores. A imprensa católica conseguiu congregiar em seu redor um conjunto de homens de ação, de jornalistas profundamente militantes e acérrimos defensores dos ideais católicos. Provou igualmente compreender as muitas mudanças que atravessaram Portugal nesse período, demonstrando possuir um elevado grau de adaptação aos novos tempos.

Ora, uma das medidas visíveis de demonstração da força da imprensa católicapassou pela denominada política de desdobramento de títulos. A ideia primitiva nasceu em 1905, ainda durante a Monarquia Constitucional, na diocese da Guarda, por intermédio do seu bispo, D. Manuel Vieira de Matos (1903-1914). Nessa altura, o semanário *A Guarda* (Guarda, 1904-mantém publicação) foi adquirido pelo grupo «Sociedade Veritas». Durante os anos seguintes, *A Guarda* desdobrou-se em nove títulos, em diferentes localidades: *Associação Operaria* (Lisboa, 1905-1915), *Alerta* (Bragança, 1907-1908), *Avante* (Póvoa de Varzim, 1907-1919), *Boletim da Cruzada* (Lisboa, 1908), *Echos do Lys* (Leiria, 1907-1910), *Jornal de Louzada* (Lousada, 1907), *Sul da Beira* (Covilhã, 1908-1923), *União* (Santarém, 1907-1910), e *União Nacional* (Braga, 1907-1910).

Anos mais tarde, no início da década de 1920, em plena República, nasceu um projeto semelhante, levado a cabo pelos responsáveis do grupo «Minho Gráfico», detentores do jornal *Diario do Minho* (Braga, 1919-mantém publicação). Em Fevereiro de 1921, aquele jornal bracarense deu início a uma nova fase na vida do jornal, transformando-se numa empresa de comunicação, uma das primeiras em Portugal.

Artur Bivar (1881-1946), jornalista católico de referência, assumiu a função de expor os principais aspetos da vida nova de que se pretendia dotar o título minhoto. O

jornalista asseverava que seria mantido o interesse por temas que testemunhavam a feição regionalista do periódico, como a agricultura, o comércio, a indústria, a cultura e a moralidade da região minhota. Depois do I Congresso das Obras Católicas da Arquidiocese de Braga, em Dezembro de 1920, foi criada a União da Imprensa Católica Regional que, mais tarde, se tornaria a União da Imprensa Regional (URI).

A empresa começou a materializar a expansão do periódico. Paralelamente, a ação orquestrada pelo «Minho Gráfico» pôs em marcha uma nova etapa da imprensa católica, no caminho para a criação de um jornal católico de âmbito nacional, algo que viria a acontecer em Dezembro de 1923, com as *Novidades* (Lisboa, 1923-1974)⁵⁵⁸. Para reforçar o investimento na aquisição e no melhoramento dos vários títulos, a empresa «Minho Gráfico» iniciou um projeto de subscrição de ações – segundo o esquema de “Sociedade por Quotas” – que foram sendo adquiridas por instituições e pessoas anónimas, aumentando assim o capital daquele grupo, quer nos concelhos do Minho, quer fora deste, quer ainda no estrangeiro. Regularmente, o *Diário do Minho* inseria nas suas páginas um quadro com o nome de alguns novos sócios e de outros benfeitores, que contribuíam monetariamente com o projeto da empresa «Minho Gráfico». O sistema de subscrição identificava três símbolos com os seguintes valores subscritos e respectivas quantias: um triângulo (▲) equivalia a 1000\$00, uma roseta (⊗) representava 100\$00, e um asterisco (*) valia 20\$00.

O jornal bracarense juntaria em seu redor, até Janeiro de 1922, um total de oito títulos católicos, de localidades próximas de Braga, um projeto que tomou o nome de União da Imprensa Regional. Foram eles: *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925), *Deu-la-Deu* (Monção, 1921-1922), *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923), *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922), *O Progresso de Fafe* (Fafe, 1922); *Voz de Coura* (Paredes de Coura, 1903-1923), *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923), e *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923). O primeiro desses títulos a ser adquirido e transformado foi o *Ecos de Negrelos* (Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922), apresentado como o jornal com maior tiragem no concelho de Santo Tirso. Este título fazia agora parte da União da Imprensa Católica Regional, criada pelo grupo «Minho Gráfico», depois do Congresso Católico de Braga, de Dezembro de 1920, e que se tornaria mais tarde a União da Imprensa Regional. Estava em marcha o plano de alargamento do grupo. Numa nota, colocada antes do editorial, era afirmado que «(...) com esta edição

⁵⁵⁸ Cf. ALMEIDA, José Maria de. (1989), *Subsídios para a história das “Novidades”*, Lisboa, Rádio Renascença.

semanal, qualquer artigo, notícia ou anúncio publicado no “Diário do Minho” para a federação regional da nossa imprensa é tirado em cerca de 1:000 exemplares a mais e lidos por cerca de 5:000 pessoas»⁵⁵⁹. A nota avançava que estaria para breve a entrada de mais sete jornais para a União da Imprensa Regional, federados com o *Diário do Minho*.

Em 29 de Julho de 1921, o *Diário do Minho* apresentou um novo título que entrou para a URI. Tratava-se do semanário *Deu-la-Deu* (Monção, 1921-1922) que era anunciado como o periódico de maior tiragem do concelho de Monção. Sobre este título e o *Ecos de Negrelos*, era asseverado que em qualquer um destes semanários os seus leitores encontravam «(...) tudo o que interessa á vida no seu concelho: artigos em que se tratam os interesses locais, noticiário, anúncios – além de variadíssima leitura amena, instructiva, noticiosa do paiz e do estrangeiro, escolhida entre o melhor que se publica durante a semana no “Diário do Minho”»⁵⁶⁰. A expansão do *Diário do Minho* foi progredindo ao longo do tempo e, no final de Agosto, um novo título regional passou a fazer parte da URI: a *Voz de Guimarães* (Guimarães, 1921-1923)⁵⁶¹. Com mais este título, eram já três os que faziam parte do grupo Minho Gráfico. Ao mesmo tempo em que decorria este crescimento, começou a haver um cuidado, por parte do *Diário do Minho*, de notificar os seus leitores, espalhados pelos concelhos onde os novos títulos se juntavam à URI, que quem fosse já assinante do *Diário do Minho* não necessitava de se fazer assinante de qualquer dos novos títulos do grupo.

Em 17 de Novembro de 1921, o semanário *Voz de Coura* (Paredes de Coura, 1903-1923) juntou-se à URI, jornal que «(...) além de um aumento de quasi mil exemplares traz á nossa obra o concurso valiosissimo do seu material grafico e dos seus colaboradores»⁵⁶². Semanas depois, em 18 de Dezembro, o *Diário do Minho* informou os seus assinantes que o grupo Minho Gráfico tinha adquirido, no dia anterior, a antiga Imprensa Bracarense, uma oficina tipográfica com diversos materiais incluídos no negócio que lhe permitiam regularizar a publicação dos semanários que estavam a cargo do grupo «Minho Gráfico», assim como ficariam disponíveis a execução dos mais diversos trabalhos tipográficos. No seguimento da compra daquela empresa, o *Diário do Minho* adiantava que «(...) a partir de 1 de janeiro o nosso jornal passa a ser impresso

⁵⁵⁹ A expansão do “Diário do Minho”, in *Diário do Minho*, 1 de Abril de 1921, ano II, n.º 602, p. 1.

⁵⁶⁰ A expansão do “Diário do Minho”, in *Diário do Minho*, 29 de Julho de 1921, ano III, n.º 701, p. 1.

⁵⁶¹ Cf. *A nossa expansão*, in *Diário do Minho*, 27 de Agosto de 1921, ano III, n.º 726, p. 1.

⁵⁶² *A nossa expansão*, in *Diário do Minho*, 17 de Novembro de 1921, ano III, n.º 794, p. 1.

rapidamente em duas maquinas *Marinoni*. Temos, alem disso, três minervas e três prelos para todos os outros trabalhos...»⁵⁶³.

Já no início de Janeiro de 1922, o *Diario do Minho* apresentava, em clima de festa, mais dois títulos minhotos que haviam aumentado o grupo «Minho Gráfico» e a URI: tratavam-se dos semanários *Acção Social* (Barcelos, 1916-1925), e do *Progresso de Fafe* (Fafe, 1922). O *Diario do Minho* deu lugar a dois editoriais, editando os próprios editoriais de apresentação da nova fase de cada um dos dois semanários minhotos, da *Acção Social*⁵⁶⁴ e do *Progresso de Fafe*⁵⁶⁵. Nesse mesmo ano, outros dois títulos minhotos engrossavam o grupo «Minho Gráfico» e a URI: *Ecos do Ave* (Santo Tirso, 1922-1923), e *Jornal de Lanhoso* (Póvoa de Lanhoso, 1922-1923). A sua entrada na referida URI, no início de 1922, não foi objeto de grandes manifestações impressas no *Diario do Minho*. Uma das razões que poderá explicar esse silêncio foi a grave crise por que passou a imprensa nessa altura, sobretudo ao nível da falta de papel e do elevado preço que este atingia, e que ainda existia nas fábricas e nos armazéns do sector. Esta situação levou o grupo «Minho Gráfico» a promover várias assembleias-gerais, reunindo os acionistas do grupo, em torno dos problemas que implicavam urgente resolução.

O tratamento gráfico e a apresentação final aplicados em cada um desses oito periódicos eram simples e similares: com exceção do *Diario do Minho*, cada periódico da URI editava, geralmente, entre quatro e oito páginas, sendo que cada um deles tinha uma primeira página diferente, expondo o seu título original. Cada um deles apresentava um editorial diferente, ainda que, por vezes, era uma cópia do artigo de fundo do *Diario do Minho*. Deste diário também se retiravam diversas notícias, mas muitas eram também mais localizadas, isto é, reportavam-se a casos sucedidos nas diferentes localidades. O folhetim editado em cada um dos seis títulos da URI era o mesmo, ou um anteriormente publicado no *Diario do Minho*. Quanto à publicidade apresentada nas duas últimas páginas, esta era composta geralmente por anúncios de empresas das diferentes localidades, apesar de muitos anúncios também serem editados no *Diario do Minho*.

Na altura em que decorria o segundo ano, desde a mudança do figurino do *Diario do Minho*, foi tempo de o periódico fazer um novo balanço sistemático da obra feita, mas foi também o momento escolhido para se defender das críticas que vinha

⁵⁶³ *Diario do Minho: mais um passo*, in *Diario do Minho*, 18 de Dezembro de 1921, ano III, n.º 819, p. 1.

⁵⁶⁴ Cf. *A nossa bandeira*, in *Diario do Minho*, 3 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 832, p. 1.

⁵⁶⁵ Cf. A Redacção, *Duas palavras*, in *Diario do Minho*, 3 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 832, p. 1.

recebendo. Santa Cruz, colaborador do diário bracarense, assumia a responsabilidade de assinar o editorial. Começava por afirmar que eram grandes as dificuldades em fazer um jornal com as características do *Diario do Minho*, no tempo atual. Mas apesar das contrariedades apontadas, como o custo do papel, o aumento dos salários dos funcionários, a que podiam ser adicionadas as greves e prisões dos mesmos empregados acontecidas não muito tempo antes, o articulista asseverava que se tinha de olhar com orgulho para o caminho percorrido, e agradecer a todos aqueles que tinham tornado possível essa realidade, com especial deferência para Artur Bivar, apontado como um dos grandes responsáveis pelo dinamismo aplicado ao *Diario do Minho* nessa fase transitória para a aquisição pelo grupo «Minho Gráfico».

Ora, vencidas as maiores dificuldades, Santa Cruz solicitava aos leitores que amparassem e auxiliassem o periódico, ao mesmo tempo que acusava os críticos de nada fazerem em prol do jornal, senão apenas dizerem mal da obra realizada. E, perante o perigo, Santa Cruz garantia que havia «(...) quem pretenda arrastar-nos para um caminho novo e se esforce por obrigar-nos a dar ao jornal orientação diferente»⁵⁶⁶ daquela que desde o início havia sido apresentada: o *Diario do Minho* seria um jornal católico e regionalista, atendendo e defendendo aos interesses da Igreja Católica e da região do Minho. Nesse sentido, o articulista avisava os acionistas do grupo «Minho Gráfico» para atenderem ao perigo existente de algumas pessoas – Santa Cruz não apresentava quaisquer nomes, mas falava de um “jacobinismo branco” – desejarem tornar o *Diario do Minho* um jornal oficial ou oficioso de qualquer causa diferente daquela que marcara a história do título que tinha sido fundado por uns, e posteriormente adquirido por outros. Perpassa aqui, mais uma vez, o clima de tensão derivada de perspectivas diferentes e que ameaçavam minar a união católica.

A verdade é que, apesar da crise da imprensa, a transformação e a expansão do *Diario do Minho* foi uma realidade, mas foi também um exemplo vivo do próprio crescimento e amadurecimento da imprensa católica. Estas realidades provaram como eram astuta e ágil as formas como a imprensa católica se movia na praça jornalística nacional. Em verdade, tal realidade demonstrava que só articulando esforços entre os católicos, esquecendo inclusivamente questões dinásticas e partidárias, entre outras, é que o projeto da imprensa católica, a que se seguiu a versão mais reigente com a boa imprensa, poderia almejar garantir que em cada católico estivesse igualmente um soldado pronto a lutar por uma causa nobre, e que em cada casa de família estivesse

⁵⁶⁶ Santa Cruz, *O nosso jornal*, in *Diario do Minho*, 7 de Abril de 1923, ano IV, n.º 1200, p. 1.

presente a mensagem cristã através de um qualquer periódico católico. Ainda que o problema do analfabetismo fosse um problema social, em particular no interior de Portugal, os padres e os católicos letrados, e também os mais entusiastas dessas povoações, haveriam de sentir o seu dever de católico e fomentariam a leitura coletiva, e em voz alta, dos jornais e dos livros recomendados pela Igreja. Os números da imprensa católica publicada durante a Primeira República foram, pois, elucidativos quanto à sua própria importância, quer no quadro geral da imprensa nacional, quer como o elemento difusor mais visível do movimento social católico implementado pela Igreja Católica, de forma a reagir às diferentes adversidades do seu tempo.

Figuras: [pormenores dos títulos do grupo Minho Gráfico]



(Braga, 1919-mantém publicação)



(Negrelos, Vila das Aves, 1921-1922)



(Monção, 1921-1922)



(Guimarães, 1921-1923)



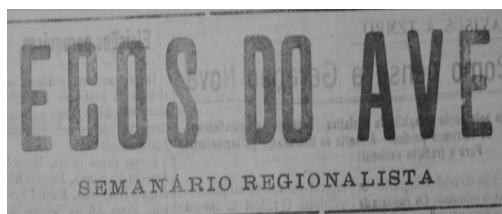
(Paredes de Coura, 1903-1923)



(Fafe, 1922)



(Barcelos, 1916-1925)



(Santo Tirso, 1922-1923)



(Póvoa de Lanhoso, 1922-1923)

Bibliografia

- A expansão do “Diário do Minho”*, in *Diario do Minho*, 1 de Abril de 1921, ano II, n.º 602, p. 1.
- A expansão do “Diário do Minho”*, in *Diario do Minho*, 29 de Julho de 1921, ano III, n.º 701, p. 1.
- A nossa expansão*, in *Diario do Minho*, 27 de Agosto de 1921, ano III, n.º 726, p. 1.
- A nossa expansão*, in *Diario do Minho*, 17 de Novembro de 1921, ano III, n.º 794, p. 1.
- Diario do Minho: mais um passo*, in *Diario do Minho*, 18 de Dezembro de 1921, ano III, n.º 819, p. 1.
- A nossa bandeira*, in *Diario do Minho*, 3 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 832, p. 1.
- A Redacção, *Duas palavras*, in *Diario do Minho*, 3 de Janeiro de 1922, ano III, n.º 832, p. 1.
- Santa Cruz, *O nosso jornal*, in *Diario do Minho*, 7 de Abril de 1923, ano IV, n.º 1200, p. 1.
- ALMEIDA, José Maria de. (1989), *Subsídios para a história das “Novidades”*, Lisboa, Rádio Renascença.
- ALVES, Adelino. (1996), *A Igreja e a Política: Centro Católico Português*, Lisboa, Editora Rei dos Livros.
- FERREIRA, António Matos. (2002), A constitucionalização da religião, In *História Religiosa de Portugal*, Coord. Manuel Clemente; António Matos Ferreira, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, vol. III, p. 37-60.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira. (2000), *Imprensa católica*, In *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Dir. Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, vol. II, p. 423-429.
- Leão XIII (1951), *Documentos Pontifícios: sobre a Imprensa (Excertos)*, Petrópolis, Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Vozes Ltda.
- NETO, Vítor. (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- TENGARRINHA, José. (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho.

Anticlericalismo e laicismo na formulação da política religiosa de Salazar

Duncan A. H. Simpson

Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa
Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa

Este *paper* pretende analisar a formulação da política religiosa de Salazar a partir de um ângulo geralmente menosprezado pela historiografia das relações Estado/Igreja no salazarismo. Argumenta que para ser entendida, a política religiosa de Salazar deve ser enquadrada no contexto de anticlericalismo e de laicismo latentes em Portugal não só nos anos finais da Primeira República, mas também na Ditadura Militar e na transição para o Estado Novo. De tal forma que Salazar, de facto, viu-se obrigado na prática a integrar (parcialmente e contra natura) aquela herança da era liberal-republicana no tecido ideológico do seu regime.

Trataremos do assunto em duas partes.

Na primeira demonstraremos, com recurso a fontes arquivísticas originais (em particular o Archivio Segreto Vaticano e os British National Archives), a consciência aguda que tinha Salazar da influência do anticlericalismo e do laicismo na sociedade portuguesa e, por consequência, da sensibilidade da “questão religiosa” - que o seu próprio estatuto de conhecido militante católico só contribuía para exacerbar. Na segunda, veremos como estes fatores condicionantes acabaram por moldar profundamente as relações entre o Estado Novo e a Igreja Católica, tanto na *forma* como no *fundo*.

No que refere à “questão religiosa”, eram essencialmente quatro as complicações que Salazar tinha de gerir cautelosamente durante o processo de consolidação do seu poder a partir de 1928.

A primeira tinha a ver com os ataques dos republicanos em exílio, que viam nele o regresso do clericalismo. Em privado, o recém-nomeado ministro das finanças referia-se frequentemente aos efeitos potencialmente destabilizadores da “agitação” dos antigos partidos da República. A “questão religiosa” era precisamente um dos assuntos que podiam facilmente aproveitar nas suas críticas ao ditador das finanças. Ficou

famosa, por exemplo, a publicação por Bernardino Machado em 1928, desde Paris, de um panfleto intitulado *A Pastoral Financeira do Patriarca*⁵⁶⁷, em referência a uma exortação lançada pelo então Patriarca de Lisboa (António Mendes Belo, 1907-1929) em apoio à política financeira de Salazar. O perigo para Salazar era sobretudo no efeito que tais declarações pudessem vir a ter entre as elites civis e militares em Portugal.

Este ponto articula-se precisamente com a segunda das complicações geridas por Salazar: as tendências laicistas e anticlericais de boa parte das elites civis e militares, incluindo a ala conservadora do republicanismo cujo apoio Salazar cultivava. Eram uma preocupação constante nos círculos eclesiásticos mais informados. O próprio nuncio papal em Lisboa (Beda Cardinale, 1928-1933) lamentava, em Janeiro de 1933, que a ditadura “não tivesse sido capaz de destruir aquela mentalidade laica (...) que permeia muitos dos que formam as chamadas classes dirigentes. Em certos sectores”, notava ele, “este espírito anticlerical permanece”.⁵⁶⁸ Poucas semanas mais tarde um informador jesuíta em Portugal avisava a Santa Sé que “todos os [oficiais superiores do exército] eram, se não maçons, pelo menos liberais cheios de preconceito anticlerical”.⁵⁶⁹ A própria entrada de Salazar no governo, recorde-se, só foi conseguida após promessa de não tocar na lei da separação.⁵⁷⁰

A terceira complicação tinha a ver com o peso do anticlericalismo popular. As próprias autoridades religiosas reconheciam episodicamente a escala do fenómeno. Em discurso ao clero de Lisboa em Novembro de 1932, Cerejeira lamentou o facto de que muitos dos seus padres estavam a ser “frequentemente insultados” nas ruas. Notava ainda que esta “onda de imerecido odio” parecia estar a crescer.⁵⁷¹ Os estudos realizados mais tarde no terreno por antropologistas sociais vieram revelar a prevalência do anticlericalismo, em particular nas cidades e na sociedade rural do Sul do país.⁵⁷² No entanto o Norte, geralmente considerado o coração do catolicismo português, era

⁵⁶⁷ BERNARDINO, Machado. (1928), *A Pastoral Financeira do Patriarca*, Paris: Imprimerie du Centaure.

⁵⁶⁸ Archivio Segreto Vaticano (ASV), Archivio Nunziature Lisbona (Arch.Nunz.Lisbona), 449, pos. X, sez. 8, 25 Janeiro 1933, Cardinale para Pacelli, p. 107.

⁵⁶⁹ ASV, Affari Ecclesiastici Straordinari (A.E.S.), Portogallo, pos. 339 (PO), fasc. 45, 8 February 1933, p. 73.

⁵⁷⁰ Ver CRUZ, Manuel Braga da. (1986), *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 92.

⁵⁷¹ CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. (1936), *Obras Pastorais*, vol. 1, Lisboa, União Gráfica, p. 91.

⁵⁷² Ver CUTILEIRO, José. (1971), *A Portuguese Rural Society*, Oxford, Clarendon Press, 1971, p. 267; e RIEGELHAUPT, Joyce. (1984), “Popular Anti-Clericalism and Religiosity in pre-1974 Portugal”, in WOLFF, Eric (org.). *Religion, Power, and Protest in Local Communities*, New York: Mouton Publishers, p. 99.

também frequentemente palco de verdadeiras febres anticlericais, a começar pela chamada “Roma portuguesa”, Braga.

Ainda no tempo da Ditadura Militar, em Março de 1931, em circunstâncias ainda pouco claras, um informador católico transmitia ao Vaticano o relato de uma manifestação popular realizada na cidade contra o regime, que rapidamente tinha adquirido um teor anticlerical, sendo proferidas “mortes ao papa”, “ao clero”, e “à Nossa Senhora do Sameiro”.⁵⁷³ A censura encarregou-se de silenciar o assunto. Anos mais tarde, a “cidade dos arcebispos” foi novamente palco de manifestações anticlericais vigorosas, desta vez no contexto da campanha eleitoral de Humberto Delgado nas presidenciais de 1958. Após notícia da proibição da visita do General à cidade (1 Junho 1958), a ira dos seus apoiantes bracarenses transferiu-se naturalmente sobre os participantes à peregrinação ao Sameiro, que por coincidência decorria ao mesmo tempo na cidade. Padres e cardeais, incluindo o visitante cardeal de Lourdes e o nuncio papal (Fernando Cento, 1953-1958), foram insultados nas ruas. As suas residências foram apedrejadas durante a noite.⁵⁷⁴ A febre anticlerical não se limitava aos apoiantes de Delgado. Estendia-se gradualmente aos católicos praticantes pelo Minho fora. Tal como o relatou o bispo do Porto na sua famosa “carta” à Salazar, muitos dos fiéis minhotos, ao ouvir os seus padres fazer referências às eleições (num sentido favorável à “situação”), abandonavam as igrejas em plena missa.⁵⁷⁵ Já em fevereiro de 1957, pouco antes da crise do bispo do Porto, o embaixador britânico em Lisboa notava que, em caso de queda do Estado Novo, a Igreja não só teria pouca probabilidade de ver “os seus interesses tão bem servidos por qualquer novo regime”, como havia uma séria probabilidade que “o anticlericalismo se espalhasse novamente”.⁵⁷⁶

É interessante notar, num rápido aparte, como os Britânicos tinham eles próprios experimentado a pouca religiosidade da sociedade portuguesa. Na sua propaganda dirigida aos ouvintes portugueses durante a Segunda Guerra Mundial, a BBC tinha, numa primeira altura (Setembro/Outubro 1941), apostado num discurso muito religioso, enfatizando o mau tratamento dos católicos no Leste da Europa pelos

⁵⁷³ ASV, Arch.Nunz.Lisbona, 445, pos. 7, sez. 2, 9 March 1931, p. 7-8.

⁵⁷⁴ Sobre o episódio, ver MATOS, L.S.de. (1999), *Um ‘Estado de Ordens’ contemporâneo - a organização política portuguesa*. Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, vol. III, p. 1828.

⁵⁷⁵ Ver ALVES, José da Felicidade (ed.). (1970), *Católicos e Política: de Humberto Delgado a Marcelo Caetano*, Lisboa, Edição do Autor, p.35.

⁵⁷⁶ British National Archives (BNA), FO371/130268, ‘Roman Catholic Church in Portugal and her Overseas Territories’, 5 Fevereiro 1957, s/p.

Nazis - e, até 1941, pelos Soviéticos. A ideia era aproveitar a suposta ligação dos portugueses ao catolicismo. A resposta dos ouvintes foi tão negativa, isto é, tão crítica quanto ao enfãse posto na temática religiosa, que o *Foreign Office* rapidamente teve de mudar de estratégia.⁵⁷⁷

A quarta e última das complicações que Salazar tinha de enfrentar era consequência do entusiasmo incómodo da hierarquia eclesiástica, que via nele a oportunidade de ser rapidamente restauradas as “prerrogativas” da Igreja Católica em Portugal. Já em Junho de 1929, este entusiasmo tinha custado a Salazar uma séria crise na afirmação do seu poder político no seio da Ditadura Militar. De facto, só a sua habilidade política tinha permitido a Salazar superar a conhecida crise da “portaria dos sinos”, desencadeada pela falta de tato político do ministro da Justiça (o católico Mário de Figueiredo, 1928-1929) e do arcebispo de Évora (Manuel Mendes da Conceição Santos, 1920-1955). Poucas semanas mais tarde, o arcebispo de Évora surgia como um dos principais candidatos ao patriarcado de Lisboa. A Santa Sé, após pressão da facção salazarista no governo, e por decisão estratégica própria, preferiu o mais diplomático Manuel Gonçalves Cerejeira.⁵⁷⁸ A estratégia da Igreja institucional, como veremos adiante, consistiria, a partir de então, em colaborar com a estratégia de catolicização gradual seguida por Salazar.

Outro episódio revelador foi a entrada em território português, em 1932, de padres jesuítas espanhóis, encorajados pela conjuntura política favorável. Segundo os arquivos centrais da congregação em Roma, Salazar ficou “assustado” pela decisão, que qualificou de “disparate” num contexto marcado pela propaganda comunista e os ataques dos antigos partidos da República.⁵⁷⁹

Sobreviver politicamente nas condições acima descritas implicava, para Salazar, distanciar-se abertamente do lobby católico que lhe tinha aberto o caminho do poder.⁵⁸⁰

⁵⁷⁷ BNA, FO371/26818, ‘Correspondents’ comments on the excessive Catholic emphasis given in our talks to Portugal’, 11 Setembro 1941, p. 205; e, *idem*, FO para Ministry of Information, 7 Outubro 1941, p. 207.

⁵⁷⁸ Ver SIMPSON, D.A.H. (2009), “Salazar’s Patriarch: Political Aspects in the Nomination of Manuel Gonçalves Cerejeira to the Patriarchate of Lisbon (April 1928 – January 1930)”. *Portuguese Studies*. Vol. 25, no. 2, p. 131-150.

⁵⁷⁹ *Archivium Romanum Societatis Iesu, Epistolae, Lusitana* 1007, 1932, XIV, nº. 1, Costa Lima para sede da congregação em Roma, 15 Abril 1932, s/p.

⁵⁸⁰ Sobre o contributo da Igreja institucional à entrada de Salazar no governo, ver SIMPSON, D.A.H. (2010), *The Catholic Church and the Salazarist New State*. Tese de doutoramento, Londres, King’s College London, p. 39-44.

Não estranha assim o teor das suas declarações públicas sobre os católicos nos primeiros anos da sua ascensão política. Ao jornal *Novidades*, no dia da sua entrada para o governo (27 Abril 1928), declarou esperar que os católicos sejam “os últimos a pedir os favores que eu lhes não posso fazer”.⁵⁸¹ Em entrevista com António Ferro em 1932, declarou até - com absoluta má-fé - que “os católicos foram absolutamente estranhos à [sua] entrada no Governo (...)”.⁵⁸² Explica-se igualmente assim o carácter cauteloso e gradual das medidas visando a afirmação do papel da Igreja no processo de “recristianização” de Portugal, parte integrante do projecto de “restauração nacional” estado-novista.

Já na época, esta estratégia de catolicização gradual era facilmente perceptível. Não escapou ao embaixador britânico no seu relatório sobre a Concordata de 1940 - na qual vieram de facto desembocar as medidas catolicizadoras tomadas gradualmente até ali. Salazar, nas palavras do embaixador, “tinha preparado as mentes dos seus compatriotas para a restauração da Igreja com pequenos passos”. Citava como exemplos a proeminência dada à cerimónia religiosa no funeral do rei exilado Manuel II (Agosto de 1932), assim como a permissão dada ao reviver das procissões religiosas, “que cada ano seguem um caminho ligeiramente mais cumprido do que o ano anterior”. Desta forma, concluía ele, “a opinião pública, ainda marcada pelo anticlericalismo do regime pre-Salazar, foi cautelosamente preparada para a Concordata”.⁵⁸³

A estratégia de catolicização gradual era articulada conjuntamente pelas autoridades políticas e religiosas. Nesta perspectiva, a nomeação, em Novembro de 1929, de Cerejeira para Patriarca de Lisboa (e *chefe* de facto de Igreja institucional) revestia uma importância fundamental. Como já referimos acima, a sua nomeação - em detrimento do popular e mais experiente arcebispo de Évora - devia-se precisamente à sua compreensão das condicionantes estratégicas em Portugal e à sua proximidade com Salazar, entendida pelo Vaticano como factor susceptível de facilitar a afinação de estratégias entre as elites políticas e eclesiásticas. Na prática significava, para a Igreja institucional, colaborar com a estratégia de catolicização cautelosa seguida por Salazar, tendo em conta o contexto de laicismo e anticlericalismo latentes. São muitos os exemplos ilustrativos.

⁵⁸¹ *Novidades*, 27 Abril 1928, p. 1.

⁵⁸² FERRO, António. (1982 - 1ª edição 1932), *Salazar: o Homem e a sua Obra*, Lisboa, Edições Fernando Pereira, p. 85.

⁵⁸³ BNA, FO371/26832, Campbell para FO, 13 Março 1941, s/p.

Pelo seu valor simbólico, cita-se o caso do casamento religioso de Óscar Carmona, que Cerejeira celebrou secretamente no paço patriarcal em Junho de 1931.⁵⁸⁴ A um nível mais prático, refere-se o secretismo mantido acerca das negociações da Concordata. Rompendo com a tradição, a Santa Sé até aceitou que as negociações fossem conduzidas desde Lisboa. A desactivação política do Centro Católico Português (CCP) a partir de 1932 também se insere em parte no alinhamento estratégico da Igreja institucional com os imperativos da política de catolicização gradual seguida por Salazar.⁵⁸⁵ (O presidente do CCP, António Lino Neto, que, numa primeira altura, argumentou a favor da continuação do partido, tinha, segundo a nunciatura, “feito o seu tempo como o próprio Centro Católico”.⁵⁸⁶) Há sobretudo uma multidão de casos em que Cerejeira corresponde confidencialmente com Salazar com o fim de minimizar o risco de reacções anticlericais contra o ditador. Citemos o caso, em Agosto de 1937, de uma nota oficial que a nunciatura tencionava publicar para louvar os esforços de Salazar na promoção da causa católica em Portugal. Cerejeira, percebe-se pelo teor da carta que prontamente enviou a Salazar, ficou preocupado com o tom extremamente lisonjeador usado pela nunciatura. Optou assim por enviar previamente uma cópia da nota a Salazar, afim que sugerisse qualquer “modificação” de expressões que, embora “exactas”, pudessem vir a gerir um qualquer “inconveniente político”. O nuncio depois daria à nota a “redacção definitiva”, conforme às indicações de Salazar.⁵⁸⁷

A relação entre Salazar e Cerejeira, mistura ambígua de distanciamento público (“para anticlerical ver”) e colusão em privado (para consecução gradual da política de “recristianização”), simbolizava bem a *forma* que veio a assumir a política religiosa de Salazar.

No entanto os factores condicionadores contextuais (anticlericalismo/laicismo) acabaram também por afectar o seu *fundo*, isto é, a própria essência das relações entre Estado e Igreja no salazarismo. Referimo-nos à (relativa) brandura da política de “catolicização” conduzida pelo regime de Salazar - em contraste, por exemplo, com a

⁵⁸⁴ASV,A.E.S., Portogallo, pos. 360 (PO), fasc. 96, Cardinale para Pacelli, 23 June 1931, p. 7.

⁵⁸⁵ O autor agradece o contributo de João Miguel Almeida sobre o tema do Centro Católico no decorrer do I Congresso Anual de História Contemporânea.

⁵⁸⁶Criticado pela sua ‘leveza’, Neto era também descrito como um homem ‘levado demasiado alto’, investido de ‘honras imerecidas’, ASV, A.E.S., Portogallo, pos. 360-362 (PO), fasc. 97, Todini para Pizzaro, 1934, p. 14.

⁵⁸⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), AOS/CO/NE-29A, pt. 8, Cerejeira para Salazar, 21 Agosto 1937, fls. 349-350.

situação na vizinha Espanha franquista, onde os anticlericais tinham sido eliminados fisicamente.

Salazar não ousou instaurar o Estado confessional em Portugal. Como frequentemente o aludiu em privado, o assunto era meramente teórico, e não se justificava por isso arriscar ferir as susceptibilidades dos apoiantes mais laicos do regime. Salazar também não entregou à Igreja a educação, talvez a matéria onde o carácter gradual das medidas de catolicização emerge mais claramente. Na Constituição de 1933, que autorizava o estabelecimento de instituições de ensino pela Igreja, a escola era ainda declarada neutra, embora se enfatizasse a vontade de não hostilizar a religião (artigo 43). Dois anos mais tarde, com a reforma constitucional de 1935, submetia-se o ensino público aos “princípios da doutrina e moral cristãs”. No ano seguinte, com a autoridade de Salazar já firmada no governo, procedia-se, sob o impulso de Carneiro Pacheco, às reformas de fundo da educação nacional, incluindo a introdução de uma forte carga religiosa nos currículos. Mas aqui também o processo foi cauteloso. Como mais tarde o recordaria, confidencialmente, o bispo de Limira (Rafael da Assunção, 1940-1959), o ensino religioso nas escolas e o afixar de crucifixos nas salas de aulas tinham passado só “parcialmente e com dificuldades”.⁵⁸⁸ No ensino secundário, mascarou-se as aulas de religião numa cadeira de “Educação Moral e Cívica”, enquanto Carneiro Pacheco informava o núncio de que “a opinião pública não estava ainda preparada” para medidas mais abertas.⁵⁸⁹ Embora promettesse confidencialmente à Igreja “uma liberdade total (...) para que o programa do curso de Educação Cívica e Moral pudesse ser transformado num verdadeiro e completo programa de Religião”⁵⁹⁰, na prática nem as aulas chegaram a ser declaradas obrigatórias. Salazar foi também muito hesitante quanto à proibição do divórcio. Numa longa carta à Santa Sé em Maio de 1938, explicava como o “povo português esta[va] ainda dominado por uma longa formação individualista (...). [O] seu catolicismo”, argumentava ele, “é menos forte do que geralmente se supõe. As classes populares são católicas por efeito de rotina, a meia burguesia e a meia culta ou se desinteressaram do problema religioso ou professam um catolicismo frouxo, que não tem dúvida em abjurar se nisso encontrarem qualquer vantagem (...). As reacções políticas de uma população assim composta perante uma medida que não permita o divórcio, nos casamentos católicos, podem ser graves”,

⁵⁸⁸ ANTT, AOS/CO/PC51-2, subdivisão 48, 19 Agosto 1959, fl. 217.

⁵⁸⁹ ASV, A.E.S., Portogallo, pos. 409 (PO), fasc. 166, Verolino para Pacelli, 30 Setembro 1936, p. 11.

⁵⁹⁰ ASV, A.E.S., Portogallo, pos. 409 (PO), fasc. 166, Verolino para Pizzardo, 22 Outubro 1936, p. 16-17.

concluía ele.⁵⁹¹ Assim, a proibição do divórcio para os casamentos religiosos só laboriosamente foi consentida. Nem se chegou a considerar seriamente uma total exclusão do divórcio. De facto, só no campo da política imperial, onde reinava um largo consenso quanto à utilidade das missões católicas no processo de nacionalização dos territórios ultramarinos (aliás cedo reconhecida pelos próprios republicanos), é que as “prerrogativas” da Igreja foram afirmadas de maneira aberta e incondicional, desde o Acto Colonial de 1930 até ao Acordo Missionário de 1940.

Terminamos com uma breve reflexão sobre o tema da instrumentalização da “ameaça” anticlerical por Salazar. Se esta foi de facto por ele pontualmente utilizada para segurar o apoio dos católicos (como nas eleições presidenciais de 1949, por exemplo) ou para legitimar a sua prática autocrática do poder (enquanto “desculpa” para não atribuir à Igreja um papel demasiado extenso e autónomo), assentava no entanto numa avaliação realista da transformação profunda (irreversível) da sociedade portuguesa desde 1820. Assentava também num receio genuinamente sentido (e, segundo as fontes arquivísticas, bem fundamentado) quanto às suas consequências práticas. O ímpeto secularizador da era liberal-republicana tinha, afinal, deixado uma marca suficientemente profunda para impedir que os seus avanços em termos de laicização do Estado e da sociedade fossem completamente eliminados por Salazar.

⁵⁹¹ Citado in CARVALHO, R. (1999), “Concordata”. In BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (orgs.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 7, *Suplemento A/E*, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 390.

De fascista a “eminente pensador cristão”: Plínio Salgado no jornal *Novidades* (1943-1946)

Gilberto Calil

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Apresentação

Plínio Salgado, “Chefe Nacional” do Integralismo Brasileiro, principal movimento de carácter fascista da América Latina na década de 1930⁵⁹², permaneceu exilado em Portugal entre Julho de 1939 e Agosto de 1946, como consequência da rutura entre os integralistas e o Estado Novo brasileiro e do fracassado levante armado desencadeado pelos primeiros. Tratava-se, no entanto, de um “exílio” *sui generis*: Salgado e os integralistas tinham apoiado o golpe de 1937 que instaurou o Estado Novo brasileiro e eram simpáticos à ditadura Vargas. Ainda assim, recusando-se a qualquer partilha de poder, Vargas colocou-os na clandestinidade, reprimiu as frações mais radicalizadas do integralismo e impôs o exílio negociado de Salgado, ao mesmo tempo em que permitia a divulgação pública de um manifesto em que este conclamava os integralistas brasileiros a apoiarem o governo constituído e a “se absterem de agitações”.⁵⁹³

Durante os quatro primeiros anos de permanência em Portugal, Salgado preferiu não participar de atividades públicas e restringiu sua vida social a encontros privados com um grupo relativamente reduzido de amigos, dentre os quais se incluíam militantes do nacional-sindicalismo e integrantes da ditadura salazarista. Sua expectativa inicial era estabelecer um acordo com o ditador brasileiro que permitisse seu regresso o mais breve possível e a incorporação do movimento integralista no governo brasileiro. Contava ainda com a possibilidade de vitória do Eixo na II Guerra Mundial, que lhe abriria perspectivas muito promissoras, mantendo conversações com agentes alemães e

⁵⁹² A caracterização do integralismo brasileiro como movimento fascista e de sua relevância podem ser encontrados em TRINDADE, Hégio. (1974), *Integralismo* (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo, Difel / Porto Alegre, UFRGS; CAVALARI, Rosa Maria. (1999), *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, Edusc; CALIL, G. C. (2005), *O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa*. Tese de Doutorado em História. Niterói, UFF, 804p.

⁵⁹³ SALGADO, Plínio (1946). Manifesto de Maio. In: *O integralismo brasileiro perante a nação*. Lisboa, Editora Gráfica Limitada.

italianos em Lisboa.⁵⁹⁴ Entre 1942 e 1943, no entanto, ambas as possibilidades tornam-se gradativamente mais remotas. Por um lado, a declaração de guerra do governo brasileiro ao Eixo, em agosto de 1942, e a posterior constituição da Força Expedicionária Brasileira, em agosto de 1943, suprimiam as possibilidades de acordo entre Vargas e Salgado, ainda que este declarasse formalmente seu apoio à posição do governo brasileiro. Por outro, as dificuldades do Eixo na frente Leste, com a batalha de Estalinegrado (Julho de 1942 a Fevereiro de 1943) indicavam claramente uma mudança nos rumos da guerra e as crescentes dificuldades enfrentadas pelo nazi-fascismo. Neste contexto, percebe-se, a partir do final de 1943, uma clara mudança da perspectiva de Plínio Salgado.

Desde então, passou a desenvolver inúmeras atividades públicas, com destaque para a publicação de livros e o pronunciamento de conferências. Para Salgado, tornava-se fundamental apresentar-se como “democrático”, criando para si uma imagem adequada ao novo contexto do pós-guerra que se abriria com a cada vez mais previsível vitória dos aliados, possibilitando então o almejado retorno para o Brasil. Sua estratégia principal para dissociar-se da vinculação com o nazi-fascismo foi passar a se apresentar como “pensador cristão”, propondo um suposto antagonismo de princípio entre cristianismo e nazismo. Com este objetivo, publicou dez livros em Portugal entre 1943 e 1946 e pronunciou mais de 30 conferências, em sua grande maioria abordando temáticas de carácter religioso (ainda que sempre em perspectiva claramente política). Estas atividades tiveram expressiva repercussão pública. Seus livros mais vendidos – *Vida de Jesus* e *Aliança do Sim e do Não* tiveram sucessivas edições e uma tiragem de vários milhares de exemplares. Algumas de suas conferências realizadas no período ocuparam espaços de grande prestígio, como o Teatro Nacional Maria II, o Teatro São Luís e o Teatro da Trindade e reuniram grande público.

O êxito desta operação voltada à conversão de Salgado em “pensador cristão” e de sua projeção intelectual em Portugal não se deve ao conteúdo de suas obras, que fundamentalmente convertem para a linguagem religiosa os elementos centrais de sua doutrina política – defesa da autoridade, da hierarquia, da propriedade, da censura e da submissão ao poder, aliados a um visceral anticomunismo. O relativo sucesso de sua obra e de suas atividades deve-se em grande medida às relações estabelecidas e ao

⁵⁹⁴ As conversações travadas por Plínio Salgado com agentes alemães e italianos são discutidas em HILTON, Stanley. (1983), *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira; e SEITENFUS, Ricardo. (2000), *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre, Edipucrs.

interesse de importantes sujeitos políticos portugueses em projetar sua obra. Dentre estes, destacam-se segmentos dominantes da Igreja Católica. Salgado estabeleceu forte amizade com o Padre Moreira das Neves, foi publicamente elogiado pelo Cardeal Cerejeira e constituiu uma vasta rede de contactos com religiosos do interior de Portugal, que lhe valeram convites para proferir conferências nas principais cidades do país.

Plínio Salgado escritor

A projeção pública de Plínio Salgado em Portugal inicia-se a partir da publicação da versão portuguesa do livro *Vida de Jesus*. Publicada no Brasil em 1942, a obra foi editada em Portugal pela Ática e seu lançamento ocorreu em Dezembro de 1943. Esta obra pretensiosa, com 83 capítulos e mais de 600 páginas, teve sua redação iniciada ainda no Brasil e concluída em Portugal. Em apenas dois anos, teve quatro edições em Portugal, vendendo dez mil exemplares.⁵⁹⁵ Até então, o nome de Salgado aparecer nos jornais portugueses apenas quando de sua chegada ao país, em Julho de 1939, quando era tratado apenas como dirigente político, inclusive por *Novidades*, que o designava como “*chefe do partido integralista brasileiro*”.⁵⁹⁶ Passados mais de quatro anos em um quase anonimato, Salgado teve, com sua *Vida de Jesus*, uma rápida *celebrização*. Além de matérias e resenhas sobre o livro, publicados nos vários jornais portugueses, a repercussão do livro ensejaria a primeira aparição pública de Salgado, quando, em 23 de Dezembro daquele ano foi apresentado por Manuel Múrias e leu um trecho do livro ao microfone da Rádio Emissora Nacional. Também sua primeira conferência pública, pronunciada em 8 de março de 1943 no Seminário dos Olivais, a convite do Cardeal Manuel Cerejeira, ocorreu no contexto da repercussão do livro, assim como o estabelecimento de uma rede de contactos com religiosos de todo o país.

Entre 1944 e 1947, foram publicados em Portugal outros nove livros de Plínio Salgado, que constituem-se, todos eles, na transcrição de conferências pronunciadas. Parte delas apresentava-se como de carácter essencialmente religioso, ainda que fossem permeadas por juízos políticos e ideológicos inegáveis, como de resto já o fora sua *Vida*

⁵⁹⁵Vida de Jesus é a obra mais vendida de Salgado. Conforme anotação manuscrita sua de 1955, o livro teria vendido já então 65.000 exemplares.

⁵⁹⁶ A matéria informava ainda que Salgado “*não respondeu às perguntas que os jornalistas lhe dirigiam, a não ser para dizer que se sentia satisfeito por vir a Portugal, onde tem numerosos amigos*” e que Salgado “*há dois anos tem estado preso*”. O chefe do integralismo brasileiro chegou ontem, à noite, em Lisboa. *Novidades*, Lisboa, 8.7.1939, p. 6.

de Jesus. São elas: *O Rei dos Reis* (Lisboa, Pro Domo, 1945), *Primeiro Cristo!* (Porto, Figueirinhas, 1946), *A tua cruz, Senhor* (Lisboa: Ática, 1946) e *A imagem daquela noite* (Lisboa, Gama, 1947). Outros livros propunham uma abordagem religiosa de questões sociais e políticas, como é o caso de *A aliança do Sim e do Não* (Lisboa, Ultramar, 1944), *A mulher do século XX* (Porto, Tavares Martins, 1945), *Conceito Cristão de Democracia* (Coimbra, Estudos, 1945) e *Madrugada do Espírito* (Lisboa, Pro Domo, 1946). Apenas uma obra – *Como nasceram as cidades no Brasil* (Lisboa, Ática, 1946) não se apresentava como diretamente religiosa, mas ainda assim propugnava pelo fundamento religioso da “união espiritual” que uniria o Brasil a Portugal.

Vale destacar a opção de Salgado por publicar suas obras em diferentes editoras, negociando condições de edição e divulgação de cada uma delas, como o demonstra uma vasta correspondência com editores. Também expressa opções políticas, como a escolha da editora Ática para a publicação de *Vida de Jesus*, em detrimento de uma editora católica, com o objetivo de atingir um público mais amplo, ou a publicação de *A imagem daquela noite* pelo Editorial Gama visando atender a uma solicitação do grupo de militantes nacionaisindicalistas que controlava aquela editora e mantinha vínculos de amizade com Salgado.

Plínio Salgado conferencista

Entre dezembro de 1943 e junho de 1946, Plínio Salgado pronunciou 35 conferências, das quais seis pronunciamentos radiofônicos e 29 conferências presenciais. No rádio, falou ao microfone da Rádio Emissora Nacional (subordinada ao Secretariado Nacional de Propaganda) quatro vezes, e no da Rádio Renascença (da Igreja Católica) duas vezes. As conferências ocorreram tanto em Lisboa (14), como no Porto (6) e em outras cidades de Portugal (Viseu, Coimbra, Viana do Castelo, Évora, Braga, Beja, Guarda e Santarém).

A análise relativa às entidades promotoras evidencia uma forte vinculação com a Igreja Católica. Das 23 conferências em que foi possível identificar a entidade promotora (desconsiderados os pronunciamentos radiofônicos), 19 (83%) foram promovidas por instâncias da Igreja Católica ou por entidades vinculadas ao laicato católico. No primeiro caso, encontramos 10 conferências, promovidas por Seminários (Seminário dos Olivais, Seminário Conciliar de Braga), Dioceses (Viseu, Beja, Évora) e por Obras Sociais dirigidas pela Igreja (Obra de Previdência de Formação de Criadas, Casas de São Vicente de Paulo, Obra Salesiana em Portugal, Patronato de São João da

Pedreira , Obra Social de Santos o Velho). No segundo, situam-se 9 conferências, promovidas por entidades como Ação Católica, Juventude Católica Feminina, Juventude Universitária Católica, Centro Acadêmico da Democracia Cristã, Liga da Ação Católica Feminina e Ala do Santo Condestável. Outras quatro conferências integraram-se em atividades promovidas por entidades civis (Casa do Ribatejo, Casa do Porto e Teatro Nacional Maria II).

Em termos temáticos, as conferências abrangem também os mesmos três eixos: temas que apresentam-se como essencialmente religiosos (como “*O mistério da Ceia*”, “*Santo Condestável*”, “*Pio XII, apóstolo da Paz*” e “*Jesus Cristo Trabalhador*”); reflexões políticas e sociais fundadas na ortodoxia católica (como “*Pensamentos de ontem e tragédia de hoje*”, “*O ateísmo militante*”, “*Cristo no Mundo e o Mundo sem Cristo*” e “*Sentido e Força do Apostolado Cristão*”) e, em menos número, temas históricos e sociais sem referência explícita ao elemento religioso (como “*O Ribatejo e o Brasil*”, “*Como Nasceram as cidades no Brasil*” e “*Aspectos do Brasil Sertanejo*”). Em todos os casos, sem exceção, trata-se de intervenções com conteúdo claramente político, que ainda que disfarçado em linguagem religiosa, histórica ou literária, com claro carácter normativo, impositivo e disciplinador.

A imprensa portuguesa e Plínio Salgado

De forma geral, as atividades de Plínio Salgado em Portugal, a partir do lançamento de *Vida de Jesus*, em dezembro de 1943, foram fortemente divulgadas pela imprensa portuguesa. Afora *Novidades*, cuja cobertura discutiremos a seguir, o jornal que dedicou maior número de página e produziu mais matérias, foi o *Diário da Manhã*, órgão oficial do partido único da ditadura (União Nacional), dirigido por Manuel Múrias, que manteve intenso relacionamento pessoal e político com Plínio Salgado, e que tinha a colaboração de João Ameal, um dos principais divulgadores das atividades de Salgado. Por sua vez, o jornal *Diário de Notícias* divulgou a maior parte das conferências e noticiou a publicação de livros de Salgado, ainda que em tom mais sóbrio e contido, em comparação com *Novidades* e *Diário da Manhã*. As duas rádios de abrangência nacional (Emissora Nacional e Renascença) igualmente abriam espaços para a divulgação das atividades de Salgado, assim como a imprensa regional, em especial no contexto de suas conferências realizadas nas respectivas regiões.

O Jornal *Novidades*

Novidades circulou entre 1885 e 1975. A partir de 1923, circulou diariamente, como órgão oficioso do Episcopado português, com o duplo objetivo de informar e doutrinar os católicos.⁵⁹⁷ Entre 1923 e 1950, foi dirigido por Tomás de Gamboa (licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra) e entre 1934 e 1974 teve como Chefe de Redação o Padre Moreira das Neves, amigo pessoal de Plínio Salgado. Era produzido em tamanho 60/90cm e geralmente tinha 6 páginas, mesclando reportagens noticiosas e textos de opinião. Apesar de destacar as atividades e opiniões da Igreja Católica, apresentava-se como jornal de informação geral, com noticiário internacional, e cobertura esportiva, por exemplo. Ainda assim, destacavam-se as matérias de conteúdo explicitamente anticomunista e o entusiasmado apoio à ditadura estadonovista.

Plínio Salgado em *Novidades*

Novidades dedicou intensa cobertura às diversas atividades desenvolvidas por Salgado, a partir do lançamento da edição portuguesa de seu livro *Vida de Jesus*, em dezembro de 1943. Divulgou intensamente suas publicações e conferências, publicou resenhas elogiosas e transcreveu na íntegra diversas de suas conferências, dedicando-lhe dezenas de páginas e inúmeras matérias de capa. Entre 19.12.1943 e 26.8.1946, *Novidades* publicou 130 matérias editoriais diretamente relacionadas às atividades e publicações de Plínio Salgado (desconsiderando-se os anúncios publicitários de seus livros). Publicou, assim, em média uma matéria a cada 13 dias, o que manteve Salgado em evidência permanente nas páginas do jornal. A imensa maioria destas matérias relaciona-se às conferências e publicações: são 82 matérias (63% do total) tratando das conferências e 27 (21%) tratando dos livros. Também são publicados 3 artigos e 2 resenhas especialmente produzidas por Salgado para o jornal (sendo que ambas as resenhas tratam de obras do Padre Moreira das Neves), 10 matérias relativas às homenagens públicas dedicadas à Salgado no contexto de seu retorno, em 1946, e 6 matérias tratando da rearticulação do integralismo brasileiro a partir de meados de 1945. Do conjunto das matérias, 83 foram total ou parcialmente publicadas na capa, e 14 foram publicadas no prestigiado suplemento dominical *Letras & Artes*

⁵⁹⁷ Ver a respeito REMÉDIOS, Maria José (2003). O jornal católico *Novidades*: sentido(s) de educar. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 6, p.9-27.

Em geral a cobertura em torno de uma conferência seguia um mesmo padrão, em especial se pronunciada em Lisboa: a) era noticiada com vários dias de antecedência; b) o anúncio era reforçado em breves notas nos dias anteriores à conferência; c) era anunciado em matéria de capa na véspera e no dia da conferência, em geral com sumário dos temas; d) a conferência era noticiada na seção “última hora” no dia seguinte, informando sobre presença de público, composição da mesa e o “sucesso” obtido; e) o jornal transcrevia parcial ou totalmente a conferência alguns dias depois.

A cobertura era permeada de adjetivações, que colocavam em destaque a pretensa genialidade e brilhantismo de Salgado, seu talento como orador, sua vida privada como “cristão exemplar”, sua “generosidade e despreendimento dos bens materiais, conforme exemplifica a seguinte passagem:

«Plínio Salgado é um doutrinador seguro, moderno, audaz, consciencioso e dinâmico, inteligência lucidíssima e palavra fluente, dominadora, posta ao serviço da grande obra restauradora das mentes e dos costumes da gente portuguesa, na compreensão e na difusão admirável, através desse apostolado de tribuna e de imprensa de “algumas ideias antigas e sempre novas sobre verdades que, por muito evidentes, passam despercebidas daqueles a quem mais importam.»⁵⁹⁸

Por outro lado, até Setembro de 1945, *Novidades* omitiu sistematicamente a condição de Salgado de “Chefe Nacional” do Integralismo brasileiro (mencionada apenas na matéria de 1939), da qual ele jamais abdicou. A partir de então, passa a noticiar a rearticulação do integralismo no Brasil, elogiando-o e defendendo abertamente. O Manifesto Diretiva enviado por Salgado aos integralistas brasileiros é publicado na íntegra, sendo considerado pelo jornal como “*um notabilíssimo documento, de singular interesse político e doutrinário*”⁵⁹⁹, e mesmo o caráter pretensamente “democrático e antitotalitário” do integralismo passa a ser defendido pelo jornal.

O livro *Vida de Jesus* recebeu o maior número de matérias (19), incluindo-se um extenso estudo de autoria de Armando de Castro Abreu, publicado em 7 partes entre março e abril de 1944. Em seguida, quatro conferências posteriormente publicadas na forma de livro receberam o maior número de referências: *O Rei dos Reis* (9), no qual

⁵⁹⁸.As últimas conferências de Plínio Salgado em Portugal. *Novidades*, 7.6.1946, p. 1-2.

⁵⁹⁹.Manifesto de Plínio Salgado. *Novidades*, 2596.1946, p. 1, 3 e4.

defendeu a necessidade de um “espírito cruzadista” para a recristianização social; *A aliança do Sim e do Não* (9), sustentando a necessidade de que o cristianismo se mantivesse na mais estrita ortodoxia, recusando-se qualquer concessão ou diálogo com seus “inimigos”; *Conceito Cristão de Democracia* (8), sua elaboração mais importante do ponto de vista político-doutrinário, onde defendeu que uma “verdadeira democracia” precisa fundar-se nas “verdades eternas do cristianismo”, e portanto impedir a livre divulgação de ideias contrárias a estas verdades; e *A mulher do século XX* (7), onde ataca o processo de emancipação da mulher e defende que ela deveria permanecer essencialmente como “mãe e companheira do homem”. A articulação entre o elemento religioso e as conclusões políticas que remetiam ao anticomunismo, antiliberalismo, defesa da autoridade e da hierarquia e oposição ao avanço da laicidade permeia todos estas conferências e livros, e a ênfase na sua divulgação é bastante elucidativa dos interesses do jornal *Novidades* e da própria Igreja Católica portuguesa.

Considerações Finais

A análise da cobertura do jornal *Novidades* acerca das atividades desenvolvidas por Plínio Salgado em Portugal permite-nos considerar que, se por um lado Salgado utilizou-se da linguagem religiosa como forma de se dissociar do nazi-fascismo, ainda que sua perspectiva política tenha permanecido estritamente vinculada à ideologia fascista, por outro lado a projeção pública de Salgado foi considerada útil e proveitosa para os sectores dominantes da Igreja Católica portuguesa, fortemente identificados com seu ideário político e sua defesa da ordem, da autoridade, da hierarquia e da propriedade e com sua perspectiva anticomunista radical. Igualmente interessava-lhes propagar a concepção *sui generis* de democracia desenvolvida por Salgado (segundo a qual a democracia não podia permitir liberdade alguma aos seus inimigos e deveria manter a qualquer custo os princípios da hierarquia, da autoridade e da propriedade) e a reafirmação sistemática do dogma de que o cristianismo é intrinsecamente antitotalitário e portanto naturalmente oposto ao nazi-fascismo. Desdobramento implícito (e por vezes explícito) desta concepção era o apoio à ditadura estadonovista. A definição de uma concepção restrita e excludente de democracia, que permitisse simultaneamente afirmarem-se como “democráticos”, demarcar sua diferença em relação ao nazi-fascismo e ainda assim seguir defendendo uma concepção de política e de sociedade

radicalmente autoritária, era uma tarefa comum empreendida tanto pelo integralismo brasileiro como pela Igreja Católica (assim como pela própria ditadura salazarista).

Bibliografia Citada

CALIL, G. C. (2005), *O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa*. Tese de Doutorado em História. Niterói, UFF, 804p.

CAVALARI, Rosa Maria. (1999), *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, Edusc.

HILTON, Stanley. (1983), *A guerra secreta de Hitler no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

REMÉDIOS, Maria José. (2003), O jornal católico Novidades: sentido(s) de educar. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 6, p.9-27.

SALGADO, Plínio. (1943), *Vida de Jesus*. Lisboa, Àtica.

_____ (1944), *A aliança do Sim e do Não*. Lisboa, Ultramar.

_____ (1945), *A mulher do século XX*. Porto, Tavares Martins.

_____ (1945), *Conceito cristão de democracia*. Coimbra, Estudos.

_____ (1945), *O Rei dos Reis*. Lisboa, Pro Domo.

_____ (1945), *Primeiro Cristo*. Porto, Figueirinhas.

_____ (1946), *Madrugada do espírito*. Lisboa, Pro-Domo.

_____ (1946), *A tua Cruz, Senhor*. Lisboa, Àtica.

_____ (1947), *A imagem daquela noite*. Lisboa, Gama.

_____ (1946), *O integralismo brasileiro perante a nação*. Lisboa, Editora Gráfica Limitada.

SEITENFUS, Ricardo. (2000), *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre, Edipucrs.

TRINDADE, Hélió. (1974), *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo, Difel / Porto Alegre, UFRGS.

REGIMES, PODER E PROPAGANDA

Periódicos militares, políticos de propaganda e agitação: apontamentos para o estudo do seu contributo na implantação da República

José Luís Assis

Comissão Portuguesa de História Militar – MDN
CEHFCI – UE
HETSCI – IHC-FCSH-UNL

A Imprensa Periódica Militar, Política, de Propaganda e Agitação conheceu a sua expansão durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Constituiu um excelente repositório de informação que nos permite compreender as aspirações e os anseios das classes militares face a um sistema político, a Monarquia, que consideravam ser a causadora do estado decadente em que se encontrava o País e o Exército.

A orientação metodológica de análise destes periódicos implica a assunção consciente de uma perspectiva histórica e política uma vez que é o caminho mais adequado para apresentar o papel destes periódicos no contexto económico, político, social e militar da segunda metade de oitocentos e primeiras décadas de novecentos em Portugal.

Em consonância com o estado da arte começamos por referir que nasceu no Porto, a 4 de Novembro de 1860, o primeiro periódico *OLuzo Jornal Artístico, Militar e Civil*, publicado até 29 de Dezembro de 1861, do qual António José Cardoso Bello foi o primeiro responsável editorial⁶⁰⁰. No artigo de fundo do primeiro número, estabelece como bandeira o progresso material e moral, únicos elementos que considera capazes de levar o País pela «estrada» da civilização. Continua afirmando que será um:

*“fiel interprete das classes a que se dedica, ha-de pugnar por ellas. Abster-se-ha de polemicas que desdorem a nobre instituição da imprensa, e não consentirá que nas suas columnas se imprimam artigos que offendam pessoa alguma. Será um propugnador indefesso pelos interesses do paiz em geral, e deste districto em particular, e defenderá uns e outros como as suas forças lh’o permitirem.”*⁶⁰¹

⁶⁰⁰ CARVALHO, Francisco Augusto Martins de. (1979), “O Luzo Jornal Artístico, Militar e Civil”, *Dicionário Bibliográfico Militar Português*, vol. II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, p. 403.

⁶⁰¹ REDACÇÃO. (1860), “Porto 4 de Outubro”. *OLuzo Jornal Artístico, Militar e Civil*. 1 (1), p. 1.

Integrado nesta linha de orientação, publica o primeiro artigo de cariz político, reivindicativo e de contestação aos responsáveis governamentais pelo mau estado a que deixaram chegar a instituição militar, defendendo os seus interesses e os de toda a família militar⁶⁰². Consciente da situação em que se encontra a instituição militar, apela ao sentido de estado dos governantes para que tomem a iniciativa de propor ao parlamento as medidas necessárias à modernização do Exército⁶⁰³.

No número 12 de 20 de Janeiro de 1862, relewa a notícia da boa convivência política entre o governo, o parlamento e os deputados da oposição no sentido de promoverem as melhorias materiais do País. Perante este propósito, demonstra disponibilidade para que aquela situação seja objeto do maior respeito público⁶⁰⁴. Todavia, quanto à medida apresentada pelo governo para a fortificação de Lisboa, assinala que ela não pode ser bem recebida, porque não existem razões que justifiquem tal proposta, nem as finanças públicas estão em condições de suportar os sacrifícios financeiros de uma obra daquela natureza⁶⁰⁵. Publicou 61 números para depois ser substituído pelo *Clamor Militar*. Este semanário iniciou a sua edição a 5 de Janeiro de 1862 no Porto e acabou a 21 de Julho de 1868, com 332 números, sendo seus principais dinamizadores António José Cardoso Bello (proprietário e redator principal) e M. R. de Sá Pacheco (diretor)⁶⁰⁶. Consagrava-se aos assuntos militares, podendo ser definido como um jornal informativo e literário. Contudo, do ponto de vista político, mantém a orientação interventiva do seu antecessor pugnando pela defesa dos interesses do Exército e do Estado⁶⁰⁷. Ambos apareceram com o objetivo claro de servirem a causa militar através de uma «voz» que fizesse ressoar as aspirações e os interesses da classe, tomando posições de grande patriotismo e, por vezes, de algum radicalismo através dos artigos que difundia⁶⁰⁸.

⁶⁰² Escreve: “*O militar para bem desempenhar a honrosa profissão que exerce, e para que as outras classes olhem para elle com aquelle agrado e confiança (...) de que o militar é a salva-guarda da sua fortuna, o defensor da sua vida, o sustentaculo das liberdades pátrias, (...) repetimos, para bem desempenhar essa honrosa profissão e cumprir á risca os deveres a que está ligado, (...) é mister que os meios o ajudem (...) porque sem meios ninguem póde adquirir fins, e esses meios são hoje tão escassos que ouzamos avançar, sem receio de sermos desmentidos*”. *Ibid.*

⁶⁰³ *Ibid.*

⁶⁰⁴ REDACÇÃO (1860), “Porto 20 de Janeiro”. *OLuzo Jornal Artistico, Militar e Civil*. 1 (12), p. 1.

⁶⁰⁵ *Ibid.*

⁶⁰⁶ CARVALHO, Francisco Augusto Martins de. (1891), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 72.

⁶⁰⁷ Num dos seus números, escreve: “*Nunca, em epocha alguma, que nos lembre, tam mal tratado foi o nosso exercito, nem com tanta injustiça sobrecarregado de vexames, privações, e maus tratos como agora que se acham no poder tam manifestas nullidades politicas administrativas e economicas*”. REDACÇÃO. (1869), “Porto 6 de Junho”. *Clamor Militar*. 8 (378), p. 1.

⁶⁰⁸ *Ibid.*

Em Coimbra, apareceu, no dia 29 de Julho de 1888, o primeiro número do jornal *O Sargento*, semanário dedicado aos sargentos e músicos do Exército, impresso na *Tipographia União* e depois na *Tipographia do Sargento*. Foi fundado por dois oficiais inferiores de infantaria com o intuito de pugnar pelos interesses da classe, pondo em realce a situação precária dos sargentos e apontando soluções para poderem sair da situação degradante em que se encontravam⁶⁰⁹. No artigo de abertura *Nossa Apresentação*, do primeiro número define:

*“que a nossa fé partidaria e o nosso credo politico é o desejo ardentissimo de pugnar pelos nossos interesses, de pôr em evidencia qual a situação precaria do official inferior, e quaes os meios que é necessario e urgente empregar para sairmos d’este meio lethargico em que nos encontramos”*⁶¹⁰. Integrado nesta linha de orientação, informa que *“uma compreensão nitida dos nossos deveres, como militares e como cidadãos, a obrigação que todos temos de nos tornarmos uteis ao nosso paiz e servir-o com brio e dignidade e com a convicção de que o servimos bem, tal é o caminho que devemos seguir (...). Para isso e para termos a forçanecessaria para impetrarmos com justiça as recompensas a que temos jus, o principal meio a que devemos recorrer é a instrucção (...). O jornal que hoje vos apresentamos tem a pretensão de advogar a nossa causa e pugnar pelos nossos interesses. Discutirá serenamente e sem rancor, sem permittir allusões pessoaes que affectem a auctoridade e que nos desconceituem em vez de nos elevarem. Transmittirá as vossas queixas a quem deva ouvil-as e acatal-as, mas com moderação e respeito, e vigiará sobre os nossos direitos para que não sejam postergados.”*⁶¹¹

O Jornal teve um grande número de colaboradores, nem sempre convenientemente escolhidos, o que o levaria a afastar-se da sua linha editorial ao tratar assuntos contrários aos princípios do respeito e da subordinação militares a que os seus redactores estavam submetidos. Igualmente importante de ser referido foi a influência que o periódico teve na propaganda e agitação nos movimentos revolucionários de 31 de Janeiro de 1891⁶¹².

⁶⁰⁹ CARVALHO, Francisco Augusto Martins de. (1979), “Sargento (O)”, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 258.

⁶¹⁰ REDACÇÃO (1888), “A Nossa Apresentação”. *O Sargento*. I (1), p. 1.

⁶¹¹ *Ibid.*

⁶¹² Para mais informação consulte-se: COELHO, J. Chagas & (1891), *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Porto, s. n., pp. 49-66; *Revolta Militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891*, Os Conselhos de Guerra e Respectivas Sentenças, (1891), Relatórios publicados pelo Commercio do Porto,

O Sargento, bem como a *Vedeta*, deram à imprensa republicana um forte contingente de colaboradores militares⁶¹³ para a propaganda subversiva, depois continuada pelos jornais a *Patria* e a *Republica Portuguesa* que concluiriam o processo revolucionário⁶¹⁴.

A *Vedeta*, com subtítulo *Orgão Militar Independente* de periodicidade semanal, publicou o seu primeiro número em Lisboa no dia 1 de Abril de 1890. Tinha como objetivo a defesa das Armas de Infantaria e de Cavalaria, pugnando por revelar à Nação o verdadeiro estado do Exército: quais as suas necessidades, as suas reformas e as melhorias que deveriam ser implementadas⁶¹⁵. No artigo intitulado *A Vedeta* exprime as suas linhas de força referindo que:

*“Será aqui, n’esta tribuna respeitável da Imprensa que ellas farão ouvir o seu conselho despretençioso, que n’uma laboração intellectual desapaixonada e completamente isenta de feição politica pugnarão pelo bem de todos e pelo seu próprio (...). A Vedeta caminhará attenta, prescutante vigorosa, intemerata e só, e se lá, na frente da batalha não teme subir ao pincaro da montanha em garantia das armas suas irmãs, tambem não teme nem consentirá que aqui no campo livre do pensamento, nenhuma d’ellas occupe outra ordem de formatura que não provenha d’esse regulamento universal chamado razão”*⁶¹⁶

Porto, Typographia do Commercio do Porto; ABREU, Jorge de. (1912), *A Revolução Portuguesa. O 31 de Janeiro (Porto 1891)*, Lisboa, s. n.; CRISTO, Francisco Homem. (1891), *Os Acontecimentos de 31 de Janeiro e a Minha Prisão*, Lisboa, s. n.; CATROGA, Fernando. (2000), “O Caminho da Via Violentada da Tomada do Poder”, in *O Republicanismo em Portugal*, 2ª. Ed., Lisboa, Editorial Notícias, pp. 76-89; *Idem* (2006), “A República Una e Indivisível”. *Revista de História das Ideias*. 27, pp. 171- 249.

⁶¹³ No periódico a *Republica Portuguesa*, colaboraram com os seus escritos soldados, cabos, sargentos e oficiais de todas as patentes. Colaboração que primeiro começou pelos militares colocados na cidade do Porto e que depois se alargou às unidades de Coimbra, Lisboa e províncias do Reino. Para mais informação consulte-se: COELHO, João Chagas & (1891), *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Porto, s. n., pp. 26-47; CATROGA, Fernando. (2000), “O Caminho da Via Violentada da Tomada do Poder”, in *O Republicanismo em Portugal*, 2ª. Ed., Lisboa, Editorial Notícias, p. 79. Como refere António Ventura o sucesso da República deveu-se à infiltração da Carbonária e do Partido Republicano nas estruturas do Exército e da Marinha. *O 5 de Outubro por Quem o Viveu – Reportagens, Depoimentos e Relatórios*, 2010, org. António Ventura, Livros Horizonte, Consulte-se, ainda, Brandão, 2010, “A caracterização do Movimento Conspirativo que precedeu a Revolução de 5 de Outubro de 1910”, in *A Maçonaria e a Implantação da República em Portugal*, Lisboa, Casa das Letras. Veja-se também ROSAS, Fernando (2010). “A queda da Monarquia”, In. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, (pp. 13-43), Lisboa, Edições Tinta-da-China; BRANDÃO, Fidalgo, 2010, *A Maçonaria e a Implantação da República em Portugal*, Alfragide, Casa das Letras.

⁶¹⁴ COELHO, João Chagas & (1891), *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Porto, s. n., p. 51.

⁶¹⁵ REDACÇÃO (1890), “A Vedeta”. *A Vedeta, Orgão Militar Independente*. 1 (1), p. 1.

⁶¹⁶ *Ibid.*

No artigo seguinte, de título *Defesa Nacional*, acusa de forma direta os poderes públicos de ignorância e indiferença ao que considera ser o total abandono a que tem sido votada a defesa da Nação⁶¹⁷. Adianta que essa indiferença cedeu “o logar á impaciencia, e o paiz, com as mais solemnes demonstraçoẽs de amor e apego á honra e patriotismo herdados, exige uma preparaçoẽ prompta e efficaz que o ponha a coberto e a salvamento de futuras aggressões e espoliaçoẽs”⁶¹⁸. Estamos perante uma clara referência à difícil situação política então vivida em Portugal, da qual o governo tinha a responsabilidade de saber aproveitar as forças disponíveis e subordinar-se aos verdadeiros interesses da Nação.

O *Jornal do Exercito*, nascido em Lisboa, publicou o número programa no mês de Julho de 1891 e o n.º 1 no dia 4 de Agosto do mesmo ano. Tinha como redatores oficiais das diferentes armas e serviços, entre os quais o capitão de infantaria Alfredo de Almeida Campos e o oficial do secretariado militar Oliveira Mascarenhas. Publicou 11 números, sendo o último datado de 31 de Outubro de 1891. No número programa, o artigo de apresentação *O Nosso Credo* assume que será de um estoicismo sincero e inquebrável na observância dos deveres que defende e que pretende impor⁶¹⁹. Alerta os espíritos que pretendem uma mudança de sistema político que para eles qualquer sistema os serve desde que seja exercido sem qualquer sofisma e na observância rigorosa da lei, que consideram a alavanca de todos os Estados⁶²⁰. Adianta: “*não somos portanto monarchicos por fanatismo, nem tão pouco republicanos por convicção*”⁶²¹.

No n.º 1 de 4 de Agosto, no artigo *Ao Exercito*, apela aos seus leitores pedindo-lhes:

*“Levantemo-nos todos em defesa das nossas imunidades, ultimamente vilipendiadas pelos perigosos missionarios da dissolução social; e, se o direito da força é, e tem sido sempre o direito principal e immutavel da humanidade, inutilisemos os desmoronadores do nosso edificio – architectado, construido e modificado em largos seculos d’experiencias e estudos accumulados – mas não com a força physica, de que poderiamos dispor com enormissima vantagem, senão com a força da nossa união, da nossa boa camaradagem (...)”*⁶²²

⁶¹⁷*Ibid.*

⁶¹⁸*Ibid.*

⁶¹⁹ REDACÇÃO (1891), “O Nosso Credo”. *Jornal do Exercito*. 1, Numero Programa, p. 1.

⁶²⁰*Ibid.*

⁶²¹*Ibid.*

⁶²² REDACÇÃO (1891), “Ao Exercito”. *Jornal do Exercito*. 1 (1) p. 1.

Ainda no mesmo artigo destaca que o:

*“estado de decadencia a que chegamos, relativamente ao quilate do nosso valor moral, tem tido muitos factores, entre os quais avultam a submissão e a dependencia a que nos obrigaram, bem como a negação da força que nos devia ter sido mantida intacta, mas que tudo os governos teem sacrificado, em nosso desfavor, ás conveniencias tórpes d’uma politica feita d’erros, de prejuízos e devassidões!”*⁶²³

Termina o artigo deste primeiro número acentuando os valores da instrução, dos seus direitos, dos bons exemplos que devem ser seguidos, apelando à união da família militar e que o jornal será a voz da sua consciência e inteligência⁶²⁴.

No dia 31 de Janeiro de 1911, saiu em Coimbra, o jornal *A Voz do Sargento, Orgão defensor dos interesses dos sargentos e equiparados do Exército e da Armada*. Apresenta no cabeçalho a divisa pela «Pátria e pela República» e teve como principais responsáveis António Rodrigues, (diretor e proprietário), José Augusto Gomes, (editor), José da Silva e Sousa (administrador) e Mário da Costa Vasconcellos (secretário)⁶²⁵. Iniciou a publicação como semanário e terminou com a edição do n.º 104, para depois ser continuado pelo periódico *AVedeta*. No artigo de abertura, *A Nossa Apresentação*, começa por escrever que se propõe socorrer os *“filhos e viúvas dos nossos camaradas fallecidos do exercito e da armada, bem como das classes equiparadas”*⁶²⁶. No mesmo artigo anuncia:

*“defender os interesses da nossa classe e equiparados, dentro do que fôr de justiça, e isso vos affiançamos que faremos com a maior dedicação, consagrando-lhe o melhor do nosso criterio. Estae certos tambem que onosso jornal procurará (...) concorrer para que entre a nossa classe e equiparados, se mantenha a mais firme e pura coesão.”*⁶²⁷

No artigo *Data Militar*, referindo-se à Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891, glorifica os *“seus camaradas que morreram no campo da honra, por uma causa tão*

⁶²³*Ibid.*

⁶²⁴*Ibid.*

⁶²⁵ REDACÇÃO (1911), “A Nossa Apresentação”. *A Voz do Sargento*. 1 (1) p. 1.

⁶²⁶*Ibid.*

⁶²⁷*Ibid.*

sagrada, porque morrer combatendo uma monarchia é sempre uma morte gloriosa”⁶²⁸.
Jornal de orientação republicana tece fortes críticas à Monarquia e dá relevo à República como a solução para os problemas nacionais⁶²⁹.

O Cidadão Soldado, Boletim Mensal da Instrução Militar Preparatória em Portugal, fundado em Lisboa pela *Sociedade d’Instrucção Militar Preparatoria n.º 1*⁶³⁰, publicou o primeiro número no mês de Junho de 1913. Teve como responsáveis Gonçalves Neves, diretor, o tenente Virgílio Simões, secretário da redação, o tenente Mendes Bragança redator militar e Epaminondas Romualdo Brou, João Augusto Garcia e Simão Carvalho Mourão redatores efetivos. Jornal republicano de carácter político-militar, começa a sua edição com a apresentação simultânea das gravuras e saudações ao Presidente da República, Dr. Manuel D’Arriaga (1840-1917); à Marinha de Guerra e ao Exército; ao então Ministro da Guerra, Major João Pereira Bastos (1865-1951); e aos dois ex-ministros da mesma pasta, coronel António Xavier Correia Barreto (1853-1934) e tenente-coronel Alberto Carlos da Silveira (1859-1927) que têm os seus nomes ligados à *Instrucção Militar Preparatória* e à imprensa periódica⁶³¹.

No artigo de fundo *O Cidadão Soldado Razão do seu Aparecimento – O seu objetivo*, começa por agradecer às sociedades congéneres e a todos os cidadãos militares e civis que patrioticamente se têm interessado pelo progresso da instrução militar preparatória em Portugal. Seguindo o seu republicanismo indefectível reforça: “*Obscuros soldados da Liberdade, republicanos devotados e patriotas sinceros, – cidadãos portugueses, n’uma palavra – trabalhámos sempre pelo bem estar da nossa querida terra, combatendo a monarchia que arruinava e desacreditava a Patria, e luctando pela implantação da Republica*”⁶³². Termina explicando que o *Cidadão Soldado* tem como missão propagar a instrução e a educação aos portugueses, lembrando que todos devem ser soldados para o bem e progresso da República e do País⁶³³.

No dia 15 de Maio de 1915, surgiu, na cidade de Coimbra, o *Marte*, órgão defensor da classe dos Sargentos do Exército e da Armada que teve como diretor e

⁶²⁸ REDACÇÃO (1911), “Data Militar”. *A Voz do Sargento*. 1 (1), p. 1.

⁶²⁹ *Ibid.*

⁶³⁰ As *Sociedades de Instrução Militar Preparatórias* foram legalmente constituídas pelo Ministério da Guerra e por ele consideradas de beneméritas e patrióticas, cujo objectivo era a preparação dos militares para todos os sacrificios na defesa da República Portuguesa. Pretendia-se que cada cidadão fosse um soldado consciente e disciplinado na defesa e bem da República. Cf., A REDACÇÃO (1913), “O Cidadão Soldado Razão do seu Aparecimento – O seu objectivo”. *O Cidadão Soldado Boletim Mensal da Instrucção Militar Preparatória em Portugal*. I (1), p. 2.

⁶³¹ *Ibid.*

⁶³² *Ibid.*

⁶³³ *Ibid.*

administrador Henrique Hermínio Branco, editor A. J. Campos Rego e secretário da redação J. L. S. Figueiredo. Defensor dos sargentos, de periodicidade semanal, passou mais tarde a quinzenal e findou a sua publicação no dia 25 de Setembro de 1933 com a publicação do n.º 550. No artigo de apresentação *A Nossa Orientação – Nova Vida e Nova Moral*, começa por explicar as razões do seu aparecimento acentuando que “*viverá exclusivamente preocupado com o futuro e bem estar da classe a quem defende, unica razão da sua existencia*”⁶³⁴. Apareceu com o objetivo de servir a causa dos direitos dos sargentos e manteve-se sempre fiel aos princípios orientadores da verdade e da justiça⁶³⁵.

A *Revista dos Sargentos Portuguezes*, de periodicidade quinzenal, começou a ser publicado em Lisboa no dia 15 de Janeiro de 1916 e findou em Novembro de 1917, com a edição do n.º 46. Teve como diretor o primeiro-sargento Domingos da Cruz e redatores os primeiros-sargentos Adolfo de Jesus Leopoldo, António de Almeida Bomba, Mendes David Agrea e o segundo sargento Albano Cavaleiro. No artigo de fundo *A Que Vimos*, publicado no n.º 1 a posição do periódico acentuando que:

“(...)os sargentos teem as suas legitimas reivindicações. Pois bem por intermedio da sua Revista trata-las-hão com amor e respeito, numa linguagem nobre elevada chamando para elas a atenção dos seus legitimis superiores”⁶³⁶ e num dos parágrafos seguintes reafirma que “*onde estiver a injustiça lá iremos fustiga-la; onde fôr reclamado o nosso auxilio, de braços abertos o levaremos. Mas fa-lo-hemos com calma, correcção e dignidade.*”⁶³⁷

O jornal, sob esta orientação, e no seio da imprensa portuguesa, afirma-se como um verdadeiro defensor dos sargentos portugueses congregando uma geração que possa valorizar o País e sobretudo a República Portuguesa aos olhos das nações civilizadas.

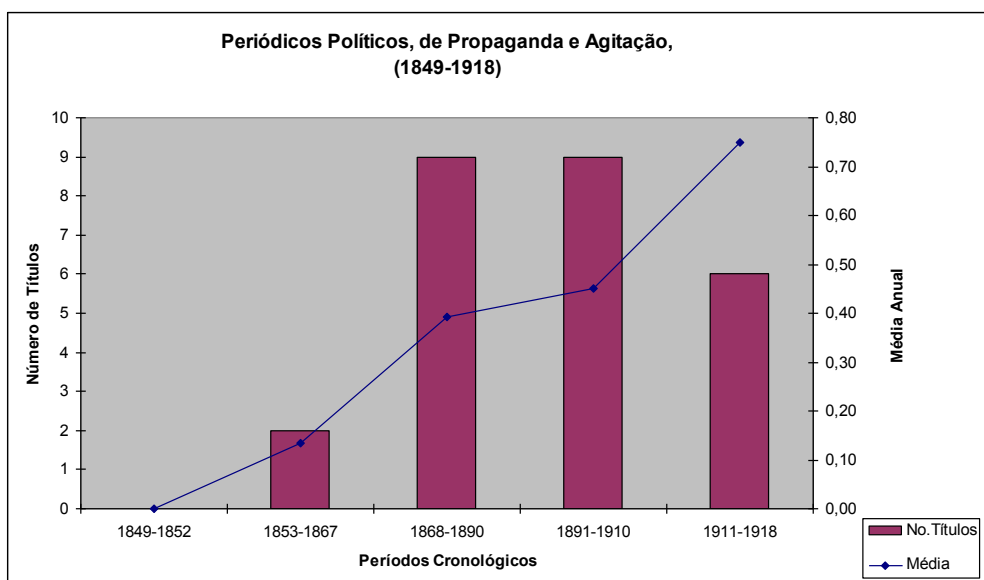
Gráfico 1

⁶³⁴ REDACÇÃO (1915), “A Nossa Orientação – Nova vida e Nova Moral”. *Marte Orgão Defensor da Classe de Sargentos do Exercito e da Armada*. I (1), p. 1.

⁶³⁵ *Ibid.*

⁶³⁶ REDACÇÃO (1915), “A que Vimos “. *Revista dos Sargentos Portuguezes*. I (1), p. 1.

⁶³⁷ *Ibid.*



A partir da análise do gráfico 1 verificamos que se assistiu a um aumento significativo do número de periódicos, passando de uma publicação de 2 jornais no período compreendido entre 1853-1867, para 9 no de 1868-1890. O período subsequente 1891-1910 é caracterizado por uma estabilização do número de periódicos publicados. Nos anos entre 1911-1918 constata-se uma descida do número de jornais (6), o que está relacionado com o menor número de anos deste último período.

Conclusão

Estes periódicos surgiram com a responsabilidade de se ocuparem dos interesses da Nação, do Exército e das diferentes classes a que pertenciam. Não tinham, segundo as suas linhas editoriais, qualquer compromisso e responsabilidade política e doutrinária para com os partidos políticos existentes. Contudo, não deixaram de debater e discutir abertamente temas políticos relacionados com o interesse da Nação, do Exército e das suas próprias classes.

À semelhança de alguns dos seus congêneres civis, publicados como órgãos de instituições ou de pessoas individuais ou coletivas, também os vamos encontrar alinhados com determinadas personalidades como é o caso do jornal o *Monitor do Exército* com o Marechal Saldanha.

Embora tenham nascido com o propósito de pugnar pelos interesses de classe dentro da correção e do respeito pelas autoridades, alguns deles adotaram uma

agressividade, uma postura e um discurso de certo modo violentos, aproveitados para objetivos e fins mais alargados, como seja o combate contra a Monarquia e a favor da República. Apontavam esta como a solução para todos os males causados pelo sistema político constitucional vigente, a Monarquia. Transmitem um sentimento de mau estar no seio do Exército e, particularmente, das classes de sargentos e praças. Apontam as chefias militares, o governo e a Coroa como responsáveis por não encontrarem as soluções que fossem ao encontro das suas aspirações.

Os periódicos já não refletem os interesses corporativos, mas o ódio e o entusiasmo do patriotismo verdadeiramente identificado com a República que terá o seu apogeu na Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891. A história de alguns destes jornais militares é inseparável desse movimento revolucionário bem como depois da implantação da República, sendo em grande medida atribuída conjuntamente às instigações diretas do jornal a *Republica Portuguesa* e dos jornais militares *O Sargento* e *A Vedeta*; jornais militares que deram à imprensa republicana um forte contingente de militares (soldados, sargentos e oficiais) para a sua propaganda subversiva, desejosos de depor o sistema político constitucional.

Bibliografia

Fontes Impressas

ABREU, Jorge de. (1912), *A Revolução Portuguesa. O 31 de Janeiro (Porto 1891)*, Lisboa, s. n.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins de. (1891), *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional.

COELHO, J. Chagas &. (1891a), *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Porto, s. n., pp. 49-66.

IDEM. (1891), *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Porto, s. n., pp. 26-47.

IDEM. (1891), *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Porto, s. n.

CRISTO, Francisco Homem (1891), *Os Acontecimentos de 31 de Janeiro e a Minha Prisão*, Lisboa, s. n.

O 5 de Outubro por Quem o Viveu – Reportagens, Depoimentos e Relatórios, 2010, org. António Ventura, Livros Horizonte.

REDACÇÃO (1860), “Porto 20 de Janeiro”. *OLuzo Jornal Artístico, Militar e Civil*. 1 (12).

REDACÇÃO (1869), “Porto 6 de Junho”. *Clamor Militar*. 8 (378).

REDACÇÃO, (1860), “Porto 4 de Outubro”. *OLuzo Jornal Artístico, Militar e Civil*. 1 (1).

REDACÇÃO (1888), “A Nossa Apresentação”. *O Sargento*. I (1).

REDACÇÃO (1890), “A Vedeta”. *A Vedeta, Orgão Militar Independente*. 1 (1).

REDACÇÃO (1891), “Ao Exercito”. *Jornal do Exercito*. 1 (1).

REDACÇÃO (1891), “O Nosso Credo”. *Jornal do Exercito*. 1, Numero Programa.

REDACÇÃO (1911), “A Nossa Apresentação”. *A Voz do Sargento*. 1 (1).

REDACÇÃO (1911), “Data Militar”. *A Voz do Sargento*. 1 (1).

REDACÇÃO (1913), “O Cidadão Soldado Razão do seu Aparecimento – O seu objetivo”. *O Cidadão Soldado Boletim Mensal da Instrução Militar Preparatória em Portugal*. I (1).

REDACÇÃO (1915), “A que Vimos “. *Revista dos Sargentos Portuguezes*. I (1).

REDACÇÃO (1915), “A Nossa Orientação – Nova vida e Nova Moral”. *Marte Orgão Defensor da Classe de Sargentos do Exercito e da Armada*. I (1).

Revolta Militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891, Os Conselhos de Guerra e Respectivas Sentenças, (1891), Relatórios publicados pelo Commercio do Porto, Porto, Typographia do Commercio do Porto.

Bibliografia

BRANDÃO, Pedro Ramos e FIDALGO, António Chaves. (2010), *A Maçonaria e a Implantação da República em Portugal*, Lisboa, Casa das Letras.

CARVALHO, Francisco Augusto Martins . (1979a), “Sargento (O)”, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional.

IDEM. (1979b), “O Luzo Jornal Artístico, Militar e Civil”, *Dicionário Bibliográfico Militar Português*, vol. II, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

CATROGA, Fernando. (2000), “O Caminho da Via Violentada da Tomada do Poder”, in *O Republicanismo em Portugal*, 2ª. Ed., Lisboa, Editorial Notícias, pp. 76-89.

IDEM. (2006), “A República Una e Indivisível”. *Revista de História das Ideias*. 27, pp. 171- 249.

O 5 de Outubro por Quem o Viveu – Reportagens, Depoimentos e Relatórios (2010), António Ventura (org.), Livros Horizonte.

ROSAS, Fernando. (2010). “A queda da Monarquia”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, (pp. 13-43), Lisboa, Edições Tinta-da-China.

Lorsque le maréchal Pétain se fantasait en “Salazar à la française”

Cécile Gonçalves

EHESS – Paris

Emmanuel Hurautl dans sa contribution intitulée « le modèle portugais » extraite de l'ouvrage collectif *Serviteurs de l'État* dirigé par Marc Olivier Baruch et Vincent Duclert, se penche sur l'intérêt que portent certaines élites de droite et cercles maurrassiens au régime de Salazar. Il termine son article par la question suivante : « pouvons-nous pousser l'audace jusqu'à considérer que Pétain s'est efforcé d'incarner un Salazar à la française ? Pétain lui-même semble nous donner raison en avouant : " Puisque j'ai les idées de Salazar et la tunique de Carmona, je ne vois pas pourquoi je me dédoublerai⁶³⁸." » Visiblement, l'État français de Vichy aurait calqué sa « Révolution nationale » sur celle entreprise quelques années auparavant au Portugal. Il est d'ailleurs bien connu que Pétain possédait un exemplaire dans son bureau de *Comment On Relève un Etat*, brochure publiée par o Doutor Salazar en 1937 chez Flammarion (éditeur avant-guerre des Œuvres du maréchal Pétain) qui présentait, à partir d'extraits de différents discours du dictateur portugais, un petit vade-mecum pour façonner un État nouveau, corporatif et hiérarchisé. « Le Maréchal ne cache pas son admiration pour l'homme d'Etat portugais et son Œuvre, ni qu'il s'inspire de ses doctrines pour le relèvement du pays⁶³⁹ ». Ainsi, En conséquence, comparer le régime de Salazar et celui du maréchal Pétain, revient à confronter deux régimes autoritaires – l'« État nouveau » et l'« État français » - qui temporaient leurs sentiments anticommunistes, antiparlementaires et antidémocratiques d'une rhétorique chrétienne. Dès l'origine, ces deux régimes se sont signalés par leur intention commune, à travers la mise en Œuvre d'une « Révolution nationale », de répondre à la crise morale et politique de leur pays respectif par un « retour à l'ordre », une mise au pas nationaliste et autoritaire. Autrement dit, ces deux pays se réclamaient des *Gegen Aufklärung*, de l'héritage de la Contre-révolution. Mais Pétain a-t-il vraiment pu prendre exemple sur le président du Conseil portugais pour mener son action ? Pouvons-nous dire que l'*Estado Novo* institutionnalisé en 1933 au Portugal et dirigé par Salazar a véritablement constitué un modèle idéologique, politique, pour la « Révolution Nationale » du

638 Cité par FERRO Marc (1987), *Pétain*, Paris, Fayard, p. 137.

639 Cité par FERRO Marc, *op. cit.*, p. 215.

maréchal Pétain au lendemain de la Débâcle ? Nous montrerons dans ce travail que la comparaison peut s'avérer légitime sur le plan idéologique, ces deux régimes faisant l'apologie de valeurs semblables mais qu'elle ne permet pas de comprendre la nature profonde desdits régimes puisqu'elle ne tient pas compte du poids de la contingence. S'il existe bien un « air de famille » entre *l'Estado Novo* et le régime de Pétain, une matrice idéologique commune qu'est la tradition de la pensée contre-révolutionnaire de Maistre à Maurras, il n'en reste pas moins que ces deux régimes sont singuliers par les voies différentes qu'ils ont suivies, les priorités qu'ils ont privilégiées (Salazar cherchant à survivre à l'époque du fascisme en se rapprochant davantage des Alliés, c'est le sens du fameux « *saber durar* », et Laval voulant à tout prix que la France occupe une place avantagée dans le « nouvel ordre mondial » qui dans sa vision du monde devait nécessairement être nazi).

Alors que l'« État français » n'a pu advenir avant l'invasion et la défaite de 1940, au contraire, au Portugal (comme en Italie et en Allemagne), un régime dictatorial s'est implanté à la fin des années 1920 à la suite d'un coup d'État militaire. À cette époque, Salazar avait eu, lui aussi, pour ambition de bâtir un « État nouveau » qui allait « régénérer la Nation », et ses sources d'inspiration – catholicisme, corporatisme, autoritarisme – étaient proches de celles auxquelles les nouvelles équipes au pouvoir en France aimaient se référer. Le programme idéologique de *l'Estado Novo* est perçu par les partisans du maréchal comme un exemple à reproduire pour relever la « maison France ». Les valeurs que le régime de Salazar combat sont les mêmes que Vichy : le parlementarisme (au soutien des partis, les deux chefs préférèrent l'appui plus solide de l'armée) ; le communisme ; mais aussi, le nazisme et le fascisme (avec leur régime de parti unique), parce qu'ils s'éloignent du tempérament chrétien des deux peuples ; l'égoïsme individualiste et l'exploitation des travailleurs et consommateurs (c'est pourquoi ils s'attachent à mettre en place une économie fondée sur le corporatisme). Citons pour illustrer notre propos, la préface de la troisième édition française des discours de Salazar :

« Comme Salazar, le maréchal Pétain s'appuie sur l'armée, corps discipliné tenu en dehors de la politique, plutôt que sur les politiciens ou nouveaux [venus] trop animés de passions partisans pour former l'union de tous les Français. Comme Salazar, ennemi déclaré du communisme dévastateur, il s'écarte nettement du nazisme et du fascisme, estimant à juste titre que ce système politique totalitaire, né dans des conditions

différentes de chez nous, ne correspond pas au caractère et tempérament français. (...). Comme Salazar, le maréchal Pétain ne veut pas de parti unique, qui sous prétexte de soutenir l'Etat, le domine en fait. (...). Comme Salazar enfin, le Maréchal ne veut pas de régime socialiste intégral, lourde et monstrueuse machine d'oppression⁶⁴⁰ ».

Les affinités idéologiques existantes entre Salazar et Pétain se fondent sur une vision du monde commune, héritée d'une même matrice doctrinale : la pensée contre-révolutionnaire. Leur « Révolution nationale » s'inscrivent dans la continuité de l'action menée par la droite nationaliste contre la République anticléricale, le régime parlementaire. Tous deux sont issus de la famille traditionaliste de la droite ; là où se sont forgées les contestations formelles, doctrinales, de la tradition démocratique et libérale. Tous deux ont subi les influences de la « philosophie sociale » de Charles Maurras, théoricien de l'Action française pour qui l'homme et la société dépendent de la nature. Ainsi, l'hypothèse de base de la démocratie libérale, à savoir que des individus « souverains » construiraient, par un libre choix, l'État, la société, la pensée, est dérisoire. La rupture avec le régime précédent s'avère impératif dans les deux cas. La République est le repoussoir absolu. Dès lors, les « Révolutions nationales » relèvent d'une conception « organiciste » de la société. Les individus y sont comme autant d'atomes appartenant à des entités « naturelles », des « corps » ou des « communautés » telles que la famille, la province (pour Vichy), la profession, la nation – la communauté suprême. Cette vision du monde s'oppose à la fois au principe de la citoyenneté contractuelle des Lumières, fondement de l'idéal républicain, et aux principes de la division sociale et de la lutte des classes, qui constituent la base du communisme et du socialisme. Les deux régimes subordonnent l'individualisme au bien commun tel qu'il est dicté par les communautés « naturelles » : la famille, les corporations, l'Etat. « Dieu, l'Autorité, la Patrie, le Travail, la Famille » deviennent des valeurs sacrées. Ces régimes exaltent les vertus paysannes, la ruralité contre la corruption des villes. Vichy engagera même une politique de « retour à la terre » car « la terre, nous dit Pétain, ne ment pas ». Ils investissent dans l'éducation politiquement orientée des enfants – de l'école aux organisations de jeunesse – pour qu'ils deviennent de bons citoyens obéissant à leur chef de gouvernement comme à leur chef de famille. Ils font de la propagande et de la censure des instruments pour conquérir et dominer l'opinion publique. Salazar et Pétain croyaient par conséquent aux vertus d'un Etat fort et à la nécessité d'un exécutif

640 Préface à la 3^e édition française des discours de Salazar réunis dans la brochure *Comment On Relève un Etat*, (1942, la 1^{re} édition date de 1937), Paris, Flammarion.

puissant.

« Il n'y a pas d'Etat fort là où le pouvoir exécutif ne l'est pas, affirmait Salazar, et l'affaiblissement de ce dernier est la caractéristique générale des régimes politiques dominés par le libéralisme individuel ou social, par l'esprit partisan et par les désordres du parlementarisme⁶⁴¹ ».

En détruisant l'édifice politique du précédent régime, l'*Estado Novo* portugais et l'Etat français de Pétain prétendaient reconstruire ce qu'ils considèrent comme la véritable essence de la nation, ce qui passe nécessairement selon eux par la défense de valeurs comme la religion et ses vertus, la famille et sa moralité, le travail et sa discipline, la patrie et son histoire – réécrite en fonction des nouvelles réalités politiques. Régimes valorisant la terre, essentiellement portés par les forces de droite et d'extrême droite, L'*Estado Novo* et Vichy appréciaient peu le monde ouvrier, qu'ils associaient au communisme et à la subversion. Rejetant la lutte des classes, présentée comme une doctrine étrangère encourageant la désobéissance et génératrice de conflits, ils dénonçaient aussi le capitalisme égoïste et stérile, préoccupé uniquement de profit. Les syndicats représentant les intérêts des ouvriers sont dissous et remplacés par des instances corporatistes qui réunissent des représentants du patronat et des salariés dans chaque branche d'activité instituées dans le cadre du *Estatuto do Trabalho Nacional* pour l'*Estado Novo* et de la Charte du Travail pour Vichy.

« Le travail, nous dit Salazar, n'importe quel travail, revêt la même noblesse et la même dignité, quand il est la contribution de chacun, conformément à ses facultés, à la collectivité à laquelle il appartient. (...) Pourtant il faut bien admettre une hiérarchie dans la société en fonction des activités de chacun et de chaque groupe, et donc des conditions sociales différentes. (...) Mais si le travail est également digne au point de vue humain, il n'a pas la même valeur au point de vue économique et social. Il a des utilités différentes, des rendements divers et c'est pourquoi il ne saurait être également rémunéré. Ainsi s'explique qu'il y ait une différenciation entre les individus, dans les modes de vie, entre les diverses classes de la société⁶⁴² ».

La contre-révolution s'avère pour ces deux régimes être un « retour au naturel »

641 SALAZAR, Oliveira, cité par d'ASSAC, Jacques Ploncard (1964), « État ». *Dictionnaire politique de Salazar*, Éditions S. N. I, p. 115.

642 SALAZAR, Oliveira, discours de 1933 repris par d'ASSAC, Jacques Ploncard (1964). « Travail ». *Dictionnaire politique de Salazar*, Éditions S. N. I, 1964, p. 264.

d'où leur insistance commune sur la ruralité, le « retour à la terre » comme ne cesse de le clamer le vieux Maréchal. Les instigateurs de l'*Estado Novo* et Vichy se reconnaissent dans des auteurs de la tradition contre-révolutionnaire comme Louis Veillot, Mgr Freppel, Frédéric Le Play, Albert de Mun ou René de La Tour du Pin (qui complètera la doctrine des « théocrates » Maistre et Bonald sur le chapitre économique et social en dessinant les prémises du corporatisme). À cette exaltation de la terre et des traditions, s'ajoute un nationalisme intransigeant – « on ne discute pas la patrie » répète Salazar – mais différant du nationalisme expansionniste et agressif des pays voisins. La patrie est une réalité sacrée. La nation est immortelle ; croire en elle, c'est être vacciné contre tout désespoir possible, ce désespoir même auquel conduit l'individualisme démocratique. Sous l'influence de la pensée maurrassienne, leur nationalisme est « intégral » par opposition au patriotisme des républicains, incomplet, puisque les républicains, qui disent vouloir aimer la patrie, ne s'en donnent pas les moyens et la conduisent finalement dans un gouffre sans fond en ne respectant pas l'ordre naturel des choses. Vichy et l'État Nouveau portugais prétendent ainsi incarner tous deux une troisième voie entre le libéralisme parlementaire et le communisme, sans toutefois les excès bellicistes, expansionnistes, violents et païens du nazisme et du fascisme.

L'idéal contre-révolutionnaire n'est pas tout ce qui rapproche ces deux régimes, des considérations purement stratégiques concernant l'après-guerre sont aussi à prendre en compte. Dans plusieurs de ses travaux, Hélène Pinto Janeiro a bien mis en évidence le fait qu'aux yeux des équipes du maréchal Pétain, le modèle salazariste était d'ailleurs le seul acceptable sur le plan politique, les autres alternatives apparues sur la scènes internationales de l'entre-deux-guerres étant d'emblée rejetées : le national-socialisme allemand et le fascisme italien sont assimilés aux occupants, aux ennemis victorieux⁶⁴³ ; quant au franquisme espagnol, entaché par une guerre civile effroyable, il était discrédité par le maintien d'une attitude de non-belligérance dans le conflit militaire (et non de neutralité) et ses prétentions sur le Maroc français malgré la sympathie que Pétain vouait au général Franco depuis qu'il a été ambassadeur de France en Espagne. En outre, comme l'a rappelé Marc Ferro, le Portugal, en tant qu'allié traditionnel de la Grande-Bretagne, offrait l'opportunité à Vichy de maintenir une porte entrouverte en direction de Londres, via Lisbonne. La position du pays vis-à-vis des belligérants

643 Rappelons que l'Italie mussolinienne occupe une partie de la Côte d'Azur dont la ville de Nice. PINTO JANEIRO, Hélène, (1998). *Salazar e Pétain. Relações luso-francesas durante a II Guerra mundial (1940-44)*, Lisbonne, Éditions Cosmos.

constituait donc un facteur essentiel pour les nouveaux gouvernants de l'État Français : neutre, le Portugal devenait un pays stratégiquement important. Enfin, Salazar, tout comme Pétain, pariait sur une paix de compromis comme unique issue souhaitable au conflit mondial⁶⁴⁴.

La comparaison entre ces deux régimes trouve très vite ses limites et, à cet égard, on peut affirmer qu'il y a eu deux Vichy : celui du maréchal Pétain et celui, plus collaborationniste et opportuniste, de Laval. Le Vichy qu'a cherché à mettre en place le vieux maréchal était, en effet, calqué sur les premières années du salazarisme, celles d'avant l'avènement de la République espagnole et la déflagration de la Guerre Civile, c'est-à-dire avant que l'*Estado Novo* n'entame sa métamorphose en régime fasciste. Cette volonté réactionnaire s'est avérée pour les cercles vichystes plus sentimentale qu'intellectuelle et, n'a pas pu s'incarner dans la concrétude. Malgré l'ampleur de la tâche, Salazar pouvait encore espérer freiner les progrès de la modernisation technique dans son pays car l'industrialisation y était encore balbutiante, idée qui relève de la chimère concernant la France des années 1940.

« la différence avec l'expérience lusitanienne saute aux yeux, nous dit Pierre Milza. (...) dès lors qu'il s'applique à un pays fortement et anciennement industrialisé, l'itinéraire régressif auquel Vichy convie ses adeptes relève davantage de l'utopie⁶⁴⁵. »

La comparaison que nous avons donc tenté d'esquisser reste toutefois légitime si l'on s'en tient uniquement à l'idéal prôné par le premier Vichy, celui du maréchal qui s'étend de juillet 1940 à avril 1942 comme l'a justement souligné Pierre Milza :

« S'agissant (...) du « premier Vichy », c'est semble-t-il avec le régime paternaliste du Dr Salazar que la parenté est la plus étroite. Du moins si l'on considère les objectifs affichés par les deux dictatures : restauration des structures d'encadrement et des élites traditionnelles, rétablissement de l'ordre moral et du magistère spirituel de l'Église, refus du modernisme et de la civilisation industrielle, avec ce que cela implique de méfiance à l'égard du totalitarisme fasciste qui en est un produit idéologique, au même titre que le libéralisme et le socialisme marxiste⁶⁴⁶ ».

644 PINTO JANEIRO, Hélène, *Salazar e Pétain, op. cit.*

645 MILZA, Pierre (2000), *Le Fascisme français. Passé et présent*, Paris, Flammarion.

646 MILZA, Pierre, *Idem.*

L'Estado Novo constituait bien un modèle pour Pétain, un désir qu'il chérissait mais qui ne pouvait véritablement advenir dans la France des années 1940. Pétain n'a pu être ce « Salazar à la française » qu'il aurait souhaité car la France, même coupée en deux, restait une grande puissance mondiale. De plus, les autorités d'occupation ont imposé après le débarquement des troupes alliées en Afrique du Nord le retour de Pierre Laval au pouvoir mettant alors un cran d'arrêt à la Révolution nationale. La France de Vichy, à partir de 1942, s'engage dans le tournant collaborationniste qui va la conduire dans l'abîme. Les collaborationnistes de Paris ont dès lors massivement pénétrés les sphères de Vichy et en ont fait un véritable régime « fantoche », scellant son destin à celui du III Reich.

Certes, le régime de Salazar a progressivement changé de nature au grès des circonstances et a opté pour des choix stratégiques inverses à ceux de Vichy. Avec la Guerre Civile d'Espagne, qui ravage le seul pays avec lequel le Portugal possède des frontières terrestres, on constate une accentuation des tendances fascistes de *l'Estado Novo*. En effet, le régime « s'endurcit », il devient plus autoritaire et répressif, l'encadrement politico-militaire des populations devient à présent une priorité. L'organisation de la *Mocidade Portuguesa (MP)* et la création de la *Legião Portuguesa (LP)* à l'été 1936 ; le renforcement du rôle des structures policières, notamment de la police politique (PVDE) ; la revalorisation du Secrétariat de la Propagande Nationale (SPN) qui participe activement de l'endoctrinement nationaliste des foules ; l'accélération de la mise en place des structures syndicales corporatives tout comme la politique extérieure portugaise (fonctionnant au service de la « cause nationale » incarnée par le général Francisco Franco) traduisent cet « endurcissement » et constituent les aspects concrets qui rapprochent *l'Estado Novo* salazariste des modèles fascistes et l'éloignement considérablement du régime autoritaire tel que l'a dépeint Linz⁶⁴⁷. En avril 1936, au lendemain de la victoire du Front populaire en Espagne, un décret-loi a mis en place la *Colónia Penal* – la colonie pénitentiaire – pour les prisonniers politiques et sociaux, à Tarrafal, île de Santiago dans l'archipel du Cap-Vert. Oliveira Salazar, président du Conseil et ministre des Finances depuis 1932, renforce, à partir de mai 1936, son pouvoir au sein de l'édifice politique et institutionnel de *l'Estado Novo*. En effet, en mai 1936, le leader du régime s'est emparé du poste de ministre de la Guerre (qu'il ne va abandonner qu'en septembre 1944) et, à partir de

647 LINZ, Juan, (2006), *Régimes totalitaires et autoritaires*, Paris, Armand Collin.

novembre de la même année, après avoir évincer Armindo Monteiro, il s'est rendu maître du ministère des Affaires Etrangères. Au-delà de l'« endurcissement » que connaît le régime portugais dès février 1936, l'*Estado Novo* est progressivement devenu synonyme de dictature personnelle, de concentration des pouvoirs entre les mains de son chef : Salazar, bien que Premier ministre et chef du parti unique l'*União Nacional*, est également ministre des Finances, de la Guerre et des Affaires Etrangères. Il occupe et dirige, dans un contexte de crise européenne et d'impact de la Guerre Civile d'Espagne, les principaux ministères alors qu'à Vichy, si le maréchal Pétain reste formellement le chef de l'« État français », il est de plus en plus marginalisé dans les prises de décisions. L'*Estado Novo* portugais et Vichy suivent donc deux voies radicalement contraires.

Vichy s'est également fascisé après le retour de Laval au pouvoir en 1942 mais il n'a, quant à lui, pas eu de parti unique. Il y a pourtant eu deux tentatives pour en créer un, en regroupant tous les partisans actifs du régime, mais elles ont échoué : l'une à l'automne 1940 ; l'autre au début de 1941. Dans les deux cas, les divisions internes de Vichy et la lutte entre les plus actifs partisans de l'union pour dominer celle-ci, y sont pour beaucoup. Toutefois, si l'entourage immédiat de Pétain a joué un rôle dans cet échec, il a tenté de créer une organisation unitaire dont le rôle, clairement annoncé, était de servir d'intermédiaire entre pouvoir et opinion – rôle précisément imparti, dans les régimes fascistes, au « parti unique ». De là, résulta la *Légion des Combattants*, créée par fusion autoritaire de toutes les associations d'anciens combattants existantes, par une loi du 29 août 1940. Ce sont surtout les autorités allemandes qui freinèrent son développement car elles y voyaient justement l'équivalent d'un parti unique dont elles ne voulaient pas et l'ont ainsi interdite en zone nord. Vichy n'a pas non plus connu de « jeunesse unique », bien que celle-ci disposait de nombreux partisans au sein même du gouvernement. L'Église catholique ne voulait pas laisser à l'État la tutelle de ses propres organisations de jeunesse, elle a alors pesé de tout son poids parmi les forces idéologiques soutenant Vichy pour faire obstacle à cette mesure. Au Portugal, malgré les protestations du cardinal Cerejeira, l'Église a été contrainte d'accepter après la promulgation du décret-loi du 19 mai 1936, la mise en place d'une organisation unique de la jeunesse sur le modèle des Opera Nazionale Balilla italiennes. L'action de Marcello Caetano entre 1940 et 1944, permit à l'Église de reconquérir son ascendant sur la *Mocidade Portuguesa* mais celle-ci restait sous la tutelle de l'État car l'encadrement de la jeunesse restait une des priorités du régimes. Le mouvement ressemblait alors

davantage aux Gioventù Italiana Cattolica qu'aux Hitlerjugend allemandes. Une autre différence importante entre les deux régimes tient au fait que la nouvelle Constitution de l'Etat français, grâce à laquelle Vichy entendait définitivement rompre avec la République démocratique et parlementaire, ne verra jamais la lumière du jour. Vichy va continuer jusqu'à son effondrement à fonctionner sur la base des « Actes Constitutionnels » qui confèrent à Pétain les pleins pouvoirs. De même, l'instauration d'un système économique corporatif, n'a eu qu'une portée symbolique et la « Charte du Travail » promulguée le 4 octobre 1941, qui fixe les modalités des relations sociales au sein de l'entreprise, n'a jamais été réellement appliquée⁶⁴⁸.

Au delà de ces quelques différences sociologiques et institutionnelles constatées entre les deux régimes, ce sont bien les *weltanschauung*, les priorités que se fixent les deux gouvernements qui séparent Vichy et Lisbonne. En effet, les soutiens déclarés à la « Révolution nationale » de Pétain sont beaucoup plus hétérogènes que ceux de Salazar. Le président du Conseil portugais personnifie à lui seul l'*Estado Novo*, il incarne, pourrait-on dire, à lui seul, ce que René Rémond désigne par l'expression de « Contre-Révolution en marche ». Une telle analyse ne peut vraisemblablement être soutenue à propos du régime pétainiste. L'idiosyncrasie de Vichy est plurielle, partagée entre les partisans du maréchal et les aventuriers opportunistes de la collaboration⁶⁴⁹.

« le milieu dirigeant vichyste est beaucoup moins homogène que celui qui préside, depuis le début des années trente, aux destinées de l'*Estado Novo*. Ce qui, d'entrée de jeu, introduit un hiatus entre les intentions du noyau dur ultra-réactionnaire et celles des autres inspireurs du pouvoir⁶⁵⁰ ».

Le tournant collaborationniste entraîne une espèce de « *volkischation* » de la « Révolution nationale » si l'on peut dire. En désignant le « Juif » comme le coupable de tous les maux de la « Maison France », comme « l'anti-France », l'ennemi à éradiquer pour retrouver le chemin du salut, les idéologues de la Révolution nationale vichyste ont transformé l'occupation en « une divine surprise » et ont promulgué deux statuts des « Juifs » sans que les Allemands les lui imposent. Dus à la seule initiative de Vichy, ces statuts sont le fruit d'un antisémitisme propre à certains de ses dirigeants – que d'autres,

648 Cf. FERRO, Marc, (1987), *Op. Cit.*, pp. 280 et suiv. et LE CROM, Jean-Pierre, « Le Syndicalisme Ouvrier et la Charte du Travail », in *Le Régime de Vichy et les Français*, pp. 433-43.

649 SIEGFRIED, André, (1956) « Le Vichy de Pétain, le Vichy de Laval ». *Revue française de science politique*, 6e année, n°4. pp. 737-749.

650 MILZA, Pierre, (2000), *Op. Cit.*, Paris, Flammarion, 2000.

même peu nombreux, condamnaient. Ils répondent avant tout à la volonté, constamment manifestée par Vichy, de précéder les Allemands dans leur législation, afin d'éviter leurs empiètements sur le peu de souveraineté qu'il restait à la France. Vichy va alors activement prendre part à la politique d'extermination mise en place par les nazis. Si le régime de Pétain n'extermine pas directement, il s'en rend complice en déportant massivement tous les Juifs présents sur son territoire.

Certes, ces quelques différences que nous venons de pointer entre le régime salazarisme et l'État français de Vichy, n'invalide pas l'idée de « communion idéologique » entre la France de Pétain et le Portugal de Salazar. Toutefois, les faiblesses consubstantielles à Vichy – sans la défaite de 1940 et l'occupation nazie, un tel régime n'aurait probablement jamais vu le jour en France – font que de cette matrice idéologique commune naîtra deux régimes mus par des préoccupations fort différentes. Les autorités de Vichy délaisseront le côté paternaliste et ruraliste de la Révolution nationale pour se focaliser toujours plus sur la « chasse aux Juifs », persuadées de la sorte, de devancer les desideratas de l'occupant et donc de gagner en autonomie. Les relations bilatérales entre les deux pays reflètent d'ailleurs cette dichotomie de point de vue dans la mesure où elles ne dépasseront pas la simple entente idéologique formelle. En réalité, leurs relations se révèlent plus virtuelles qu'effectives, Vichy se compromettant toujours davantage avec la politique d'extermination nazie et Salazar cherchant à préserver la neutralité portugaise à tous prix.

Atrás da máquina de filmar A propaganda política da Dc e do Pci na Itália dos anos Cinquenta

Elisabetta Girotto

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

Este ensaio centra a atenção no uso que a Dc e o Pci fizeram da produção cinematográfica para representar a família nas ações de propaganda, formação política e cultural dirigida à sociedade italiana nos anos Cinquenta. Através da análise da transformação das linguagens e das representações, serão individuados os temas mais propagandeados, bem como as tipologias de famílias que os partidos e o Estado promoviam e às quais se dirigiam. É crucial a reflexão sobre os códigos narrativos, expressões do papel político e privado da família, que nas distintas formações é o fio condutor de um empenho que, como veremos, atravessa completamente os anos Cinquenta, não sem notórias contradições.

Dc um problema de família

Desde 1950 a Dc⁶⁵¹ por intermédio da Spes dá vida à própria propaganda através de imagens onde a condenação do comunismo é o tema predominante. No decurso dos anos Cinquenta curtas-metragens como *La lotta per la democrazia continua*, *Da Stalin a Kruscev*, *L'ora della verità*, *Qualcosa di nuovo per Bologna*⁶⁵², utilizam pequenas realidades locais e de vivências quotidianas das famílias, especialmente rurais e operárias pertencentes ao Centro e Sul de Itália, para desacreditar o adversário político e exaltar o bom governo democrata-cristão. É exemplar a curta-metragem *Accadde a Sopradisotto*⁶⁵³ rodada no contexto das eleições municipais de 1950; onde se conta a história do país imaginário de Sopradisotto, um local do Sul de Itália administrado pelo Pci. Logo nos primeiros momentos sublinha-se, através de imagens de degradação urbana e social, a incompetência da administração comunista no ocupar-se da coisa pública. Alguns recursos narrativos, como a repetida tentativa feita por dois camponeses de inscrever a filha no registo civil, destinam-se a mostrar a falta de organização e o pouco interesse do partido nos conflitos dos habitantes da região. Já nestas sequências é

⁶⁵¹ Democrazia Cristiana, a partir de agora Dc.

⁶⁵² *La lotta per la democrazia continua*, Spes, 1956; *Da Stalin a Kruscev*, Spes, 1956; *L'ora della verità*, Spes, 1956; *Qualcosa di nuovo per Bologna*, Spes, 1956.

⁶⁵³ *Accadde a Sopradisotto*, Spes, 1950.

evidente como a Dc, mais do que contar os sentimentos privados das famílias, insiste na sua dimensão pública, sobre as relações entre a família e as instituições. O que se afirma por contraste é a exigência de uma justa relação entre a família, o Estado e o partido no qual cada cidadão, ainda que não crente, possa reconhecer-se.

Por outro lado, os dispositivos de representação utilizados pela Spes para a construção dos próprios produtos filmicos não se esgotavam nos âmbitos agora descritos. Como refere Angelo Ventrone, no decurso dos anos Cinquenta a individuação de um inimigo interno reforçou a identidade dos católicos e consolidou os laços da comunidade nacional, chamada pela Igreja e pela Dc a lutar unida contra o invasor estrangeiro⁶⁵⁴. A consolidação da República e o progressivo regresso à normalidade impuseram uma transformação das linguagens da comunicação de massa; a Dc pela primeira vez percebe a necessidade de rever os códigos da comunicação da propaganda política. Desde os primeiros anos Cinquenta sente-se uma profunda mudança na estrutura narrativa do filme e dos temas propostos pela propaganda, mas também das técnicas de rodagem e de montagem da película. A utilização do plano americano, do carro sobre carris, os progressos no uso do *fade to black* e a montagem cruzada das diversas sequências são alguns dos fatores técnicos que contribuíram para a criação de produtos mais incisivos.

O progressivo incremento da utilização de imagens em movimento tornou necessário um melhor tratamento das imagens de um ponto de vista técnico. Nestes anos repensou-se também a relação entre imagem e som, uma variável subvalorizada nas primeiras curtas-metragens, mas que na realidade incide de modo significativo na implantação geral do filme: marcando-lhe os momentos, assinalando as pausas, os *climax* narrativos e, ao mesmo tempo, acompanha os espectadores no interior da narrativa cinematográfica, orchestra as suas emoções e arrebatava-o do mundo real⁶⁵⁵.

Se dos aspetos técnicos se desloca a atenção para a transformação dos temas e das linguagens da comunicação, emerge claramente como ao lado dos carrosséis eleitorais, nos quais permanece a tendência de persuadir que o adversário é o mal e nem sequer lhe

⁶⁵⁴ Sobre o tema do inimigo interno e externo, entre os múltiplos estudos, veja-se: VENTRONE, Angelo. (2005), *Il nemico interno: immagini, parole e simboli, della lotta politica nell'Italia del Novecento*, Roma, Donzelli, pp. 3-17 e pp. 20 sgg.

⁶⁵⁵ Para uma análise das técnicas de filmagem veja-se, entre outros: RONDOLINO, Gianni, TOMASI, Dario, (1995), *Manuale del film, Linguaggio, racconto, analisi*, Torino, Utet Libreria, pp. 49- 136. Para uma abordagem metodológica ao estudo dos documentos audio-visuais: SORLIN, Pire, *Sociologia del cinema*, (1979) Milano, Garzanti, (ed. or., *Sociologie du cinéma*, Parigi, Aubier Montagne, 1977); Cfr. ORTOLEVA, Peppino, (1991), *Cinema e storia. Scene dal passato*, Torino, Loescher.

é reconhecida a cidadania⁶⁵⁶, começa a ocupar terreno todo um filão filmográfico que visa descrever como a Itália, a par das outras nações, ocupa agora um posto de relevo no panorama internacional⁶⁵⁷.

As temáticas ligadas à reconstrução, aos progressos tecnológicos no campo agrícola e industrial, ao crescimento económico do país e à consolidação do *welfare* representam o ponto forte da propaganda das imagens feita pela Spes logo a partir dos primeiros anos Cinquenta. Assim, o terreno de confronto alarga-se e a propaganda necessita de novas linguagens que representem de modo eficaz as transformações do país, restituindo os resultados do bom governo democrata-cristão. As produções da Spes contam a história de um país que regressou à vida depois das agruras da guerra e a família está no centro das narrações. São significativas as curtas-metragens *Che accadde laggiù?* e *Carrellate sul viterbese*⁶⁵⁸. Estas películas, mostrando o entusiasmo das famílias que finalmente receberam a casa do Estado ou que finalmente usufruíam de água corrente e de eletricidade, punham em evidência como a Dc tinha mantido as suas promessas. Muitas das críticas feitas aos atos do governo apareciam então como fruto «di una campagna denigratoria messa su dai comunisti», que pretendiam «dividere i cittadini, disgregare le famiglie e distruggere il nostro paese». A este propósito parece substancialmente eficaz a curta-metragem sobre a Cassa del Mezzogiorno, *Che accadde laggiù?*, que procurava mostrar como tentava fazer dialogar regiões geográfica e culturalmente distantes e classes sociais diferentes. Os acontecimentos giram em torno à personagem do «signor De Rossi», funcionário público, e à sua família; De Rossi, pequeno burguês com medo de ser espoliado dos seus próprios privilégios, está inicialmente céptico em relação à Cassa del Mezzogiorno, e demonstra uma certa animosidade face aos camponeses do Sul de Itália, que descreve como «dei pigri terron». O realizador, através do recurso narrativo do sonho, -neste caso um pesadelo, uma vez que De Rossi imagina ser um jornalista meridional, introduz o tema da solidariedade; e, ao mesmo tempo, confia a moral da história ao protagonista: «la Cassa del Mezzogiorno, aiutando quei poveri contadini del Sud, aiuterà anche noi, le condizioni di vita miglioreranno [...] la Cassa porterà benessere per tutti». A referência

⁶⁵⁶As transformações técnicas descritas são evidentes nas curtas-metragens: *Gli acrobati della menzogna*, Spes, 1956; *Fantasie musicali*, Spes, 1956; igualmente Cfr. *Belle ma false*, Spes, 1958; também *Il compagno gnocco allocco*, Spes, 1958.

⁶⁵⁷ Para um exemplo das mudanças temáticas, veja-se: *Nasce una speranza*, Spes, 1952; veja-se também *Qualcuno pensa a noi*, Comitati Civici, 1952; *Lunedì di Pasqua*, Spes, 1956; também Cfr. *Qualche cosa di nuovo per Bologna*, Spes, 1956; *Il futuro è già cominciato*, Spes, 1958; e também *Perché la rinascita continui*, Spes, 1959.

⁶⁵⁸*Che accadde laggiù?*, Spes: 1952; *Carrellate sul viterbese*, Spes, 1955.

constante ao tema da solidariedade e a uma comunidade católica diversificada no seu interior social, cultural e geograficamente, mostra como o partido procurava voltar-se para a coletividade inteira e comunicar com todas as classes; o sublinhar das diferenças de classe não se destinava a denunciar, mas mais a sustentar e alimentar um espírito de solidariedade. Resta verificar se as políticas postas em prática e propagandeadas pela Dc contribuíram realmente para um processo de reforço do sentimento de coesão nacional.

Por outro lado, a Cassa del Mezzogiorno é o argumento que mais gera discussão nos primeiros anos Cinquenta. Se jornais como «L'Europeo» descrevem os numerosos bastidores que acompanham a reforma agrária⁶⁵⁹ e sublinhando como as populações do Sul, mais do que desejar uma “modernização” do próprio território, desejavam migrar para as zonas onde o bem-estar e o desenvolvimento económico já se tinham afirmado⁶⁶⁰, a propaganda da Dc insiste no entanto na promoção de obras de beneficiação da parte do Estado no Sul de Itália. É significativa a curta-metragem *Nasce una speranza*, onde a chegada de um menino a uma aldeia do campo serve de pretexto para sublinhar o esforço que a Dc faz, através da própria ação do governo, para mesmo nos campos criar uma situação de estabilidade socioeconómica. *Nasce una speranza* está ambientado em casa de dois jovens cônjuges do Sul de Itália; a casa é composta por duas divisões: uma cozinha grande com a lareira e um pequeno quarto de dormir; as paredes são desadornadas e mostram os sinais do tempo. Enquanto que a mulher é retratada no leito, extenuada pelas dores do trabalho de parto, o marido, desempregado, à sua cabeceira segura-lhe na mão e preocupado com o futuro olha para o grande crucifixo que preside ao leito nupcial.

A voz do narrador apressa-se a sublinhar como o governo democrata-cristão «ha fatto e sta facendo molto per il Sud [...] tutti avranno la terra [...] un futuro rigoglioso». Enquanto o comentador pronuncia com tom decisivo o slogan conclusivo «la Dc per la cassa del Mezzogiorno», as imagens da família que ao anoitecer sobe ao topo da colina de onde se pode admirar o vale, encerram o filme.

⁶⁵⁹Anónimo, *Dove va il denaro della Cassa del Mezzogiorno*, in «L'Europeo», 28 ottobre, 1951; Para mais elementos Cfr. DE FEO, Sandro. (1952), *Che succede nel Mezzogiorno*, in «L'Europeo», 29 gennaio.

⁶⁶⁰É de particular destaque CESARETTI, G. (1951), *Che cosa dà all'Italia un paese del Mezzogiorno?*, in «L'Europeo», 28 ottobre.



A Dc serve-se do modelo de família nuclear, por definição mais introvertido e isolado, para consolidar um sistema marcado pela produtividade e pelo crescimento económico do país. Neste caso, os códigos e as tradições do tempo privado familiar utilizados como elementos de ligação entre a instituição pública e a família⁶⁶¹. Por outro lado, os propagandistas põem o acento tónico sobre os afectos e sobre os laços do casal pronto a lutar unido para melhorar as suas condições de vida. A esfera dos sentimentos e da cumplicidade são centrais na narração; uma representação da esfera privada muitas vezes distante da realidade da família italiana dos anos Cinquenta, onde a intimidade da relação a dois é guardada zelosamente dentro das paredes da casa.

O jogo das partes entre Pci e Dc

Face ao claro empenho da Dc no meio cinematográfico como instrumento de propaganda, por parte do Partito Comunista Italiano⁶⁶² verifica-se um certo atraso; o partido prefere de facto, pelo menos por algum tempo, conduzir as suas ações

⁶⁶¹Note-se que a perspectiva adoptada pode ser perigosa e alimentar interpretações sumárias; assim, parece necessária alguma precisão. A relação entre as diversas tipologias de famílias, o Pci e o Estado pode oferecer um paradigma interpretativo para decifrar as linguagens dos produtos da comunicação de massa. No entanto, é oportuno referir que os laços entre famílias fortes e fracas dificilmente é aplicável para esclarecer a relação entre família, Estado, partidos e a sociedade civil. Como recorda Paul Ginsborg não existe necessariamente um laço entre «strutture familiari estese e la rete di associazionismo» (GINSBORG, Paul *et alii*,(2010), *Scrivere la storia delle famiglia del Novecento: la connettività in un quadro comparato*, in *Famiglie del Novecento*, pp.15-38, em particular pp. 27-28).

⁶⁶² Partito Comunista Italiano, a partir daqui Pci

de formação e de propaganda através das formas mais tradicionais, constituídas por manifestos ou por comícios na rua. Esta escolha deve-se também a motivos económicos mas, em particular reflete linhas gerais da direção da Secção de cultura e propaganda do Pci, dirigida por Edoardo D'Onofrio⁶⁶³. No entanto, depois contra Palmiro Togliatti e já com as eleições políticas de 18 de Abril de 1948, também o Pci começou a experimentar o meio cinematográfico, com o objetivo principal, que caracterizou toda a sua produção, de denunciar as injustiças sociais que ainda caracterizavam a sociedade italiana do segundo Pós-Guerra. Excetuando raras exceções, o formato preferido foi a curta-metragem, considerada mais ágil em relação à longa-metragem e, sem dúvida, menos dispendioso.

O esquema narrativo utilizado pela propaganda cinematográfica do Pci diferencia-se muito do utilizado pela Spes. O filme é construído seguindo os modos e o estilo narrativo de um texto escrito, as imagens são subordinadas às descrições e à relação dos narradores, mostra-se igualmente uma desarmonia entre o que aparece no ecrã e a voz *off*⁶⁶⁴.

Por outra parte, é importante referir que, contrariamente à Dc, o Pci até 1962 não possuía uma produtora própria. As primeiras curtas-metragens e filmes foram comissionados pela secção de propaganda do Pci e pelas *Camere del lavoro*, disseminadas por toda a península, a pequenas produtoras como a CBC, a Podus, a Libertas film ou a Tecno Stampa. Só nos finais dos anos Cinquenta, com a chegada de Luciano Romagnoli, como recorda Alessandro Curzi, «ebbe inizio un nuovo corso più moderno, volto a valorizzare non solo le iniziative nel campo dell'editoria, ma anche del cinema, della radio e della televisione»⁶⁶⁵. Das novas propostas e da intersecção das atividades da secção de propaganda com a da cultura, então dirigida por Rossana Rossanda, floresceram novas formas de comunicação política. A relação entre partido e militantes estava-se a transformar rapidamente e notava-se a necessidade de mudar as formas de comunicação. Como observou Gundle, aproximava-se uma sociedade de massa marcada por um estilo de vida centrado na multiplicação dos bens de consumo, e

⁶⁶³Interessantes perspectivas de análise sobre a secção de cultura e propaganda em: MEDICI, Antonio, MORBIDELLE, Mauro, TAVIANI, Errmanno. (2001), *Il Pci e il cinema fra cultura e propaganda 1959-1979*, Roma, Archivio audio-visivo del movimento operaio e democratico, Annali 2001, pp. 154- 161; outras sugestões em BRACAGLI, Piero, testo di GRUPPI, Luciano. (1981), *Le grandi scelte del Pci: 1921-1981, Sessant'anni nella storia*, Dipartimento Stampa e propaganda del PCI, pp. 51- 52.

⁶⁶⁴Para alguns exemplos do estilo cinematográfico e do esquema narrativo do Pci veja-se, entre muitos outros: *Viva l'Unità*, Pci, 1949; e igualmente *Togliatti è ritornato*, Pci, 1949.

⁶⁶⁵*Il nuovo corso della propaganda. Conversazioni con Alessandro Curzi*, in *Il PCI e il cinema tra cultura e propaganda 1959-1979*, cit., p. 154.

esta não era mais permeável a linguagens utilizadas pela propaganda tradicional⁶⁶⁶. A difusão da comunicação de massa «stava infatti accentrando in sé molte delle funzioni dell'organizzazione dell'egemonia un tempo appannaggio degli intellettuali»⁶⁶⁷. É nestes anos que nasce a Unitelefilm, organismo que inicialmente teve o propósito de recolher as películas produzidas por uma série de estruturas centrais e periféricas do partido, e que ao longo dos anos Sessenta transforma-se numa realidade importante no campo da produção e da distribuição do cinema político. Sem dúvida a Unitelefilm foi fundada para contrariar a influência crescente da televisão e a sua atividade principal foi produzir filmes para o Pci, em ocasiões de datas eleitorais importantes, e para manter os cidadãos informados – sobretudo os militantes – das principais batalhas que o partido levava avante⁶⁶⁸.

Da análise dos documentos produzidos pelo Pci emergem um sistema familiar e uma sociedade diferentes dos representados pela Dc. É emblemático o filme produzido no final dos anos Cinquenta *Il Prezzo del miracolo*⁶⁶⁹; com o pretexto da temática da emigração⁶⁷⁰, a curta-metragem denuncia a ineficácia das políticas do Estado e os laços entre este último e os valores da sociedade dos consumos⁶⁷¹, relativos ao *american way of life*.

Entregando-se à retórica familiar, o filme faz um balanço dos primeiros dez anos da República e sublinha como a geografia social e económica do país se transformou. As primeiras sequências de *Il prezzo del miracolo* testemunham o mal-estar de muitos cidadãos que tiveram de abandonar os pobres locais de origem e os afectos para procurar trabalho e fortuna noutras paragens. A voz *off*, com um tom desiludido, define Milão como «la città del miracolo» e o realizador com um plano a partir de baixo mostra um pequeno homem que com o olhar para cima e com uma mala de cartão na

⁶⁶⁶GUNDLE, Stephen, (1995), *I comunisti italiani fra Hollywood e Mosca. La sfida della cultura di massa (1943-1991)*, Firenze, Giunti, pp. 226-234.

⁶⁶⁷*Ibidem*.

⁶⁶⁸TAVIANI, Ermanno, *Cinema, politica e propaganda*, in *Il PCI e il cinema tra cultura e propaganda 1959-1979*, cit., pp. 135- 153, em particular pp. 136-139.

⁶⁶⁹*Questi dieci anni*, Comitato Civico nazionale/Spes, 1956; *L'altra faccia del miracolo*, PCI, 1963 note-se como factos e situações são atribuídos a 1960. Cfr. depois *Il prezzo del miracolo*, Sezione stampa e propaganda federazione PCI – Milano-, também neste caso o documento foi produzido em 1960 e só projectado em 1963.

⁶⁷⁰Sobre o tema da migração, numerosas sugestões em ARRU, Angiolina, RAMELLA, Franco, *L'Italia delle migrazioni interne*, (2002), Roma, Donzelli: em especial RAMELLA, Franco, *Immigrazione e traiettorie sociali in città*, pp.339-386; Veja-se também: CROCIONI, Giovanni. (1978), *Il rapporto città-campagna nel dopoguerra: trasformazioni territoriali e ciclo economico fra il 1945 e il 1975*, Milano, Franco Angeli, pp. 77 sgg.

⁶⁷¹GINSBORG, Paul. (1998), *Storia dell'Italia dal dopo guerra a oggi*, Torino, Einaudi, pp. 309 sgg.

mão, observa atordoado um “arranha-céus”. O homem retratado aos pés daquele gigante, imagem da sociedade capitalista, parece engolido pela sua sombra.



De resto, aquele pobre imigrante, se a sorte fosse a seu favor, no melhor dos casos chegaria a ser pedreiro. «Anni felici per chi!», repete incessantemente a voz *off*: «per questi operai che dopo dodici ore di lavoro devono vivere in baracche, mentre gli appartamenti che essi costruiscono costano troppi soldi d'affitto».

A análise das linguagens, das técnicas narrativas e do tempo fílmico da narrativa impõe algumas considerações⁶⁷²: as imagens comentadas pelo narrador parecem encontrar definição no próprio momento da sua representação; um relato progressivo dos eventos faz com que a duração determinada da narrativa não corresponda nenhuma duração da história⁶⁷³. Além disso, observa-se que a relação do tempo, instaurada entre a narração e a história, tem uma ulterior definição nas imagens. *Il prezzo del miracolo*, utilizando a técnica do fotograma-fixado, fixando-se então no vulto do emigrante, possibilita que o filme dê informação até quando a narração pára⁶⁷⁴. Este elementos fílmicos determinam uma dilatação do tempo do relato; obrigam o espectador a seguir

⁶⁷²Para uma abordagem metodológica à estrutura cinematográfica veja-se GAUDREAULT, André, JOST, François. (1990), *Le récit cinématographique*, Paris, Nathan, p. 103.

⁶⁷³Para uma análise da técnica cinematográfica veja-se RONDOLINO, Gianni, TOMMASI, Dario. (2007) (1ª ed.1995), *Manuale del film. Linguaggio, racconto, analisi*, Torino, Utet Libreria, p.34.

⁶⁷⁴*Ibidem*, p. 35.

um percurso pré-determinado e medido por pausas temporais que incidem sobre o entrançado da história.

Mas, retornemos aos conteúdos; *Il prezzo del miracolo*, coloca em evidência que o bem-estar deste milagre económico não foi distribuído com equidade entre todos os cidadãos, portanto ocorreu uma divergência social. Enquanto o narrador continua a perguntar: «anni felici per chi», o operador retoma, com um primeiro plano, os vultos desconfortáveis de um grupo de homens que, como uma família, reunidos à volta de uma mesa comem um prato de sopa.



Com a música de fundo de uma melancólica canção que descreve a longa viagem dos emigrantes, o narrador defende que as feridas infligidas por uma má administração da coisa pública contribuiram para a desagregação familiar.

“Persino i giornali governativi sono oggi costretti ad ammettere che se non si arresta in qualche modo il fenomeno migratorio, il Sud, già malato, è destinato alla rovina. [...] Gli anni dorati appartengono a coloro i quali hanno mille miliardi, questa è la triste realtà. I loro anni sono gli anni perduti da questi lavoratori costretti a Milano dalla speranza di migliorare la propria condizione. Chi ripagherà loro questo tempo che passano al Nord, o peggio, in Germania, in Belgio, in Francia.”

A família tem um papel de protagonista subentendido; o realizador afirma a sua presença através da descrição das figuras dos emigrantes; a instituição familiar é apresentada como um sujeito público, privado da própria autonomia. Nas últimas sequências inverte-se a ordem dos eventos inverte-se em relação à da história; o recurso sistemático à analepse mista⁶⁷⁵ e a alguns *flash-word* completam e culminam os vazios narrativos típicos das curtas-metragens de propaganda. O efeito surpresa destas variações temporais é uma montagem de imagens aceleradas, onde os planos que se sucedem são cada um mais breve do que o outro, fazem com que as imagens tomem a dianteira sobre qualquer critério narrativo e semântico. O espectador é envolvido a tal ponto que não terá tempo de reelaborar pessoalmente os conteúdos, devendo confiar na interpretação do narrador. O ritmo premente, marcado também pela presença de música ambiente, acompanha-o, manipula o seu olhar e a sua perceção das dimensões espaço-temporais. Para ajudar o público a orientar-se no interior da narrativa e a decifrar os conteúdos e a representação dos objetos recorrentes como a mala de cartão, as fotografias, os comboios que partem, uma canção típica cantada pelos emigrantes.

Se se analisa o documento na globalidade, nota-se que quanto mais se aproxima da conclusão mais o ritmo da história se alonga. A variação do tempo filmico introduz um outro aspecto dos acontecimentos no qual a figura do emigrante, retratado na própria intimidade, prenuncia uma representação do privado da família. Terminado o jantar, cada membro do agregado doméstico retira-se para o seu próprio lado; as camas são colocadas uma ao lado das outras para aproveitar todo o espaço disponível; «l'affitto è caro, perciò più si è meglio è». Os sentimentos de desconforto e de desconfiança dão lugar a uma melancolia que ganha forma nas memórias destes homens; os quais no silêncio da noite podem ter um momento de intimidade. A voz do narrador interpreta os pensamentos e sonhos destes pais, filhos, irmãos que, através de uma viagem imaginária, procuravam alívio e conforto no espaço privado. Uma fotografia desbotada e apagada da família, um lenço imbuído do perfume da amada, descritos como tesouros, estimulam as paixões dos protagonistas e ajudam-nos a reviver momentos felizes.

⁶⁷⁵ Por analepse mista entende-se «una evocazione di un episodio passato che ha inizio prima del racconto. L'analessi è contenuta e termina dopo il racconto stesso», Cfr. RONDOLINO, TOMASI, *Manuale del film*, cit., p. 31.



Por outro lado *L'altra faccia del miracolo*⁶⁷⁶ descreve as angústias e as problemáticas que as mães, as mulheres e as irmãs dos emigrantes enfrentam em completa solidão. Tal como a Dc, o Pci entrega-se ao tempo privado das famílias, todavia com diferenças substanciais: Pci escolhe representar a própria instituição familiar e descreve-a como uma comunidade viva e solidária. O Partido parece querer virar as atenções para as dinâmicas e práticas que diferenciavam a sua atividade política e associativa, através de uma construção simbólica do privado da família. A união familiar, o espírito de solidariedade e a abertura da família a sujeitos sociais introduz o modelo da “grande família comunista” e, ao mesmo tempo, apresenta um partido pronto para sustentar o desenvolvimento e o crescimento da família não apenas no tocante aos benefícios materiais. Substancialmente as películas do Pci, utilizam a família para denunciar um Estado e uma sociedade de massa que procuram condicionar e controlar o desenvolvimento de uma sociedade livre e plural; e ao mesmo tempo faz um “uso público” da *privacy* familiar para propagandear um sistema de valores alternativo ao “capitalista”.

⁶⁷⁶*L'altra faccia del miracolo*, Pci, 1963.

A produção cinematográfica do Pci oferece algumas sugestões que permitem introduzir outras problemáticas e variáveis. São emblemáticas as entrevistas concedidas pelas mulheres dos emigrantes da *Altra faccia del miracolo*⁶⁷⁷ a um propagandista do Pci. Para além da clara condenação da instituição estatal que contribuiu para a desagregação familiar, privilegiando o desenvolvimento de alguns estratos sociais e áreas geográficas; a curta-metragem, talvez não intencionalmente, mostra o ressentimento que as mulheres dos emigrantes tinham em relação aos seus próprios companheiros, que haviam partido em busca de fortuna. Das numerosas entrevistas sobressai a forma como as mulheres condenam os maridos por as terem deixado sós. A palavra “abandono”, surge numerosas vezes, evidenciando o mal-estar das protagonistas. A distância e a falta de comunicação do casal faz com que ao sentimento de amor se aproxime o do rancor; as mulheres, constrangidas diariamente à mesma *routine*, por um lado entregam-se às recordações e à nostalgia, por outro lado parecem mostrar inveja em relação aos companheiros que partiram em busca de novas experiências.



⁶⁷⁷L'*altra faccia del miracolo*, Pci, atestada em 1960.



Rosalia, por exemplo, sozinha há seis anos, no início elogia o marido que todos os meses «manda il vaglia», mas na conclusão da entrevista sublinha como deveria chegar o momento em que «facesse ritorno a casa o i figli non avranno un padre e io un marito».



A mulher condena também a instituição pública e a sociedade «che dà, a chi ha già». Uma vez mais os motivos de fricção no casal são imputáveis à relação entre causas externas súbitas e motivações internas induzidas.

Rosalia reivindica os seus direitos de mulher; não hesita, efetivamente, a admitir as suas frustrações e sobretudo não esconde que o seu casamento está em crise. A atitude de Rosalia põe em evidência como uma progressiva transformação sociocultural incide sobre a mentalidade das mulheres do tempo; o seu retrato oferece uma imagem feminina forte e autónoma. A partir do laço conjugal, parece disposta a discutir o próprio papel na família e na sociedade. No entanto, Rosalia foi educada para ser uma mulher obediente e uma mãe atenta, por este motivo apesar do seu desabafo diante das cameras continuará a perdoar e a crer naquilo que lhe ensinaram a interpretar. Por outro lado, passando em revista a produção do Pci dos anos Cinquenta, nota-se que este tipo de representações do universo feminino é bastante raro, enquanto prevalecem as tradicionais convenções de género⁶⁷⁸.

Conclusões

A utilização pública das famílias emerge com singular imediação em todas as produções cinematográficas tidas em apreço. Na propaganda através das imagens, a representação do quotidiano das famílias mostra ser um instrumento dócil para passar mensagens e consolidar formas de pensar. Os destinos individuais de homens e mulheres parecem não encontrar efetivação fora do âmbito da instituição familiar⁶⁷⁹.

Por outro lado, é uma convicção amplamente difundida que mesmo a relação entre a esfera pública e a privada da família concernem aos conteúdos e à qualidade da própria democracia. Os processos de transformação da instituição familiar impõem-se atualmente aos estudos, até porque neles é possível reconstruir a origem de alguns dos pontos mais relevantes que hoje em dia tornam a democracia frágil e incerta a laicidade das instituições estatais⁶⁸⁰.

⁶⁷⁸Para uma análise da família comunista e dos papéis de género, veja-se BELLASSAI, Sandro, (2000), *La morale comunista. Pubblico e privato nella rappresentazione del Pci (1947-1956)*, Roma, Carocci; do mesmo autor veja-se também: BELLASSAI, Sandro, *Mascolinità e relazioni di genere nella cultura politica comunista (1947-1956)*, in BELLASSAI, Sandro, MALATESTA, Maria, (2000), (a cura di), *Genere e mascolinità. Uno sguardo storico*, Roma, Bulzoni, pp. 265-301.

⁶⁷⁹GINSBORG, Paul *et alii*, (2010), *Famiglie del Novecento*, cit., p.9.

⁶⁸⁰Para alguns pontos de reflexão sobre as relações entre sociedade, Estado e Igreja, entre muitos outros, veja-se: GIOVAGNOLI, Agostino, *Chiesa e società dalla guerra alla democrazia*, in MONINA, Giancarlo, (2007) (a cura di), *1945 – 1946. Le origini della Repubblica*, 2 vol., Soveria Mannelli, Rubbettino, pp. 81-103.

O poder local do Estado Novo à Democracia: presidentes das câmaras e governadores civis, 1936-2012⁶⁸¹.

Maria Antónia Pires de Almeida

CIUHCT – FCT –UNL

Resumo:

Quem constitui o poder local em Portugal? Quais os grupos sócio profissionais que controlaram as câmaras municipais durante o Estado Novo, no período de transição de 1974-1976 e no período democrático? Qual a evolução do grupo dos presidentes de câmara e governadores civis e quais as diferenças nos critérios de recrutamento e acesso ao poder que foram introduzidas pela alteração do regime?

Para responder a estas questões realizei um trabalho intensivo de investigação e recolha de fontes que resultou numa base de dados com mais de 6.000 entradas respeitantes a 3.102 presidentes de câmara (e vice-presidentes, além de presidentes e vogais de comissões administrativas entre 1974 e 1976) e 402 governadores civis (e substitutos).

Palavras-chave: Poder local, elites políticas, revolução, regimes.

Abstract:

Who's in charge of Portuguese Local Government? Which professional and social groups controlled the municipalities throughout the Estado Novo regime, the 1974-1976 transition period and the democratic period? What was the evolution in the group of mayors and civil governors and what differences in recruitment criteria were introduced with the regime substitution?

In order to answer these questions there was intense research and a database was created with over 6.000 entries regarding 3.102 mayors and 402 civil governors.

Key-words: Local government, political elites, revolution, regimes.

Quem constitui o poder local em Portugal? Quem lidera a política e as instituições? Quais os grupos sócio profissionais que controlaram as câmaras municipais durante o Estado Novo, no período de transição de 1974-1976 e depois das primeiras eleições autárquicas de 12 de dezembro de 1976? Qual a evolução do grupo

⁶⁸¹O presente artigo está inserido no Projeto FCT: PTDC/CPJ-CPO/119307/2010 e constitui um dos resultados da investigação de pós-doutoramento em Ciência Política financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, realizada no CIES, ISCTE, entre 2005 e 2008 (e agora retomado), orientada pelos Profs. Doutores António Costa Pinto (ICS, UL) e André Freire (ISCTE-IUL). Resultados provisórios em ALMEIDA, Maria Antónia P. (2006), "Elites locais do Estado Novo à Democracia". *Revista de Administração Local*, nº 213, Maio/Junho, pp. 267-285.

dos presidentes de câmara e governadores civis e quais as diferenças nos critérios de recrutamento e acesso ao poder que foram introduzidas pela alteração do regime?

Para responder a estas questões realizei um trabalho intensivo de investigação e recolha de fontes⁶⁸² que resultou numa base de dados com mais de 6.000 entradas respeitantes a 3.102 presidentes de câmara (e vice-presidentes, além de presidentes e vogais de comissões administrativas entre 1974 e 1976) e 402 governadores civis (e substitutos) dos 18 distritos de Portugal continental e quatro distritos das ilhas, atuais governos regionais da Madeira e dos Açores. Esta base de dados é constituída por uma lista detalhada de nomes, completada com informações relativas a idades, datas de nomeação e exoneração, duração de mandatos, escolaridade, classificações profissionais⁶⁸³ e enquadramento social e familiar, além de percursos políticos anteriores e posteriores.

A análise destas informações tem como objetivo a caracterização do grupo em causa nos três períodos considerados para assim detetar as permanências ou mudanças nas formas e critérios de recrutamento das elites; as diferenças ou semelhanças regionais (Norte / Sul, litoral / interior, urbanidade / ruralidade, entre outros); e as mobilidades políticas e territoriais.

Esta avaliação será interessante para o apuramento do impacto da transição para a Democracia nas carreiras e percursos de vida das elites locais, que representam a face mais visível do Estado a nível das populações. Com esta apresentação de resultados, pretendo demonstrar que houve substituição das elites, se bem que, nalguns casos, se tenha verificado uma continuidade do grupo e respetivos critérios de recrutamento e dos elementos que definem o acesso aos cargos mais altos das autarquias e dos governos locais. Será necessária, e é possível com os dados disponíveis, uma análise mais

⁶⁸² Despachos e portarias de nomeação e exoneração de presidentes de câmara e comissões administrativas, emitidos pela Direção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior / Ministério da Administração Interna, publicados no *Diários do Governo / Diário da República*, IIª série, 1926 a 1976. *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais*, STAPE, MAI, Lisboa, 1976, 1979, 1982, 1985, 1989, 1993, 1997, 2001, 2005. Registos de eleitos locais em microfichas 1976-1989 e em CDRom 1993-1997. Para as eleições autárquicas de 2009 e posteriores alterações na composição dos executivos: consulta da imprensa, páginas na internet e sites das respetivas câmaras municipais.

⁶⁸³ As categorias profissionais foram agrupadas na seguinte tabela, adaptada da Classificação Nacional de Profissões: 1. Quadros Superiores e Dirigentes da Administração Pública e Empresas; 2. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; 3. Oficiais das Forças Armadas; 4. Outros militares; 5. Professores; 6. Empresários / Industriais; 7. Proprietários; 8. Agricultores; 9. Comerciantes; 10. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio; 11. Funcionários Públicos; 12. Padres; 13. Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores; 14. Bancários; 15. Trabalhadores Rurais; 16. Pescadores; 17. Operários, Artífices e Operadores de Máquinas; 18. Domésticas; 19. Estudantes; 20. Desempregados; 21. Nobres. A categoria dos “Aposentados” ficou separada das outras no intuito de distinguir, quando possível, a profissão de origem.

detalhada a nível de comparação regional ou de evolução cronológica, mas que não cabe nas dimensões requeridas para este artigo, que se limita à observação do grupo em causa comparando as seguintes variáveis nos períodos do Estado Novo, transição e regime Democrático: duração dos mandatos, categorias profissionais, habilitações, idade na posse e mobilidades entre regimes e entre cargos políticos.

Enquadramento legal

O poder local em Portugal tem uma organização herdada do liberalismo. Com a reforma administrativa de 1835 foi criada a figura do Governador Civil. A República veio encontrar o distrito bem implantado na estrutura orgânica do Estado e o governador civil como delegado privilegiado do poder central. O golpe de Estado de 28 de maio de 1926 suspendeu as disposições administrativas vigentes. Logo em julho de 1926 foram dissolvidos os corpos administrativos. A partir daí o governador civil assumiu um papel fundamental como representante do poder central, com o objetivo de “implantar o Estado Novo” no território português⁶⁸⁴. Entre 1926 e dezembro de 1937 as câmaras foram geridas por comissões administrativas. Em dezembro de 1937 estas foram dissolvidas e os presidentes de câmara efetivos foram nomeados⁶⁸⁵, assimilando as velhas elites para os quadros locais do Estado Novo, tal como a República tinha integrado as elites locais da Monarquia⁶⁸⁶.

A reforma administrativa do Estado Novo está maioritariamente contida no *Código Administrativo* elaborado por Marcelo Caetano, aprovado em 1936 e revisto em 1940. O governador civil tinha de ser um cidadão português no gozo dos seus direitos civis e políticos, compreendido numa das seguintes categorias: diplomado com um curso superior; funcionário civil com categoria igual ou superior à de chefe de repartição; oficial do exército ou da Armada com patente não inferior a capitão ou primeiro-tenente; antigo governador civil; antigo presidente de câmara; antigo vereador ou vogal de junta de província, que tenha exercido o mandato durante quatro anos, pelo menos. As suas funções abrangiam a de representante do Governo e a de autoridade policial. Tinha ainda um papel fundamental na administração local, pois controlava a

⁶⁸⁴ RAMOS, Rui. (1986), “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)”. *Análise Social*, vol. XXII (1.º) (90), p. 112.

⁶⁸⁵ OLIVEIRA, César. (1996), “O Estado Novo e os municípios corporativos”. César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa, Temas e Debates, Círculo de Leitores, pp. 308-316.

⁶⁸⁶ ALMEIDA, Maria Antónia P. (1997), *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*. Lisboa, Edições Colibri, 1997.

atuação dos presidentes de câmara do seu distrito, que passaram a ser nomeados pelo Ministro do Interior, por recomendação do governador civil. Os municípios tinham uma quase total dependência política e financeira em relação ao governo.

As Câmaras Municipais eram compostas pelo Presidente da Câmara e vereadores em número variável consoante a ordem do concelho, eleitos trienalmente. Os Presidentes da Câmara eram nomeados entre os respetivos munícipes, de preferência vogais do conselho municipal, antigos vereadores ou membros das comissões municipais, ou diplomados com um curso superior. O cargo não era remunerado na maioria dos casos. Os presidentes de câmara eram escolhidos entre os notáveis locais, os representantes dos grupos que reuniam maior prestígio. O cargo era incompatível com o exercício de quaisquer outras funções públicas remuneradas pelo Estado, o que implicava que os presidentes de câmara tinham de ter os seus próprios meios de subsistência, além de manterem as suas atividades profissionais em paralelo.

Com o regime democrático assistiu-se à redução dos poderes e do leque de ação dos governadores civis. A partir de 1974 iniciou-se um processo de descentralização administrativa e de reforço do poder local. No próprio dia 24 de abril de 1974 os titulares dos cargos mais altos do Estado – Presidente da República, Governo, Assembleia Nacional e Conselho de Estado – foram destituídos pela Lei nº 1/74, e os governadores civis foram demitidos pelo Decreto-Lei nº 170/74⁶⁸⁷. Poucos dias depois, logo em 2 de maio de 1974, começaram a ser publicadas no *Diário do Governo* portarias de exoneração individuais de presidentes de câmara, que continuaram até à publicação de legislação específica que deu competências ao Ministro da Administração Interna para, mediante portaria, dissolver os corpos administrativos e nomear em sua substituição, comissões administrativas que seriam “compostas por personalidades independentes ou pertencentes a grupos e correntes políticas que se identifiquem com o Programa do MFA” e que funcionariam até às primeiras eleições autárquicas que se realizaram no dia 12 de dezembro de 1976⁶⁸⁸. As autarquias foram então geridas por comissões administrativas durante dois anos, verificando-se a quase total substituição das elites locais.

A partir de 1976 passou a haver eleições autárquicas de forma regular, no início com intervalos de três anos e a partir de 1985 com intervalos de quatro. O sistema que instituiu as listas fechadas e o número de vereadores proporcional aos resultados eleitorais foi considerado o mais favorável para proporcionar representatividade a todos

⁶⁸⁷ Ambos emitidos no dia 25/04/1974.

⁶⁸⁸ Decreto-Lei nº 236/74 de 3/6/1974.

os partidos políticos. E teve como objetivo a sua introdução na vida dos cidadãos e nos seus hábitos de representação política, já que até então eram nulos. Em resumo, os partidos políticos foram uma escola para aprendizagem da Democracia a nível local.

E assim continuaram até que em 1997 a revisão constitucional permitiu a candidatura de grupos de cidadãos eleitores às eleições autárquicas. As candidaturas independentes eram aceites desde a Constituição de 1976, tanto para o parlamento, como para as autarquias, mas apenas integradas em listas de partidos. E os grupos de cidadãos eleitores também podiam concorrer às juntas de freguesia desde 1976. No entanto, as eleições de 2001 foram as primeiras a aceitar candidaturas para as câmaras municipais de cidadãos independentes em nome individual ou integrados em grupos sem qualquer vínculo a partidos políticos.

Na prática, a presença dos partidos em todos os níveis da política portuguesa continua preponderante. Apesar de em 2001 em Portugal terem sido eleitos 21 presidentes de câmara independentes ou como cabeças de lista de grupos de cidadãos, o que representa 6,8% das 308 câmaras do território português, os partidos ainda controlam com grande força todo o processo eleitoral em Portugal⁶⁸⁹.

Em resumo, ao longo do século XX as elites políticas locais sofreram uma evolução no seu processo de seleção: durante a Monarquia e na Primeira República as câmaras e os respetivos presidentes eram eleitos; no Estado Novo os presidentes de câmara passaram a ser nomeados, e, a partir de 1976, voltou a haver eleições, pela primeira vez com sufrágio universal. Nos períodos de transição, entre 1926 e 1937 e entre 1974 e 1976 houve comissões administrativas nas câmaras municipais, nomeadas diretamente pelos Ministérios do Interior ou da Administração Interna.

Com a tomada de posse do XIXº Governo Constitucional em 21 de junho de 2011, os Governos Cívicos foram extintos e todos os 18 Governadores Cívicos foram exonerados em 30 de junho de 2011.

⁶⁸⁹ ALMEIDA, Maria Antónia P. (2008), "Party politics in Portugal: municipalities and central government". *European Societies*, vol. 10, nº 3, Ed. Routledge, Taylor & Francis Group, pp. 357-378. *Idem* (2010), "Partidos e Independentes nos vários níveis de governo: Portugal no contexto Europeu", André Freire, Isabel Estrada Carvalhais, José Leite Viegas, José Palmeira (orgs.), «Cidadãos, Parlamentos e Representação Política. Perspetivas Transdisciplinares», *Perspectivas – Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, nº 5, Lisboa e Braga, pp. 125-127.

Governadores Civis

Foram apurados 402 indivíduos que exerceram o cargo de Governador Civil no território de Portugal Continental e ilhas dos Açores e da Madeira (Governadores do Distrito Autónomo) entre 1936 e 2011. A permanência no cargo é menor no período democrático: a média de duração de mandatos até 1974 é de 4,3 anos, enquanto após essa data passa a 2,9.

No que diz respeito aos grupos profissionais, salientam-se, com uma clara maioria, antes de 1974, os “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”, seguidos dos “Oficiais das Forças Armadas”. Enquanto no período após 1974 os referidos “Especialistas” já têm uma percentagem mais baixa e são seguidos dos “Professores”. As habilitações dos governadores civis no Estado Novo implicavam estudos superiores na maioria dos casos, o que se verificava na prática. Com o regime democrático introduziram-se alguns indivíduos com habilitações mais baixas, mas em número pouco significativo. No Estado Novo os Governadores Civis foram nomeados com uma média de idades mais baixa que no período democrático.

Presidentes de Câmara

Foram apurados 375 presidentes das comissões administrativas no período de transição anterior ao Estado Novo, entre 1926 e 1937, 54,7% dos quais com estudos superiores. Há dois oficiais do exército na reserva e um capitão de cavalaria aposentado. Grupos profissionais: entre os presidentes cuja profissão foi apurada, 66,7% eram especialistas das profissões intelectuais e científicas. Apenas 16,4% eram oficiais do exército, o que contraria, a nível local, as características do regime militar que vigorou nesses anos. Os padres representavam 6,4%, os professores 3,7%, e os proprietários e os nobres 1,8% cada.

Os presidentes de câmara nomeados no final de 1937 foram maioritariamente os mesmos que já eram presidentes das comissões administrativas nomeadas no período de transição anterior (58,5%). Esta continuidade entre o período de transição e a estabilidade do regime não se repetiu com a entrada em vigor do regime democrático: após a vigência das comissões administrativas nomeadas entre 1974 e 1976, verificou-se uma rutura quase total. Em resumo, nas 304 câmaras, e entre os 464 presidentes de comissões administrativas, apenas 16,6% dos presidentes foram eleitos a partir de 1976. Na transição para o período democrático a continuidade foi nitidamente menor do que

na transição para o Estado Novo. Em 1937 isto explica-se pelo facto de que quem nomeou as comissões administrativas foi a mesma entidade que nomeou depois os presidentes: o Ministério do Interior, além de que os critérios eram certamente os mesmos. Com a transição para a democracia houve uma maior descontinuidade provocada pelo início do processo eleitoral que alterou definitivamente as regras do jogo. Em 1976 verificou-se que o plebiscito popular não validou as opções tomadas no período revolucionário.

A partir de dezembro de 1937 até 1974 foram nomeados 1829 Presidentes de Câmara. Os seus mandatos tiveram uma duração média de 5,3 anos. Quanto aos presidentes de câmara a partir de 1976, foram eleitos 1273 indivíduos para 1348 mandatos até 2012, e lá permaneceram uma média de 8,4 anos ou 2,3 mandatos.

Os longos mandatos, caraterísticos do período democrático, são em muitos casos complementados com carreiras noutros níveis da política nacional e mesmo europeia, o que levou à profissionalização dos cargos, que não existia no regime anterior. Com a remuneração do cargo, especialmente nos concelhos hierarquicamente inferiores – os mais rurais, verificou-se uma evolução significativa, por ter passado a existir a possibilidade da dedicação profissional exclusiva ao cargo, o que terá contribuído para duas alterações na administração local: o alargamento do grupo social com acesso ao poder local e a maior especialização do cargo e das capacidades administrativas dos autarcas.

Com a transição de regime verificou-se uma efetiva recomposição social em grande parte das câmaras. Enquanto no Estado Novo os grupos profissionais predominantes entre os presidentes eram os “Especialistas” e os “Oficiais das Forças Armadas”, que concentravam 57% das categorias profissionais, após 1974 assistiu-se a uma maior diversidade sócio profissional deste grupo. Entre 1976 e 2012, os presidentes de câmara eleitos apresentam categorias profissionais variadas, entre as quais predominam ainda os “Especialistas”, mas com percentagens mais baixas que no regime anterior. Assistiu-se ao crescimento das percentagens de professores e funcionários públicos e ainda de técnicos intermédios e bancários.

As habilitações deste grupo caraterizam-se por uma forte componente de indivíduos com cursos superiores. Especialmente no período do Estado Novo, apenas 7,1% não tinha estudos de nível superior. No período democrático este valor subiu para 27%.

Salienta-se a juventude das novas elites democráticas: houve cinco eleitos com menos de 25 anos. A média de idades baixou de 45 para 43 anos.

Em resumo, o perfil social e demográfico dos autarcas portugueses integra-se na tendência internacional dos três M: *male, middle aged and middle class*⁶⁹⁰, não se afastando muito do dos deputados, tal como os descreveu André Freire: “homens, de meia idade (36 a 45 anos), com escolaridade universitária, formados em direito e com profissões liberais (advogados/juristas), dirigentes (de empresas) ou assalariadas mas de nível superior (docentes dos vários graus de ensino)”, e que se explica pela “oferta”⁶⁹¹.

Transição de regime e mobilidades

No período do Estado Novo verificou-se uma mobilidade política bastante baixa entre Presidentes de Câmara, Governadores Cívicos e outros níveis do Governo.

A transição para a democracia implicou a substituição das elites. No total, apenas 1,1% dos presidentes eleitos de 1976 em diante tinham sido presidentes de câmara antes de 1974⁶⁹². Mais de 98% dos presidentes de câmara até 1974 foram completamente afastados da vida política com o novo regime. E nenhum governador cívico nomeado antes de 1974 o voltou a ser depois: apenas um foi eleito presidente de câmara em 1985, dois foram eleitos deputados na mesma época e dois foram eleitos presidentes de assembleias municipais. Houve também cinco governadores civis nomeados depois de 1974 que tinham exercido cargos no Estado Novo: dois tinham sido procuradores à câmara corporativa, um tinha sido presidente de câmara e depois também foi eleito presidente de câmara, e dois tinham sido vice-presidentes de câmara antes de 1974.

Apenas 26 presidentes de câmara até 1974 transitaram de regime: seis foram presidentes das comissões administrativas em 1974, nove foram deputados da Assembleia da República, 13 foram presidentes de câmara depois de 1976, um foi governador cívico depois de 1976 e outro foi presidente de uma assembleia municipal.

⁶⁹⁰ “at the local level political decision-makers are predominantly male, middle aged, high in professional status and well educated”, STEYVERS, Kristof, Herwig Reynaert (2006), “‘From the Few are Chosen the Few...’ On the Social Background of European Mayors”. Henry Back, Hubert Heinelt, Annick Magnier (eds.), *The European Mayor. Political Leaders in the Changing Context of Local Democracy*, Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften, p. 43.

⁶⁹¹ FREIRE, André. (coord.) (2001), *Recrutamento Parlamentar: os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa, STAPE, MAI, pp. 151-152.

⁶⁹² ALMEIDA, Maria Antónia P. (2006), “Local elites and the Portuguese revolution: recruitment of mayors before and after 1974”. *ECPR – European Consortium for Political Research, Joint Sessions, Workshop 3*: H. Back, K. Styvers (eds.), Intercollege, Nicosia.

Entre os presidentes das comissões administrativas (1974-1976), houve 14 que transitaram de regime (3%). Presidentes de câmara depois de 1976: 24 transitaram de regime, entre os quais há 13 que foram presidentes de câmara antes de 1974, nove tinham sido vice-presidentes, dois tinham sido deputados da Assembleia Nacional e um tinha sido governador civil antes de 1974.

Entre 1976 e 2005, 12,3% dos presidentes de câmara tinham sido deputados da Assembleia da República e 1,1% foram deputados europeus, tanto antes como durante ou depois do cargo autárquico. O percurso não é apenas das autarquias para o parlamento: houve mais deputados a serem eleitos presidentes de câmara que vice-versa.

A participação feminina na política local

Com a transição para a democracia em Portugal, a lei eleitoral estabeleceu pela primeira vez a igualdade total dos sexos, assim como várias outras leis abriram caminho para a igualdade dos direitos cívicos, sociais e políticos. As comissões administrativas das câmaras municipais foram os primeiros órgãos políticos a ter presidências femininas em 1974, em simultâneo com a nomeação da primeira mulher a exercer o cargo de secretária de Estado da Segurança Social do Primeiro Governo Provisório, em 16 de maio de 1974, e logo a seguir ministra dos Assuntos Sociais nos segundo e terceiros Governos Provisórios entre julho de 1974 e março de 1975: Maria de Lourdes Pintasilgo, que também foi a primeira e única mulher a exercer o cargo de Primeiro-Ministro, em 1979. A partir das primeiras eleições em 1976, um número crescente de mulheres começou a ser eleito tanto para a Assembleia da República, como para as Câmaras Municipais, e depois para a o Parlamento Europeu, assim como foram nomeadas para cargos de governo⁶⁹³. No entanto, apesar de não existir formalmente qualquer discriminação entre homens e mulheres⁶⁹⁴, verifica-se ainda em Portugal, como na maioria dos países, uma “sub-representação feminina nos órgãos de poder político”⁶⁹⁵.

⁶⁹³ ALMEIDA, Maria Antónia P. (2009), “Women in Portuguese politics”. *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 8, n. 2, pp. 177-189.

⁶⁹⁴ “o que não impede que, por razões culturais, económicas e sociais de facto se verifiquem”, *Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais 1982*, Lisboa, STAPE, MAI, 1986, p. 227.

⁶⁹⁵ VIEGAS, José M. L., Sérgio Faria. (1999), *As mulheres na política*. Lisboa, INCM, p. 19. *Idem* (1999), “Participação Política Feminina. Percursos, Constrangimentos e Incentivos”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 30, pp. 55-87. “the existence of (covert) discrimination against women-office-seekers, lack of

Apesar de algumas câmaras já terem incluído mulheres no seu corpo de vereadores, durante o período do Estado Novo não houve uma única mulher a exercer o cargo de presidente da câmara. Nas comissões administrativas nomeadas para as câmaras em 1974 foram nomeadas as primeiras nove mulheres presidentes, o que corresponde a 1,9% do universo considerado. Entre 1976 e 2005 foram eleitas 37 mulheres presidentes de câmara, o que representa 2,8% do total dos eleitos. O cargo de governador civil também se manteve um exclusivo masculino até 1980, ano em que foi nomeada a primeira governadora civil, em Évora.

Conclusões

Estas são algumas das características das elites locais e respetiva evolução face aos acontecimentos do período de transição revolucionário que marcou o panorama político português entre 1974 e 1976. Confirma-se a quase total substituição das elites do Estado Novo por novos indivíduos, a diversificação das categorias profissionais e a introdução de novas, sem, no entanto, se perder o predomínio do grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas com altos níveis de escolaridade. As elites políticas locais sofreram uma lenta evolução ao longo dos últimos 38 anos, em resultado de numerosos fatores, como a integração europeia, os novos métodos de financiamento das autarquias, e a própria evolução demográfica, económica e social que redesenhou o mapa do território nacional. A análise mais detalhada e setorial da base de dados permitirá em breve chegar a mais conclusões.

time, energy and networks for women often taking up domestic tasks and a political socialisation stressing a gender based division of (political) labour help to understand why ‘politics remains a man’s game’”, STEYVERS, Kristof, Herwig Reynaert, *op. cit.*, p. 46.

RESISTÊNCIA E OPOSIÇÃO

Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime

Pedro Ferreira

CEDIS – FD-UNL

Resumo

Em 1944, a Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi pensada e criada como uma extensão da política imperial do Estado Novo. No entanto, e ao contrário do que era esperado, consolida-se desde muito cedo como o *berço* de uma nova geração de oposicionistas. Esta comunicação propõe uma visão de conjunto sobre o quotidiano desta associação, analisando-a como ponto de encontro de diversas influências, explorando-a como espaço de socialização - simultaneamente antisalazarista e anticolonialista - e relacionando-a com a formação de uma elite que se constituirá, em muitos casos, como parte integrante do percurso dos movimentos de libertação das colónias portuguesas.

*

A criação da Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi antecedida, a partir de 1941, por uma primeira vaga de inaugurações de casas para estudantes provenientes das colónias portuguesas. (CASTELO, 1997 e 2000; LARANJEIRA, 1997; MATEUS, 1999; ROCHA, 2003; ROSAS, 1997) No entanto, e à exceção da Casa dos Estudantes de Angola (CEA), delegação de Lisboa, inaugurada no ano letivo de 1943/44, nenhuma logrou atingir grande popularidade. (GOMES apud. FARIA, 1995) A CEA foi de facto um caso ímpar: criada por um grupo de filhos da elite colonial⁶⁹⁶, que estarão na fundação da CEI, chegou a acolher e a ajudar estudantes provenientes de outras províncias não obstante a limitação dos recursos à sua disposição⁶⁹⁷.

Esta divisão de estudantes por colónia não agradou à administração portuguesa. O discurso do Estado Novo estava na sua fase *imperial* e a dispersão de estudantes por

⁶⁹⁶ Estiveram ligados à sua fundação - Alberto Marques Mano de Mesquita, Ângelo Vidigal Dias, Carlos Torres de Sousa Júnior, Manuel Seabra de Azevedo, Emílio Freire Leite Velho, Alberto Pereira Diogo, Acrísio Sampaio Nunes.

⁶⁹⁷ cf. FARIA, 1995.

várias organizações dificultava o seu rastreio e controlo. Assim, no dia 3 de Julho de 1944, num encontro das várias casas de estudantes⁶⁹⁸ patrocinado pelo Ministério das Colónias, o Ministro Vieira Machado formaliza a proposta de fusão de todas essas associações na Casa dos Estudantes do Império⁶⁹⁹. (CASTELO, 2010; FARIA, 1995) Segundo o próprio, significava a construção de uma “mentalidade nacional mais profícua”. Nesta reunião estava também presente Marcelo Caetano, na altura Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, que num discurso em Janeiro de 1945 viria a afirmar que o governo esperava que a casa contribuísse “para o triunfo do espírito português, trabalhando em prol da formação colonial da juventude”. (apud. CASTELO, 2010:8)

A estes discursos não se conhece uma imediata oposição. Certamente porque era, na sua constituição, uma instituição com privilégios consideráveis e com uma liderança comprometida com as instituições do Estado Novo.⁷⁰⁰ A CEI recebia donativos da Junta do Café, Junta do Algodão, Junta dos Cereais, Companhia de Exportação do Ultramar dos Governos-gerais.⁷⁰¹ No entanto, logo em 1945, a grande maioria dos estudantes entraria em choque com esta direção – uns, porque não queriam colaborar com o regime, outros, porque contestavam a má gestão orçamental. Nesse mesmo ano, perante uma assembleia-geral, no Liceu Camões, o Presidente Mano de Mesquita e a sua direção demitem-se, *democratizando-se*, a partir daí, os órgãos da CEI. (MATEUS, 1999; DÁSKALOS, 1993)

A associação organizou-se, a partir daí, em secções autónomas, com corpos gerentes próprios, mas com uma única direção geral. Os seus membros optaram por uma gestão que obrigou a uma relativa paridade entre colónias nos vários órgãos da *Casa*. A catividade da administração dividia-se por cinco direções de serviços – Cultura e Propaganda; Informação e Estatística; Desporto; Procuradoria e Assistência e Intercâmbio. A estas direções, juntaram-se ainda o Centro *Académico de Estudos Ultramarinos* e a *Comissão de Festas*.⁷⁰²

⁶⁹⁸ Estiveram presentes, além de Mano Mesquita, Aguinaldo Veiga, por Cabo Verde; Vasco Benedito Gomes, pela Índia; Gonçalo de Sousa e Macedo Mesquitela, por Macau; e Francisco Maria Martins, por Moçambique. (CASTELO, 2010:6)

⁶⁹⁹ Referimo-nos à delegação de Lisboa. A Delegação de Coimbra é fundada em Dezembro de 1944 e entra em funcionamento em Fevereiro de 1945. A Delegação do Porto surge em 1959.

⁷⁰⁰ Mano de Mesquita, o primeiro presidente da CEI, e alguns dos elementos da sua equipa (na qual estava Santos e Castro que viria a ser o último Governador-geral de Angola) eram “fervorosos adeptos da situação e membros da União Nacional”. (Testemunho de Armando Rosinha, membro fundador da CEI em “Meio século da CEI”, *Mensagem*: número especial, 1997, 74)

⁷⁰¹ Arquivo PIDE/DGS – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Processo 3529.62.

⁷⁰² Arquivo PIDE/DGS – ANTT. Processo 3529.62.

Desde a sua fundação, a CEI tornou-se um espaço incontornável para muitos dos estudantes provenientes das colónias. A organização ajudava a encontrar alojamento, tinha uma cantina com refeições económicas, um posto médico e uma biblioteca, enviava informações sobre os cursos superiores da metrópole aos liceus e associações académicas das colónias e concedia bolsas de estudo e apoio a estudantes com maiores carências económicas. (CASTELO, 1997,2000; FARIA, 1995) Segundo Telmo Crato, referido por António Tomás (2007), foi na CEI, que Amílcar Cabral recebeu as suas primeiras roupas para enfrentar o frio de Lisboa a que não estava habituado.

- Mas quem eram estes jovens que vinham estudar para a metrópole e que frequentavam a CEI?

Em 1944, os membros da CEI eram na sua maioria filhos de colonos brancos da administração portuguesa, alguns mestiços e um pequeno número de negros. (ROSAS, 2007) Referimo-nos por isso a uma elite, beneficiada por um processo de seleção. A esta tendência não é estranha a opção metropolitana de não investimento na rede escolar das colónias. (SANTOS, 2008)

A partir dos anos 50 e sobretudo até 1962, a *casa* vai-se progressivamente africanizando, sempre com uma hegemonia dos angolanos. Segundo Rocha (2003), estas alterações decorreram de uma melhoria das condições económicas da pequena burguesia africana e da perceção pelas elites nacionais de que a obtenção de um curso superior em Portugal correspondia a uma real ascensão social e económica, mesmo no quadro colonial.

O alargamento do quadro sociocultural da *casa* trouxe consigo algumas alterações ao seu quotidiano, muito por culpa do fortalecimento de uma rede de sociabilidades baseada numa certa ideia de *identidade comum*, agregada por um sentimento de *saudade*, assim como de memórias partilhadas sobre o espaço da sua naturalidade e/ou infância.

Na CEI passou a ler-se Césaire, Sartre, Vaillant, Zamora, Gorki, Jorge Amado, Alves Redol, Hemingway, Lefèbvre, Engels e Lenine, entre outros. (LARANJEIRA, 1997; MATEUS, 1999; ROCHA, 2003) A exploração e o contexto político da Guerra Fria passaram a ser temas de conversa e o *mundo negro* temática recorrente. Logicamente, esta valorização das culturas de povos colonizados semeou uma ideia contrária à do Estado Novo e foi conseqüentemente de encontro à defesa da liquidação da *sociedade colonial*, abrindo caminhos não só para uma militância política, como para o que virá a ser a luta pela emancipação colonial, assente na base do nacionalismo.

A catividade cultural, e em particular a ligada à área editorial, irá ajudar ao desenvolvimento da noção de *comunidade autóctone*, reforçando este sentimento de identidade. Com isso, a *Casa* ganha não só um cariz de *celebração* de uma “comunidade imaginada”, como se transforma na consciência de uma certa noção comum de *camaradagem* e de *Negritude*, complementada pelo que Amílcar Cabral irá chamar de “reafricanização dos espíritos”.

Com o avançar dos anos, os almoços de confraternização na *casa* vão passar a ser acompanhados de pratos tradicionais e na cidade de Coimbra a música africana substitui o fado nas serenatas. Grupos como os *N’Gola Kizomba* ou os *N’Gola Ritmos* representam bem o sucesso deste fascínio pelas *raízes* africanas. (LARA, 2000; MEDEIROS, 1997; PEPETELA, 2004[1992])

Contudo, a afirmação de valores oposicionistas e anticolonialistas não teve a mesma expressão em todos os indivíduos. Tomás Medeiros, entrevistado por Mateus (1999:254-265), relata que se podiam distinguir vários grupos entre os associados da *casa*:

O primeiro grupo era o dos apolíticos, o dos que consideravam que tinham vindo para Portugal para fazer o seu curso, porque o diploma era essencial, era uma forma de afirmação e ascensão social. O segundo grupo era o daqueles que, a partir das leituras e de uma certa sensibilidade que traziam de África, aderiram ao PCP. E foram militantes, quer do PCP quer do MUD Juvenil. O terceiro grupo era o dos nacionalistas, o daqueles, que embora aceitando as ideias do marxismo, nunca militaram no PCP. O PCP, na altura, era partidário de uma luta que conduzisse à queda do fascismo em Portugal, o que implicaria depois a solução da questão colonial. Ao passo que os nacionalistas eram mais radicais e queriam destruir o colonialismo em África, independentemente do que se passasse em Portugal.

Compreender a importância de qualquer um dos grupos e entender as opções que tomaram é inseri-los no contexto da sua época. No âmbito desta comunicação, serão abordados apenas o segundo e terceiro grupos – os mais velhos e os mais novos – assumindo-se a normal volatilidade desta classificação.

Entre a geração dos *mais velhos* destacaram-se nomes como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Lúcio Lara, Marcelino dos Santos, Vasco Cabral,

Hugo Azancot Menezes, Alda Espírito Santo, entre outros⁷⁰³. (MATEUS, 1999; ROCHA, 2003; TOMÁS, 2007)

É esta primeira vaga de estudantes, que transforma uma dependência do aparelho ideológico do Estado Novo, num instrumento de combate ao regime. Logo em 1945/46 quase todos os elementos dos corpos gerentes da CEI, tanto em Lisboa como em Coimbra, eram aderentes das listas do MUD juntando-se, a partir de 1946, ao MUD Juvenil. (CASTELO, 2010) A formação e os contactos angariados nesta primeira experiência serão indispensáveis para o desenvolvimento das suas influências político-orgânicas.

Em 1948, os estudantes da CEI, inserem-se na comissão de apoio à candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República e em 1950, os membros da secção da Índia, recusam-se a subscrever uma declaração de repúdio pelas afirmações de Nehru hostis à presença portuguesa na Índia. Nesse mesmo ano, a 11 de Novembro, o MUD Juvenil realiza uma manifestação junto ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra. A PIDE prende Guilherme Espírito Santo, Marcelino dos Santos e Mário de Andrade. (CASTELO, 2010 e MATEUS, 1999) Não serão os únicos durante o período de duração da CEI a serem presos e torturados - Agostinho Neto é capturado pela PIDE em 1950, 1951 e em 1955; Vasco Cabral em 1954.⁷⁰⁴

De facto, quase desde o início a PIDE tinha a CEI sobre vigilância apertada. Logo em Abril de 1951, a polícia política informa o Ministro das Colónias de que “a CEI é há muito conhecida como alfobre de elementos que desenvolvem campanha anti-situacionista”⁷⁰⁵. É neste quadro que se dá a 30 de Maio de 1952, a nomeação de uma Comissão Administrativa que irá dirigir a *Casa* (sede) até 1957, reduzindo-a à gestão corrente.⁷⁰⁶

Muitos associados deixaram de a frequentar, entre os quais esta geração oposicionista. A sua ação desenvolveu-se, a partir daí, em outras organizações, menos vigiadas, nomeadamente o Clube Marítimo Africano, onde conviviam com os marítimos e onde podiam contactar clandestinamente com as suas colónias de origem. Frequentaram também a Casa de África, esta durante um curto período, e o Centro de

⁷⁰³ Havia nesta geração uma via mais moderada, também anticolonialista, mas que defendia formas de luta menos radicais, de que fazia parte Francisco Tenreiro, Orlando de Albuquerque ou Luís Polanah. (LARANJEIRA, 1997)

⁷⁰⁴ Arquivo PIDE/DGS – ANTT.

⁷⁰⁵ Resposta da PIDE, datada de 9.4.1951, ao ofício confidencial do Gabinete do Ministro das Colónias, n.º 597, de 31.3.1951, Processo 329/46 SR, Arquivo PIDE/DGS (ANTB).

⁷⁰⁶ Arquivo PIDE/DGS – ANTT 3529.62 e 3767.

Estudos Africanos, que era acima de tudo um movimento intelectual e cultural. (MATEUS, 1999; ROCHA, 2003)

O final dos anos 50 volta a trazer uma intensa catividade à CEI, apesar das dificuldades económicas e políticas que se viviam. Em 1957 a Comissão Administrativa que tinha sido imposta à CEI é exonerada⁷⁰⁷, como consequência, nesse mesmo ano são aprovados os novos estatutos que eliminam as secções regionais - focos de nacionalismo segundo as autoridades - adotando-se a estrutura usual das associações de estudantes da época com o seu carácter não político e não confessional. (ERVEDOSA apud. CASTELO, 2010:11) O que não desaparece é a palavra *Império* do nome da *casa*. A alteração da denominação para algo como *Casa dos Estudantes das Províncias Ultramarinas* colidiria certamente com os ideais nacionalistas dos seus membros, que nesta altura já pertenciam, maioritariamente, a uma nova geração, a dos *mais novos*⁷⁰⁸, ou seja, daqueles que embora aceitando as ideias do marxismo, nunca militaram no PCP ou em estruturas análogas.

Porém, é necessário referir que houve casos de estudantes desta geração, embora em número muito menor, que continuaram empenhados numa militância política na metrópole. Esse foi o caso de David Bernardino, estudante cujo dinamismo terá sido essencial para uma nova participação de estudantes *africanos* numa comissão de apoio a uma lista de oposição para as eleições presidenciais, em 1958. (ROCHA, 2003) Também, em 1964, a PIDE referia num relatório a existência de uma célula do PCP na CEI que era responsável por produzir o jornal clandestino *ANTI-COLONIAL*.⁷⁰⁹

Mas esta não era a tendência generalizada na *casa*. Sob uma orientação anticolonialista e com uma convicção cada vez mais *africanista* desenvolvem-se eventos de divulgação da *cultura africana*. Um dos seus grandes expoentes foi a publicação de Antologias de poetas e contistas angolanos (1959, 1960, 1962), de Moçambique (1960, 1962) e de São Tomé e Príncipe (1963). (BORGES et al, 1997) Alguns dos textos publicados seriam solicitados pela editora Penguin Books, em 1965.⁷¹⁰

As atividades organizadas pela CEI contribuem para a politização dos sócios e, consequentemente, para a sua tomada de consciência numa época em que vão chegando

⁷⁰⁷ Arquivo PIDE/DGS – ANTT. Processo 3529.62.

⁷⁰⁸ Segundo Rocha (2003), os jovens *que mais se destacaram* foram: João Vieira Lopes, Gentil Viana, Paulo Jorge, A. Tomás Medeiros, Fernando Costa Andrade, Rui de Carvalho, José Araújo, Carlos e Augusto Pestana, Manuel Boal, Gentil Traça, Alberto Bento Ribeiro, Lopes Teixeira (tutu), Manuel Videira, Fernando Mourão, Daniel Chipenda e Edmundo Rocha, entre outros.

⁷⁰⁹ Arquivo PIDE/DGS – ANTT. Processo 3529.62

⁷¹⁰ Ibid.

à CEI, de forma mais ou menos aberta, informações sobre os movimentos de libertação africana entretanto criados pelos *Mais Velhos*. O MPLA tinha surgido em 1958, com Agostinho Neto; o PAIGC em 1959, com Amílcar Cabral; e a FRELIMO, em 1962, com Marcelino dos Santos. Simultaneamente, a *casa* tinha já sido importante para a cedência de quadros para organizações políticas como o Movimento Anti-Colonialista (MAC), em 1957, e o Movimento de Estudantes Angolanos (MEA), em 1959. (ROCHA, 2003)

No final dos anos 50, era impossível esconder o mal-estar que existia entre a CEI e as estruturas do Estado Novo. É neste contexto, que no seguimento das acusações feitas na ONU à política colonial portuguesa, se publica, em 1960, um manifesto intitulado *Mensagem ao Povo Português*. Este documento teria sido produzido na Delegação de Coimbra e propunha o reconhecimento imediato do direito dos povos das colónias à autodeterminação. A resposta do governo foi a imposição de uma nova Comissão Administrativa, que no entanto durou apenas oito meses.⁷¹¹ Sem outras soluções é imposta à CEI uma nova revisão estatutária, em Julho de 1961, desta vez bem mais restritiva.⁷¹² Esta tentativa de *matar* a instituição seria acompanhada pela asfixia económica que se estendeu até ao seu encerramento. (CASTELO, 2010)

No entanto e até à sua extinção, a CEI empreenderá ainda duas grandes últimas ações contra o regime salazarista. A primeira será a importante participação no luto académico, na sequência da proibição do Dia do Estudante, em Março de 1962,⁷¹³ curiosamente uma ação ao jeito do que tinha sido a intervenção da geração dos *mais velhos*. (CASTELO, 2010; MATEUS, 1999 e ROCHA, 2003) A *segunda* consubstanciou-se no que viriam a ser as várias fugas de estudantes *ultramarinos* que tinham como objectivo reforçar os movimentos de libertação, entretanto constituídos.⁷¹⁴

A mais famosa dessas fugas foi a denominada *fuga dos 100*, empreendida na sua maioria por Angolanos, depois do assalto às cadeias de Luanda. De facto, não foi só o regime a ser apanhado de surpresa, a oposição, que durante muito tempo tinha controlado os estudantes, também desconheceu a ação até à sua concretização. Aliás, muitos dos estudantes que saíram não tinham ficha na PIDE, nem desempenhavam

⁷¹¹ Ibid.

⁷¹² Contemplava a “mudança de nome da associação; admissão da gerência de um professor universitário com direito de voto; não concordância ou colisão com os fins de outras associações de estudantes e da MP”. (CASTELO, 2010:13)

⁷¹³ Arquivo PIDE/DGS – ANTT. Processo 3529.62

⁷¹⁴ Recordamos, além da *fuga dos 100*, a fuga de Agostinho Neto e Vasco Cabral (1962); a fuga de Daniel Chipensa, França N’Dalo, Araújo, José Júlio Andrade, e outros (1962); e outras fugas individuais como a de Jorge Querido. (MATEUS, 1999)

ainda conhecida atividade subversiva. Esta fuga atesta o que era a *política* de não ingresso de estudantes mais novos em estruturas da oposição. Contudo, se é verdade que esta ação reforçou, embora menos do que o previsto, os contingentes dos movimentos de libertação, teve também como consequência uma hemorragia de quadros políticos na CEI e o enfraquecimento da corrente nacionalista na instituição. (MATEUS, 1999; ROCHA, 2003)

O encerramento da CEI chega a 6 de Setembro de 1965, com uma rusga da PIDE.⁷¹⁵ Parte dos ficheiros e haveres existentes em Lisboa e Coimbra são apreendidos e levados para Caxias. Vários elementos da direção foram levados para interrogatório e o caso teve eco internacional, sendo noticiado pela BBC e pelo *Le Monde*.⁷¹⁶ A delegação do Porto tinha já sido encerrada em 1961, durante a vigência da Comissão Administrativa em Lisboa e Coimbra, por não ter sido encontrado, na altura, um delegado que merecesse a confiança do regime.⁷¹⁷

A forma repentina como foi encerrada a *casa*, acabou apenas por ser o culminar de um tratamento ambíguo que o Estado Novo lhe daria nos últimos anos. Cláudia Castelo (1997) refere que “ironicamente, também interessou ao regime que a associação permanecesse aberta. Só assim podia manter os sócios rigorosamente vigiados e obter mais facilmente informações sobre os movimentos independentistas”.

Falar dos homens e mulheres que *habitaram* a CEI é falar de percursos e de memórias, o que nem sempre é fácil. Estudar esta instituição é percorrer o caminho de mitos; é imaginar quotidianos e compreender construções e representações provenientes do imaginário popular. Mas se muitas figuras continuam ainda hoje a ser (re)construídas, outras há que se mantêm no esquecimento, algo que próximas investigações deverão ter em conta.

Os que se juntaram aos movimentos de libertação tornaram-se na sua maioria *modernizadores*⁷¹⁸, elites *esquerdistas*, imbuídas numa visão política universalista, ideologicamente progressistas e supra-etnonacionalistas, que usaram a sua educação para ambicionar um Estado-nação secular e moderno. Estas características comuns, não

⁷¹⁵LARANJEIRA (1997:XXX) refere que a o encerramento compulsivo da CEI, enquadrou-se no “contexto do encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, por esta ter atribuído o Grande Prémio de Novelística a *Luuanda*, de José Luandino Vieira”. Margarido (1997:43), pondera essa hipótese, mas também reflecte que o encerramento poderá ter sido “resultado da intervenção de Amândio César numa emissão organizada por José Mensurada na televisão da época e consagrada a este caso”.

⁷¹⁶Arquivo PIDE/DGS – ANTT. Processo 3529.62.

⁷¹⁷Arquivo PIDE/DGS – ANTT. Processo 25686.

⁷¹⁸Estereótipo desenvolvido por CHABAL, 1993.

seriam possíveis se não tivessem partilhado autores, ídolos e perspetivas, um percurso que assentou não só num local específico - a *casa* - como nas suas ramificações – e.g., Centro de Estudos Africanos ou o Clube Marítimo Africano. Para esta formação, foi também indispensável uma alargada rede de sociabilidades, que permitiu a participação destes estudantes, na criação e/ou participação dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, o que os aproximou ainda mais das *suas* populações e dos *seus* territórios, num esforço de combate contra o colonialismo.

Mas este esforço de organização e resistência seria impossível sem o contributo, ainda que muitas vezes indireto, da oposição portuguesa. A militância em organizações como o MUD Juvenil e o PCP e a participação em momentos como as eleições presidenciais tornar-se-ão parte imprescindível da sua formação.

Estes acontecimentos reforçam a ideia já reproduzida por outros autores, de que uma associação criada pelo Estado Novo no âmbito de uma estratégia de exortação da sua política colonial se transformou ela própria, primeiro numa extensão do que era a oposição antissalazarista e depois no que se tornou num centro fundamental para o desenvolvimento e maturação do movimento anticolonial em Portugal.

Bibliografia

BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, T. e PEDRO, H. (Coord.) (1997) *Mensagem: cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império: 1944-1994*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império.

CASTELO, Cláudia (1997) “Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): uma síntese histórica” In BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, T. e PEDRO, H. (Coord.) (1997) *Mensagem: cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império: 1944-1994*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 23-30.

CASTELO, Cláudia (2010) “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial” In *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas*. Lisboa: CEA.

DÁSKALOS, Sócrates (1993) *A Casa dos Estudantes do Império: fundação e primeiros anos de vida*. Lisboa: CML - Pelouro da Cultura.

- ERVEDOSA, Carlos (1990) *Era no tempo das acácias floridas*. Linda-a-Velha: ALAC.
- FARIA, António (1995) *A Casa dos Estudantes do Império: itinerário histórico*. Lisboa: Câmara Municipal e Biblioteca Museu República e Resistência.
- LARA, Lúcio (2000) *Documentos e Comentários para a História do MPLA* (até Fevereiro de 1961). Lisboa: Dom Quixote.
- LARANJEIRA, Pires (1997) “Uma casa de mensagens anti-imperiais” In FERREIRA, Manuel e AMARÍLIS, Orlanda (Dir.) *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*. Linda-a-Velha: ALAC, pp. XI-XXXI.
- MATEUS, Dalila Cabrita (1999) *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito.
- MARGARIDO, Alfredo (1997) “Uma ilha africana na Duque d’Ávila” In BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, T. e PEDRO, H. (Coord.) (1997) *Mensagem: cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império: 1944-1994*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 41-44.
- MEDEIROS, Tomás (1997) “Prelogómenos a uma História (verdadeira) da Casa dos Estudantes do Império” In BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, T. e PEDRO, H. (Coord.) (1997) *Mensagem: cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império: 1944-1994*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 31-40.
- PEPETELA (2004[1992]) *A Geração da Utopia* (7ª Ed.) Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ROCHA, Edmundo (2003) *Angola: Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo angolano (1950-1964)*. Lisboa: Edição de Autor.
- ROSAS, Fernando (1997) “A CEI no contexto da política colonial portuguesa” In BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, T. e PEDRO, H. (Coord.) (1997) *Mensagem: cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império: 1944-1994*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, pp. 13-22.
- SANTOS, Mariana Lagarto (2008) “A escola e a ideologia colonial. Contribuição para as nacionalidades africanas de expressão Portuguesa” In TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares *Comunidades Imaginadas* -

Nações e Nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 49-58.

TOMÁS, António (2007) *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta da China.

Os intelectuais do Porto. Resistência cultural e oposição ao regime (1958-1974)

Cátia Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

No período cronológico que vai de 1958, com as eleições de Humberto Delgado a 1974, com a queda do regime no dia 25 de Abril, ocorreram diversas transformações na sociedade portuguesa. Os anos 60 e 70 foram marcados por revoltas estudantis, contestações políticas e intelectuais, revoluções políticas e pelo aparecimento de novas ideias culturais. Por parte dos intelectuais, verifica-se uma resistência e uma oposição cada vez maior ao regime vigente. Na cidade do Porto, esse clima de resistência e oposição também existe e manifesta-se nos vários campos da cultura, levando mesmo à criação de instituições capazes de lutar contra a “repressão” cultural imposta pelo Estado Novo.

Palavras-chave: Cultura, Intelectuais, Oposição, Política, Porto, Resistência

No período cronológico que vai de 1958 a 1974 ocorreram diversas transformações na sociedade portuguesa. Os anos 60 e 70 foram marcados por revoltas estudantis, contestação política e intelectual, revoluções políticas e pelo aparecimento de novas ideias culturais. Segundo Fernando Rosas: “Irrompendo como um relâmpago em céu azul por sobre a aparente calma e olímpica solidez de um Estado Novo recomposto após abalos do pós-guerra, as eleições de 1958 vinham evidenciar as profundas transformações que se operavam na sociedade portuguesa”.⁷¹⁹ O ano de 1962 foi o ponto de chegada da crise política aberta pelas eleições de 1958, com manifestações populares no Porto contra o regime e com a crise académica em Lisboa e Coimbra. Em 1968, ocorreu a sucessão de Salazar por Marcelo Caetano. Esta desenrolou-se num clima de compromissos equívocos que suscitaram a desconfiança da ortodoxia do regime e alguma expectativa em sectores liberais, graças a alguns sinais de

⁷¹⁹ ROSAS, Fernando. (1990), “O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958” in, REIS, António, dir.. Portugal contemporâneo. Vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, p.15.

abertura política. As eleições de 1969 são marcadas pela expectativas face à *primavera marcelista* e, pelo facto, da oposição ter ido até ao final das eleições embora dividida.

Neste clima, por parte dos intelectuais, irá verificar-se uma resistência e uma oposição, quer política quer cultural, cada vez maior ao regime vigente em Portugal. Os intelectuais foram, segundo o historiador João Madeira, de uma forma ou de outra, “actores ou protagonistas activos da História mesmo que o seu peso enquanto categoria social permanecesse reduzido.”⁷²⁰ A intervenção intelectual marcou indelevelmente o nosso século e, nomeadamente, o Estado Novo no período de 1958 a 1974, numa fase em que a ânsia de descoberta de novos mundos para a Cultura estava na imaginação dos mais variados intelectuais, que na sequência do pós-guerra e da experiência que foi o Movimento de Unidade Democrática (MUD), queriam encontrar novas formas de intervenção cívica e cultural. Destas ansiedades proliferavam variadas tertúlias na cidade do Porto, em cafés ou confeitarias, e surgiram, sucessivamente, várias instituições, que foram marcantes pela sua intervenção e valores criados, e que tinham como intuito criar um espaço público de catividade intelectual politicamente resistente: o Cine-Clube do Porto e o Teatro Experimental do Porto (TEP).

A publicação de estudos sobre a história da oposição ao Estado Novo é ainda escassa para este período, quando comparada com o período anterior, ou seja, anos 30 e 40, e em contraposição ao número abundante de biografias e livros de memória dos que nela participaram. Salvo para o ano 1958. Uma das referências pioneira para os estudos da oposição continua a ser o livro de D.L. Raby, e segundo esta, foi a segunda guerra mundial que criou as condições de unidade da oposição no Portugal salazarista e também as de uma resistência cativa até a um certo ponto. Num estudo desta natureza, e como D. L. Raby refere, «Há que fazer uma certa distinção entre “resistência” e “oposição”: enquanto a primeira implica uma luta cativa, a segunda significa uma catividade política mais reduzida e pacífica, que pode até ser legal ou, pelo menos, “tolerada”»⁷²¹ e, além disso, deverá esclarecer-se que normalmente se utiliza a palavra «oposição», mas deveríamos antes dizer «oposições», porque na verdade houve muitos opositores ao Estado Novo.

⁷²⁰ MADEIRA, João. (1996), Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta), Lisboa, Editorial Estampa, p.

⁷²¹ RABY, Dawn Linda. (1990), A resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974. Trad. Portuguesa. Lisboa, Salamandra, D.L., p. 15.

Já para Paula Godinho⁷²², o conceito de resistir é “não cooperar com o inimigo, permanecer numa posição determinada sem se demover num primeiro nível ou, em termos terminais, afrontá-lo”. Por outro lado, “resistir é revelar oposição relativamente à disciplina que, no início do processo de socialização, é inculcada, já que a sociedade incorpora os indivíduos ensinando-os a não oporem resistência.”⁷²³

Na óptica de James Scott, e no que se refere ao estudo específico dos intelectuais,

“resistance of this kind is ironically abetted by both elites and social scientists whose attention is largely concentrated on those forms of resistance which pose a declared threat to powerholders: social movements, dissident sects, revolutionary groups, and other forms of publicly organized political opposition. Such groups, of course, are also far more likely to leave the written records - manifestos, minutes, membership lists, journalist’s descriptions, and police reports - that help ensure them a firm place in the historical record.”⁷²⁴

A humanidade nunca foi composta em exclusivo por heróis e a vida dos homens nunca foi nem é pautada em exclusivo por momentos épicos e de afronta, através dos quais a sociedade muda de forma acelerada. No quotidiano, todavia, os grupos dominados, de uma forma silenciosa ou não, opõem resistência.

Para o estudo do conceito de resistência e oposição, como indica Paula Godinho, “é necessário uma compreensão da resistência dos símbolos para que possamos entender os símbolos da resistência.”⁷²⁵ Também Scott entende existir a necessidade de compreender determinadas ações e questões simbólicas a elas associadas, para analisar melhor o contexto e função das formas quotidianas de resistência. Nesse sentido afirma,

“a practical act of resistance is thus often accompanied by a public discursive affirmation of the very arrangements being resisted - the better to undermine them in practice. When the act of everyday resistance is meant to be noticed - meant to send a

⁷²² Tanto Paula Godinho como James Scott, que irei referir, estudam a questão da oposição e resistência no meio rural, no entanto, é possível através da leitura das suas obras reter noções básicas e importantes sobre os conceitos de oposição e de resistência.

⁷²³ GODINHO, Paula. (2001), Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962). Oeiras, Celta Editora, p. 56-57.

⁷²⁴ SCOTT, James C.. (1989), “Everyday Forms Of Resistance”. The Copenhagen Journal of Asian Studies (CJAS), vol 4, p.34.

⁷²⁵ GODINHO, Paula. (2001), Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962). Oeiras, Celta Editora, p. 381.

signal - then the resisters take special care to conceal themselves, often behind a facade of public conformity. Most "everyday resisters" are rather like opponents of a law who estimate that it is more convenient to evade it or bribe their way around it rather than to change it. The notion of collective public action to change the structure of, say, property law or civil rights, is confined largely to the literate middle class and the intelligentsia."⁷²⁶

A resistência e oposição no meio intelectual não surgem apenas como resposta ao período vivido durante a Segunda Guerra Mundial e à “tirania” dos fascismos. Já desde os anos vinte e trinta do século XX que os intelectuais se interrogavam sobre as mais variadas questões sociais e económicas, políticas e culturais, e sobretudo, sobre o futuro de uma Europa que se encontrava em declínio. É neste contexto que se irão moldar as origens da resistência e oposição intelectual. No pós-guerra a situação altera-se, e a vitória das forças antifascistas, em 1945, abria caminho às transformações desejadas pela resistência intelectual. Essas transformações passarão por criar associações no seio oposicionista não partidário, mas chegando muitas vezes a criar ligação com grupos politicamente resistentes: comunistas, católicos, socialistas.

Os intelectuais em Portugal, no período compreendido entre 1958 a 1974, não foram ainda objeto de um estudo específico e de conjunto. Existem vários estudos acerca do tema dos «intelectuais», e apesar da vasta biografia a nível internacional, ainda assim, persiste a pergunta: como definir o conceito de «intelectuais»? Para Luís Torgal, o conceito de «intelectual»,

“supõe um certo nível de produção e de intervenção cultural e uma problematização de ideias, servidos por uma leitura, mais ou menos complexa ou simples, de obras e de autores, de estéticas, de sociedades, de políticas ou de religiões. Ou seja, o «intelectual», sendo uma personalidade particularmente interessada pela cultura, é, por natureza, interventivo.” Contudo, “esta intervenção pode levar o intelectual a ter uma acção finalista em defesa de determinados valores, podendo esquecer a «independência», ou até a dependência em relação ao objeto que analisa, que deve ser considerada o supremo valor da cultura. É o que se passa com a posição de «intelectuais» que estão fundamentalmente ao serviço de um movimento organizado, de um partido ou de um regime. Sucede tal situação

⁷²⁶ SCOTT, James C.. (1989), “Everyday Forms Of Resistance”. The Copenhagen Journal of Asian Studies (CJAS), vol 4, p. 56.

com o conceito estaliniano ou jdanovista de «engenheiros das almas» ou mesmo com o conceito gramsciano de «intelectual orgânico».⁷²⁷

Na opinião de Gramsci, deverá fazer-se a distinção entre “intelectuais tradicionais” de “intelectuais orgânicos”. Sendo assim:

«fora do próprio tempo, os intelectuais tradicionais consideravam-se independentes, acima das classes e das vicissitudes do mundo, cultivavam uma aura de superioridade com seu saber livresco. A sua “neutralidade” e o seu distanciamento, na verdade, tornava-os incapazes de compreender o conjunto do sistema da produção e das lutas hegemónicas, onde fervia o jogo decisivo do poder económico e político.» Já os intelectuais orgânicos, ao contrário, «são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte cativa deste panorama, os intelectuais “orgânicos” interligam-se a um projecto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a “conformação das massas no nível de produção” material e cultura. A função do novo intelectual, orgânico à dinâmica da sociedade e à conquista da hegemonia da sua classe, não pode mais consistir “na eloquência” e nos ímpetos da “emoção”, mas na interpenetração entre conhecimento científico, filosofia e acção política. Este intelectual deve ser um “construtor, organizador, educador permanente”, de modo que “da técnica-trabalho se chegue à técnica-ciência, à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ‘dirigente’ (especialista+político).»⁷²⁸

Mas, nem todos os homens ou mulheres que lidavam com a cultura ou questões culturais ao serviço de um regime e dos seus órgãos de governo se podem, quer ontem quer hoje, considerar como «intelectuais orgânicos». Isto porque o intelectual não é apenas um intervencionista cultural e ideológico, mas é, também, alguém que pensa e reflete sobre a própria cultura.

Terão sido os intelectuais um grupo autónomo e independente social, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais? Esta questão é

⁷²⁷ TORGAL, Luís Reis. (2009), «“Intelectuais”, “Intelectuais orgânicos” e “Funcionários culturais” no Estado Novo» in Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural, Vol. II., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 74-75.

⁷²⁸ Gramsci citado in, SEMERARO, Giovanni (2006), “Intelectuais “orgânicos” em tempos de Pós-modernidade”. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, set./dez, p. 373-391.

bastante complexa, por causa da variedade de formas assumidas até à data pelo processo histórico real de formação das diferentes categorias de intelectuais. Segundo Gramsci:

“1. Every social group, coming into existence on the original terrain of an essential function in the world of economic production, creates together with itself, organically, one or more strata of intellectuals which give it homogeneity and an awareness of its own function not only in the economic but also in the social and political fields. 2. However, every “essential” social group which emerges into history out of the preceding economic structure, and as an expression of a development of this structure, has found (at least in all of history up to the present) categories of intellectuals already in existence and which seemed indeed to represent an historical continuity uninterrupted even by the most complicated and radical changes in political and social forms.”⁷²⁹

Quais são os limites máximos de aceitação do termo "intelectual"? Pode encontrar-se um critério unitário para caracterizar igualmente todas as atividades diversas e díspares dos intelectuais e distingui-los, ao mesmo tempo e de forma essencial das atividades de outros grupos sociais? Sobre este aspecto Gramsci diz:

“the most widespread error of method seems to me that of having looked for this criterion of distinction in the intrinsic nature of intellectual activities, rather than in the ensemble of the system of relations in which these activities (and therefore the intellectual groups who personify them) have their place within the general complex of social relations. Indeed the worker or proletarian, for example, is not specifically characterized by his manual or instrumental work, but by performing this work in specific conditions and in specific social. All men are intellectuals, one could therefore say: but not all men have in society the function of intellectuals.”⁷³⁰

Para João Madeira, “os intelectuais, configuram categorias sociais, conjuntos em ligação estreita com grupos mais vastos, mantendo com eles relações específicas que não determinadamente económicas”, mas também, “privilegiadamente sociais e políticas.” Segundo ele, “Assistimos assim, ao longo deste século, a processos de estruturação dos intelectuais como categorias sociais, gravitando em torno de grupos

⁷²⁹ GRAMSCI, Antonio, (2005), “The Intellectuals”. Canadian Scholars’ Contemporary Sociological Thought. Themes and Theories. Hier, Sean P. (coord.). Toronto, Canadian Scholars’ Press Inc., p. 49-50.

⁷³⁰ *Idem*, p. 49-51.

sociais mais vastos; mas assistimos também a processos de desestruturação que atingiram de forma mais significativa sectores, mesmo que minoritários da intelectualidade, como os estudantes ou os escritores e artistas, sensíveis aos problemas do seu tempo, que suscitaram o seu envolvimento e o seu empenhamento cativo nos assuntos da cidade.”⁷³¹ Como podemos observar, a análise de João Madeira assemelha-se à de Gramsci em vários aspetos.

Já os intelectuais ligados ao Partido Comunista pretenderam, segundo o historiador José Neves, “construir uma nação e uma cultura nacional alternativas, mas tal não obstou à persistência de continuidades entre a sua nação alternativa e a nação dominante.”⁷³²

A resistência e oposição ao Estado Novo verificou-se em todo o país e, a cidade do Porto não fugiu à regra. Embora, o regime olha-se os intelectuais como um perigo político e social latente devido à capacidade de poderem influenciar a opinião pública e de subverterem os valores e os efeitos da sua propaganda, irá criar-se na cidade do Porto uma dinâmica de reação e daí, vão surgir novas instituições e formas de promover o espírito criativo. A juntar ao Cineclube e à Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, vemos surgir o TEP, a *Árvore* e a Sociedade Editorial do Norte. Mas, é no espaço público da cidade que vamos ver surgir nos cafés um papel central na definição dessa identidade tão especial do Porto.

A Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, nasceu em 1882, no entanto, na década de 60, lança *A Gazeta Literária*, que contou com os mais conceituados colaboradores e, das suas atividades contam-se ainda: colóquios, debates e lançamento de livros.

O Cineclube do Porto, fundado já desde 1945, veio a desempenhar um papel central na formação cultural de sucessivas gerações portuenses que não se conformavam com as restrições da censura.

Em 1953, criou-se o Teatro Experimental do Porto. Num país sujeito a uma censura particularmente férrea no que se referia aos espetáculos, que esmagava tanto a liberdade política quanto castrava a criatividade artística, com uma perversa obsessão com toda a manifestação do que se considerava ser imoral, o TEP, como avaliou Carlos

⁷³¹MADEIRA, João. (1996), *Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os Intelectuais* (dos anos trinta a inícios de sessenta). Lisboa, Editorial Estampa, p. 33-35.

⁷³²NEVES, José. (2010), *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história no século XX*. Lisboa, Tinta-da-China, p.191-192.

Porto, contribuiu decisivamente para aproximar o panorama teatral português daquilo que se experimentava pela Europa e pelas Américas.

No meio intelectual, as revistas culturais e literárias ocupavam um lugar bastante importante e a Censura estava consciente da sua circulação, embora muito limitada. Entre as editoras, destacavam-se a Lello, e a Editorial Inova, de Cruz Santos, que constituiu um projeto de resistência cultural dos anos 60 e 70 e que fez permanentemente frente à censura, procurando publicar títulos que desafiavam o fechamento intelectual, estético e político que a ditadura procurava impor.

No final da ditadura, nos últimos anos de 60 e nos primeiros de 70, viu-se surgir uma nova geração, aberta a criadores contemporâneos, e que faz um percurso internacional muito frutificante. As mudanças eram perceptíveis. Ao fim de mais uma década de mudanças na Escola de Belas-Artes, uma nova geração de artistas plásticos juntava criatividade artística a princípios ideológicos de participação democrática e de divulgação das artes para criar outra das instituições pioneiras que o Porto soube criar debaixo da ditadura. A Árvore:

“uma cooperativa de actividades artísticas, nascia em 1963, como parte dessa” – nas palavras da própria instituição – “grande renovação cultural da cidade do Porto, da batalha de quase duas décadas contra a desertificação, o imobilismo, e envelhecimento das estruturas existentes e a insatisfação que as frustradas esperanças abertas com o fim da II Guerra Mundial revelaram cruamente.”⁷³³

Se por um lado, há quem diga que os intelectuais do Porto ousaram romper com o academismo e o atraso da cultura oficial do regime político de então, na verdade, pode dizer-se também, que a cidade não era considerada um verdadeiro deserto no que diz respeito à iniciativa institucional, nem deve esquecer-se que, nas artes plásticas e arquitetura, o binómio oposição-situação tinha aqui um entendimento próprio. No Porto do início dos anos 60 não era possível traçar uma demarcação entre a cultura oficial e a cultura de oposição, o que pode ser visto como uma prova de pioneirismo. Ao chegar ao fim da década, esses anos de viragens decisivas na sociedade portuguesa e internacional, de «agitação» e utopias, desembocam não numa abertura mas no encerrar de um ciclo. A nova década virá depois a desenhar novas ruturas.

⁷³³LOFF, Manuel e FERREIRA, Sofia. (2010), Insubmisso à tirania: a cidade durante a ditadura. Matosinhos, Quidnovi, p. 79.

Bibliografia

- GODINHO, Paula. (2001), *Memórias da resistência rural no sul: Couço (1958-1962)*. Oeiras, Celta Editora.
- GRAMSCI, ANTONIO, (2005), “The Intellectuals”. *Canadian Scholars’ Contemporary Sociological Thought. Themes and Theories*. Hier, Sean P. (coord.). Toronto, Canadian Scholars’ Press Inc.
- LOFF, Manuel e FERREIRA, Sofia. (2010), *Insubmisso à tirania: a cidade durante a ditadura*. Matosinhos, Quidnovi.
- MADEIRA, João. (1996), *Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*. Lisboa, Editorial Estampa.
- NEVES, José. (2010), *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história no século XX*. Lisboa, Tinta-da-China.
- RABY, Dawn Linda. (1990), *A resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*. Trad. Portuguesa. Lisboa, Salamandra, D.L.
- ROSAS, Fernando. (1990), “O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958” in, REIS, António, dir.. *Portugal contemporâneo*. Vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa.
- SCOTT, James C.. (1989), “Everyday Forms Of Resistance”. *The Copenhagen Journal of Asian Studies (CJAS)*.
- SEMERARO, Giovanni (2006), “Intelectuais “orgânicos” em tempos de Pós-modernidade”. *Cad. Cedes, Campinas*, vol. 26, n. 70, set./dez.
- TORGAL, Luís Reis. (2009), «“Intelectuais”, “Intelectuais orgânicos” e “Funcionários culturais” no Estado Novo» in *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*, Vol. II., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA

Socialismo democrático e social-democracia: entre o discurso e a prática de Mário Soares – 1964/1979

David Castaño

Centro de Estudos de História Contemporânea – ISCTE-IUL
IPRI-UNL

Nesta comunicação procura-se analisar a evolução do discurso político de Mário Soares relativamente ao binómio socialismo democrático / social-democracia enquadrando esta evolução nos vários contextos políticos por que passou a sua acção desde a criação da ASP em 1964, até ao III Congresso do PS, realizado em 1979. Estes elementos contribuem para um maior conhecimento do papel do líder socialista no processo de transição e consolidação da democracia portuguesa e ajudam a explicar o quadro político-partidário desenhado no pós-25 de Abril.

Da ASP ao PS

A criação da ASP, em Abril de 1964, deveu-se em parte à constatação da necessidade de afirmação de uma corrente socialista que procurava afastar-se da tradicional oposição republicana em virtude do surgimento de uma nova geração nascida das contestações académicas de 1962 que considerava o grupo onde pontificava Mário Soares como demasiado moderado e social-democrata⁷³⁴.

Tendo rompido com o PCP em 1950, Soares vinha de uma longa travessia no deserto, durante a qual, na companhia de outros ex-militantes comunistas, formara em 1955 a Resistência Republicana, grupo que colaborou activamente na elaboração do Programa para a Democratização da República, que pretendia apresentar as ideias da “oposição democrática, republicana, liberal e socialista”⁷³⁵. Idealizado por Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes a divulgação deste programa em 1961 procurava contrariar a ideia defendida pelo regime e que encontrava eco nos seus aliados da NATO, que a oposição não tinha um programa alternativo ao do governo. No entanto, pontos de vista divergentes em relação ao futuro dos territórios africanos, o progressivo desaparecimento das figuras simbólicas da oposição republicana ao Estado Novo e a

⁷³⁴ AVILLEZ, Maria João. (1996), *Soares, ditadura e revolução*, Lisboa, Público, p. 159.

⁷³⁵ “Programa para a democratização da República”, Fundação Mário Soares, Arquivo Mário Soares, pt. 02582.026.

incapacidade de atrair os jovens líderes estudantis forjados na crise académica de 1962, levaram Soares e o seu grupo a deixar cair o pendão republicano e a apostar no socialismo cuja tradição, reconhecia Mário Soares, não era grande, “nem particularmente brilhante”⁷³⁶. Soares sentia-se também açoitado pela oposição católica, que em seu entender, devida à antiga proximidade da Igreja com o regime, ostentava um esquerdismo, que o ultrapassava⁷³⁷. Aproveitando as revelações do que designava “desvios totalitários do estalinismo” combinadas com as ideias cooperativistas de António Sérgio, Soares acreditava que existia um “largo espaço político a ocupar por um partido socialista” que soubesse “situar-se deliberadamente à esquerda”, diferenciando-se tanto do Partido Comunista como das formações “republicano-liberais e demo-cristãs”⁷³⁸ e constituir-se como uma força de diálogo em relação ao PCP através da afirmação do socialismo democrático, onde de acordo com a declaração de princípios da ASP, cabiam os sociais-democratas e os socialistas marxistas, descritos como não partidariamente comunistas⁷³⁹. Esta não era, contudo, uma tarefa fácil. Por um lado, porque não se pretendia criar um partido clandestino a funcionar paralelamente ao PCP e, por outro, porque a classe operária permaneceu, como Soares reconheceria, uma coudada do PCP, inexpugnável⁷⁴⁰. Anos mais tarde afirmaria que apenas tinha sido possível constituir uma pequena rede composta por elementos operários dispersos pela cintura industrial de Lisboa⁷⁴¹.

A afirmação do socialismo democrático e transformação da ASP numa força de diálogo em relação ao PCP não foi alcançada. No entanto, um objectivo mais modesto, que passava por dar visibilidade internacional à existência em Portugal de uma oposição de esquerda não comunista, conheceu alguns resultados, registando-se em 1966 os primeiros contactos com a Internacional Socialista (visita do secretário-geral da IS, Albert Carthy, a Portugal). O fortalecimento dos laços internacionais permitiu manter e consolidar este pequeno grupo com fraca implantação no terreno, sem qualquer capacidade de influência no operariado, disperso por alguns núcleos no exílio e com fraca capacidade de atracção de outra nova geração que influenciada pelo Maio de 1968

⁷³⁶ SOARES, Mário. (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, p. 527.

⁷³⁷ SOARES, Mário. (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, p. 526.

⁷³⁸ SOARES, Mário. (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, p. 529.

⁷³⁹ Declaração de Princípios da ASP, Novembro 1964, FMS, Arquivo MS, pasta 0524.000.

⁷⁴⁰ SOARES, Mário. (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, p. 531.

⁷⁴¹ AVILLEZ, Maria João. (1996), *Soares, ditadura e revolução*, Lisboa, Público, p. 159. pp. 138-139.

advogava soluções mais radicais. Havia que transformar o pequeno grupo de amigos com afinidades políticas numa estrutura maior e com capacidade de atracção de outras sensibilidades à sua esquerda.

Em 1972 Soares defendia que “o socialismo ao serviço da boa consciência burguesa” era uma “caricatura”, que não se pretendia identificar com a social-democracia europeia, que os comunistas tinham alguma razão quando se referiam à social-democracia como “social traição” e que por isso se definia como socialista uma vez que defendia uma transformação radical das estruturas económicas e sociais portuguesas sem sacrificar a liberdade⁷⁴².

No ano seguinte a ASP transformou-se em PS. Nessa ocasião, Soares referiu-se à confusão existente entre socialismo e social-democracia e apontou com clareza o seu posicionamento, rejeitando vir a ser um “leal gestor do capitalismo” num contexto reformista, recusou a social democracia e defendeu “uma verdadeira revolução” transformadora das estrutura tradicionais do país⁷⁴³.

Fundado com o apoio da social-democracia europeia, o novo partido adoptava um discurso muito crítico relativamente às práticas políticas dos seus parceiros internacionais. Tal deve ser interpretado porque um dos motivos para a transformação em Partido prendera-se precisamente com a procura de alargamento a outras sensibilidades à esquerda, nomeadamente de recentes dissidentes do PCP (grupo de Sottomayor Cardia, António Reis e Marcelo Curto). Neste contexto, a declaração de princípios do novo partido propunha-se “realizar a síntese das várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade”. Partindo da ideia “que uma democracia de Estado sem democracia de base” corria “o risco de se afastar do povo, e que uma democracia de base sem democracia de Estado” corria “o risco de cair ou na inoperatividade ou no totalitarismo”, eram criticados tanto os “modelos burocráticos e totalitários que, por razões históricas e contrariamente à inspiração essencial do marxismo, o socialismo seguiu em certos países”, como “as miragens de sociedades que só formalmente se apresentam como democráticas” e repudiados com vigor os movimentos que afirmando-se “social-democratas” ou “socialistas” acabavam por conservar, “deliberadamente ou de facto, as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo”⁷⁴⁴.

⁷⁴² Entrevista de Mário Soares a Mário Mesquita, Fevereiro de 1972, transcrita em SOARES, Mário. (1975), *Escritos do Exílio*, Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 118-121.

⁷⁴³ “Destruir o sistema construir uma nova vida”, relatório de Mário Soares apresentado no Congresso da ASP de 19-4-1973, reproduzido em livro SOARES, Mário. (1975), *Escritos do Exílio*, Lisboa, Livraria Bertrand, p. 313.

⁷⁴⁴ Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, Lisboa, Portugal Socialista, 1973.

Seguindo esta posição, o programa do partido defendia um “processo de desenvolvimento económico rápido”, apoiado na planificação económica, reforma agrária e nacionalização de empresas, devendo o sector privado ficar reduzido “aos domínios não decisivos” da economia⁷⁴⁵. Ao tomar conhecimento do conteúdo do programa do partido, cuja elaboração se deveu precisamente aos novos aderentes, Soares considerou-o “excessivamente radical e irrealista”, nomeadamente no tocante à amplitude das nacionalizações e à marginalização da iniciativa privada⁷⁴⁶. Não tendo conseguido alterar o conteúdo do programa, escreveu uma introdução onde explicava que tinham sido adoptadas “soluções controversas de tipo particularmente polémico” que estavam longe de ser unânimes⁷⁴⁷. A ideia de que era necessário construir um partido o mais abrangente possível obrigavam-no a fazer este tipo de cedências.

Esta ambiguidade seria a breve trecho colocada à prova quando, no seguimento da queda do Estado Novo, o país assistiu a profundas transformações políticas, económicas e sociais que abriam caminho à implementação de muitas das medidas programáticas preconizadas pelos socialistas portugueses que, rejeitando tanto os modelos socialistas da Europa de Leste como os modelos sociais-democratas da Europa Ocidental, procuravam alcançar um compromisso entre um modelo democrático-parlamentar pluralista e a ruptura com a organização capitalista da economia.

A quadratura do círculo

Regressado do exílio, Mário Soares continuou a recusar o rótulo da social-democracia. No entanto, descrevia o PS como uma formação política onde confluíam três grandes correntes: a do socialismo oriundo do marxismo não dogmático, na qual se incluía; a do socialismo humanista, com raízes em Antero e Sérgio, que por vezes também designava como social-democrata; e o humanismo cristão representado pelos católicos progressistas⁷⁴⁸.

Na sequência do Congresso do PS, realizado em Dezembro de 1974, e da derrota de Manuel Serra, defensor de uma aproximação ao PCP, o líder socialista repudiou mais

⁷⁴⁵ Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, Lisboa, Portugal Socialista, 1973.

⁷⁴⁶ Susana Martins, “A fundação do Partido Socialista em 1973”, in CANAS, Vitalino (org.). (2005), *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta Editora, 2005, pp. 44.

⁷⁴⁷ Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, Lisboa, Portugal Socialista, 1973.

⁷⁴⁸ Ver, por exemplo: declarações de Mário Soares à imprensa no regresso de uma reunião da IS, *Diário de Notícias* 2-7-1974, p. 7; discurso de Mário Soares no comício do PS em Braga, *Diário de Notícias* 22-7-1974, p. 7; entrevista de Mário Soares ao *Expresso* 12-10-1974, p. 21; discurso de Mário Soares no comício do PS em Sacavém, *Diário de Notícias* 16-11-1974, p. 4.

uma vez a possibilidade de vir a ser um leal gestor do capitalismo, recusando também alinhar no que designava por “verbalismo revolucionário”, e defendeu a formulação de um modelo singular, adaptado às especificidades portuguesas (país europeu e atlântico com fundas ligações aos países do terceiro mundo), que não seguisse os modelos alheios da social-democracia (experiência política dos países superdesenvolvidos da Europa) ou das democracias populares (onde escasseavam as liberdades)⁷⁴⁹.

Se no início do Congresso Soares estava preocupado com a hipótese de uma cisão de militantes moderados do norte do país, que ameaçavam ingressar no PPD, pelo que abrisse a reunião com referências ao socialismo em liberdade, a surpresa constituída pela aparição da lista de Serra, fê-lo terminar com vivas “à revolução socialista”⁷⁵⁰. É esta constante necessidade de adaptação às tensões existentes tanto no interior do partido como no país que devemos ter em conta.

O rápido crescimento do partido e a necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio entre a ala esquerda e a ala moderada do PS fizeram com que o posicionamento inicialmente muito claro da direcção do PS neste domínio se tenha tornado cada vez mais ambíguo e causador de polémicas. Em Outubro de 1974, quando a convite de Mário Soares uma delegação dos partidos sociais-democratas nórdicos chefiada pelo Primeiro-ministro sueco Olof Palme chegou a Lisboa, registaram-se incidentes entre militantes socialistas e populares democratas que proclamavam a sua filiação social-democrata, enquanto a delegação da JS distribuía panfletos atacando a social-democracia sueca⁷⁵¹. Em Fevereiro de 1975 no rescaldo de uma operação de recolha de fundos promovida na Holanda para apoio à “social-democracia em Portuguesa”, cujos fundos foram canalizados para a Associação António Sérgio, Mário Soares e Salgado Zenha foram forçados a reafirmar a inviabilidade da social-democracia em Portugal⁷⁵². No entanto, nesse mesmo mês, em entrevista ao jornal de tendência social-democrata *Le Novel Observateur*, Soares afirmou que se tivesse de

⁷⁴⁹ Entrevista de Mário Soares ao *Século Ilustrado*, 21-12-1974, transcrita em SOARES, Mário. (1975), *Democratização e Descolonização, dez meses no governo provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 231.232.

⁷⁵⁰ “Results of socialist party congress: from «socialist in liberty» to «socialist revolution»”, telegrama da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado, 27-12-1974, Lisbom 05642, State Department Cables.

⁷⁵¹ *Diário de Notícias*, 28-10-1974, p. 9. Este episódio levou Sá Carneiro a escrever uma carta a Mário Soares, onde depois de relatar a situação caricata, afirmava que embora não reivindicasse o exclusivo da social-democracia, tão pouco poderia o poderia reconhecer ao PS “que dela manifestamente se não reclama”, refutando ainda a ideia defendida por Soares que o PPD era um partido liberal. Carta de Sá Carneiro a Mário Soares, 10-11-1974, FMS, Arquivo MS, Correspondência 1974, pt. 0539.060.

⁷⁵² Entrevista de Mário Soares ao *Jornal de Notícias*, 18-2-1975, transcrita em SOARES, Mário. (1975), *Democratização e Descolonização, dez meses no governo provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 279.

optar entre um “capitalismo de Estado de fachada socialista” como afirmava existir na União Soviética e nas democracias populares, e o socialismo sueco, a sua escolha recairia neste último, pois este tinha produzido uma “sociedade mais humana e mais livre que muitas outras”⁷⁵³.

O argumento de que devido a especificidades económicas, sociais e culturais, a social-democracia não tinha aplicabilidade em Portugal foi diversas vezes usado pelo líder socialista, nos meses que antecederam as eleições para a Constituinte, quando confrontado com a acusação de que o PS era um partido social-democrata e que beneficiava dos apoios e solidariedade internacionais com base neste posicionamento⁷⁵⁴. Num debate com Álvaro Cunhal promovido pelo TV francesa, Soares reafirmou que a social-democracia era inviável num país como Portugal, que sempre afirmara não ser social-democrata mas que tinha amigos sociais-democratas e que se fosse alemão “votaria sem dúvida em Willy Brandt”, pelo que se colocava ao lado do líder comunista se se tratava de repudiar a social-democracia em Portugal⁷⁵⁵.

O progressivo fim da equidistância

Começava então, a verificar-se um progressivo afastamento da equidistância inicial e uma aproximação, embora que ténue, à social-democracia. Mas, somente no início de Novembro de 1975, entrevistado por Marcelo Rebelo de Sousa, então dirigente do PPD, embora continuando a rejeitar designar o PS como um partido social-democrata, Soares afirmou que era muito difícil fazer distinções entre o socialismo democrático e a social-democracia e que um dia haveria que esclarecer o que era a social-democracia, porque existiam “em matéria política certas expressões” que tomavam um conteúdo que evoluía com as realidades políticas e que por vezes adquiriam “um sentido pejorativo que não deveriam tomar”. Feita esta observação defendeu que o PPD era um partido liberal e não um partido social-democrata, porque não possuía uma base sociológica operária e embora nele se encontrassem personalidades que poderiam estar no PS, existia também uma ala direita que chegava a ultrapassar o CDS⁷⁵⁶. Ainda incapaz de se definir como social-democrata, Soares

⁷⁵³ Entrevista de Mário Soares ao *Le Novel Observateur*, 24-2-1975, transcrita em SOARES, Mário. (1975) *Democratização e Descolonização, dez meses no governo provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 288.

⁷⁵⁴ Por exemplo: Entrevista de Mário Soares ao *Expresso*, 12-4-1975, caderno *Expresso Eleições*, p. II.

⁷⁵⁵ *Diário de Notícias*, 3-7-1975, p. 2; *Expresso*, 26-7-1975, p. 5.

⁷⁵⁶ *Expresso*, 8-11-1975, p. 13.

recusava que outros partidos assumissem essa identidade por inexistência de uma efectiva ligação aos meios operários, apesar de ter consciência que em Portugal só o PCP tinha essa base sociológica⁷⁵⁷.

Ultrapassado o auge revolucionário, no início de 1976, quando questionado por Dominique Pouchin sobre este tema, afirmou que a diferença entre o socialismo democrático e a social-democracia era subtil e que a fronteira era imprecisa, que não pretendia propriamente fazer uma revolução, mas antes resolver os problemas dos trabalhadores, esclarecendo: “o único critério que me interessa é o de saber se a política utilizada beneficia ou não os trabalhadores. Como negar que a social-democracia alemã conseguiu melhorar, em proporções consideráveis, as condições de vida das classes desfavorecidas? A revolução não é em si uma entidade metafísica: é somente um meio de resolver os problemas concretos dos homens. Não se faz uma revolução quando se reduz à miséria, ao constrangimento e ao silêncio”. Defendeu ainda que “para caminhar para a igualdade e repartir equitativamente os bens”, era antes de mais necessário produzir através do trabalho, riqueza” e que tinha sido nos países escandinavos onde mais longe se tinha ido nesse sentido, pelo que advogava como via mais segura para o socialismo “o melhoramento progressivo das condições de vida dos trabalhadores”, uma vez que assim se preservava “um bem precioso e muitas vezes duramente conquistado: a liberdade”. No entanto, continuava a recusar a transposição para Portugal daquilo que designava como “social-democracia tradicional”, uma vez que o capitalismo português “atrasado e parasitário, alimentado pelo colonialismo e mantido pela ditadura” não tinha produzido verdadeiras forças susceptíveis de serem associadas às transformações necessárias, pelo que era necessário “saltar alguns degraus na escada”. Este facto e aquilo que designava pelas “nuances do vocabulário político” de Portugal, que lembrava, faziam com que alguém que se declarasse social-democrata arriscasse a excomunhão, levavam-no a recusar o rótulo da social-democracia e a preferir o do socialismo-democrático⁷⁵⁸.

Nas vésperas das eleições legislativas de Abril 1976, seria a vez de Francisco Sousa Tavares, confrontar o líder socialista com a ideia de que o verdadeiro socialismo não podia ser feito em liberdade, pois implicava uma revolução total e a transformação

⁷⁵⁷ Em 1973, ao defender uma aproximação ao PCP, Soares justificou esta posição dado os comunistas terem “uma implantação efectiva (e tradicional) na classe operária”, característica que o PS não dispunha. “Destruir o sistema construir uma nova vida”, relatório de Mário Soares apresentado no Congresso da ASP de 19-4-1973, reproduzido em livro SOARES, Mário. (1975), *Escritos do Exílio*, Lisboa, Livraria Bertrand.

⁷⁵⁸ POUCHIN, Dominique. (1976), *Portugal: que revolução? Mário Soares, diálogo com Dominique Pouchin*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, pp. 87-94.

súbita das estruturas sociais, e que o socialismo em liberdade referido por Soares equivaleria sempre a uma política social-democrata. Concordando com o entrevistador, o líder socialista defendeu que a social-democracia não deveria ser vista apenas como um processo que conduzia à correcção dos aspectos mais agressivos do capitalismo, mas como um processo compatível com a democracia política que tinha como fim último a construção da sociedade socialista. Nesse sentido, afirmou desejar transformar a sociedade, mas sublinhou a necessidade de se tomarem opções pragmáticas, criticou que as discussões se centrassem no domínio da ideologia e defendeu a necessidade de se resolverem os problemas concretos do país, pelo que a prioridade passava por “fazer a recuperação financeira e económica do país”, sendo para isso necessário “fomentar e encorajar o sector privado e o sector público”, devendo a questão do socialismo ser um problema colocado “para depois”. Referindo-se mais uma vez aos países nórdicos, defendeu que nesses países a economia já não era totalmente capitalista mas que ainda não era socialista e que certo tipo de reformas conduziam a uma situação que poderia vir a ser de ruptura e que então seria possível passar a um novo estágio. Soares continuava assim a insistir na possibilidade de conciliação entre liberdade e a realização de rupturas, embora já não advogasse a necessidade de uma “verdadeira revolução” que alterasse as estruturas tradicionais do país como defendera no congresso fundacional do PS ou “a destruição do capitalismo – e não a simples correcção das suas injustiças mais gritantes – para em seu lugar” construir “uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista”, como defendeu no Congresso de Dezembro de 1974. De facto, na sequência do 11 de Março, tinham já sido realizadas profundas alterações na estrutura económica do país com as nacionalizações e ocupações de propriedades. Um ano após estes acontecimentos, Soares mostrava-se disposto a congelar o socialismo e preparava-se para se tornar, não um leal gestor do capitalismo, que estava em estado comatoso, mas no seu reabilitador, mantendo, apesar disso, ainda acesa a chama da “sociedade socialista ideal”⁷⁵⁹.

Seis meses mais tarde, no II Congresso do PS (Outubro 76), já na qualidade de primeiro-ministro do I Governo Constitucional, Soares reafirmou a sua fidelidade ao programa do partido e defendeu que era possível alcançar o socialismo sem recurso a métodos antidemocráticos, mas que era preciso avançar “por fases levando em conta as condições objectivas da realidade portuguesa”. Ora, em seu entender essas condições não estavam reunidas, não sendo ainda possível instituir uma “democracia avançada”,

⁷⁵⁹ Entrevista de Mário Soares ao jornal *A Capital*, 23-4-1976.

mais progressista do que a defendia em França pela “unidade da esquerda”, ou em Itália pelo “compromisso histórico”, pois “a força das coisas tem muita força e condiciona necessariamente todas as opções”. Em seu entender em primeiro lugar era necessário garantir que essa “democracia avançada” fosse “viável economicamente” e que não deixasse os “mecanismos económicos de mercado fundamentais ao desenvolvimento de qualquer país que queira conservar a democracia política”. Mais uma vez Soares demonstrava o seu pragmatismo e tacto político, alimentado a ala esquerda do partido com o sonho, a médio-prazo, de uma democracia avançada progressista e de criação um “modelo original de transição por fases para o socialismo, baseado na coexistência concorrencial entre os sectores público e privado, em formas de economia mista e no fomento do cooperativismo”. Até lá, e como “o povo não come ideologia”, havia que promover a reconstrução económica do país⁷⁶⁰.

Somente em Fevereiro de 1979, quando o país era dirigido pelo governo de iniciativa presidencial liderado por Mota Pinto, no III Congresso do PS, é que Soares defendeu que ocupando o PS todo o espaço da esquerda não comunista, podia e devia englobar os sociais-democratas no sentido europeu do termo, tal como acontecia com os partidos socialistas, trabalhistas e sociais-democratas da Europa. A diferenciação entre o socialismo democrático do Sul da Europa e o trabalhismo e social-democracia do Norte deixava finalmente de ter significado⁷⁶¹.

O legado

Não foram apenas os comunistas e a extrema-esquerda os responsáveis pela aversão ao termo “social-democracia” em Portugal. O PS e o seu líder tiveram, como observamos, a sua quota de responsabilidade. Décadas mais tarde, Soares viria a defender que o programa aprovado no Congresso do SPD de Novembro de 1959 (Bad Godsberg), que constituiu um ponto fundamental na afirmação da linha social-democrata, protagonizada pelo recém eleito presidente da Câmara de Berlim, Willy Brandt, fora sempre para o PS “um marco de referência importante, independentemente dos radicalismos do Programa do Partido Socialista, aprovado em Paris antes da

⁷⁶⁰ Relatório de Mário Soares ao II Congresso do PS, 30-10-1976, FMS, Arquivo Histórico do PS, Órgãos Nacionais, Congressos, Pasta 00767.003.

⁷⁶¹ “Confiar no PS, apostar em Portugal”, relatório de Mário Soares ao III Congresso do PS, 22-2-1979, FMS, Arquivo Histórico do PS, Órgãos Nacionais, Pasta 4385.68.

revolução”⁷⁶². Contudo este radicalismo não era exclusivo desse programa inicial, que sofreu até alguma radicalização no I Congresso. Quer nos seus relatórios, enquanto secretário-geral, quer nos seus discursos e entrevistas, Soares nunca se revelou um adepto da social-democracia, revelando-se até particularmente crítico. A existir, esta influência importante da social-democracia terá sido reprimida, ao nível discursivo, durante grande parte da década de 70. No entanto, sempre que a nível prático e da acção política foi colocado entre o binómio socialismo/liberdade, Soares optou claramente pela liberdade. Logo no I Congresso, em Dezembro de 74, apesar de ter defendido com o mesmo entusiasmo o sucesso da democracia pluralista e o sucesso da experiência revolucionária em curso, Soares defendeu que era necessário estabelecer prioridades e que naquela altura tal prioridade passava por garantir o sucesso da democracia pluralista. Portugal não foi assim a excepção que confirmou a regra. O sucesso da democracia pluralista implicou o insucesso da experiência revolucionária em curso. Também aqui não se alcançou a almejada quadratura do círculo.

A maleabilidade de Soares permitiu-lhe permanecer como interlocutor privilegiado da social-democracia europeia durante o período mais conturbado da revolução portuguesa e evitar que o PPD viesse a ocupar esse importante papel. A sua acção impediu a fragmentação do PS no final de 1974, dilacerado por tensões entre a sua ala esquerda e a ala social-democrata bem patentes no primeiro congresso do partido. Além de mérito próprio, o líder do PS beneficiou ainda da inicial indecisão do PPD relativamente à sua filiação internacional. Desta dinâmica resultou um quadro político-partidário original em que os dois maiores partidos se reclamam herdeiros da social-democracia.

⁷⁶² AVILLEZ, Maria João. (1996), *Soares, democracia*, Lisboa, Público, p. 146.

Os saneamentos políticos no *Diário de Notícias* no “Verão Quente” de 1975

Pedro Marques Gomes

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

A 15 de Agosto de 1975 o *Diário de Notícias* avisava os seus leitores de que tinha tomado conhecimento de um documento, elaborado por um grupo de trinta trabalhadores, no qual questionavam a orientação do jornal. Era o início de um duro conflito laboral, que rapidamente ultrapassou as portas do velho diário da Avenida da Liberdade, tornando-se um dos casos mais mediáticos do Portugal revolucionário, no que aos órgãos de Comunicação Social diz respeito. Neste artigo procuraremos analisar, de forma necessariamente sintética, o processo que deu origem ao saneamento de parte desses jornalistas, apresentando os seus principais desenvolvimentos.

O *Diário de Notícias* e a agitação revolucionária

Ao tentar sintetizar a realidade complexa dos média entre 1974 e 1975, Mário Mesquita apresenta três tendências dominantes que percorreram o período, referindo-se aos “herdeiros do antigo regime, que procuravam retardar o pleno desmantelamento dos mecanismos censórios”, aos “defensores de teses revolucionárias e vanguardistas” que eram favoráveis “à adopção de formas de censura *a posteriori*” e aos “partidários de concepções pluralistas do sistema de comunicação social”, defendendo o fim da repressão administrativa⁷⁶³. De facto, a par das múltiplas transformações políticas e sociais, a revolução de Abril de 1974 acarretou diversas alterações no sector da Comunicação Social, sendo a tese de que existiu uma luta constante pelo controlo da orientação dos média, e da imprensa em particular, praticamente consensual nas obras que se debruçam sobre o tema⁷⁶⁴. A este respeito, o exemplo do *Diário de Notícias* (*DN*) é particularmente elucidativo, como nos mostram os investigadores Seaton e Pimlott:

⁷⁶³ MESQUITA, Mário (1994), “Os Meios de Comunicação Social”. In: António Reis (Coord.) *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 360-361.

⁷⁶⁴ Cf., além da obra já citada, Francisco Rui Cádima (2001), “Os Média na Revolução”. In: J. M. Brandão de Brito (Coord.) *Revolução e Democracia – O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 321-358.

“A situação mais dramática (mas, também, a mais previsível) foi a do *Diário de Notícias*, o matutino de Lisboa de maior circulação, que tinha sempre seguido as posições do antigo regime. Em 1974, o *Diário de Notícias* transcrevia fielmente os procedimentos do congresso da União Nacional Portuguesa (o partido do governo). Em Abril de 1975, reportava com a mesma calma e tom referencial os encontros da central sindical comunista, Intersindical. Os mesmos jornalistas escreviam da mesma maneira, com a mesma aceitação da autoridade política prevalecente”⁷⁶⁵.

Cerca de um ano após a revolução, o contexto político-militar vivido é de duros confrontos. O pós-11 de Março de 1975 é caracterizado por ser um período de crescente hegemonia dos sectores afectos ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves e ao PCP. Por outro lado, acontecimentos que vão ocorrer já em Julho e Agosto, como a queda do IV Governo Provisório, a constituição do frágil V Governo Provisório e a “epidemia de planos” surgidos são os que maiores consequências produzem em termos da correlação das forças em presença⁷⁶⁶. Assim, em pleno «Verão Quente» de 1975 o Partido Socialista (PS) assumia uma importância que até então não havia atingido. À legitimidade eleitoral adquirida com o resultado das eleições para a Assembleia Constituinte (em Abril) juntava-se o novo papel no processo revolucionário rumo ao socialismo. O PS sentia-se, assim, “legitimado para desempenhar um papel determinante na defesa de uma via democrático-pluralista e erigir-se em obstáculo à hegemonização da revolução por uma aliança entre o MFA e o Partido Comunista”⁷⁶⁷.

O controlo da opinião pública, através dos órgãos de Comunicação Social, revelava-se de grande importância na luta mais ampla de definição do tipo de regime político a implementar em Portugal e os partidos políticos, nomeadamente o PCP, rapidamente perceberam isso:

“O PCP conseguiu aqui igualmente importantes resultados, aproveitando muito bem a confusão criada nas redacções e, quando esta não é suficiente, jogando com o domínio dos sindicatos dos tipógrafos e outros trabalhadores para obter resultados. Basta referir que, ao fim de alguns meses, o PCP é a força dominante nas principais estações de rádio, na RTP e em periódicos tão importantes como o *Diário Popular*, *O Século* e o *Diário de Notícias*”⁷⁶⁸.

⁷⁶⁵SEATON, Jean e PIMLOT, Ben. (1983), “The Portuguese media in transition”. In: K. Maxwell (dir.) *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, Connecticut, Greenwood Press, p. 102.

⁷⁶⁶ Cf. REZOLA, Maria Inácia. (2006), *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação, pp. 255-278.

⁷⁶⁷ REIS, António. (1993), “A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização”. In: António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol.6, Lisboa, Publicações Alfa, p. 44.

⁷⁶⁸ TELO, António José. (2008), *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*, Vol. I, Lisboa, Presença, p. 58.

Efetivamente, casos como os que vão ocorrer no jornal *República*, na *Rádio Renascença*, na *RTP* ou no *DN*, ainda que com características que os distinguem, permitem-nos perceber o papel de relevo que os média assumiram ao longo do processo revolucionário. Sendo o diário de maior circulação nacional, o *DN* sofreu as consequências dos avanços e recuos dos centros de poder político-militares, mas contribuiu, também, através do conteúdo das suas páginas e das polémicas em que se envolveu, para agudizar os conflitos que foram ocorrendo.

Durante o «Verão Quente», o *DN* era dirigido por Luís de Barros e José Saramago, duas figuras ligadas ao PCP. Refira-se que os diretores, logo no início das suas funções, haviam alertado para o rumo que pretendiam incutir no jornal, o qual, tendo em conta as afirmações então proferidas, pretendiam seguir rigorosamente. O diretor, Luís de Barros, deixara patente que o *DN* devia “acompanhar o exemplo de perseverança e coragem do MFA” e tinha de estar “voltado para a defesa dos interesses do povo português, indo, porventura, à frente do processo revolucionário em curso”⁷⁶⁹. Já o seu adjunto afirmara, no seu discurso de tomada de posse, que o jornal passaria a “ser um instrumento para a construção do socialismo” e quem não estivesse “empenhado nesse projecto” seria “melhor abandonar o *DN*”⁷⁷⁰.

O estudo realizado por João Figueira sobre o conteúdo noticioso do *DN*, no Verão de 1975, revela que as promessas feitas pela nova direção aquando da sua tomada de posse foram cumpridas de forma clara. Assim, “o PCP, o MFA e o general Vasco Gonçalves foram, respetivamente, o partido, a instituição e a figura que mais vezes foram referidos nos títulos do jornal” e essas referências foram feitas “sempre de forma elogiosa e com maior destaque e acesso ao espaço do jornal que os opositores ao conteúdo proposicional apresentado pelo jornal.” Por outro lado, o investigador conclui que apesar de o PS e o seu líder, Mário Soares, surgirem, “igualmente, muito bem colocados quanto ao número de referências noticiosas e títulos com base nos seus nomes”, “em 90 por cento dos casos, os títulos relativos ao secretário-geral socialista dizem respeito a notícias que lhe são desfavoráveis”⁷⁷¹. Foi precisamente o conteúdo noticioso do *DN* que deu origem a múltiplas manifestações em frente às suas instalações, fazendo o jornal eco das mesmas e apontando o Partido Socialista como o seu principal responsável. Em frente às portas do *DN* gritavam-se frases como “O

⁷⁶⁹*Diário de Notícias*, 10 de Abril de 1975, p. 1.

⁷⁷⁰*Diário de Notícias*, 10 de Abril de 1975, p. 2.

⁷⁷¹ FIGUEIRA, João. (2007), *Os Jornais como actores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*, Coimbra, Minerva Coimbra, p. 97.

Diário de Notícias é do Povo não é de Moscovo”, ao mesmo tempo que os *Apontamentos*, publicados na primeira página do jornal sob responsabilidade da direção, provocavam polémica sobretudo nos sectores político e militar. Comentando o jornalismo praticado na época, Luís de Barros lembra que “se fazia política em todo o sítio” e, por isso, “os jornais, evidentemente, eram, por excelência, meios para a comunicação política”. No entanto, recusa terminantemente a ideia de que o *Diário de Notícias* esteve ao serviço do PCP, dizendo que “o *DN* tinha o seu Estatuto Editorial e regia-se unicamente por ele”⁷⁷².

O início do processo: do «Documento dos 30» ao saneamento dos jornalistas

Em paralelo com a agitação vivida extra muros do *DN*, são vários os jornalistas que descrevem o ambiente vivido na redação como tenso. Salientam, entre outras coisas, a existência de alguns conflitos entre trabalhadores com diferentes posicionamentos político-ideológicos e a prática de censura. Neste sentido, é sobre a atuação da direção do jornal, especificamente do diretor-adjunto, que recaem a maioria das críticas dos redatores, tendo mesmo alguns chegado a ser afastados no início da atividade da direção Barros/Saramago⁷⁷³. No entanto, segundo os relatos dos jornalistas, o trabalho da redação era também condicionado pela Tipografia e pela Comissão de Trabalhadores, fortemente politizada, que reclamava um poder mais elevado sobre os conteúdos das peças jornalísticas⁷⁷⁴.

Este ambiente, descrito por alguns jornalistas do *DN*, foi o mote para um grupo escrever um documento, que resumia as suas principais críticas à direção do jornal:

- 1) O “crescente descrédito” sobre o jornal, aferido através das recorrentes “contestações e desmentidos” de “vastíssimos sectores de público leitor, como do MFA e dos centros de decisão político-militares”;
- 2) a “acentuada dificuldade e risco” que os jornalistas encontram quando, no âmbito do seu trabalho, necessitam de contactar a população, “que lhes não esconde a sua hostilidade” quando identificam o jornal para o qual trabalham;

⁷⁷² Cf. FIGUEIRA. *op. cit.*:198-199.

⁷⁷³ Note-se que o afastamento de trabalhadores do *DN* tem início logo em Junho de 1974, com o saneamento do diretor, administradores e outros trabalhadores, acusados de terem ligações ao anterior regime. Esta foi, aliás, uma realidade que se verificou na grande maioria dos jornais da época.

⁷⁷⁴ Cf. GOMES, Pedro Marques. (2011), *Imprensa e Revolução: os saneamentos políticos no Diário de Notícias no «Verão Quente» de 1975*. Tese de Mestrado, Lisboa, ESCS, pp. 37-40.

- 3) o “evidente sectarismo que resulta da matéria opiniosa inserta do jornal”. Segundo os «30», este é um “sector reservado a uma minoria com cujas tomadas de posição não se solidariza grande parte dos redactores, bem como de outros trabalhadores”;
- 4) o apoio ao chamado «Documento Correia Jesuíno», cuja pretensão é “restabelecer a censura à Informação em Portugal”;
- 5) o “evidente desprezo que as cúpulas da Redacção têm manifestado pelo Estatuto Editorial do *Diário de Notícias*”;
- 6) a “orientação deste jornal que o povo paga do seu bolso”.

O documento foi então divulgado pela redacção, sendo subscrito por 30 dos pouco mais de 60 jornalistas que integravam a redacção, razão pela qual virá a ser conhecido como «Documento dos 30». No grupo encontravam-se jornalistas de vários quadrantes políticos e, muito embora tivessem motivações diferentes quanto aos objetivos do movimento, existia um consenso contra a orientação do jornal, como revela Manuela de Azevedo:

“Não estávamos todos alinhados nas mesmas ideologias. Mas havia entre nós um denominador comum que nos unia, essa recusa ao desrespeito pelo pluralismo, esse atropelo à verdade que era em pleno gonçalvismo a Imprensa portuguesa e, muito particularmente, o nosso jornal. Para mim e só por mim quero falar – era afrontoso o sectarismo”⁷⁷⁵.

No que diz respeito à forma como o documento foi divulgado, este foi entregue, em simultâneo, a três órgãos diferentes da Empresa Nacional de Publicidade (ENP): ao Conselho Geral de Trabalhadores, à Administração da ENP e à direção do *DN*. No entanto, ao mesmo tempo, terá sido divulgado a alguns órgãos de Comunicação Social, com um claro objectivo de não confinar esta luta às paredes do *DN*. José Saramago relata da seguinte forma a entrega do documento à direção do jornal:

“O Luís de Barros estava de férias no Algarve, portanto, eu era o responsável pelo jornal e um dia entram três ou quatro jornalistas no meu gabinete com um papel onde manifestavam em nome de 30 jornalistas (os tais que depois se reduziram a 24) a sua discordância com a linha editorial. E pediam, ou melhor, exigiam a publicação no dia seguinte de um comunicado. E eu disse a esses jornalistas que «sim, senhor» mas que havia no jornal uma entidade superior a quem eu teria de submeter a apreciação do documento, que era o Conselho Geral de Trabalhadores. Eles foram-se embora e eu mandei chamar um ou dois dos responsáveis do Conselho Geral

⁷⁷⁵*O Dia*, 14 de Agosto de 1976, p. 2.

dos Trabalhadores e disse-lhes: «Tenho aqui esta coisa. Vocês convoquem para hoje à noite o conselho com as pessoas que estiverem aí, isto é algo de urgente»⁷⁷⁶.

O documento acabou por não ser publicado, mas o primeiro de três longos e conturbados plenários, realizados em Agosto, aconteceu logo nessa noite. No dia seguinte, o «Documento dos 30» é divulgado pelo *Expresso* e o *Diário de Notícias* publica na sua primeira página um aviso aos leitores, no qual acusa os subscritores do documento de serem “um pequeno grupo de provocadores infiltrados” na empresa e classifica o documento como “um miserável pasquim elaborado nas costas dos trabalhadores, e posto a circular no exterior antes de o plenário da empresa ter oportunidade de o apreciar e discutir”⁷⁷⁷. A polémica estava instalada e o caso começava a ser noticiado em toda imprensa nacional. Entretanto, dos 30 jornalistas, seis acabaram por afastar-se do grupo, apresentando várias justificações entre as quais o facto de não concordarem com a divulgação externa do documento.

A 18 de Agosto realiza-se mais um agitado plenário de trabalhadores. Além da decisão de suspender os jornalistas e de os submeter a uma comissão de inquérito que determinaria o seu futuro, salta à vista, precisamente como uma das principais críticas apontadas ao grupo de jornalistas, o facto de estes terem divulgado o documento no exterior do jornal antes de haver debate interno, o que não respeitava o Estatuto Editorial do *DN*.

Se os primeiros plenários serviram sobretudo de discussão sobre as críticas presentes no «Documento dos 30» - em que José Saramago rebate uma por uma dessas críticas e outros trabalhadores fazem acesas intervenções - o terceiro plenário vai mais longe, ordenando o saneamento, sem indemnizações, de 22 dos jornalistas. A estes 22 juntaram-se mais dois redatores que, tendo feito parte do grupo deste o início, não constaram da lista de saneados. Estava criado o «grupo dos 24», gozando o caso de uma forte mediatização, que virá a ser aproveitada pelos próprios e pelos seus apoiantes para difundirem os seus pontos de vista sobre o panorama informativo nacional. Senão vejamos: o «Caso dos 24», como ficara conhecido, originou intervenções na Assembleia Constituinte; múltiplas trocas de comunicados e de acusações entre o Sindicato dos Jornalistas, a Administração da empresa proprietária do *Diário de Notícias* e o próprio grupo de jornalistas; demonstrações de apoio aos «24» por parte de organizações de

⁷⁷⁶Cf. SILVA, João Céu e. (2009), *Uma Longa Viagem com José Saramago*, Lisboa, Porto Editora, pp. 54-55.

⁷⁷⁷*Diário de Notícias*, 15 de Agosto de 1975, p.1.

jornalistas e de partidos políticos; uma manifestação na Avenida da Liberdade e até uma reunião, entre o Presidente Costa Gomes e os diretores do *DN*, onde o caso foi abordado.

Finalmente, note-se que, apesar do afastamento dos jornalistas ter sido praticamente sempre referido como sendo um processo de saneamento, analisando *à posteriori* o caso, José Saramago diz tratar-se apenas de uma decisão de trabalhadores:

“Quando se fez que foi um saneamento, não o foi. Aquilo a que estamos a chamar saneamento – um processo em que pessoas apresentam um papel no qual manifestam o seu desacordo e exigem a uma entidade superior responsável que seja publicado – foi uma decisão, não sei se para bem ou para o mal, do Conselho Geral de Trabalhadores, que decide depois daquilo que o director-adjunto foi lá dizer e que, depois de este se ter retirado, promoveu um debate e decidiu pela suspensão e pelo processo disciplinar. É normal. Era absolutamente normal na época... Já me acusaram de tudo, até de ter feito censura, mas eu não o fiz...”⁷⁷⁸.

Efetivamente, as dúvidas sobre o papel do director-adjunto neste processo permanecem sem resposta concreta, sobretudo quando versões de outros jornalistas atribuem particular importância à sua postura em plenário, nomeadamente optando por não tentar evitar a tomada de uma posição mais radical por parte dos presentes, como refere Fernando Pires:

“Por bem piores que tenham sido tais coisas ditas por outros inflamados participantes do plenário, militantes da extrema-esquerda, estou em crer que uma palavra de Saramago poderia travar intenções de expulsão, como alguns proclamaram logo ali. Mas essa palavra, não a disse Saramago”⁷⁷⁹.

O director-adjunto, por sua vez, relativiza esta questão: “Eu não meti prego nem estopa no assunto. O único prego e estopa que meti foi a minha eloquência, se assim lhe querem chamar, mas aí eu só estava a expor razões”⁷⁸⁰. De qualquer forma, algo parece inequívoco, o saneamento dos redatores foi uma decisão tomada pela maioria dos trabalhadores presentes em reunião plenária (muito criticada, nomeadamente quanto à sua representatividade, votação de braço no ar, etc.) o que não afasta a ideia de que terá havido uma união de trabalhadores próximos do PCP no sentido de afastar os jornalistas, mas afasta, sim, a tese de que existe um único responsável pelo saneamento dos jornalistas.

⁷⁷⁸Cf. SILVA. *op. cit.*:56.

⁷⁷⁹PIRES, Fernando. (2012), *Os meus 50 anos no Diário de Notícias*, Lisboa, JM Edições, p. 74.

⁷⁸⁰Cf. SILVA. *op. cit.*:55.

O 25 de Novembro e a nova atitude face aos «24»

Apesar das múltiplas dúvidas que ainda subsistem quando aos complexos acontecimentos em torno do 25 de Novembro, o relatório de investigação sobre os seus desenvolvimentos revela que o “25 de Novembro veio, até certo ponto, pôr termo à predominância da influência das forças afectas ao PCP e extrema-esquerda na imprensa portuguesa”⁷⁸¹. Os média foram, no período que se seguiu, alvo de variadas reflexões, sendo praticamente consensual a tese de que tiveram grandes responsabilidades na criação do estado emocional que proporcionou o golpe.

Efetivamente, a 25 de Novembro é declarado o estado de sítio na área da Região Militar de Lisboa, sendo apenas levantado no dia 3 de Dezembro. Os jornais de Lisboa, entre os quais o *DN*, deixaram de se publicar, reaparecendo aos poucos durante o mês de Dezembro. No dia 27 de Novembro o Conselho da Revolução toma uma série de medidas, entre elas a demissão imediata de todos os membros em exercício das administrações e corpos sociais dos órgãos de comunicação estatizados, com destituição dos respetivos membros em exercício. Os administradores e diretores do *DN* são, portanto, suspensos, aos quais se juntam doze jornalistas, o que vem reacender a polémica sobre o controlo do jornal, uma vez que a nova direcção era constituída por dois militantes do PS. Entretanto, oito desses jornalistas suspensos demitem-se, apenas continuando os outros seis em situação de suspensão. Porém, a situação de desemprego durará pouco mais de um mês, visto que, no início de 1976, a maioria dos que se demitiram vão fundar um novo jornal, *O Diário*, dirigido por Miguel Urbano Rodrigues. Também grande parte do «Grupo dos 24» integra a fundação do jornal *O Dia*, sob direcção de Vitorino Nemésio. O *DN* voltaria às bancas no dia 22 de Dezembro, contando com os nomes de Vítor Cunha Rêgo e Mário Mesquita na sua direcção.

Embora o Conselho de Imprensa tenha concluído, logo em Janeiro, ser ilegal e ilegítimo o saneamento dos trabalhadores, considerando-o até um atentado à liberdade de expressão, será preciso esperar por Junho de 1976 para que os jornalistas saneados no Verão de 1975 tenham ordem para voltar ao velho diário da Avenida da Liberdade. Os novos administradores consideraram sem efeito o afastamento dos jornalistas, dando-lhes a possibilidade de regressarem ao jornal ou, no caso de preferirem,

⁷⁸¹ Relatório do Conselho de Imprensa. (1979), *A Imprensa escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1975)*, Lisboa, Edição do Conselho de Imprensa, p.71.

receberem uma indemnização. Nesse Verão voltariam apenas três jornalistas, embora o processo de reintegração tenha sido alvo de oposição por parte de alguns trabalhadores, que se recusavam a aceitar o regresso dos colegas.

Aparentemente o «Caso dos 24» havia chegado ao fim cerca de um ano após o seu início. O confronto travado em torno deste caso – amplamente explorado pela imprensa - ficava para trás, tal como o processo revolucionário.

Considerações finais

Apesar de sabermos que, “em termos gerais, o processo de saneamento não se regeu por estratégias claras nem por nenhum padrão coerente”⁷⁸² e que o caso por nós estudado não se enquadra na vaga de saneamentos, alicerçados em legislação, que atingiu os vários sectores da sociedade portuguesa logo após a revolução de Abril - os chamados «saneamentos legais», que se destinavam a indivíduos com ligação ao anterior regime – estamos perante um episódio que revela, desde logo, o elevado grau de conflitualidade que existiu entre correntes político-ideológicas distintas, ao longo do período revolucionário. Por outro lado, sendo este um processo conduzido por trabalhadores, sem suporte legal, os motivos estritamente político-ideológicos como justificação para o afastamento dos jornalistas ganham fundamento, enquadrando-se o caso nos chamados «saneamentos selvagens», muito embora subsista a dúvida – tal como acontece ainda, por exemplo, relativamente ao caso *República* - se na origem deste processo esteve sobretudo um descontentamento de nível laboral, adquirindo posteriormente uma dimensão política, ou se desde o início este foi um caso muito mais político do que do foro jornalístico.

Bibliografia

CÁDIMA, Francisco R. (2001), “Os «Media» na Revolução (1974-1976)”. In: J. M. Brandão de Brito (Coord.) *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 321-358.

⁷⁸² PINTO, António Costa. (1999), “Saneamentos políticos e movimentos radicais de direita na transição para a democracia”. In: Fernando Rosas (Coord.) *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Edições Colibri/FMS/IHC-UNL. p. 32.

- FIGUEIRA, João. (2007), *Os Jornais como Actores Políticos – O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*, Coimbra, Minerva Coimbra.
- GOMES, Pedro M. (2011), *Imprensa e Revolução: os saneamentos políticos no Diário de Notícias no «Verão Quente» de 1975*. Tese de Mestrado, Lisboa, ESCS.
- MESQUITA, Mário. (1994), “Os Meios de Comunicação Social”. In: António Reis (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 360-405.
- PINTO, António Costa. (1999), “Saneamentos políticos e movimentos radicais de direita na transição para a democracia”. In: Fernando Rosas (Coord.) *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Edições Colibri/FMS/IHC-UNL.
- PIRES, Fernando. (2012), *Os meus 50 anos no Diário de Notícias*, Lisboa, JM Edições.
- REIS, António. (1993), “A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização”. In: António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol.6, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 13-62.
- REZOLA, Maria Inácia. (2006), *Os Militares na Revolução de abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.
- SEATON, J. e PIMLOT, B. (1983), “The Portuguese media in transition”. In: K. Maxwell (dir.), *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*, Connecticut, Greenwood Press, pp 93-115.
- SILVA, João Céu e (2009), *Uma Longa Viagem com José Saramago*, Lisboa, Porto Editora.
- TELO, António José.(2008), *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*, Vol. I, Lisboa, Presença.

“Vocês ocupam e a lei há-de vir”. Poder militar na revolução portuguesa (1974-1975)

Maria Inácia Rezola

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL
Escola Superior de Comunicação Social – IPL

“Não devem estar à espera que legalmente saia um decreto a dizer que vocês podem ocupar. Vocês ocupam e a lei há-de vir”⁷⁸³.

Estas palavras proferidas por Luís Banazol, oficial do Regimento de Polícia Militar e destacado membro do MFA, em meados de 1975, perante uma delegação de ocupantes da herdade Torre Bela, é apenas um dos múltiplos exemplos de que nos podemos socorrer para exemplificar a complexidade da intervenção poder militar na revolução portuguesa.

O episódio tem um amplo significado, transcendendo largamente o caso específico em que se inscreve. Desde logo porque deixa patente um movimento, protagonizado por trabalhadores agrícolas, ativistas políticos e militares que sonham com a revolução camponesa. Expressão de uma sociedade que acha possível tomar o destino nas suas mãos, este processo não se circunscrever ao mundo rural, atingindo cidades, fábricas, escritórios, através das mais variadas expressões: manifestações, greves, saneamentos, ocupações, criação de comissões de moradores e de trabalhadores, experiências autogestionárias, etc.

As dimensões e características da mobilização social a que se assiste em Portugal, em 1974-1975, dão conta que o fenómeno não se limita a ser um reflexo ou resultado da descompressão social e política desses momentos. Como o demonstram os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos, Fátima Patriarca, C. Downs, Durán Muñoz e Diego Palacios⁷⁸⁴, determinante neste processo foi a fragilidade do Estado e a sua inação coerciva. A pulverização de centros de poder, a luta institucional e a crise do Estado a que se assiste vão criar as condições propícias para a emergência, desenvolvimento e consolidação dos movimentos populares.

⁷⁸³HARLAN, Thomas. (2004), *Torre Bela*. Coleccção 25 de Abril 30 anos O Público vol. 6. Lisboa, Público [DVD].

⁷⁸⁴ Cf. Bibliografia final.

O “caso da Torre Bela” permite-nos ainda refletir sobre a interação dos diferentes protagonistas da revolução portuguesa, nomeadamente no que diz respeito às ligações entre estes movimentos e as forças político-militares. É só depois de legitimados pelas palavras de Banazol que os trabalhadores da Torre Bela levam a cabo a ocupação do Palácio da herdade. Pouco depois, caberá ao Conselho da Revolução (CR), através dos seus Serviços de Vigilância Económica e Social, a emissão das credenciais para que a Comissão de Trabalhadores celebre contratos e a comercialize produtos. Exemplos de uma relação revolucionária, nem sempre suficientemente enfatizada, de um MFA que participa, dá o seu aval e protege ações populares. Mas um MFA que não está apenas representado no COPCON, na 5.^a Divisão ou na Polícia Militar, mas também em outros órgãos e centros de poder político-militar formais e informais.

Estas reflexões levam-nos a concluir que se a revitalização da sociedade civil foi um aspecto importante da revolução portuguesa, a sua intervenção é indissociável da emergência e atuação do MFA enquanto ator político. Assim, com este artigo, propomo-nos fazer uma breve apresentação da estrutura do poder militar, nos primeiros meses da Revolução (das origens do MFA ao 11 de Março de 1975). Trata-se de um trabalho exploratório e parcelar, inserido num projeto mais amplo em curso⁷⁸⁵, que, posteriormente, será alargado temporalmente e enriquecido com a integração de nova documentação (fontes orais e arquivísticas). Neste momento, centraremos a nossa atenção nos chamados centros de poder “formais” não descurando, no entanto, outras expressões e centros de poder político-militar. No final esperamos conseguir um retrato mais fiel da complexidade da estrutura do poder militar, das dimensões políticas das Forças Armadas (FA) e do seu lugar na Revolução portuguesa.

Primeiros passos

No princípio era o **Movimento das Forças Armadas** (MFA). As origens do MFA é dos assuntos mais estudados pelos investigadores que, como José Medeiros Ferreira, António Reis ou Sánchez Cervelló, se têm debruçado longamente sobre o período revolucionário. Situando as suas origens no Verão de 1973, estes autores dão-nos conta da rápida passagem de um movimento essencialmente corporativo nascido, a 9 de Setembro de 1973, para organizar a resposta aos célebres decretos-lei do ministro Sá

⁷⁸⁵ Projecto “Os militares e a transição para a democracia”, promovido pela Associação 25 de Abril em parceria com o IHC-FCHS/UNL e ISCTE- IUL.

Viana Rebelo, para um movimento que se propõem derrubar a ditadura, acabar com a guerra colonial e iniciar um processo de democratização.

Das várias conclusões que é possível retirar da análise do processo evolutivo do Movimento dos Capitães, da sua politização e metamorfose, destacaria duas. Antes de mais o facto de, desde cedo, ter existido uma extrema preocupação com a organização, apesar de alguns autores defenderem que “o MFA carecia inicialmente de uma estrutura formal”⁷⁸⁶. Logo no seu primeiro encontro, os capitães criam uma Comissão Coordenadora Provisória. A procura de uma organização mais eficiente leva a que, em inícios de Outubro, se promova a constituição de quatro comissões: Coordenadora, Consultiva, de Ligação e Ultramarina. Finalmente em Óbidos, a 1 de Dezembro de 1973, elege-se uma Comissão Coordenadora de 19 elementos⁷⁸⁷, que, dias depois, se estrutura em várias subcomissões⁷⁸⁸. A direção do Movimento é então entregue a Vítor Alves, Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho.

Ainda no que diz respeito ao processo evolutivo do Movimento, cabe também referir que a partir de Outubro de 1973, e da revogação dos decretos-lei que tinham promovida a sua inicial mobilização, tornar-se óbvio que o Movimento ultrapassou a fase das reivindicações corporativas. A questão do prestígio da instituição militar é recorrente, multiplicando-se os protestos contra a incapacidade do governo em o manter, e apontando-se cada vez mais para a política colonial como base deste problema. No entanto, se é possível afirma que, desde cedo, a guerra constitui um facto de unidade, na prática, o grau de politização do Movimento era relativamente restrito, sendo difícil detestar uma coesão ideológica do grupo. Na realidade, a maioria dos capitães politizou-se durante a conspiração e nos primeiros meses da Revolução.

Constituem exceção, a esta tendência geral, um restrito grupo de oficiais do Exército, onde pontifica o nome de Ernesto Melo Antunes, com um passado de militância antifascista, e alguns oficiais da Marinha que participam na conspiração na qualidade de observadores. Recorde-se que, apesar do desejo de se expandir aos outros ramos, o Movimento é essencialmente constituído por oficiais do Exército.

⁷⁸⁶ PALACIOS CEREZALES, Diego. (2011), *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIXe XX*, Lisboa, Tinta da China, p. 333.

⁷⁸⁷ Sobre a composição da Comissão Coordenadora, consultar SANTOS, Boaventura de Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela; COIMBRA, Maria Natércia. (1997), *O Pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, s.l., Edições Afrontamento-Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, p. 30.

⁷⁸⁸ A saber: Estudos da Situação, Ligação Interna (Metrópole e Ultramar), Estudos Psicológicos e Secretariado, e outra para estabelecer contacto com os restantes ramos das FA que ainda não tinham aderido ao Movimento. Sobre os oficiais que integram estas comissões ver CARVALHO, Otelo Saraiva. (1991), *Alvorada em Abril*, vol. I., Lisboa, Publicações Alfa.

Em termos políticos e organizativos, a situação na Marinha era substancialmente diferente da dos restantes ramos das FA⁷⁸⁹. Dispondo de um outro nível de militância, maturidade e organização política, os oficiais da Marinha que, desde cedo, mantém contactos com os Capitães, optam por não aderir formalmente ao Movimento, revelando o seu ceticismo quanto ao seu baixo grau de politização e objetivos⁷⁹⁰. Neste contexto, a génese do Programa do MFA constitui, em nosso entender, um dos aspetos mais interessantes do processo que conduziu ao 25 de Abril. Expressão da necessidade de clarificar o sentido político e objetivos do Movimento, o Programa procura dar corpo a um projeto com o qual as pessoas se solidarizassem e que permitisse impedir a apropriação e utilização do movimento. Martins Guerreiro recorda que a “preocupação fundamental” foi que este:

“Tivesse um programa político, com ideias claras, para que não restassem dúvidas de que tudo o que estava a ser feito era para criar uma democracia e não para substituir uma ditadura por outra. Não para pôr o Spínola a mandar como ele quisesse, ou o Kaulza de Arriaga, uma vez que ambos tentaram influenciar o movimento em benefício próprio”⁷⁹¹.

O debate do Programa é duro acabando por se traduzir na elaboração de um programa mínimo, nem sempre isento de ambiguidades, onde se esclarecem os objetivos centrais do Movimento: derrubar a ditadura, iniciar um período de transição e criar as condições para a instauração de uma democracia. No que diz respeito aos novos centros de poder, propõe um organigrama em as responsabilidades são repartidas por um órgão militar (Directório Militar, depois designado Junta de Salvação Nacional) e um civil (Governo provisório). Ao primeiro caberia gerir a situação até à constituição do governo provisório e fiscalizar a evolução do processo até à plena instauração de um regime democrático. Ao segundo eram atribuídas funções de gestão corrente até à realização de eleições legislativas e consequente formação do governo por elas legitimado. Determina-se ainda que a Presidência da República seria ocupada pelo presidente da JSN. A preocupação em garantir uma transição pacífica está também patente no facto de os Capitães terem previamente escolhido as duas figuras que

⁷⁸⁹ Sobre o assunto ver GUERREIRO, Martins. (1994), “O 25 de Abril e o Movimento na Marinha”. *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXIV, Jan.-Mar., p. 9-17 ou ainda Sánchez Cervelló, J. (1995), “Las Organizaciones Revolucionarias en el Contingente Obligatorio de las Fuerzas Armadas Portuguesas, 1972-1976” in *Portuguese Studies Review*, vol.3, n.º 2, p. 43-62.

⁷⁹⁰ Cf. Entrevista com comandante Costa Correia, Lisboa, 4 de Junho de 2002.

⁷⁹¹ in *A Capital*, 25/4/02.

ocupariam os lugares cimeiros da nova ordem. Assim, determinam que a Presidência da JSN seja atribuída a Francisco da Costa Gomes, reservado para António de Spínola a chefia das Forças Armadas (CEMGFA). Em suma, ao definir os novos órgãos de poder a instaurar depois de derrubada a Ditadura, o MFA previa a existência de uma tutela militar mas prescindia de qualquer lugar na nova estrutura de poder. Uma posição que, em última análise, revela que o objectivo dos capitães não era o de transformar o MFA num agente político da nova ordem.

Apesar destas precauções, a conjugação de uma série de fatores acaba por inviabilizar os iniciais planos dos Capitães, obrigando-os a redefinir a sua posição. Destes destacaria a explosão social a que se assiste, imediatamente depois de derrubada a ditadura; a alteração da cadeia de comando tradicional das FA; e, sobretudo, a posição assumida por alguns dos escolhidos para integrar os novos órgãos político-militares, nomeadamente por António de Spínola.

Os problemas começam com a constituição da JSN, que, conforme consta do Programa, teria a seu cargo exercício do poder político até à formação de um Governo Provisório Civil. Desde logo porque é integrada apenas por oficiais gerais, facto que provoca um profundo desagrado em alguns dos mais ativos elementos do Movimento dos Capitães. Além do mais, alguns desses oficiais não mereciam a sua confiança, sendo paradigmático o caso de Jaime Silvério Marques, preso no decurso da “Operação Fim de Regime”. Finalmente, o facto da presidência da JSN, não ter sido assumida por Costa Gomes, como inicialmente previsto, mas antes por António de Spínola⁷⁹². Expresso em algumas das suas intervenções enquanto governador da Guiné e em escritos como *Portugal e o Futuro*, o projeto de Spínola passava pela instauração de um regime presidencialista, uma transição musculada e gradual, e uma solução federativa de tipo referendário para as colónias. Estas propostas entram em contradição com os princípios consignados no Programa do MFA, que apontam para a realização de eleições para a Assembleia Constituinte no prazo de um ano e, sobretudo, para o “direito dos povos à autodeterminação”. Inicia-se então um duro e longo braço de ferro que terá como primeira consequência a **emergência do MFA como ator político**.

Referindo-se às semanas que se seguiram ao 25 de Abril, nas suas memórias políticas António de Spínola afirma que a JSN nunca foi “detentora do poder real, pois a Comissão Coordenadora, mantendo secretamente as estruturas revolucionárias, havia-se

⁷⁹² Sobre o assunto ver REZOLA, Maria Inácia. (2007), *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 51 e ss.

constituído em órgão de poder paralelo”⁷⁹³. A agravar a situação, a própria JSN estava longe de ser uma estrutura coesa e, num primeiro momento, à exceção de Spínola e Costa Gomes, os seus membros aparentam não dispor de projetos pessoais de poder.

A estrutura complexifica-se

O esquema constitucional avançado pelo Programa do MFA é consagrado e completado pela lei 3/74, de 14 de Maio. Aí se determina a existência, durante o período de transição pré-constitucional, de seis órgãos de soberania: Assembleia Constituinte, Presidente da República, JSN, Governo, Tribunais e **Conselho de Estado**.

Dispondo de amplo poderes, que ultrapassam largamente os que tradicionalmente lhe eram atribuídos, o processo de constituição do Conselho de Estado está envolto em alguma polémica. De composição tripartida, integra os sete elementos da JSN, sete representantes das FA designados pelo MFA e sete cidadãos de reconhecido mérito designados pelo Presidente da República. Segundo Spínola, a ideia de convidar os elementos da Comissão Coordenadora visava a sua neutralização política⁷⁹⁴. De facto, ao discursar na cerimónia de tomada de posse do novo organismo, António de Spínola anuncia estar completa “a estrutura política que presidirá ao País até à definição da nova lei fundamental”, devendo, por isso, os militares “regressar aos quartéis” orgulhosos de “haverem cumprido o seu dever”⁷⁹⁵. Os seus planos acabam, no entanto, por sair gorados dado que a integração no Conselho de Estado proporciona a primeira institucionalização do MFA.

A par deste reconhecimento legal do MFA enquanto ator político, as consequências da constituição do Conselho de Estado são mais amplas. No contingente das sete individualidades que lhe competia escolher, António de Spínola inclui dois oficiais da sua confiança: Rafael Durão e Almeida Bruno. Ou seja, do total de 21 elementos do Conselho, apenas cinco são civis o que nos permite afirmar que, na prática, estamos perante um novo centro de poder essencialmente militar.

Um das raras exceções a esta tendência é o primeiro governo provisório, empossado a 16 de Maio de 1974. Dirigido por Adelino da Palma Carlos, apenas conta com a presença de um militar (Firmino Miguel), responsável pela pasta da Defesa, sendo as restantes atribuídas a individualidades civil, representativas de diferentes

⁷⁹³ SPÍNOLA, António de.. (1978), *País sem Rumo: contributo para a história de uma revolução*, Lisboa, SCIRE, p. 140.

⁷⁹⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, p.141.

⁷⁹⁵ Idem. (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Bertrand, p. 63 e 66.

forças políticas (PCP, PS, MDP/CDS e PPD) e independentes. A vida do I Governo Provisório será curta (57 dias) e atribulada, debatendo-se com múltiplos problemas internos (que advêm, entre outras coisas, da sua heterogeneidade e falta de coesão) mas também externos. Na prática, o governo está condenado a ter uma missão essencialmente técnica e executiva, enquanto o verdadeiro poder decisório e de intervenção é repartido por diferentes centros polarizados por António de Spínola e pela Coordenadora do MFA. Isto porque, apesar de a Lei 4/74 estabelecer, com algum rigor, quais os órgãos de poder e suas atribuições, rapidamente se assiste a uma imprevisível pulverização de centros de poder e decisão que se digladiam entre si.

Ainda que, formalmente, as suas funções sejam estritamente militares, o confronto Spínola – Coordenadora conduz ao crescente peso político do CEMGFA, general Costa Gomes, no processo e, com ele, das FA. Esta tendência reforça-se com a criação do COPCON e da 5.^a Divisão, mas também com a crescente presença do MFA no executivo.

Enquanto comandante supremo das forças e unidades militares, único centro de poder efetivo naqueles momentos, Costa Gomes é uma figura amplamente disputada. Alguns dos episódios em que se envolve, como o da circular de 24 de Maio, ou a sua inicial anuência ao “documento Engrácia Antunes”, ambos apontando para uma diluição do poder político do MFA, parecem indicar para certa proximidade ao então Presidente da República. No entanto, a cobertura que dá a várias iniciativas da Coordenadora acaba por prevalecer, sendo ele o escolhido para substituir Spínola, em Outubro de 1974. Acumulando, a partir de então, os cargos de Presidente da República e CEMGFA, Costa Gomes rapidamente se transforma num dos mais importantes polos de poder político-militar do PREC.

A constituição do **Comando Operacional do Continente (COPCON)**, a 8 de Julho de 1974, é apresentada como decorrente da necessidade de “criar as condições necessárias para que as Forças Armadas possam garantir o cumprimento dos objetivos do seu Programa”⁷⁹⁶. As suas origens radicam no Comando Operacional montado por Otelo na Pontinha para dirigir as ações do dia 25 de Abril. Alguns testemunhos referem que, ainda antes da sua ‘legalização’, o comando atuava já, sob a alçada da JSN, operando como “um Estado-Maior permanente, para acorrer a todas as situações, que

⁷⁹⁶*Diário do Governo*, 1.^a série, n.º 157, 8 de Julho de 1974.

iam aparecendo no País (tipo bombeiros). Com as directivas da JSN, lá se iam acalmando e solucionando os casos mais diversos”⁷⁹⁷.

Concebido como um órgão militar executivo, de rápida intervenção, o COPCON dispunha de poderes para mobilizar todas as unidades do Exército e, se necessário, das forças especiais da Marinha (fuzileiros) e Força Aérea (para-queedistas). Os seus poderes são amplos podendo:

- “a) intervir directamente na manutenção e restabelecimento da ordem, em apoio das autoridades civis e a seu pedido [...];
- b) garantir, quando se verificarem situações internas de ameaça à paz e tranquilidade publicas, reconhecidas pelo Presidente da República: 1- o livre exercício da autoridade constituída; 2- as condições de ordem pública julgadas necessárias ao regular funcionamento das instituições, serviços e empresas públicas ou privadas [...]; 3- a salvaguarda das pessoas e dos bens”⁷⁹⁸.

A necessidade de agilizar a atuação do COPCON conduz à nomeação de Otelo Saraiva de Carvalho como seu comandante adjunto, sendo, para o efeito, graduado em brigadeiro e nomeado comandante da RML. Numa das primeiras entrevista que concede depois de tomar posse, o operacional da Pontinha deixa patente um programa político próprio que, em nosso entender, ultrapassa o então consignado pela Coordenadora

“O Comando Operacional do Continente é uma sigla agora imposta a um Exército mais dinâmico, a umas Forças Armadas mais dinâmicas que nós pretendemos encontrar. O COPCON é um comando constituído todo ele por jovens oficiais actantes. Oficiais profundamente integrados no espírito do Movimento e que têm por missão dinamizar operacionalmente todas as forças do Exército [...]. Pois se nós temos e todo o nosso desejo é de conseguir uma

⁷⁹⁷ Depoimento de Virgílio Varela in BERNARDO, Manuel A. (1999), *Equívocos e Realidades. Portugal 1974-1975*, vol. 1, Lisboa, Nova Arrancada, p. 251-2. Ainda no que diz respeito ao percurso que culminará na criação do COPCON, refere o mesmo testemunho: “Pretendia-se que essa situação evoluísse para a criação do Comando Operacional do Continente, a exemplo do já existente na Marinha. Isto é, colocavam-se as 2ª e 3ª Repartições (respectivamente Informações e Operações) destacadas e juntas num órgão de comando operacional, para gerirem convulsões que iam aparecendo. Em virtude do antecedente, a PIDE dominar as informações, havia dificuldades em montar um novo sistema nesta área. Conseguiu-se que a Divisão do EMGFA, trabalhando as informações, fosse para a Ajuda e se criasse o COPCON, no sector das operações, no Forte do Alto do Duque”.

⁷⁹⁸ . Decreto-lei n.º 310/74, de 8 de Julho.

comunhão perfeita entre o povo e as Força Armadas, temos que tirar os nossos homens dos quartéis e pô-los em contacto com as populações⁷⁹⁹.

Em suma, Otelo concebe o COPCON não apenas como um ‘braço armado’ do MFA, mas também como um organismo ao serviço da Revolução e do Povo. Apesar de formalmente depender do CEMGFA, o COPCON irá atuar com grande independência, à margem dos Estados-Maiores, extrapolando as funções que inicialmente lhe tinham sido atribuídas. Progressivamente irá constituir-se como um novo centro do poder, sobretudo a partir do momento em que, no Verão de 1975, se formaliza a rutura no MFA. A sua intervenção, ainda hoje insuficientemente estudada, vai traduzir-se num amplo envolvimento em iniciativas de legitimidade revolucionária, tecendo estreitos laços com organizações políticas partidárias do poder popular.

A **5.ª Divisão** do Estado Maior General das Forças Armadas é criada no mesmo dia em que toma posse o II Governo Provisório (18 de Julho de 1974), como resposta à necessidade sentida pela Coordenadora do MFA de levar a cabo uma “campanha militar de esclarecimento”⁸⁰⁰ para difundir e propagandear o ideário do MFA. Uma ideia à qual Spínola se opõe terminantemente mas que não tem força para travar.

Definida por Ramiro Correia como um “laboratório revolucionário”⁸⁰¹, entre os seus objetivos encontravam-se os de “orientar e superintender o Serviço de Informação Pública das Forças Armadas” e promover ações de informação com vista à criação de uma imagem favorável das FA junto da opinião pública. Na prática, trata-se de um organismo de relações públicas que tinha por missão a difusão e propaganda das ideias do MFA. Ganhando verdadeira visibilidade depois do *28 de Setembro*, a ação da 5.ª Divisão desenvolve-se essencialmente através do Boletim *Movimento* e das campanhas de dinamização cultural⁸⁰².

O *Boletim* inicia a sua publicação em Setembro de 1974, assinalando o primeiro aniversário do Movimento dos Capitães. Alguns dos seus artigos causaram particular celeuma, nomeadamente aqueles em que se teciam profundas críticas ao Programa de Política Económica e Social (PPES). Polémicas foram também as campanhas de dinamização cultural, sendo alvo de múltiplas críticas e oposições. Anunciadas em finais de Outubro de 1974, propunham-se levar a revolução a todo o país, atuando junto

⁷⁹⁹ *Expresso*, 27/7/74 (sublinhado nosso).

⁸⁰⁰ S.A. (1984), *Livro Branco da 5.ª Divisão. 1974-1975*, Lisboa, Livraria Ler Editora, p. 10.

⁸⁰¹ *Ibidem*.

⁸⁰² Cf. ALMEIDA, Sónia Vespeira de. (2009), *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri.

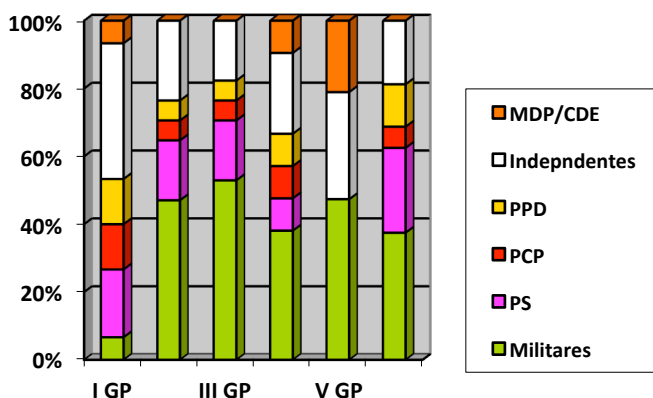
das associações culturais locais e das populações em geral. Uma iniciativa que se traduz na realização de cerca de 10 mil sessões de esclarecimento por todo o território nacional e de múltiplas ações junto das comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo.

A 5.^a Divisão é um dos primeiros organismos a autonomizar-se, na estrutura militar, como centro de poder político. À medida que o processo revolucionário se radicaliza, evidencia-se progressivamente com um dos elementos decisivos no apoio à facção *gonçalvista*, ficando célebre a iniciativa de promover a edição do cartaz de Abel Manta “MFA/VASCO/POVO”, em pleno *Verão Quente* de 1975. Conhecida por dar cobertura a várias iniciativas de legitimidade revolucionária, a 5.^a Divisão é encerrada a 27 de Agosto de 1975 num dos momentos mais turbulentos da revolução portuguesa.

Finalmente, cabe também referir que, progressivamente, os militares assumem também uma posição hegemónica no seio do(s) **executivo(s)**. Tal como o liderado por Palma Carlos, o **II Governo Provisório** é um governo de coligação integrando representantes do PS, PCP, PPD, independentes e militares. No entanto, se no primeiro a presença militar se limitara à pasta da defesa, agora ela é dominante. Além de ser encabeçado por Vasco Gonçalves, até então presidente da CCP, o novo executivo integra seis militares com funções de relevo. Destes, três são destacados membros do MFA (Melo Antunes, Vítor Alves e Costa Brás).

Em suma, o novo executivo revela não só um predomínio dos militares sobre os civis, como também uma importante conquista de terreno do MFA. Esta tendência mantém-se até ao final do período revolucionário, acabando por ser traduzi na emergência de um novo e importante centro de poder militar

Governos Provisórios



Refira-se ainda, a este respeito, que, na sequência do *golpe Palma Carlos*, os poderes do primeiro-ministro são consideravelmente alargados. Pela Lei 5/74, de 12 de Julho, importantes atribuições do Presidente da República - como o poder de presidir ao Conselho de Ministros, de dirigir, coordenar e fiscalizar a catividade do governo, ou mesmo de escolher os membros do executivo - são transferidas para o primeiro-ministro, que passa a dispor de mais ampla capacidade de intervenção.

Acabar com a pulverização dos centros de poder

A atomização de centros de poder a que se assiste imediatamente depois do derrube da ditadura faz com que, quando chegamos ao final do Verão de 1974, **ninguém soubesse ao certo qual o real poder do MFA**, e dos militares em geral. O esquema definido pelas primeiras leis constitucionais fora ultrapassado e a situação complexificara-se gerando um esquema real de distribuição de poderes de difícil definição. É neste contexto que devemos integrar a constituição do Conselho dos Vinte, ocorrida num momento em que, superada a crise do *28 de Setembro*, o MFA parece dominado pelas preocupações de denunciar o “desvio Spínolista” e de promover um regresso aos princípios fundamentais do Programa do MFA.

Uma das primeiras consequências da renúncia de Spínola é a nomeação de Costa Gomes como Presidente da República. Opera-se então também uma reestruturação da JSN que se traduz na substituição de quatro dos seus elementos⁸⁰³. A Coordenadora do MFA mantém-se quase inalterada, procurando, no entanto, clarificar os seus poderes. De acordo com uma circular então emitida pelo CEME, Carlos Fabião, competia-lhe:

- (a) manter contacto com o Presidente da República, membros da JSN e primeiro-ministro;
- (b) observar o cumprimento do Programa do MFA;
- (c) “emitir opinião sobre as linhas gerais orientadoras da democratização e informação das Forças Armadas definidas pelo EMGFA”;
- (d) manter contactos e “auscultar as opiniões das «BASES» sobre a condução do processo revolucionário”;
- (e) apoiar o governo provisório;
- (f) representar o MFA no Conselho de Estado;
- (h) manter contactos com o COPCON “com fins informativos”⁸⁰⁴.

⁸⁰³ Abandonam a JSN António de Spínola, Jaime Silvério Marques, Diogo Neto e Galvão de Melo, sendo os quatro lugares deixados vagos ocupados por Carlos Fabião, Fisher Lopes Pires, Pinho Freire e Mendes Dias.

⁸⁰⁴ Arquivo Histórico Militar (AHM), 1.º Div., 40.ª sec., caixa n.º 1, n.º 16 (1971-1975) - CEME, gen. Carlos Alberto Idães Soares Fabião, *Nota Circular n.º 3064/NP*, Anexo II, Lisboa, 21/11/74.

A grande novidade traduz-se na constituição do **Conselho dos Vinte**, em Outubro de 1974. Pensado para coordenar a ação dos militares com responsabilidades político-militares, o seu âmbito de intervenção transcende as funções militares e consultivas que, à partida, lhe eram atribuídas, atuando como um organismo de cúpula no qual se definiam as linhas de atuação e estratégias a seguir pelos militares na vida política. Como dirá a então ministra dos

Assuntos Sociais Lourdes Pintasilgo, “o Conselho dos Vinte é, por assim dizer, a consciência permanente da revolução, o que lhe dá todos os direitos possíveis”⁸⁰⁵.

A constituição novo organismo traduz um momento único de “razoável” unidade nas estruturas cimeiras do poder militar, existindo um amplo consenso nomeadamente no que diz respeito à necessidade de um período de transição protagonizado pelos militares e ao papel motor do MFA. Data também de então a criação da **Assembleia de Delegados do MFA ou Assembleia dos Duzentos**, organismo que acentua a tendência para a colegialização do poder político-militar.

Integrando representantes dos três ramos das FA, a Assembleia surge, segundo Vítor Alves, “num contexto de uma leitura muito purista da democracia”⁸⁰⁶. Constituída por membros eleitos (em colégios restritos) e nomeados (por inerência de funções ou individualmente), atuava como um fórum ou “parlamento de todo o MFA, de todas as unidades”⁸⁰⁷. Segundo Sánchez Cervelló, a ideia partiu do Conselho dos Vinte, tendo em vista assegurar “a predominância do Movimento em relação ao resto das Forças Armadas”⁸⁰⁸.

De facto, a constituição da Assembleia do MFA coincide com uma ampla reestruturação das FA então empreendida tendo em vista:

- a. Institucionalizar o MFA no seio das Forças Armadas, integrando a sua estrutura na hierarquia estabelecida.
- b. Contribuir para o seu alargamento a todas as FAs.
- c. Contribuir para a participação activa e correcta de todos os militares no processo revolucionário em curso.
- d. Contribuir para a disciplina e coesão das FAs.
- e. Contribuir para o contróle eficaz de uma correcta democratização.

⁸⁰⁵ Cf. Arquivo da Fundação Mário Soares (FMS), 0953.006 - Conselho de Ministros, *Súmula da reunião de 17 de Janeiro de 1975*.

⁸⁰⁶ Entrevista com o ten.- cor. Vítor Alves, Lisboa, 10 de Outubro de 2002.

⁸⁰⁷ Entrevista com o coronel Vasco Lourenço, Lisboa, 18 de Junho de 2002.

⁸⁰⁸ SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep. (1993), *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 210-211.

f. Possibilitar uma informação correcta e quanto possível pormenorizada a todos os escalões, difícil por outras vias”⁸⁰⁹.

Nas suas instruções ao Exército sobre esta reestruturação, Carlos Fabião determina ainda a constituição de um Conselho do Exército (com um total aproximado de 114 elementos), Conselhos Regionais (presididos pelos comandantes das Regiões Militares e integrando os comandantes e oficiais das unidades e estabelecimentos militares) e Conselhos de Unidade e estabelecimentos militares. Esta organização, adotada em moldes semelhantes pelos restantes ramos das FA, possibilitava “para além de quaisquer outras vias burocráticas já estabelecidas e sem prejuízo das mesmas, um permanente contacto pessoal devidamente estruturado”⁸¹⁰, permitindo oscilar o pensar e sentir das ‘bases’.

No momento da sua constituição, a Assembleia do MFA é concebida como um órgão de carácter consultivo e não deliberativo. Como observa Vasco Lourenço, “nunca foi um órgão deliberativo. O órgão deliberativo era a JSN, o órgão de promoção política era a Comissão Coordenadora e o órgão legislativo era o Conselho de Estado. O Conselho dos Vinte superintendia tudo”⁸¹¹. A realidade será, no entanto, bem distinta e, desde o seu primeiro encontro, a Assembleia do MFA deixa patente uma influência que ultrapassa o previsto pelos seus mentores. Segundo Melo Antunes, que com ela travará duros combates, nomeadamente em torno do Programa de Política Económica e Social, rapidamente a Assembleia se transforma num “cálice amargo”⁸¹² vindo, sobretudo depois do 11 de Março, a emergir como um poderoso centro de poder.

Que poder militar?

A constituição do Conselho da Revolução (CR), a 14 de Março de 1975, abre uma nova etapa na história dos centros e estrutura de poder militar. A ideia base deste novo momento político é a de um regime militar diferente - não se trata de uma ditadura militar mas de um regime em que os militares tomam parte cativa, como condutores e agentes de mudança. O MFA assumia abertamente uma missão de vanguarda e ‘motor da revolução’.

⁸⁰⁹ Arquivo Histórico Militar (AHM), 1.º Div., 40.ª sec., caixa n.º 1, n.º 16 (1971-1975) - CEME, gen. Carlos Alberto Idães Soares Fabião, *Nota Circular n.º 3064/NP*, Anexo II, Lisboa, 21/11/74.

⁸¹⁰ *Ibidem*.

⁸¹¹ Vasco Lourenço, entrevista cit.

⁸¹² CRUZEIRO, Maria Manuela Cruzeiro. (2004), *Melo Antunes, O Sonhador Pragmático*, Lisboa, Circulo de Leitores, p.137-138.

Concebido como um instrumento de intensificação da participação do MFA na vida político-militar e órgão supremo do processo revolucionário, a constituição do CR parecia anunciar o fim da pulverização de centros de poder então existente. Uma ideia que rapidamente cairá por terra, abrindo-se então um dos momentos mais complexos e tensos da Revolução, em que o confronto entre os defensores da legalidade revolucionária e os da legitimidade eleitoral proporciona a emergência de novos centros de poder.

Bibliografia sumária

DOWNS, Charles. (1989), *Revolution at the Grassroots. Community Organizations in the Portuguese Revolution*, Albany, State University of New York Press.

FERREIRA, José Medeiros. (1983), *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O Período pré-constitucional*, Lisboa, INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda.

FERREIRA, José Medeiros. (1994), *Portugal em Transe* in *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. VIII, Lisboa, Círculo de Leitores e Ed. Estampa.

GUERREIRO, Martins (1994), “O 25 de Abril e o Movimento na Marinha”. *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXIV, Jan.-Mar., p. 9-17

MUÑOZ, Rafael Durán. (1997), *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones.

REIS, António (coord.). (1992), *Portugal Contemporâneo*, vol.6, Lisboa, Publicações Alfa.

REIS, António (coord.). (1994), *Portugal 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores.

REZOLA, Maria Inácia. (2002), *António de Spínola* in *Fotobiografias Século XX*, Direcção de Joaquim Vieira, Lisboa, Círculo de Leitores.

REZOLA, Maria Inácia. (2006), *Os Militares e a Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação.

REZOLA, Maria Inácia. (2007), *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, J. (1995), “Las Organizaciones Revolucionarias en el Contingente Obligatorio de las Fuerzas Armadas Portuguesas, 1972-1976” in *Portuguese Studies Review*, vol.3, n.º 2, p. 43-62.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep. (1993), *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento (3ª Edição).

SANTOS, Boaventura de Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela; COIMBRA, Maria Natércia. (1997), *O Pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, s.l., Edições Afrontamento-Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

VIOLÊNCIA POLÍTICA

O discurso ideológico: inconformismo, violência e conflitualidade na sociedade italiana (1968-1978)

Marco Gomes

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Universidade de Coimbra

Não foram poucos os atores que alimentaram a distinção entre o Leste comunista e o Ocidente democrático enquanto matéria fundamental para a emissão de discursos. O período da Guerra Fria pode ser analisado como um tempo produtor de duas grandes instituições corporativas, o capitalismo e o socialismo. Duas instituições que se relacionaram entre si entronizando visões, selecionando-as, descrevendo-as, ensinando-as, emitindo juízos destinados, por um lado, a manter e a conquistar a adesão dos auditórios e, por outro, a esconjurar os poderes e perigos da instituição oponente.

Ao lado destas duas sociedades ideológicas nasceram outros coletivos de dimensão mais reduzida apostados em contestar a supremacia das ordens dominantes. Tratam-se de emergentes grupos que, também motivados – e impulsionadores – pelas mutações socioculturais operadas na época, fizeram da crítica aos partidos comunistas tradicionais um pilar estruturante da sua perceção do mundo social. Esquerda radical, extrema-esquerda, nova esquerda ou esquerda extraparlamentar são normalmente os termos associados a estes núcleos. O mesmo gene contestatário animou agrupamentos do extremo político oposto, conotados com a extrema-direita e neofascismos e empenhados em fortalecer uma tendência política alicerçada no nacionalismo, na ordem e autoridade. Noutros casos, empenhados em inaugurar diferentes itinerários narrativos, assistiu-se à emergência de movimentos autónomos que reclamaram novas práticas sociais e políticas, como o feminismo e o movimento estudantil. É sobre esta miríade de grupos e movimentos que recai a nossa atenção.

A ideia de começo, porém, implica separar uma fração representativa do todo, do grande volume de material, demarcar o objeto de estudo. Como observa Edward Sai⁸¹³, este elemento-amostra ou ponto de partida corresponde à noção do *problemático* de Louis Althusser. Portanto, o elemento extraído para análise, a *unidade constitutiva* de uma temática, de um texto, ou de um conjunto de textos. O nosso ponto de partida é o caso italiano. Ou seja, os coletivos e movimentos que, denotando um discurso identitário, interagiram no período compreendido entre os finais das décadas de sessenta

⁸¹³ SAID, Edward W. (2004), *Orientalismo*, Lisboa, Edições Cotovia.

e setenta. Escolhemos o caso italiano por ser unanimemente considerado uma lente privilegiada para analisar as profundas mutações sociopolíticas e culturais que, em parte, decorreram dos discursos veiculados pelas comunidades ideológicas que abordamos. O ano de 1968 ficou marcado pela revolta dos estudantes no Ocidente e nalguns países europeus, incluindo Itália. Volvidos dez anos, o corpo de Aldo Moro, presidente do Conselho, foi abandonado sem vida no interior de um automóvel em Roma, episódio maior do terrorismo em Itália e expressão de uma mundividência tão exacerbada quanto inconformada. A responsabilidade do assassinato recaiu sobre as Brigadas Vermelhas, organização revolucionária de extrema-esquerda.

A identidade insubmissa e herética

Março de 1964, *Palazzo dei Cavalieri*, sede da *Scuola Normale* de Pisa e relicário da cultura italiana. Palmiro Togliatti profere uma conferência sobre a Resistência e o pós-Segunda Guerra Mundial. Perto do final, o secretário geral do Partido Comunista Italiano (PCI) narra a história do coronel americano MacFarlane que se havia maravilhado com ele porque o PCI não queria fazer a revolução. Da última fila exclama um jovem de 21 anos: “Era necessário a ingenuidade de um coronel americano para pensar que um partido que se proclamava comunista quisesse o comunismo”. Segue-se o bate-boca que, estimulando a impaciência de Togliatti, termina de forma lacônica: “Ainda tens de crescer. Experimenta tu fazer a revolução” – vocifera o histórico dirigente comunista. Responde o rapaz: “Tentarei, tentarei”⁸¹⁴.

O jovem que interpelou Palmiro Togliatti chama-se Adriano Sofri, um ativista que, anos mais tarde, tornar-se-ia o líder da *Lotta Continua*, uma das principais formações revolucionárias da esquerda extraparlamentar italiana. Este episódio, ainda deslocado do designado período de *contestação*, representa uma espécie de ensaio pré-insurrecional e antecâmara da atmosfera social, política e cultural que irrompeu em Itália a partir dos finais da década de 1960 e abalou profundamente os anos 70. No entanto, em 1964 o respeito ainda regulava as relações hierárquicas. Segundo Lisa Foa⁸¹⁵, redatora do semanário comunista *Rinascita*, Togliatti interpretou a intervenção como um ataque explícito, o primeiro de um estudante insubmisso de esquerda numa assembleia pública. Devido ao seu simbolismo, constituiu um dos eventos fundacionais

⁸¹⁴ SOFRI, Adriano. (14/02/1988), “La sinistra non capi”, *Panorama*, p. 195.

⁸¹⁵ CAZZULLO, Aldo. (2006), *I ragazzi che volevano fare la rivoluzione: 1968-1978, storia critica di Lotta Continua*, p. 6, Milano, Sperling & Kupfer.

de um lastro comum: irreverência, snobismo, moralismo, antiestalinismo, anticomunismo democrático, antiautoritarismo.

Trata-se, grosso modo, da identidade que lançou as raízes de uma rebeldia destinada a provocar um confronto geracional. Da identidade que esteve na origem de variegados movimentos conotados com a esquerda radical. Da identidade que, no âmbito desta nova esquerda, norteou um conjunto de militâncias ora alicerçadas na ação política, nas equações retóricas descomplexadas, agressivas, ora preconizadoras da luta armada enquanto reduto último para alcançar a revolução. Da identidade que olhava com desconfiança para os partidos do arco parlamentar, em especial o PCI, colocado no campo do reformismo (ou revisionismo) – não é por acaso que o desinibido jovem Sofri pergunta, durante o bate-boca no *Palazzo dei Cavalieri*, “porque não fizeram a revolução?”. Da identidade que não poucos acusaram de ser sectária, dominada por paradigmas revolucionários terceiro-mundistas e incapaz de interpretar realisticamente os sinais provenientes da sociedade italiana.

No centro desta concretude identitária encontra-se a figura do operário e do estudante, elementos constitutivos da matriz que congrega vários grupos num heterogêneo microcosmo destinado a provocar fissuras na ordem dominante. O triênio 1967-1969 e a conflitualidade que lhe está associada, da Universidade ao mundo do trabalho, foi o catalisador de organizações como o *Potere Operaio* (1967) e a *Avanguardia Operaia* (1968). A primeira, arreigada na revista *Classe Operaia*, abraçou o desígnio de desenvolver a consciência de classe no sentido do comunismo. Desde cedo colocou a relação entre operários e estudantes no âmago das prioridades políticas. A segunda apresenta uma tipologia baseada nas lutas operadas em cada unidade industrial e conduzidas pelos próprios trabalhadores. Ambos os coletivos empenharam-se no combate contra as diretrizes dimanadas pela esquerda parlamentar – particularmente o PCI – em matéria de lutas operárias e sindicais.

Alavancada pelo espontaneísmo já presente no *Potere Operaio*, a *Lotta Continua* (1969) revelou a sua especificidade ao nível da organização dos extratos proletários desenquadrados de qualquer estrutura política. Inicialmente inspirou-se no pensamento marxista filtrado pela conceção crítica da revista *Quaderni rossi* – a revolução não chegará através dos dispositivos democráticos (urnas, partidos) –, colocando a tónica na urgência de construir uma *vanguardia* no interior do movimento de classe. Depois, sobretudo a partir de 1972, percorreu uma fase autocrítica da qual

resultou uma maior colaboração com forças consideradas reformistas, como o PCI⁸¹⁶. A linguagem triunfalista, populista, imediata, preocupada em abater o sistema, esteve sempre presente no discurso da *Lotta Continua*.

Na verdade, este magma ideológico encontra-se revestido por um tecido multiforme costurado através de linhas frágeis e de tonalidades dissonantes. Dito de outro modo, os movimentos apresentam diferenças teórico-estratégicas e ainda aclimatações ao nível do seu percurso individual. Portanto, longe de uma textura monolítica. Será então mais correto falar de comunidades hifenizadas que produziram um discurso polifônico do ponto de vista teórico e cujo património igualitário – contestação ao PCI e ao sistema partidário – materializou-se em distintos *modus operandi*. Irreverência, livre ação do indivíduo são, por exemplo, conceitos que o semanário *Servire il Popolo*, órgão da *Unione dei Comunisti Italiani* (m-l), não equacionava: “O espontaneísmo dos aventureiros do movimento estudantil está morto e sepultado para nós”⁸¹⁷.

As correntes marxistas-leninistas, animadas pelo debate decorrente do conflito ideológico sino-soviético, ganharam impulso nos albores dos anos 60 e mostraram-se ainda particularmente ativas no decénio subsequente. O dominador comum entre as formações mais proeminentes deste universo doutrinário assentou na necessidade de construir a organização alternativa, unir fragmentos, combater um PCI inimigo do espírito revolucionário, fomentar a disciplina. O edifício teórico alicerçou-se na ditadura do proletariado, no materialismo histórico e dialético segundo os ensinamentos de Marx, Engels, Lenine, Estaline e Mao Tsé-Tung. A China constituiu o ponto de atração e as universidades um relevante reduto de recrutamento, apesar do desprezo pela onda libertária tão cara à contestação estudantil.

A moldura da crítica à linha comunista oficial conheceu, porém, o mais sonante contributo no *autunno caldo* de 1969. E logo através de um grupo de intelectuais em rota de colisão com o PCI, alguns deles com funções relevantes dentro do partido. Aldo Natoli, Luigi Pintor, Rossana Rossanda, entre outros, dão vida à revista *il manifesto* e ao grupo político com o nome homónimo. Inspirados pela revolução cultural chinesa, destacaram-se pelas análises e conceções sobre acontecimentos de âmbito internacional, ao mesmo tempo que revelaram aturada identificação com as lutas operárias e estudantis em Itália. Efetivamente, duas razões justificam a ressonância associada a esta expressão herética: nunca no pós-Segunda Guerra se havia verificado, qualitativa e

⁸¹⁶ Nos atos eleitorais de 1972 e 1975, a *Lotta Continua* deu indicação para votar PCI.

⁸¹⁷ Editorial [n. a.]. (03/01/1969), *Servire il Popolo*, capa.

quantitativamente, uma cisão de natureza semelhante; a revista *il manifesto* transformou-se numa referência para a nova esquerda e, em 1971, o primeiro jornal diário no contexto desta orientação política. Depois de repensar uma plataforma teórica marxista aplicada ao dissenso comunista, o grupo político *Il Manifesto* materializou o conúbio com outras formações e elementos heréticos que refutavam tanto as perspetivas dos vários grupelhos extraparlamentares de esquerda como o esforço persuasivo da esquerda parlamentar. Em 1974 nasceu o *Partito di Unità Proletaria per il comunismo*.

A figura do estudante

Desta miríade de *gruppuscoli* e pequenos partidos, dos quais se relevaram os mais representativos, a figura do estudante partilhou com a do operário o protagonismo enquanto sujeito dos discursos políticos. Por um lado, apresentou-se como elemento da militância política e, por outro, acendeu o rastilho de uma contestação também ela multimoda. E multimoda porque: primeiro, centrou os protestos no interior das estruturas de ensino, denunciando a sua inadequação, apelando à democratização das práticas escolares e universitárias e a uma maior colaboração com a realidade social; numa fase posterior, a contestação alastrou-se às questões da sociedade, em particular no mundo do trabalho. Talvez por isso a grande singularidade do 68 italiano residiu, como sublinha o historiador Andrea Di Michele⁸¹⁸, na ligação prolongada entre o movimento estudantil e a luta operária.

Ora foi precisamente este aspeto, a continuidade contestatária alastrada a outros contextos de produção que não o de origem, que contribuiu para transformar o caso italiano num laboratório de estudo, principalmente durante os anos 70. A natureza bicéfala do movimento estudantil ajudou à mobilidade do viés insubmisso. Tanto se desenvolveu em redor de coletivos emblemáticos e com projeção nacional – por exemplo na Universidade de Milão – como abarcou formações menores ligadas às particularidades da urbe em que estavam inseridas. Entre a hegemonia da luta operária e a autonomia do movimento estudantil, a vulgata ideológica da esquerda radical encimou ou participou em modalidades de contestação que devem ainda ser enquadradas no cenário mais vasto das transformações culturais. Só assim é possível compreender expressões que definem este período como “a época das delirantes utopias de esquerda”⁸¹⁹. No prefácio à edição italiana de *O Poder e os Idealistas*, Paul Berman

⁸¹⁸ DI MICHELE, Andrea. (2008), *Storia dell'Italia repubblicana*, p. 183, Milano, Garzanti.

⁸¹⁹BERMAN, Paul. (2007), *Idealisti e Potere. La sinistra europea e l'eredità del Sessantotto*, p. 19, Milano, Baldini Castoldi Dalai.

utilizou o enunciado para associar as degenerações dos impulsos revolucionários à violência, guerrilha urbana e terrorismo. A polissemia da locução merece, no entanto, ser explorada também à luz da vertigem cultural.

Como nota Miguel Cardina⁸²⁰, a esquerda radical manteve uma “relação ambígua” com a mudança cultural em marcha nas décadas de 1960 e 1970. Dependendo da perspectiva, foi encarada como resultado de “mutações que faziam o elogio da juventude e da rebeldia” ou, noutro sentido, enquanto “fenómeno de perversão dogmática” que neutralizou o cunho festivo deste período. Indisciplina, hedonismo, revolta, transgressão, *hippies*, contracultura, *underground*, feminismo ou situacionismo são noções que caminharam lado a lado com outras tendências no interior da sociedade italiana. O *homem unidimensional* de Herbert Marcuse beliscou o consumismo decorrente do *milagre económico* italiano (1955-1965). Mas não se sobrepôs. O consumismo constituiu, de facto, um fenómeno em redor do qual circularam sentimentos contraditórios. Sentimos que obrigaram Pier Paolo Pasolini⁸²¹ a denunciar os malefícios do “poder dos consumos” enquanto responsável pela deformação da “consciência do povo italiano” e da sua “irreversível destruição”.

À luz de uma semiótica fraturante, voraz com o *establishment* vigente e que extravasou o itinerário desta nova esquerda, a construção de espaços livres desprovidos de qualquer estrutura de poder transformou o imaginário de largos extratos da sociedade. Forjando novas formas de relacionamento e comunicação, não foram poucos os jovens que, ainda no liceu, olharam com pessimismo e frustração para os percursos académicos e profissionais dominantes, rejeitando engrossar as fileiras dos potenciais prodígios que mais tarde dariam forma à nova – mas, na ótica juvenil, conformista – classe dirigente italiana. Esta geração de estudantes lia Cesare Pavese, Alberto Camus, Baudelaire ou Jean-Paul Sartre. O politólogo Luigi Bobbio⁸²², antigo expoente da *Lotta Continua*, traça um quadro eloquente a respeito deste *ethos* cultural:

“Não tínhamos mais vontade de (...) ser juízes obtusos e zelosos, jornalistas conformistas, projetistas de máquinas que melhoram a produção em prejuízo do trabalho, médicos destinados a fazer dinheiro às custas dos pacientes mais débeis. Qualquer coisa se havia quebrado na transmissão dos valores entre as gerações.”

⁸²⁰ CARDINA, Miguel. (2010), *A esquerda radical*, p.33, Coimbra, Angelus Novus.

⁸²¹ PASOLINI, Pier Paolo. (01/02/1975), “Il vuoto del potere in Italia”, *Corriere della Sera*, capa.

⁸²² GINSBORG, Paul. (2006), *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi*, p. 407, *ob. cit.*, Torino, Einaudi.

Os fragorosos fermentos de mudança não podiam deixar de incidir no viveiro que talvez mais ansiava por nucleares conquistas: o universo feminino. A mulher passou a recusar matrimónios encomendados. Reclamou respeito e igualdade de direitos. Começou a lutar pela revogação do estatuto subalterno no mundo do trabalho. As relações pré-matrimoniais deixaram de pertencer à quimera do íncubo. Portanto, metamorfoses que haveriam de ser virulentamente combatidas pela observância conservadora sempre preocupada com a integridade da moral, dos valores, da escola, da sociedade, da família, preocupada com a degeneração da figura paterna. A vitória do SIM ao divórcio no referendo de 19 de Maio de 1974 objetivou uma mundividência individual em detrimento dos vínculos partidários e da hegemonia católica. Materializou de alguma forma o percurso secularizante que já vinha fraturando atavismos e revolucionando a linguagem. Noutras palavras, o trajeto que Vittorio Vidotto⁸²³ define como “representação ideológica” da sociedade italiana.

Toda esta representação da diferença, especialmente consubstanciada, como vimos, nos diversos âmbitos da esquerda radical, rapidamente iniciou o processo de *construção do inimigo*. Os pilares comuns desta heresia comunista colocaram, em termos gerais, três partidos no quadro dos antagonistas: nos antípodas do antifascismo militante gravitou o Movimento Social Italiano-Direita Nacional (MSI), a referência cardinal dos núcleos de extrema-direita; os comportamentos e estilos de vida alternativos tenderam a contrariar a moral conservadora da Igreja Católica, representada no plano político pela Democracia Cristã (DC); o projeto político revolucionário opôs-se à perversão do sistema político-partidário e aos pressupostos políticos da DC e do PCI. A aversão aos comunistas italianos foi ainda reforçada pelo advento do *compromisso histórico*⁸²⁴, projeto político gizado por Enrico Berlinguer em 1973 que, além das repercussões internacionais, constituiu o fulcro do debate político italiano até ao final da década de 1970.

A violência como denominador comum

A sincronia entre as mutações ocorridas no campo ideológico e cultural e a agitação de natureza económico-social conferiu ao ano de 1968 uma fisionomia

⁸²³VIDOTTO, Vittorio. (1999), “La nuova società”, in Battista, Pierluigi, *L'Italia Contemporanea: dal 1963 a oggi*, vol. VI, p. 71, Roma, Laterza.

⁸²⁴ O projeto de Enrico Berlinguer, tematizado em Setembro de 1973, propunha a aliança entre as forças que representavam a grande maioria do povo italiano, do proletariado aos camponeses, dos católicos aos laicos, através da coligação com a Democracia Cristã.

fraturante no contexto dos equilíbrios políticos que sustentavam a sociedade italiana. O movimento iniciado pelos estudantes em 1967 e prosseguido pelos operários no *autunno caldo* de 1969 colocou em evidência pressupostos de contestação – igualitarismo, autogestão, libertação – partilhados por ambos os sujeitos. Mas para melhor interpretar esta realidade histórica, importa perceber a irregularidade de um extenso período que vai de 1968 até finais dos anos 70. Efetivamente, o ano de 1977 ficou marcado pela emergência de um outro movimento estudantil. Apesar de apresentar algumas continuidades em relação à vaga contestatária de 1968-1975 (hostilidade ao *compromisso histórico*, à política dos sacrifícios e austeridade, antissistema), o movimento de 1977 revelou particularidades que o diferenciam do seu irmão dizigótico.

Trata-se de uma explosão de energias que rapidamente partiu da incomunicabilidade e chegou ao confronto físico, espalhando-se como fogo num armazém de fósforos e abrangendo tanto os setores estudantis de esquerda como de direita. Em primeiro lugar, os ativistas de 1977 mostraram-se muito direcionados para o confronto na rua. Conduziram a contestação numa direção oposta à manifestada pelo movimento estudantil precedente porque não projetavam a conquista do poder. Colocaram o enfoque em problemáticas para as quais, na altura, ainda não existia uma solução maturada, por exemplo ao nível da organização do trabalho, como a redução do horário de trabalho segundo a máxima: *trabalhar todos para trabalhar menos*. Segundo, constituiu uma rutura com os vetustos esquemas teóricos e de ação política afetos não somente aos sindicatos e ao PCI, mas também aos agrupamentos da esquerda radical; ou seja, a rutura com a tradicional cultura do movimento operário de natureza fordista e taylorista, apoiado na centralidade da fábrica, na centralidade simbólica do chefe sindical. Terceiro, movimentou igualmente os setores de direita radicados na Frente Universitária de Ação Nacional que, apesar de não possuírem ligações com o mundo do trabalho e não apresentarem preocupações sociais, colocaram-se frequentemente em discordância com a força política cardinal, o MSI.

Depois, no âmbito do revisionismo temático e das renovadas formas de comunicação, demonstrou afinidade com movimentos como o ecologismo, ao mesmo tempo que conferiu fôlego ao feminismo – neste final de decénio muito focado na libertação da opressão sexual masculina. Além de protestar contra os processos de concentração dos órgãos de comunicação, o movimento de 1977 evidenciou assinalável tendência inovadora, dando vida a estações de rádio livre e alternativas. O mesmo

aconteceu no contexto da imprensa escrita, com os célebres jornais de contrainformação. Denotou, sobretudo, acentuada necessidade de modernização e globalização e uma notória ligação às vanguardas estéticas, percorrendo os caminhos do dadaísmo, surrealismo e futurismo tanto ao nível da linguagem como dos comportamentos.

No entanto, não é possível abordar este conturbado período em Itália sem aludir ao fenómeno que haveria de adquirir proporções tão invulgares quanto traumatizantes: a violência. Os “longos anos sessenta”, termo cunhado pelo historiador britânico Arthur Marwick⁸²⁵, transmutaram consigo uma onda de carnificina que parece ter substituído a condição patológica por outra já fisiológica. A partir de 1968 eclodiu uma torrente de crimes e atentados perpetrados principalmente por três fações: grupos de extrema-esquerda; grupos de extrema-direita; forças da ordem e determinados setores do Estado ou serviços secretos.

As três fações combateram-se entre si e originaram uma espiral de violência que nenhum outro país da Europa Ocidental havia conhecido no pós-Segunda Guerra. De um lado, a justiça proletária, os processos populares, os impulsos conduzidos por comandos paramilitares de extrema-esquerda como as *Brigatte Rosse* (1971) ou os *Nuclei Armati Proletari* (1974). Alguns grupos políticos como a *Lotta Continua* e o *Potere Operaio* também participaram e defenderam em determinada altura a luta armada. Do outro lado, os núcleos paramilitares neofascistas com o objetivo de eliminar o malsão comunista e revolucionário. Grupos como o *Movimento Politico Ordine Nuovo* (1969), *Ordine Nero* (1968) ou os *Nuclei Armati Rivoluzionari* (1977) direcionaram esforços para preservar uma tendência política minoritária, nacionalista, que advogava os valores da ordem e de autoridade. A organização política *Avanguardia Nazionale* (1960) foi mesmo acusada de reconstruir o partido fascista.

A última expressão desta tríade especializada no uso político da violência está associada a um projeto racional, não metafísico, portanto palpável, que perseguiu um objetivo específico consubstanciado na criação de um estado de destabilização. O tão propalado *duplo-Estado*, *governo invisível* ou *anti-Estado* acusado de instrumentalizar grupos de extrema-esquerda ou de extrema-direita em função de determinadas finalidades pré-estabelecidos; acusado de despistar investigações das próprias forças da ordem; acusado de perpetrar atentados contra a ordem pública. Muitos analistas, historiadores e politólogos defendem que Itália deparou-se, de 1968 até finais dos anos

⁸²⁵MARWICK, Arthur. (1999), *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States, c. 1958-1974*, Oxford, Oxford University Press.

70, com uma guerra civil. Outros recusam a definição devido ao seu caráter instrumental – perceber a realidade histórica através do filtro guerra civil, defendem, conduz a leituras que facilitam a legitimação de concepções caras a determinados organismos do Estado.

Esta é, porém, uma história altamente complexa que, no ano de 2012, ainda não conheceu o epílogo. As explicações mais comuns que tentam fazer luz sobre o *governo sombra* redundam na *teoria dos extremos* e na *estratégia da tensão*. Ou ainda numa articulação das duas. Segundo a primeira, os jovens de extrema-esquerda e extrema-direita eram ambos considerados perigosos pelas forças políticas do centro inseridas no arco parlamentar. Detinham assinalável poder de intervenção e por isso constituíam uma ameaça para a estabilidade democrática que deveria ser preservada através do reforço desses mesmos partidos. Esta é uma teoria que encontra sustentabilidade nalguns relatórios provenientes dos serviços secretos italianos. Já a *estratégia da tensão* designa um conjunto de ações violentas perpetradas por elementos/corpos do próprio Estado ou por instâncias estrangeiras com o objetivo de criar insegurança e desestabilização social e política. Em Itália visava impedir a subida ao poder ou inclusão no governo do PCI.

Ainda não muito distante dos extraordinários níveis de indignação que assolaram a sociedade italiana, Giorgio Galli⁸²⁶, no início dos anos 80, já estabelecia ligações entre os ímpetus e a cultura da direita radical com “setores das instituições especializados no uso da força ‘legal’”. O politólogo⁸²⁷, grosso modo, defende que a ação dos serviços secretos italianos remete para a lógica de um *Estado dentro do Estado* e sublinha as ligações destes com as várias correntes da DC, o partido que governou Itália ao longo de quase cinco décadas,

Em conclusão, é seguro afirmar que o espaço temporal abordado caracteriza-se em função daquilo que Norberto Bobbio designou por “violência pela violência”⁸²⁸. Fraquezas do Estado e da própria democracia representativa, crise económica, resistências ao projeto do *compromisso histórico* por parte de alguns setores da sociedade, designadamente da extrema-esquerda, recrudescimento da direita radical e mutações ideológico-culturais são alguns fatores internos que ajudam a explicar uma atmosfera singular na história italiana do pós-Segunda Guerra Mundial. A permanente

⁸²⁶ GALLI, Giorgio. (1983), *La Destra in Italia*, p. 83, Milano, Gammalibri.

⁸²⁷ IDEM. (2004), *Piombo rosso. La storia completa della lotta armata in Italia*, Milano, Baldini Castoldi Dalai.

⁸²⁸ BOBBIO, Norberto. (1995), *L'utopia capovolta*, p. 81, Torino, La Stampa.

conflitualidade não permitiu fortalecer a democracia e assegurar níveis de modernização mais condizentes com as potencialidades do país. Em última análise, além de se tratar de uma questão de sobrevivência de um ou outro grupo político, o uso político da violência permitiu a alguns setores políticos perpetuarem a sua própria condição e recuperar consensos.

Bibliografia

- Berman, Paul. (2007), *Idealisti e Potere. La sinistra europea e l'eredità del Sessantotto*, Milano, Baldini Castoldi Dalaia.
- BOBBIO, Norberto. (1995), *L'utopia capovolta*, Torino, La Stampa.
- CARDINA, Miguel. (2010), *A esquerda radical*, Coimbra, Angelus Novus.
- CAZZULLO, Aldo. (2006), *I ragazzi che volevano fare la rivoluzione: 1968-1978, storia critica di Lotta Continua*, Milano, Sperling & Kupfer.
- DI MICHELE, Andrea. (2008), *Storia dell'Italia repubblicana*, Milano, Garzanti.
- GALLI, Giorgio. (1983), *La Destra in Italia*, Milano, Gammalibri.
- IDEM. (2004), *Piombo rosso. La storia completa della lotta armata in Italia*, Milano, Baldini Castoldi Dalaia.
- GINSBORG, Paul. (2006), *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi*, Torino, Einaudi.
- MARWICK, Arthur. (1999), *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States, c. 1958-1974*, Oxford, Oxford University Press.
- SAID, Edward W. (2004), *Orientalismo*, Lisboa, Edições Cotovia.
- VIDOTTO, Vittorio. (1999), "La nuova società", in Battista, Pierluigi, *L'Italia Contemporanea: dal 1963 a oggi*, vol. VI, Roma, Laterza.

Publicações Periódicas

- Editorial [n. a.]. (03/01/1969), *Servire il Popolo*, capa.
- PASOLINI, Pier Paolo. (01/02/1975), "Il vuoto del potere in Italia", *Corriere della Sera*, capa.
- SOFRI, Adriano. (14/02/1988), "La sinistra non capì", *Panorama*, p. 195.

A problemática sobre o recurso à luta armada e o aparecimento FAP

Ana Sofia Ferreira

Instituto de História Contemporânea- FCSH/UNL

O ano de 1968, inaugura um ciclo de difusão de práticas violentas por parte da extrema-esquerda em toda a Europa Ocidental, especialmente em Itália, na França e em Portugal.

Segundo Ted Gurr pode-se designar violência política como um ato que tem por objecto um regime político ou um dos seus representantes⁸²⁹. Por seu lado, Paul Wilkson considera que a violência política é um dano intencional ou uma ameaça de danos físicos ou em propriedades com fins políticos e uma violência não intencional provocada durante conflitos políticos difíceis⁸³⁰.

Os grupos de extrema-esquerda na década de 70 reativaram dois conceitos revolucionários formulados no século XIX: o da classe operária como sujeito central da luta política e o de legitimação da violência política, reclamando-se como os fiéis depositários da tradição marxista-leninista que tinha sido pervertida pelo conceito de «coexistência pacífica» adoptados pelos partidos comunistas da Europa Ocidental.

A polémica em torno da defesa ou da recusa de formas de luta violentas começou no início da década de 60 com o afastamento ideológico entre o PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e o PCC (Partido Comunista Chinês). Os chineses, liderados por Mao Zedong afirmavam que os soviéticos para serem coerentes com a linha da “*coexistência pacífica*” tiveram de desaconselhar o recurso a formas de luta que pusessem em causa o “*equilíbrio mundial*”, deixando o PCUS de ser um partido revolucionário.

Esta polémica entre o PCUS e o PCC acentuou-se com a publicação, em 1960, do documento *Viva o Leninismo!*, um conjunto de três textos editado pelas comemorações do 90º aniversário do nascimento de Lenine e parcialmente escrito por Mao Zedong. Neste documento era criticada a política externa da União Soviética que era acusada de abandonar a luta de classes em favor da política da “*coexistência pacífica*”. Este argumento vai inspirar os movimentos de extrema-esquerda europeus

829GURR, Ted. (1970), *Why Men Rebel*, Princeton, Princeton University Press

830WILKINSON, Paul. (1986), *Terrorism and the Liberal State*, Londres, Macmillan

que se afastam dos partidos comunistas e buscam inspiração nestas teses mais belicistas, que defendem o recurso a novas formas de luta, nomeadamente à violência.

O primeiro grande confronto destas duas linhas de pensamento político deu-se na Conferência dos Partidos Comunistas, que decorreu em Moscovo, de Novembro a Dezembro de 1960. Nesta reunião estiveram presentes 81 partidos comunistas, sendo a maioria das delegações dirigidas pelos secretários-gerais ou presidentes dos partidos. A delegação russa era dirigida, por exemplo, por Krutchev e a chinesa por Deng Xiaoping. As divergências entre os dois partidos foram notórias com ataques de um lado e de outro durante toda a Conferência. No final, embora não tenha havido votações formais, a esmagadora maioria dos partidos apoiou os soviéticos e ao lado dos chineses ficaram os partidos asiáticos da sua esfera de influência, a Austrália, a Nova Zelândia e os albaneses.

A declaração final acabou por ser uma dura negociação em que o PCUS aceitou não incluir uma condenação ao fraccionismo e o PCC aceitou incluir uma referência ao XX Congresso do PCUS.

Em 1962, o PCC resolveu mudar de tática e passou a criticar outros partidos comunistas para além dos soviéticos, acelerando, dessa forma, o processo de cisão existente dentro desses partidos, deixando de ser aceite, dentro da disciplina partidária e como forma de manter a coesão, a simpatia de alguns grupos pelas posições chinesas⁸³¹. O processo de cisão acentua-se com a publicação pelo PCC, em 14 de Junho de 1963, da *Proposta sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional*, que não é mais do que um documento síntese dos pontos de divergência entre este partido e o PCUS.

Neste documento os chineses voltam a afirmar a sua ideia que a guerra é uma forma de fazer política, a contestar a tese da «coexistência pacífica» seguida pelo PCUS e a declarar “*a necessidade da luta armada em todo o lado, mesmo nos países capitalistas ocidentais contra o imperialismo e contra a burguesia, tanto para a revolução nacional como para a transição do capitalismo para o socialismo*”. A conclusão mais importante deste documento é que “*o desenvolvimento e triunfo de uma revolução dependem da existência de um partido revolucionário do proletariado*” que não existe, porque o que há é um “*partido reformista burguês*”, que obedece a países

831Nos documentos oficiais do PCC começaram a aparecer críticas aos partidos comunistas da Bulgária, Hungria, Checoslováquia, Itália, França, Índia, RDA e EUA

estrangeiros, que não segue os princípios marxistas-leninistas e que, conseqüentemente, não pode dirigir a luta do proletariado⁸³².

A partir desta altura, a ruptura entre o PCUS e o PCC é inevitável. O PCC começa a publicar séries de artigos anti-soviéticos que reafirmam todas as áreas de ruptura teórica e política entre os dois partidos.

A 26 de Outubro de 1963, os chineses afirmam a inevitabilidade da divisão e começam a criar uma rede maiosta internacional, utilizando uma vasta rede de propaganda para disseminar pelos vários partidos comunistas a sua teoria política.

O Conflito Sino-soviético no PCP

O PCP (Partido Comunista Português) mantinha relações partido a partido com o PCC, no entanto, apenas em 1958 uma delegação do PCP se tinha deslocado à China, após uma série de negociações. O programa da visita incluía visitas a obras públicas, a fábricas e à Ópera de Pequim. O interlocutor chinês terá sido Kang Sheng que dá indicações sobre como conduzir a luta nas colónias, referindo que a luta armada era justificada nesse caso.

Em relação à situação política na metrópole, Alexandre Castanheira, que fez parte da delegação do PCP que foi à China, não tem dúvidas que os chineses duvidavam da eficácia do PCP em derrubar a ditadura e fazer uma revolução socialista: “não acreditavam sequer na eficácia da luta dos comunistas portugueses e incitam-nos a levar para Portugal a orientação de atingir rapidamente a libertação do país a partir da luta armada”⁸³³.

No início da década de 60, pouco ou nada se sabia em Portugal sobre o diferendo que opunha a China á URSS e bastante grande era o desconhecimento relativamente à revolução chinesa. Ocasionalmente o *Avante!* trazia artigos propagandísticos sobre as realizações do comunismo chinês mas nada que se comparasse com os do PCUS e os livros de Mao circulavam clandestinamente, traduzidos por funcionários do partido ou em traduções brasileiras, embora de forma

832Partido Comunista da China, Proposta sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional, in PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores, pág. 34, 35

833CASTANHEIRA, Alexandre. (2003), *Outrar-se ou a Longa Invenção de Mim*, Porto, Companhia das Letras, pág. 101, 102

insignificante quando comparado com os livros e folhetos soviéticos traduzidos que circulavam.

Segundo Pacheco Pereira, o PCP via o comunismo chinês como “uma variante do soviético, mais atrasado e mais «camponês», exótico e longínquo. E mais nada. As peculiaridades teóricas da obra de Mao Zedong, da história concreta do PCC e da revolução chinesa não eram conhecidas, nem suspeitadas”⁸³⁴.

O PCP foi apanhado pelo conflito sino-soviético num momento crítico da sua história, em que Álvaro Cunhal, após a fuga de Peniche, em Janeiro de 1960, encetava uma crítica à direcção de Fogaça e à “*via da solução pacífica para o problema político português*” por ele elaborada e que Cunhal adjectiva como um «*desvio de direita*» e abre-se caminho para a adopção da tese do “*levantamento nacional antifascista*”. As posições de Cunhal colocavam-no mais do lado das teses chinesas do que das soviéticas e, por isso, estes primeiros documentos são um exemplo de equilibrismo entre a crítica ao «*desvio de direita*» em Portugal e a defesa da linha da «coexistência pacífica» defendida para o movimento comunista mundial pela União Soviética.

Em Setembro de 1960, o PCP publica no *Militante* o primeiro documento oficial em que é referido, ainda que indirectamente, o conflito sino-soviético, intitulado *Três Problemas de Actualidade*, e que terá sido escrito por Cunhal. Nele o PCP reafirma a sua fidelidade ao PCUS e às posições soviéticas, mesmo criticando internamente o «*desvio de direita*», numa tentativa de distanciar as teses de Cunhal das posições chinesas sem abandonar a crítica à direcção de Fogaça. É referido que a linha da coexistência pacífica permite “*o prosseguimento vitorioso da construção do comunismo e do socialismo, para a libertação dos povos das colónias e dependentes, para o progresso do movimento operário internacional e para a luta geral contra o imperialismo*” e há um explícito ataque aos que defendem a via da luta armada, afirmando que esta “*levaria amplas massas populares a desinteressarem-se da luta contra a corrida aos armamentos e a aceitarem como fatalidade a política belicista quando a luta pela Paz é uma tarefa primordial na hora presente*”⁸³⁵.

No entanto, esta defesa da política da coexistência pacífica tinha de ser equilibrada com o processo de críticas internas, pois em certas franjas da oposição

834PEREIRA, Pacheco. (2008), *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores, pág. 125

835A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “*Três Problemas da Actualidade*”, *O Militante*, nº 105, Setembro de 1960

comunista começam a surgir críticas à atuação do PCP, centradas sobretudo na sua resposta débil à fraude eleitoral de 1958, na recusa em participar no golpe de Beja e na recusa de utilizar ações violentas durante a vaga contestatária de 62. por isso, a direção do PCP reafirma que, em Portugal, não era de excluir que o derrube da ditadura se fizesse através da luta armada, porém as condições existentes e a guerra colonial não se adequavam à passagem para esse tipo de luta, por isso, não era de esperar que tal acontecesse.

O texto acaba por se relevar um exercício de equilíbrio permanente entre a defesa de duas posições antagónicas, admitindo a possibilidade da transição ser pacífica mas defendendo que não se deve afastar a hipótese de recorrer a meios violentos. Na realidade, Cunhal tenta controlar o chamado “desvio de direita” mas também neutralizar os “*desvios de esquerda*” que propunham a realização de ações armadas para derrubar o regime.

Em 1961, Álvaro Cunhal sai do país e vai para Moscovo, juntamente com Sérgio Vilarigues, e as suas posições passam a refletir uma maior aproximação à União Soviética. Em Outubro de 1961, Cunhal participa no XXII Congresso do PCUS e no seu discurso faz um dos maiores elogios ao PCUS e à URSS e reafirma o apoio do PCP à política externa da União Soviética⁸³⁶.

Em Janeiro de 1963, o PCP aprova a primeira declaração crítica em relação ao PCC e durante esse ano as posições anti-chinesas foram crescendo de tom, com vários delegados portugueses a fazer críticas á China nas reuniões e congressos dos vários partidos comunistas que se foram realizando ao longo desse ano. Dentro do PCP as críticas à China eram praticamente unânimes, no entanto, uma voz discordante aparece. Francisco Martins Rodrigues é o primeiro pró-chinês dentro do PCP e as suas posições entram em clara divergência com a orientação do partido.

A 3 de Janeiro de 1960, Francisco Martins Rodrigues evadiu-se de Peniche na célebre fuga levada a cabo por Álvaro Cunhal e outros dirigentes do PCP. Em 1962 passou a integrar a Comissão Executiva do partido, criada com o objectivo de dirigir o partido no interior, uma vez que parte significativa dos membros do Secretariado tinham sido transferidos para o estrangeiro. Pertenciam à Comissão Executiva Alexandre Castanheira, Blanqui Teixeira e Martins Rodrigues. Entre 1960 e 1964, Francisco

836O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, Sobre a Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários em Moscovo, Março de 1961

Martins Rodrigues redigiu uma série de cartas ao Comité central do PCP que reflectiam a cisão em curso no movimento comunista internacional. A sua primeira posição critica tem a ver com questões internas, pois considera que o PCP não soube aproveitar o clima de radicalização e conflito que se fez sentir pós-eleições de 58 e durante o ano de 62 em que há gente na rua a “*pedir armas*”. Depois censura a posição do PCP no XXII Congresso do PCUS acusando o partido de aderir às posições de um grupo de partidos excluindo assim outros partidos irmãos que têm posições diferentes (o PCP tinha atacado violentamente o Partido do Trabalho da Albânia), favorecendo uma cisão no movimento comunista internacional. Martins Rodrigues defende que o PCP devia manter uma posição de neutralidade face ao conflito sino-soviético.

O agudizar do conflito levou o partido a indigitar Martins Rodrigues para participar, como membro da Comissão Executiva, numa reunião do Comité Central, realizada em Agosto de 1963, em Moscovo. Nesta reunião, Francisco Martins Rodrigues é confrontado com um Informe de Álvaro Cunhal, intitulado *A Situação no Movimento Comunista Internacional*, em que é declarado que a unidade no seio do movimento comunista internacional é precária e a culpa é do PCC que combate a linha política orientadora da União Soviética, levando a cabo uma atividade cisionista, seguindo-se a reafirmação do apoio à linha da coexistência pacífica:

“A coexistência pacífica é um factor do desenvolvimento de todo o processo revolucionário Mundial, porque nas condições de coexistência pacífica, prossegue vitoriosamente a construção do comunismo e do socialismo, torna-se cada vez mais poderosa e influente a grande criação e fortaleza da classe operária internacional que é o campo socialista, desequilibram-se cada vez mais as forças mundiais em favor do socialismo e desenvolve-se favoravelmente a luta da classe operária nos países capitalistas contra a reacção, contra o fascismo, pela democracia, pelo socialismo e a luta dos povos ainda submetidos ao jugo colonial pela sua independência”⁸³⁷.

Nas críticas que faz ao Partido Comunista Chinês, Cunhal acusa-o de não reconhecer a autoridade e o prestígio do PCUS, de ter uma posição dogmática e sectária e afirma: “*discordamos dos nossos camaradas chineses, criticamos a sua actuação e orientação, mas continuamos a considerar o PCC como um partido irmão do nosso, um grande e glorioso partido dum grande e glorioso povo*”, embora reconheça que será

837A Situação no Movimento Comunista Internacional, *Avante!*, nº 334, Outubro de 1963

difícil restabelecer a unidade ideológica no movimento comunista⁸³⁸.

Por seu lado, Francisco Martins Rodrigues também preparou muito bem esta reunião, onde expôs livremente as suas críticas que mais tarde foram resumidas no seu documento *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*. Estas críticas marcam o início do seu afastamento em relação ao partido que, por seu lado, se foi tornando cada vez mais intransigente e intolerante para com os simpatizantes com as teses chinesas e passou a alinhar definitivamente com o PCUS.

Da “Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento” à FAP

O documento de Francisco Martins Rodrigues, *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, escrito em 1963, é o resumo das críticas que este fez ao PCP na reunião do Comité Central de Agosto desse ano.

Enviado à direção do partido, ainda sob o pseudónimo de “Campos”, este documento foca-se na questão da luta armada e assume-se como uma crítica á linha seguida pela direção do partido. Francisco Martins Rodrigues considera que a luta armada é a forma de luta mais eficaz para derrubar o regime e fazer a «revolução socialista». Para ele estão criadas em Portugal as condições necessárias para se pôr em marcha esta forma de luta: (i) o país vivia, desde 1961, uma guerra colonial sem fim á vista e que estava a precipitar “*rapidamente a crise política, económica e diplomática da ditadura*”; (ii) tinha aumentado as manifestações populares de desgosto perante o aumento das más condições de vida; (iii) já tinha sido ensaiada a primeira acção armada com o assalto ao Quartel de Beja, em 1962; (iv) a “*pequena-burguesia*” e os estudantes deixaram de acreditar numa saída constitucional e “*orientam-se no sentido da insurreição armada*”.

A crítica que ele faz ao PCP é que tendo este consciência que o regime atravessa uma grave crise não tira as conclusões teóricas e práticas dessa constatação e continua a afirmar que, apesar da conjuntura favorável, não estão ainda criadas as “*necessárias condições que permitam levar o movimento a etapas superiores*”. Para o partido só a luta de massas pode levar ao derrube do regime e à implantação do socialismo. Para Francisco Martins Rodrigues a guerra colonial agudizou a luta de classes em Portugal e

838A Situação no Movimento Comunista Internacional, *Avante!*, nº 334, Outubro de 1963

radicalizou a luta do proletariado que está preparado e pede para passar a outra forma de luta mais radical e violenta.

Francisco Martins Rodrigues não subalterniza a importância da luta de massas. Esta continua a ser importante e é necessário que continue a haver grandes ações de massas, greves, manifestações, comícios e choques com o aparelho repressivo fascista. No entanto, estas ações deviam ser impulsionadas e apoiadas pela ação armada e o partido devia saber combinar as ações violentas com as ações pacíficas.

Neste documento, são referidas as principais táticas e estratégias para desencadear a luta armada, considerando que era premente “*dominar a tática de luta militar começando pelas pequenas ações, forjar os quadros, a disciplina, a aptidão para o combate, aprender a bater-se*”. Era necessário estudar cuidadosamente as experiências de outros povos revolucionários, aprender com os seus sucessos e os seus erros, elaborar uma estratégia e uma tática, criar quadros, obter armas⁸³⁹.

Em Dezembro de 1963, o PCP expulsa Martins Rodrigues, acusado de atividades cisionistas e de abandono das tarefas partidárias, no entanto, este vai manter uma correspondência intensa com o partido apesar deste nunca lhe responder diretamente.

Após a sua saída do partido, Francisco Martins Rodrigues entra em contacto com Ruy d’Espinay e João Pulido Valente, entre outros militantes comunistas que haviam abandonado o PCP. Destes contactos dá-se a fundação da FAP (Frente de Acção Popular), nos primeiros meses 1964, cujo órgão principal era o jornal *Acção Popular*. A FAP tinha como principal objectivo preparar a passagem para a luta armada, preparando os seus militantes para a ação direta.

Em Abril-Maio desse ano, é fundado CMLP (Comité Marxista-Leninista Português), cujo órgão era o jornal *Revolução Popular*. Na prática as duas organizações não se distinguiam como estrutura organizativa, o Secretariado da FAP e a Direção do CMLP confundem-se e a sua atividade, para além da edição do jornal, era efectuada através da FAP. A principal preocupação da FAP/CMLP era o desencadeamento imediato da luta violenta. A organização pretendia agrupar todos aqueles que ambicionassem combater para a concretização das “*cinco tarefas da revolução democrática e popular: Liberdade, Paz, Pão, Terra e Independência*”. No fundo, a

839 Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento

FAP polemizava com o PCP e à “*revolução democrática e nacional*”, proposta pelo PCP opunha a “*revolução democrática popular*”, capaz de congrega as “*massas oprimidas da cidade e do campo*”⁸⁴⁰. Permanecia a linha etapista defensora da insurreição armada e da aliança com as camadas populares, que teria na FAP a sua plataforma política.

No entanto, a FAP acabou por não conseguir realizar nenhuma acção armada, pois, em Janeiro de 1966, Francisco Martins é preso provocando o desmantelamento da FAP. O CMLP manteve uma continuidade organizacional até 1970, data em que é criado o PCP (ML).

O PCP passa à luta armada

A expulsão do PCP de Francisco Martins Rodrigues não acalmou o debate interno acerca do alinhamento do partido com o PCUS e da adopção da luta armada como uma nova forma de luta que podia ser eficaz no derrube do regime. Sectores mais radicalizados, particularmente o estudantil e o operariado, reclamavam menos táctica e mais combate.

A direcção do partido procurou, desde finais de 1964, enquadrar este movimento e lançou, sob responsabilidade de Rogério de Carvalho, membro do Comité Central, uma organização de *ações especiais*. Tratava-se de manter um equilíbrio entre a aproximação que o partido tentava fazer com os sectores mais moderados da oposição, nomeadamente, a ASP (Acção Socialista Portuguesa) e a manutenção da base de apoio nos sectores mais radicalizados e mais críticos num momento em que as organizações de esquerda radicais se começavam a multiplicar, embora ainda sem grande expressão.

De facto, em 1967, surgiu a segunda organização de luta armada em Portugal, a LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária), cujo principal dirigente era Hermínio da Palma Inácio, que iniciou a sua atividade com o assalto à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz. Apesar de rapidamente desmantelada com a prisão de Hermínio da Palma Inácio e outros dirigentes, a LUAR encetou a primeira acção de violência política à margem do PCP e causou grande impacto dentro da oposição.

840“*A Frente Nacional*”, *Acção Popular* nº 2, Outubro de 1964

O PCP não podia ficar passivo perante esta realidade e começa a organizar o grupo de *ações especiais*, com alguns militantes a irem fazer preparação militar a Cuba. Depois desta viagem, deslocam-se a Praga para se encontrarem com Álvaro Cunhal e Manuel Rodrigues da Silva, ficando então a perceber que a intenção do PCP era criar uma organização paralela, embora apoiada e tutelada pelo PCP, o que significava que o partido se desresponsabilizava diretamente pelas ações efectuadas. E, de facto, o PCP só veio a reconhecer que a ARA era o seu braço armado depois do 25 de Abril de 1974.

O momento de cisão mais forte dentro do PCP acontece em 1969, no seguimento de um debate intenso a propósito da utilização da violência revolucionária como arma política e como forma de solidariedade com a luta dos povos das colónias. Os dissidentes entram em contacto com Carlos Antunes, responsável pela organização do PCP em Paris, já em ruptura com o partido e estabelecem-se contactos com o sector da CDE de Lisboa através de Isabel do Carmo e procuram alargar a influência à FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional) em Argel, através de Manuel Alegre, membro da Junta Revolucionária Portuguesa, o organismo dirigente da Frente, que também estava em ruptura com o PCP, e que conseguiu o apoio de Fernando Piteira Santos e Manuel Sertório.

O objectivo da Junta Revolucionária Portuguesa era afastar o PCP da direcção da FPLN, representado aí por Pedro Soares, membro do Comité Central, que é expulso da Frente em Setembro de 1970, mantendo a nova FPLN a posse da Rádio Voz da Liberdade, que emitia de Argel. Com esta cisão, o PCP perde a influência sobre os sectores mais radicalizados da oposição e considera que chegou a hora de passar para formas de acção violentas, tentando, desta forma, manter o apoio das bases mais radicais. Em 1970, o comando central da ARA está definido, sendo os seus dirigentes Francisco Miguel, Jaime Serra e Raimundo Narciso.

A ARA inicia a sua atividade em Outubro de 1970 com a sabotagem do navio *Cunene*. As suas acções visam, sobretudo, o aparelho colonialista e repressivo do regime e eram acompanhadas pela divulgação de um comunicado explicativo que contextualizava e esclarecia os objectivos de cada uma das acções. Tanto o PCP como a oposição não comunista apoiaram as suas acções que se prolongaram até Maio de 1973, quando esta informou que ia suspender a sua atividade para dar prioridade á luta de massas que se estava a desencadear no país.

Apesar de não ter conseguido atingir o seu objectivo de desencadear a luta armada e de rapidamente ter sido desmantelada pela PIDE, a FAP/CMLP foi a primeira organização pró-chinesa em Portugal, inseriu-se dentro da primeira vaga de cisões nos partidos comunistas originadas pelo conflito sino-soviético e constituiu um importante património que viria a servir de substrato ideológico aos grupos marxistas-leninistas que se lhes seguiram.

CULTURA

Progresso, velocidade, indústria

Nuno Pinheiro

Centro de Estudos de História Contemporânea
ISCTE-IUL

Conhecemos o século XIX como o século da indústria e do vapor. De facto, depois de um tímido início em setecentos foi em oitocentos que a indústria e novas formas de utilização de energia se impuseram. A indústria rapidamente passou as fronteiras britânicas alargando-se gradualmente a todo o mundo. Chegou também, embora de forma tardia e pouco consistente a Portugal. Se a primeira aplicação da máquina a vapor permitiu o aparecimento da fábrica, este não foi o único campo em que foi utilizada. A máquina a vapor permitiu igualmente uma revolução dos transportes, esta iniciou-se com o caminho-de-ferro e continuou com os navios a vapor dando novo significado à palavra velocidade. Durante o século XIX assistia-se à luta pela rapidez no transporte marítimo entre clippers e vapores, assim como a duelos de velocidade entre locomotivas. Frequentemente estas disputas pela velocidade tinham importância económica. Já no final do século era o motor de combustão interna a permitir a uma nova revolução dos transportes com o automóvel e a motocicleta fazendo da velocidade um desporto, sem que se perdesse a importância económica. Os nascentes desportos motorizados tornaram-se num meio de inovação tecnológica e promoção para a indústria automóvel nascente, tal como o tinham sido para o transporte marítimo e ferroviário.

O século XIX é igualmente o século da fotografia, anunciada oficialmente em 1839, mas baseando-se em décadas de pesquisa. Desta pode-se dizer que é a industrialização da representação, não só permitia a massificação, mas podia igualmente ser feita de uma forma muito mais rápida. Toda a história técnica da fotografia ao longo do século XIX visa estes dois objetivos, a massificação e a velocidade. A procura da velocidade manifesta-se a vários níveis, é a velocidade do processamento, mas sobretudo os tempos mais curtos de exposição tornados possíveis pela combinação de objetivas de maior abertura com materiais mais sensíveis. A massificação deu um grande passo em frente com a Carte de Visite nos anos 1850⁸⁴¹, que tornou o retrato

⁸⁴¹ROUILLE, André e DEARBOT, Bernard. (1986), *Le corps et son image, Photographies du XIX siècle*, Paris, ContreJour e Frizot, Michel; July, Serge; Phéline, Cristian; Sergue, Jean. (1986), *Identités, de Disderi au Photomaton*, Paris, CNP

fotográfico acessível a grupos mais amplos, já a velocidade foi progredindo até nos primeiros anos do século XX se anunciarem máquinas a permitir exposições com a duração espantosa e simbólica de 1/1000 de segundo, um número que se manteria atual até aos anos 1960.

É também no século XIX que se assume de forma consciente a ideia da mudança da sociedade que é representada pela história que então se estabelecia enquanto disciplina. Todos os países constroem as suas histórias nacionais. É clara a consciência de que locais, edifícios e modos de vida estavam a desaparecer e que não existiriam mais no futuro. “As câmaras começaram a duplicar o mundo na altura em que a paisagem humana passou a estar submetida a um vertiginoso ritmo de transformação: enquanto uma imensidão de formas de vida social e biológica são destruídas num brevíssimo espaço de tempo, surge uma invenção que permite o registo do que vai desaparecendo”.⁸⁴² Tal como se entendia um passado muito diferente do presente, também se espera que o futuro seja diferente do presente. Nascido no Iluminismo setecentista o ideal de progresso está mais centrado no progresso social e cultural do que na tecnologia. Este progresso seria mais um resultado de descobertas científicas como a de Darwin que permitiriam libertar a humanidade da superstição, do que das vantagens económicas da grande produção industrial. Naturalmente que os filósofos do século XIX acabaram por integrar o progresso económico e a industrialização neste ideal de progresso.

No entanto, é importante perceber que não se trata de um modelo ideológico unitário e completo. Este ideal pode-se encontrar tanto nos positivistas como em Marx, unidos pela crença no progresso que conduziria a um futuro melhor. Consciência do passado, convicção de um futuro diferente, conduziu a uma representação do presente em que tanto se viam os sinais do futuro como os vestígios do passado. É rica a representação da sociedade desse tempo. Literatura, teatro, pintura, escultura e até a mais abstrata de todas as artes, a música interessaram-se como nunca pela sua própria época. O mesmo aconteceria em meados do século com a nova forma de expressão que entrava em cena, a fotografia. Por definição está limitada ao presente, embora possa procurar aí sinais do futuro e vestígios do passado, A sua forma de representação é basicamente realista, a encenação e a construção são possíveis, mas não são o que a caracteriza. A sua história é marcada pelo rápido crescimento dos campos de aplicação

⁸⁴² SONTAG, Susan.(1986), *Ensaio sobre Fotografia*, Lisboa, D. Quixote, p.24

e do número dos seus praticantes, tornando-se, em quantidade, numa das fontes mais significativas para a segunda metade do século de oitocentos⁸⁴³. Era, além disso, uma prática que em si mostrava o progresso, pela sua novidade e rápido avanço técnico. Tinha igualmente aplicações científicas óbvias, permitindo melhorar o conhecimento da realidade, a fotografia do movimento por Edwaerd Muirbridge, a microfotografia e o raio X de Roetgen eram exemplos do conhecimento de novas realidades. Também se tornou importante como forma de difusão. Foi graças à fotografia muitas das grandes obras artísticas foram largamente conhecidas. É importante sublinhar que alguns princípios que marcaram a fotografia do século XX, como por exemplo o conceito de fotografia documental, baseada na objetividade e no fotógrafo como observador neutro e tanto quanto possível invisível, só surgiram depois da Grande Guerra.

As fotografias utilizadas foram feitas com muitos objetivos e por produtores diversificados, desde a imagem de amador à de imprensa, passando por aquelas motivadas por fins empresariais. De meados do século XIX até à primeira guerra mundial foram muitos milhares as fotografias produzidas, de retratos a paisagens, de imagens científicas a fotografias de imprensa, de postais ilustrados a fotografias de amadora fotografia integrou-se em todos os aspetos vivência humana. Trata-se de uma multiplicidade de visões que forçosamente refletem as ideias, aspirações e obsessões do seu tempo, nomeadamente o ideal de progresso, ou melhor as várias ideias de progresso. Importa perceber como a fotografia via esse progresso, o que se entendia por progresso, quais as formas como se manifestava, quais eram os sinais desse progresso, quais eram os sinais do futuro.

Hoje não é possível falar do século XIX sem falar na indústria, já que esta é, seguramente, a inovação de maior significado para a mudança da sociedade. A indústria está presente no discurso económico, no social e até na literatura. Sendo a indústria tão relevante para o progresso e tão presente nos discursos seria de esperar que a fotografia criasse um discurso estruturado sobre a indústria, a fábrica e mesmo sobre os operários. Apesar de herdar muitas das convenções da pintura a fotografia⁸⁴⁴ era um meio novo, próprio para abordar novas realidades, do ponto de vista técnico estava habilitada a entrar no espaço industrial. As próprias fábricas, a imprensa ilustrada ou o público em

⁸⁴³ PINHEIRO, Nuno. (2011), “Fotografia e História Social, Utilização da Fotografia como Fonte para a História”. Revista de Estudos do Século XX. 11,p 105-117

⁸⁴⁴ HOCKNEY, David. (2001), *Secret Knowledge: Rediscovering the Lost Techniques of the Old Masters*, Londres, Thames & Hudson

geral poderia interessar-se por fotografias industriais. Existem situações conhecidas desse facto. Foi estudado, o arquivo de um dos gigantes industriais oitocentistas, a Krupp, com centenas de milhares de fotografias⁸⁴⁵ que se iniciam nos anos 1860. Porém, esse parece ser um caso relativamente isolado e sem paralelo na Europa⁸⁴⁶. A imprensa ilustrada também não aparenta um interesse especial pela indústria, de todas as capas da Ilustração Portuguesa, representando temas variados, da atualidade política à alta sociedade, da ciência a imagens bucólicas, apenas uma tem uma fotografia de fábrica e esta é sobre o esforço de guerra, não propriamente sobre a indústria.

Com uma industrialização tardia e insipiente parece natural a escassez de arquivos fotográficos industriais em Portugal, mas como se referiu estes são raros na Europa sendo o grande arquivo da Krupp a exceção. A relativa escassez de fotografias do meio fabril e dos seus protagonistas em Portugal poderia parecer um efeito da industrialização tardia e insipiente, porém uma vez que esta situação é semelhante à de países mais industrializados de Europa, não se pode deixar de considerar que estamos sobretudo perante uma questão ideológica. A visão do progresso na fotografia passa pouco pela imagem da indústria.

Em Portugal também não são frequentes os retratos em que se possa ligar o retratado a uma profissão, que não seja militar, médico ou ator. O retrato individual parece centrado no lazer. Nos Estados Unidos vivia-se uma situação muito diferente, eram comuns os retratos ocupacionais em que por iniciativa dos próprios trabalhadores se faziam fotografias em que os retratados apareciam com os trajes e ferramentas da sua ocupação quer fossem ferreiros ou mineiros⁸⁴⁷. Para o aparecimento destas imagens contribui não só a utilização de processos fotográficos baratos (tintype) embora não sejam os únicos, como uma necessidade de produção dessas imagens – muitas seriam destinadas a enviar a familiares no velho mundo – e ainda uma atitude diferente em relação ao trabalho.

Em Portugal, sobretudo a partir do ultimato de 1890 é patente o regresso ao bucolismo. Esse bucolismo está patente na literatura ou pintura e prolonga-se

⁸⁴⁵TENFELDE, Klaus, Dir. (1994), *Fotografie und Geschichte in Industriezeitalter*, Munique, Verlag C.H. Beck

⁸⁴⁶PINHEIRO, Nuno. (2008), "Industrial Photography", *Encyclopaedia of Nineteenth Century Photography*, Routledge, New York, 2008, p. 741-744

⁸⁴⁷AAVV. (1990), *Photography's Beginnings - A Visual History*, Albuquerque, University of New Mexico Press

temporalmente até ao Estado Novo no qual se enquadra perfeitamente. José Augusto França fala nos pintores amadores seguidores e imitadores de Malhoa⁸⁴⁸, mas poderia igualmente falar nos fotógrafos que procuravam as imagens de lavadeiras, varinas, carros de bois, integrando-se no mesmo movimento. O bucolismo na fotografia tem uma correspondência internacional naquilo a que chamava o naturalismo que partia de um texto de P. H. Emerson que em Portugal foi publicado em 1885 pela *Arte Fotográfica*. O bucolismo representa um regresso à tradição, pelo menos à imagem do tradicional, e na fotografia é anterior a 1890 e um fenómeno não exclusivamente nacional. Deve-se sublinhar que a imagem da ruralidade não surge nessa altura, antes acompanha a fotografia desde o seu início. De uma forma algo paradoxal este bucolismo não deixa de ser uma manifestação desse ideal de progresso. Um dos impulsos que leva a este tipo de imagem é o tentar registar modos de vida que se esperava que viessem a desaparecer.⁸⁴⁹

Não sendo as fotografias da indústria a forma mais importante da expressão do progresso do século XIX e início do século XX, haveria outras formas dessa expressão na imagem fotográfica. A nova sociedade não se fazia notar só pelas máquinas das fábricas. As máquinas também estavam nos transportes, as cidades cresciam ganhando uma escala nunca vista. E, de facto, se a indústria nunca conseguiu tornar-se num tema fotográfico coerente, o ideal de progresso iria encontrar outros temas para se exprimir. A cidade, os transportes, para não falar no traje e nos costumes eram formas de expressão dos novos tempos, do seu ideal, o do progresso, na imagem fotográfica.

Desde meados de oitocentos que a fotografia de meios de transporte se tornou muito importante, em especial a de caminhos de ferro. Essa fotografia foi importante tanto para amadores, como para a imprensa, como ainda conduziu a uma grande quantidade de imagens encomendadas de construção, em Portugal são mais conhecidas as fotografias de Biel dos caminhos de ferro do Norte⁸⁵⁰, mas a fotografia ferroviária foi um dos grandes géneros do seu tempo⁸⁵¹. Esta fotografia tornava-se ainda mais importante quando, como nos Estados Unidos, a construção de caminhos de ferro correspondia a descoberta de terras desconhecidas. As fotografias da união entre a via-

⁸⁴⁸ FRANÇA, José Augusto. (1990), *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2 vols., Lisboa, Bertrand

⁸⁴⁹ EDWARDS, Elisabeth. (2012), *The Camera as Historian, Amateur Photographers and Historical Imagination*, Duke University Press, Durham & London

⁸⁵⁰ BAPTISTA, Paulo Artur Ribeiro. (1994), *A Casa Biel e as suas Edições Fotográficas no Portugal de Oitocentos*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa,

⁸⁵¹ MONDEJAR, Publio Lopez. (sd) *Viajeros al Tren - Cien Años de Fotografía y Ferrocarril*, Lunberg, Barcelona

férrea que ia de Este para Oeste com a que partia do Pacífico representam de uma forma muito clara o ideal de progresso nos Estados Unidos, já que juntavam o progresso técnico à conquista da fronteira, sendo esta a conquista da natureza e a vitória sobre os índios. A fotografia ferroviária acaba por se constituir num corpus coerente em que pontificam as imagens das estruturas, em especial obras de arte, do material circulante e da própria atividade ferroviária. Importante não esquecer, neste contexto, a fotografia de turismo, atividade que se afirma nesta altura. Para Sontag, a viagem é mesmo uma estratégia para acumular fotografias.⁸⁵²

Se o caminho-de-ferro foi a principal forma de manifestação da velocidade na fotografia oitocentista e do início de novecentos, outras formas de transporte são igualmente importantes, especialmente à medida que se entra no século XX em que o automóvel, a motocicleta e mesmo o avião se tornam comuns. Por essa altura também o desporto ganha importância e se torna em objeto fotografável. Esta conquista da velocidade implicava alguma proficiência técnica por parte do fotógrafo e foi sendo aperfeiçoada à medida que a própria técnica fotográfica ia conseguindo lidar melhor com a velocidade. Na segunda década do século XX era possível encontrar imagens de desporto que não se limitando a retratos dos participantes, mostravam a ação. As fotografias de automóveis mostravam-nos a andar a velocidades então estonteantes, mesmo no caminho-de-ferro o que se tentava era ter a imagem do movimento. Um exemplo disso é a fotografia com que D. Carlos foi premiado no concurso de Cascais em 1899 em que fotografava um comboio em movimento, a partir de outro comboio em movimento. Infelizmente o “Boletim Fotográfico” publicou muitas imagens deste concurso, mas não esta.

Eram os próprios fabricantes de material fotográfico, sobretudo a partir dos anos 1890 a mostrar o que se entendia como progresso. As objetivas, os materiais sensíveis, até os obturadores iam-se tornando mais rápidos, correspondendo ao ideal de progressão e a uma das conquistas oitocentistas, a velocidade.

De facto muitos dos aspetos mais evidentes do ideal de progresso faziam-se notar pela velocidade, era a velocidade dos caminhos de ferro e (depois) dos automóveis. Era a velocidade necessária à nascente prática desportiva. Faltavam talvez as imagens da indústria, pelo menos na quantidade e diversidade que gostaríamos de ter. Porém não era pela relativa ausência desse aspeto que o ideal de progresso deixava de

⁸⁵² SONTAG, op. Cit., p.19

se exprimir na fotografia. Até porque a própria fotografia é uma expressão desse ideal⁸⁵³. A expressão do ideal do progresso na fotografia manifesta-se sobretudo com a imagem da velocidade. Esta imagem vai-se adaptando e de certa forma acelerando com um progresso técnico paralelo dos transportes e da fotografia. A velocidade torna-se de tal forma importante, a um nível internacional, que se torna num dos aspetos centrais do desenvolvimento de materiais fotográficos e também do seu marketing. O ideal de progresso manifesta-se pois de formas variadas, exclui, de certa forma, a indústria, e acaba por ganhar manifestações paradoxais, como o bucolismo. Porém a sua mais importante manifestação é nas imagens da velocidade que podia não ter os mesmos efeitos sociais que a indústria, tendo, no entanto, inegáveis efeitos sobre o quotidiano.

⁸⁵³CRARY, Jonathan. (1994), *L'Art de L'Observateur - Vision et Modernité au XIX Siècle*, Nimes, Editions Jacqueline Chambon,

Vinho, café, chá...e cinema !

Cláudia Pinto Ribeiro

CITCEM e Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Quando, em Junho de 1896, o Cinema faz a sua entrada triunfal na tela do Real Colyseu, em Lisboa, poucos seriam os que acreditavam no seu êxito repentino e retumbante. As classes populares deixaram-se seduzir, imediatamente, pelas imagens pouco nítidas, mas movimentadas, que se apresentavam à sua frente e, sentadas em tábuas corridas, forradas a lona, vibravam com estrondosas gargalhadas ou ruidosa choradeira, alimentadas pelo talento dos primeiros actores de Cinema.

Democraticamente, a Sétima Arte passou a fazer parte dos hábitos do quotidiano dos pobres e remediados, que frequentavam as feiras, e dos que, com mais posses, exibiam ao domingo a melhor farpela, pavoneando-se antes de terminarem o dia no animatógrafo. *“Foram aumentados os salários no Arsenal da Marinha a todos os operários, pobres e remediados, famintos e de boa mesa, e até àqueles que passeiam ao domingo com a família bem vestida, e vão à noite ao animatógrafo”*.⁸⁵⁴

Na sua origem, o Cinema apresentava-se como um instrumento didático, criado para fins académicos, sem objetivos artísticos ou comerciais. Contudo, a rentabilidade desta invenção depressa desvirtuou os desígnios iniciais, acelerada pelo êxito instantâneo que conhecia em cada apresentação ao público. Com o aperfeiçoamento dos aparelhos e da qualidade de projeção, o cinema vai-se impondo, paulatinamente, como espetáculo dominante, sobressaindo na programação das companhias de teatro. Aliás, o sucesso arrebatado pelas exibições cinematográficas obriga à apropriação de espaços como lojas, salões, armazéns ou igrejas, como uma *“do Barreiro, que está alugada a um animatógrafo”*.⁸⁵⁵ Em Palmela, o caso muda de figura: tem eco no Parlamento a *“profanação que ali se pretende fazer. Está anunciado o arrendamento de uma igreja por um ano, para ser transformada em animatógrafo, e a venda da pia baptismal. (...) Não se podem admitir esses espectáculos, por vezes bem escabrosos em tal lugar (...)”*.⁸⁵⁶

⁸⁵⁴*Diário das Sessões do Senado*, L1, SL2, N.º 17, de 29 de Dezembro de 1911, p. 13.

⁸⁵⁵*Diário da Câmara dos Deputados*, L7, SL1, N.º 57, de 22 de Março de 1926, p. 29.

⁸⁵⁶*Diário das Sessões do Senado*, L7, SL1, N.º 43, de 9 de Abril de 1926, p. 11.

O Salão Ideal, inaugurado em 1904, foi o “*primeiro salão português expressamente concebido para a exibição cinematográfica*”. A partir de então, assiste-se à abertura de um rol de salões pela mão de Raul Lopes Freire: o Salão Chiado, aberto em 1907, anexo aos armazéns Chiado, o Salão Central, em 1908, nos Restauradores, e, já na República, o Salão Foz, que se iria vincular ao Salão Central, seu vizinho. Procurando as zonas mais movimentadas ou com certa tradição noturna, os primeiros salões de Lisboa vão pulular para responder ao interesse entusiástico de um público pouco exigente e letrado. Por isso, as feiras vão ser terreno fértil para fazer brotar pequenos barracões com “animatógrafos”, misturados com figuras de cera, quinquilharias, cosmoramas⁸⁵⁷ e teatros. Bastavam umas dezenas de tábuas forradas a lona para se montar um aparelho e aguardar pelo ajuntamento de multidão que esperava, ansiosa, a exibição de algumas fitas que prometiam gargalhadas sonoras.

De sonoro apenas se recordam as risadas do público, pois os primeiros filmes, mudos, deleitavam a assistência com os seus jogos de mímica e de dança. Apenas os mais *atentos* compreendiam a distância percorrida entre o que se dizia e o que se pretendia dizer:

“Como se sabe, o surdo-mudo compreende perfeitamente o que dizemos pelos movimentos dos lábios. Ora, certa noite, um destes infelizes assistia a uma sessão cinematográfica. O filme era extraordinariamente dramático e comovera o público até às lágrimas. De repente, e quando a comoção era mais intensa, o surdo-mudo desata a rir como um perdido. O escândalo foi geral. A razão explicou-a ele depois; tinha sido esta: o protagonista do drama, nessa altura, certamente por saber que estava representando apenas para o operador, proferira uma frase obscena, por brincadeira, frase que ele traduzira e lhe provocara o riso.”⁸⁵⁸

Com o advento do cinema e a multiplicação dos vários operadores, surgem, também, os primeiros realizadores. Aurélio da Paz dos Reis reúne consenso quanto à atribuição do título de “primeiro realizador português”.

“O cinema, porém, foi uma paixão passageira motivada pelo seu interesse mais profundo, e mais duradouro, pela fotografia”. Recordem-se, contudo, *“as vistas das principais ruas e praças de Lisboa e Porto, danças regionais, feiras de gado e*

⁸⁵⁷ Compilação de quadros, exibindo os sítios e os monumentos mais célebres da Terra e que se observam por aparelhos ópticos.

⁸⁵⁸ *Higiene mental...* p. 3.

as inevitáveis chegadas de comboio e saídas de fábricas, como a “Saída do Pessoal da Camisaria Confiança”, tradicionalmente apontado como o primeiro filme português”.

A vontade de Paz dos Reis coincidia com o interesse que norteou a produção cinematográfica em Portugal, nas primeiras décadas de existência: a intenção de filmar o país para o mostrar ao estrangeiro. Aliás, na sua origem, o cinema foi um aparelho didático por excelência, nascido no laboratório de fisiologia, como um meio de estudo, que servia, aqui e no estrangeiro, como instrumento capaz de publicitar os mais modernos procedimentos desenvolvidos no campo da Medicina.

“[Realizaram-se] (...) duas sessões (...), uma na Escola Médica de Lisboa, por ocasião do Congresso Internacional de Medicina, onde o célebre médico Doyen fez curiosas demonstrações dos seus processos por meio do cinema; a outra no Instituto Pasteur de Paris, onde o diretor deste estabelecimento, Dr. Roux, discípulo ilustre de Pasteur e autor do célebre soro antidiftérico, fez, perante uma assembleia de médicos e professores uma interessante exposição da aplicação do cinema ao estudo de alguns parasitas microscópicos do sangue.”⁸⁵⁹

Acrescentem-se, ainda, às potencialidades do cinema “*o ensino da geografia, da história natural e às lições de coisas. É um meio educativo e instrutivo que devia ser utilizado para a preparação cívica do povo*”. Ou, imagine-se, a diferença que o cinema faria na vida quotidiana das pessoas se, em tempo de contágio de doenças, se reproduzisse no “*film as fases da terrível doença, as medidas higiénicas preventivas ou curativas a adoptar, etc., etc.*?”⁸⁶⁰

Consiste, todavia, uma minoria esta aplicação destinada à película de filme. O público não compra bilhetes a \$30⁸⁶¹ para visionar filmes educativos emanados da Assistência Pública. As pessoas que param defronte dos “*afixes*”, à porta dos cinematógrafos, querem consumir aquilo que eles publicitam: “*suicídios românticos, crimes abomináveis, cenas patéticas, tudo o que excita os nervos e perverte os cérebros*”. O que interessa o público “*é a parte emotiva do entrecho, é o crime, é a morte, são os processos ilegais, os ardis de que as personagens se servem para a*

⁸⁵⁹Higiene mental... p. 3.

⁸⁶⁰Higiene mental... p. 3.

⁸⁶¹ Preço de um bilhete de entrada num animatógrafo, em Março de 1926. *Diário da Câmara dos Deputados*, L1, SL1, N.º 59, de 25 de Março de 1924, p. 20.

prática desses crimes”.⁸⁶² E é por causa desta sede de sensacionalismo melodramático que pedagogos, médicos e políticos se debruçam sobre os malefícios que o cinema produz, particularmente, na criança, “*que possui em alto grau a emotividade*”, sem esquecer, contudo, que “*o povo, as classes menos cultas estão nas mesmas condições*”, principalmente porque lhes inculca no “*espírito ideias novas e funestas e despertando maus instintos até então adormecidos*”.⁸⁶³

O carácter imitativo da criança é uma característica que deve ser considerada atentamente, pois “*todos nós temos a preocupação de imitar, preocupação que pode e deve ser melhorada*”; um uso abusivo e deturpador desse atributo conduz ao desfecho que se assistiu no parágrafo anterior. Por isso, deve-se aplicar uma vigilância criteriosa quando se trata de autorizar a permanência do cinema no quotidiano infantil, cuidado que deve situar-se na seleção dos filmes, mas também nas questões físicas de visionamento.

Médicos e pedagogos demonstram estar atentos a esta questão. Os pais é que nem por isso. “*Há mães que levam os filhos, crianças de tenra idade, aos espectáculos indecorosos dos teatros e animatógrafos e até há chefes de família que a levam a ver esses espectáculos, em consequência dessa falta de moral que tem invadido todas as sociedades*”.⁸⁶⁴

O cinema espelhava os vícios da sociedade, projetando no grande ecrã, com humor e de forma *americanizada*, a agilidade de um Douglas Fairbanks a assaltar um transeunte ou, “*a par do jogralismo de um “Charlot”, aparecia a maneira como se forçava uma porta e se fazia um roubo*”. Hospedeiro das inclinações maldosas da sociedade, o cinema era “*pior que um jornal, porque chega a toda a parte, ao passo que o jornal não*”.⁸⁶⁵ Por isso, *fiscalizar* era a palavra de ordem:

“Para se ver a quanto descemos, basta dizer que, quando a censura de Paris considera «género de exportação» qualquer fita cinematográfica, que ataca por uma maneira mais descoberta a moralidade e os bons costumes, já se sabe que essas fitas vêm para Portugal, consideradas como matéria de Belas Artes.

⁸⁶²*Higiene mental...* p. 3.

⁸⁶³*Higiene mental...* p. 3.

⁸⁶⁴*Diário das Sessões do Senado*, L6, SL1, N.º 88, de 27 e 28 de Novembro de 1923, p. 10.

⁸⁶⁵*Diário das Sessões do Senado*, L6, SL1, N.º 88, de 27 e 28 de Novembro de 1923, p. 12.

Parece-me isto indigno dum país civilizado e será por ironia que continuaremos a inscrever este capítulo se não fizermos fiscalizar a maneira como funcionam os teatros e se exibem as películas dos cinematógrafos.”⁸⁶⁶

Na segunda década de XX, o debate em torno desta temática não se limita ao território nacional. As revistas de pedagogia estrangeiras realizam inquéritos no sentido de apurar o quanto esta questão das relações do cinema com a educação tem interessado a polícia e os educadores. Os objetivos económicos das produtoras cinematográficas não foram esquecidos. Aliás, em quase todos os países tem-se feito o movimento no sentido de o Estado “*proteger a sociedade em relação aos films, porque as empresas têm apenas o fim comercial, o que querem saber é se a fita lhes dá aquilo que o seu capital exige e quer, e essa compensação nunca tem limites*”.⁸⁶⁷

Por volta de 1915, em alguns países, as autoridades responsáveis pela observância da moral e dos bons costumes associaram-se às escolas, no sentido de, em colaboração com os docentes, promover uma fiscalização mais cativa dos espectáculos cinematográficos. Foi realizado um inquérito “*às câmaras municipais de várias nações*”, tendo sido possível concluir que, em algumas destas, era proibida a entrada de crianças dos 14 aos 16, por se considerar ser este o período em que o espírito da criança adquire maior desenvolvimento, a não ser acompanhadas de família ou quando se tratasse de espectáculos previamente anunciados para menores.⁸⁶⁸

Em Portugal, a tendência acabaria por ser a mesma, muito embora seja necessário aguardar pelos finais de 1923 para se observar a discussão do Projeto n.º 293, da autoria de Carlos Costa, “*um homem de elite*”, Ferreira de Simas, “*pedagogo distintíssimo, a quem a causa da educação muito cuidado e carinho merece*”, e Silva Barreto, “*outro ilustre pedagogo*”, e que consiste numa proposta de alteração à Lei da Imprensa no sentido de prever uma fiscalização mais apertada ao cumprimento da moral e bons costumes. Contudo, mais do que censurar a indústria cinematográfica – era “*proibida nos salões cinematográficos a exibição de films contrários à moral e bons costumes*”, salvo os autorizados pelo Diretor Geral do Ensino Primário – este projeto de alteração à lei pretende articular o cinema e o ensino, no sentido de abrir as portas das escolas à entrada da sétima arte como recurso didático habitual. Acrescente-se, ainda, ao

⁸⁶⁶*Diário da Câmara dos Deputados*, L6, SL1, N.º 60, de 31 de Maio de 1922, p. 6.

⁸⁶⁷*Diário das Sessões do Senado*, L6, SL1, N.º 88, de 27 e 28 de Novembro de 1923, p. 10.

⁸⁶⁸*Higiene mental...* p. 3.

rol de autores do projecto o contributo de José Pontes, eminente médico da Casa Pia de Lisboa, como seu relator.⁸⁶⁹

Da leitura deste projeto de alteração à Lei da Imprensa decorre a ideia de que o cinema era uma prática enraizada nos hábitos escolares e que, pelas suas potencialidades moralizadoras, devia permanecer enquanto recurso didático. De facto, já há mais de uma década que o cinema fazia as suas aparições no palco escolar, “*como excelente meio educador e instrutivo para a criança*”: a Casa Pia possuía um aparelho Gaumont, que “*infelizmente não funciona com a frequência desejada, devido à despesa que faz em energia eléctrica e em aluguer de fitas*”.⁸⁷⁰ Contudo, não se pode dizer que a indústria cinematográfica não apoiasse os estabelecimentos de ensino, no sentido de implantar nas práticas do quotidiano a presença do cinema.

“Em tempos, uma empresa cinematográfica oferecia gratuitamente as fitas àquele estabelecimento, mas essa empresa acabou. Agora temos, porém, a Sociedade Internacional de Cinematografia limitada, que, se as não cede grátis, as aluga em muito boas condições de preço, o que já é muito louvável. (...) Essas sessões são organizadas pelo professor depois de um exame rigoroso dos filmes. Os assuntos são, de preferência, as viagens, os costumes regionais e as cenas humorísticas. Estas, sobretudo, têm uma influência benéfica nas crianças, distraíndo-as e alegrando-as.”⁸⁷¹

Por isso, é com relativa surpresa que se assiste à imposição de todos os animatógrafos de Lisboa e Porto serem “*obrigados a realizar duas vezes por mês uma sessão cinematográfica educativa, de hora e meia, na qual terão admissão gratuita as crianças das escolas primárias oficiais*”, no número máximo de cento e vinte lugares seguidos, e acompanhadas por um professor de cada escola. O pagamento de uma *indenização*, de 100\$ mensais a cada cinema, ficaria a cargo da Direcção Geral da Fazenda Pública.⁸⁷²

Para as escolas localizadas fora do âmbito destas cidades, a alternativa passava pela montagem, a suas expensas, de instalações adequadas à projeção de filmes. Para os colégios particulares, a solução passava pelo mesmo investimento. O Colégio Infante de Sagres, fundado em 1928, em Lisboa, é exemplo disso mesmo. O Cinema Educativo, “*inserido na componente extracurricular, constituiu um auxiliar das conferências*

⁸⁶⁹Diário das Sessões do Senado, L6, SL1, N.º 88, de 27 e 28 de Novembro de 1923, p. 10.

⁸⁷⁰Higiene mental... p. 3.

⁸⁷¹Higiene mental... p. 3.

⁸⁷²Diário das Sessões do Senado, L6, SL1, N.º 88, de 27 e 28 de Novembro de 1923, p. 10.

educativas, estimulou o interesse por temas científicos, culturais, histórico-geográficos, amenizou a aridez das aprendizagens”.

Não foi necessário esperar muito tempo para que o cinema educativo adquirisse um estatuto definido pela lei. Em Fevereiro de 1932, o Decreto n.º 20:859 reconhecia que a cinematografia desempenhava “*uma função de muito relevo na educação dos povos, e nenhum país culto existe onde este elemento de educação não faça parte do ensino oficial*”. Especialistas em Pedagogia haviam já provado, com “*sólidos argumentos*”, a influência que a figura animada exercia não só no espírito curioso da criança mas também no dos adultos, mesmo nos menos alfabetizados.

Assim, com o intuito de “*promover e fomentar nas escolas portuguesas o uso do cinema como meio de ensino e de proporcionar ao público em geral a apreensão fácil de noções úteis das ciências positivas, das artes, das indústrias, da geografia e da história*”, criou-se uma comissão do cinema educativo, na dependência do Ministério da Instrução Pública.⁸⁷³ O trabalho desta comissão passava pela seleção de “*indivíduos idóneos para a confeição dos argumentos*” que serviriam de mote à realização de películas culturais.

Dando continuidade ao limitado fôlego que o Projeto n.º 293 pretendeu incutir, ao propor a atribuição de um prémio ao melhor “*filme de assunto português*”, a criação desta comissão significa a promoção de condições essenciais ao desenvolvimento da produção cinematográfica em Portugal e, muito particularmente, à elaboração de películas culturais que pudessem ser, posteriormente, aplicadas em contexto de aula. Afinal, importava acelerar a chegada do “*dia em que a tela substitua nas escolas o quadro negro*”.⁸⁷⁴

Em jeito de reflexão final, cumpre notar a consciência de políticos e pedagogos dos efeitos que o Cinema provoca na população infantil e juvenil e, principalmente, a capacidade de acompanhar, ainda que com uma distância relativa, a produção de legislação por parte dos outros países que, mais cedo, se debruçaram sobre esta questão. Force-se, ainda, o paralelismo com o nosso quotidiano e com a introdução das novas tecnologias e de toda a parafernália de dimensões virtuais que encerram em si mesmas, e reconheçamos nas palavras destes especialistas, dos princípios do século XX, as mesmas preocupações que médicos, pedagogos e encarregados de educação dos nossos

⁸⁷³ Decreto n.º 20:859. *Diário do Governo N.º 30*, I Série, de 4 de Fevereiro de 1932, p. 250.

⁸⁷⁴ Decreto n.º 20:859. *Diário do Governo N.º 30*, I Série, de 4 de Fevereiro de 1932, p. 250.

dias deixam transparecer. Porque, se observarmos com atenção, conseguimos testemunhar laivos de contemporaneidade no receituário de Costa Ferreira, ilustre médico e pedagogo dos inícios de XX.

“A criança precisa de mil cuidados para que o seu temperamento se não perverta e exalte. É por isso que eu, quando à Casa Pia vem qualquer criança nervosa, que gagueja, impulsiva, emotiva, sofrendo de terrores nocturnos, ou acusando, por pequenos mas significativos pormenores, como a onicofagia [hábito de roer as unhas], trejeitos, vícios de pronúncia ou incontinência, uma herança com maior ou menor soma de probabilidades de génio, loucura ou desgraça, sistematicamente lhe prescrevo o regímen proibitivo do vinho, do café, do chá ... e do cinematógrafo.”⁸⁷⁵

Bibliografia

ACCAIUOLI, Margarida. (1982), *Os cinemas de Lisboa, Um Fenómeno Urbano do Século XX*. Tese de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

BAPTISTA, Tiago. (2008), *A invenção do cinema português*, Lisboa, Tinta-da-China.

Decreto n.º 20:859, de 4 de Fevereiro de 1932. *Diário do Governo N.º 30*, I Série, de 4 de Fevereiro de 1932, Ministério da Instrução Pública, Lisboa.

FELINO, Ana Isabel. (2008), *Os cinemas em Portugal. A interpretação do arquitecto Raul Rodrigues Lima*. Tese de licenciatura, Coimbra, Universidade de Coimbra.

FERREIRA, António Aurélio da Costa. (1916), *Anuário da Casa Pia de Lisboa, Ano económico de 1915-1916*, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa.

FIGUEIRA, Manuel H. (2004), *Um roteiro da Educação Nova em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.

GRILO, João Mário. (2006), *O cinema da não-ilusão*, Lisboa, Horizonte.

GRILO, João Mário. (2008), *As lições do cinema: manual de filmologia*, Lisboa, Edições Colibri.

⁸⁷⁵Higiene mental... p. 3.

LOUSADA, Maria Alexandre; PIRES, Ana Paula, (coord.) (2010), *Viajar: viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da Iª República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

O SÉCULO, n.º 12.235, Ano XXXV, de 21 de Dezembro de 1915, p. 3.

PINA, Luís de. (1986), *História do Cinema Português*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

RIBEIRO, Félix. (1978), *Os mais antigos cinemas de Lisboa 1896-1939. A distribuição de filmes em Portugal 1908-1939*, Lisboa, Instituto Português de Cinema, Cinemateca Nacional.

Cultura Popular em Portugal: De Almeida Garrette a António Ferro

Carla Ribeiro

CEPESE e Escola Superior de Educação

Instituto Politécnico do Porto

I. Notas Iniciais

A Nação, fenómeno da modernidade, impôs a identidade nacional como uma forma de identidade colectiva que apela a um discurso assente na unidade e singularidade.

Para os movimentos nacionalistas que nascem fruto da ideologia liberal do século XIX, ideologia esta que deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceites pelas sociedades precedentes, os vácuos gerados foram preenchidos com novas tradições, novas formas de identificação colectiva, “exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores”, nas palavras de Hobsbawm e Ranger (1997: 22).

Neste sentido, o culto dos costumes populares revelou-se de particular importância. Em grande parte dos Estados europeus, no período entre meados de Oitocentos e as décadas de vinte e trinta do século XX, verificou-se a mobilização do demótico como um espelho da nacionalidade, conferindo-lhe um carácter único, original e, simultaneamente, comprovando a antiguidade da Nação.

É a história da relação entre cultura popular e identidade nacional aquilo que esta comunicação procurará esclarecer, mapeando-se três períodos no panorama nacional: o movimento romântico do século XIX, a 1ª República e a experiência autoritária do Estado Novo.

II. Do Romantismo de oitocentos à 1ª República

Em Portugal, a estruturação de uma sociedade liberal, no pós 1820, exigia, como afirma Augusto Santos Silva, “criar uma nova *civilização*, fazendo vingar novas instâncias e padrões de socialização [...], novos quadros de valores e normas, novas práticas materiais e simbólicas” (1997: 11).

Na matriz simbólica oitocentista, a tónica foi colocada no Povo, que se apresentava como a “coluna vertebral da Nação, trave-mestra da [...] identidade coletiva” (SILVA, 1997: 39). O mundo rural, *habitat* do povo, estabelecia-se como o fundo original da Nação, o local onde se verificava a “elaboração ideológica ou estética de uma ruralidade mítica, e miticamente simbólica”(SILVA, 1997: 25). Este povo assim mitificado ganhava protagonismo como aquele que, escudado do progresso e das influências estrangeiras, soube conservar as raízes da Nação, os valores imemoriais e atemporais que vivem na tradição, apresentando-os na sua forma mais pura.

Nesta descoberta portuguesa do demótico, o precursor terá sido Almeida Garrett, o primeiro a fazer um levantamento do património literário popular, seguindo o pensamento de que “nenhuma coisa pode ser nacional se não é popular”, como afirma no primeiro volume do *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, de 1843. Para Garrett, e para os românticos, amar a Pátria passava por conhecê-la e pela preservação das tradições; pela História e pela cultura popular, portanto, no sentido de coligir e organizar de forma sistemática os elementos capazes de proporcionar uma memória colectiva do passado e, por consequência, dos recursos presentes da Nação.

Mais do que apenas um interesse académico, tratava-se igualmente de um interesse político, associado à necessidade de regeneração da Nação, tópico recorrente no discurso político e doutrinário do liberalismo português. No contexto do *Ultimatum* inglês de 1890, agrava-se uma crise profunda na sociedade portuguesa, que se vinha fazendo sentir desde as Conferências do Casino, com a dita “Geração de 70”, e que parece ter desencadeado dois conjuntos de sentimentos e atitudes: um pessimismo e uma descrença (em particular face ao Império), que percorre toda a década de 90 e quase todos os sectores de opinião, por um lado e, por outro, um movimento nacionalista que procurava o aproveitamento dos recursos da Nação, vendo-os no mundo rural e nas suas virtudes. Como o resume Santos Silva:

“Na conjuntura fim de século, luto de derrotas e humilhações, expressão pública de sentimentos de desvalia nacional e incapacidade de mudança, esta procura da Nação pelo lado da ‘província’, do elemento regional e local, de coisas-e-pessoas-em-terras, oferece um caminho positivo e maneirinho” (1997: 128).

O papel da doutrinação e da propaganda republicana neste fim de século foi absolutamente decisivo na produção de elementos do nacionalismo português, tendo em Teófilo Braga o seu grande teorizador. Partindo da noção de construção cultural da Nação, Teófilo desenvolveu uma teoria sobre a produção dos símbolos e dos rituais nacionais em *Os centenários como síntese afetiva das sociedades modernas* (1884), onde destacava o culto dos grandes homens como factor de conhecimento da história nacional. Enquadrado ainda nesta necessidade de estimular o sentimento de nacionalidade, Teófilo Braga dedicou-se à investigação dos usos e costumes populares – sistematizados na obra *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (1885) –, para estabelecer aquilo que designava como “bases positivas da nacionalidade”, isto é, o que uniria e daria um carácter próprio aos portugueses, fazendo da cultura popular o testemunho ‘científico’ da sua remota antiguidade e da sua originalidade, pela demonstração das relações de continuidade entre os antepassados da Nação e a Nação actual.

Também Joaquim de Vasconcelos empreendeu um programa etnográfico de detecção e inventariação, nos estilos do passado, das particularidades do “génio nacional”, servindo este passado como fonte de inspiração nacional do presente. Finalmente, a criação, em 1893, do Museu Etnográfico Português, uma iniciativa de José Leite de Vasconcelos, apareceu como um marco decisivo neste processo de “nacionalização” do povo, isto é, da construção burguesa do popular.

Desenhava-se uma “imagem monumentalizadora”, na expressão de João Leal, da cultura popular, apresentando-se um povo filtrado, depurado, pronto a cumprir o seu papel no dispositivo ideológico subjacente ao discurso político então prevalecente.

Com o início do século XX, e depois da instauração da República, cedo os republicanos perceberam a necessidade de uma cultura colectiva, promovida pelo Estado, objectivável. A par da criação de instrumentos de integração, como os símbolos da Nação e os seus rituais, procedeu-se ao culto das “coisas portuguesas”, em especial os artefactos e objectos artísticos do mundo rural, pela espectacularidade que este tipo de cultura material podia conceder à Nação, conferindo-lhe um carácter mais tangível e transformando-se em ícones e emblemas visuais da pátria.

Este movimento pode ser inscrito dentro do processo mais vasto de “refundação da nacionalidade”, processo este que se fazia sentir desde finais do século XIX e que

não era exclusivo de Portugal; com efeito, no mesmo período, verificava-se pela Europa fora (Alemanha, Finlândia, Grécia, Sérvia, Bélgica, Polónia, etc.) uma orientação idêntica, isto é, uma série de estudos folclóricos, de cariz etnográfico, comprometidos com os discursos relativos à identidade nacional e usados como instrumentos de afirmação da Nação. Dois exemplos apenas: na Hungria, como refere Ernest Gellner, as grandes damas frequentadoras da ópera de Budapeste passeavam-se na cidade vestidas de camponesas; identicamente, na Grécia as mulheres da alta sociedade ateniense encomendavam o seu retrato em trajes típicos e decoravam os interiores das casas com objectos inspirados no artesanato.

Os exemplos apresentados remetem para o conceito lançado pelo estudioso sueco Orvar Löfgren – o da nacionalização da cultura popular – que se associa ao que Richard Handler designa de objectificação cultural. Trata-se de um processo de apropriação da cultura demótica que produz “a correct, authorized and timeless version of folk life [...] through the process of selection, categorization, relocation and *freezing*” (LÖFGREN, 1989: 8), constituindo, em síntese, um processo de reelaboração cultural, de (re)invenção da tradição, legitimado pela demonstração de autenticidade.

Sublinhe-se que estes processos de seleção, depuração e recontextualização dos materiais da cultura popular eram moldados pela sensibilidade estética e moral dos grupos sociais mais favorecidos, sendo esta demanda do popular, na maioria dos países europeus onde ocorreu, de pendor fortemente elitista, realizada por grupos de intelectuais.

Retornando ao Portugal da República, este neo-lusitanismo de que se falou foi claramente visível com Afonso Lopes Vieira e a sua campanha de “reaportuguesamento de Portugal”. Segundo Rui Ramos, o (re)aportuguesamento, isto é, a noção de recuperar, reintegrar a cultura portuguesa, seria uma “pesquisa científica da vida e arte popular primordiais” (2003: 35), baseada na concepção de que a boa arte era a que provinha do povo.

Defendido por nomes conceituados como José de Figueiredo, director do Museu Nacional de Arte Antiga, ou Vergílio Correia, etnógrafo, historiador de arte, arqueólogo, este culto das coisas portuguesas englobou praticamente toda a arte portuguesa da época: era visível nos quadros de José Malhoa, nas fotografias de Emílio Biel, nos romances de Aquilino Ribeiro, na criação musical de Ruy Coelho; foi ainda

adoptado por companhias comerciais, como a Companhia dos Caminhos de Ferro, que se dedicou à construção de estações de estilo “nacional”, com alpendres, gelosias, beiradas de telha e azulejos com paisagens e monumentos, ou por jornais como *O Século* e o *Diário de Notícias*, que lançaram concursos como “Figuras Nacionais” ou “Terras de Portugal”.

Desta forma, na etnografia da 1ª República, a cultura popular passa a ser vista como sinónimo de arte popular. Este universo foi alvo de um olhar que se centrava no objecto profusamente ornamentado, um olhar de glorificação estética de uma “etnografia artística” que se começava a delinear. Veiculou-se uma imagem eminentemente visual da cultura popular, que devia ser mostrada e celebrada, com um interesse claramente focalizado nos objectos em si, mais do que no contexto por referência ao qual faziam sentido.

A voga das “coisas portuguesas” inseriu-se assim num cenário de afirmação das novas classes médias, com a ascensão social de profissionais como médicos, advogados e negociantes, que emergiram durante a República e que necessitavam de adquirir alguma “tradição”, fazendo-o através dos seus consumos culturais.

III. O Estado Novo e a Política Folclorista

No Estado Novo, a ruralidade assumiu-se desde o início como um dos eixos estruturantes da mundivisão do regime, tendo um apologista e activo encenador em António Ferro, o primeiro director do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado a 25 de Setembro de 1933, funcionando na alçada directa da Presidência do Conselho.

O organismo responde desde logo à necessidade dos “povos que desejam fazer justiça a si próprios e conhecer o seu ressurgimento, que desejam impor-se à sua consciência e à consciência dos outros povos”⁸⁷⁶. Neste sentido, a solidificação do sentimento nacionalista é efectuada por aquilo que João Lopes Filho designa de “aproveitamento dinâmico da tradição” (2004: 77), mediante um veículo privilegiado na veiculação dos ideais do regime, que assume um claro papel formativo num país com elevadas taxas de analfabetismo: o folclore.

⁸⁷⁶ “Propaganda Nacional”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 25.9.1933, p. 1.

Todavia, mais do que de folclore, deve aqui falar-se de um movimento de folclorização, fenómeno que, segundo Salwa Castelo-Branco e Jorge de Freitas Branco, engloba “ideias, atitudes e valores que enaltecem a cultura popular e as manifestações nela inspiradas” (2003: 1), mas num processo que encerra como finalidade “reproduzir representações de memórias sociais a transformar em cultura institucionalizada” (BRANCO, 1999: 37), adquirindo, como ressalta Lopes Filho, “preparação estética e organizativa a fim de serem apresentados fora do seu meio natural [...], como espectáculo para um público urbano [...] culturalmente diferente” (2004: 78).

Neste contexto, o discurso folclorista do regime, e de Ferro, procede, não a uma ruptura, mas a uma continuação da campanha empreendida na 1ª República, reciclando discursos pré-existentes. Inovando ao conferir um verniz modernista aos elementos desta arte popular, recriados por uma elite, purificados das suas imperfeições e artisticamente embelezados para exposição a camadas mais cultas e, certamente, não populares, eles são, finalmente, metamorfoseados em arte nacional.

Esta ênfase de Ferro nos recursos de cariz popular releva de dois conjuntos poderosos de razões:

- não podendo avançar com potência ou inovação, não possuindo meios para uma competição directa, Ferro transforma o atraso em arcaísmo autêntico e, portanto, prestigioso, enfatizando a procura de um factor de diferenciação perante as outras nações, claramente patente quando afirma que “só o diferente, o inédito, interessa e apaixona os outros povos”, concluindo que “Portugal, na carta do globo, tem a sua cor e o seu desenho próprio, cor e desenho eterno”⁸⁷⁷;

- através do contacto com práticas identitárias desenvolvidas por outros países, em especial as patentes nas exposições internacionais na década de 20, que frequentou enquanto enviado especial do *Diário de Notícias*, o director do SPN compreendeu claramente o valor do uso do demótico e a receptividade intelectual a esta imagética, transfigurando estas múltiplas fontes de inspiração num “modelo SPN” de afirmação identitária da nação estado-novista.

Desta forma, as suas opções enquanto director do organismo de propaganda, nas décadas de 30 e 40 do século XX – uma época de crescente efervescência nacionalista na Europa –, de escolha das tradições rurais como idioma de afirmação de Portugal,

⁸⁷⁷ *Ocidente*, Lisboa, nº 33, 12.1940, p. 322, 431 e 434.

inserem-se num quadro europeu muito abrangente de elaboração da identidade nacional, um cenário onde “ter uma arte popular – mesmo que tivesse de ser inventada – era fundamental para que um país fosse admitido no concerto das nações” (LEAL, 2009: 473).

A institucionalização da cultura popular neste período passou pelo facto de o Estado Novo tender a estabelecer uma partilha funcional entre os vários aparelhos de propaganda do regime. Desta forma, a disputa de tutelas entre o SPN e outros organismos é uma constante nas duas primeiras décadas de funcionamento. É neste sentido que melhor se pode entender a disputa pelo campo folclórico sentida entre António Ferro e Henrique Galvão, na Emissora Nacional (EN).

Com a entrada de Galvão para a empresa de radiodifusão do Estado, como presidente da Comissão Administrativa, em Junho de 1935, os programas de propaganda das terras portuguesas foram um dos temas a merecer especial atenção na programação, com a divulgação das tradições populares de diversas regiões, através de programas pensados pela Sociedade de Propaganda de Portugal, como as rubricas “Arte Popular” e “Usos e Costumes”, de Armando de Lucena, e “Terras de Portugal”, de António Montês.

Galvão considerava a Emissora Nacional um organismo que deveria contribuir para o desenvolvimento cultural do país e para a construção de uma identidade nacional. Desta forma, incentivou a produção de programas e espectáculos com o objectivo de fazer reviver e incentivar as tradições populares portuguesas.

Exemplo de tal são os sete espectáculos regionais, realizados em 1935, dedicados ao folclore das diversas províncias metropolitanas. Dois anos depois, em Maio de 1937, Galvão organiza um esplendoroso Cortejo Folclórico e Etnográfico, um dos eventos das comemorações do XI aniversário da revolução do 28 de Maio, no Campo Grande, em Lisboa, onde estiveram representadas todas as regiões de Norte a Sul do país, bem como os arquipélagos. O plano incluía a colaboração de grupos regionais folclóricos das várias províncias, das bandas classificadas em primeiro lugar no concurso das bandas civis organizado pela EN, e feiras de produtos regionais. Ainda em 1937, em Outubro, Galvão organiza a II Festa das Vindimas, no âmbito da qual se destacam variados ranchos folclóricos, representando as diversas regiões do país.

A EN afirmava-se, assim, como um importante instrumento de divulgação do folclore das regiões, tendo mesmo realizado gravações de música regional, com vista a incentivar a sua produção e a travar a adesão a modelos estrangeiros.

Deste resumo das actividades de Galvão no que concerne ao folclore nacional percebe-se que a EN constituía uma actuação paralela, em vez de complementar, à acção desenvolvida pelo SPN, dado nunca ter existido, até final de 1940, um entendimento entre os dois organismos, em grande parte devido à ambição de Ferro de controlar pessoalmente a radiodifusão oficial. Pode mesmo afirmar-se que se trata de uma concorrência às funções de Ferro, no que concerne à propaganda interna do país, algo visível num artigo da *Rádio Nacional*, órgão oficial da EN, de 1938, quando aí se refere que a Emissora “tem sido a voz de Portugal levada por esse mundo fora [tendo vindo a] preencher um lugar de grande importância para a divulgação dos nossos valores [...], do nosso ressurgimento, [apresentando-se como] um instrumento de nacionalização, cultura e recreio espiritual” dos portugueses⁸⁷⁸.

A disputa entre os dois projetos atinge o clímax em 1938, quando, ao anúncio de Ferro, no *Diário de Notícias*⁸⁷⁹, de realizar uma feira portuguesa, de demonstração do folclore das províncias, Galvão responde relembrando o empreendimento da Emissora Nacional, pensado para Agosto desse ano, de uma exposição etnográfica portuguesa, a realizar nos terrenos do Parque Eduardo VII, que previa a apresentação “da fisionomia etnográfica de Portugal [...], cada retalho com as suas cantigas, os seus instrumentos de trabalho, um naco das suas terras, as suas indústrias regionais, os seus produtos típicos”⁸⁸⁰.

Pode depreender-se que terá sido a boa recepção internacional à representação portuguesa na Exposição de 1937 em Paris (e, em particular, à secção de arte popular, que recebeu um *Grand Prix*), gizada por Ferro e por uma equipa de artistas-decoradores modernistas, aquilo que o director do organismo nacional de propaganda terá usado como argumento para obter a exclusividade a nível das políticas folcloristas,

⁸⁷⁸ “As realizações da Emissora Nacional em três anos de existência”. *Rádio Nacional*, Lisboa, 31.7.1938, p. 2.

⁸⁷⁹ “1938! Anda hoje a roda!”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 1.1.1938, p. 1.

⁸⁸⁰ “O director da Emissora Nacional respondeu a um artigo de António Ferro”. *Rádio Nacional*, Lisboa, 9.1.1938, p. 2.

permitindo-lhe controlar um campo que não fazia parte (declaradamente) das atribuições do SPN que liderava⁸⁸¹.

Não obstante, a contenda veria ainda um episódio final: em 1940, na Exposição do Mundo Português, Galvão consegue assumir parte do controlo sobre as representações folcloristas metropolitanas, ao organizar o Cortejo do Mundo Português, algo que pareceria caber naturalmente ao SPN de Ferro, responsável pela secção etnográfica metropolitana.

Este cenário só seria definitivamente alterado com a saída de Henrique Galvão, em Novembro de 1940, e a nomeação de Ferro, em Maio de 1941, para a presidência da EN, permitindo que o SPN e a Emissora estivessem sujeitos ao mesmo comando, à mesma política cultural.

Assim, se ambos os organismos e personagens procuravam o mesmo – a nacionalização da cultura popular, a materialização de um modelo de vida rural –, o que os distinguia era o modelo estético sobre o qual repousavam estes objectivos. Na realidade, Galvão era um anti modernista, o que contrastava com o cosmopolitismo de Ferro, assente numa cultura francófona e internacional. Claramente, o director do SPN defendia um projecto folclorista que julgava superior, e ao qual pretendia subordinar outros deste tipo, até porque a sua proposta ia mais longe do que a de Galvão. Como claramente o afirma, o objectivo era a “ressurreição esplêndida do nosso folclore como fonte vivificadora do carácter nacional e como nascente de uma arte simultaneamente portuguesa e moderna” (FERRO, 1943: 22).

IV. Notas Finais

Em síntese, pode afirmar-se que em Portugal, ao longo de várias gerações de intelectuais e de regimes políticos diversos, a cultura popular foi empregue como “conceito *pivot*”, para usar a expressão de Luís Cunha, na compreensão da “alma nacional” portuguesa, isto é, o estudo da cultura popular assumiu-se sempre, nos momentos em análise, como um “laço imaginário susceptível de tornar os habitantes de Portugal portugueses” (LEAL, 2000: 16).

⁸⁸¹ Com efeito, nada no decreto-lei de criação do SPN remetia claramente para uma acção a nível da cultura popular. Esta opção de Ferro parece radicar-se na sua compreensão das potencialidades políticas de um programa identitário de tipo folclorista.

Nestes três períodos, e nas diversas sensibilidades etnográficas presentes, porventura o factor em comum mais relevante é a admiração pelas formas artísticas da cultura demótica e o processo de objectificação que sofreram, ao serem retiradas do seu contexto – a oficina do artesão, a casa popular –, inseridas em contextos urbanos e sofisticados – o museu, o lar burguês, o catálogo de exposição – e transformadas em arte nacional.

Apesar destes aspectos em comum, a cultura popular foi, na prática, uma arena onde se confrontaram distintos entendimentos, em diferentes contextos e interesses políticos, sobre o que tinha sido, era ou deveria ser a Nação e a identidade nacional.

REFERÊNCIAS

- BRANCO, J. F. (1999), “A fluidez dos limites: Discurso Etnográfico e Movimento Folclórico em Portugal”. *Etnográfica*. III (1), p. 23-48.
- CASTELO-BRANCO, S.; BRANCO, J.F. (2003), “Folclorização em Portugal: uma perspectiva” in CASTELO-BRANCO, S.; BRANCO, J.F. (org.), *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editores, p. 1-21.
- CUNHA, L. (1994), *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a sua Construção da Identidade Nacional. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade do Minho*.
- FERRO, A. (1943), *Dez Anos de Política do Espírito: 1933-1943*, Lisboa, SPN.
- FILHO, J.L. (2004), *Agrupamentos de folclore. Ontem e hoje*, Lisboa, Inatel.
- GELLNER, E. (1993), *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva.
- HANDLER, R. (1984), “On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objectification in Quebec”. *Current Anthropology*. 25 (1), p. 55-71.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (1997), *A invenção das tradições*, São Paulo, Paz e Terra.
- LEAL, J. (2000), *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Dom Quixote.
- LÖFGREN, O. (1989), “The nationalization of culture”, p. 1-27 (artigo cedido pelo autor).
- RAMOS, R. (2003), “A ciência do povo e as origens do estado cultural” in CASTELO-BRANCO, S.; BRANCO, J.F. (org.), *Vozes do Povo: a folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta Editores, p. 25-35.
- SILVA, A. S. (1997), *Palavras para um país: estudos incompletos sobre o século XIX português*, Oeiras, Celta Editores.

FONTES

- Diário de Notícias*, Lisboa, 25.9.1933.
- Diário de Notícias*, Lisboa, 1.1.1938.
- Ocidente*, Lisboa, nº 33, 12.1940.
- Rádio Nacional*, Lisboa, 9.1.1938.
- Rádio Nacional*, Lisboa, 31.7.1938.

Para uma história da edição no Portugal contemporânea: estudo de caso das Edições Romano Torres

Daniel Melo

Centro de História da Cultura – FCSH/ UNL

Este texto pretende contribuir para o desenvolvimento numa área ainda pouco explorada pela historiografia contemporânea portuguesa, a da história da edição, através do estudo de caso exploratório numa casa editorial centenária, a Romano Torres. Decorre numa pesquisa que venho efetuando (Melo, 2011 e 2012), em articulação com um projeto interdisciplinar sobre a edição e cultura de massas, sediado no Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa e contando com a colaboração de investigadores doutros centros da mesma casa e das universidades de Évora e de Lisboa.

A escolha da editora fundada por João Romano Torres nos finais do século XIX justifica-se por a considerarmos representativa da catividade editorial contemporânea, tanto em termos de influências, como de projeto editorial, duração temporal, autores acolhidos, posicionamento no mercado e na sociedade, e receção pelos leitores. Isso mesmo procurarei demonstrar nesta comunicação.

Nesse sentido, proponho uma abordagem que articule uma história sociocultural das práticas e representações de grandes grupos sociais e culturais com uma história institucional atenta à necessidade de também se estudar organizações da sociedade civil mais ligadas ao comércio, neste caso um comércio muito especial. Desse modo se busca também responder ao desafio da nova história cultural de articular uma história dos objetos na sua materialidade com uma história das práticas e das configurações (CHARTIER, 1988), sem esquecer a necessária ligação à análise dos comportamentos humanos e das relações sociais (PROCHASSON, 1998: 235/6).

A defesa do estudo sistemático e aprofundado do sector editorial relaciona-se com a sua importância enquanto mediadores privilegiados entre domínios distintos – a cultura e os negócios – mas inter-actantes no quadro da consolidação do capitalismo de edição e do desenvolvimento da cultura de massas no mundo ocidental (MOLLIER, 2001 e 2006). Também importa realçar o seu estatuto de representantes numa memória social e dum património cultural relevantes. Daí que a presente proposta de análise resulte de pesquisa exploratória já efetuada no arquivo da instituição, procurando que a sua valorização cativa sirva como exemplo e chamada de atenção para a importância de

se refletir sobre a criação de condições para o tratamento, salvaguarda e comunicação de arquivos com importância para a investigação científica⁸⁸².

Por fim, buscarei ainda demonstrar que a representatividade desta editora transcende o patamar da área empresarial para se alçar no domínio mais abrangente das concepções e debates culturais travados no Portugal contemporâneo, procurando através do seu estudo contribuir para a compreensão do papel da literatura (suas funções, importância, etc.) e das relações entre culturas erudita, popular e de massas.

Casa centenária de matriz familiar

A editora que ficou conhecida como Romano Torres foi fundada por João Romano Torres (1855-1935), que debuta como tipógrafo junto do pai, Lucas Evangelista Torres (1822-95), e autonomiza-se como tipógrafo-editor em 1877 (tal como seus irmãos Manuel Lucas Torres e Fernando Augusto Torres). Sua mãe, Maria Romana Machado, pertencia a uma família de livreiros. Já consolidado, em 1907 convida o filho primogénito, Carlos Bregante Torres (1879-), a associar-se-lhe, tendo os dois criado a firma João Romano Torres & C.^a; a produção da casa será canalizada para a tipografia do benjamim, Henrique Torres. Trata-se, portanto, duma empresa de matriz familiar, um perfil característico não só deste sector⁸⁸³ como doutros no espaço empresarial europeu.

A data precisa de criação da Romano Torres está envolta nalguma indefinição. Seja como for, 1885 foi o ano adotado pelo próprio editor como sendo o da fundação da editora, altura em que inicia a publicação do semanário literário *O Recreio*. Da pesquisa por mim já realizada, as obras mais antigas que consegui identificar contendo a chancela João Romano Torres são de 1889: *Dicionário universal ilustrado linguístico e enciclopédico* e *Piquillo Alliaga* (este de Eugène Scribe). Os anos seguintes servirão para lançar a sua fórmula editorial. Foi uma editora que laborou regularmente até meados dos anos 1980, tendo por isso uma longevidade temporal por si só já relevante.

⁸⁸² Sobre a importância da salvaguarda e estudo dos arquivos empresariais vd. MENDES, 2001-2002.

⁸⁸³ MEDEIROS, 2010: 272/3. Vd. similitudes de percurso com os editores António Maria Pereira (e sua Livraria, depois Parceria, de 1848; vd. Pereira, 1998; Medeiros, 2010: 145/6) e João Alves Fraga Lames e sua Tipografia Fraga Lames/ Civilização Editora, de 1879 (Anónimo, s.d.; CRAVO, 2009: 9 e 14).

Representatividade quanto a influências e ao projeto editorial

Desde início que João Romano Torres procurou firmar-se na corrente da edição para uma audiência alargada de obras de referência, vulgarização e ficção, ao jeito do que haviam feito no país antecessores como David Corazzi e seu pai⁸⁸⁴, e que correspondeu a uma tendência marcante do panorama editorial oitocentista no mundo ocidental. Isso mesmo é assumido pelo próprio:

“Se o primeiro livro d’um povo é o dicionario da sua lingua, o segundo deve ser o da sua historia. Este é tão essencial como aquelle. Ambos são de uso indispensavel e quotidiano. Porém, juntando á historia a chorographia, que no presente dicionario constitue a verdadeira base, mais util será a obra. O dicionario historico Portugal substitue e unifica, com a vantagem da sua disposição lexicographica, um avultadissimo numero de publicações das especialidades de que trata, cuja consulta, nem sempre facil, é offerecida ao leitor nos seus topicos mais interessantes” (TORRES, 1904).

Nesse sentido, irá apostar na edição e reedição de obras de referência, de que se destaca o supracitado *Portugal - dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico* (dir. por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues), um dicionário histórico-enciclopédico em 7 volumes publicado entre 1904 e 1915 e que lhe trouxe prestígio e visibilidade no meio e na sociedade⁸⁸⁵.

No âmbito da vulgarização, apostará em coleções técnicas, como a Biblioteca Científica Sexual⁸⁸⁶; em obras relativas a histórias nacionais (Portugal, França, Brasil) e biografias de figuras ilustres (sobretudo de estadistas e escritores portugueses).

⁸⁸⁴ Do primeiro destaco a «Bibliotheca do Povo e das Escolas» (1881-1913), colecção de vulgarização dos saberes com ampla difusão no espaço atlântico, e a «Bibliotheca d’Algibeira»/ «Leituras Selectas», pequenos livros de 64 páginas, também a baixo preço, cobrindo romances, contos, relatos de viagens e outras narrativas (NUNES, 1990: 267/8). Do segundo, realço as colecções «Educação Popular», «Enciclopédia das Famílias» e «Biblioteca Universal», que cruzavam vulgarização, saberes práticos domésticos e prosa de ficção, designadamente romances históricos de Pinheiro Chagas.

⁸⁸⁵ Além desse, o já referido *Dicionário universal ilustrado linguístico e enciclopédico*, dirigido por Eduardo Noronha e reeditado em 1911, em 11 vols.; o *Diccionario de hygiene e medicina ao alcance de todos* (de 1890, reed. em 1908-10 e 1930, de Jean Galtier-Boissière, Libr. Larousse); o *Diccionario da lingua portuguesa (prosodico e orthographico)* (de 1904/5, 2 vols., dir. por Fernando Mendes); a *História de Portugal* de La Clède (v.o. de 1735; reed. trad., rev. e anotada por “Sociedade de Homens de Letras”, 1905-10, 7 vols., 4 dos quais de actualização, por Fernando Mendes); e a *Enciclopédia histórica de Portugal* (1922-38, 12 vols., dir. por A. Duarte de Almeida).

⁸⁸⁶ Colecção esta que será ligada ao debate neo-malthusiano dos anos 1930, dominado pelo anarquismo libertário e pela Federação Internacional da Regeneração Humana (vd. FREIRE & LOUSADA, 1982).

Quanto à prosa de ficção, um traço comum será a centralidade do romance; um traço distintivo será a sua aposta no romance histórico (MELO, 2012) e em particular nos seus novos cultores portugueses: Ladislau Batalha, António Campos Jr., Artur Lobo d'Ávila, Rocha Martins, César da Silva, Eduardo Noronha, entre outros.

Representatividade quanto ao catálogo e autores acolhidos

Além do projeto editorial e da diversidade de géneros literários abarcados que o pontua, o catálogo da Romano Torres é ainda representativo pela diversidade e relevância dos autores acolhidos. Dele constam escritores famosos, de várias épocas (Cervantes, *D. Quixote*; Lewis Wallace, *Ben-Hur*), embora com uma incidência esmagadora nos mais recentes e populares: Walter Scott, Dumas pai e filho, Emílio Salgari, Luigi Motta, Eugène Sue, Dickens, Georges Ohnet, Oscar Vaudin, Zola, Xavier de Montépin, Ponson du Terrail, etc.

Gradualmente, também a escrita por mulheres se tornou mais expressiva: entre as estrangeiras figuram Harriet Beecher Stowe, Ann Radcliffe, Jane Austen, irmãs Brontë, George Elliot, Max du Veuzit, entre outras; entre as portuguesas, destaque sobretudo para Leyguarda Ferreira e Odette Saint-Maurice.

O estudo da evolução do catálogo revela ainda a preocupação com a cobertura de distintos nichos do mercado editorial, contemplados com coleções filiadas em distintos mas complementares géneros ou subgéneros literários: assim, para o público infantil cria-se a coleção «Manecas», de contos tradicionais; para o feminino, surge a coleção «Azul»; para o público adulto, vão sendo criadas e consolidadas distintas colecções, como a «Salgari»/ «Nova Colecção Salgari» e a «De Capa e Espada». Para um público adulto letrado surgirá a coleção «Obras Escolhidas de Autores Escolhidos», que convoca expressamente o cânone literário universal ao ser auto publicitada como contendo “Obras-primas da literatura universal” (cit. *Edições...*, 1970: 23-24). Para o público adulto amante do subgénero emergente do policial destina-se a coleção «Grandes Mistérios».

Representatividade quanto ao posicionamento no mercado

Outro ponto relevante para a caracterização da importância desta editora remete para o modo como se inseriu no mercado do livro. Desde cedo se preocupou em

conseguir uma edição barata, através da economia de escala obtida com uma tipografia e uma livraria adstritas ao negócio, redução de custos via tiragens mais robustas, livros de formato menor e com poucas cores nas capas (mais no início), traduções por não profissionais ou ‘da casa’⁸⁸⁷.

Ao longo da sua catividade empresarial, a Romano Torres Entre recorreu a uma impressionante conjunto de estratégias editoriais e de *marketing* para atrair a procura, de que destaque: o sistema de assinaturas (em particular para as obras de referência e com que se procurou fidelizar uma parte significativa do público-alvo); o sistema de “brindes” (oferta de ilustrações aos assinantes de romances, pelo menos em 1890); a diferenciação do catálogo por um conjunto relativamente pequeno e apelativo de colecções (que se desdobrou pelas variantes de subgéneros literários, antológicas e de autores); a rede de correspondentes, que ia das ex-colónias ao Brasil, EUA, entre outros espaços; a publicidade regular aos seus livros, através de catálogos, da participação em feiras do livro, notas e prefácios em livros (por ex., em *David Copperfield*); o marcado apelo visual, patente no cuidado com a ilustração, a cargo de artistas plásticos reconhecidos, como Pires Marinho, Roque Gameiro, Alfredo Morais e Paulo Ferreira. Esse trabalho de ilustração não se limitou à capa do livro, estendendo-se ainda aos “brindes” e aos extratextos presentes em parte da prosa de ficção.

Ademais, a editora teve muitos marcos editoriais; além dos já referidos, realço a edição integral pioneira de *Rocambole* em português⁸⁸⁸; a edição completa das aventuras de Sandokan (de Salgari), trazendo desafogo financeiro sob a I República (Sá, s/d); a captação dos novos cultores do romance histórico luso (Campos Jr., Artur Lobo d’Ávila e Rocha Martins); o Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho para o livro infantil *História extraordinária de Iratan e Iracêma*, de Olavo D’Eça Leal (1939); as biografias históricas por Mário Domingues; a coleção «Manecas»; a produção de Odette Saint-Maurice no âmbito do romance sentimental.

Representatividade quanto ao posicionamento na sociedade

A partir do que foi exposto e analisado, constata-se a filiação da Romano Torres na edição e cultura de massas. Desde logo, pela inscrição e fomento da edição comercial de larga escala e a menor custo, com títulos, capas, formatos e colecções apelativos,

⁸⁸⁷ Por ex., uma das pessoas que mais obras traduziu para a Romano Torres foi A. Duarte de Almeida, pseudónimo do próprio editor Carlos Bregante Torres.

⁸⁸⁸ *Apud* “Recreio”, 1912.

para públicos diversificados, com vários mecanismos de fidelização, canais próprios de distribuição e abrangendo um vasto território geográfico, muito para além do pequeno espaço do Chiado e arredores que fez o imaginário do território cultural dos letrados portugueses. Apesar dessa dimensão fortemente comercial, desde início que João Romano Torres teve a preocupação de não descuidar a dimensão formativa e reflexiva, mormente no domínio histórico, acompanhando as exigências dos círculos mais letrados da sociedade portuguesa (parte conservadores, parte progressistas) e ecoando uma duradoura tendência no interior da edição portuguesa, marcada por David Corazzi e prolongando-se no século XX em projetos como a «Biblioteca Cosmos» e as bibliotecas da Fundação Gulbenkian (MEDEIROS, 2010: 150-2; MELO, 2011).

Outro aspecto que creio ser pertinente aferir é a questão da interação da editora com o seu tempo, o que, dada a longevidade da instituição em apreço, significa uma evolução a vários tempos. À luz da especificidade do fenómeno editorial, que na contemporaneidade vê acentuar cruzamentos entre comércio, cultura e poder, será oportuno perspetivar o processo de desenvolvimento desta editora na sua faceta de adaptação à conjuntura político-social. Nesse quadro, os primórdios sob a monarquia constitucional devolvem-nos um intuito enciclopedista, em torno da aposta e multiplicação das obras de referência já aludidas, e um interesse crescente na discussão da atualidade e de temas políticos e sociais, com o lançamento de romances descritos como “realista” (caso de *A magnetizada*, que inaugura a coleção «Biblioteca do “recreio”», em 1888, ainda sob a chancela da Minerva Commercial) “científico” (*Portuguezes e ingleses em Africa*, de 1892) ou com forte pendor de crítica social e política (incluindo ao colonialismo), no caso dos romances históricos de Ladislau Batalha (*Mysterios da loucura*, 4 tomos em 2 vols., 1891; *Misérias de Lisboa*, 9 tomos em 4 vols., 1892/93) e do romance social e *best-seller* *Os mistérios de Paris*, de Eugène Sue (8 tomos em 4 vols., 1892/93). Paralelamente, aposta no romance histórico, estrangeiro (com Fernandez y Gonzalez, em 1894) e (sobretudo) português, com republicação em livro de textos já saídos em folhetim, caso de Artur Lobo d’Ávila no *Diário de Notícias* (seguem-se-lhe César da Silva, Rocha Martins e Campos Jr.).

Na I República, verifica-se uma continuação destas tendências. Destaco em particular o reforço da história de Portugal recente e do chamado “romance popular”⁸⁸⁹.

⁸⁸⁹ O conceito é controverso e recebeu variadas acepções (vd. CONSTANS, 2009 e MIGOZZI, 2005). No essencial, procura designar uma linhagem de textos romanescos com êxito de público e de vendas, alegadamente formatada pelo dispositivo do romance-folhetim lançado em França em 1836. Para Thiesse (1990: 511), este subgénero só surge na França de meados de oitocentos (não incluindo assim o romance-

Neste âmbito, a grande novidade é o surgimento duma plêiade de escritores oitocentistas e que são valores seguros em termos de vendas, casos de Ponson du Terrail, Xavier Montépin, André Vaudin e Georges Ohnet, os dois últimos agregados no subgénero do romance sentimental. Enquanto subdivisão do chapéu anterior ou mesmo como subgénero romanesco, destacam-se os romances de aventuras, com especial expressão na publicação da obra de Salgari, que obtém assinalável êxito (Sá, s.d.).

Pela reconstituição e análise preliminar do catálogo da Romano Torres, bem como de material de arquivo, doutras fontes e estudos, julgo poder afirmar-se que o período do Estado Novo marca uma gradual deslocação da empresa para um certo conservadorismo, expresso nos seguintes indícios: reforço da aposta no romance histórico luso, ele próprio acentuando o *clin d'oeil* nacionalista (donde, do pendor enciclopédico inicial, muito para além do dicionário *Portugal*, ‘desliza-se’ gradualmente para um pendor mais patriótico-nacionalista); alheamento face a estéticas ‘subversivas’ (modernismo, surrealismo ou neorrealismo são estranhos ao projeto editorial); estreitar de ligações institucionais para facilitar encomendas. Esta busca de relacionamentos para manter ou expandir encomendas por grandes instituições fez-se por várias vias:

- 1) incorporação de responsáveis nas direções do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros;
- 2) relevância das vendas nas feiras do livro⁸⁹⁰ e nas colónias;
- 3) relevância das encomendas via Câmara Municipal de Lisboa, Ministério da Educação Nacional, Fundação Calouste Gulbenkian, etc.

folhetim pioneiro – o jornal era ainda demasiado caro para o povo, mas não para a pequena-burguesia). Já Olivier-Martin (1990: 10-12) caracteriza-o pelo seu conteúdo, enquanto acesso a uma realidade sonhada, transmutada em função de desejos de evasão, justiça e de ideal, dos autores e dos leitores, e articulada em torno duma luta entre Bem e Mal na sociedade coeva, entre felicidade e desgraça, amor e ódio, tratando dos problemas das classes populares, seus sentimentos, hábitos e conflitos sociais. Para si, o romance-folhetim é tão-só um dos vários meios de difusão do romance popular, que terá as mulheres como destinatário crescentemente mais central, sobretudo a partir de final desse século. Migozzi (2005) vê estas literaturas de larga circulação e grande consumo (expressão que prefere) como reciclagem dos protocolos narrativos da literatura oral, sucedâneo de histórias fundacionais, que dão ao leitor uma compreensão do mundo e satisfazem a sua necessidade antropológica de narração, jogo e regulação dos afectos.

⁸⁹⁰ No certame lisboeta de 1930, a banca da Romano Torres teve forte procura do público, a crer no *Diário de Notícias* de 3/VI: «A Semana do Livro parece que veio despertar o gosto pelo romance histórico. As interessantes obras de António de Campos Júnior têm tido uma procura extraordinária, destacando-se as recentes edições das obras *Marquês de Pombal*, *Santa Pátria*, *Pedras que Falam* e *Luiz de Camões*. [...] Também as obras históricas de Eduardo de Noronha e César da Silva marcam igual êxito, especialmente a *Execução dos Távoras*, que há dias foi posto à venda. [...] No romance popular, sentimental, têm notável procura as obras de J. Ohnet e Oscar Vaudin. E no romance de aventuras, género Júlio Verne, é a colecção Salgari, da qual estão publicados 85 volumes, que têm tido animada venda» (cit. em MADAÍL, 2007).

Concepções empresariais e confrontos culturais

A importância das interações com os contextos políticos mais fortes não deve fazer esquecer o impacto de tendências mais longevas e de certo modo mais relacionadas com a própria perspectiva editorial e sua compreensão do papel da literatura e da cultura. Assim, a já mencionada preocupação constante em ligar funções formativa e informativa com distractiva, tem limites e constrangimentos: 1) em primeiro lugar, é uma editora que, após a curta experiência do semanário *O Recreio*, desiste do formato das publicações periódicas, com o que esse género traz de manancial informativo, formativo e de atualidade; 2) depois, o estudo sistemático parcial do catálogo revela forte prevalência do romance (225 dos 320 títulos, ou 70% do total), mesmo excluindo o romance histórico (21), potencialmente formativo (levantamento baseado na Porbase, para 1891-1941); 3) a maioria dos seus autores é de origem estrangeira, revelando grande dependência da tradução de obras, sobretudo do ‘centro’ francês e inglês. Ademais, faz sentido equacionar-se a intervenção da editora num quadro relativamente corrente de relações tensas entre culturas erudita, popular e de massas, que tem como alguns dos seus afloramentos principais:

- 1) o cânone literário tem de conviver com o cânone popular (Botrel, 2002), instigado pela edição capitalista ansiosa de auditórios alargados e vendas massivas e, portanto, sintonizada sobretudo com obras potencialmente bem vendáveis (mas, ainda assim, aludindo à crítica como instrumento de autoridade⁸⁹¹);
- 2) a recusa da vanguarda literária e do seu valor;
- 3) a presença do ensaio e das ciências sociais quase só através do estudo histórico (embora este esteja bem representado);
- 4) a fraca presença das ciências naturais e exatas;
- 5) a desvalorização da autoria na literatura de base popular⁸⁹²;
- 6) o lugar conferido ao enciclopedismo (união de edição, lazer e ciência), mas afirmando-se sobretudo numa fase inicial.

⁸⁹¹ Uma folha publicitária inserta em volumes da colecção «Salgari» afiança que «Salgari, considerado justamente pela crítica o Julio Verne italiano, é sem duvida um dos maiores escriptores contemporaneos».

⁸⁹² Vd., por ex., a sua estratégia de adaptações da colecção «Manecas», em que vários contos com autoria reconhecida deixam de ter essa autoria atribuída.

A política editorial de maximização da edição comercial teve efeitos culturais contraditórios:

- 1) visibilidade da editora (e, por arrasto, do livro) junto dum público alargado;
- 2) prioridade ao embaretecimento da produção influi na desvalorização da condição do autor e do tradutor da casa, o primeiro tendencialmente com contrato desfavorável (pagamento único à partida), o segundo sem grande formação profissional;
- 3) influi também na desvalorização da obra: romances divididos por vários tomos e com reedições condensadas (por ex., Sandokan – vd. Sá, s/d); e, como hipótese de trabalho, o eventual défice qualitativo de parte das traduções;
- 4) dependência de estrutura empresarial familiar relativamente fechada e pequena influi num catálogo gradualmente ‘comodista’, diminuindo o risco no médio prazo - daí que, desde os anos 1950 (pelo menos), a estratégia editorial passe por publicar reedições de obras garantidamente lucrativas (atendendo às vendas anteriores e às encomendas previstas)⁸⁹³.

Em termos genéricos, estas configuram algumas das principais linhas de pesquisa dignas de serem estudadas e aprofundadas, possibilitando esclarecer em que medida editoras como a Romano Torres, seu hipotético carácter híbrido e plástico, suas estratégias editoriais e de *marketing*, foram representativas não só do panorama português mas também de tendências geograficamente mais alargadas.

Bibliografia citada

Anónimo (s.d.), “Quem Somos”, *Civilização Editora* [sítio de Internet], Disponível em <http://www.civilizacao.pt/sobre/> [consultado em 19/VI/2012].

BOTREL, J.-F. (2002), “The popular canon”. *Modern Language Review*. 97/4, p. XXIX-XXXIX.

[CONSTANS], E. (2009 [2004]), “Le roman populaire, définition et histoire. De quelques questions théoriques et pratiques sur le roman populaire”. *Belphégor*, VIII(2), Disponível em http://etc.dal.ca/belphegor/vol8_no2/articles/08_02_consta_popula_fr.html [consultado em 19/VI/2012].

⁸⁹³ A propósito da «perenidade estrutural» deste modo de produção no país e sua reduzida dimensão vd. Medeiros, 2010: 272/3.

- CHARTIER, Roger. (1988), *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel.
- CRAVO, N. F. R. (2009), *Civilização Editora – 130 anos no universo familiar dos livros*. Tese de mestrado, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Edições Romano Torres* (1970), Lisboa, Tipografia Henrique Torres (catálogo).
- FREIRE, J., LOUSADA, M. A. (1982), “O neomalthusianismo na propaganda libertária”. *Análise Social*. 72-74, p. 1367-97.
- MADAÍL, F. (2007), “Barracas a vender os livros de Ohnet e de Campos Júnior”. *Diário de Notícias*, 26/V, Disponível em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=658270&page=-1 [consultado em 19/VI/2012].
- MEDEIROS, N. (2010), *Edição e editores*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MELO, D. (2011), “«Education and culture for the masses»: sociocultural debates and legacies in the mid-twentieth century”. *Portuguese Studies*. 27(2), p.159-74.
- MELO, D. (2012), “O intelectual no seu labirinto: alta cultura, romance moderno e nacionalismo no tardo-oitocentismo português”. *Romance Studies*. 30(4), (brevemente).
- MENDES, J. A. (2001-2002), “Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa”. *Revista Portuguesa de História*. XXXV, p. 379-388.
- MIGOZZI, Jacques. (2005), *Boulevards du populaire*, Limoges, Presses Universitaires de Limoges.
- MOLLIER, Jean-Yves (2001), “La construction du système éditorial français et son expansion dans le monde du XVIIIe au XXe siècle”, in Jacques Michon & Jean-Yves Mollier (dir.), *Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000*, Saint-Nicolas - Paris, Presses de l'Université Laval - L'Harmattan, pp. 47-72.
- MOLLIER, Jean-Yves (2006), “L'émergence de la culture de masse dans le monde”, in J.-Y. Mollier, J.-F. Sirinelli & F. Vallotton (ed.), *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques: 1860-1940*, Paris, PUF, pp. 65-80.
- NUNES, Maria de Fátima (1990), “O fenómeno da difusão da leitura”, in António Reis (dir.), *Portugal contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. II, p. 263-270.
- OLIVIER-MARTIN, Yves. (1980), *Histoire du Roman Populaire en France: De 1840 à 1980*, Paris, Albin Michel.
- PEREIRA, Antónia Maria. (1998), *Parceria A. M. Pereira: Crónica de uma Dinastia Livreira*, Lisboa, Pandora.

PROCHASSON, Christophe (1998), “O caso em todos os seus aspectos”, in Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli (dir.), *Para uma história cultural*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 221-236.

SÁ, Marques de (s.d.), “A Coleção Salgari das Edições Romano Torres”, *Emílio Salgari* [sítio de Internet], Disponível em <http://salgari.com.sapo.pt/Coleccao.html> [consultado em 19/VI/2012].

THIESSE, Anne-Marie (1990 [1985]), “Le roman populaire”, in Roger Chartier & Henri-Jean Martin (dir.), *Histoire de l'édition française*, Paris, Fayard, vol. III, p. [509]-25.

“Recreio” (1912), *Portugal*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a Editores, vol. VI, p. 135.

TORRES, João Romano (1904), “Ao leitor”, *Portugal*, Lisboa, João Romano Torres – Editor, vol. I-A, p. [1].

ARTE,CULTURA E POLÍTICA CULTURAL

Relações sul-americanas na arte moderna no Brasil: a trajetória do abstracionismo geométrico através do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

Elizabeth Catoia Varela

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

Este artigo trata da produção artística de origem sulamericana presente na trajetória do abstracionismo geométrico, através do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, no período de 1948 a 1961, a fim de resgatar historicamente o contato com a produção destes países.

Os primeiros estudos que se propuseram a abordar o período aqui pesquisado intitularam e divulgaram o Projeto Construtivo Brasileiro. Este termo foi elaborado por Ronaldo Brito em 1975, ao redigir um estudo que viria a se tornar, dez anos depois, a publicação *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*.⁸⁹⁴ Brito sugeriu a historiadora da arte Aracy Abreu Amaral que tal nome fosse utilizado como título da antologia *Projeto construtivo brasileiro na arte (1950-1962)*, publicada em 1977, que pretendia reunir importantes textos nacionais e estrangeiros sobre tal tendência artística.⁸⁹⁵

Estudos mais recentes – a partir da década de 1990 – vem contribuindo para uma abordagem mais abrangente do período ao se dedicarem a resgatar a experiência artística abstratogeométrica dos países sulamericanos vizinhos ao tratar a produção brasileira. O artigo aqui apresentado, mais especificamente, é parte de uma pesquisa de doutorado, ainda em processo, e faz parte deste contexto.

Na então capital do Brasil, em maio de 1948, foi fundado o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – MAM RJ. A Fundação de Arte Moderna, que deu origem ao Museu de Arte Moderna de São Paulo, havia sido instituída pouco tempo antes, em janeiro de 1948. O surgimento dos museus modernos, junto com a constituição, em 1951, de dois salões oficiais - além do Salão Nacional de Belas Artes, seria realizado

⁸⁹⁴ BRITO, Ronaldo. (1999), *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*, São Paulo, Cosac&Naify.

⁸⁹⁵ AMARAL, Aracy Abreu (Coord.). (1977), *Projeto construtivo brasileiro na arte (1950-1962)*, Rio de Janeiro, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; São Paulo, Pinacoteca do Estado.

também o Salão Nacional de Arte Moderna, a partir de 1952, permite-nos minimamente contextualizar o momento artístico pelo qual o país passava.⁸⁹⁶

O MAM RJ foi inaugurado com o intuito de “*disseminar o conhecimento da arte moderna no Brasil*”.⁸⁹⁷ Neste espaço idealizado para abarcar propostas artísticas vanguardistas, algumas mostras de vertente abstratogeométrica de origem nacional e estrangeira tiveram espaço para vir a público. A busca de meios de difusão e a inserção institucional, mesmo que em espaços restritos e voltados para a produção mais recente, embasa o recorte escolhido para o presente estudo.

Pensando a vida artística no período, mais especificamente voltando-nos para a tendência em questão, o artista e professor suíço Max Bill havia realizado uma exposição retrospectiva de pinturas, esculturas e projetos de arquitetura no Museu de Arte de São Paulo – MASP - em 1950. Na I Bienal de São Paulo, no ano seguinte, ele ganhou o Prêmio Internacional de Escultura, com a obra *Unidade Tripartida*. No MAM RJ, Bill esteve presente em 1953, quando realizou duas conferências.

Nesse mesmo ano, foi inaugurada a exposição *Artistas Modernos Argentinos*, em agosto, apresentada no boletim do Museu como “*substanciosa e equilibrada demonstração de arte concreta e abstrata*”.⁸⁹⁸ Os pintores e escultores Alfredo Hlito, Cláudio Girola, Clorinto Testa, Enio Iommi, José Antonio Fernandez Muro, Lidy Prati, Miguel Ocampo, Rafael Onetto, Sarah Grilo e Tomás Maldonado expuseram 65 obras e, no catálogo, foram apresentados por um texto de Jorge Romero Brest, no qual declarou que “*a geometria é um instrumento de ordenação de emoções*”.⁸⁹⁹

Romero Brest, abordando a produção daquele grupo de artistas, acabou por dividi-los e agrupá-los. O crítico indicou quais eram os artistas que faziam parte do grupo concreto: Lidy Prati, Tomás Maldonado, Alfredo Hlito, Enio Iommi e Cláudio Girola, esclarecendo que estes “*criam símbolos artísticos de sentido tempo-espacial, na necessária correlação com o mundo da geometria*”.⁹⁰⁰ Comentou também sobre a produção dos outros artistas e esclareceu que Clorinto Testa e Rafael Onetto eram os

⁸⁹⁶ A lei n. 1512, de 19 de dezembro de 1951, criou a Comissão Nacional de Belas Artes e constituiu os dois salões em questão. Vale ressaltar que desde 1940 o Salão Nacional de Belas Artes possuía a Divisão de Arte Moderna.

⁸⁹⁷ Ata de Constituição do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 3 maio 1948. Pesquisa e Documentação MAM RJ.

⁸⁹⁸ (1953), “Exposição do ‘grupo de artistas modernos argentinos’”. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: boletim de setembro, 11, p. 1.

⁸⁹⁹ BREST, Jorge Romero. [Texto de apresentação]. In: MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1953), Grupo de artistas modernos argentinos, Rio de Janeiro. p. 8.

⁹⁰⁰ BREST, Jorge Romero. [Texto de apresentação]. In: MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1953), Grupo de artistas modernos argentinos, Rio de Janeiro. p. 8.

mais presos aos objetos do mundo visível, mantendo-se, de certa maneira, como os mais afastados da tendência abstratogeométrica neste grupo.

O crítico de arte Antônio Bento, em um artigo publicado no *Diário Carioca*, destacou a relevância de Brest e Maldonado para a arte concreta:

Talvez seja Buenos Aires a cidade em que esse movimento criou raízes mais extensas. De fato, na Europa, são raros os núcleos ponderáveis de concretistas. Certamente, essa fluorescência nas águas do Prata é devida ao crítico Jorge Romero Brest, o guia teórico do grupo. Contudo, não se deve obscurecer também, no movimento, a influência de Tomás Maldonado, não só pelo valor de sua obra pictórica como pela sua atuação à frente da revista “Nueva Visión”. Numa visita rápida à exposição, tivemos oportunidade de constatar que esse artista é quem efetivamente, nesta parte do Continente, melhor assimila os princípios e produz arte concreta.⁹⁰¹

Durante o período da exposição, Brest realizou duas conferências. Na primeira, palestrou sobre as correntes contemporâneas de arte e, na segunda, voltou para responder a perguntas, mostrando “*estarmos num movimento intenso de pesquisa que talvez não permaneça na arte concreta e abstrata, embora essas sejam, no momento, as que melhor marcam um rompimento total com a arte do passado.*”⁹⁰²

Dois anos depois, o MAM RJ sediou a segunda exposição do grupo Frente. Inaugurada em julho de 1955, esta mostra coletiva reuniu os seguintes artistas: Aloísio Carvão, Lygia Clark, João José da Silva Costa, Abraham Palatnik, Ivan Serpa, Eric Baruch, Vincent Ibberson, Rubem Mauro Ludolf, César Oiticica, Hélio Oiticica, Lygia Pape, Elisa Martins da Silveira, Carlos Val, Décio Vieira e Franz Weissmann. O texto de apresentação do catálogo foi redigido por Mário Pedrosa - importante crítico de arte da época -, no qual enfatizava que o motivo que unia o grupo era a liberdade de criação, sua principal característica.

Ivan Serpa, professor dos cursos do MAM RJ e membro aglutinador desses artistas, já tinha esclarecido, em entrevista, que “*não há preocupação de ser abstrato ou*

⁹⁰¹ (1953), “A imprensa e o Museu”. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: boletim de setembro. 11, p. 12.

⁹⁰² (1953), “Conferências de Romero Brest”. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: boletim de setembro. 11, p. 11.

concreto”⁹⁰³, afirmando as diferenças entre os membros do grupo. Elisa Martins Silveira, pintora primitiva, mostrando-se bastante destoante do conjunto. Ainda durante o período da exposição, Mário Pedrosa realizou uma palestra sobre o grupo Frente e suas finalidades, também comentando uma entrevista de Cândido Portinari – publicada no *Correio da Manhã* -, na qual este famoso pintor brasileiro previa o fim da pintura.

Samson Flexor, pintor europeu radicado em São Paulo, expôs 34 telas e alguns guaches de agosto a setembro de 1955. Seu catálogo defendia a pintura abstrata, relacionando-a à arte daquele tempo e reproduzia um pequeno texto do artista e outro de Sérgio Milliet sobre sua produção. O próprio artista ministrou a conferência *A arte abstrata é a afirmação do novo homem*.

Em julho de 1956, inaugurou a mostra *Escola Superior de Desenho de Ulm* que expôs painéis fotográficos (contendo fotos e alguns textos sobre a fundação e o funcionamento desta escola), livros e 12 obras dos seguintes artistas: Joseph Albers, Wassily Kandinsky, Paul Klee, Tomás Maldonado, Max Bill e Vordemberge-Gildewart. Por ocasião desta exposição, o argentino Tomás Maldonado – nesta data, já residindo em Ulm, na Alemanha - ministrou a conferência *A educação em face da nova revolução industrial*.

Inaugurou-se em junho de 1957 a *Retrospectiva de Alfredo Volpi*, organizada por Mário Pedrosa, expondo cerca de 66 trabalhos, datados desde 1924 até 1957. Mário Pedrosa abordou a trajetória do artista no artigo *A exposição de Volpi*, publicada no *Jornal do Brasil*, na qual comentou a redução geométrica da produção que no início dialogava com o impressionismo, mas que ao longo do tempo, ao valorizar cada vez mais a cor, em detrimento do volume, chegou ao abandono total da figuração. O Museu promoveu duas conferências durante a exposição, uma ministrada por Mário Pedrosa e, a outra, por Mário Schenberg.

Em julho de 1957, inaugurou a exposição *Dois artistas uruguaios*. Eram estes, Maria Freire e José Pedro Costigliolo. Este último apresentou 21 obras produzidas nos últimos quatro anos. Maria Freire também apresentou 21 obras e, segundo o catálogo da mostra, sua produção, na época, eram composições baseadas em princípios geométricos com exclusão de qualquer relação com o naturalismo.

Jayme Maurício, crítico de arte do *Correio da Manhã*, escreveu sobre a importância do contato entre a produção artística dos diferentes países da América do Sul:

⁹⁰³ (30 jun. 1954), “Queremos uma arte de vanguarda”. Tribuna da Imprensa.

Em todas as bocas existia o mesmo comentário: ‘a necessidade de uma maior intercâmbio artístico sul-americano e a excelente iniciativa do Museu ao programar esta exposição’. A verdade é que praticamente nos desconhecemos no terreno das artes plásticas, aqui na América do Sul, e precisamos urgentemente estreitar os nossos contatos.⁹⁰⁴

Em março de 1959, inaugurou a *I Exposição neoconcreta*, reunindo esculturas de Amilcar de Castro e Franz Weissmann, gravuras de Lygia Pape, pinturas de Lygia Clark e poemas de Ferreira Gullar, Reynaldo Jardim e Theon Spanúdis. Esta exposição marcava o rompimento com o concretismo e a oficialização pública do grupo neoconcreto, que divulgava em seu catálogo o Manifesto Neoconcreto, esclarecendo as bases e finalidades do grupo.

O Manifesto Neoconcreto cita os seguintes artistas europeus: Mondrian, Pevsner, Vantongerloo, Malevitch, Gabo e Sofia Taueber-Arp; e propõe uma reinterpretação do neoplasticismo, construtivismo e demais movimentos afins. Observamos aqui que, ao procurar explicitar as relações que objetiva construir, o Manifesto dialogava apenas com seus referenciais europeus.

O grupo neoconcreto expôs conjuntamente até 1961 e a produção destes artistas mostrou-se extremamente diversificada, não se fixando dentro dos limites das categorias artísticas tradicionais (pintura e escultura). Podemos lembrar Jorge Romero Brest, seis anos antes, ao dizer que estavam vivenciando um momento de pesquisa que talvez os levaria além da própria arte concreta e abstrata. Os artistas neoconcretos criaram livros-objetos, penetráveis, ballet e instituíram uma novo conceito para tratar a própria produção, o não-objeto.⁹⁰⁵

Milton Dacosta expôs individualmente no MAM RJ de julho a agosto de 1959. Escrevendo sobre toda a trajetória do artista, suas influências – como Picasso e Modigliani – e sua produção pictórica, Pedrosa, no texto publicado no catálogo da

⁹⁰⁴ JAYME MAURÍCIO. (12 jul. 1957), “‘Vernissage’ de Maria Freire e Castigliolo no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro”. *Correio da Manhã*.

⁹⁰⁵ “*Pode dizer-se que toda obra de arte tende a ser um não-objeto e que esse nome só se aplica, com precisão, àquelas obras que se realizam fora dos limites convencionais da arte, que trazem essa necessidade de deslimite como a intenção fundamental de seu aparecimento*”. (GULLAR, Ferreira. (1999), *Etapas da arte contemporânea: do cubismo à arte neoconcreta*, Rio de Janeiro, Revan. p. 293.)

mostra, conclui que “*a cor aí é substância, mas também um adjunto à forma*”.⁹⁰⁶ Dacosta, ao longo de sua trajetória, realizou experimentações que o levaram ao abstracionismo geométrico e expôs sua pesquisa pictórica, ainda que não integrando nenhum dos grupos de artistas atuantes nesta vertente.

Em agosto de 1959, iniciaram duas exposições individuais, Miguel Ocampo e Otl Aicher. Otl Aicher, nascido na Alemanha e um dos fundadores da Escola Superior da Forma, expôs cartazes e fotografias. Miguel Ocampo, artista argentino e já tendo exposto no MAM RJ em 1953, estava mais interessado na cor do que no gesto e Romero Brest, no texto do catálogo, afirmava que apesar de inquieto, Ocampo ainda era controlado e construtivo.

Em março de 1960, Abraham Palatnik inaugurou a exposição *Cinecromático no. 8*. Com a intenção de trabalhar com novos elementos, esta obra foi elaborada com motor e lâmpadas, entre outros itens, e se constituía de luz colorida, através de movimentos e alteração das formas. A pesquisa artística de Palatnik foi bastante singular no cenário artístico da época, mesmo não aproximando-se da vertente artística aqui estudada, afirma mais uma vez a diversificação das propostas apresentadas pelo Museu.

A *Exposição de arte concreta: retrospectiva 1951-1959* teve início em junho de 1960 e expôs obras de Waldemar Cordeiro, Kázmer Fejér, Judith Lauand, Maurício Nogueira Lima e Luiz Sacilotto. O catálogo desta mostra reproduzia um texto de Max Bill - que tinha por objetivo divulgar as diretrizes da arte concreta e caracterizá-la - e outro de Waldemar Cordeiro, no qual comentava:

produto direto de uma atitude crítica contra o abstracionismo incoerente (daqui e de fora) a arte concreta no Brasil, apesar de limitada na sua ação pela superficialidade dos interlocutores, desempenha papel decisivo na transformação e atualização de uma semântica visual, já inapta a assimilar as informações oriundas de uma nova situação histórica que vem colocando a nossa cultura em contato sempre mais estreito com o exterior.⁹⁰⁷

⁹⁰⁶ PEDROSA, Mário. Milton Dacosta. In: MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1959), Milton Dacosta: pintura e desenho 1939-1959, Rio de Janeiro.

⁹⁰⁷ CORDEIRO, Waldemar. [Texto de apresentação]. In: MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1960), Exposição de arte concreta: retrospectiva 1951-1959, Rio de Janeiro.

No *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, Ferreira Gullar criticou a exposição e o texto de Cordeiro presente no catálogo. Sobre a arte concreta no Brasil, a partir da trajetória da arte concreta no mundo, Gullar afirmou:

Hoje, como ontem, os paulistas continuam a partir de conceitos e não de experiências. Por isso mesmo, dentro do campo da arte concreta, não ultrapassam os limites já demarcados pelas obras de Bill, Albers e Wordemberg-Gildewart. (...) Quero reafirmar, concluindo, que a arte concreta iniciou no Brasil uma corrente estética de importância fundamental. O acúmulo de experiência e de ideias que ela gerou entre nós durante esses dez anos serviu para que alguns artistas dessem início a uma obra pessoal, nova, e de total atualidade. (...). Quanto ao concretismo ortodoxo, preso a generalizações apriorísticas, esse está morto e enterrado. Que os paulistas se convençam disso.⁹⁰⁸

Aluísio Carvão, também professor do curso de pintura do MAM RJ, realizou uma exposição individual de janeiro a fevereiro de 1961. A mostra era composta por 42 quadros – todos realizados de 1958 a 1960. Da fase concretista, apenas cinco trabalhos, todos os outros já neoconcretos. O texto de apresentação do catálogo, redigido por Mário Pedrosa, afirmava o interesse do artista pela cor e suas relações: “*CARVÃO está hoje diante de um mundo tão despegado de qualquer alusão material objetiva, que sua pintura se reduz a puras relações cromáticas.*”⁹⁰⁹

Em novembro de 1961, Hélio Oiticica expôs o *Projeto Cães de Caça*. A exposição era constituída por uma maquete, que representava a obra em escala menor. Esta obra reuniria em si o *Teatro Integral*, de Reynaldo Jardim, o *Poema Enterrado*, de Ferreira Gullar e os *Penetráveis* de Oiticica.

Pedrosa redigiu o texto do folder da exposição, no qual abordou a importância dos museus de arte moderna e contemporânea e a obra de Oiticica, destacando o caminho deste artista desde o grupo Frente, o rompimento com o quadro em busca do espaço real, a vivência do tempo como parte da obra e seus penetráveis, que eram labirintos com paredes coloridas e que se moviam e que, no caso, da maquete exposta, o caráter coletivista, ao trazer para sua criação, obras de outros artistas.

⁹⁰⁸ GULLAR, Ferreira. (16 jul. 1960), “Concretos de São Paulo no MAM do Rio”. *Jornal do Brasil*.

⁹⁰⁹ PEDROSA, Mario. Aluísio Carvão. In: MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1961), Aluísio Carvão: pinturas de 1958 a 1960, Rio de Janeiro.

Ao observarmos o período aqui levantado, tivemos contato com um dos primeiros núcleos de produção que utilizava-se da linguagem geométrica no Brasil – o grupo Frente -, e também com o grupo concreto e neoconcreto. Alguns artistas que pertenciam a estes movimentos se fizeram presentes através de mostras individuais. Paralelamente a estes grupos, o MAM RJ sediou a exposição de Milton Dacosta, que realizou experimentações, concebendo obras através da linguagem geométrica, sem ter aderido ao grupo concreto ou neoconcreto, tendo, por isso, sido defendido por Mário Pedrosa e Ferreira Gullar – parte da crítica da época que era favorável a tal vertente artística.

Através das exposições, conferências e dos textos, observamos, portanto, a existência de um contato direto com os grupos e artistas de tendências afins no Uruguai e Argentina. Proveniente deste último, podemos destacar o contato com Romero Brest e Tomás Maldonado, tanto na Argentina, quanto na fase em que ele passou a residir na Alemanha.

Voltando-nos para Brest, ao abordar a produção argentina e para Gullar, ao criticar a ortodoxia dos concretos de São Paulo, quando escreveu que “*de uma objetividade crítica, devia-se passar a uma objetividade criadora*”, pensamos como o Neoconcretismo fez esta passagem – partindo da mesma linguagem geométrica, seus artistas, menos presos a produção anterior a qual tinham como referência, buscaram sensibilizar a arte e valorizar o indivíduo em contato com a obra. Este grupo possibilitou obras que transcendiam a pintura e a escultura tradicionais, fazendo com que o objeto artístico só se realizasse na presença do indivíduo; permitiram-se proposições diferenciadas do que era visto no cenário artístico brasileiro desde a Semana de 22 – um dos marcos do início da arte moderna no Brasil.

Bibliografia

Livros e catálogos

AMARAL, Aracy Abreu (Org.). (1998), Arte construtiva no Brasil: Coleção Adolpho Leiner, São Paulo, DBA Artes Gráficas / Companhia Melhoramentos.

AMARAL, Aracy Abreu (Coord.). (1977), Projeto construtivo brasileiro na arte (1950-1962), Rio de Janeiro, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; São Paulo, Pinacoteca do Estado.

BRITO, Ronaldo. (1999), Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro, São Paulo, Cosac&Naify.

GULLAR, Ferreira. (1999), Etapas da arte contemporânea: do cubismo à arte neoconcreta, Rio de Janeiro, Revan.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1961), Aluísio Carvão: pinturas de 1958 a 1960, Rio de Janeiro.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1960), Exposição de arte concreta: retrospectiva 1951-1959, Rio de Janeiro.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1953), Grupo de artistas modernos argentinos, Rio de Janeiro.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1955), Grupo Frente: segunda mostra coletiva, Rio de Janeiro.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1959), Milton Dacosta: pintura e desenho 1939-1959, Rio de Janeiro.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO. (1961), Projeto cães de caça de Hélio Oiticica, Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, Dylla Rodrigues. (1980), 42 anos de premiações nos salões oficiais: 1934/1976, Rio de Janeiro, FUNARTE.

Documentos

(3 maio 1948), Ata de Constituição do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Pesquisa e Documentação / Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Parte de periódicos

(12 jan. 1961), “Nova fase de Carvão”. Correio da Manhã.

(18 mar. 1960), “Casa experimental e o cronocromático são as atrações atuais do (1953), “A imprensa e o Museu”. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: boletim de setembro. 11, p. 12.

(1953), “Conferências de Romero Brest”. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: boletim de setembro. 11, p. 11.

(1953), “Exposição do ‘grupo de artistas modernos argentinos’”. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro: boletim de setembro, 11, p. 1.

(30 jun. 1954), “Queremos uma arte de vanguarda”. Tribuna da Imprensa. MAM”. Jornal do Brasil.

ANTÔNIO BENTO. (23 jun. 1957), “O mestre brasileiro de sua época”. Diário Carioca.

ANTÔNIO BENTO. (16 jun. 1957) “A Retrospectiva Volpi: mestre da pintura popular”. Diário Carioca.

ANTÔNIO BENTO. (28 jul. 1957), “Maria Freire e Costigliolo no Museu de Arte Moderna”. Diário Carioca.

ANTÔNIO BENTO. (2 ago. 1959), “Milton Dacosta em retrospecto”. Diário Carioca.

BANDEIRA, Manuel. (26 jun. 1957), “Volpi”. Jornal do Brasil.

GULLAR, Ferreira. (1957), “Volpi. Mestre Brasileiro”. Jornal do Brasil.

GULLAR, Ferreira. (16 jul. 1960), “Concretos de São Paulo no MAM do Rio”. Jornal do Brasil.

GULLAR, Ferreira. (7 dez. 1961), “Os ‘Penetráveis’ de Oiticica”. Jornal do Brasil.

JAYME MAURÍCIO. (15 jul. 1955), “Gente moça renovando a paisagem artística”. Correio da Manhã.

JAYME MAURÍCIO. (12 jul. 1957), “‘Vernissage’ de Maria Freire e Castigliolo no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro”. Correio da Manhã.

JAYME MAURÍCIO. (10 mar. 1959), “O grupo acrescentou um ‘neo’ ao concretismo”. Correio da Manhã.

LEITE, José Roberto Teixeira. (19 jun. 1957), “Volpi no Museu de Arte Moderna”. Diário de Notícias.

LÓPEZ, Celina Rolleri. (11 jul. 1957), “Introdução à obra de Maria Freire e J. P. Costigliolo”. Correio da Manhã.

MOSCOVITCH, Ana Maria. (15 jan. 1961), “Cores de Carvão ganham prêmio”. Diário de Notícias.

PEDROSA, Mário. (12 jun. 1957), “A exposição de Volpi”. Jornal do Brasil.

COLÓNIAS E COLONIALISMO

Macau no seu contexto diplomático: a visão dos deputados (1885-1910)

Célia Reis

Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL

Os assuntos coloniais tornaram-se centrais na vida política portuguesa do final do século XIX. Numerosas foram as discussões e a Câmara dos Deputados refletiu-as: apesar de o Parlamento não ter sido fundamentalmente um órgão de decisão, foi-o nos debates realizados⁹¹⁰. Aqui, procuramos verificar como se envolveu com um dos aspetos mais realçados na vida de Macau, numa fase em que a necessidade de afirmação do país se traduziu também na mudança naquele território, implicando uma nova relação a China, integrada numa conjuntura mais vasta que abrangia a celebração de tratados entre o Celeste Império e outros países.

Apesar da defesa das colónias passar a elemento político essencial no país, algumas vezes levantavam-se numa tomada de posição mais realista, de harmonização de espaços com as capacidades do país, vendendo territórios. Assim sucedeu, entre outros, com Ferreira de Almeida, que, em 1885, propôs a negociação de Macau com a França ou com a Alemanha⁹¹¹. Estas ideias tiveram reflexos na China, inquieta com a possibilidade de Macau transitar para a posse de países que aí instalassem praças militares. Desenvolveu, por isso, projetos de indemnização a Portugal pela transferência da soberania para a sua posse. Na Câmara dos Deputados levantou-se o assunto contra a possibilidade de alienação⁹¹².

Por outro lado, após a tentativa de realização de um Tratado coma China, em 1862, os portugueses tentaram negociações que lhes permitissem o reconhecimento de um estatuto para a sua província. Foi em 1887 que se obteve o novo Tratado, incluído nas diligências de Barros Gomes na celebração de acordos internacionais com incidências coloniais⁹¹³. Mas, agora, deveu-se sobretudo, e reconhecidamente, aos interesses chineses, pretendendo melhorar a fiscalização da cobrança dos direitos sobre o ópio; tendo celebrado uma convenção com o governo de Hong Kong para obterem a sua colaboração, os britânicos impuseram o alargamento da cooperação a Macau.

⁹¹⁰ ALEXANDRE, Valentim. (2008), *A Questão Colonial no Parlamento*, vol. I, (1821-1910), Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República e D. Quixote, p. 194.

⁹¹¹ *Diário da Câmara dos Deputados (DCD)*, 22-06-1885, pp. 2531-2532. As suas propostas envolviam também outras colónias.

⁹¹² *DCD*, 03-07-1891, p. 5.

⁹¹³ *DCD*, 02-05-1887, p. 358.

A negociação iniciou-se por um protocolo, assinado a 26 de Março de 1887 e apresentado aos deputados a 4 de Junho⁹¹⁴. Previa a conclusão de um tratado de comércio e amizade entre Portugal e a China, com a cláusula de nação mais favorecida, e alargava-se, então, à cooperação na cobrança do rendimento do ópio. Por outro lado, integrava aspetos que Portugal desejava ver consagrados: confirmava a sua perpétua ocupação e governo de Macau e suas dependências, como qualquer outra possessão portuguesa, embora obrigado a nunca alienar a colónia sem acordo dos chineses⁹¹⁵.

Mas, precedendo a apresentação deste acordo, o Governo já enviara um ministro plenipotenciário (Tomás Sousa Rosa) para negociar o tratado, o qual viria a ser assinado em Pequim, a 1 de Dezembro desse ano. Confirmando, no essencial, o protocolo, previa que o espaço de Macau e suas dependências fossem definidos numa convenção futura. Não obstante esta indefinição, foi um passo essencial na evolução da colónia: se até aí a questão residia sobretudo no «problema da determinação e reconhecimento do título da presença dos portugueses em Macau pela China», a partir de agora deslocou-se para as dificuldades da delimitação marítima e terrestre⁹¹⁶.

Porém, em 1887, aos deputados só foi dada oportunidade de analisar o protocolo, pois a proposta que chegou à Câmara destinava-se só a permitir antecipadamente a aprovação do Tratado. Este apenas chegou aos parlamentares a 30 de Abril de 1888, quando Barros Gomes anunciou a sua ratificação há dois dias. Negociara-se igualmente uma convenção garantindo vantagens para o comércio de cabotagem entre Macau e os portos chineses próximos. O ministro salientou, por outro lado, a ação de Tomás de Sousa Rosa⁹¹⁷.

Com destaque para os opositoristas Pinheiro Chagas e Consiglieri Pedroso, a discussão e aprovação do protocolo foi muito rápida, com a intervenção de poucos deputados, onde as questões políticas ganharam dimensão. De facto, no momento não havia documentos para apreciar, por estarem a decorrer as negociações com a China – o que lhe conferia um valor de confiança, pedido por Barros Gomes⁹¹⁸ –, só se apresentou o Livro Branco a 9 de Junho do ano seguinte. Mais tarde, aquando da ratificação do tratado, foram também as contestações políticas que se evidenciaram⁹¹⁹.

⁹¹⁴DCD, 04-06-1887, p. 1003.

⁹¹⁵DCD, 04-06-1887, pp. 1031-1033.

⁹¹⁶ SALDANHA, António Vasconcelos de (1996), *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Instituto Cultural de Macau, p. 441.

⁹¹⁷DCD, 30-04-1888, pp. 1272-1273.

⁹¹⁸DCD, 27-06-1887, pp. 1444-1445, 1447.

⁹¹⁹DCD, 02-05-1888, pp. 1368-1369.

Para além delas, realçaram-se algumas questões de âmbito económico: Pinheiro Chagas deverá ter referido a necessidade de um acordo sobre o porto, respondendo Barros Gomes que esta infraestrutura não seria prejudicada. Ao mesmo tempo, aquele deputado Progressista defendeu a importância da seda e chá na economia local, receando que a fiscalização as afetasse⁹²⁰.

Noutra ocasião, perante a diminuição de rendimentos, Júlio de Vilhena considerou a possibilidade de aproveitamento da missão diplomática à China para conseguir deste governo o retorno à antiga situação em que Macau contava com o exclusivo dos avultados proventos da lotaria Venseng⁹²¹.

Um dos pontos mais sensíveis foi o da possibilidade de estabelecimento de alfândegas chinesas em Macau, salientada por Pinheiro Chagas, por duas razões: para impedir a interferência no prosseguimento da política inaugurada por Ferreira do Amaral e pelo receio de afetação das produções macaense; obrigou Barros Gomes, agora e noutras ocasiões, a garantir que não haveria qualquer alfândega chinesa na posse portuguesa⁹²².

Consiglieri Pedroso debruçou-se sobre a territorialidade, pela dependência da China em caso de alienação de Macau, imposição que considerava grave⁹²³. Mas foi sobretudo a manutenção do *status quo* e indefinição sobre os limites que se veio a colocar: Pinheiro Chagas pretendia saber se o acordo integrava a ilha da Lapa, mas deparou-se com a atitude ministerial de reserva e falta de esclarecimento⁹²⁴.

Nos anos seguintes relevaram-se notícias de incidentes abrangendo os domínios terrestre ou marítimo reclamados por Portugal, evidenciando maior sensibilidade com o espaço e com a necessidade da sua defesa e afirmação. Assim, já em 1896 João Arroio noticiou um boato sobre a cedência da Lapa à Alemanha pelo governo chinês⁹²⁵. Dois anos depois foi o deputado Franco Frazão que referiu uma alegada violação das águas portuguesas. Nesse momento, esse representante de Macau, fazendo eco de outras vozes, definiu então o que considerava dever pertencer a Macau: a península até ao forte de Passaleão e as ilhas de Coloane, Taipa, D. João e Lapa; ponderou igualmente a vantagem no alargamento a toda a ilha de Hian-Chan. Mas o seu discurso foi mais longe, procurando a resolução de uma questão pendente pelo aproveitamento do

⁹²⁰DCD, 27-06-1887, p. 1444.

⁹²¹DCD, 23-05-1888, p. 1700. O governo de Cantão tinha permitido o estabelecimento da lotaria Venseng, afetando o monopólio macaense.

⁹²²DCD, 23-03-1888, pp. 3; 27-06-1887, pp. 1445-1446; 24-05-1888, p. 1740.

⁹²³DCD, 27-06-1887, p. 1447.

⁹²⁴DCD, 27-06-1887, pp. 1444, 1447.

⁹²⁵DCD, 03-03-1896, p. 420.

momento de fraqueza da China, à semelhança do que faziam outros países⁹²⁶. Outros deputados secundaram-no, como Ferreira de Almeida, que acrescentava que o posto fiscal chinês inviabilizava a categoria de porto franco de Macau, pelo que a sua retirada permitiria o aumento dos rendimentos, que reverteriam para as obras daquela infraestrutura. Chegou a propor o envio de navios concretizar o programa. Porém, a visão governamental encarava a questão do porto sobretudo pela via ocidental e ficou-se pela circunstancial afirmação de que não descurava o assunto⁹²⁷.

Em 1900, para além do Governo ter de negar perturbações com a construção de fortalezas chinesas à volta da possessão portuguesa⁹²⁸, foram sobretudo as circunstâncias internas vividas na China que levaram Franco Frazão a voltar a insistir na delimitação, agora mais fácil de conseguir com o apoio de uma potência⁹²⁹. A resposta governamental tardou, só enviando uma missão especial à China após a intervenção estrangeira contra a Revolta dos Boxers e a celebração do Protocolo de Pequim. Aquela, desconhecida durante muito tempo, suscitou dúvidas aos deputados e muitas questões sobre os montantes gastos⁹³⁰; o conde de Penha Garcia descreveu-a como envolta em mistério, da qual só chegavam ecos de banquetes⁹³¹. Respondeu D. Luís de Castro: procurava-se, de facto, aproveitar a oportunidade e já deveria ter sido enviado um embaixador a Pequim desde 1897, pelo menos, quando os outros países europeus avançavam e ocupavam novas concessões⁹³².

Numa nova interpelação, Penha Garcia criticou o isolamento português, que não cooperara na repressão da revolta dos Boxers; para Macau pretendia, para além da fixação dos limites, a expansão de terrenos e obtenção de concessões de influência comercial na ilha de Hian-Chan (o celeiro de Macau), assim como a abolição das taxas das alfândegas chinesas. Sem mais explicações, o ministro afirmou que, pelo contrário, o governo sempre acompanhara o movimento⁹³³.

Foi só em 1903 que se conheceu a situação, primeiro com referência no discurso da Coroa⁹³⁴, depois com a distribuição do Livro Branco, ao mesmo tempo que o Governo avançava com uma proposta de lei para aprovação e ratificação do tratado assinado em Pequim a 15 de Outubro do ano precedente e negociado por aquela missão

⁹²⁶*DCD*, 01-02-1898, pp. 206-208.

⁹²⁷*DCD*, 27-04-1899, pp. 2-5.

⁹²⁸*DCD*, 08-08-1890, pp. 1782-83; 11-08-1890, pp. 1790-91.

⁹²⁹*DCD*, 15-06-1900, pp. 4-6.

⁹³⁰*DCD*, por exemplo 12-03-1902, p. 9; 17-03-1902, p. 25.

⁹³¹*DCD*, 20-03-1902, pp. 30-31.

⁹³²*DCD*, 20-03-1902, p. 34.

⁹³³*DCD*, 07-04-1902, pp. 3-9.

⁹³⁴*DCD*, 16-01-1903, p. 13.

extraordinária, o qual correspondia à modificação e acrescentamento ao de 1887, que continuava em vigor⁹³⁵. Segundo o preâmbulo, este acordo provinha de decisões tomadas pelas potências intervenientes contra os Boxers, as quais afetavam igualmente Macau. Era o caso da obrigação assumida pelos governos contraentes do Protocolo de Pequim (7 de Setembro de 1901) de negociarem as modificações que julgassem convenientes nos tratados de comércio e navegação vigentes. Deste modo, o pacto feito entre Portugal e a China incidia sobre tarifas, mantendo-se o tratamento de nação mais favorecida. Estabeleciam-se, no entanto, novas bases para a cooperação e fiscalização na cobrança dos direitos do ópio exportado de Macau para aquele império. Segundo o texto da comissão que procedeu à análise da proposta, em causa estava igualmente a convenção que a Grã-Bretanha concluíra com a China em 1902, para entrar em vigor dois anos depois, a qual afetava Macau com as regulamentações que fazia sobre numerosas atividades; impunham-se modificações que favorecessem o comércio da colónia portuguesa, libertando-a dos postos fiscais que a cercavam. Este ponto implicaria o estabelecimento de uma delegação das alfândegas chinesas num local encolhido entre a sua administração e o governo de Macau, de forma a fiscalizar a entrada e saída do ópio da colónia, cobrando os direitos devidos à China.

O parecer da mesma comissão não deixava, no entanto, de notar outro aspeto essencial e repetitivo: a falta de resolução para os problemas do território, reservando-a para a negociação da regulamentação desta alfândega⁹³⁶. De facto, como os deputados sabiam já pela publicação do Livro Branco – onde, de resto, se encontravam vários erros de datação, como foi acerrimamente criticado pela oposição – o assunto fora objeto de cuidado do ministro plenipotenciário, o qual contrariou as instruções governamentais contra qualquer tentativa para a sua expansão territorial; em todo o processo era evidente a ideia de que poderia usar a anuência portuguesa ao aumento de tarifas como forma de pressão⁹³⁷.

Mas ainda não se iniciara a discussão do tratado e já se verificavam manifestações contra o mesmo⁹³⁸. Entre outros, Custódio Borja receava a existência de uma alfândega chinesa em Macau, pois constava num jornal de Hong Kong que o Governo imperial já enviara delegados para escolherem e comprarem terrenos. O Ministro da Marinha

⁹³⁵*DCD*, 17-04-1903, p. 3.

⁹³⁶*DCD*, 27-005-1903, pp. 11-13.

⁹³⁷ *Negocios Externos. Documentos apresentados ás Côrtes na sessão legislativa de 1903 pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros. Negociações com a China*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

⁹³⁸*DCD*, 02-05-1903, p. 9.

desconhecia o assunto, o que foi considerado insuficiente por Egas Moniz: impunha-se uma negação categórica, assim como a propagação exterior da notícia recusando aos chineses a sua abertura sem que o tratado fosse aprovado pelas Cortes⁹³⁹.

A nova fase correspondeu, finalmente, à discussão do projeto de lei para aprovação do tratado, a 27 de Maio. A questão central colocou-se igualmente em torno da prevista alfândega e da indefinição que a rodeava. Dias Costa colocou também outras questões no âmbito das negociações em torno do protocolo de Pequim: se o Governo ainda poderia aderir ao mesmo, se os chineses tinham violado o tratado de 1887 impondo a nova tarifa alfandegária às mercadorias oriundas de Macau, se o Executivo permitira o fim do regime de fiscalização do comércio do ópio estabelecido e se as negociações com a China estavam suspensas. Com respostas breves, foi sobre a alfândega que o Ministro dos Negócios Estrangeiros foi mais incisivo, afirmando que a mesma não seria estabelecida em Macau⁹⁴⁰.

Manuel Fratel, no entanto, manifestou a sua preocupação pelo facto de existirem ainda dúvidas sobre a alfândega, pelo que propôs a interrupção da discussão do tratado até à obtenção de esclarecimentos das duas partes contratantes. A moção foi aprovada e o tratado ficou suspenso⁹⁴¹.

Seguiram-se novas negociações, de onde resultou a assinatura de novo tratado, a 11 de Novembro de 1904, procurando impedir o isolamento português no contexto internacional.

Essa era, de facto, a situação, pois a China deixara de cumprir às cláusulas dos tratados que impunham taxas máximas às mercadorias portuguesas e passara a cobrar de acordo com a mais elevada, acordada com os outros países. O facto consumado e a impossibilidade de reversão efetiva induziram o Executivo a preferir a nova negociação, que aumentava a taxa alfandegária, agora equiparada à estipulada no protocolo de Pequim, mas colocava o país a par das outras nações. Apesar disso mantinha-se a cláusula de nação mais favorecida. Conservava-se igualmente a cooperação na cobrança de direitos sobre o ópio, fixando-se as esferas de fiscalização das autoridades portuguesas e chinesas.

Economicamente, o novo tratado incluía também aspetos que promoviam o desenvolvimento da navegação, com o objetivo de, como já se batera Castelo-Branco, «facilitar a ligação do porto da nossa colonia, como testa de linha do caminho de ferro,

⁹³⁹*DCD*, 06-05-1964, p. 3.

⁹⁴⁰*DCD*, 27-05-1903, p. 13.

⁹⁴¹*DCD*, 27-05-1903, p. 14.

a Cantão, vantagem esta que, embora não esteja expressamente consignada no presente acordo, contudo deriva do estado de cousas por elle criado».

Abrangiam-se outras questões, como a garantia do apoio português ao estudo das condições do reconhecimento da soberania portuguesa aos chineses, à reforma do sistema judicial da China, ou à participação numa comissão para o estudo da situação dos missionários naquele império⁹⁴².

No entanto, este tratado só foi apresentado aos deputados no dia 5 de Junho de 1908, não tendo continuação nem sendo ratificado. No ano seguinte, Brito Camacho ainda perguntou se o Governo tencionava fechar as negociações com a China sem dar «satisfação», ao que o Presidente do Ministério disse que, por ser um Tratado entre potências, teria de ser trazido ao Parlamento⁹⁴³.

O momento ficou marcado por outras dificuldades, resultantes das ofensivas chinesas contra os territórios reivindicados por Portugal e contra as tentativas de delimitação, realizadas em 1909, em Hong Kong. Para Brito Camacho estavam em causa as terras que sempre tinham sido portuguesas⁹⁴⁴. Mas, afinal, Macau continuava sem se mostrar essencial para os deputados: quando em Abril de 1909, Ernesto Vilhena pediu para interrogar urgentemente o Governo sobre um comício realizado em Cantão para reclamar do Governo Chinês o retrocesso daquele território à sua posse, a Câmara rejeitou a urgência⁹⁴⁵. Pouco se falou, por outro lado, das conferências de delimitação⁹⁴⁶.

Se, naturalmente, eram as questões com a China que preponderavam nas relações externas de Macau, Hong Kong apresentava-se essencialmente como a colónia que, na primeira fase deste estudo, correspondia a um moralismo falso, criticando a política portuguesa em relação aos *coolies* e obrigando-a a deixar esta forma de rendimento para dela se apossar⁹⁴⁷.

O Japão foi elemento de conversações, pois o governador de Macau, como representante do governo português nessa corte, realizou aí uma embaixada. Contudo, o facto só nos chegou pelo interesse apresentado pelas despesas dessa viagem⁹⁴⁸. Posteriormente, questionou-se a situação dos portugueses a quem tinha deixado de ser

⁹⁴²DCD, 05-06-1908, pp. 20-46.

⁹⁴³DCD, 21-07-1909, pp. 18-19.

⁹⁴⁴DCD, 08-11-1908, p. 16.

⁹⁴⁵DCD, 19-04-1909, p. 3.

⁹⁴⁶DCD, 21-07-1909, p. 20; 18-08-1909, p. 4.

⁹⁴⁷DCD, 24-05-1888, p. 1740; 18-01-1889, p. 10.

⁹⁴⁸DCD, 27-01-1892, pp. 3 e 7.

concedida jurisdição especial no país após a supressão da legação portuguesa; um tratado a ser negociado resolveria o assunto, segundo promessa governamental⁹⁴⁹.

Com efeito, em Janeiro de 1897 assinou-se um tratado de comércio com o Japão. A proposta de lei justificava-o por colocar Portugal a par das outras nações, pois as suas cláusulas eram semelhantes às assinadas entre os nipónicos e outros países europeus. Esperava-se com ele obter vantagens para Portugal e Macau, a única colónia sobre o qual incidia⁹⁵⁰.

Para além desta evolução, as questões diplomáticas passaram igualmente pela forma de representação, pouco consensual num momento de viragem, com a difícil conjugação de objetivos e meios financeiros.

Ponto de presença portuguesa no Extremo Oriente, era Macau o centro da sua diplomacia nesta parte do mundo, cabendo ao governador da colónia a representação nas cortes da China, Japão e Sião. A mudança iniciou-se também com o tratado de 1887, prevendo a possibilidade de Portugal poder ter um representante em Pequim⁹⁵¹.

Mas as principais modificações integraram-se na reorganização dos serviços do ministério dos Negócios Estrangeiros, também em 1887, com um projeto para os cônsules deixassem de ser pagos pelos orçamentos das colónias; assim sucederia com os de Xangai, Bangucoque e Tóquio, dependentes do cofre de Macau⁹⁵². Posteriormente as preocupações com a integração de Macau na sua região envolvente, desenvolvendo as relações com os dois Kuangs, implicaram a aprovação de uma proposta para o estabelecimento de um consulado em Cantão.

Mas foi a um nível mais alargado que se colocou a questão em 1900, quando, durante a revolta dos Boxers, Franco Frazão mostrou a necessidade de uma representação diplomática, que captasse vantagens para Macau, pela evidente incapacidade do seu governador ter esse papel em três cortes⁹⁵³.

Todavia, a missão enviada a Pequim foi alvo de grande contestação, como vimos. Apesar disso, previram-se embaixadas para aí e para Tóquio, largamente contestadas em 1903, aquando da discussão orçamental. Não deixavam, no entanto, a sua relação especial com Macau, pois na proposta de emenda feita por D. Luís de Castro estipulava-se que o excesso de despesa com as mesmas fosse pago pela colónia⁹⁵⁴ - o que levou

⁹⁴⁹*DCD*, 06-11-1894, p. 335; 14-11-1894, pp. 454-455.

⁹⁵⁰*DCD*, 12-07-1897, p. 167.

⁹⁵¹*DCD*, 27-06-1887, p. 1447.

⁹⁵²*DCD*, 01-07-1887, p. 1520; 30-05-1887, p. 2209.

⁹⁵³*DCD*, 15-06-1900, pp. 5-6.

⁹⁵⁴*DCD*, 15-05-1903, p. 77.

Francisco José Machado a perguntar perguntando se Macau se situava fora de Portugal⁹⁵⁵. As duas embaixadas foram, de facto, criadas por decreto e nelas se determinava que a província macaense suportaria todos os gastos com pessoal e material das missões e consulados na China, Japão e Sião que excederem as verbas descritas na tabela do ministério dos Negócios Estrangeiros. Estas missões integravam igualmente Bangucoque e Hong Kong (a cargo do embaixador em Pequim). Na primeira destas cidades mantinha-se a feitoria, dependente do consulado e superintendida pelo governo de Macau⁹⁵⁶.

Se grande tinha já sido a contestação ao envio da missão especial à China, em 1901, exigindo-se mesmo conhecimento sobre os seus custos monetários e humanos⁹⁵⁷, alargou-se agora a atitude a estas novas embaixadas, vistas essencialmente como locais para colocação de amigos políticos, um «luxo», uma criação desnecessária⁹⁵⁸ e um dispêndio para Macau⁹⁵⁹. Afonso Costa foi mais longe e propôs a sua supressão, criando um consulado geral em Pequim e Tóquio⁹⁶⁰. Mas o Governo mantinha esta necessidade⁹⁶¹.

Pelo novo projeto apresentado em Fevereiro de 1907, reduziu-se o pessoal, sendo o Ministério a suportar os pagamentos que antes cabiam a Macau⁹⁶². Foi publicado como decreto⁹⁶³.

Se, como já foi notado, o Parlamento português teve uma posição essencial na discussão das questões coloniais, em relação a Macau verificamos não ser assunto recorrente, colocando-se apenas em momentos chave e sem grandes discussões. Os debates mais profundos partiram dos seus próprios deputados ou integraram-se nas discussões políticas mais generalizadas, como o das despesas com as embaixadas. A iniciativa partia, por isso, sobretudo do Executivo, muitas vezes ultrapassando o Poder Legislativo, ou pelo funcionamento político-partidário, ou pelas questões diplomáticas envolvidas; este, no entanto, evidenciou as suas capacidades em 1903, inviabilizando a posição governamental.

⁹⁵⁵*DCD*, 16-05-1903, p. 19.

⁹⁵⁶ Collecção Oficial de Legislação Portuguesa (COLP), 1903, pp. 439-440.

⁹⁵⁷*DCD*, 20-05-1903, p. 9; 26-05-1903, p. 3.

⁹⁵⁸*DCD*, 15-05-1903, p. 98; 16-05-1903, pp. 11, 13-14, 19-21; 18-05-1903, pp. 8 e 17; 08-02-1904, p. 7; 15-03-1904, p. 15; 23-03-1904, p. 11; 09-04-1904, p. 13.

⁹⁵⁹*DCD*, 04-02-1904, pp. 24-25.

⁹⁶⁰*DCD*, 24-10-1906, p. 5; 26-10-1906, p. 3; 01-07-1908, pp. 3-4.

⁹⁶¹*DCD*, 18-05-1903, p. 8.

⁹⁶²*DCD*, 19-02-1907, pp. 21-22.

⁹⁶³*COLP*, 1907, pp. 907-908.

“Lusitaníssimas no seu todo”. Histórias do luso-tropicalismo na cultura de massas

Marcos Cardão

Centro de Estudos de História Contemporânea – ISCTE-IUL

Todos os impérios coloniais recorreram a discursos para poder singularizar o seu colonialismo ou afirmar a benignidade da sua colonização⁹⁶⁴. No caso português, os discursos luso-tropicalistas, que enfatizavam a capacidade de adaptação, plasticidade e tolerância dos portugueses, acabaram por sancionar o afamado «modo português de estar no mundo»⁹⁶⁵. Baseado num conjunto de pressupostos históricos e lugares comuns sobre o carácter português, o luso-tropicalismo moldou-se à história de Portugal e foi, seguindo a terminologia de Benedict Anderson, o modo de imaginar a «comunidade lusíada» nas últimas décadas do regime autoritário⁹⁶⁶.

Embora tenha sido profusamente utilizado em campanhas de propaganda oficial, designadamente nas campanhas promovidas pela Agência Geral do Ultramar, os temas associados ao luso-tropicalismo também se propagaram por vários acontecimentos da cultura de massas, o que contribuiu para generalizar as ideias de integridade territorial e fraternidade racial. Em vez de identificar os intérpretes que divulgaram e promoveram o luso-tropicalismo, nas próximas páginas pretendo assinalar as práticas, rituais, ou iniciativas que reproduziram o luso-tropicalismo fora do campo institucional. Ou seja, pretendo identificar os acontecimentos que generalizaram aquilo que Michael Billig designa «nacionalismo banal»⁹⁶⁷.

⁹⁶⁴ Como Edward Said refere: «Every single empire in its official discourse has said that it is not like all the others, that its circumstances are special, that it has a mission to enlighten, civilize, bring order and democracy, and that it uses force only as a last resort. And, sadder still, there always is a chorus of willing intellectuals to say calming words about benign or altruistic empires, as if one shouldn't trust the evidence of one's eyes watching the destruction and the misery and death brought by the latest mission civilizatrice» (SAID.[2003 (1977)]:XVII)

⁹⁶⁵ Título do livro de Cláudia Castelo no qual a autora analisa a sua recepção e repercussão entre 1933 e 1961. Cláudia Castelo sustenta que o luso-tropicalismo foi «uma teoria inventada, com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do povo português, além de ter servido interesses político-ideológicos conjunturais durante o Estado Novo, ajudou a perpetuar uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa, concedendo-lhe a autoridade científica de que até aí não dispunha, (CASTELO.1999: 14).

⁹⁶⁶ Neste artigo sigo a formulação de nacionalismo sugerida por Benedict Anderson: «In an anthropological spirit, then, I propose the following definition of the nation: it is an imagined political community - and imagined as both inherently limited and sovereign. It is *imagined* because the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion», (ANDERSON. 1991 [1983]: 6).

⁹⁶⁷ Segundo Michael Billig, «Banal nationalism operates with prosaic, routine words, which take nations for granted, and which, in so doing, inhabit them. Small words, rather than grand memorable phrases, offer constant, but barely conscious, reminders of the homeland, making 'our' national identity unforgettable», (BILLIG.1991: 93)

Uma série de acontecimentos prosaicos que fizeram do luso-tropicalismo, ou dos temas associados ao excepcionalíssimo português, uma presença constante nas últimas décadas do regime autoritário. Neste artigo vou referir dois eventos que se interseccionaram: o concurso Miss Portugal na década de 1970 e o reportório musical de João Maria Tudella, onde predominavam algumas imagens idílicas sobre o Moçambique colonial. Estes dois episódios articularam os sonhos e fantasias de um «Portugal maior» e mostraram que os temas associados ao luso-tropicalismo não eram um exclusivo dos cenáculos académicos nem dos gabinetes ministeriais.

O charme discreto do concurso de beleza

Em 1971 realizou-se o primeiro Festival Vilar dos Mouros e o primeiro Cascais Jazz Festival; nesse mesmo ano o concurso Miss Portugal incluiu pela primeira vez concorrentes provenientes das províncias de Angola e Moçambique. Enquanto o festival de jazz ficou marcado pelo incidente protagonizado por Charlie Haden, que dedicou o tema «A Song for Che» aos movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique⁹⁶⁸, o concurso Miss Portugal pôde recriar pela primeira vez o mapa imaginário do império Português, naturalizando as suas fronteiras pluricontinentais através das concorrentes que vinham do ultramar. Como se dizia na revista *Plateia*, o concurso de beleza era «um elo mais a reforçar a união Metrópole-Ultramar»⁹⁶⁹. Já na revista *Rádio & Televisão* dizia-se: «Este ano, a nossa Miss, vai ter dimensão verdadeiramente nacional. As duas mais populosas províncias portuguesas do Ultramar estarão representadas maciçamente (...). É, portanto, um congresso de beleza o que se realizará na noite do próximo dia 27 de Abril, no Casino do Estoril»⁹⁷⁰.

Depois de se realizarem as eliminatórias provinciais para apurar as concorrentes finalistas, em Abril de 1971 realizou-se o concurso Miss Portugal em Lisboa, que contou com a presença de alguns membros da elite marcelista entre a assistência, como o Ministro das Corporações e da Saúde, Baltasar Rebelo de Sousa, o secretário de Estado da Informação e Turismo, César Baptista Moreira. Antes da realização do

⁹⁶⁸ De acordo com António Costa Santos esta dedicatória de Charlie Haden teve uma resposta do público nas bancadas, que se ergueu de «punhos cerrados (...). Na beira de uma das bancadas abriram-se dois panos com os slogans ‘Guiné Livre’ e ‘Abaixo a Guerra Colonial’, (SANTOS.2008:170).

⁹⁶⁹ S/a (1971), «As misses um elo mais a reforçar a união Metrópole - Ultramar», *Plateia*, 11 de Maio, p.

17

⁹⁷⁰ S/a (1971), «Miss Portugal um título a concurso», *Rádio & Televisão*, n.º 748, Abril, p. 34, 35

concurso propriamente dito, as representantes do ultramar foram oficialmente recebidas por membros do Governo Português, que se apressou a colher dividendos políticos de um concurso que encenava a diversidade do *mundo português*.⁹⁷¹

O concurso Miss Portugal tinha um conjunto de cerimoniais específicos nos quais se teatralizava a nacionalidade. Um deles era o desfile em trajes tradicionais, uma ocasião que as concorrentes ultramarinas aproveitaram para exibir indumentárias *tipicamente africanas*. Este era um modo banal de folclorizar a diversidade do país, mas também de insinuar novas formas de encarar a sensualidade feminina. Na reportagem do *Século Ilustrado* descrevia pormenorizadamente esse desfile:

«As metropolitanas, vestidas à moda do Minho: trajes de várias circunstâncias, cedidos pelo museu de Viana do Castelo. As angolanas vestem-se à mucubal, muíla e rapariga da ilha. As moçambicanas escolhem traje chope, macua ou jovem Kani-a-Kuno. Trajes indígenas para meninas brancas que vieram à Metrópole dizer nós somos o Ultramar. A desvantagem para as metropolitanas começa aqui: enquanto os fatos africanos descobrem as formas às raparigas ultramarinas, as de cá passam despercebidas sob os pesados fatos minhotos (...). O Ultramar, de resto levou a palma. É outra gente, habituada a estas andanças, treinada a exhibir o corpo, com um à-vontade e um jeito de se mover de quem vive em pleno verão. Elas andam, as africanas, e é como se bailassem. Queimadas, morenas, a sua pele é já um espectáculo para os olhos».⁹⁷²

A avaliar pela descrição, o desfile em trajes típicos conjugava o desregramento folclórico com a invenção de uma sensualidade exclusivamente tropical, conquistada pelo «jeito de se mover» das concorrentes africanas. Apesar de excessiva, esta caracterização tornar-se-ia uma das imagens de marca do concurso Miss Portugal, que se ocupou em distinguir os corpos femininos por regiões, para depois poder tecer considerações sobre a diversidade do *mundo português*. O concurso insinuou também novas formas de encarar a sexualidade, com as ultramarinas, devido aos seus corpos descobertos, a sugerirem uma sexualidade mais explícita e licenciosa.

A concorrente de Angola, Riquita, foi eleita Miss Portugal 1971. Os restantes prémios foram atribuídos às representantes do «ultramar português», o que em termos

⁹⁷¹ A propósito dessa recepção oficial, a *Revista de Angola* dizia que as misses tinham sido «acarinhadas» em Lisboa, «mormente por parte dos meios ultramarinos e entidades oficiais mais de perto ligadas ao Ultramar», S/a, «As misses e os ministros», *Revista de Angola*, 30 de Abril de 1971, s/p.

⁹⁷² PALLA, Maria Antónia. (1971), «O ultramar existe... está crescidinho», *Século Ilustrado*, 1 de Maio, pp. 61-64

meta-políticos queria significar o triunfo da unidade nacional. A propaganda oficial não desperdiçou a ocasião para celebrar o triunfo da integridade territorial, com a *Permanência. Revista de actualidades ultramarinas* a referir:

«As representantes de Angola e Moçambique conquistaram, de forma indiscutível, as posições cimeiras. E conquistaram também: a admiração sincera, o apoio espontâneo, a eleição pré-eleição, o aplauso vibrante, dos compatriotas metropolitanos. Foi uma jornada de triunfo para a juventude portuguesa de Além-mar (...). As moças do nosso Ultramar compareceram e venceram.»⁹⁷³

A vitória de Riquita foi efusivamente celebrada em Angola, com a nova Miss Portugal a ser alvo de uma recepção apoteótica. Após um longo desfile pela cidade de Luanda, realizado num automóvel descapotável e acompanhado por uma música dos *Negoleiros do Ritmo*, intitulada «Riquita tu és bonita»⁹⁷⁴, feita propositadamente para a ocasião, a Miss Portugal 1971 rumou à sua terra natal, Moçâmedes, onde foi novamente homenageada.

Os mistérios de Íris, o 2º capítulo de uma saga tropical

Se o episódio de Riquita parecia estranho num país que tinha a moral como imagem de marca, o concurso Miss Portugal de 1972 veio confirmar que esse desígnio já se encontrava penhorado. O concurso de 1972 seguiu os mesmos moldes da edição anterior, embora esta nova edição surpreendesse por conseguir reunir todo o mundo português. Ou seja, o concurso tinha concorrentes oriundas de todas as províncias ultramarinas (Timor, Guiné, Moçambique, Macau, Angola, São Tomé, Cabo Verde), era por isso um concurso literalmente do Minho a Timor.

Tal como tinha acontecido em 1971, as concorrentes ultramarinas voltaram a conquistar os primeiros prémios, com Íris Maria, de Moçambique, a sagrar-se Miss Portugal 1972. Segundo a propaganda oficial esta recriação da diversidade era um

⁹⁷³ C.R. (1971), «Jornada de triunfo para a juventude portuguesa de Além-mar», *Permanência. Revista de actualidades ultramarinas*, AGU, nº11/12, Maio, p. 20

⁹⁷⁴ A canção dos *Negoleiros do Ritmo* foi transmitida por um megafone instalado na carrinha que acompanhou o cortejo de Riquita. Eis um excerto da canção «Riquita tu és bonita»: «Riquita já és rainha/ de Angola que acredita/ mostrou como é natural/ Riquita foste a melhor/ desta festa nacional/ Angola rima contigo/ mais linda de Portugal (...). Angola não é só Namibe/ tem muita Riquita podem vir escolher». Para escutar a canção dos *Negoleiros do Ritmo* e ouvir as memórias de Riquita consultar o programa radiofónico de Paulo Salvador, *Memórias Africanas*, «Rádio Sim», 3 Outubro de 2009: <http://recordarangola.blogspot.com/2009/12/memorias-africanas-na-radio-sim-grupo.html>. (Acedido em 20 Janeiro de 2010)

exemplo claro de luso-tropicalismo, como se referiu explicitamente na revista *Permanência*:

«Aqueles mocinhas que representaram as províncias de Além-Mar encantaram os olhos e ganharam os corações! Lusitaníssimas no seu todo, embora neste ou naquele caso demonstrando flagrante ‘luso-tropicalismo’ – como diria Mestre Gilberto Freyre – deram testemunho vivo de que, no Além-Mar, a gente jovem portuguesa conquista semblante desanuviado, se torna mais afoita, dir-se-ia encontrar, ali, a sua atmosfera mais propícia»⁹⁷⁵.

O jornalista da revista *Permanência* estabelecia um vínculo direto entre um evento mundano, como o concurso de beleza, e o Luso-tropicalismo. O concurso inaugurava uma nova forma de vivenciar e experienciar a nação, exibindo misses de *todo mundo português*, mostrando a integridade das suas fronteiras pluricontinentais. Mesmo com uma guerra colonial a decorrer em três frentes e o recrudescimento das oposições políticas, o concurso continuava a apresentar Portugal como um oásis de paz e harmonia, sem ambiguidades nem contradições. Nesse sentido, o concurso de beleza parecia dispor daquilo que Roland Barthes denominou «vacina»⁹⁷⁶. Algo que seria capaz imunizar «através de uma pequena inoculação o mal reconhecido» e proteger contra o risco de subversão generalizada. Ou seja, o concurso parecia ser um dos derradeiros antídotos contra a dissolução do *mundo português*, que aqui se apresentava orgânico, coeso e sem conflitos.

A voz de Moçambique nos bastidores do concurso de beleza

O concurso Miss Portugal foi atravessado por vários interesses comerciais e políticos. Um dos interessados na boa visibilidade do concurso era Jorge Jardim, figura polémica de Moçambique, que foi responsável pela vinda das concorrentes moçambicanas ao concurso Miss Portugal. Na época, Jorge Jardim estava apostado numa campanha de «conquista da compreensão»⁹⁷⁷, procurando promover o lado

⁹⁷⁵ S/a (1972), «Desenvoltura e alegria vieram a Lisboa de todo o ultramar», *Permanência. Revista mensal de actualidades ultramarinas*, AGU, nº 23, Abril, p. 13

⁹⁷⁶ BARTHES, Roland [1997 (1957)], *Mitologias*, Lisboa: Edições 70, p. 216

⁹⁷⁷ No seu livro de memórias, *Moçambique. Terra queimada*, Jorge Jardim afirma. «Por essa altura desencadeávamos, na Metrópole, uma intensa campanha publicitária destinada a chamar a atenção sobre Moçambique. Nada foi deixado ao acaso e a invasão dos ‘posters’ fez-se, metodicamente, com notável impacto sobre a opinião pública. (...) Tivemos de enfrentar reacções, mas o objectivo foi plenamente

cosmopolita e aparentemente multirracial da província de Moçambique. Dessa campanha faziam parte os concursos de beleza, a propósito dos quais Jorge Jardim referiu:

«Quando as nossas jovens, de todas as raças, arrebatavam títulos sucessivos, poucos haviam entendido os propósitos que nos conduziam. Começaram a tornar-se, porém, mais patentes quando verificaram como estavam preparadas para enfrentarem, afoitamente, os entrevistadores, falando sobre geografia, os costumes, as riquezas e, até, sobre política moçambicana. Impressionou ainda a disciplina que mantinham e o nacionalismo intransigente das raparigas que sabiam representar o ‘seu país’.»⁹⁷⁸

Para propagandear as concorrentes de Moçambique, e para mostrar seu compromisso com o *nacionalismo intransigente*, Jorge Jardim conseguiu um tempo de antena precioso no programa de televisão, *Movimento*, de Fialho Gouveia. Nesse programa, transmitido em horário nobre na RTP, as *misses* moçambicanas juntaram-se ao cantor João Maria Tudela para cantar a canção «Moçambique». Uma canção que afirmava claramente a matriz *lusa* daquela província do Índico:

Moçambique é com certeza / Uma expressão nacional / A palavra é portuguesa / E quer dizer Portugal / Moçambique, / é alegre como a chita / tem a graça e tem o timbre / dum sorriso de mulher

Composta por Artur Fonseca (música) e Vasco Sequeira (letra), a canção aludia às singularidades de Moçambique, utilizando uma série de apontamentos pitorescos e exóticos (*Moçambique, é alegre como a chita...*). Contrariando a ideia de mudança, a canção enfatizava os temas da unidade nacional e integridade territorial, reiterando de forma banal a soberania portuguesa em Moçambique. Mas também a ideia de pátria Euro-africana, como a letra dizia *Moçambique, a palavra é Portuguesa e quer dizer Portugal*. A canção parecia fazer jus à ideia freyriana de «lusismo colorido pela sensibilidade dos trópicos»⁹⁷⁹, que se limitava a domesticar, ou a «lusitanizar», a

alcançado: a presença de Moçambique, na sua promessa no futuro, estendeu-se, durante três meses, a todos os recantos de Portugal» (JARDIM, 1976: 150)

⁹⁷⁸ Ibidem

⁹⁷⁹ Na tentativa de definir um novo conceito de tropicalismo Gilberto Freyre disse: «Camões, talvez demasiadamente nacionalista no seu lusismo e demasiadamente político no seu nacionalismo, embora

estranheza dos trópicos. Enquanto Gilberto Freyre, e seus seguidores, estavam empenhados na valorização sociológica e política dos trópicos; outros, como o cantor João Tudella, faziam uma valorização estética e sensual deles.

O restante repertório musical de Tudella abrangia canções que eram lusas no sentimento, perfilhando um estilo vagamente melancólico e nostálgico, que as aproximava formalmente do nacional-cançonetismo, com alguns acrescentos de índole tropical, ou exótica, designadamente ritmos africanos. Com um repertório musical que estava desenhado para ser familiar, e que dispunha de efeitos formais para se tornar acessível, Tudella gravou um conjunto de canções que representavam uma abertura à diversidade e, sobretudo, uma vontade de incorporar os temas, personagens, paisagens e sabores do Moçambique colonial. Como demonstravam as canções Kanimbambo, Eh! Uene, Beira, Macala, Xicuembo, Hambanine, Inhambane, Mulata, Férias em Lourenço Marques, entre outras. Além de tornar presente os imaginários tropicais no mundo da canção, João Maria Tudella empreendeu uma das mais audaciosas reabilitações do feitiço do império, renovando-o com considerações menos etnocêntricas, mais apologéticas e plurais.

Em conclusão, os concursos de beleza e o repertório de Tudella foram dois acontecimentos da cultura de massas que ofereceram em pequenas palavras um constante lembrete do excepcionalíssimo português. Estes dois exemplos, entre outros, conseguiram transformar o luso-tropicalismo, ou a sua vulgata, num tema inesquecível nas últimas décadas do regime autoritário. Inesquecível mas também histórico e contingente, não fossem as representações associadas ao excepcionalismo português soçobram após o 25 de Abril de 1974. Ou seja, embora o concurso Miss Portugal e as canções tropicais de Tudella projectassem uma imagem de solidez e perenidade do *mundo português*, o tempo encarregou-se de demonstrar o abuso ideológico que se escondia por detrás das narrativas que se ofereciam como naturais e evidentes.

Referências bibliográficas

Publicações periódicas:

Flama. Revista Semanal de Actividades

Notícias da Beira

O Século

fosse já um lusismo colorido pela sensibilidade dos trópicos e pelo amor a mulher escura», Gilberto Freyre, «Em torno de um novo conceito de tropicalismo», (FREYRE,1952).

O Século Ilustrado
Permanência. Revista mensal de actualidades ultramarinas
Plateia
Rádio & Televisão
Revista de Angola

Bibliografia:

ANTUNES, José Freire (1996), *Jorge Jardim. Agente secreto*, Venda Nova: Bertrand Editora.

ANDERSON, Benedict. [1991 (1983)], *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London/New York: Verso.

ANDRADE, António Alberto de. (1968), *Muitas Raças, uma só Nação. Esboço da Teoria do Humanismo Português*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

BARTHES, Roland. [1997 (1957)], *Mitologias*, Lisboa: Edições 70.

BILLIG, Michael. (1991), *Banal Nationalism*, London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage publications.

BURKE, Peter, G. Pallares-Burke, Maria Lucia (2008), *Gilberto Freyre: Social Theory in the Tropics (Past in the Present)*, London: Peter Lang Ltd.

Castelo, Cláudia. (1999), «*O Modo Português de Estar No Mundo*» – *o Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933 - 1961)*, Porto: Edições Afrontamento

FREYRE, Gilberto. (1952) «*Em torno de um novo conceito de tropicalismo*» (1952), Conferência pronunciada na sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, 24 de Janeiro de 1952. Disponível em: http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/discursos_palestras/tropipcalismo.htm (Acedido em 20 Novembro de 2011).

IDEM. (1958), *Integração Portuguesa nos Trópicos*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

IDEM. (1961), *O Luso e o Trópico*, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário do Infante D. Henrique.

JAMESON, Fredric. (1992), *Signatures of the Visible*, New York/ London: Routledge.

JARDIM, Jorge. (1976), *Moçambique, Terra queimada*, Lisboa: Editorial Intervenção.

SAID, Edward. [2003 (1977)] *Orientalism*, London: Penguin.

SANTOS, António Costa. (2008), «Jazz Contra a Guerra Colonial», *Os Anos de Salazar. O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo, Vol. 27*, Lisboa: Editora Planeta de Agostini, pp. 161-171.

WATSON, Elwood e MARTIN, Darcy. (2004), *There She Is, Miss America The Politics of Sex, Beauty, and Race in America's Most Famous Pageant*, New York/Hampshire: Palgrave Macmillan.

WEISER, Sarah Banet. (1999), *The Most Beautiful Girl in the World: Beauty Pageants and National Identity*, Berkley/Los Angeles/London: University of California Press.

Uma abordagem do problema colonial pela oposição anti-salazarista: a “questão indiana” e os exilados no Brasil

Heloísa Paulo

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Universidade de Coimbra

O passado colonial na trajetória dos opositoristas: a herança republicana

O ideal “colonialista” faz parte do ideário republicano, assim como o passado colonial é parte integrante da biografia de muitos dos membros do Revirvalho. Como oficiais, participam das movimentações militares em território africano Jaime de Moraes, João Sarmento Pimentel, Fernando Utra Machado, Francisco de Oliveira Pio, César de Almeida. A ideia de “Pátria” propagada pela República não implica somente no exercício pleno da cidadania, mas numa concepção territorial na qual o universo colonial é parte integrante. A noção, já cara aos princípios monárquicos, da “Missão Civilizadora” da Pátria portuguesa continua a nortear os republicanos, apesar das discordâncias quanto ao seu sentido e à possibilidade da sua “evolução”, vislumbrando-se neste caso o processo de emancipação ou incorporação das antigas colónias.

Este “pressuposto” é transportado para os países de emigração pelos monárquicos e, em especial, pelos republicanos, norteados a formação de diversas instituições, algumas das quais consideradas inovadoras para a sua época, como a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Esta instituição fundada em 1930 por republicanos, é a única associação portuguesa que se dedica à propaganda colonial e também a primeira a explicitar nos seus estatutos a admissão de mulheres. Apesar do pioneirismo, muitos dos seus membros nunca deixarão de defender a manutenção das colónias, mesmo após a década de sessenta⁹⁸⁰.

Neste contexto, a notícia das pretensões do governo indiano de anexação dos enclaves portugueses abala toda a colónia portuguesa no Brasil. Para os opositoristas o impacto é mais complexo, pois acarreta a escolha de um posicionamento que, não significando o abandono do ideal colonialista, não seja identificada como uma aprovação da ação colonial do regime.

⁹⁸⁰ Sobre o tema ver, PAULO, Heloisa (2000). *‘Aqui também é Portugal!’ A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Editora Quarteto.

Os movimentos “nacionalistas” em Goa e à procura de novos aliados

As notícias do nacionalismo crescente em Goa chegam ao conhecimento dos oposicionistas republicanos no Brasil em 1946⁹⁸¹. A filha de Moura Pinto descreve ao pai, numa carta, o posicionamento de duas jovens amigas, nacionalistas goesas, Lyra e Leonor Rangel Ribeiro. O descontentamento dos goeses com o regime provoca nos meios oposicionistas um entusiasmo inusitado, dando origem a uma verdadeira manobra política por parte dos velhos exilados. Na sua constante busca de apoios, Moura Pinto indaga de Jaime de Moraes a potencialidade deste novo “veio” da argumentação contra o regime:

“Ora bem, possuidores destas conclusões sobre a Índia, pergunta-se: o que pensa o Antigo Viso-Rei? Cortesão e eu já divagámos e levantamos um plano nas nuvens; mas isto não é São João do Campo, nem Arganil. E ambos estamos de acordo em que havia um belo golpe político a dar...se porventura V. não foi nessas remotas terras “Albuquer Terrible” desorelhando “canécos” e deixando más famas de justiceiro inflexível e activo. Por unanimidade votamos que V. “fora honrado”, mas ignoramos até que ponto V. pretendeu coagir os outros a sê-lo também. [...] Medite e combine um encontro que não deve ser tardio para que a Canéquinha Lyra se não escape par a “jungle” da Resistência com as mãos vazias de confortos e esperanças”⁹⁸²

Aprovado por Moura Pinto, Cortesão, Carneiro Franco e José Rodrigues Migueis, o “plano”, a ser posto em prática por Jaime de Moraes, consistiria no estabelecimento de correspondência do antigo governador de Goa com Lyra e Leonor, já que este teria como desculpa o facto de conhecer a família Rangel-Ribeiro. A aproximação com os nacionalistas goeses é feita não com base nas reivindicações independentistas, mas na oferta de auxílio ao combate comum contra o regime: “porque não mudamos de frente e, VV e nós, nos não damos a mão para defendermos, em comum, o mesmo ideal?”⁹⁸³

⁹⁸¹Sobre o tema ver STOCKER, Maria Manuel (2011). *Xeque-Mate a Goa. O Princípio do fim do Império Português*. Lisboa: Texto, BÈGUE, Sandrine (2007). *La Fin de Goa et de l'Estado da Índia: Décolonisation et Guerre Froide dans le Sous-Continent Indien (1945 - 1962)*. 2 vol. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁹⁸² Carta de Moura Pinto a Jaime de Moraes, 1946, Arquivo Jaime de Moraes, Fundação Mário Soares.

⁹⁸³ Carta de Jaime de Moraes a Lyra Rangel-Ribeiro, 6 de Setembro de 1946, p.3. Arquivo Moura Pinto (em posse da família).

Curiosamente, os argumentos empregues por Jaime de Morais são muito semelhantes às acusações feitas por Nehru e o Congresso da Índia contra Lisboa⁹⁸⁴. O reconhecimento de problemas internos, como a questão do abastecimento, a importância do porto de Mormugão, as dificuldades de desenvolvimento económico, as restrições impostas pelo estatuto colonial e a afirmação de princípios democráticos na gestão do território são os pontos comuns, mas, ao contrário do líder hindu, para Jaime de Morais a resolução do problema estaria num estatuto de autonomia para o território, que daria possibilidades de uma gestão económica independente e a instituição de uma representação política soberana em termos internacionais:

[...] O vosso problema económico? Mas quem vos impedirá de, com a Índia, fazerem tratados de comércio que quiserem, já que isto em nada, praticamente, nos pode afectar! As vossas relações políticas com a Índia no Congresso? Porque não terão junto dela a vossa representação diplomática e consular, independente da nossa?⁹⁸⁵

No entanto, a Goa que o antigo governador administrara é bem diferente da existente na década de 40. A crise oriunda da guerra, as dívidas à Metrópole com a compra de bens para consumo local (arroz e açúcar) e a falta de investimento em infra-estruturas faziam da Índia Portuguesa uma região decadente. A prosperidade de comerciantes e empresários das antigas famílias tradicionais de Goa contrastava com a falta de investimentos no território por parte de Portugal. O Banco Nacional Ultramarino era a única grande empresa portuguesa ali presente, responsável pelas transações económicas oriundas da exploração das minas de ferro e manganês. O encerramento da sua delegação em Bombaim, em 1952, em represália às atitudes do governo de Nehru, irá penalizar a situação dos goeses e dos comerciantes indianos em Goa.

Assim, é fácil compreender o avanço do sentimento anticolonialista, que decorre de uma verdadeira “tradição separatista” que acompanha e remete para a fundação do Goan Congress Committee, uma associação nacionalista fundada em 1928 por Tristão de Bragança e Cunha, tio-avô de Lyra e Leonor⁹⁸⁶. Entre 1946 e 1949, surgem novos grupos nacionalistas, como o Azad Gomantak Dal, um grupo defensor da ação direta e

⁹⁸⁴ Alguns dos nomes mais destacados do movimento nacionalista indiano, como o historiador K.M Pannikar defendem posicionamento idêntico ver: BÈGUE, Sandrine (2007). *Op. Cit.* vol 1, pp. 507 e seguintes.

⁹⁸⁵ Carta de Jaime de Morais a Lyra Rangel-Ribeiro, 6 de Setembro de 1946, p.3. AMP.

⁹⁸⁶ STOCKER, Maria Manuel, *Op. Cit.* p. 161 e seguintes.

revolucionária contra o regime português e responsável por diversas manifestações anticoloniais em Goa⁹⁸⁷.

Os passos seguintes: entre a condenação e a mudança, o debate colonialista

A esperança de apoio por parte dos primeiros movimentos nativos contra a política colonial salazarista em território indiano vai ser dissipada com o clima da Guerra Fria e a integração de Portugal na ONU e na OTAN. Entre 1947 e 1955, o desenrolar dos acontecimentos na Índia e a dinâmica de apoios internacionais colocam gradativamente em xeque algumas das posições advogadas pela oposição. No entanto, uma postura de apoio aos anticolonialistas não é assumida por nenhum grupo opositor até à segunda metade da década de cinquenta⁹⁸⁸.

Entre os antigos republicanos, Jaime de Morais é o que oferece uma visão mais “avançada” do problema colonial indiano, assumindo a transformação de Goa num “domínio”, a exemplo do “Canadá, Austrália, Nova Zelândia”⁹⁸⁹. Para ele, seria justa a condenação das ações nacionalistas promovidas a partir da Índia, já que pretenderiam “a Índia Portuguesa, não para os indianos portugueses, mas para os indianos do Hindustão”⁹⁹⁰. O problema fundamental estaria nas arbitrariedades cometidas pelo regime salazarista, responsável pelo clima de tensão vivenciado em território goês. Nesse sentido, todo o cuidado era pouco, já que a defesa de Goa não poderia ser entendida como um possível alinhamento com o regime.

Esta questão é levantada quando Moura Pinto propõe aos opositores a realização de uma manifestação à favor de Goa. A ideia de um ato público promovido pelos anti-salazaristas diante das delegações indianas e portuguesa é vista com cautela, já que o momento internacional e, sobretudo, a posição oficial do Brasil na questão não favorecem uma mobilização contra Salazar⁹⁹¹. Qualquer acção de propaganda deveria

⁹⁸⁷STOCKER, M.M. *Op. cit.*

⁹⁸⁸ Um posicionamento abertamente anti-colonial não era assumido nem mesmo pelo Partido Comunista Português, ver: MADEIRA, João (2003). “O PCP e a Questão Colonial – dos fins da Guerra ao V congresso (1943-1957)”, in: *Estudos do Século XX*, n.º 3. Coimbra. p. 240 e seguintes.

⁹⁸⁹ Carta de Jaime de Morais para Moura Pinto, 15 de Fevereiro de 1950, AJM, FMS, p. 3.

⁹⁹⁰ Carta de Jaime de Morais para Moura Pinto, 15 de Fevereiro de 1950, AJM, FMS, p. 1.

⁹⁹¹ O governo brasileiro apoia o governo português. Ver, FURTADO, Rafael Arruda (2008). *Relações Brasil-Índia (1947-1964) : a descolonização dos enclaves portugueses*. Tese de Mestrado. Universidade de Brasília. Disponível em http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3481/1/2008_RafaelArrudaFurtado.pdf. Consultado em 23/Abril/2012.

primeiramente, exigir o apuramento das condições descritas pelo governo hindu no que diz respeito às arbitrariedades cometidas em Goa. Mas, mesmo neste campo, o experiente opositor coloca dúvidas quanto ao resultado da acção:

[...] De novo nos dirigíamos à ONU, onde apenas podíamos contar com o aplauso terrível dos delegados de além da famosa cortina e, quando muito, o do México, Uruguay e países árabes.

Teríamos que censurar as democracias (e com que razão!), o que não as colocaria em posição muito favorável para nós e a nossa causa, e isto quando lhe íamos dizer o que conhecem tão bem, se não mesmo melhor que nós e fingem ignorar. [...]

“E para que tudo isto? Di-lo V.: para que o eco chegasse a Portugal. Chegava, certamente, ao governo, que mais uma vez nos ia chamar de traidores à Pátria, consabidamente; nada viria na imprensa e nada, assim chegaria até a opinião pública; e os contados números de jornais, etc...que chegassem ao seu destino, iam parar às mãos de velhos, como nós [...] Quanto aos novos...achariam óptimo o que dissessem contra violências e acusar-nos-iam de burgueses mascarados por defendermos Gôa para os portugueses, como fatalmente teríamos que fazer”⁹⁹²

No entanto, embora a oposição esteja contida nos seus avanços, a colónia salazarista reage. Mesmo antes da reunião do Conselho de Ministros que declarou grave a situação colonial portuguesa na Índia, a colónia salazarista conclama os emigrantes à união contra a “ilegalidade” das pretensões indianas⁹⁹³. Em 30 de Julho de 1954, após a ocupação de Nagar-Aveli e Dadrá, assim como ocorrera em Portugal, a Embaixada convoca uma manifestação na baixa da cidade do Rio de Janeiro⁹⁹⁴.

No ano seguinte, o quadro internacional altera-se, pendendo para o lado dos países colonizados. A realização da Conferência de Bandung coloca em xeque o colonialismo. O PCP publica um manifesto de apoio ao movimento anticolonialista, colocando a necessidade da realização de um plebiscito para a resolução da questão

⁹⁹² Carta de Jaime de Moraes para Moura Pinto, de 15 de Fevereiro de 1950, p.2. AJM, FMS

⁹⁹³ Ver, entre outros, "Ameaças sem Consistência", in : *Voz de Portugal*, 17 de Janeiro de 1954, p.2;"Portugal orgulhoso da acção que os Portugueses desenvolvem no Brasil", in: *Voz de Portugal*, 31 de Janeiro de 1954, pp. 1 e 11 e "Os Nossos Territórios da Índia não podem ser objectos de litígio — são parte integrante da Nação Portuguesa!", in: *Voz de Portugal*, 28 de Março de 1954, p. 1.

⁹⁹⁴ Em Agosto de 1954, a propaganda oficial chega a utilizar subterfúgios como o visionamento do filme *Feitiço do Império*, apresentado como "um filme inédito sobre as colónias, mostrando Goa". *Voz de Portugal*, 1 de Agosto de 1954, p.7. Na verdade, o filme de António Lopes Ribeiro não contém nenhuma referência ao território indiano. Sobre o tema ver: PAULO, Heloisa. "O Cinema português na colónia portuguesa do Brasil", in: TORGAL, Luís Reis (coord) (2011). *O Cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa, Temas e Debates.

indiana⁹⁹⁵. No Brasil, as ações favoráveis ao salazarismo multiplicam-se, e a ocupação do Forte de Tiracol, ao norte de Goa, por pacifistas indianos gera mais reações entre a colónia salazarista.

“O caso de Goa ferrou aqui...mais que em Portugal e talvez em Gôa. Está-se organizando um batalhão de voluntários entre a Colónia e os brasileiros de boa vontade, mesmo de muito boa vontade ao que diz a Rádio de hoje. Claro que me vou inscrever, confiado eu que V., como antigo Viso-Rei dirigirá as operações...condição sino qua – NÃO VOU.”⁹⁹⁶

Impõe-se uma atitude por parte dos opositoristas e estes aceitam a proposta de colaboração feita por um antigo companheiro de oposição, Francisco Cachapuz, jornalista no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, onde escreve sob o pseudónimo de Paulo de Castro. Num momento em que grande parte dos periódicos brasileiros apoia a política de Salazar, como é o caso da *Tribuna da Imprensa*, propriedade de Carlos Lacerda⁹⁹⁷, de *O Globo* e dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand⁹⁹⁸, a crónica do DN intitulada “Momento Internacional”, de Paulo de Castro, foge ao habitual. Mas, apesar do contacto, não chegam a um consenso em torno da forma pela qual o assunto seria abordado. Passado algum tempo, surge um novo apelo por parte de Moura Pinto:

“E agora o outro lado da questão: A Imprensa, só por milagre ainda não nos caiu em cima e é urgente acertarmos os relógios. O silêncio seria caso de traição à Pátria e eu já estou cansado desse velho emprego. E o patriotismo de Alcabideche seria ridículo! Tenho para mim uma fórmula sucinta: Portugal tem direito pleno a Goa, que não desmembrou de nenhum reino ou Império. Mas o Nehru tem razão em não querer nenhum espinho no corpo da sua grande Nação”.⁹⁹⁹

O reconhecimento da complexidade da abordagem do problema é concretamente colocado aos opositores. Por outro lado, nos quadros da ONU, o apoio apenas formal dos USA, França e Inglaterra, ao seu mais novo membro, leva Salazar a responder com o apelo às armas na defesa de Goa. A oposição republicana reage:

⁹⁹⁵ Tal ideia já fora levantada pelo grupo republicano no Brasil, levando Jaime de Moraes a afirmar que “neste caso, perdemos a partida” Carta de Jaime de Moraes para Moura Pinto, datada de 15 de Fevereiro de 1950, p. 2. AJM, FMS.

⁹⁹⁶ Carta de Moura Pinto a Jaime de Moraes, datada de 8 de Dezembro de 1955, AJM, FMS.

⁹⁹⁷ Ver, entre outros, "O Brasil deve levar Goa à ONU", in: *Tribuna da Imprensa*, 27 de Julho de 1954, p. 7.

⁹⁹⁸ Ver a entrevista de Assis Chateaubriand a Gastão Marques, publicada em Portugal num folheto propagandístico de 1954, publicado em Lisboa pela Companhia Nacional Editora, intitulado *O depoimento do Brasil na questão da Índia Portuguesa*.

⁹⁹⁹ Carta de Moura Pinto a Jaime de Moraes, 8 de Dezembro de 1955, AJM, FMS.

“Formidável o espertalhão, pois que perdendo agora Gôa definitivamente, ao menos fez barulho, arranjou carta para explorar uma terra de papalvos, amordaçada pela censura!

[...] Contudo, heroicamente, ele promete defender até ao último português a terra sagrada. Claro que o último português quero ser eu, dando-lhe a V. o penúltimo lugar. E antes de nós o Moraes!¹⁰⁰⁰

A tão esperada resposta dos opositores republicanos ao problema de Goa surge nas páginas da imprensa comandada pelo sector “mais jovem” da oposição exilada. O jornal *Portugal Livre*, editado em São Paulo, publica uma série de artigos onde apela à solução administrativa para o problema das colónias¹⁰⁰¹. No entanto, no periódico *Portugal Democrático*, onde muitos dos jornalistas do *Portugal Livre* haviam trabalhado, o apelo ao apoio à luta dos povos coloniais pela independência já se faz sentir no início da nova década, seguindo as resoluções do PCP com relação aos movimentos nacionalistas das antigas colónias. Com isto, retoma em novos moldes a antiga proposta da oposição republicana, ou seja, a incorporação das forças nacionalistas ao combate movido pelos oposicionistas contra o regime: [...] Ou a Oposição considera como um dos pontos básicos da sua luta de unidade que a libertação se estende também a todos os povos coloniais, ou se o não fizer, os dois movimentos correrão independentes e será lógico que os povos coloniais pensem que a Oposição também quer a continuação do atual sistema¹⁰⁰²

Entre 1958 e 1961, a atenção dos velhos opositores é desviada para a presença de Humberto Delgado no Brasil e para as querelas internas do movimento oposicionista. O caso de Goa, assim como todo o debate colonial, acaba por ser “fechado” em torno de uma ideia consensual, ou seja, a autodeterminação das colónias estaria vinculada ao retorno do regime democrático em Portugal. Em 1960, a questão volta momentaneamente à baila, quando a ideia de um conflito eminente se torna mais concreta. Após o desembarque de tropas portuguesas no território e goradas as tentativas de negociação com o regime de Salazar por parte da elite goesa, a

¹⁰⁰⁰ Carta de Moura Pinto a Sarmento Pimentel, de 8 de Dezembro de 1955. Arquivo Sarmento Pimentel. Biblioteca Municipal de Mirandela.

¹⁰⁰¹ Como exemplo, “Nós e a África”, ou “O Colonialismo Salazarista”, in: *Portugal Livre*, Dezembro de 1959, n.º2.

¹⁰⁰² DORES, Manuel.(1960), “A Oposição, as Colónias Portuguesas e a Unidade”. *Portugal Democrático*, Novembro, p. 7.

possibilidade de conflito passa a ser considerada até mesmo pelos defensores de uma solução conciliatória.

Em 1961, a perda definitiva do território indiano e o início da Guerra Colonial trazem para o centro dos debates a questão colonial. Mais uma vez, esta será motivo de cisões entre os opositores, sobretudo entre os antigos republicanos, mas também entre os antigos salazaristas, como Henrique Galvão e Humberto Delgado. Na verdade, o colonialismo é uma espécie de “dado adquirido” para muitos opositoristas, mesmo os de “última hora”, como é o caso de Galvão. Este último e alguns dos velhos combatentes do regime não irão modificar as suas convicções colonialistas. Outros, antigos defensores do colonialismo, mas excelentes políticos, como Sarmiento Pimentel e Oliveira Pio, acabarão por defender a liberdade das antigas colónias, que conheceram bem de perto.

DESCOLONIZAÇÃO E PÓS-COLONIALISMO

Marcello, Spínola e Cabral: *as missões do fim* – 1968-74¹⁰⁰³

Márcio Barbosa

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
Universidade de Coimbra

O governo de Marcello Caetano (1968-1974) carece, efetivamente, de estudos de fundo¹⁰⁰⁴. A principal circunstância, que, apesar de óbvia, deve ser referida, é a proximidade histórica/cronológica do período em causa. Como é por demais sabido, pela carga subjetiva e potencial polemista, este constitui um dos maiores obstáculos à investigação historiográfica. No entanto, assume-se aqui que o desfazamento (a diversos níveis, nomeadamente ao nível temporal) entre o consulado salazarista e o consulado marcelista, não justifica, por si só, o défice historiográfico sobre o segundo. Tanto mais que este défice é exponencialmente compensado por referências superficiais ao seu nome, que o tempo se encarregou de consubstanciar em conceitos adquiridos. Marcello Caetano afigura-se já indissociável de expressões impregnadas de simbolismo, destacando-se especialmente a “Primavera marcelista”. Que, pela *intencionalidade* que encerra, quase reduz a questão central do período em causa – o que foi o marcelismo? – à simples confirmação de ter sido ou não uma “Primavera” política.

Decorrente desta, duas interpretações condicionam, embora não de forma exclusiva, os estudos realizados sobre o marcelismo ou estudos abrangentes sobre o Estado Novo que o englobam enquanto período final deste último. A primeira pode resumir-se no seguinte: o marcelismo foi, essencialmente, um “*salazarismo sem Salazar*”, porque, verdadeiramente, nada mudou, excetuando os nomes (do homem e das instituições). A segunda é uma projeção ou extensão historiográfica da “expectativa” que caracterizou a vida pública portuguesa nos meses que entremearam a queda de Salazar e o primeiro semestre a um ano de governo caetanista, que pode sintetizar-se na conceção do *marcelismo* como uma tentativa tardia de reforma interna do regime e/ou uma tentativa de transição antirevolucionária e democrática fracassado regime inaugurado com a Constituição de 1933.

¹⁰⁰³ A nossa intervenção no I Congresso de História Contemporânea foi baseada na obra homónima e num artigo publicado em obra conjunta, para os quais remete o texto em Acta: BARBOSA, Márcio. (2011), *Marcello e Spínola: a missão do fim*, Coimbra, Almedina; e BARBOSA, Márcio. (2011), *Cabral, os Spinolistas e a (dis)solução do Marcelismo*, in MARTINS, Rui Cunha. (2011), *Portugal 1974: transição política em perspectiva histórica*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

¹⁰⁰⁴ “O «marcelismo» tem sido, por circunstâncias óbvias, menos estudado pela historiografia.” Em TORRALBA, Luís Reis. (2009), *Estados Novos Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 616.

Porém, na perspectiva que aqui se assumiu, considera-se como elemento fragilizador e questionável o facto de ambas as interpretações ou paradigmas interpretativos do marcelismo serem excessivamente definidos em função quer do salazarismo, no primeiro caso, quer do regime democrático que viria a institucionalizar-se depois do “25 de Abril”, no outro. Como, em termos globais, ainda é considerado, de forma pouco fundamentada, um período de “transição”. Termo que, de modo algum, deve ser confundido com intermediação.

O primeiro objectivo central deste estudo consistiu, precisamente, em procurar desvincular o governo marcelista de interpretações pré-estabelecidas. Isto porque se considera que estas se encontram também elas desvinculadas duma perspectiva que norteia este trabalho de investigação historiográfica e se considera imprescindível: a perspectiva (obrigatória e necessariamente crítica) *interior* ou a partir do próprio objeto de estudo. Neste caso, estudar o marcelismo a partir duma análise profunda do próprio Marcello Caetano (percurso no salazarismo, pensamento, obra e discurso político), privilegiando-se a leitura exaustiva (também esta obrigatória e necessariamente crítica) das fontes *primárias*, chamemos-lhe assim. Ou seja, os textos (académico-políticos) do objeto de estudo – Marcello Caetano –, sobretudo os produzidos no período central deste trabalho – 1968-1974.

Pretendeu-se assim, reportando-se já ao segundo objectivo, contribuir para o conhecimento do que *foi* efetivamente o marcelismo e não o que ele *não foi* ou *poderia ter sido e não conseguiu ser*. Demarcação tanto mais pertinente porquanto se pretende analisar o que o marcelismo manifestamente *assumiu ser* e *conseguiu ser*. Propósito que abarca uma dimensão psicológica, quase espiritual, imanente em todo o trabalho e transversal aos dois objetos de estudo indicados no título.

O terceiro objectivo envolveu diretamente o segundo objeto de estudo – António de Spínola –, que, embora secundário, coprotagoniza o título. Pretendeu-se explorar a relação de influência entre o marcelismo, o spinolismo (enquanto expressão de uma linha militar crítica do regime e da sua condução da Guerra) e o fim do regime inaugurado na Constituição de 1933 e, por inerência, do secular império português e das então designadas Províncias Ultramarinas. Não terá sido meramente simbólica a entrega do poder (em todo o caso virtual) por parte de Caetano a Spínola, no Quartel do Carmo, no dia 25 de Abril de 1974. Este acontecimento seria o culminar de dois caminhos divergentes que, a partir de 1968, se cruzaram na partilha das mais relevantes

responsabilidades políticas e marcaram, definitiva e (in)voluntariamente, o processo histórico português *finis-imperial* e, por consequência, pré-democrático.

Campo de análise que se afiguraria incompleto, em função dos objetivos definidos, principalmente este último, sem a figura mais determinante do(s) movimento(s) independentista(s) na África portuguesa: Amílcar Cabral. Figura, aliás, sistematicamente marginalizada ou insuficientemente estudada nos trabalhos sobre o marcelismo. Tendo em conta que a Guerra foi o fenómeno capital do período final de vigência da Constituição de 1933, pretendeu-se reenquadrar a análise do papel de Amílcar Cabral neste período e em relação aos dois objetos de estudo centrais neste trabalho. Desde logo porque partilhavam, nesta perspetiva, um poderoso *elo de ligação*, embora sistematicamente visto apenas como *elo de oposição*: o mesmo problema – o futuro imediato da Guerra e da África portuguesa.

Composto o tríptico que estrutura a análise, impõe-se um esclarecimento sobre o título. O marcelismo e o spinolismo (como, porventura, o próprio movimento liderado por Amílcar Cabral) mobilizaram-se sob o signo imaterial de *missão* (a presença do termo em ambos os discursos é recorrente), que por sua vez remete para a existência de um *fim*. Por outro lado, num plano concreto, ambos desembocaram no *fim* do regime e do Conceito Estratégico Nacional (CEN) que serviram e influenciaram. A conjugação destes dois aspetos explica, pelo menos em parte, uma certa dimensão *trágica* ou *dramática* que comumente se associa ao marcelismo e que, de uma forma quase subliminar, acompanhou o desenvolvimento do estudo.

The “Atlantic Factor”: the United States and the Portuguese surrender to decolonization, 1973-1975

António Peciccia

Universidade de Salento

This paper is part of Ph.D. research, which aims to portray the diplomatic side of the Portuguese colonial war. The work focuses on international supporters rather than on opponents of the Portuguese colonial policy, thus indicating the contradictions of some Western nations. In other words, the support that the Portuguese Government managed to raise often came from the same Western countries that publicly opposed the African policy of the *Estado Novo*.

In this context, this paper analyzes the United States policy towards the Portuguese colonial issue during the second Nixon Administration, until the beginning of the U.S. involvement in Angola. Recently, historiography has insisted on the European side of the Portuguese transition to democracy, because the risks of a Communists takeover in one of the pillars of NATO constituted a huge geopolitical problem for the United States government. This paper, on the contrary, focuses on the colonial aspects of the Portuguese transition, in the context of luso-american relations. The aim is to consider the influence of the major Western power in the shift of colonial policy that occurred in Lisbon.

The first Nixon Administration had inherited sound, but rather cold relations with the Lisbon regime, which had deteriorated since the Kennedy years because of the latter's opposition to Portugal's colonial policy. The legacy of the previous Administrations were: the American *sine titulo* utilization of the Azores base and the arms embargo toward Africa. From the very first contacts between the new leaderships, the President of the United States reassured the Portuguese leaders that his Administration was *absolutely open minded*, and he didn't want the United States to go on acting in a doctrinary way.¹⁰⁰⁵

This new attitude was planned during 1969 by an *Interdepartmental Group for Africa*, in order to assess the United States interests in Southern Africa and draft the lines of possible courses of action. In this way, the Portuguese issue was treated jointly

¹⁰⁰⁵Memorandum of Conversation, Washington DC, April 19th, 1969 (SECRET) in National Archives and Records Administration (NARA), Record Group (RG) 59, Entry A1 1613, Central Files 1967-69, POL 17 PORT-US.

with the Rhodesian and South African problems – the so-called *white minority regimes*, as Portugal itself was improperly considered. It is important to emphasise the opinion held by Henry Kissinger, National Security Advisor of the President, with regards to the maintenance of the *white minority regimes*. His opinion was that they were going to resist for at least 3 to 5 years.¹⁰⁰⁶

The document was issued significantly later than expected. This reflected the divisions between State Department representatives, who pushed for a closer association with black African states, and NSC and Defence representatives, who advocated the need to maintain good relations with Portugal, Rhodesia and South Africa – for both economic and strategic reasons.

The document known as *NSSM 39* – and in particular its *Option 2* – served as a basis for a silent but substantial shift of policy towards Portugal. The consequent *National Security Decision Memorandum*, written in January 1970, showed a difference between the Portuguese and the other two problems, resulting from the «somewhat more benign way in which African States look at Portugal».¹⁰⁰⁷ Kissinger recognized a clear sign of this trend in the so-called *Lusaka Manifesto*, a document issued by the Organization of African Unity in April 1969, that, in a *memorandum* to Nixon, he labeled «rather remarkable in its conciliatory tone toward the white states in Southern Africa».¹⁰⁰⁸

As a result of this new direction, Portugal was not criticized by the White House, received a better treatment by the American representatives at the United Nations and was allowed to purchase *non-lethal dual use equipment* in the United States. For instance, Portugal acquired two aircraft *Boeing 707* with the formal assurance, given by Secretary of State William Rogers, of no restrictions on future purchases of spare parts, even if the two planes were used by the Portuguese Air Force, as they actually were.¹⁰⁰⁹

However, in the opinion of the Americans, this “new deal” of relations between Portugal and United States had already reached its maximum level. The strategy

1006 *National Security Study Memorandum, NSSM 39 (SECRET)*. Washington, April 10th, 1969 in Richard Nixon Presidential Library, Yorba Linda, CA, United States (RNPL), Nixon Presidential Materials (NPM), NSC Institutional Files, Box H-144.

1007 *National Security Decision Memorandum, NSDM 38 (TOP SECRET/NODIS)*, Washington, January 28th, 1970, in RNPL, NPM, NSC Institutional Files (H-Files), Box H-213, National Security Decision Memoranda.

1008 *Memorandum From the President's Assistant for National Security Affairs (Kissinger) to President Nixon*, Washington DC, May 15th, 1969 in Foreign Relations of the United States (FRUS), 1969-1976, vol. XXVIII, n°9.

1009 *Lisbon 2161 (CONFIDENTIAL)*, July 1970 & *Lisbon 116251 (SECRET)* entrambi in LOC, *Richard M. Nixon National Security Files: Western Europe, 1969-1974*, reel 20, frame 206-210.

adopted by Portuguese Prime Minister Marcello Caetano, on the contrary, was to try to convince the United States that the Portuguese regime, in Africa, was defending the interests of the Western World against Communism. Nevertheless, even if such a theory ever rooted somewhere in Washington, at that time the United States were trying to avoid involvement in any other conflict, either directly or indirectly. The Nixon doctrine had meant to create a foreign policy to “avoid new Vietnams”, since – as Tiago Moreira de Sá wrote – «Vietnam war was, among other crises, the first, the biggest and, to a wide extent, the *catalizator of the others*». ¹⁰¹⁰ As Nixon himself said, «the United States cannot – and will not – conceal all the plans, draw up all the programs, carry out all the decisions and assume the responsibility of the defence of all the free world». ¹⁰¹¹ The core of the Nixon Doctrine was, if there was a Communist threat somewhere in the world, the first step was to exploit the regional power, who should act as a “buffer” between the local threat and the superpower.

This scheme applied perfectly to the Portuguese case. The United States had no interest in sharing the burden of the Portuguese colonial war, also because they did not think the threat was as huge as Caetano had said. So they had no reason to repeal the arms embargo inherited from Kennedy years. Moreover, they enjoyed the stability provided by the *Estado Novo* rather than the unpredictable development of a sudden decolonization.

The renewal of the Lajes Agreement with the United States, in December 1971, didn't provide any real benefit for neither Portugal nor the United States. On the contrary, it shifted into a major political boomerang as it exacerbated the growing tensions between the White House and Capitol Hill, thus providing the latter the chance to question the Presidential conduct of foreign policy. This led to the approval of the Tunney-Young Amendment, in 1973. After the Portuguese' indirect involvement in the Yom Kippur War, through the Lajes-based American airlift in support of Israel, the United States enjoyed a renewed interest in Portugal and its colonial issue. According to Ambassador Themido's memories, during their meeting in late November 1973,

1010 MOREIRA DE SÁ, Tiago. (2011), *Os Estados Unidos e descolonização de Angola*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p.49.

1011 *First Annual Report to the Congress on United States Foreign Policy for the 1970's*, in *Public Papers of the President of the United States, 1970*, Washington DC, Government Printing Office, 1970, pp.118-119.

President Nixon admitted he understood the Portuguese policy, and agreed with it, but the opposition of the Congress had prevented him from openly endorsing it.¹⁰¹²

A few days later, the Portuguese Foreign Minister Rui Patricio met Kissinger in Bruxelles and spoke to him quite directly: *“In all candor, I would like to put to you our request for defense equipment. When we approach our negotiations for a base agreement, we can't be content with what was accepted in the past for this agreement”*. Kissinger did not lose the chance to be equally explicit:

*“We need the base. And you need us. If the agreement is not renewed, we will lose interest in you and you will be worse off. You have no alternative unless you are prepared to give up Guinea Bissau, Angola and Mozambique. But you won't do this and we are not asking you to do this. We are well disposed toward you and we have given you less trouble than any previous Administration [...] it is not realistic for you to pretend that you can do without the base. Nor can we.”*¹⁰¹³

Finally, the embargo was avoided by involving the government of Israel in this sale. But there are several signs that Kissinger possibly intended this as the beginning of a new phase. In a memorandum to Porter dated the 15th of December, 1973, Kissinger wrote: *“for the moment, direct contact between Portugal and Israel may be the best approach. But we may want to take a more active role in the future. In that regard, I would like an urgent update on the arms-for-Portugal issue, the possibilities for transfer through third countries, legal impediments, the status of your own negotiations, etc.”*¹⁰¹⁴

At the same time, Kissinger started a reassessment of the United States policy towards Portugal. Two new “NSSM” processes were issued, one dealing with the Azores and one with the overall colonial issue. Notwithstanding the widespread opinion that the Azores were no longer necessary, their importance resided also in the Submarine Acoustic Centre, of extreme importance for the surveillance of the whole

1012THEMIDO. João Hall. (1995), *Dez anos em Washington: a verdade e os mitos nas relações luso-americanas Estados Unidos e descolonização de Angola*, Lisboa, Dom Quixote, p.130.

1013Cfr. *Secretary's Bilateral Discussion with Portuguese Foreign Minister. Memorandum of Conversation, Brussels, December 9th, 1973* in Library of Congress (LOC), *Richard M. Nixon National Security Files: Western Europe, 1969-1974*, reel 20, frame 508.

1014Kissinger to Porter (SECRET/NODIS), December 15th, 1973. Subject: Portuguese Arms in LOC, *Richard M. Nixon National Security Files: Western Europe, 1969-1974*, reel 20, frame 403.

Atlantic against the Soviets submarine activity.¹⁰¹⁵ Moreover, Mario Del Pero has noted that, even if NATO could survive without the Azores, the same was not true for the United States and their Middle East policy: after the October War, the simple announcement that the United States had no more access to the Lajes facilities could cause instability in the Middle East.¹⁰¹⁶ The second NSSM was specifically focused on the colonial issue and was intended to analyze the relations of Portugal with the neighbouring African countries, the attitudes of European countries and Brazil, and the impact Portuguese policies had on NATO. On these basis the study should provide a series of political options to be submitted to the NSC Senior Review Group.¹⁰¹⁷

There is no need to insist on the fact that the Portuguese Revolution occurred completely unexpected, especially for the United States. However, the book recently published by Nuno Simas, *Portugal Classificado*, provided further evidence to support that idea.¹⁰¹⁸ Washington was convinced that changes in Portugal were extremely slow and the political regime in Lisbon was healthy. The aborted coup of Caldas da Rainha, one month before the 25th of April, far from providing an alarm signal, was considered in Washington as evidence of the political steadiness of the regime. In the aftermath of the Carnation Revolution, the United States were reassured by the presence of General Spínola as Chief of State, was described as «a remarkable demonstration of the power of both pen and sword».¹⁰¹⁹ Mário Soares, as first Minister of Foreign Affairs after the Revolution, made some specific gestures in order to reassure the Americans, such as retaining the existing Portuguese Ambassador in Washington, in order to symbolize the continuity of good relations.

With regards to the African territories, however, the Spínola plans of maintaining the concept of a pluricontinental nation caused doubts in Washington. An *Intelligence Memorandum* of the 26th of April says: «It is also very possible that Spínola's victory

1015 *Protocolo do acordo sobre o Polígono de acústica submarina dos Açores. Informação 01/74 del 19/01/74* in Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Marcello Caetano (AMC), caixa no.12, PRESIDENTE DO CONSELHO, *Negociações sobre os Açores*, no.36.

1016 DEL PERO, Mario. (2010), *La transizione portoghese* in DEL PERO, Mario, GUIRÃO, Fernando, VARSORI, Antonio, *Democrazie. L'Europa meridionale e la fine delle dittature*, Firenze, Le Monnier.

1017 *US Policy Toward Portuguese African Territories. National Security Council Memorandum for Henry A. Kissinger, from Hal Horan e Don Stukel, December 14th, 1973* in LOC, Richard M. Nixon National Security Files: *Western Europe, 1969-1974*, reel 20, frame 462.

1018 *The Secretary's Staff Meeting – Wednesday, October 8th, 1975* in SIMAS, Nuno. (2008), *Portugal Classificado: Documentos Secretos Norte-Americanos 1974-1975*, Lisboa, Alêtheia, p.20.

1019 *Memorandum for the DCI. Subject: The Coup in Portugal, 26 of April 1974*, in http://www.foia.cia.gov/docs/DOC_0000437427/DOC_0000437427.pdf

may be the beginning of his troubles. Having ridden into power on the African issue, it is very doubtful that he has any real solution to it. The kind of Commonwealth he has in mind is not acceptable to the African insurgents, and it is far from certain that he can carry Portugal with him in the long process of achieving an honorable escape for the army from the African swamp».¹⁰²⁰

On the very day after the revolution, a meeting took place in Washington to assess the possible consequences of the events in Lisbon. Secretary of State Kissinger commented on the Portuguese colonies saying that «they must be crazy to think they can hold the colonies by more liberal means. Once they go down this road, they're going to lose them».¹⁰²¹ Notwithstanding these doubts, the United States initially showed their endorsement of General Spínola's thesis, even if in quite a timid way. The State Department always showed to be in favor of responsible decolonization, that protected the Western interests. Nuno Simas confirms this view: «the Spínola's thesis on the future of colonies were perfectly acceptable for the United States, that considered slowing down the immediate granting of independence as a mean to avoid a strategic victory of the Soviet Union in Africa».¹⁰²²

Among the things considered reassuring for the United States, Ambassador Themido declares he had, on Lisbon's request, tested the possibility to acquire military equipment in the United States for the pursuit of the war.¹⁰²³ The reason for these worries are easily understandable. For instance, the July 1974 edition of the “Intelligence Digest” considered the fall of the Portuguese empire within one year unavoidable. This would result in a threat to the maritime ways and the security of the Indian Ocean.¹⁰²⁴

The meeting between Spínola and Nixon in the Azores took place after a specific request by Spínola, on the 19th of June, 1974 and had no specific content. It was just an attempt by the Portuguese President to counterbalance the internal pressures with a demonstration of strength in international relations.¹⁰²⁵ The results were not very good:

1020Ibidem

1021*The Secretary's Staff Meeting, April 26th, 1974* in NARA, RG 59, Lot File 78D443, Box 4.

1022SIMAS, Nuno. (2008), *Portugal Classificado: Documentos Secretos Norte-Americanos 1974-1975*, Lisboa, Alêtheia, p.221.

1023THEMIDO. João Hall. (1995), *Dez anos em Washington: a verdade e os mitos nas relações luso-americanas Estados Unidos e descolonização de Angola*, Lisboa, Dom Quixote, p.174.

1024 <http://www.foia.cia.gov/>

1025*Telegrama de Embaixada de Portugal em Pretoria, no.216 (8389), 20 de Junho de 1974* in Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante AHDMNE), Repartição África, Ásia e Oceânia do Gabinete dos Negócios Políticos (doravante PAA), maço 1224, Proc.922.

indeed, a public endorsement of General Spínola, at that time, could produce the undesired effect of strengthening his opposition, who could exploit the patriotic feeling of the Portuguese people. In this context, the meeting resulted in «a useless meeting between two Presidents fallen in disgrace».¹⁰²⁶ Indeed, more than useless, the Azores meeting with President Nixon appeared to have caused damage to Spínola. In a meeting of the 10th of July, Kissinger gave his authorization to establish contact with the liberation movements, the same contacts he had prohibited three weeks before, in the wake of the Azores meeting.¹⁰²⁷

Even if these contacts didn't reach a substantial level until the beginning of the involvement in Angola, this can be considered as the end of the wait-and-see strategy on the African side, thus paving the way to Spínola's "surrender to decolonization", even prior to his actual resignation. As we know, the approval of law no.7 of 74, recognising the right of the African territories to self-determination, occurred – in fact – at the end of July. The speech by Spínola provided a catalyst for an unofficial cease-fire and the formation of transitional governments in Angola and Mozambique. The situation was going to radicalize after the summer. To Kissinger, the event of Spínola's resignation confirmed of all his fears and predictions. In April 1975, Kaunda, President of Zambia, visited Washington and obtained economic aid for Savimbi's UNITA. This episode is well-known as the beginning of direct American involvement in Angola. However, an indirect involvement had begun several months before: as early as October 1974, Kissinger had met Mobutu, President of Zaire, and at his request had agreed to raise the economic aid to the FNLA.

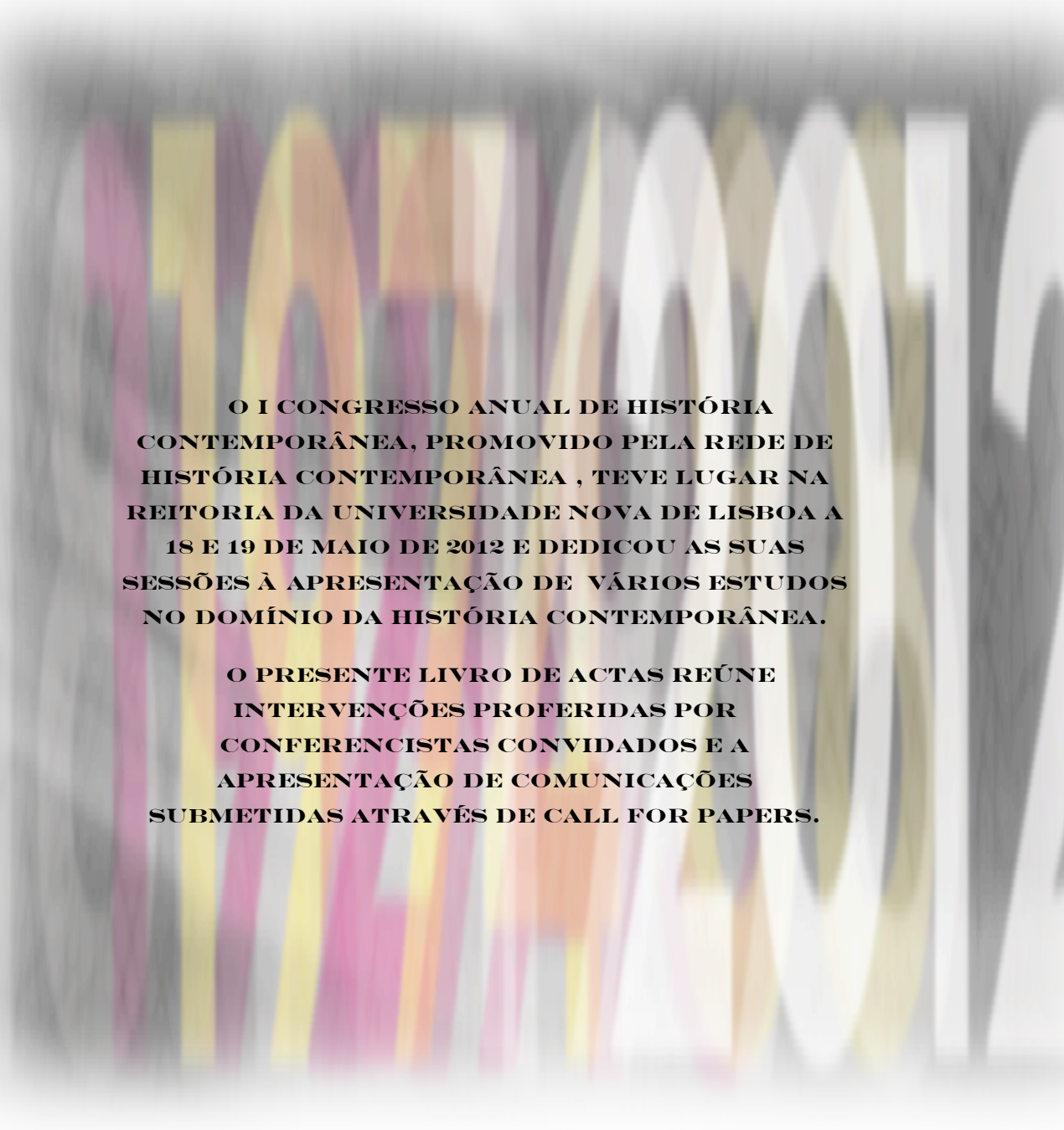
In conclusion, Caetano's attempt to indirectly involve the U. S. in the Portuguese colonial war revealed a complete misunderstanding of the international context, the dynamics of *détente* and the nature of bipolar confrontation in the Seventies. It is difficult to assess what kind of political benefit Caetano had thought to receive from the 1971 renewal of the Azores agreement at such poor counterparts. The Azores "decisive factor" in the Portuguese diplomatic was valid only while it remained pending. Secondly, the focus on the enlargement of the NATO operation was based on geopolitical considerations potentially exact, but showed a lack of understanding of the most purely political aspects of Nixon's *détente* strategy.

1026THEMIDO. João Hall. (1995), *Dez anos em Washington: a verdade e os mitos nas relações luso-americanas Estados Unidos e descolonização de Angola*, Lisboa, Dom Quixote, p.177.

1027*The Secretary's Principals' and Regionals' Staff Meeting – Wednesday, July 10, 1974* in FRUS, 1969-1976, vol. E-6, *Documents on Africa, 1973-1976*, no.73.

The contradictions of the West were particularly evident in the Portuguese case, as it exacerbated the ideological struggle between “hawks and doves”, i.e. between long-term political benefits defended by the State Department and immediate defense needs supported by the Pentagon. This struggle dated back to the Kennedy years, with the «*Angola or Azores?*» debate, opposing “human rights” in Angola to “base rights” in the Azores. It had continued until Nixon years, and reached its peak in October 1973, with the approval of the Tunney-Young Amendment and its significant “smoothing” a few weeks later, after the airlift to Israel. This is a significant example of this “bipolar syndrome” affecting the West. However, even before the Portuguese Revolution, Kissinger had started to realize that indirect support to the maintenance of the Portuguese empire was a short term strategy, and that in the long term, a new and different strategy was necessary.¹⁰²⁸

¹⁰²⁸*Memorandum of Conversation – Monday, December 3rd, 1973* in FRUS, 1969-1976, vol. E-6, *Documents on Africa, 1973-1976*, no.71.



**O I CONGRESSO ANUAL DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA, PROMOVIDO PELA REDE DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA , TEVE LUGAR NA
REITORIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA A
18 E 19 DE MAIO DE 2012 E DEDICOU AS SUAS
SESSÕES À APRESENTAÇÃO DE VÁRIOS ESTUDOS
NO DOMÍNIO DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA.**

**O PRESENTE LIVRO DE ACTAS REÚNE
INTERVENÇÕES PROFERIDAS POR
CONFERENCISTAS CONVIDADOS E A
APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
SUBMETIDAS ATRAVÉS DE CALL FOR PAPERS.**

Maio 2013

ISBN: 978-989-98388-0-2